XVI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH-RS

História Agora

ENSINAR, PESQUISAR, PROTAGONIZAR

evento ONLINE

DE 02 A 29 DE JULHO DE 2022

WWW.ANPUH-RS.ORG.BR

REALIZAÇÃO

CADERNO DE RESUMOS

Realização

Apoio

XVI Encontro Estadual de História da ANPUH-RS

HISTÓRIA AGORA

Ensinar, Pesquisar, Protagonizar

Caderno de Resumos

Evento on-line, 02 a 29 de julho de 2022

ISBN 978-65-86871-04-3

https://www.eeh2022.anpuh-rs.org.br/

2022

© Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul / ANPUH-RS

Rua Caldas Júnior, 20 – Sala 24 – Centro Histórico - 90010-260
Porto Alegre - Rio Grande do Sul - Brasil
Site: www.anpuh-rs.org.br
E-mail: anpuhrs@anpuh-rs.org.br

Organização

Marcelo Vianna
Marluce Dias Fagundes
Rosane Marcia Neumann

Editoração

Marcelo Vianna
Marluce Dias Fagundes
Rosane Marcia Neumann

Observação: A adequação técnico-linguística dos resumos dos Simpósios Temáticos, Minicursos, Oficinas e Pôsteres é de responsabilidade dos autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Encontro Estadual de História da ANPHU-RS (16. : 2022 : Porto Alegre, RS - online)
XVI Encontro estadual de história da ANPUH- RS [livro eletrônico] : história agora : ensinar, pesquisar, protagonizar : caderno de resumos / organização Marcelo Vianna, Marluce Dias Fagundes, Rosane Marcia Neumann. -- Porto Alegre, RS : Associação Nacional de História - Seção Rio Grande do Sul - ANPUHRS, 2022.
PDF.

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-86871-04-3

1. História - Estudo e ensino I. Vianna, Marcelo. II. Fagundes, Marluce Dias. III. Neumann, Rosane Marcia. IV. Título.

22-118554 CDD-907

Índices para catálogo sistemático:

1. História : Estudo e ensino 907

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Comissão Organizadora e Científica do XVI Encontro Estadual de História da ANPUH-RS

Diretoria da ANPUH-RS (Gestão 2020-2022)
Presidente Dr. Luiz Alberto Grijó (UFRGS)
Vice-presidente Dra. Alba Cristina Couto dos Santos Salatino (IFRS)
1ª Tesoureira Dda. Marluce Dias Fagundes (UNISINOS)
2º Tesoureiro Dr. Douglas Souza Angeli (UEMG)
1ª Secretária Dra. Rosane Marcia Neumann (FURG)
2º Secretário Dr. Marcelo Vianna (IFRS)

Conselho Fiscal da ANPUH-RS (Gestão 2020-2022)
Dr. Jonas Moreira Vargas (UFPel)
Dr. Luís Augusto Ebling Farinatti (UFSM)
Dra. Marlise Regina Meyrer (PUCRS)

Comissão Local – Faccat
Dra. Andrea Helena Petry Rahmeier (FACCAT)
Dra. Sandra Cristina Donner (FACCAT)

Comissão interinstitucional
Dr. Alessandro Batistella (UPF)
Dr. Alexandre Maccari Ferreira (UFSM)
Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes (UFPel)
Dr. Diego Orgel Dal Bosco Almeida (UNISC)
Dr. Diorge Alceno Konrad (UFSM)
Dr. Jocelito Zalla (UFRGS)
Dr. Jorge Luiz da Cunha (UFSM)
Dda. Letícia Sabina Wermeier Krilow (PUCRS)
Dra. Marluza Marques Harres (UNISINOS)
Dra. Micaele Irene Scheer (PML/RS)
Dra. Melina Kleinert Perussatto (UFRGS)
Dra. Mônica Karawejczyk (PUCRS)
Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira (UNISINOS)
Dra. Priscila Maria Weber (USP/UFPel)

Sumário

Programação Geral **5**

Apresentação **6**

Conferência **7**

Mesas Redondas **7**

Posse nova diretoria da ANPUH-RS **8**

Reuniões administrativas e Fóruns **9**

Fóruns Coordenadores **11**

Simpósios Temáticos (STs) **12**

Simpósios Temáticos (STs) – Ementas e Resumos **16**

Minicursos **331**

Mostra de Ensino e Pesquisa em Ação **336**

Programação Geral

02/07/2022 Sábado	09/07/2022 Sábado	16/07/2022 Sábado	23/07/2022 Sábado
9:30-12:00 **Solenidade e Conferência de Abertura** Coordenador: Luiz Alberto Grijó (UFRGS-ANPUH/RS); Valdei Lopes de Araújo (UFOP-ANPUH/BR); Convidados Institucionais	9:30-12:00 **Mesa 01** **Museus, educação patrimonial e novas tecnologias** Coordenador: Vera Barroso (CHC Santa Casa); Daniel Gevehr (FACCAT); Olívia Silva Nery (UFPel)	9:30-12:00 **Mesa 02** **Acervos digitais e fontes no ensino de História** Coordenador: Luís Carlos Martins (PUC/RS); Clarissa Sommer Alves (APERS); Renan Santos Mattos (SEDUC/RS)	9:30-12:00 **Mesa 03** **História pública e atuação profissional do/a historiador/a** Coordenador: José Edimar de Souza (UCS); João Malaia (UFSM); Sandra Donner (FACCAT/IFRS)
14:00-16:00 **Minicursos**	14:00-16:00 **Minicursos**	14:00-16:00 **Minicursos**	Desde 14:00: **Reuniões Administrativas:** Fórum de Coordenadores de Cursos e de Pós-Graduação, GT's, Associação de Pós-Graduandos (APG)

26/07 Terça-feira	27/07 Quarta-feira	28/07 Quinta-feira	29/07 Sexta-feira
10:00-12:00 **Mostra de Pesquisa e Ensino em Ação**	10:00-12:00 **Mostra de Pesquisa e Ensino em Ação**	10:00-12:00 **Mostra de Pesquisa e Ensino em Ação**	8:30 – 12:30 **Simpósios Temáticos**
14:00-18:00 **Simpósios Temáticos**	14:00-18:00 **Simpósios Temáticos**	14:00-18:00 **Simpósios Temáticos**	14:00-18:00 **Simpósios Temáticos**
19:00-21:30 **Mesa 04** **Ensino de História no ensino básico: experiências do ProfHistória** Coordenadora: Júlia Silveira Matos (FURG); José Iran Ribeiro (UFSM); Paula Azevedo (SEDUC/PUCRS)	19:00-21:30 **Mesa 05** **Negacionismo e autoritarismo: temas sensíveis em tempos difíceis** Coordenador: Marluza Harres (UNISINOS); Alessandra Gasparotto (UFPEL); Luciano Aronne de Abreu (PUCRS)	19:00-21:30 **Mesa 06** **Diversidade e interseccionalidade na pesquisa e no ensino de História** Coordenador: Alba Cristina Salatino (IFRS); Fernanda Oliveira da Silva (UFRGS); Liane Muller (SEDUC/Gravataí)	19:00 **Encerramento, prestação de contas e posse da nova diretoria 2022/2024**

Apresentação

Prezadas colegas historiadoras e prezados colegas historiadores,

A Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul (ANPUH-RS) tem a satisfação de convidar a comunidade de professores, estudantes e pesquisadores para o **XVI Encontro Estadual de História**, evento que ocorrerá de **02, 09, 16, 23 (sábado turno manhã/tarde), 26, 27, 28 e 29 de Julho de 2022** na modalidade online. O Encontro Estadual de História deste ano versará sobre o tema História Agora: Ensinar, Pesquisar, Protagonizar.

O Encontro Estadual de História é a principal das atividades científicas da ANPUH/RS, é realizado bienalmente e conta com um tema central escolhido por sua relevância historiográfica e social. Nesse espírito, o encontro de 2022 chama-se História Agora: Ensinar, Pesquisar, Protagonizar, procurando assim reforçar a necessidade imperiosa do ensino e da pesquisa históricos não só como profissões ou carreiras, mas como instrumentos fundamentais para a transformação, por um Rio Grande do Sul e um Brasil tolerantes, inclusivos, diversificados, justos, equilibrados e equitativos quanto à distribuição dos resultados do trabalho, das oportunidades e dos investimentos coletivos de seus cidadãos e cidadãs. No momento em que a democracia é ameaçada, em que o meio ambiente é saqueado, em que as exclusões e os preconceitos, o racismo e o machismo, são incentivados e até mesmo celebrados, em que o conhecimento científico é espezinhado em nome da simples vontade ou do interesse de uns poucos, tudo isso agravado por uma pandemia que tem ceifado milhares de vidas de brasileiros e brasileiras, mais urgente se torna o conhecimento histórico como lastro para o protagonismo de lutas político-sociais que visem superar a atual conjuntura de violências, degradações e desagregações.

Direção da ANPUH-RS

(Gestão 2020-2022)

Conferência

SOLENIDADE E CONFERÊNCIA DE ABERTURA

02 de julho de 2022, às 9h30min

O debate público sobre a história: dilemas nos 200 anos de Brasil

Conferencista: Prof. Dr. Valdei Lopes de Araújo (UFOP-ANPUH/BR)

Coordenação: Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó (UFRGS-ANPUH/RS)

Link de Transmissão: https://www.youtube.com/watch?v=MB79rvD5HjM

Mesas Redondas

1. **Museus, educação patrimonial e novas tecnologias**
   Dia 09/07/2022 – Sábado – 9h30min às 12h
   Palestrantes:
   Daniel Luciano Gevehr (FACCAT)
   Olívia Silva Nery (UFPel)
   Coordenadora Vera Lucia Maciel Barroso (CHC Santa Casa)
   Link de Transmissão:
   https://www.youtube.com/watch?v=pnDETwHN0tM

2. **Acervos digitais e fontes no ensino de História**
   Dia 16/07/2022 – Sábado – 9h30min às 12h
   Palestrantes:
   Clarissa Sommer Alves (APERS)
   Renan Santos Mattos (SEDUC/RS)
   Coordenador Luís Carlos dos Passos Martins (PUC/RS)
   Link de Transmissão:
   https://www.youtube.com/watch?v=s8JvTvnZ3Og

3. **História pública e atuação profissional do/a historiador/a**
   Dia 23/07/2022 – Sábado – 9h30min às 12h
   Palestrantes:
   João Manuel C. Malaia Santos (UFSM)
   Sandra Cristina Donner (FACCAT/IFRS)

Coordenador José Edimar de Souza (UCS)
Link de Transmissão: https://www.youtube.com/watch?v=LJFq3kAfEVI

4. **Ensino de História no ensino básico: experiências do ProfHistória**
Dia 26/07/2022 – Terça-feira – 19h às 21h30min
Palestrantes:
José Iran Ribeiro (UFSM)
Paula Tatiane de Azevedo (SEDUC/RS-PUC/RS)
Coordenadora Júlia Silveira Matos (FURG)
Link de Transmissão: https://www.youtube.com/watch?v=sRlPkei17_U

5. **Negacionismo e autoritarismo: temas sensíveis em tempos difíceis**
Dia 27/07/2022 – Quarta-feira – 19h às 21h30min
Palestrantes:
Alessandra Gasparotto (UFPEL)
Luciano Aronne de Abreu (PUC-RS)
Coordenadora Marluza Marques Harres (UNISINOS)
Link de Transmissão:
https://www.youtube.com/watch?v=LfWtYKQSlP0

6. **Diversidade e interseccionalidade na pesquisa e no ensino de História**
Dia 24/07/2020 – Sexta-feira – 14h às 16h
Palestrantes:
Fernanda Oliveira da Silva (UFRGS)
Liane Susan Muller (SEDUC/RS-Gravataí)
Coordenadora Alba Cristina Salatino (IFRS)
Link de Transmissão:
https://www.youtube.com/watch?v=0caAJRr1V5U

Posse nova diretoria da ANPUH-RS

Direção da ANPUH-RS (Gestão 2022-2024)

29 de julho de 2022, às 19h

Reuniões administrativas e Fóruns

Reuniões administrativas dos Grupos de Trabalho – GT

23/07/2022 – Sábado

13h	**GT de História Militar** - gthmanpuhrs@gmail.com
14h	**GT Estudos de Gênero** - gtgenerors@gmail.com
	GT Acervos - gtacervos@gmail.com
	GT História e Mídias - thaizef@gmail.com
	GT de História da Educação - jesouza1@ucs.br
	GT História Relações Internacionais - perlarod48@gmail.com
	GT Indígenas na História - indigenasnahistoriars@gmail.com
	GT História Cultural - gthistoriacultural@anpuh-rs.org.br
	GT Emancipações e Pós-Abolição - gteprs@gmail.com
	GT História das Religiões e Reliogosidades - renansnatos@gmail.com
	GT História Antiga - rafaeldacostacampos@gmail.com
14h30min	**GT História e Saúde** - gthistoriaesaude@gmail.com
	GT Direitas, História e Memória - gtdireitas@gmail.com
15h	**GT História, Imagem e Cultura Visual -** gtculturavisual@gmail.com
15h30min	**GT História social do crime e das práticas de justiça** - gthcrime@gmail.com

27/07/2022 - Quarta-feira

17h30min	**GT Mundos do Trabalho** - gtmtrs@gmail.com
18h	**GT História Rural** - iropm@upf.br

28/07/2022 - Quinta-feira

10h **GT História da Infância e da Juventude** - gthistoriadafamilia@gmail.com

GT de História Política - batistella@upf.br

18h **GT África -** gtafricars@gmail.com e priscilamariaweber@gmail.com

30/07/2022 - Sábado

10h **GT Ensino de História** - gtensinohistoriars@gmail.com

14h **GT História e Marxismo** - gthistmarxrs@gmail.com

Fóruns Coordenadores

23/07/2022 – Sábado

Fóruns

14h - Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em História (link enviado por e-mail)

14h15min - Fórum de Coordenadores de Cursos de Graduação em História (link enviado por e-mail)

Simpósios Temáticos (STs)

Para ingressar na sala, é necessário fazer o credenciamento no site (área do inscrito), e em seguida, acessar o link da sala. O credenciamento é o controle da presença.

02: Acervos e História da Educação – dimensões, perspectivas, memórias e culturas escolares

Coordenadores

Marcelo Vianna (IFRS), Maria Augusta Martiarena (IFRS)

03: Antiguidade entre Práticas e Discursos: corpos, poderes e imaginários

Coordenadores

Jussemar Weiss (FURG), Rafael da Costa Campos (UNIPAMPA)

04: As Religiões e Religiosidades na pesquisa histórica: temas, abordagens e ensino

Coordenadores

Mariana Schossler (UNISINOS), Renan Santos Mattos (Governo do Estado do Rio Grande do Sul.)

05: Censuras, repressões e resistências nos Estados autoritários do pós-1930

Coordenadores

André Barbosa Fraga (Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro), Mayra Coan (Centro Universitário Fundação Santo André)

07: Ditaduras e passados recentes: histórias, memórias, lutas e usos do passado

Coordenadores

Caroline Silveira Bauer (UFRGS), Tatyana Maia (PUC-RS)

08: Emancipações e Pós-Abolição: pesquisa e ensino sobre experiências de liberdade negra no Brasil

Coordenadores

Marcus Vinicius de Freitas Rosa (UFRGS), Sarah Calvi Amaral Silva

09: Ensino de História e Cultura Digital: paradigmas e desafios na educação de base do século XXI.

Coordenadores

Ubiratã Ferreira Freitas (Estado do Rio Grande do Sul), Luciano Braga Ramos (Estado do Rio Grande do Sul)

11: Ensino De História, Práticas e Aprendizagens Nos Lugares De Memória

Coordenadores

Gianne Zanella Atallah (Prefeitura de Rio Grande), Júlia Silveira Matos (FURG)

12: Esporte e corpo no tempo presente: construções e narrativas históricas

Coordenadores

Ester Liberato Pereira (Unimontes), Janice Mazo (UFRGS)

13: Estudos Africanos e ensino de História da África e Afro-brasileira: problemas de pesquisa e perspectivas de análise

Coordenador

Priscila Maria Weber (USP/UFPel)

14: Fronteiras Espaciais, Textuais e Morais: História, Literatura e Outras Coisas

Coordenadores

Cesar Guazzelli (UFRGS), Arlene Foletto (UFRGS - Colégio de Aplicação)

15: GT de História Política

Coordenadores

Alessandro Batistella (UPF), Charles Sidarta M Domingos (IFSUL/Câmpus Charqueadas)

16: GT Mundos do Trabalho: lutas, memória e diversidade

Coordenadores

Micaele Irene Scheer (Prefeitura de Lajeado), Clarice Speranza (UFRGS)

17: História da Educação: práticas de educabilidade e instituições educativas

Coordenadores

José Edimar (UCS), Fernando Cezar Ripe da Cruz (UFPel)

18: História das Ciências, da Saúde e das Doenças

Coordenadores

Daiane Silveira Rossi (Fundação Oswaldo Cruz/Casa de Oswaldo Cruz), Ana Paula Korndörfer (UNISINOS)

19: História do Esporte e do Lazer

Coordenadores

Gerson Wasen Fraga (UFFS), João Malaia Santos (UFSM)

20: História e Migrações urbanas na América Latina

Coordenadores

Patricia Bosenbecker (UFRGS), Alessandra Rufino Santos (UFRR)

21: História Local, espaços de pesquisa, discussão e difusão. Suas escritas e suas práticas

Coordenadores

Sandra Cristina Donner (FACCAT e IFRS-Canoas), Felipe Nobrega (Governo do Estado do Rio Grande do Sul)

22: História Militar e História das Relações Internacionais: Guerra, Política Externa e Instituições

Coordenadores

Ianko Bett, Rodrigo Perla Martins (Feevale)

23: História social do crime e das práticas de justiça

Coordenadores

Cláudia Mauch (UFRGS), Maíra Ines Vendrame (UNISINOS)

24: História social no Brasil escravista

Coordenadores

Rachel Marques (IFFarroupilha - Campus Alegrete), Luciano Gomes (SMED-POA)

25: História, imagem e cultura visual

Coordenadores

Ivo dos Santos Canabarro (UNIJUI), Charles Monteiro (PUCRS)

26: História: pesquisar, ensinar e protagonizar sob as perspectivas da História Rural

Coordenadores

Ironita P. Machado (UPF), Francivaldo Alves Nunes (UFPA)

27: Histórias Indígenas na América: fontes, conceitos e métodos para o estudo das sociedades originárias (Séculos XVI-XXI)

Coordenadores

Eduardo Neumann (UFRGS), Leandro Goya Fontella (IFFarroupilha)

28: Imagens, História e Educação: fontes, métodos e problemas
Coordenador
Luciana de Oliveira (SEDUC/RS), Carolina Etcheverry (Colégio La Salle Niterói)

29: Imprensa, Gênero e História das Mulheres
Coordenadores
Mônica Karawejczyk (PUCRS), Natalia Pietra Méndez (UFRGS)

30: Infância(s) e Juventude(s) no contexto latino-americano
Coordenadores
Jonathan Fachini da Silva (SESI-RS), José Carlos da Silva Cardozo (FURG))

31: Marxismo e Mundos em Crise
Coordenadores
Guilherme Machado Nunes (Université de Genève), Carlos Fernando de Quadros (USP)

32: Mídias, Tecnologias e História: Pesquisa, Memória e Contemporaneidade
Coordenador
George Leonardo Seabra Coelho (UFTO)

33: Migrações, colonização e redes sociais
Coordenadores
Rosane M Neumann (FURG), Rodrigo Luis dos Santos (IFFarroupilha)

35: Perspectivas democráticas na História: atravessamentos e decolonialidade
Coordenadores
Lorena Zomer (UEPG), Maristela Carneiro (UFMT-MT)

40: História e Direito: aproximações metodológicas, conceituais e a divulgação científica através de periódicos jurídicos
Coordenador
Wagner Silveira Feloniuk (Universidade Federal do Rio Grande), Alfredo de Jesus Dal Molin Flores (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Simpósios Temáticos (STs) – Ementas e Resumos

ST 02: Acervos e História da Educação – dimensões, perspectivas, memórias e culturas escolares

Coordenadores: **Marcelo Vianna (IFRS), Maria Augusta Martiarena (IFRS)**

Sessão 1
28/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 02

Ementa: Como um dos campos mais dinâmicos da historiografia, a História da Educação tem se beneficiado com a progressiva organização e disponibilização de acervos documentais do campo educacional. A partir de uma conscientização sobre a preservação desses acervos, muitos deles localizados em instituições escolares, acompanhada de uma renovação historiográfica e a mobilização da comunidade escolar pela preservação de suas memórias, o campo ampliou seus horizontes englobando novos conceitos e métodos a fim de compreender os significados e práticas em Educação em diferentes espaços e temporalidades. Desta forma, uma diversidade de pesquisas a partir desses acervos – não limitados às instituições escolares e aos documentos manuscritos e impressos – permitem compreender desde discursos e práticas pedagógicas em um dado período até a dinâmica de grupos sociais e suas condutas em uma instituição de ensino, construindo culturas escolares próprias. Entre as dimensões que se pretende discutir no ST, encontram-se: 1. Possibilidades de pesquisa a partir de acervos escolares ou não; 2. Sistematização e organização de acervos relacionados à História da Educação; 3. Estudos em acervos digitais ou não, possibilidades em e-História da Educação; 4. Resultados de pesquisas ou pesquisas em andamento a partir de acervos de interesse do campo historiográfico educacional. Em suma, nossa intenção é propor um diálogo com pesquisas e seus acervos documentais, a partir das suas diferentes perspectivas teórico-metodológicas e recortes, a fim de incentivar um amplo debate em questões históricas, pedagógicas e socioculturais no campo da História da Educação.

Sessão 1
28/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 02

Acervos digitais na pesquisa em História da Educação, História da Educação Profissional e das relações Trabalho e Educação no Litoral Norte do Rio Grande do Sul

Maria Augusta Martiarena de Oliveira (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul)

O Litoral Norte gaúcho é uma região que, por muito tempo, foi foco de poucos estudos na área de História da Educação, pois esteve, por muito tempo, alijada de instituições que realizassem pesquisas referentes a esses temas. O presente trabalho objetiva relatar como se organiza o projeto "História da Educação, Educação Profissional e das relações Trabalho e Educação no Litoral Norte gaúcho (séculos XIX, XX e XXI)" e como se deu o acesso a acervos digitais, os quais se constituíram em lócus de pesquisa para a referida investigação. O projeto iniciou-se com a identificação e sistematização das publicações em redes sociais sobre Capão da Canoa, cidade que comemora 40 anos de emancipação em 2022. Além disso, realizou-se uma busca sistemática no Repositório Tatu, da Unipampa. A pesquisa nas redes sociais foi realizada pela bolsista PIBIC-CNPq, a qual buscou localizar no instagram, no facebook e em blogs, publicações sobre a história da cidade de Capão da Canoa. Após esta etapa, verificou-se que a documentação publicada era constituída por fotografias, as quais foram arroladas em planilhas, com os seguintes campos: identificação, cidade, página (link), informações sobre o documento, informações sobre os organizadores. As fotografias foram divididas entre: fotografias de prédios escolares; fotografias de práticas escolares; fotografias de trabalho/atividades profissionais. As duas primeiras categorias foram subdivididas entre: educação básica, educação profissional e ensino superior. Concomitantemente, a bolsista PROBIC-FAPERGS dedicou-se a localização de documentos sobre o Litoral Norte em acervos digitais institucionais, tendo iniciado pelo TATU, da Universidade Federal do Pampa. Os documentos também foram arrolados em planilhas, com os seguintes campos: Ano, Identificação, N° páginas, Conteúdo, N° da(s) página(s) do conteúdo e Link para download. A organização de tais documentos leva em conto a afirmação de Le Goff sobre o fato de que os documentos não são inócuos, mas resultados de escolhas conscientes ou inconscientes. Sobre Capão da Canoa, percebeu-se como a vocação sazonal para o turismo foi fortemente preservado e como as atividades profissionais sobre esse tema são retratadas em maior número do que outros temas. Com relação aos documentos localizados no Tatu, verificou-se uma preponderância de publicações sobre Osório, tendo em vista que os outros municípios são mais jovens. Compreende-se que os acervos digitais constituem-se em grandes possibilidades de investigação, sejam eles institucionalizados ou sejam fruto de produções em redes sociais.

Cancelamento, encerramento ou extinção? Como uma escola fluminense finda sua história?

Marinete Alves Pereira de Castro (UFF), Viviane Tavares Othuki (SEEDUC RJ), Monique Pellegrino Málla dos Santos (UERJ)

O presente artigo tem como objetivo historicizar e estruturar os processos de extinção de instituições educacionais da rede privada no Sistema de Ensino do Estado do Rio de Janeiro, que ofertavam Educação de Jovens e Adultos nos cursos e programas de Educação a Distância entre os anos de 2010 e 2020 e, encerradas por irregularidades. Com base nas normas e atos emanados do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, em especial os pareceres de encerramento de cada escola, pretende-se identificar os processos, procedimento e motivação que levam a este fato. Paralelamente será investigada a oferta da EJA/EAD em termos quantitativos, traçando um paralelo com as ideias de Christian Laval (2004) quanto à mercantilização da atividade educacional. Para tanto será realizado um estudo qualitativo de caráter bibliográfico e documental a partir de fontes primárias, bem como da literatura que trata do tema.

Processo de Ensino na Conservação e Restauração do Livro de Compromisso, abordagem sobre o estado de degradação e sua preservação

Williene Fátima Nascimento Gurgel (UFV)

A apresentação abordará a experiência prática no processo de ensino da disciplina de conservação e restauração de papel, apresentando a restauração de um Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de 1844, acervo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição do Turvo da cidade de Senador Firmino. Os procedimentos foram realizados pela turma XLII, sob minha orientação dentro do laboratório de papel do curso técnico, da Escola de Arte Rodrigo Melo Franco de Andrade da Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP) em 2019. Pretende-se apresentar o estado de conservação, as análises realizadas e os procedimentos de restauro necessários para que o livro voltasse a ser manuseado. Dentre os procedimentos destaca-se os tratamentos aquosos de estabilização e desacidificação, reenfibragem, montagem e a restauração da cobertura de couro. Pretende-se nesta apresentação abordar a importância da conservação preventiva dos acervos documentais presentes nas paróquias, abordando o estado de deterioração que vem comprometendo o acervo sobre papel, que surgiram nas Minas Gerais nos séculos XVIII, XIX e início do XX, livros que foram manuscritos pelas irmandades mineiras. Os manuscritos das irmandades são fontes históricas da construção de um período e apresentam relevância como patrimônio histórico e instrumento de preservação da memória

e identidade cultural. A preservação desses acervos documentais está relacionada a necessidade de salvaguardar a memória, segundo Spinelli e Pedersoli (2020), "o livro tem servido de memória enquanto elemento vital, como testemunho portátil e de informação para a elaboração e fixação do conhecimento". Esses manuscritos são fontes para pesquisadores acadêmicos de diversas áreas cientificas, as irmandades segundo BOSCHI (1986) "apresentam profundo significado histórico e são instituições que espelham e retratam os diversos momentos e contextos históricos nos quais se inserem". No entanto, a preservação desses livros contribuem para investigação do passado, sobre a história de vida das sociedades, dos diversos grupos sociais, da religiosidade católica e de outras culturas. Sendo de grande relevância mostrar os processos de restauro necessários para salvar um livro em processo de degradação e abordar a necessidade de ações preventivas, a conscientização sobre a importância desses livros e os cuidados básicos com o acervo.

Centros de memória e a história da educação em Sergipe: o caso do CEMAS

Cristina de Almeida Valença Cunha Barroso (UFS)

Os Centros de memória são unidades de informação que reunem acervos especializados e normalmente tem a finalidade de coletar, preservar, pesquisar e produzir conhecimento. Estudiosos do tema informam que esses espaços fazem a gestão da informação e do conhecimento utilizando-se do arcabouço técnico das grandes áreas que fazem parte da ciência da informação como Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Mas também usam as orientações conceituais e metodológicas das áreas das ciências humanas para a produção de estudos e pesquisas. Além disso, servem como espaços abertos para a visitação de pesquisadores e público interessado em conhecer a instituição, os documentos e visitar as exposições. Assim, essa pesquisa tem a finalidade de estudar a formação dos centros de memória no estado de Sergipe e sua ligação com as instituições escolares, mais especificamente, procura compreender a importância do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense-CEMAS e como a cultura material preservada por essa instituição tem sido utilizada nas pesquisas da graduação e de pós graduação das universidades brasileiras. Para essa pesquisa, de cunho qualitativo, será realizado um estudo bibliográfico e aplicado uma ficha de diagnostico na qual serão identificadas as coleções mais estudadas, estado de conservação e acondicionamento. Além isso, a ficha irá identificar se os pesquisadores fazem uso dos instrumentos técnicos produzidos no CEMAS sobre o acervo resguardado, como esse acervo é citado. O CEMAS tem desenvolvido suas ações procurando estimular pesquisas utilizando as fontes, livros e o acervo preservado pela instituição tornando público e acessível novos conhecimentos acerca da história e da memória da educação em Sergipe.

Aproximações entre Estado, Igreja e cultura em coletâneas de música para o ensino escolar na primeira metade do século XX

Fernando Lacerda Simões Duarte (UFPA / Escola de Música)

A reinserção do ensino de música como conteúdo curricular no ensino escolar formal foi tema de intensa discussão na primeira década do século XXI. Um olhar retrospectivo para a primeira metade do século XX tende a revelar tal presença de maneira intensa e com grande produção de publicações impressas voltadas ao ensino de música ou para uso em instituições de ensino confessionais. Neste trabalho, parte-se de algumas dessas fontes: "Juvenilia: canções para a vida do colégio e do lar", publicada pelos religiosos salesianos; a "Antologia de Cantos Orfeônicos e Folclóricos", pela editora F.T.D., dos irmãos maristas; e, ligada à Arquidiocese de Salvador, "Flores do Altar"; ainda, a "Coleção E.N.R" e "Laudate", ambas localizadas em acervos de Florianópolis. Para efeitos de comparação, recorre-se ainda às coletâneas de música religiosa de uso ritual publicadas nos séculos XIX e XX, especialmente "Canticos espirituaes" e "Canticos sagrados", pelos padres da Congregação da Missão Brasileira. Parte-se, deste modo, dos seguintes problemas: como a música pode ter servido de vínculo entre interesses do Estado e a religião num cenário em que não mais havia o monopólio das atividades de ensino pela Igreja Católica? Há antecedentes históricos? Como é possível relacioná-las à história do catolicismo no Brasil? E dos grandes movimentos musicais do catolicismo? Para além da pesquisa documental em diferentes acervos brasileiros, recorreu-se à história eclesiástica, especialmente em Augustin Wernet, às relações entre memória e identidade coletivas, em Joël Candau, e ao estudo que empreendemos acerca das grandes mudanças de paradigmas musicais no catolicismo romano no século XX. Os resultados apontam para a presença de cantos patrióticos em coletâneas para uso em colégios religiosos, mas também para cantos católicos na coletânea de folclore, de modo a reforçar a identidade coletiva, obviamente construída, da "grande Nação católica". Por outro lado, longe de ser uma novidade do século XX, o uso de cantos religiosos em escolas já se revelava na proposta dos religiosos lazaristas, no século XIX, da principal congregação religiosa a trabalhar pela implantação da Romanização no Brasil. Assim, em que pesem as variações estilístico-musicais que refletiram interesses de cada período, a proposta de aproximação entre Igreja e Estado sobreviveu à Proclamação da República, tendo a música como uma de suas ferramentas.

A imprensa pedagógica da Educação Técnica e Profissional: um olhar sobre os informativos dos campi do IFRS (2009-2013)

Marcelo Vianna (IFRS)

A imprensa periódica, tais como jornais, revistas e boletins informativos, tem sido valorizada pela historiografia por permitir a análise de determinadas realidades, seus agentes socias envolvidos e valores socias representados. Não é diferente para a imprensa pedagógica, reconhecida como importante fonte para compreensão das culturas escolares pela História da Educação, nem sempre acessíveis por outros acervos documentais. Nosso estudo propõe ser mais uma contribuição ao debate, propondo analisar os informativos existentes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) em seu período inicial de funcionamento. Criado pela lei n.º 11.892, em 29.12.2008, junto com outros 37 Institutos Federais no país, o IFRS concebeu diferentes informativos que visavam apresentar suas atividades às comunidades escolares onde se inseriam. As disseminações dessas informações podem ser interpretadas para além da afirmação institucional, possibilitando averiguar os enfoques dados às matérias, de modo observar a realização de eventos acadêmicos, formaturas, festividades, premiações e outros temas selecionados pelos jornalistas e demais envolvidos na Comunicação do período, conforme as realidades dos campi. Vale também destacar a materialidade (física e digital), a periodicidade e as equipes envolvidas, que permitem estimar a efetividade e a qualidade informacional das matérias. Em linhas gerais, o estudo observa que as publicações dialogam com as concepções dos Institutos Federais, mas também trazem culturas escolares preexistentes. Por fim, o estudo tentará apreender o declínio destas publicações no IFRS, tendo em vista outras alternativas – incluindo o próprio site institucional – serem privilegiadas.

De Aluisio Mair ao Grupo Escolar Aluisio Maier: aspectos históricos da institucionalização da educação em Laranjeiras do Sul -PR.

Lucimara Lemiechek (UFSC)

Situado no campo da História da Educação, este artigo relata os primeiros achados de pesquisa em andamento na linha Sociologia e História da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (Doutorado). Assim, sinaliza para a sistematização teórico-metodológica já realizada no projeto de pesquisa intitulado "Grupo Escolar Aluísio Maier: a modernização da escola pública em Laranjeiras do Sul – PR (1915 a 1977)" colocando em discussão as reflexões iniciais desveladas. A bibliografia estudada e os documentos localizados apontam que na primeira década do

século XX o isolamento da região centro-sul do Paraná, causado pela falta de estradas e incipientes meios de comunicação, agravava a precariedade da oferta de políticas públicas que proporcionassem oportunidades educacionais aos moradores desta região do estado. Nesse contexto, em 1915, entra em cena o austríaco Aluisio Mair que, chegando ao pequeno povoado de Colônia Mallet, inicia, como professor leigo, um trabalho direcionado aos filhos das famílias importantes que, no início, pagavam pelos seus serviços educacionais. Com o passar do tempo, Aluísio foi nomeado pelo município de Guarapuava (ao qual pertencia a Colônia Mallet) como professor primário da escola local e, mais tarde, pelo Governo do Estado do Paraná que era responsável por aquele nível de ensino. Este movimento demonstra as primeiras tentativas de estender a educação à população. A troca de correspondência entre o professor e a Prefeitura de Guarapuava e Governo do Estado, aponta para um docente organizado administrativamente e preocupado pedagogicamente com o alunado e a escola. Seu trabalho pode ser considerado embrionário no que tange à educação na localidade e é significativo a ponto de o professor ser homenageado, ainda em vida, pela comunidade que ele ajudou a alfabetizar no início do século. Avançando na história, a escola primária se transformou em Grupo Escolar que, em 1956, inaugurou suas novas e modernas instalações na região central do jovem município de Laranjeiras do Sul. Pelo Decreto nº 17.209/1965 passou a denominar-se Grupo Escolar Aluísio Maier uma justa homenagem ao pioneiro professor. O objetivo deste artigo é retratar os desafios, avanços e perspectivas alcançadas no desenrolar da pesquisa até o momento tendo como recorte a vida e a carreira do patrono do Grupo Escolar que é nosso objeto de estudo. A metodologia utilizada é a revisão bibliográfica e análise de fontes documentais localizadas nas escolas originadas do Grupo Escolar. Conclui-se que entre a chegada de Aluisio Mair até a homenagem ao velho professor houve desenvolvimento e modernização em termos educacionais, passando a ser, a educação laranjeirense, usufruída por parcela significativa da população.

Memórias desmanteladas ou o que restou da História depois do furacão BNCC nos livros didáticos

Cecilia de Menezes Sobreira (Instituto Federal de São Paulo)

Esta comunicação tem como objetivo interpelar o que sobrou dos conhecimentos históricos na escolarização básica brasileira, sobretudo no Ensino Médio após a implementação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC). Para isto, busco analisar as últimas obras criadas para o Plano Nacional do Livro Didático em agosto de 2021, onde verifico a materialização da BNCC assim como a seleção dos saberes históricos interessantes à esta reforma curricular. O novo currículo implementado com a BNCC que estabelece os parâmetros educacionais e os

conhecimentos essenciais, resultou de uma grande subtração de conteúdos, temas e abordagens tão particulares da História. É extenso o volume de críticas que a historiografia tem, ainda que recentemente, se dedicado a compreender os impactos e o novo sentido que a BNCC produz e relega à educação pública brasileira. Um deles se refere à ideia de que esta reformulação curricular obedece ao projeto escuso de desmonte do sistema público de ensino, a partir da inserção de valores de mercado atrelados aos objetivos da educação nacional, subvertendo um ideal de progressista da educação. Por outro lado, poucas são as investidas investigativas em relação ao que de fato histórico, abordagem e conteúdo sobra no cotidiano do ensino, formando e forjando uma certa memória nacional, uma certa consciência histórica. Assim sendo, as reflexões aqui apresentadas se inserem nos estudos sobre o currículo e a aprendizagem histórica, tendo como base a Teoria e a Didática da História, ou da Geschichtsdidaktik, muito disseminadas no Brasil a partir sobretudo das obras do historiador alemão, Jörn Rüsen. Para tanto, parto da hipótese de que a Base Nacional Comum Curricular de História não leva em consideração as especificidades teóricas e metodológicas próprias da aprendizagem e do ensino dessa disciplina, e ao fazê-lo mexe e remexe na formação do pensamento e da consciência histórica, substrato para a formação da identidade (ou das identidades) brasileira(s), refletindo diretamente na formação cidadã, na leitura do mundo e dos sentidos atribuídos a partir da aprendizagem dos saberes históricos. Além do mais, o contexto nacional, político e social brasileiro que emoldura o nosso tempo vivido, apresenta uma série de outras circunstâncias que intensificam a urgência por esta discussão, como por exemplo a insurgência do bolsonarismo como modelagem ideológica que assola estes tempos.

ST 03: Antiguidade entre Práticas e Discursos: corpos, poderes e imaginários

Coordenadores: **Jussemar Weiss (FURG), Rafael da Costa Campos (UNIPAMPA)**

Sessão 1
26/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 03

Sessão 2
27/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 03

Ementa: O campo da História Antiga é marcado pelo intenso debate e por uma contundente produção historiográfica que, de forma sensível, dialoga com seu

contexto de produção. A proposta do presente Simpósio Temático, a ser realizado no XVI Encontro Estadual de História da ANPUH-RS, visa construir um momento de discussão sobre as problemáticas que decorrem das interações entre discursos e práticas no Mundo Antigo. Propomos articular o referido problema a partir de três eixos que se relacionam: corpos, poderes e imaginários. Com efeito, afirma-se que determinada formação social é sempre constituída e atravessada por normas, ideias, vetores, hierarquias, etc que visam se estabelecer como projetos de controle, de poder sobre aqueles que compõem dada sociedade. Homens e mulheres existem de forma material, com seus corpos em lugares demarcados e em temporalidades específicas, sendo agentes e também pacientes daqueles dispositivos de poder e controle. Tal configuração engendra toda uma produção simbólica e cultural que tem como objetivos assegurar a reprodução das condições sociais onde aquelas relações se concretizam. É possível considerar tal produção como sendo o imaginário. Sandra Jatahy Pesavento compreende o imaginário como, "um sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo" (2009, p. 43). Fala-se de um sistema de representações coletivas, bem como da construção de um mundo de sinais que se constrói sobre e partir da realidade concreta, indicando que essa construção é social e histórica. Outrossim, indica-se as premissas de Bronislaw Bazcko (1990), que atribui ao imaginário sua condição de historicidade e abrangência. Quer dizer, em cada época os humanos constroem representações a fim conferir inteligibilidade e legitimidade ao real. Tal construção de sentidos se expressa, por exemplo, em discursos, práticas, ritos e performances, edificando identidades e exclusões: faz hierarquizar, classificar, dividir e mesmo amalgamar. Desta forma, os imaginários sempre produzem e veiculam formas de discursos que existem a fomentar ou contestar práticas sociais e históricas. Dado o exposto, convidamos pesquisadores e pesquisadoras a contribuir com trabalhos que discorram e problematizem – no contexto da Antiguidade e a partir das mais variadas fontes, documentação e suportes – sobre discursos e práticas políticas, culturais, sociais, religiosas e econômicas que se impõem sobre homens e mulheres, cidadãos e não-cidadãos, subalternos e dirigentes, periferia e centro. Também abrimos o Simpósio Temático a pesquisas sobre Ensino de História Antiga e estudos sobre a Recepção da Antiguidade.

Sessão 1
26/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 03

O conto de Ífis e Iante (Metamorfoses IX) de Ovídio e um grafite de Pompéia (CIL IV, 5092): homossexualidade feminina na Roma antiga (I d.C.), possibilidade para o Ensino de História na educação básica.

Victoria Lacerda de Lima (Universidade Federal de São Paulo)

Desde a década de 1970 tem havido crescente interesse nos estudos acerca das relações de gênero e sexualidade. Esses estudos estão presentes em diversas áreas das ciências humanas e buscam compreender as relações entre feminino e masculino em diferentes sociedades. Na historiografia essas pesquisas têm se voltado significativamente à Antiguidade, particularmente romana. Por isso, a comunicação se insere nos estudos sobre sexualidade na Roma antiga, tendo como quadro cronológico o período compreendido do século I d.C. Especificamente, propõe uma análise acerca das representações da homossexualidade feminina na Roma antiga; tendo como fontes a serem analisadas: o conto de Ífis e Iante, na Metamorfoses IX, de Ovídio e, um grafite de Pompéia (Corpus Inscriptionum Latinarum IV, 5092). Buscando compreender a forma como os discursos aceca da homossexualidade feminina se articulam na produção do imaginário desta sociedade, tanto na cultura erudita, quanto na cultura popular. Como hipótese inicial de que as fontes estabelecem uma relação de complementariedade, podendo, assim, contribuir para o questionamento da concepção de virilidade masculina na Roma antiga. Além disso, a comunicação propõe apresentar o estudo acerca da homossexualidade feminina na Roma antiga (I d.C.) como uma possibilidade para Ensino de História na educação básica, podendo contribuir para a valorização do respeito à diversidade de gênero e de orientação sexual nos ambientes escolares.

A recepção da Antiguidade como alternativa historiográfica em tempos de descolonização

Anderson Zalewski Vargas (UFRGS)

A comunicação tratará da Recepção da Antiguidade, especialmente a partir das proposições Charles Martindale ("Redeeming the text", 1993), com o propósito de investigar sua pertinência nos tempos em que prosperam o pensamento e a investigação crítica do eurocentrismo. Será adequado pensar historicamente e produzir conhecimento sobre a apropriação das Antiguidade greco-romana em uma América Latina em que cada vez mais se propugna a "descolonização epistêmica" e a consequente valorização das histórias até agora negligenciadas, como as de negros e indígenas?

Nacionalismos e História: Usos de Fustel de Coulanges pela revista L'Action Française durante a França de Vichy (1940-1944)

Lucas Arantes Lorga (Universidade Federal de São Paulo)

O presente projeto é uma extensão de uma pesquisa de iniciação científica intitulada "Contradições entre o nacionalismo francês da metade do século XIX e a teoria dos metódicos: o debate de Fustel de Coulanges e Theodor Mommsen sobre a verdadeira nacionalidade da Alsácia-Lorena", financiada pela FAPESP. Neste momento, em nível de mestrado, pretende-se estudar os usos da historiografia e imagem de Fustel de Coulanges pelo movimento reacionário francês Action Française (AF). A partir da revista L'Action Française, fundada em 1908 e extinta após a Liberação em 1944, será possível realizar três abordagens ao documento, baseadas no método hermenêutico de Johann Gustav Droysen: primeiro, a de entender qual o papel político e intelectual desempenhado na consolidação do Governo de Vichy pela AF, contextualizando o movimento em seu momento político específico. Segundo, de sistematizar o conceito de nação utilizado pela pela AF e compará-lo com o pensado por Coulanges, mostrando suas rupturas e continuidades. Por último, tentar-se-á entender como a cultura histórica da AF representou e usou politicamente a historiografia de Coulanges. A hipótese central do presente trabalho é que a partir dos usos do passado, representado pela figura de Fustel de Coulanges, a revista l'Action Française construiu um nacionalismo colaboracionista, étnico e reacionário. Mesmo que a documentação esteja disponível desde 1908, serão utilizados principalmente as edições de 1940 até 1944, recorte definido pelo início da Segunda Guerra Mundial, extinção da Action Française, prisão de parte de seus fundadores e ascensão e derrocada do governo de Vichy.

A Antiguidade nas alterações urbanas da Roma fascista: as obras de sistematização da Piazza Augusto Imperatore através de cinejornais

Augusto Antônio de Assis (UNIFESP)

A Antiguidade, enquanto chave de legitimação política, foi constantemente retomada no decurso histórico. Entre meados dos séculos XIX e XX, com a exegese e radicalização do moderno Estado nacional, tal processo acentuou-se. No contexto italiano, a mobilização da Roma Antiga esteve fortemente intrincada no Risorgimento, em especial no tocante às pretensões imperialistas no norte do continente africano. Todavia, a ascensão do fascismo, na década de 1920, estabeleceu um verdadeiro culto para com a romanidade, imputando, ao passado, centralidade em sua cultura política. O culto della romanità, portanto, não foi simplesmente um paralelismo histórico, mas a tentativa de

estabelecimento de uma continuidade entre a Roma antiga e o regime fascista. Desse modo, símbolos, ícones e ritos antigos foram instrumentalizados e entremeados no cotidiano da população. A cinematografia educativa passa, portanto, a se imbuir de inúmeras referências à romanidade, em especial através dos cinejornais – curtos filmes-noticiários com edições semanais – produzidos pelo Instituto LUCE, entidade paraestatal atrelada ao regime em meados da década de 1920. No início da década de 1930, o tecido urbano de Roma passa por intensas alterações, como a ampliação das vias, modernização da infraestrutura e a destruição de várias habitações populares, empurrando os segmentos sociais menos abastados para locais com precárias condições de moradia. Entremeio a esse processo, os monumentos da Antiguidade são isolados e restaurados, em contraponto com destruições sistemáticas em edificações medievais. Os processos de demolição e preservação no espaço urbano, que materializam determinada política memorativa, foram amplamente veiculados nos cinejornais LUCE. Pretende-se, neste trabalho, analisar uma das facetas desse processo, tomando como objeto as obras iniciais de sistematização da Piazza Augusto Imperatore, um dos principais lugares memorativos edificados pelo regime fascista, no início da década de 1930. Os processos de destruição e isolamento urbanos foram veiculados nos cinejornais, tornando-se fontes extremamente profícuas para o estudo das estratégias discursivas de representação do culto della romanità. A ampla penetração social dos cinejornais LUCE, bem como a inovação sensorial promovida por um recurso relativamente recente, o audiovisual, possibilitam que o trabalho proposto tenha o potencial de oferecer relevantes contribuições para o campo de estudos.

Corpo e Poder no Imaginário Mesopotâmico

Kátia Maria Paim Pozzer (UFRGS)

A presente comunicação visa apresentar o projeto de pesquisa intitulado Gênero, Representação e Simbolismo na Arte Mesopotâmica que analisa a representação de gênero (masculino e feminino) nos selos cilindros mesopotâmicos, através da interpretação dos símbolos e identificação dos atributos das figuras antropomorfas, sejam elas divinas ou humanas. Esse projeto de pesquisa, que ainda se encontra na fase inicial, estuda a representação dos gêneros masculino e feminino através da análise do corpo na arte da glíptica mesopotâmica. A história do corpo e os conceitos de corporeidade se desenvolveram em vários campos do saber, como na história, na arqueologia, na antropologia e na história da arte. Atualmente compreende-se que o corpo e a relação com o gênero e o sexo possuem historicidade e injunção social. O corpo é entendido como um lugar de convergência do indivíduo e da cultura. E é preciso reconhecer que o corpo na arte é diferente do corpo orgânico na história. O corpo na arte é um

signo polivalente, com uma complexidade de sentidos, é uma imagem que não está apartada da sociedade. Para a historiadora da arte e assiriólogа Zainab Bahrani (2001, p. 41): " a imagem tem a habilidade de estruturar as normas sociais sobre os corpos ideais, sobre a masculinidade e a feminilidade e participar da produção de conceitos normativos de sexo e gênero". O projeto prevê a realização de leituras de imagens, a partir do próprio selo e/ou das impressões dos mesmos, com a análise formal e simbólica das figuras e perceber como se construiu visualmente as identidades femininas e masculinas presentes nas expressões artísticas mais antigas e disseminadas no mundo mesopotâmico, dentro de uma perspectiva multidisciplinar, articulando a história, a história da arte e a cultura material.

Oráculos assírios e o diálogo divino

Leonardo Birnfeld Kurtz (CCAA)

O presente ensaio tem como objetivo articular dois conjuntos documentais de oráculos assírios(raggimu) encontrados em Nínive e escritos no contexto do Império Neo-Assírio (883-612 a.C.), com dois conceitos importantes da análise de discurso: intertextualidade e interlocução. Busca-se demonstrar de que formas os documentos analisados estavam balizados em um conjunto prévio de textos (intertextualidade) e analisar a atividade dos oráculos em questão como um diálogo entre ele/ela e o divino (interlocução), de forma que se enfatize o assujeitamento e a fundação de um “outro” nessa relação. Essa abordagem oferece uma alternativa para perspectivas que interpretam esses agentes exclusivamente como manipuladores, utilizando-se de sua autoridade religiosa para direcionar as decisões políticas e manterem-se em um espaço privilegiado. Pode-se defender, portanto, a existência de um diálogo por excelência, tornando possível argumentar a favor de uma interpretação que toma como real a comunicação entre o ser humano e a divindade. Toma-se como real, não no sentido de defender que a divindade existia empiricamente, porém que ela se fazia existir por meio de uma complexa relação de intertextualidade e interlocução acompanhada de uma concepção compartilhada da realidade.

Darius Painter: estilo, iconografia e iconologia

Thiago do Amaral Biazotto (UNICAMP)

Atuante nas décadas de 330-20 a.C., o chamado Darius Painter recebe o epíteto por sua virtuose na figuração de cenas nas quais o protagonista é o Grande Rei

persa, quer sejam episódios de corte, quer sejam imagens de batalha. Trabalhando na região da Apúlia, Itália, seus mais célebres trabalhos são quatro cerâmicas que têm como Leitmotif o certame entre Alexandre Magno e Dario III. Duas delas (ânfora e crátera com volutas) provêm de cemitério etrusco em Ruvo, e encontram-se hoje no Museo Archeologico Nazionale de Nápoles. Sem proveniência definida, outras duas obras são conhecidas: uma cerâmica -- hoje perdida, outrora na Hamilton Collection -- e um fragmento, hoje no Nationalmuseet de Copenhague. Crátera com volutas descoberta no hipogeu de Canosa, em 1851, e que figura conselho de guerra aquemênida presidido por Dario (presume-se Dario I, r. 522 – 486 a.C.), completa o corpus mais acessível do Darius Painter. Assim, a presente comunicação buscará investigar a produção do artista a partir de três chaves analíticas: estilo, iconografia e iconologia, a fim de identificar os traços formais mais característicos do Darius Painter; a maneira como suas obras dialogam entre si, e mais importante, de que forma sua figuração da coroa aquemênida poderia se conectar às campanhas de Alexandre Magno contemporâneas à sua produção. Neste último ponto, será de especial validade o cotejo entre as cerâmicas do Darius Painter e a iconografia do célebre Mosaico de Alexandre que, conquanto obra romana do século II a.C., é provável cópia de pintura helenística das décadas de 330-20 a.C..

Sessão 2
27/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 03

Ações político-culturais da imperatriz Eusébia e de Constantina na corte do Imperador Constâncio II (Século IV d.C.)

Thaís de Almeida Rodrigues (Unesp/Franca)

A proximidade das mulheres com o poder Imperial na Antiguidade Tardia oferece variadas possibilidades de ações político-culturais. Dessa forma, propomos o estudo da atuação de duas mulheres imperiais, isto é, da imperatriz Eusébia (? – 360) e de Constantina (325 – 354). A primeira foi a segunda esposa do Imperador Constâncio II (317 – 361) e, a segunda, irmã desse mesmo imperador. Consequentemente, o nosso recorte temporal se localiza no século IV, em específico durante o governo do César Juliano (331 – 363) e do imperador Constâncio II. As documentações textuais selecionadas para esta pesquisa pertencem aos séculos IV e V, a saber: Panegírico em honra à imperatriz Eusébia e Carta ao senado e ao povo de Atenas, de Juliano, Res Gestae (livros XIV-XXI), de Amiano Marcelino (325 – 391), e História Eclesiástica, de Filostórgio (368 – 439). Estas obras relatam algumas das intervenções de Eusébia e Constantina em assuntos imperiais de cunho político-cultural, como o apoio de Eusébia à nomeação de Juliano como César e o papel de Constantina no convencimento do usurpador Vetrânio (? – 356) a se autodeclarar César e combater o usurpador Magnêncio (303 – 353). A partir da leitura de nossa documentação textual, temos

como hipótese que as mulheres imperiais poderiam desempenhar o papel de mantenedoras da ordem imperial, mesmo que não ocupassem cargos político-administrativos definidos. Sendo assim, capazes de intervir tanto nos assuntos externos quanto internos do Império Romano, tais como problemas relacionados às fronteiras, usurpações e questões político-religiosas.

Aspectos narrativos da Vida de Paulo de Tebas.

Rafael da Costa Campos (UNIPAMPA)

Nesta comunicação pretendemos expor os passos iniciais de uma pesquisa a respeito dos aspectos narrativos presentes na Vida de Paulo de Tebas, escrita por Jerônimo de Estridão a respeito daquele que teria sido o primeiro monge eremita, anterior ao próprio Santo Antão, protagonista desta narrativa que transita entre vários gêneros, a despeito da tradicional de categorização como hagiografia.

Paulo de Tarso e a Escravidão em 1ª Coríntios

Douglas de Castro Carneiro (UEL)

Nesta comunicação nos propomos a investigar Paulo de Tarso e a Escravidão em 1ª Coríntios, escrito por volta de 53 d.C. no principado de Nero (54 d.C.-68 d.C). Partiremos do pressuposto de que a escravidão era uma instituição presente no imaginário daquela Ekklesia; ao leste do Mediterrâneo Romano por meio de uma análise de contexto e conteúdo da epístola, pela compreensão de tal fenômeno. . Nesse pano de fundo, buscamos avaliar como o movimento paleocristão dialogou com a filosofia estoica e como tal contribuiu para este fenômeno.

Para além da ambiguidade: a construção de César em pro Marcello, de Marco Túlio Cícero

Ana Letícia Eidt Postiga (PUCRS)

O presente trabalho tem como principal objetivo analisar a construção que Cícero faz da persona de César ao longo da primeira oração cesariana. O pro Marcello, de Cícero, a muito chama a atenção de classicistas e pesquisadores da área, deixando uma trilha bem documentada de comentários e interpretações acerca do discurso. Nos últimos anos, o eixo de estudo tem se deslocado bastante da discussão que se atentava ao aspecto da ambiguidade enquanto principal

temática dentro do discurso, passando a reparar em outros aspectos como o uso e a presença intertextos, e a forma como características eram atribuídas à figura do ditador em meio a tempos tão incertos. César havia saído vencedor da guerra civil contra Pompeu, e Cícero, tendo tomado o partido do segundo, havia recentemente retornado a Roma após meses no exílio. O pro Marcello, entregue de forma oral perante ao Senado em 46 a.C. marca, ademais, a quebra de um longo silêncio mantido por Cícero desde 52, em que o famoso orador não se pronunciou publicamente por seis anos. Nesse sentido, buscamos identificar, a partir da análise do pro Marcello e frente aos novos debates acerca deste discurso, quais os atributos que Cícero confere a César, e como este era construído enquanto governante dentro do discurso. Para além disso, também procuraremos também perceber os sentidos que estes atributos podem ter dentro do contexto em que o pro Marcello emerge. A pesquisa está ainda sendo elaborada na forma de projeto, e será, dentro dos próximos meses, desenvolvida enquanto monografia para a conclusão do curso de bacharelado em História. Mesmo em fases iniciais, a dificuldade de acesso uma parcela da bibliografia, sendo esta essencialmente estrangeira, já está se provando relativamente alta. No âmbito da produção nacional sobre o pro Marcello, até o presente momento, nada encontramos, o que ressalta a importância da continuidade desta pesquisa.

As narrativas sobre a Guerra de Tróia nos fragmentos de Safo de Lesbos

Ana Beatriz de Santana Bandeira Santos (UFPEL)

Safo de Lesbos, poetisa do período arcaico grego, é conhecida por suas canções sobre amor, perda e ritos. Ela fez parte do cânone dos nove principais poetas da Antiguidade arcaica, ao lado de Alcmán, Alceu, Estesícoro, Íbico, Ancreonte, Simônides, Baquílides e Píndaro, sendo a única mulher do grupo. Das canções de Safo, restaram cerca de 200 fragmentos com apenas um completo: O Hino a Afrodite. Apesar da dificuldade encontrada ao analisar o trabalho fragmentário da poetisa é possível identificarmos o conteúdo de algumas canções, compreendendo algumas das temáticas que Safo utilizava. Na presente comunicação, analisaremos três fragmentos de Safo (frag. 16, 23 e 44) que tratam sobre narrativas envolvendo a Guerra de Tróia, buscando compreender a visão da poetisa sobre essa temática e seus personagens.

O camponês na comédia As Nuvens de Aristófanes

Matheus Barros da Silva (Universidade Federal do Rio Grando do Sul)

A presente comunicação tem como objetivo realizar uma problematização sobre a representação do camponês na comédia aristofânica As Nuvens. A partir desse ponto se desenvolve alguns objetivos de maior especificidade: 1) identificar a natureza da valoração daquela figura cênica – o camponês; 2) investigar no discurso de Aristófanes elementos que permitam afirmar a existência de uma ideologia camponesa passadista, que valoriza o camponês e seu modo de vida em oposição ao ethos urbano tal qual se desenvolvia na Atenas do século V AEC.

O que Creon quer de Tebas. todo poder e o trono me pertencem

Jussemar Weiss (FURG)

Busca-se neste artigo aprofundar nossas investigações sobre a forma de atuação de Creon quando ele retoma o poder , com a morte dos irmãos em Tebas. Nota-se que Creon busca construir para si, uma perspectiva de salvador da cidade em crise. Sua Ascenção ao trono, seria um recomeço para uma cidade que viveu uma série de crises. No verso 174 Sófocles nos revela quem é Creon. Neste verso diz: todo poder e o trono me pertencem. Este verso e que se prolonga ate o verso210, abre um movimento no texto no qual podemos notar a criação por Creon de um gramática do poder, que visa situar todos, sem exclusão a partir de sua visão de poder. ao final do verso 210, temos a fala do coro que diz no verso 213: A ti é dado usar a lei de toda a forma....Creon recebe do coro, composto por anciãos total franquia para fazer o que achar necessário para conter qualquer forma de rebeldia tanto quanto aos mortos quanto aos vivos. O Coro abre um imenso território de ação para que Creon realize seu programa: pacificar a cidade a ferro e a fogo.

ST 04: As Religiões e Religiosidades na pesquisa histórica: temas, abordagens e ensino

Coordenadores: **Mariana Schossler (UNISINOS), Renan Santos Mattos (Governo do Estado do Rio Grande do Sul)**

Sessão 1
28/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 04

Sessão 2
29/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 04

Ementa: O presente simpósio temático, proposto pelo GT de História das Religiões e das Religiosidades (GTHRR/ANPUH-RS), tem por objetivo a discussão sobre a temática das religiões e religiosidades em seu aspecto teórico-metodológico e/ou empírico na pesquisa história. Nesse sentido, destaca-se a complexidade com que a esfera religiosa tem sido problematizada nas diferentes disciplinas das Ciências Humanas (História, Antropologia, Sociologia, Filosofia, Ciências da Religião) e em suas múltiplas formas de expressão. O ST, ao privilegiar o diálogo transdisciplinar, busca agregar pesquisas que contemplem diferentes perspectivas religiosas em diferentes temporalidades históricas e recortes geográficos, abrangendo temas vinculados a instituições religiosas, as sociabilidades religiosas, as manifestações de fé, como peregrinações e devoções, festas, ritos e cultos; religiões, religiosidades como formas de preservação de identidades étnico-culturais; trânsitos religiosos decorrentes de contatos interculturais; o neopaganismo; e os movimentos religiosos da contemporaneidade, de forma a elucidar as dinâmicas que delinearam as liberdades, as tolerâncias, as tensões e resistências religiosas. Frente a tal problemática, em que se evidencia a presença do religioso no espaço público, o Simpósio também avalia o impacto da abordagem do fenômeno religioso sobre o entendimento do contexto histórico brasileiro e, em especial, o sul-rio-grandense, trazendo os impactos do religioso nos diferentes campos da sociedade bem como a reflexão a respeito do atual cenário historiográfico brasileiro.

Sessão 1
28/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 04

“Costumado a disputar sobre matérias da religião”: Cristãos-novos, palavra escrita e tensões milenário-messiânicas na cidade da Bahia (séc. XVIII)

Ademir Schetini Júnior (Universidade Federal Fluminense)

O objetivo principal da comunicação é levantar novas questões no tocante às religiosidades coloniais, sobretudo em relação aos criptojudaísmos no século XVIII. No alvorecer setecentista, um rol de acusações enviado por comissários de São Salvador da Bahia ao Santo Ofício de Lisboa classificou como proposições heréticas a conduta de cristãos-novos daquele espaço colonial. O inventário das heresias continha críticas à Inquisição, conteúdos contrários à pureza da fé católica e posse de obras defesas. Certo mercador foi acusado de possuir livraria, biblioteca e estante com livros proibidos, entre pequenos e grandes, impressos e manuscritos. O trabalho destaca o fortalecimento do sentimento judaico e a circularidade cultural no século XVIII, isto é, duzentos anos após a conversão forçada dos judeus ao catolicismo. Ao mesmo tempo, coloca em cena um corpus do palavreado afrontoso movido por cristãos-novos contra a Inquisição, cujas

expressões buscavam a exaltação da lei de Moisés com marcas do milenarismo cristão e do messianismo judaico. As ideias advogadas pelos jesuítas Pe. António Vieira, João Falleti, Valentim Estancel e semelhantes irmãos da Companhia de Jesus receberam eco para além dos círculos conventuais. O tema do milenarismo judaico-cristão esteve vivo no século XVIII baiano e neste contexto muitos sujeitos desejaram apressar a vinda do Messias a Lisboa para julgar vivos e mortos e, consequentemente, para acabar com o Tribunal da Inquisição. O estudo se centra em manuscritos produzidos pela Inquisição portuguesa, notadamente cadernos do promotor, maços e documentações avulsas. A abordagem micro-histórica permite uma análise cuidadosa do caso, o qual corrobora o sistema de transgressão da ordem institucional presente nos interstícios de elites letradas e camadas populares da Modernidade.

As estratégias para a expansão da Congregação da Missão durante o superiorato do padre Jean-Baptiste Étienne (Paris, 1843-1874)

Pryscylla Cordeiro Rodrigues Santirocchi (UFMG)

A Congregação da Missão, fundada em 1625, por São Vicente de Paulo, foi uma das congregações católicas que, durante o século XIX, mais se expandiu e mundializou-se. Assim, materializou a presença do catolicismo ultramontano, pelos cinco continentes, a partir dos trânsitos espaciais e culturais de seus agentes. Tal processo foi iniciado durante a direção do Superior Geral Jean-Baptiste Étienne (1801-1874), entre os anos de 1843 e 1874. Esse padre ficou conhecido entre os lazaristas como o "segundo fundador" da congregação, pois em sua administração realizou uma reforma institucional, que reconfigurou a estrutura hierárquica, normativa e comunicacional, a fim conectar a Casa Mãe dos Lazaristas, em Paris, às diversas "províncias" que foram se espalhando pelo mundo. Nesse sentido, nos questionamos acerca das estratégias utilizadas por este superior geral, a fim de promover e executar essa expansão, a partir do centro congregacional. Para tanto, utilizaremos alguns pressupostos teórico-metodológicos da connected history e da Global History, correntes que vem se destacando na historiografia atual e tem contribuído para as reflexões relacionadas às instituições religiosas.

Discurso fundador e narrativas dissonantes em 150 anos da Festa e Romaria de São Miguel (Passo Fundo/RS)

Gizele Zanotto (Universidade de Passo Fundo)

Este trabalho visa discutir a historicidade e configuração do discurso fundador e versões dissonantes acerca da festa comunitária iniciada em 1871 no distrito do Pulador de Passo Fundo/RS. A festa em honra ao arcanjo São Miguel reuniu membros afrodescendentes da comunidade local e regional e progressivamente foi se conformando como evento marcante das festividades religiosas e de sociabilidade passo-fundense de católicos, afrorreligiosos e outros devotos a partir da narrativa de encontro da imagem missioneira no retorno de dois escravizados do conflito da Guerra do Paraguai. Esta imagem recebera uma ermida que foi vetorizadora de um espaço sagrado configurador de práticas devocionais que deram início a peregrinações, inicialmente, em torno da ermida/capela, e posteriormente com romarias partindo da Igreja Matriz e Igreja São Vicente de Paulo, até a Capela de São Miguel, antecedendo os rituais de missa campal, batizados, bênçãos, festa, atividades de lazer e sociabilidade ainda hoje realizadas. Nesse processo alguns discursos dissonantes foram verificados, lançados via imprensa entre a comunidade, como que questionando pontos importantes da narrativa tradicional. Nosso interesse é problematizar os sentidos dessas narrativas dissonantes, visto destituírem grupos de poder e filiação simbólica comunitária e afrodescendente do princípio da festa. As fontes serão materiais divulgados na imprensa local, que perpassam o período de 1914 a 2021, que serão contextualizados em sua produção e sentidos. A metodologia perpassa a história da imprensa, o conceito de discurso fundador e linhagem de sentidos, bem como categorias da análise do discurso, de matriz francesa.

Nossa Senhora de Czestochowa: A Religiosidade como parte da constituição da identidade dos (I)Migrantes poloneses na região das Missões/RS

Andressa Domanski (Universidade de Passo Fundo)

O presente trabalho tem como tema o Santuário de Nossa Senhora de Czestochowa, localizado no município de Guarani das Missões, região noroeste do RS. O objetivo é desenvolver parte da investigação que compõe os estudos da pesquisa de Doutoramento em História, cuja proposta de desenvolvimento de tese é entender sobre a representação, a identidade e o patrimônio cultural dos (i)migrantes poloneses na região das Missões/RS. O município de Guarani das Missões, é conhecido por ter uma comunidade numerosa de descendentes poloneses e, por isso, mantém manifestações culturais e religiosas predominantemente dessa etnia. O Santuário de Nossa Senhora de Czestochowa

existente atualmente na comunidade da Linha Bom Jardim, uma das mais antigas comunidades de imigrantes e descentes de poloneses na região e foi criado a partir de parte de uma capela anterior ao ano de 1994. A partir disso, passaram a ser realizadas celebrações e romarias em devoção à santa polonesa e, o santuário tornou-se também um lugar de visitação turística de importância local e regional. A metodologia aplicada nessa etapa de estudo será com base em estudos bibliográficos em livros, artigos e demais materiais disponibilizados pela Biblioteca Municipal do município supracitado. A base teórica foi desenvolvida com leituras sobre o Patrimônio (FUNARI; PELEGRINI, 2006), (CHUVA, 2012). Os resultados do trabalho apresentam-se na forma de contribuição em termos de conhecimento sobre a cultura da etnia polonesa na cidade de Guarani das Missões, o que é parte fundamental da tese de doutoramento.

Leituras sobre Edith Stein : Entre o teatro e a Beatificação

Danilo Souza Ferreira (Universidade Federal de Ouro Preto)

Este trabalho procura apresentar a recepção do pensamento da filósofa Edith Stein e a construção biográfica feita sobre a intelectual religiosa no Brasil, isto é, entre 1948 até 1998. Esse período é delimitado pela primeira publicação de Stein na revista católica A Ordem e pelo início do processo da tradução acadêmica das obras completas da fenomenóloga. Destacando que o processo de o processo de beatificação de Edith Stein em 1998 mobilizou três grandes grupos de "ativistas da memória": O primeira era o da comunidade de religiosos católicos, em especial as carmelitas, das quais Edith Stein havia feito parte ao se tornar uma freira Carmelita Descalça no monastério de Colônia em 1933. O segundo era o das feministas, em sua maioria polonesas e alemãs muitas que leram os escritos das conferências proferidas por Stein no período em que se tornou professora do instituto para formação de professoras das irmãs dominicanas de Santa Madalena, em Speyer. Estes travavam mormente do papel da mulher na sociedade e compreendiam que a sua conversão era uma extensão de seus escritos filosóficos, nos quais denunciava uma falta de maior participação das mulheres na Igreja católica. Por fim, o terceiro grupo englobava a comunidade judaica, que compreendia o processo de beatificação como uma afronta e uma tentativa de apagamento do holocausto judaico.

Sessão 2
29/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 04

A história social da religião e as contribuições teórico-metodológicas de E. P. Thompson

Wellington da Silva Medeiros (UFRRJ)

Na análise de Thompson (2021) sobre a "dissidência", revela-se o duplo caráter do fenômeno religioso: seu papel social de legitimação da sociedade estabelecida, mas também de crítica e protesto contra esta mesma sociedade. Por um longo tempo, houve certo consenso entre pesquisadores marxistas que a religião seria "o ópio do povo". Entretanto, a postura dos diferentes grupos religiosos desvinculados da Igreja Anglicana, na Inglaterra, durante a segunda metade do século XVIII, demonstrou que é insuficiente e até errôneo tal enfoque teórico. Desta forma, o presente artigo tem como objetivo discutir as contribuições teórico-metodológicas de Edward P. Thompson para a compreensão das implicações sociais e políticas do fenômeno religioso a partir da luta de classes.

Do martírio de religiosos na Idade Moderna: estudo da historiografia recente sobre a temática

Jefferson Aldemir Nunes (Unisinos)

Um dos traços distintivos da religião cristã é o culto a um martirizado, Jesus Cristo, que foi morto por autoridades romanas por causa de seu discurso, que entrou em conflito com o poder religioso judaico e foi considerado subversivo. A construção de uma religião em torno de sua imagem, derivada de seus primeiros seguidores com os quais teve contato, levou a anos de intensa perseguição pelos romanos, gerando mortes que foram consideradas martírios pelos cristãos e que, mesmo após a institucionalização da religião e a diminuição das perseguições, seguiriam ocorrendo. Durante a Idade Moderna, especialmente, houve um reavivamento das tensões religiosas, tanto no continente europeu (com as Reformas Protestantes), quanto com as grandes navegações, que forneceram aos europeus o contato com novas populações na América, Ásia e África, encontro esse que, não raro, gerava conflitos, com a morte de cristãos. O conceito de martírio, portanto, é uma constante dentro da história humana há milênios, inclusive com mortes da contemporaneidade sendo consideradas dessa forma para movimentos sociais (como durante conflitos com governos ditatoriais, onde indivíduos engajados tombam em defesa da justiça social, como o padre Oscar Romero em El Salvador), o que exige uma discussão sobre a alteração desse termo ao longo do tempo/espaço. A ideia de martírio não é a mesma para os gregos (como Sócrates, que é considerado um mártir em defesa de suas ideias), para os cristãos primitivos perseguidos pelos romanos, para os cristãos das

Reformas, para outras populações com as quais os europeus iniciaram os contatos durante a Modernidade (como os chineses), nem para os movimentos sociais contemporâneos. Assim, o presente trabalho objetiva a percepção da influência do martírio (especialmente de religiosos) dentro da historiografia atual sobre o período moderno. A partir da análise de um workshop recente sobre o tema, ocorrido na República Tcheca e que reuniu pesquisadores importantes que trabalham a temática, e do levantamento de artigos disponíveis online, foi possível construir uma visão sobre como a temática vem sendo pensada. Os resultados apontam para a influência de novas tendências historiográficas como a "global history" e a multiplicidade de abordagens possíveis para os trabalhos sobre o martírio. Assim, se pretende demonstrar a riqueza das pesquisas sobre a morte de religiosos para pensar temas de religiosidade, como os indivíduos interagem com o sagrado e como essas visões são construídas e manejadas pelos sujeitos conforme interesses específicos, como propaganda visando atrair recursos para missões, ou para levar adiante processos de beatificação e canonização.

As dimensões multicausais de identificação e regulação religiosa: (re)pensando seus usos para a História do Brasil

Rebecca Gicele Sequeira Pegado (UFMG)

A História é uma ciência referencial e relacional, cujo ofício consiste em tornar os dados extraídos de suas fontes em textos inteligíveis, os quais possam fornecer indicadores sobre perspectivas passadas através da relação entre o sujeito do presente e o objeto do passado em permanente mutabilidade. No que diz respeito ao campo da História das Religiões, estabelecer critérios para analisar as tipologias que caracterizam as identidades religiosas e suas narrativas êmicas, bem como seus processos de validação, constitui em investigar seus contextos de formulação, legitimação e regulação. (RÜPKE, 2022). Nesse sentido, historicizar esses aspectos é levar em conta seus fatores multicausais, alargando a operação historiográfica para além do parâmetro católico-cêntrico e considerando outras formas de identificação que forneçam indícios sobre a diversidade religiosa das sociedades passadas. Com base nessa acepção e sob à luz da historiografia (AGNOLIN, 2013; LIMA, 2002; MASSENZIO, 2005; MATA, 2010), esta pesquisa envolve não só pensar em elementos institucionais, fundacionais, apologéticos e proselitistas distintivos às religiões, mas também refinar a percepção sobre as dimensões do crer. Este estudo tem como objetivo, portanto, problematizar as categorias de identificação e regulação religiosa a partir das argumentações apontadas pelo antropólogo Alejandro Frigerio (2007) sobre o cenário latino-americano, refletindo em que medida sua proposta pode servir para

instrumentalizar a abordagem histórica no que tange à diversidade religiosa no Brasil.

Complexidade política e social na relação Igreja Católica e Meios de comunicação

Pâmela Pongan (UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO - UPF)

A relação entre a Igreja Católica Apostólica Romana e os meios de comunicação é estabelecida por uma trajetória longa, marcada por várias discussões e posicionamentos da instituição em relação a mídia, que vai de uma postura conservadora e repreensiva, passando por uma leve aproximação até chegar a inclusão do uso de diversas mídias na ação pastoral da instituição, sendo ligada a defesa e difusão de seu dogmatismo. As transformações e inovações tecnológicas provocaram profundas e significativas marcas nas relações sociais. Assim, diante dessa nova realidade, a Igreja não poderia mais ficar alheia ou batendo de frente com as mudanças, mas cabia a ela se adaptar, conviver, entender e se inserir no processo de midiatização da sociedade. Essa nova realidade social causou a reestruturação na Cúria Romana em relação as comunicações sociais, solidificando a mudança do pensamento e das ações da Igreja sobre os meios de comunicação, iniciada no Concílio Vaticano II até o reconhecimento da internet como ferramenta de evangelização. Além da inserção da instituição na nova estrutura de relação e comunicação entre os indivíduos e a sociedade contemporânea que utiliza do ciberespaço para estabelecer e aproximar linguagens e culturas, bem como, a partir dessa aproximação da igreja, ser ambiente de construção, discussão e vivência da fé cristã católica, marcando a reviravolta nesta relação Igreja-comunicação. Assim, nesta pesquisa, vamos trilhar esse caminho, analisando os documentos pontifícios, episcopais e publicações ligadas a Santa Sé no que tange a mídia e seus veículos de informação, buscando identificar e analisar as transformações que essa relação causou no seio do catolicismo, principalmente no viés político, pois, o processo de abertura da Igreja aos meios de comunicação iniciou-se amparada na justificativa de dar voz ao povo que sofria com as mazelas e injustiças sociais, propondo uma análise crítica sobre o tema.

A liberdade, o gênero e o mal: a reforma da Igreja entre mulheres luteranas

Joyce Aparecida Pires (UNESP)

A pesquisa de doutorado é desenvolvida a partir da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e, o objetivo geral é compreender as dificuldades em legitimar o exercício eclesiástico feminino no campo cristão. Leva-se em conta que são quarenta anos de abertura para a participação das mulheres na estrutura eclesiástica desta Igreja protestante de imigração alemã. A abordagem adotada investe principalmente na compreensão dos sentidos atribuídos pelas agentes que participam da produção teológica feminista no protestantismo luterano no Brasil e as práticas de legitimação de autoridade, reconhecimento e representação que emergem através das atuações de ministras ordenadas, teólogas e demais líderes religiosas envolvidas com a IECLB. É adotado o enfoque etnográfico que busca analisar, nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, o universo político-religioso no qual se encontram as líderes oficiais da Igreja Luterana e teólogas que se declaram feministas, ou não. Dentro da investigação busca-se situar as discussões, os usos e apropriações dos conceitos de mulher e religião nesse mundo social, assim como buscar compreender como esses conceitos são construídos e negociados em interface com a formação teológica e a atuação eclesiástica dessas líderes. Com a revisão bibliográfica e a perspectiva etnográfica, vem se buscando compreender como essas mulheres passam pelas etapas de formação e posteriormente são ordenadas pastoras. Também busca-se compreender como se dão as construções de cidadania clerical, situações de positividade da subjetivação feminista como resistência, singularidade da posição de poder das mulheres no ministério e produção de diferenças de gênero. Ao aprofundar o contexto histórico em que se constituíram e se autorizaram os símbolos religiosos do luteranismo e seu projeto de Igreja Luterana no Brasil, venho examinando um dos caminhos pelos quais a condição da mulher é discutida e reelaborada na religião, na política atual e nas relações tradicionais de gênero da sociedade brasileira, neste caso, dentro do luteranismo. Nesta pesquisa os conceitos de gênero/corpo, religião e poder inseridos na literatura feminista de gênero são operacionalizados e problematizados com a observação das práticas luteranas e suas produções no campo de saber teológico. Portanto, como um estudo das formas distintas das construções dos parâmetros da participação das mulheres nas religiões cristãs, o presente trabalho discute sobre a hierarquização dos gêneros em um campo religioso. Em termos êmicos, o que elas entendem como ministério ordenado sem hierarquia e sem neutralidade, mas composto por homens e mulheres.

Os pássaros não cantam em Cabul: Construções de representações sobre o Islã e os muçulmanos nas obras de Khaled Hosseini

Jéssica Pereira da Costa (Universidade de Caxias do Sul)

O presente trabalho tem o objetivo problematizar as representações construídas sobre os muçulmanos, presentes nos romances "O Caçador de Pipas" e "A Cidade do Sol" do escritor de origem afegã e radicado nos Estados Unidos, Khaled Hosseini. Em 2023, o romance que alavancou a carreira do autor, "O Caçador de Pipas", completará 20 anos de sua primeira publicação e passadas quase duas décadas, torna-se relevante questionar os impactos que estas obras literárias tiveram no imaginário Ocidental sobre o Islã e os muçulmanos. O ano de 2021 também marcou duas décadas do atentado ocorrido contra as Torres Gêmeas em Nova Iorque e recentes eventos envolvendo os conflitos no Afeganistão provocaram uma nova onda de produções midiáticas e conteúdos nas redes sociais. Desta forma, tem-se o intuito de analisar as obras em questão, à luz dos Estudos Orientalistas e da História Cultural. Segundo Said (2007), é importante considerar que as elaborações sobre o Islã e os muçulmanos ligados à ideia de um "Oriente" ao mesmo tempo próximo e distante, exótico, estranho, misterioso, violento, místico e opressor em oposição ao um "Ocidente" evoluído, avançado, civilizado, racional, laico e moderado, perpetuaram separações que avançam pela geografia e definiram um "nós" em contradição a esse "outro". Esta percepção, conforme Arjana (2015), atravessou gerações e perpetuou-se no imaginário ocidental e pressupõe os muçulmanos no lugar de inimigo, no lugar de oposto a tudo que o Ocidente é. Segundo a autora, este "monstro muçulmano", desumanizado pelos estereótipos, se transformaria conforme o contexto e os problemas de cada período histórico. Dando a sociedade ocidental a figura monstruosa a ser combatida (ARJANA, 2015). Desenvolve-se o estereótipo do fiel do Islã, desumanizando-o, contribuindo para a violência tanto física, mas em sua grande parte simbólica e moral. Dentro deste contexto, surgiram produções midiáticas que buscavam caracterizar e representar esse novo "ideal" de inimigo. Programas jornalísticas, filmes e romances pretendiam ilustrar para a audiência este novo cenário. Dentro deste contexto os romances ganharam notoriedade no Estados Unidos e no mundo. Hosseini ambienta suas duas obras no Afeganistão. País este, que estava sendo invadido, era apresentado para o mundo como o esconderijo dos terroristas, com um grupo violento no poder: o Talibã. Ou seja, mostrava-se como o oposto de todos os ideais morais, éticos, civilizatórios e mesmo estéticos que o Ocidente pregava para as lideranças políticas. No final do ano de 2021 o Afeganistão, seu povo e sua História voltaram para o noticiário mundial com a retirada das tropas estadunidenses do território e a rápida retomada do controle do Talibã na região, carecendo de reflexões historiográficas sobre estes eventos.

ST 05: Censuras, repressões e resistências nos Estados autoritários do pós-1930

Coordenadores: **André Barbosa Fraga (Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro), Mayra Coan (Centro Universitário Fundação Santo André)**

Sessão 1
27/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 05

Ementa: Os efeitos políticos e econômicos da Primeira Guerra Mundial, que atingiram a Europa e as Américas durante a década de 1920, geraram insegurança quanto ao futuro de muitos países. A crise de 1929, a descrença nos valores democráticos e o medo da expansão do socialismo favoreceram a ascensão de regimes autoritários que, em geral, propunham a construção de um Estado forte, centralizado, nacionalista e anticomunista. As décadas de 1930 e 1940 são marcos para uma série de transformações que representaram profundas mudanças na história contemporânea mundial. Muitas delas foram dirigidas por regimes autoritários no pós-30, como os de Benito Mussolini na Itália, Adolf Hitler na Alemanha, Josef Stálin na União Soviética, Getúlio Vargas no Brasil, Antonio de Oliveira Salazar em Portugal e Francisco Franco na Espanha. Algumas democracias do período também tiveram momentos mais autoritários como a experiência argentina com Juan Domingo Perón durante os anos 1940 e 1950. Apesar de esses regimes serem amplamente abordados pela historiografia, dentro e fora do Brasil, em geral, nos eventos acadêmicos, nem sempre é possível ter um espaço específico de discussão sobre suas práticas autoritárias. A conjuntura nacional e internacional em que vivemos, marcada pelo crescimento do número de governantes, regimes ou de políticas autoritárias e pelo crescente negacionismo a respeito do passado de exceção vivido por muitas nações também impele a necessidade de discussões acerca das práticas censórias e repressivas empreendidas no pós-1930. O intuito do ST é fomentar a troca de conhecimento e reunir pesquisadores que reflitam sobre as diversas formas de censura e repressão empreendidas por regimes autoritários no pós-30. Serão bem-vindos trabalhos que analisem as práticas de censura e repressão implementadas pelas variadas instituições estatais nos âmbitos local, regional, nacional ou transnacional, mas também aqueles que tratem dos projetos, reflexões e ações dos distintos sujeitos envolvidos nessas práticas autoritárias, como pessoas comuns, políticos, intelectuais, ministros e militares. As variadas oposições, resistências e contestações, como no meio intelectual, artístico, estudantil e sindical também serão consideradas. Igualmente nos interessam as ponderações sobre as heranças e os legados autoritários, explicitados nas

continuidades e desdobramentos dessas práticas em instituições em períodos posteriores, como de transição ou mesmo nos regimes democráticos até os dias atuais. Esperamos, assim, congregar pesquisadores e fomentar as discussões acerca das práticas autoritárias que imperaram no pós-30, mas que têm implicações até os dias atuais.

Sessão 1
27/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 05

A organização e atuação do Clube 3 de Outubro no Governo Provisório de Getúlio Vargas

Allony Rezende de Carvalho Macedo (Universidade Federal de Juiz de Fora)

Após a "Revolução de 1930", o Governo Provisório de Getúlio Vargas enfrentou desafios para se estabilizar. No campo político, foi pressionado na sua base principalmente por grupos que divergiam entre si quanto à duração do regime discricionário e quanto ao modelo de Estado a ser (re)estabelecido, a partir daí. Entre setores das oligarquias "revolucionárias" advindas de estados eleitoralmente mais fortes, como São Paulo e Rio Grande do Sul, houve a tendência de apoiarem a reconstitucionalização imediata, visando recompor a ordem liberal e garantir seus tradicionais espaços de poder, frente à atuação da União. Já entre os setores mais radicalizados, fortaleceu-se a defesa da prorrogação da "ditadura" do Governo Provisório para a aplicação de medidas de caráter mais centralizador. O argumento, defendido por "tenentes", por nomes como Osvaldo Aranha, Góis Monteiro, e por oligarcas dos estados do Norte e Nordeste, era de que se fazia necessário, antes de tudo, garantir o desmonte das "máquinas eleitorais" responsáveis por sustentar o poder político dos grupos derrotados pela "Revolução". Buscando apoiar e influenciar na condução do Governo Provisório, civis e militares, muitos deles "tenentes", organizaram-se em torno do Clube 3 de Outubro, a partir de maio de 1931. Entre outras iniciativas semelhantes na época, o grupo se destacou pelo seu grau de organização, capacidade de articulação e disposição para elaborar e defender um amplo programa de reformas. Para seus sócios, a prorrogação do período ditatorial era essencial para garantir que as velhas oligarquias não atuassem na condução do novo governo. Influenciados pelo nacionalismo autoritário de Alberto Torres e Oliveira Vianna, propunham medidas como a implantação da "representação profissional" no Legislativo e uma reforma no regime federalista, almejando a participação das "classes produtoras" na direção do Estado e que as decisões tomadas no nível federal se fizessem cumpridas nos estados e municípios. Esta comunicação procura apresentar e analisar a estrutura organizativa do Clube 3 de Outubro, bem como suas formas de atuação política durante o período, que consistiam, por exemplo, em garantir postos de poder importantes, como o

controle das interventorias estaduais, e em pressionar seus adversários, inclusive, se utilizando de violência quando julgaram necessário – como no episódio do empastelamento do jornal de orientação liberal Diário Carioca, em fevereiro de 1932. As principais fontes são os documentos do Clube 3 de Outubro, localizados no arquivo da organização, sob a guarda do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), e os jornais Correio da Manhã e Diário Carioca, disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A visão de Carlos Marighella acerca da Carta Constitucional de 1937

Eduardo dos Santos Bueno (PUCRS)

Este artigo deseja apresentar e analisar a fala do deputado Carlos Marighella acerca da Carta Constitucional de 1937, proferida na Assembleia Nacional Constituinte de 1946. Para Marighella e a bancada comunista que buscavam uma estabilidade na política institucional após tantos anos na ilegalidade, ficou caracterizada como ‘’Carta para-fascista’’, tendo em vista sua inspiração e sua restrição de direitos políticos. Assim, pretendo contrapor a visão apresentada pelo deputado com as de outros intelectuais, como Francisco Campos – autor da Carta Constitucional – e os juristas Oliveira Viana e Pontes de Miranda, que defenderam sua instauração. Não obstante, diante da urgência em estabelecer um Regimento Interno na Constituinte e uma posição firme contra a Carta de 37, sugiro através das falas de Carlos Marighella que esta era uma tarefa emergencial para os comunistas que buscavam manter sua legalidade ao mesmo tempo que apresentar suas ideias na Constituinte, argumentando contra uma Constituição que os criminalizava.

A repressão no governo Vargas: prisões políticas em Manaus durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945)

Pedro Marcos Mansour Andes (SEDUC e SEC)

O presente artigo tem como objetivo central identificar e analisar as prisões motivadas por questões políticas e aquelas ocasionadas pelos crimes contra a economia popular ocorridas em Manaus durante a ditadura do Estado Novo. Procuramos destacar os argumentos utilizados para denunciar os possíveis desafetos políticos do governo varguista na cidade. As fontes utilizadas para a elaboração deste pequeno texto foram as edições dos jornais do Commercio e A Tarde, que circularam na cidade durante o período pesquisado, cartas e

telegramas enviados para o presidente Getúlio Vargas, que se encontram do Fundo do Gabinete Civil da Presidência da República no Arquivo Nacional e os Processos Crimes digitalizados que fazem parte do Fundo do Tribunal de Segurança Nacional e estão disponíveis no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). As prisões e os processos que ocorreram em Manaus podem exemplificar como foi utilizada toda a estrutura repressora normativa do Estado Novo pelos agentes do governo na tentativa de combater o avanço do perigo vermelho, visavam a manutenção da ordem política e social e a aplicação da lei de tabelamento de preços. Todos esses processos, cartas e reportagens analisados mostram que apesar das dificuldades a máquina repressora estadonovista foi atuante e de certa maneira efetiva na capital amazonense.

A censura ao cinema e os órgãos de propaganda do governo Vargas

André Barbosa Fraga (Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro)

A chegada de Getúlio Vargas ao poder federal, por intermédio da chamada Revolução de 1930, deu início a uma série de transformações políticas, econômicas, sociais e culturais profundas que marcou as décadas de 1930 e 1940. Um elemento fundamental para se compreender essa experiência republicana consistiu na existência de uma sequência ininterrupta de órgãos estatais de propaganda e censura. Nesse contexto, a criação do Departamento Oficial de Publicidade (DOP), já em 1931, evidenciava o interesse imediato do presidente de contar com um setor administrativo adequado para gerenciar os meios de publicidade federal e servir de controle da informação. Em 1934, com o intuito de aperfeiçoar e de ampliar o escopo de atuação desse tipo de instituição, o governo encerrou as atividades dele e iniciou as do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC). Em 1935, este sofreu uma mudança no nome, passando a ser chamado de Departamento Nacional de Propaganda (DNP). Em 1939, nova alteração, com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). A destruição dos arquivos institucionais desses órgãos, em 1946, no contexto de redemocratização do Brasil, fez com que tais departamentos fossem muito pouco estudados pela historiografia. Embora tenham tido papéis significativos em setores como turismo, imprensa, radiodifusão, teatro e cinema, a atuação deles segue em grande parte desconhecida. A presente pesquisa pretende avançar na última área descrita, no que diz respeito ao tema da censura cinematográfica. O objetivo deste estudo, a partir de documentação não explorada anteriormente, depositada nos fundos Ministério da Justiça e Negócios Interiores e Gabinete Civil da Presidência da República, ambos do Arquivo Nacional, e em jornais localizados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, é analisar o cotidiano de atuação dos setores de cinema desses órgãos. Procurar-se-á compreender os procedimentos adotados pela burocracia estatal para considerar um filme apto

ou não à exibição pública, quais os critérios, as regras e os responsáveis pela censura cinematográfica durante as décadas de 1930 e de 1940.

Imprensa e organizações antifascistas no Brasil na década de 30: os casos dos jornais O Homem Livre e A Manhã

Giovani Bertolazi Brazil (UFPEL)

A seguinte proposta de comunicação visa abordar a questão do uso de fontes de imprensa na história, usando como exemplo o tratamento teórico-metodológico realizado em torno de duas publicações, ativas no Brasil durante a década de 1930, O Homem Livre (1933-1934) e A Manhã (1935). Essa preocupação advém de um recorte da pesquisa de mestrado em andamento, que visa compreender os significados conferidos aos conceitos de fascismo e antifascismo, por parte da Frente Única Antifascista (FUA) e da Aliança Nacional Libertadora (ANL), duas organizações com preocupações semelhantes, mas que assumiram forma, caráter e correlação de forças diferentes. A imprensa é uma fonte privilegiada para o estudo de movimentos políticos, não sendo diferente para o caso das duas organizações abordadas. Por mais que se relativize o papel que o jornal impresso tem na mobilização de massas, a imprensa deve ser vista como espaço de sociabilidade e circulação de ideias e de busca por uma intervenção na realidade em que está inserida. No caso de O Homem Livre, órgão da FUA e publicado entre maio de 1933 e fevereiro de 1934, na cidade de São Paulo, sua razão de ser foi a de congregar toda a intelectualidade antifascista num espaço para quaisquer correntes do movimento operário que objetivassem combater o fascismo e suas expressões no Brasil. A publicação foi fundada também com o objetivo de alavancar a formação de uma frente única antifascista entre as organizações do proletariado, que viria a se concretizar na FUA. Apesar de sua duração curta e periodicidade irregular, O Homem Livre permite aprofundar a compreensão das motivações e dos métodos que se buscavam implementar na tarefa de construir unidade antifascista num movimento operário já fragmentado e muito fragilizado. A outra publicação utilizada é o jornal A Manhã, que atuou como órgão da ANL entre os meses de abril e novembro de 1935. A curta duração do jornal corresponde à também breve trajetória da organização, tendo sido fechado pela repressão que sucedeu à derrota do levante aliancista. Editado por Pedro Mota Lima, A Manhã circulou pela cidade do Rio de Janeiro com o propósito de propagar as ideias de alcance amplo que caracterizaram a ANL, mas que convergiam na importância dada às lutas anti-imperialista, antilatifundiária e antifascista. O uso de fontes jornalísticas exige um tratamento metodológico que seja capaz de compreender a imprensa dentro da sua complexidade e não apenas como depositária de informações. Sendo assim, os dois jornais utilizados serão analisados a partir do modelo proposto por Cruz e Peixoto (2007), o que permite

que se observe a imprensa dentro da sua historicidade, como produtora de sentidos, como espaço de sociabilidade e intercâmbio de ideias e em constante diálogo com seu público leitor.

Dos sentinelas para os chefes das nações: denúncias nas cartas de populares para Getúlio Vargas (1937-1945) e Juan Domingo Perón (1946-1955)

Mayra Coan Lago (Centro Universitário Fundação Santo André)

Entre as décadas de 1930 e 1950, centenas de pessoas de diversas partes do Brasil e da Argentina enviaram cartas para os governantes Getúlio Vargas e Juan Domingo, sobre as mais diversas temáticas, compartilhando a condição de serem "verdadeiros patriotas", que desejavam ser úteis e colaborar com os "novos países". O objetivo deste capítulo é analisar as cartas com denúncias a fim de compreendermos como os missivistas mobilizaram a noção de "pátria" para apresentarem suas aspirações, aflições, reivindicações e frustrações. A análise das cartas foi realizada com base nos pressupostos teóricos da História Comparada, História Política Renovada e Nova História Cultural (PRADO, 2005; RÉMOND, 1998; BAZCKO, 1985). Especificamente sobre cartas, os estudos gerais sobre as escritas de si de Angela de Castro Gomes (2004) e de Teresa Malatian (2015) e os específicos acerca das experiências históricas estudadas (ACHA, 2013; FERREIRA, 2011; GUY, 2017; WOLFE, 1993) contribuíram para estas reflexões. Consideramos que esta reflexão contribuirá para a compreensão sobre a mobilização de uma série de imaginários políticos acerca da pátria, das ameaças e dos inimigos do regime, mas também observarmos as distintas percepções sobre os contextos, as ameaças, os inimigos e os aliados dos regimes, assim como os papéis que eles e os governantes deveriam desenvolver nos "novos países".

Dos organismos de repressão às formas de violência no Chile ditatorial

Renata dos Santos de Mattos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Inserido no que Mariano (1998) designou de "Mercosul do Terror", o Chile ditatorial marcou gerações e deixou um legado que atravessa o tempo e incide diretamente no presente imediato. Seja por meio da adoção de austeras políticas econômicas de cunho neoliberal, ou da repressão policial indiscriminadamente empregada durante o "estallido social" de 2019, padrões ligados ao autoritarismo e ao Terrorismo de Estado foram visivelmente mantidos no Chile desde o golpe de 1973. Diante disso, se faz relevante, tanto na esfera política, quanto da historiografia do Tempo Presente, debater questões acerca desse passado no que

concerne à institucionalização da violência e dos órgãos estatais que a praticaram. Assim, este breve trabalho pretende abordar a constituição do aparato repressivo sob mando do general Augusto Pinochet, suas origens, organismos, bem como as técnicas utilizadas por eles a fim de coibir, reprimir e eliminar a oposição ao regime, oferecendo um panorama das violações aos direitos humanos perpetradas pelos agentes dos diferentes setores das forças armadas e suas especificidades. A despeito da escassez de fontes administrativas oficiais apontando o modus operandi desses agentes, serão referidos aqui arquivos repressivos apurados em pesquisas mais recentes sobre o tema, bem como arquivos sobre a repressão, tais como os informes das Comissões Rettig e Valech, além de publicações dos movimentos de resistência aliados a testemunhos.

"Se é PTB é vermelho, então pode prender!": A repressão a setores trabalhistas na fronteiriça Jaguarão (1964)

Darlise Gonçalves de Gonçalves (UFPEL)

Durante muito tempo a história da ditadura brasileira foi narrada a partir das vivências e experiências ocorridas nos grandes centros urbanos, sobretudo no Sudeste do país. Entretanto, este é um panorama que vem aos poucos sendo revertido. Destacam-se nesses novos estudos, as vivências de outros atores sociais, esmiuçando outras formas de resistência, para além da armada, e levando em conta as especificidades dos diferentes setores da sociedade brasileira a partir de um recorte regional, por exemplo, afinal o país possui um vasto território e as formas de resistência e repressão possuem suas particularidades de acordo com o espaço em que se desenvolvem. Ao encontro dessa perspectiva caminha essa comunicação que, sendo parte de uma pesquisa mais ampla, pretende discutir a repressão a setores trabalhistas após o Golpe de 1964 na interiorana e fronteiriça cidade de Jaguarão. Município gaúcho separado de sua vizinha oriental, Rio Branco, pela Ponte Internacional Barão de Mauá. De acordo com Ludmila Catela, "dependendo do contexto, a categorização como esquerdista pode ser extremamente estigmatizante" (2010, p.316) vista como algo perigoso e que deve, por isso, ser extirpado da sociedade. Nesse sentido, o "comunista", o "subversivo" se torna uma categoria ampla acolhida dentro da lógica do inimigo interno, que, nesse momento, em Jaguarão estava diretamente associada a quadros ligados ao PTB e ao Brizolismo. Conforme recorda o senhor Cassiano Santos "aqui era PTB... naquele tempo era PTB... tudo era comunista... [...] saia umas piadas... vamos prender os comunistas... mas como é que eu vou saber? Pergunta se é PTB, [então] prende que é comunista..." (SILVA, 2010). É inegável a força do PTB no município, sendo que, se tratando das pessoas detidas após a Operação Limpeza, durante a primeira quinzena de abril de 1964, todos eram membros ou simpatizantes do partido. Esse dado é de extrema importância para

compreendermos qual é o rosto que possuí o inimigo interno nesse primeiro momento. Outro ponto que merece destaque é o fato de que naquela época, a cidade possuía cerca de treze mil habitantes e, como todas as fronteiras vivas, pautava suas relações cotidianas em uma forte integração de fato com a cidade uruguaia de Rio Branco (MAZEI, 2012). Essas características, e outras, condicionavam as relações sociais e o viver em fronteira, e, logo, são fundamentais para a compreensão das particularidades presentes na dialética repressão e resistência estabelecida naqueles anos, conforme pretendemos demonstrar com essa comunicação.

ST 07: Ditaduras e passados recentes: histórias, memórias, lutas e usos do passado

Coordenadores: **Caroline Silveira Bauer (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Tatyana Maia (PUC-RS)**

Sessão 1
26/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 07

Sessão 2
27/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 07

Sessão 3
28/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 07

Sessão 4
29/07/2022 das 10:00 às 12:00 - Sala ST 07

Sessão 5
29/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 07

Ementa: Este simpósio temático reúne pesquisadoras e pesquisadores das ditaduras latino-americanas e dos períodos pós-ditatoriais. As pesquisas abrangem inúmeros objetos de pesquisa e múltiplas abordagens: os processos históricos dos anos 1960 à década de 2020; as lutas empreendidas por justiça, memória e verdade; e as memórias e os usos do passado sobre o passado recente da região. Objetiva-se oportunizar às pessoas que se inscreverem um espaço para debate de questões teórico-metodológicas, de fontes de pesquisa, de possibilidades de ensino e aprendizagem desses temas na educação básica, de estratégias historiográficas e políticas de enfrentamento ao negacionismo, de ações no âmbito da justiça de transição, etc.

Sessão 1
26/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 07

A História Pública dos professores perseguidos e cassados da Universidade Federal do Rio de Janeiro durante a ditadura civil-militar.

Andréa Cristina de Barros Queiroz (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Este trabalho se relaciona tanto com a pesquisa que coordeno na Divisão de Memória Institucional (DMI) do Sistema de Bibliotecas e Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro quanto com a pesquisa que desenvolvo no Pós-Doutorado no PPGHIS/UFRJ referente à reflexão sobre as disputas de memória dentro da Universidade sobre o seu papel e de seus atores sociais durante a ditadura civil-militar. Neste Encontro da ANPUH-RS, apresentarei apenas uma parte dessa pesquisa, voltada para a análise da trajetória dos quarenta e cinco professores perseguidos e cassados pela ditadura civil-militar na Universidade com o apoio de integrantes da instituição que contribuíram para a vigília e expulsão dos docentes, estudantes e técnicos. Reforçamos que esta pesquisa também incentiva a análise, a disseminação do acervo universitário, de seus lugares de memória, a orientação de novas pesquisas de Iniciação Científica entre os estudantes que se apropriam destes acervos como fontes e objetos e a divulgação dos resultados das pesquisas e destas fontes históricas nas mídias sociais da DMI. Promovendo, dessa maneira, não apenas a divulgação científica sobre/de a Universidade, mas também um debate sobre a sua História Pública, com um público que nem sempre é do campo da História, mas que tem uma identidade com a UFRJ, até mesmo uma memória afetiva com a instituição, com isso, contribuímos para refletir sobre alguns paradigmas referentes à Universidade, e sempre mantendo o compromisso metodológico e teórico possibilitando a ampliação do debate com a sociedade. Além disso, no caso específico dos docentes ao analisar as suas trajetórias promovemos um debate sobre o que foi o esvaziamento científico, político, social e cultural enfrentado pela UFRJ,e por muitas instituições de ensino e pesquisa, ao longo dos 21 anos de ditadura através da censura, perseguições, expulsões, violências e prisões sofridas pelo seu corpo social e em suas pesquisas.

Memórias e narrativas da luta armada e da ditadura militar na Bahia (1980-2016)

Edson Silva (UESB), José Alves Dias (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia)

Após o golpe de 1964, a sociedade brasileira viveu durante 21 anos sob o jugo da ditadura militar. Nas décadas de 1960 e 1970 a luta armada, por meio de organizações e partidos revolucionários de esquerda, surgiu como uma alternativa de resistência à ditadura. Não obstante, a intensidade das lutas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Pará e Maranhão, houve grande atuação das organizações revolucionárias na Bahia. Embora haja parcas abordagens historiográficas dedicadas ao assunto e permaneça o silêncio e o esquecimento na memória social. Em virtude disso, a pesquisa ora apresentada propõe análises sobre as narrativas e memórias da luta armada desenvolvida, especificamente, no território do Estado da Bahia. Para tanto foram selecionadas: a obra "Lamarca, o capitão da guerrilha" (1980); a série de livros intitulados "Galeria F – Lembranças do mar cinzento" (2000-2016), todas de autoria do jornalista, professor e escritor Emiliano José, bem como, "Quem samba fica – memórias de um ex-guerrilheiro" (2011), do advogado Rui Pinto Patterson. Os objetivos são: averiguar, a partir das memórias registradas em tais publicações, quais organizações revolucionárias de esquerda atuaram na Bahia; o porquê da opção pela luta armada; as regiões do Estado que foram cenário de atividades; qual a estratégia de luta concebida; as ações desenvolvidas e como a repressão política atuou frente as organizações e militantes. Aponta-se como hipóteses: que as narrativas e memórias constituem fontes de pesquisa sobre a história da ditadura militar e a experiência da luta armada na Bahia; expressam uma forma de rememoração das lutas de resistência, do terrorismo de Estado instalado a partir do golpe de 1964 e contrapõem-se ao silenciamento, ao esquecimento e invisibilidade deste passado. E, ao recordar, manifestam, ainda, uma intervenção política no presente, o imprescindível reconhecimento dos direitos das vítimas e a elucidação dos crimes da ditadura militar. Por fim, salienta-se a fundamentação desta análise por meio de conceitos como memória, esquecimento, silêncio, propostos por Maurice Halbwachs em "Les cadres sociaux de la mémoire" (1952); Michael Pollak, no texto "Memória, esquecimento e silêncio" (1989) e Walter Benjamin nas suas teses "Sobre o conceito de história" (1940).

Memórias plurais e narrativas: testemunhos na Ditadura Civil Militar em Curitiba

Stella Titotto Castanharo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Ancorado na metodologia da História do Tempo Presente e tendo como referência espacial a cidade de Curitiba, esta comunicação procura refletir sobre as diferentes formas com que três ex-militantes tiveram suas vidas perpassadas por e ao longo da ditadura civil-militar, reconhecendo para isso, as possíveis redes de solidariedade e afeto desenvolvidas ao longo de suas detenções pelo regime. Para tanto, recorre-se aos testemunhos de Judite Trindade, Zélia Passos e Elizabeth Fortes, que foram produzidos no âmbito do projeto "Depoimentos para História: Resistência à Ditadura Militar no Paraná", e disponibilizados na página do Youtube do DHPaz (Sociedade de Direitos Humanos para Paz). A escolha destes testemunhos se deu pelo fato dos mesmos conterem informações das diferentes formas de enfrentamento ao regime, com destaque aos aspectos pessoais, militantes e profissionais. Além disso, procurou-se articular os testemunhos com a historiografia que debate a temática de memória, subjetividades, afetos e História Oral, buscando reconhecer também a importância dos testemunhos para o estudo da Ditadura civil-militar no Brasil.

A Barragem de Sobradinho e o Regime Militar Brasileiro – uma síntese das memórias dos remanescentes casanovenses num contexto de história local

Osnar da Costa (UFSM)

Da construção da barragem de Sobradinho, ao remanejamento geográfico da cidade de Casa Nova – BA na década de 1970, há memórias e fatos ainda ser estudados, por isso, esse trabalho, nada mais é que uma pequena reflexão historiográfica sobre a temática e análise das fontes pesquisadas sobre o período. No entanto, se abstém este objeto, de uma abordagem memorialística, cujos pressupostos se asseguram ao que os princípios de Memória e História Oral possibilitam acerca dos acontecimentos ocorridos na época.
O período compreendido como Regime Militar do Brasil (1964-1985), é o momento pelo qual é construída a barragem de Sobradinho. Neste caso, quando se faz referência a síntese das memórias dos remanescentes casanovenses, se refere exatamente a presença do Estado no sertão baiano neste período. Há de se considerar nesta discussão, que ao ponto da construção da barragem, todo o território ao redor da represa estava definido como área de segurança nacional, como afirma os documentos da CHESF e consequentemente as memórias dos remanescentes. A Lei de Segurança Nacional, para Coimbra (2000), consistia na ideia de restringir todo tipo de manifestação contrária ao regime com

perseguições, torturas e prisões. Segundo a mesma autora, esta lei sempre fora promulgada junto com a Lei de Imprensa e estas serviam como um meio de perseguição e até mesmo de intimidação. Portanto, quando se relata o fato da região do entorno de Sobradinho estar sob área de segurança nacional, se faculta teoricamente que a presença estatal estava com mais força e "com um olhar mais arguto" sobre todos os que compunham tal área, podendo, neste caso, o fator repressor se efetivar com mais clareza. De todo material pesquisado, das fontes escritas aos discursos dos remanescentes casanovenses, ocorre que o fator repressivo se dá apenas por alusões, o que não quer dizer que não se teve repressão, já que pelo fato da construção da barragem, sem consulta popular, isto se configura como um meio repressivo. A escolha pelos remanescentes da cidade de Casa Nova – BA se deu por amostra de conveniência e teve como fundamentação teórica para esta pesquisa, as teorias de Memória e História Oral, dos seguintes autores: Gagnebin (2006); Halbawachs (1990); Le Goff (2003); Prins (1992) e Ricoeur (2007). Fundamentou-se a História das Imagens com base nas ideias de Gaskell (1992); e de Representatividade Social a pesquisa foi de encontro as teorias de Moscovici (2010). A abordagem é básica, possibilitando assim, uma visão delimitada acerca do evento histórico em si, se efetuando dessa maneira um contexto de História Social que dará um conhecimento geral a todos que dele terão acesso.

É possível quebrar o silêncio? Os testemunhos dos filhos e filhas de genocidas argentinos

Marina Lis Wassmansdorf (UDESC)

Este trabalho tem como objetivo atualizar a relação entre memória, direitos humanos e justiça de transição na Argentina no tempo presente, a partir dos testemunhos dos filhos e filhas de genocidas argentinos que denunciam os seus pais pelos crimes cometidos na última ditadura do país (1976-1983). Essa geração, cujas vozes saíram a público na Argentina no ano de 2017 em repúdio à qualquer possibilidade de benefício aos processados pelos crimes de direitos humanos, tem conectado suas proposições em apoio às demandas históricas das agremiações político-sociais ligadas aos direitos humanos e à ditadura, questionando o pacto de silêncio promovido pelas Forças Armadas e recusando-se a uma solução conciliadora, quanto às políticas de reparação estabelecidas pelo Estado argentino. O que é tocante de seus posicionamentos, é o fato de que muitos dos processos penais instaurados para julgar os repressores, resultou na prisão de seus genitores. Deste modo, será discutida a forma como suas narrativas ingressam na cena pública dos direitos humanos da Argentina, e quais são os pontos de contato e de afastamento que estabelecem com as históricas organizações das vítimas e de seus familiares e suas agendas de tratamento do

passado autoritário, e em que medida seus discursos renovam os imaginários sobre esse mesmo passado e revigoram a opção por um determinado modelo de transição adotado no país. As fontes utilizadas serão analisadas a partir do enfoque da análise do discurso e das discussões que permeiam o campo da História do Tempo Presente argentino.

Quem é Carlos Marighella no século XXI? Imagem e representação do guerrilheiro no filme Marighella (2019)

Ygor Pires Monteiro (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Carlos Marighella apresenta uma trajetória de lutas sociais e políticas desde muito cedo em sua história de vida. Filho de um imigrante anarquista italiano e de uma descendente de africanos sudaneses participantes da Revolta dos Malês, ele prosseguiu com o histórico de militância lutando contra o governo do interventor Juracy Magalhães na Bahia da década de 1930 e a ditadura de Getúlio Vargas até 1945. Após esse período, as lutas se direcionaram para o ambiente partidário no Congresso Nacional como deputado federal pelo PCB até o golpe civil-militar de 1964. A partir daí, atingiu a dimensão mais conhecida e lembrada de sua trajetória: a liderança da oposição armada da Ação Libertadora Nacional (ALN) contra a ditadura civil-militar. Será este o Carlos Marighella que aparece no filme Marighella, dirigido por Wagner Moura e interpretado por Seu Jorge? Esta comunicação pretende examinar como a obra cinematográfica, adaptada da biografia "Marighella: O guerrilheiro que incendiou o mundo" de Mário Magalhães, representa o personagem histórico durante a ditadura civil-militar até sua morte em 1969, mas pode ir além da encenação desse passado. Citando a canção dos Racionais MC's, Marighella pode ter as "Mil faces de um homem leal" e simbolizar outros aspectos além da luta armada contra o regime autoritário e de projetos de revolução socialista. Isso porque os filmes de temática histórica tanto representam o passado quanto fazem comentários sobre o presente de sua própria época de realização. Então, pretendo analisar de que forma Marighella pode ser um personagem trabalhado por Wagner Moura e Seu Jorge para participar dos debates e das disputas do tempo presente no Brasil, especialmente aqueles referentes à polarização político-ideológica intensificada desde 2016 e ao recrudescimento de práticas e mentalidades autoritárias/reacionárias/conservadoras desde a eleição de Jair Messias Bolsonaro à presidência da República. Esta análise será guiada por duas fontes centrais: a narrativa cinematográfica de Marighella, considerando as particularidades da linguagem construída por um filme de ação que tematiza a ditadura civil-militar brasileira e metaforiza questões próprias do tempo presente; e a entrevista dada por Wagner Moura ao programa Roda Viva em 2021,

refletindo sobre a importância histórica de Carlos Marighella e a conjuntura histórica do Brasil atual.

Sessão 2
27/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 07

Amália Rodrigues, o fado e a revolução: memórias em disputa.

Francisco Carlos Palomanes Martinho (Universidade de São Paulo)

O movimento revolucionário que pôs fim à ditadura do Estado Novo português, iniciado a 25 de Abril de 1974, construiu um discurso a respeito do passado que, buscando afirmar uma espécie de "marco zero" frente ao "fascismo", julgou instituições, indivíduos e valores. Assim, o fado, gênero musical mais importante do país, começou a ser visto como um tipo de música afeito ao passado conservador e dedicado à resignação frente à vida; era necessário um novo tipo de música o "canto de intervenção", supostamente "mobilizador" e "politizador". Se o desprezo ao fado era evidente, sua mais importante expressão, a fadista Amália Rodrigues era vista claramente como que uma adepta da ditadura que se encerrava. As hostilidades a ela, ainda que por um período relativamente breve, marcou definitivamente sua vida. Um quarto de século depois, quando Amália veio a falecer, em 1999, novos discursos e novas memórias vieram à baila. A presente comunicação visa analisar as disputas de memória a respeito do fado e de Amália tomando como referência esses dois momentos: a Revolução dos Cravos e o impacto causado pelo falecimento da fadista.

A extrema direita brasileira no contexto das Comissões da Verdade: batalhas pelo passado no Tempo Presente:

Pedro Ernesto Fagundes (UFES- Universidade Federal do Espírito Santo)

Segundo Enzo Traverso (2021), em âmbito global as controvérsias sobre o passado produzem leituras múltiplas e conflitantes dos acontecimentos. No presente, esses discursos conflitantes podem gerar revisões, ressignificações e elevar as tensões sobre o passado entre as forças políticas envolvidas nas disputas pelos usos políticos e públicos da memória. No Brasil, a partir da última década, essa disputa pelo passado autoritário ocupou espaços de destaque na imprensa tradicional, nas redes sociais e nas manifestações de rua. Um acontecimento crucial para a expansão desses debates foi a criação da Comissão Nacional da Verdade. No contexto de atuação da CNV grupos, sites e jornais da extrema direita se concentraram nos ataques as atividades da Comissão Nacional e das comissões setoriais da verdade. Nesse sentido, no presente trabalho analisamos

as disputas pelo passado que emergiram em torno da criação, trabalhos e repercussões da CNV e das comissões setoriais da verdade. Ao final, apresento algumas abordagens historiográficas sobre as atividades das Comissões da Verdade.

Comemorações cívico-patrióticas do golpe civil-militar de 1964 durante a ditadura militar brasileira (1965-1985): reflexões e apontamentos iniciais

Ana Carolina Zimmermann (UFMG)

A presente comunicação busca refletir e apresentar elementos vinculados ao projeto e execução de minha pesquisa de mestrado, que está sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. O objetivo geral consiste em investigar as comemorações cívico-patrióticas empreendidas nos aniversários do golpe civil-militar de 1964 durante a ditadura militar brasileira, entre os anos de 1965 e 1985, para problematizar os elementos simbólicos e ritualísticos evocados nos festejos e seu impacto público e político, sobretudo, no tocante à elaboração de estratégias de legitimação do regime autoritário. Os debates teórico-metodológicos que orientam a pesquisa articulam-se ao conceito de cultura política em interconexão com os usos da memória, com o propósito de indagar sobre a convergência entre ambiente comemorativo e ato rememorativo. As principais fontes históricas mobilizadas são compostas por notícias e manchetes provenientes da imprensa de grande circulação nacional (Jornal do Brasil e Folha de S. Paulo), publicações didáticas vinculadas ao Calendário Cívico Nacional, material fílmico e televisivo, fotografias e documentação oficial, como relatórios e memorandos circulares. A problemática de pesquisa questiona o processo de "invenção" e ritualização do 31 de março na condição de "data cívica nacional", buscando averiguar sua implementação em calendários cívicos comemorativos e compreender qual a importância simbólica e discursiva atribuída a esse evento na formulação de uma cultura política de matriz autoritária. A hipótese sustentada a partir da execução inicial da pesquisa e levantamento parcial das fontes, aponta para o fato de que as comemorações do golpe civil-militar de 1964 durante a ditadura militar brasileira, embora muito semelhantes em termos de programações festivas, foram inconstantes e não obedeceram a uma lógica comemorativa pré-estabelecida, variando muito em razão do contexto histórico vivenciado e sendo alvo constante de disputas no campo da memória.

Os heróis nacionais são fonte de inspiração: os usos da figura de Olavo Bilac pela ditadura civil-militar brasileira em busca de consenso

Lara Coletto (PUCRS)

A ditadura civil-militar brasileira se utilizou de diferentes metodos para se consolidar no poder. Entre festas cívicas, criação de entidades com fins normativos e fiscalizadores e, até mesmo, o uso da violência, o regime ditatorial buscou não só impor sua presença, mas angariar o apoio da população através do uso da história e dos símbolos nacionais. Sendo assim, logo nos primeiros anos da ditadura, Olavo Bilac, poeta e jornalista brasileiro, foi elencado enquanto o verdadeiro homem cívico. Dessa forma, é a partir de seu centenário de nascimento e cinquentenário de falecimento que a imagem do poeta é levada à população através de comemorações que tem como finalidade reviver na memória nacional, os feito de Bilac. Dentre essas comemorações encontra-se também, uma vasta produção biográfica, inclusive através de concursos, como o ocorrido em 1968 e encabeçado pelo Ministério da Guerra; produções de militares influentes na criação das disciplinas de Educação Moral e Cívica e, também, produções de intelectuais civis ligados a Academia Brasileira de Letras. A figura de Bilac foi escolhida por dois motivos: o primeiro, referente ao seus atos em vida, tendo sido um dos formuladores e também, o principal divulgador do Serviço Militar Obrigatório na década de 1910; em segundo lugar, a capacidade da memória do poeta circular por diferentes espaços possibilitou que, através das obras biográficas, fosse levado à população ideais conservadores caros aos militares à frente do poder Executivo, sendo assim, tais obras tornaram-se manuais de como deveria ser o cidadão brasileiro "de bem", ou seja, aquele que partilhasse tais ideais e os colocasse em prática. O "homem trabalhador", o "cidadão vigilante" e a "mãe protetora do lar", são elementos intensificados por esse discurso na busca do consenso, tendo, como ponto final, a educação cívica da juventude para então, se consolidar o projeto de um Brasil Grande, ponto chave do discurso militar e conservador da época. Esse trabalho trata-se de um trecho da dissertação defendida pela autora e que utiliza como fonte três obras biográficas produzidas no período: Olavo Bilac, o homem cívico, do Gen. Moacir Araújo Lopes, de 1968; Olavo Bilac e o Serviço Militar: o homem, o artista, o patriota de Adelino Brandão, de 1969; e Olavo Bilac e sua época, de Raymundo Magalhães Jr., de 1974.

As vigilantes da pátria: as mulheres da Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG) como espectadoras da violência na Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1975).

Lívia do Amaral e Silva Linck (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

O presente trabalho tem como objetivo analisar o movimento Ação Democrática Feminina Gaúcha/Associação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG) e sua trajetória perante o golpe de 64. A ADFG foi uma organização civil formada prioritariamente por mulheres católicas e conservadoras de direita que apoiou o golpe civil-militar de 1964, mantendo o seu apoio ao regime ditatorial até 1975. Esse grupo feminino atuou no Rio Grande do Sul, mais especificamente em Porto Alegre, e em consonância com os demais grupos femininos conservadores apoiaram o golpe contra o presidente João Goulart da presidência da República, como, por exemplo, a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) do Rio de Janeiro e a União Cívica Feminina (UCF) de São Paulo. A pesquisa acerca dos movimentos femininos – e principalmente das mulheres da Ação Democrática Feminina Gaúcha no Rio Grande do Sul – é pouco tratada e discutida nos documentos e referências históricas já apresentados, justamente por isso a necessidade de maior discussão e aprofundamento do tema, principalmente relacionado em uma perspectiva criminológica enquadrando essas mulheres como espectadoras da violência frente aos mecanismos de violência impostos na época. Por fim, o estudo da documentação ocorrerá através da Análise de Conteúdo, principalmente por meio da plataforma digital, o Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN).

Olhares da comunidade de informações sobre alianças civil-militares em Rio Grande (1964-1975).

Cleverton Luis Freitas de Oliveira (Prefeitura Municipal de Canoas)

O objetivo desta pesquisa é compreender a formação e as reformulações das alianças civil-militares que sustentaram a ditadura em Rio Grande – RS entre 1964 e 1975, período em que o município foi governado pelos militares Cap. Martiniano de Oliveira, Gal. Armando Cattani e Ten. Cel. Cid Scarone Vieira. Esta comunicação apresenta um recorte, com o objetivo de sistematizar e analisar os olhares dos órgãos de informações e segurança sobre estas alianças e suas análises sobre os papeis desempenhados nelas por empresários, políticos e militares. A pesquisa foi realizada através do Serviço de Informações do Arquivo Nacional, levantando documentos produzidos por diversos órgãos da "comunidade de informações", resguardados no fundo SNI. A análise desta

documentação revela as preocupações militares com a direção política e a estabilização da ditadura em nível local, bem como a transformação de aliados civis em suspeitos ou adversários nas reformulações de alianças. Na pesquisa, foram identificados três momentos, ou conflitos-chave para a formação/transformação das alianças civil-militares locais: o golpe de abril de 1964, com foco na tentativa de encampação da Refinaria de Petróleo Ipiranga e na prevalência militar na direção política da cidade naquela conjuntura, através do CMG Mário Rodrigues da Costa, Capitão dos Portos do Rio Grande do Sul; A declaração de Rio Grande como área de interesse da Segurança Nacional, através da Lei nº 5.449/68, e a consequente perda da autonomia na escolha do Prefeito Municipal; e o fechamento da Câmara Municipal de Vereadores em 1972, por decisão do Gal. Presidente Médici.

Sessão 3
28/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 07

Atentados de extrema-direita na abertura da ditadura civil-militar (1980-1982)

José Airton de Farias (Instituto Federal de Educação - IFCE)

A comunicação trata dos ataques à bomba e de outras ações praticadas, em Fortaleza, por um grupo de extrema-direita chamado Movimento Anticomunista (MAC), no ano de 1980. O engajamento de vários atores sociais na defesa da democratização do País deu margem à estruturação do “mito” da sociedade democrática em essência e que, em peso, resistiu ao arbítrio da ditadura civil-militar. Não obstante, os integrantes do MAC eram universitários, pessoas de classe média, permitindo inferir que, mesmo quando perdia popularidade, no final da década de 1970, a ditadura ainda contava com algum apoio social. O MAC "cearense" permite igualmente refletir sobre a participação de civis na onda de atentados terroristas feitas pela extrema-direita à época, não se restringindo, pois, tais ações apenas a integrantes dos órgãos de segurança do regime. Assim, percebe-se que vários interesses motivavam tais extremistas, e não apenas questões corporativistas ou temores de "atos revanchistas", caso a ditadura se encerrasse. Entendemos que as representações anticomunistas devem ser levadas em consideração quando se analisa aqueles atentados. Mesclando o tradicional anticomunismo brasileiro, com elementos vindos das noções de Doutrina de Segurança Nacional e Guerra Revolucionária, vários dos extremistas acreditavam na possibilidade de instalação do comunismo no País. Em suas "utopias autoritárias", apenas um regime de força, como a ditadura civil-militar, poderia manter a ordem social e combater inimigos como o comunismo. Os extremistas do MAC "cearense" acabaram presos quando tentaram expandir a atuação para outros estados do Nordeste. O governo Figueiredo (1979-85) apressou-se em apresentar os terroristas à imprensa, pelos ganhos políticos que

isso poderia lhe trazer. Aliviaria a pressão da sociedade civil e das oposições, que exigiam a punição dos responsáveis pelos vários atentados que aconteciam no Brasil. Seria ainda um dividendo para a ala militar "moderada" nas disputas intraquarteis que mantinha com os militares "duros". Presos os integrantes do MAC seriam julgados em 1982 e conseguiram transferir os processos da Justiça Militar para a Justiça Comum. Nesta, nos anos posteriores, nenhum deles foi condenado.
Palavras-chaves: Ditadura, extrema-direita, terrorismo.

Lei da Anistia e análise do ADPF 153 pelo STF: Supremacia do momento histórico sobre adequação à ordem constitucional vigente

Alessandro Fernandes (UFPEL)

Na lição de Rui Barbosa anistia é o "véu do eterno esquecimento que cicatriza as feridas e repões as coisas no lugar em que esses encontravam antes dos conflitos políticos". Essa palavra, até então proibida, se tornou pública na faixa branca com letras vermelhas colocadas junto à bandeira do Brasil sobre o caixão que resgatava para o Brasil o corpo do ex-presidente João Goulart. De proibida a Anistia apresentou-se ao governo como uma possibilidade de esquecimento dos crimes dos anos de chumbo, apresentado aos militares uma porta de saída do atoleiro para que o golpe militar havia arrastado as forças armadas. Sancionada em agosto de 1979 pelo Presidente Figueiredo a Lei da Anistia possibilitava o retorno de exilados e perseguidos pelo governo, reintegrando-os a vida nacional. A lei entretanto colocou o manto da impunidade sobre todos os agentes do Estado, responsáveis por sequestros, torturas, desaparecimentos e mortes de indivíduos perseguidos pelo regime. Este beneplácito com agentes a mando da ditadura foi alvo de protesto por parte da OAB que ajuizou Ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 153) questionando se a legislação da anistia não violava o princípio democrático e republicano de violação da dignidade da pessoa humana presente na nova carta constitucional, editada em 1988. O presente estudo pretende analisar a discussão do ADPF 153 pelo Supremo Tribunal Federal e o entendimento desta egrégia corte sobre o tema, analisando para tanto o acórdão publicado em 06 de agosto de 2010, principalmente os argumentos de fundo histórico resgatado pelo Ministro Relator Eros Grau. A expectativa de que o julgamento do ADPF 153 enfrenta-se o casuísmo dos entrepores do regime militar e discutisse sobre a constitucionalidade da graça concedida aos militares que ocuparam os porões do regime foi frustrada pela abordagem adotada pelo Ministro Eros Roberto Grau, que tangenciou as questões constitucionais apresentadas, focando numa análise do momento histórico em que o Brasil se encontrava no momento da edição da Lei da Anistia, destacando a busca uma transição conciliada.

A omissão de nossa corte superior acabou possibilitando um discurso revisionista de nossa história, culminando com a declaração de voto de Jair Bolsonaro no processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, homenageando um bandido como o notório torturador coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. A própria ascensão do bolsonarismo e de um discurso de saudosismo aos 21 anos de ditadura militar decorrem da falta de enfrentamento pelo STF dos crimes que mancharam de sangue a alma de nosso país.

"A Democracia é sempre uma obra inacabada": a representação da Lei da Anistia na série Senado na História (2011)

Isadora Dutra de Freitas (PUCRS)

No atual cenário sócio-político brasileiro, ecoam reminiscências de passados autoritários e memórias traumáticas. Ao mesmo tempo, como consequência da escalada autoritária, percebemos o aumento na difusão de discursos negacionistas. Contudo, percebemos que na contramão das narrativas que negam esse passado, ocorre a ascensão de movimentos sociais e lutas por direitos, por grupos historicamente reprimidos. Segundo a historiografia, isso é um dos resultados da Nova República, período pós promulgação da constituição de 1988 e que promove mais espaços de escuta e oportunidades de atuação política. O objetivo dessa comunicação é analisar a representação sobre o processo e a promulgação da Lei da Anistia pelas lentes da TV Senado, na série "Senado na História" (2011-2017). O episódio, dividido em dois blocos, faz parte da série que tem como principal objetivo divulgar a participação do Senado nas principais decisões políticas do país. Considerando a alcunha de "lei da impunidade", buscamos identificar como o processo foi descrito e como é rememorado atualmente, visto que o episódio foi ao ar em 2011. Nesse sentido, percebemos que na última década o órgão oficial de comunicação do poder Legislativo vem se mostrando engajado na produção de séries e documentários sobre a história nacional, porém, são necessárias reflexões sobre quais narrativas e memórias estão sendo mobilizadas nessas representações. Para realizar nossa análise, realizamos a transcrição do episódio, visto que o roteiro ainda não foi cedido pelo acervo da instituição, como no caso de outras produções. Assim é possível realizar a análise do conteúdo das transcrições e a produção audiovisual, a fim analisar as imagens em consonância com o texto. Para a presente comunicação, recortamos nosso corpus documental em apenas esses dois episódios, porém, já foi possível identificar características constituintes dessas produções. A principal delas é a tentativa de fortalecer a ideia de que o poder Legislativo esteve sempre alinhado às lutas pela democracia e defesa dos direitos civis. Assim, reforçamos a importância da historiografia se dedicar à análise das produções do Senado, muitas vezes posto como coadjuvante nas narrativas

históricas. Nesse sentido, buscamos contribuir tanto para avanços do campo da História Política, quanto da História Pública. Afinal, o trabalho historiográfico se torna cada vez mais necessário no contexto atual, reconhecendo-se cada vez mais a importância da História Pública.

Presenças da ditadura e esperanças na Constituição nas demandas da população encaminhadas à Assembleia Nacional Constituinte através do projeto "Diga Gente" (1986-1987)

Caroline Silveira Bauer (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados do projeto de pesquisa intitulado "Presenças da ditadura e esperanças na Constituição nas demandas da população encaminhadas à Assembleia Nacional Constituinte através do projeto "Diga Gente" (1986-1987)", aprovado no Edital Universal 2018/CNPQ e contemplado com a concessão de uma bolsa de produtividade da mesma agência. A investigação tinha como objetivo identificar nas sugestões encaminhadas aos constituintes, de que forma as pessoas mobilizaram o passado da ditadura civil-militar instaurada em 1964, utilizando de seus conhecimentos ou suas experiências sobre o período para propor conteúdos para a constituição que estava sendo formulada. Essas sugestões foram encaminhadas no âmbito do projeto "Diga Gente". Nos anos de 1986 e 1987, paralelamente aos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, através de uma iniciativa de servidores do Senado Federal para a participação da população no processo constituinte, desenvolveu-se o projeto "Diga Gente". Ao longo da iniciativa, foram recebidas aproximadamente 73 mil cartas-respostas. Pretendeu-se, desta forma, problematizar o confronto entre memórias e narrativas sobre aqueles anos na conjuntura de transição política, partindo-se do pressuposto que esse conflito simbólico explicita divergências entre temporalidades e culturas históricas. Existiam, naquele momento, concepções diferentes de passado e expectativas distintas de futuro, bem como motivações diversas para o silenciamento ou para a transmissão da experiência do terrorismo promovido pelo Estado durante o período ditatorial, que ficaram registradas nos formulários do "Diga Gente", a partir das expectativas e das esperanças narradas pelas pessoas. Nesta comunicação, serão apresentadas algumas conclusões e visualizações de dados ao longo desses anos de pesquisa.

A Defesa dos Direitos Humanos nos Tempos da Ditadura Civil-Militar (1964-1985): a ineficácia dos mecanismos institucionais e a vigilância dos grupos e movimentos sociais de direitos humanos

Leonardo Fetter da Silva (PUCRS)

A ditadura civil-militar representou um momento de grande desafio para os direitos humanos no Brasil. Os militares, a partir do golpe civil-militar de 1964, colocaram em prática um projeto repressivo que atingiu as esquerdas e demais grupos opositores, arrastando a sociedade em uma crescente de violência. Mais do que isso, a ditadura também passou a controlar os canais de denúncia das violações e crimes praticados pelo aparato repressivo, utilizando desde a censura da imprensa até o controle sobre os canais institucionais, como Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH). Ao mesmo tempo, a sociedade brasileira passou a demandar, ao longo da década de 1970, a defesa dos direitos humanos e denunciar os crimes cometidos pela ditadura, sendo tais bandeiras incorporadas pelos movimentos sociais que se rearticulavam ou por setores que cada vez mais se construíam como oposição ao regime. Na medida em que essas reivindicações ganharam fôlego e espaço, em um período caracterizado pela abertura política (1974-1985), elas também passaram a ser vigiadas pelos órgãos de informações da ditadura, especialmente pelo Serviço Nacional de Informações (SNI). Nesse sentido, essa comunicação propõe analisar essas duas instâncias: o controle e ineficácia dos canais institucionais de denúncia de crimes e violações, bem como a vigilância dos movimentos sociais e grupos em torno dos direitos humanos realizada pelos órgãos de informação e repressão. O esforço se concentra em articular e aproximar duas diferentes pesquisas em torno da defesa dos direitos humanos no período da ditadura. Tal articulação e análise permite observar como os militares possuíam um projeto sobre os direitos humanos que foi se adaptando ao longo dos 21 anos do regime. Um projeto iniciado por meio do controle dos canais de denúncia das violações e crimes, principalmente no período de maior repressão política (1968-1974), utilizando o CDDPH como forma de absorver as denúncias e ao mesmo tempo controla-las. Mais tarde, com a crescente demanda social em torno da temática, ou seja, fora dos espaços institucionais, o projeto se modificou no sentido de monitorar e controlar qualquer denúncia pública do regime e dos agentes da repressão/informação, bem como vigiar qualquer tipo de organização, grupo ou movimento social de defesa dos direitos humanos no Brasil. Ao mesmo tempo, os discursos e visões da ditadura sobre os direitos humanos também se modificaram, sendo vinculados aos preceitos liberais em um primeiro momento e, posteriormente, a sua defesa foi compreendida e caracterizada como uma tentativa de grupos opositores (e comunistas) no sentido de atingir as instituições brasileiras, os agentes e os órgãos envolvidos na repressão.

O início do fim: os ataques do governo Temer à Comissão de Anistia e o início do desmonte das políticas de memória no Brasil

Filipe Botelho Soares Dutra Fernandes (UFPEL)

O ano de 2016 representou uma ruptura em diversos aspectos da política e da história do Brasil. Para além da própria democracia, que se viu ameaçada após uma manobra, de cunho político, que tirou do poder uma presidente legitimamente eleita, políticas públicas bem sucedidas e direitos sociais e trabalhistas passaram a estar em xeque em favor de um projeto neoliberal, que trouxe consigo uma agenda de retrocessos em diversas áreas como cultura, educação e direitos das minorias, dentre outras. Com este novo cenário, viu-se que o golpe que depôs a presidente Dilma Rousseff, representaria também o fim de um ciclo de investimentos nas políticas públicas de memória do país e nas discussões sobre a memória da ditadura militar brasileira. Uma das primeiras medidas de Michel Temer como presidente foi alterar a composição da Comissão de Anistia (CA); por meio de quatro portarias, dezenove dos vinte e quatro membros da CA foram substituídos, sem justificativas para tanto; um dos desligados foi Paulo Abrão, responsável por uma nova dinâmica na CA, enquanto a presidiu, que resultou em uma série de avanços no âmbito da justiça de transição no país, que permitiram desvincular a ideia de reparação do cunho estritamente pecuniário. A alteração da composição da CA pode ser vista como um ataque à sua autonomia, visto que até então os desligamentos de integrantes se davam por iniciativa dos próprios membros; já as indicações eram feitas após consulta à sociedade, sendo escolhidas pessoas com histórico na defesa dos direitos humanos. Para além da intervenção na autonomia da CA, chama atenção alguns nomes que foram indicados, que tinham ligação direta com a ditadura, sendo um deles, inclusive, ex-sargento do exército, apontado como "figura controversa" pela Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Assim, sob nova roupagem, a CA passou a tomar medidas em sentido contrário ao que vinha sendo praticado até então. Uma destas medidas foi o fim dos pedidos de perdão, em nome do Estado, pelos crimes cometidos durante a ditadura; um ato simbólico mas que caracterizava um aspecto moral das medidas de reparação. O número de pedidos de anistia concedidas caiu também mudou a partir do governo Temer, com uma quantidade bem menor de pedidos sendo aprovada. Tais mudanças na postura para com as políticas de memória pode ser explicada pelo maior número de militares que passou a compor não apenas a própria CA, mas também o governo de modo geral. Se anteriormente perseguidos políticos e pessoas com histórico de luta pelos direitos humanos ocupavam cargos vitais no governo, no pós-golpe, militares passaram a ocupar estes cargos; assim, as políticas de memória passaram a sofrer ataques e tomava forma um desmonte que seria perpetuado a partir do governo Bolsonaro.

Violências contra os indígenas à luz dos debates sobre justiça de transição

Selma Martins Duarte (UNIOESTE)

Com base em análise amparada no conceito de justiça de transição, construído nas décadas de 1980 e 1990, e que teve maior alcance no Brasil a partir dos debates que envolveram a criação e os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, o objetivo deste trabalho é expor uma análise das ações praticadas por funcionários do Estado ligados ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI) feitas a partir da investigação do Relatório Figueiredo, no que se refere as denúncias apresentadas por Jader de Figueiredo Correia ao Ministro do Interior do Brasil, em 1968, tratando das diferentes formas de violência praticadas contra os indígenas, por funcionários do SPI, na área da Inspetoria Regional 7, que compreendia os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Pretende-se analisar as graves violações de direitos humanos fundamentais, bem como, os crimes praticados contra o patrimônio indígena, tais como escravidão, tortura, cárcere privado, estupros, corrupção, esbulho da terra, entre outros, negando condições mínimas de vida com dignidade aos indígenas. Pretende-se tecer reflexões sobre as omissões dos agentes do SPI diante das denúncias apresentadas por décadas pelos indígenas e por alguns funcionários do mesmo órgão do Estado e que constam no Relatório Figueiredo. Serão ainda problematizados os limites do campo da justiça de transição no Brasil diante dos impasses criados pelos militares, políticos, pela justiça e pela mídia.

Sessão 4
29/07/2022 das 10:00 às 12:00 - Sala ST 07

As perspectivas de historiadoras e historiadores brasileiros acerca do ensino de história e do negacionismo no século XXI

Paulo César Gomes (PPGH/UFF), Nashla Aline Dahás Gomozias (Uenp-PR)

A partir da análise de entrevistas concedidas por historiadoras e historiadores brasileiros ao projeto "História da Ditadura", pretendemos averiguar de que maneira esse grupo de profissionais vem se posicionando acerca do ensino de História, bem como em relação aos desafios postos pela disseminação social do negacionismo histórico. O "História da Ditadura", cujo objetivo central é a divulgação do conhecimento histórico, foi criado em 2016 e continua em atividade até os dias atuais. Desde sua criação, foram publicadas mais de uma centena de entrevistas em vídeo. A escolha dos profissionais de História a serem entrevistados leva em consideração as questões de gênero, raça e local de atuação. O objetivo é criar um instrumento que permita mapear a produção de conhecimento histórico sobre temas relacionados ao Brasil contemporâneo (séculos XX e XXI), notadamente pesquisas que abordem a violência de Estado e

o autoritarismo em nosso país. A opção por realizar entrevistas deve-se à possibilidade de captar as experiências pessoais de pesquisadoras e pesquisadores ao narrarem suas trajetórias profissionais. Embora não se siga estritamente as metodologias da história oral, não há dúvida de que as entrevistas permitem observar a expressão das subjetividades desses indivíduos. Neste trabalho, selecionamos as entrevistas realizadas com professoras e professores do ensino superior, já que estes compõem a maior parte da produção do "História da Ditadura". A amostra também busca equacionar, sobretudo, o gênero do entrevistado e seu local de atuação, sendo que analisaremos os relatos de ao menos uma historiadora e um historiador de cada um dos estados do Brasil. Mesmo que as entrevistas tenham um roteiro específico, busca-se sempre incluir os temas do ensino de História e do negacionismo. Nesse sentido, é possível avaliar qualitativamente como essas duas questões vem sendo tratadas nos cursos de História do país.

Para que realmente não se esqueça: transformando um repositório sobre Ensino de História, Ditadura Civil Militar Brasileira e Direitos Humanos em produto de História Pública

Camila Maria Piccoli (Colégio Nossa Senhora de Lourdes)

O mundo está cada vez mais conectado. É preciso que a área educacional faça uso das tecnologias digitais, o que pode promover a democratização do ensino e a propagação do conhecimento, além de conferir interatividade e flexibilidade ao ritmo de estudo.A rede mundial de computadores constitui um meio que proporciona possibilidades pedagógicas, novas formas de ensinar e aprender, contribuindo com uma aprendizagem contextualizada e que leve o aluno a construir seu próprio conhecimento. Ela permite a construção coletiva do conhecimento, através de plataformas interativas nas quais é possível que cada indivíduo possa contribuir com a construção de um determinado texto, por exemplo. Este projeto pretende, portanto, utilizar um website como repositório de fontes que poderão ser usadas em sala de aula por professores da educação básica, referentes à pesquisa realizada na dissertação intitulada: "Para que não se esqueça: a memória da ditadura militar brasileira nos livros didáticos de história do ensino médio". Em princípio, o produto apresentado pela dissertação foi um website que contava com pouca interação de professores e alunos, servindo apenas como um repositório. A partir das reflexões sobre História Pública, pretende-se tornar este repositório um produto pertencente a este campo do conhecimento histórico, ou seja, construído para o público e junto ao público.

História e Ditadura Militar Brasileira: É possível enfrentar o Negacionismo na Formação de Professores?

Caroline Barbosa Aquino (Universidade Federal de Mato Grosso)

A pesquisa tem como tema a ditadura militar e tem como objetivo o ensino da ditadura militar (1964-1985) em cursos de formação de professores, mais especificamente, em cursos de formação de professores de história. Interessa-nos, mais particularmente, a responsabilidade docente e a perspectiva do professor na reflexão sobre a produção do conhecimento sobre a ditadura militar, a seleção de materiais e recursos para operacionalizar o ensino deste conteúdo e as estratégias utilizadas para combater discursos ora saudosistas aos tempos de antanho (Ditadura Militar) ora negacionistas da repressão e do autoritarismo. Destarte, a justificativa da pesquisa debruça-se na relevância do tratamento da história, memória e esquecimento de temáticas sensíveis, em especial, relacionadas a ditadura militar, representam implicações não apenas sobre o nosso passado (1964-1985) mas também sobre o nosso presente. A problemática da pesquisa está vinculada às seguintes indagações: De que maneira a ditadura militar brasileira tem sido ensinada no curso de história? Quais perspectivas têm sido adotadas pelos professores do curso de história? Com a finalidade de responder a essa problemática, foi estabelecido como objetivo geral da pesquisa apreender a construção do negacionismo e do revisionismo acerca da ditadura militar no campo da história e o seu impacto sobre o ensino de história. Os objetivos específicos podem ser compreendidos como investigar as perspectivas sobre a ditadura militar no ensino de história empreendida por docentes do ensino superior que atuam na formação de licenciandos em história; depreender as fontes, materiais e recursos que têm sido utilizados no ensino da ditadura militar na área na formação dos licenciandos de história; refletir acerca da importância do tratamento da ditadura militar para combater o negacionismo histórico. O referencial teórico metodológico da pesquisa está embasado na História Oral, por meio de roteiros temáticos, tendo como lócus de pesquisa instituições de ensino superior pública. A pesquisa está em andamento e, neste momento, consideramos pertinente a investigação e os resultados, em especial, pelo delineamento dos anseios vividos hoje, com a produção negacionista "institucionalizada" desde o atual (des)governo, seja por meio da produção de fake news seja por descredibilizar e desestruturar a pesquisa científica brasileira. Essa institucionalização da negação das ciências do atual governo, nos preocupa, sobretudo, com o futuro que teremos neste período de "pós-verdade", no sentido de pensar qual a sua colaboração com a produção de uma "memória do esquecimento" desse período específico.

História, Literatura e Memória em A Casa dos Espíritos, de Isabel Allende

Leonardo da Silva Claudiano (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

A Casa dos Espíritos foi escrito no exílio. Segundo Isabel Allende, o romance nasceu como desdobramento de uma carta que remeteu ao avô, de saúde debilitada. Com os cuidados necessários para não esgotar as possibilidades da obra, diante da biografia da autora, cremos que as informações disponíveis nos auxiliam por alguns caminhos, dentre eles, o da narração como forma de (re)ligação e re-existência. A obra traz elementos que buscam fortalecer os laços e a continuidade geracional, por meio da articulação de lembranças. Vai além, ao enredar a saga da família "del Valle Trueba" à história chilena, com balizas cronológicas amplas, desde o início do século XX, aos primeiros anos da Ditadura de Pinochet. Memória funcional e cumulativa se entrelaçam, por intermédio de uma narrativa envolvente, atrelada a um tempo de tons etéreos. Isabel Allende esboça em enredo e personagens dois Chiles distintos entre si; entretanto, insinuantes e impositivos um ao outro. Dois países que se enfrentarão nos anos setenta: um, de oralidade, pertencimento e experiências compartilhadas. História aberta, como um convite à revisitação de tudo o que foi, no qual a efemeridade da palavra contada é subvertida e se perpetua pela transmissão geracional: somos, porque foram. Um lugar de tempos e sonoridades sobrepostas, pautado pelo realismo mágico e maravilhoso, onde tudo aquilo que transcende o real se releva como parte imanente deste. E o outro país, uniforme, que irrompe no texto com violência. É rígido, racional em todos as esferas - dentre elas, a da repressão, com suas técnicas de tortura e desaparecimentos. Falamos de um Chile historicista, cujos documentos e símbolos se encerram em verdades impostas. A narrativa ganha urgência, quando as fardas marcham pelas ruas. A contrarrevolução se revela e o tempo torna-se militar. O bombardeio ao La Moneda e a morte de Salvador Allende tensionam a leitura, servem de prenúncio ao que virá: o assassinato e desaparecimento de Jaime; as torturas e violências sexuais sofridas por Alba. Imersos, encontramo-nos em um não-lugar, onde o terror não pode ser assimilado por palavras. Estamos diante de dois mecanismos que se complementam na denegação e no esquecimento: a ocultação/destruição de provas; e o horror inenarrável – essa dor que não se verbaliza diante de um trauma, que também é coletivo; e, ainda, o trauma que se expressa na linguagem, mas que não transforma o interlocutor em testemunha, pois quem ouve não nomeia, para si, a violação. Dito isto, a presente comunicação, com base no romance A Casa dos Espíritos, tem o intuito de refletir sobre as narrativas que se constroem por meio de rastros, que reelaboram traumas e contribuem à rememoração - memória ativa, que não apenas celebra as vítimas, mas igualmente transforma o presente.

A dramaturgia feminina em meio a repressão: análise dos processos de censura de À flor da pele, de Consuelo de Castro

Cássia Ferreira Miranda (Universidade Federal do Pampa)

Este trabalho aborda a censura à dramaturgia de Consuelo de Castro durante o período ditatorial no Brasil (1964-1985) a partir da análise dos processos de censura da peça À flor da Pele. Consuelo de Castro integra a chamada "geração de 1969" do teatro paulista e ficou conhecida por ter uma escrita contestatória que retrata o contexto histórico-político e as relações de gênero em conturbado período da história do Brasil. Os processos de censura das obras da autora estão disponíveis no acervo da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), sob a custódia do Arquivo Nacional, em Brasília. Utilizando como aporte teórico-metodológico a História Cultural e a História do Tempo Presente busca-se compreender como a Censura atuou na dramaturgia da autora e quais os principais argumentos que justificavam os vetos sobre a obra. Ao abordar os processos de censura do período, pretende-se contribuir para compor o panorama da repressão imposta ao teatro brasileiro, assim como parte da história da resistência dessa Arte. A análise desses documentos faz parte de uma tentativa de representação histórica do período ditatorial e envolve também uma disputa em torno da construção da memória coletiva do País entre aqueles que querem preservar e publicitar os arquivos da repressão e aqueles a quem não convém a existência desses registros. O estudo revelou aspectos importantes da construção dos critérios censórios e características da repressão à arte teatral, assim como alguns de seus meandros, que aparecem justamente nas dinâmicas de interação e resistência da autora com o aparelho repressivo. Além disso, foi possivel concluir que À Flor da Pele foi sistematicamente prejudicada pela Censura, principalmente devido a aspectos relacionados às representações das relações de gênero presentes na obra, permitindo concluir que debater essas temáticas causava incomodo e representava uma ameaça a estrutura política vigente.

A divulgação dos áudios dos julgamentos de presos políticos do Superior Tribunal Militar (STM) na grande mídia: Impactos e controvérsias

João Vitor Hugo Menezes do Nascimento (UERJ-Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

A comunicação que se segue visa apresentar o estudo do Superior Tribunal Militar (STM) durante a ditadura empresarial militar brasileira. Nesse sentido, será apresentado as potencialidades de utilização do arquivo do tribunal e as disputas

que envolvem o estudo de um arquivo pouco explorado. Desde 2020 venho desenvolvendo pesquisa sobre esta instituição a partir dos áudios dos julgamentos de presos políticos do tribunal, durante o governo de Ernesto Geisel. O trabalho apresentará dois objetivos principais: sumariar as potencialidades de pesquisa a partir dessa fonte, bem como apresentar a forma como foi divulgado recentemente o material envolvendo os áudios do tribunal, questão iniciada a partir da divulgação da jornalista Myriam Leitão, esse ano, que comprovam a anuência dos ministros do tribunal com a tortura. Nesse sentido, procurarei demonstrar os debates suscitados na cena pública acerca do STM, conjugando com o levantamento de suas potencialidades. Compreendo que tal divulgação em grandes veículos de informação foi de importância fundamental, entretanto contribuições cruciais nesse processo histórico de obtenção dos áudios, bem como do estudo do STM foram nublados. Logo, trata-se de apresentar acréscimos e contribuições de forma a reestabelecer a ordem dos fatos, bem como suscitar debates acerca do uso dessas fontes.

Sessão 5
29/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 07

Distensões Memoriais: estética e discurso ressignificados nas manifestações de 2019 no Chile

Felipe Basso (Universidade Estadual)

O governo do socialista Salvador Allende foi marcado pelo embate entre dois discursos contrastantes, o favorável ao governo e àquele tentava deslegitima-lo, se estendendo por inúmeras esferas da sociedade civil, passando pela política até a cultural e comunicacional. A disputa teve fim com a ditadura de Pinochet, um dos pioneiros na implementação de políticas neoliberais no mundo ocidental. Décadas depois, as manifestações de 2019 marcam o ato de refugo às medidas neoliberais que perduraram após a ditadura, e nelas observamos a recuperação e ressignificação do tradicional repertório da cancíon de protesta do século XX, marcada pelo movimento da Nueva Canción Chilena e em seguida pelo Canto Nuevo. A pesquisa realizada tem observado a existência de vários aspectos mnemônicos que entrelaçam profundamente essas canções do passado com o desafio dos manifestantes, sugerindo que existem certos elementos interessantes neste processo. A compreensão deste resgate de posições estético-discursivas pode ajudar a compreender o potencial dos usos do passado e da memória coletiva no processo identitário, bem como dos usos nas lutas sociais. A análise do estallido é realizada pelo estudo da ampla cobertura midiática dos protestos que além de denunciarem as violações dos direitos humanos que lembram os tempos de ditadura, demonstra as aparentes mazelas sociais que contradizem o bem-estar econômico chileno, e também mostram quão desconexa se encontra a classe política da realidade dos chilenos. Um cenário

que se encaixa muito bem com as denúncias feitas pelas canções resgatadas. O encadeamento das fontes mostrou-se promissor ao estabelecer solo fértil para a análise desse repertório, a força estética desempenharia junto a memória coletiva chilena um binômio poderoso. Tendo olhado a superfície desse processo, os estudos até aqui mostram que esse binômio é uma parte fundamental da força motriz dos protestos de 2019, esse papel crucial que reside na música chilena se comprova em parte pela nova leva de expressões artísticas de coletivos e artistas contemporâneos que chegaram ao cenário cultural, muito inspiradas pelas canções da música popular chilena do século passado. Claramente, as práticas estéticas desses movimentos folclóricos encontram um caminho para se efetivar além de seu âmbito social original, e entender como essas práticas estéticas se entrelaçam com um forte fenômeno de memória que lhes dá uma nova vida e outro significado é muito importante. Com a compreensão deste complexo processo, podemos obter resultados interessantes sobre os processos complexos que se desdobram tanto da memória quanto da estética.

Violência de gênero e a situação das mulheres nos conflitos armados: análise do caso Peruano (1980-2000)

Claudia Vargas Machado (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Este trabalho pretende abordar os tipos de violência sofrida pelas mulheres que se encontram em meio a um conflito armado, tendo como base o caso peruano e os relatos obtidos pela Comissão da Verdade e Reconciliação, que aborda os acontecimentos ocorridos entre 1980 e 2000. Nesse caso específico, as mulheres sofreram vários tipos diferentes de violações dos direitos humanos, causados tanto pelos grupos guerrilheiros Sendero Luminoso e MRTA quanto pelas ações das Forças Armadas e dos grupos paramilitares. Mesmo sofrendo os mais variados tipos de violências das quais foram vítimas (sexual, física, psicológicas), tais fatores não conseguiram derrubar a disposição e vontade reorganizar o país, de lutar por mudanças sociais e não cessaram de tentar obter uma busca por respostas e justiça aos seus familiares que foram eliminados no conflito armado. Nesse trabalho, apresentaremos alguns outros casos de violência política sofrida pelas mulheres em situação de conflitos armados, os quais tiveram uma sessão particular nas Comissões da Verdade de seus respectivos países.

"Prisões de ferro no crepúsculo de chumbo": o emprego de "navios-prisão" no golpe civil-militar de 1964.

Robert Wagner Porto da Silva Castro (Universidade Federal de Pelotas)

O golpe de Estado que destituiu o presidente João Goulart, em 1964, e os anos de governos militares que se seguiram no Brasil ainda figuram como um passado muito presente na história do país, especialmente no que se refere à repressão que se abateu sobre integrantes de diferentes segmentos da sociedade brasileira que se opuseram ao golpe e ao regime que se instalou no país a partir de então. Destarte, em que pese as dificuldades inerentes às análises de períodos traumáticos afetos à história do tempo presente, cujas memórias ainda se encontram sob intensa disputa, cada vez mais esse passado vem sendo abordado por estudos na área da historiografia. Esforço que, mesmo diante do acesso notadamente dificultoso às fontes, tem se mostrado especialmente intenso no que se refere às análises acerca das violações de direitos humanos cometidas contra militares e civis durante esse período. É nesse sentido que, enquanto parte de uma pesquisa mais ampla, o presente trabalho se propõe a analisar a utilização de navios da Marinha enquanto "presigangas" ou "prisões flutuantes" durante os meses que sucederam o golpe em 1964, a partir dos exemplos do navio hidrográfico Canopus, assim empregado nas águas da cidade gaúcha de Rio Grande, e do navio de transporte de tropas Ary Parreiras, que atuou no Rio de Janeiro. Embarcações com características e finalidades operacionais absolutamente distintas dentro da estrutura da Força Naval brasileira, mas que serviram ao mesmo propósito em pontos diferentes de nosso litoral. Estabelecida a partir dos apontamentos e apurações apresentadas no Relatório da Comissão Nacional da Verdade, esta breve análise se debruça, principalmente, sobre fontes oficiais e de memória, especialmente aquelas afetas à própria rotina administrativa e operacional desses dois navios e depoimentos prestados no curso dos trabalhos das comissões da verdade. Procurando contribuir – neste instante em que observamos uma rápida deterioração do respeito aos direitos humanos, preceito democrático fundamental – para uma melhor compreensão sobre o funcionamento e as especificidades dessas "prisões de ferro" durante o "crepúsculo de chumbo" que foi o ano de 1964. Concorrendo para trazer à tona esse aspecto relativo a um passado ainda tão "vivo" na memória de nossa sociedade.

A ditadura civil-militar em Divinópolis, Minas Gerais: uma análise da resistência a partir da trajetória de Aristides Salgado dos Santos

Larissa Virgínia Veiga (Secretaria Estadual de Educação de MG)

A historiografia acerca do período da ditadura civil-militar no Brasil apresenta atualmente um número expressivo de pesquisas, todavia, quando o recorte territorial é direcionado para as cidades interioranas verificam-se diversas lacunas relativas ao saber histórico desses municípios no momento. A presente proposta de comunicação é parte dos resultados apresentados na dissertação intitulada: "Ditadura civil-militar em Divinópolis, Minas Gerais: memórias, trajetórias e resistências", defendida em janeiro de 2022, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São João del Rei. Nosso objetivo é analisar a memória e trajetória de resistência de Aristides Salgado dos Santos, arquiteto nascido em Divinópolis, em 17 de janeiro de 1938. A cidade, localizada na região Centro-Oeste de Minas Gerais, foi o lar de Aristides até os 18 anos de idade, quando mudou-se para Belo Horizonte para fazer o curso universitário. Estudou arquitetura na UFMG, e naquela cidade teve um forte envolvimento nos movimentos empreendidos pela juventude da época, entre os quais podemos destacar a Juventude Operária Católica (JUC) e, também, a Ação Popular (AP), ambos ligados à Igreja Católica. Assim, temos a proposta de analisar a trajetória de Aristides Salgado em dois momentos. O primeiro, enquanto era estudante em Belo Horizonte, participava de movimentos, e sempre vinha para Divinópolis participar de reuniões e eventos. O segundo momento, nos anos finais da ditadura, mais especificamente no início dos anos 1980, quando foi eleito prefeito de Divinópolis e continuou sustentando seu posicionamento contrário à ditadura. O estudo utilizou como ferramenta metodológica a história oral, mobilizando, em especial, os conceitos de memória e resistência e utilizando como base autores como Michael Pollack, Marcos Napolitano, Denise Rollemberg, entre outros. Realizamos durante o processo da pesquisa duas entrevistas com Aristides Salgado e, além disso, também averiguamos fontes do Sistema Nacional de Informações. Selecionamos documentos em que o nome de Aristides Salgado é mencionado e buscamos comparar com ao memória dele acerca do período. Ao estudarmos a trajetória de Aristides Salgado intencionamos também contribuir para as pesquisas acerca da história local. A análise das fontes nos permitiu observar que, embora localizada no interior, a sociedade divinopolitana não esteve alheia ao que acontecia no contexto político nacional. Em meio ao apoio que o golpe conquistou na cidade, surgiram também variadas ações que se enquadram como atos de resistência, além de trajetórias como a de Aristides Salgado, que se mostraram importantes no processo de conscientização da sociedade e de luta pelo fim do regime.

Intelectuais de direita, políticas culturais e ditadura civil-militar: entre consensos e ambivalências (1976-1985).

Elisa Ribeiro Costa (PUCRS)

Ao longo da ditadura civil-militar, os intelectuais modernistas-conservadores exerceram um papel importante para a produção das políticas culturais, principalmente na popularização de representações da cultura nacional brasileira, que se afastasse do projeto nacional-popular vanguardistas e das esquerdas trabalhistas desde os anos de 1950. É neste contexto, da ditadura civil-militar, que é criado o Conselho Federal de Cultura (CFC), através do Decreto-Lei n°74 de dezembro de 1976, que reuniria intelectuais de direita intitulados modernistas-conservadores, buscando organizar as políticas culturais do regime. O CFC foi estruturado em quatro câmaras: Artes, Ciências, Letras e Patrimônio Histórico e Artístico, com a participação também de uma Comissão de Legislação e Normas. As Câmaras, responsáveis pela solicitação de financiamentos, autorização de despesas e comunicação das suas decisões para os demais membros e ao presidente do Conselho, este que ficaria então, responsável por presidir sessões, convocar reuniões, regular o funcionamento do CFC e solicitar os recursos financeiros ao governo. Este trabalho, portanto, tem o objetivo de apresentar a pesquisa em andamento sobre o Conselho Federal de Cultura e as políticas culturais entre 1976 e 1985, buscando analisar o posicionamento dos integrantes do Conselho quanto à dinamização da cultura e suas políticas de financiamento, investigando a requalificação dos intelectuais e a atuação dos mesmos no processo de transição política. Buscamos também, identificar as ambivalências, consensos e consentimentos nas relações dos intelectuais com ações impostas pelo regime. Para tanto, utilizamos a leitura dos boletins do Conselho Federal de Cultura, disponibilizados pelo site da hemeroteca digital, analisando os pareceres e atas de sessões plenárias, onde temos acesso às solicitações de financiamento, as justificativas e a aprovação ou reprovação das mesmas e argumentação dos conselheiros. Há também, divulgação de eventos, lançamento de obras literárias e viagens realizadas não só pelos integrantes do Conselho, mas demais membros da intelectualidade brasileira. A redemocratização foi a mudança de posicionamento dos intelectuais, portanto, buscaremos apresentar as hipóteses, descobertas e considerações alcançadas com o desenvolvimento da pesquisa, levando em conta trabalhos já realizados anteriormente, e suas afirmações sobre o posicionamento, a ambivalência e os consentimentos percebidos entre os intelectuais integrantes do Conselho e a ditadura civil-militar.

O projeto de desestatização no governo Figueiredo (1979-1985)

Valesca de Souza Almeida (UFF)

Em julho de 1981, foi publicado um decreto que tinha como objetivo acelerar o processo de privatização de empresas controladas pelo Estado. O texto atribuía responsabilidades a ministérios e esclarecia as regras e os casos das empresas que deveriam sair do poder público e passar à iniciativa privada. Além disso,

criava uma Comissão Especial de Desestatização para concretizar tais ideias. Esta comissão acabou funcionando até o início do governo seguinte e, como resultado de seu trabalho, pode-se constatar a venda, extinção ou transferência de dezenas de empresas antes controladas por órgãos do governo federal. Os setores em que elas atuavam eram os mais diversos: indústria têxtil, química, siderurgia, celulose e papel, fertilizantes, editora, entre outros. Na época em que foi criada a Comissão e ao longo dos anos em que se manteve ativa, houve uma divulgação entusiasta da iniciativa nos veículos da grande imprensa. De certo modo, estas medidas caminhavam no mesmo sentido de campanhas contra a estatização feitas por setores importantes do empresariado desde o governo anterior. Além do apoio da grande imprensa e de empresários, professores e pesquisadores de instituições que defendiam a economia sob o controle da iniciativa privada - como é o caso da Fundação Getúlio Vargas - também trabalhavam no sentido de convencer que este era o melhor caminho para a solução dos problemas econômicos brasileiros. Em um contexto mais geral de transição política, as desestatizações eram defendidas também como sinônimo de democracia. O objetivo desta apresentação é apresentar a Comissão Especial de Desestatização, seus entusiastas e seus resultados, buscando explorar o governo menos visitado nos estudos ditatoriais e problematizar uma memória consolidada que compreende todos os governos da ditadura brasileira como calcados no desenvolvimentismo. A defesa da privatização e da diminuição dos gastos do Estado como garantias de um futuro melhor apareceram ainda em um governo militar e não apenas como força retórica, mas apresentando resultados concretos. Por fim, pretende-se relacionar este projeto com a conjuntura da redemocratização em curso.

ST 08: Emancipações e Pós-Abolição: pesquisa e ensino sobre experiências de liberdade negra no Brasil

Coordenadores: **Marcus Vinicius de Freitas Rosa (UFRGS), Sarah Calvi Amaral Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)**

Sessão 1
26/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 08

Sessão 2
27/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 08

Ementa: O objetivo deste Simpósio Temático é reunir pesquisadores (as) e professores (as) da rede de educação básica, cujas pesquisas e experiências de ensino dialoguem com os múltiplos processos das emancipações e do pós-

abolição no Brasil. Considerando as experiências de liberdade anteriores e posteriores a 1888, pretendemos constituir um espaço de diálogo e discussão acerca das lutas por liberdade, cidadania e conquista de direitos. Indivíduos e coletividades negras experimentaram de diversas formas os mundos do cativeiro e da liberdade, por meio de estratégias de resistência e intervenção social e política. Por outro lado, é importante destacar que novos desafios surgiram quando, teoricamente, todos os brasileiros deveriam ser considerados cidadãos. No momento em que a ordem jurídica escravista deixava de existir, hierarquias raciais baseadas na cor da pele passaram a integrar um complexo jogo de hierarquização social. Nesse contexto, mulheres e homens negros, organizados em diferentes espaços disputaram os significados da cor, tensionado o processo de racialização. Dentre as reivindicações recorrentes em tais espaços, encontravam-se a participação política, a liberdade cultural e religiosa, a instrução de qualidade, e condições dignas de moradia e trabalho. Construídos sobre bases racistas, os chamados "problemas da liberdade" adquiriram inúmeros desdobramentos e especificidades, tornando-se uma das chaves para compreender o acesso ou a interdição da cidadania no Brasil, inclusive no tempo presente. Levando em conta as contingências políticas, econômicas, culturais e institucionais próprias às lutas emancipacionistas anteriores à Lei Áurea, bem como ao período pós-abolição, este Simpósio Temático está amparado nas diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais e busca abarcar experiências de ensino e de pesquisa acerca dos seguintes temas: noções de cor, raça, racismo e racialização; interseccionalidade; associativismo negro (escolas, jornais, clubes, irmandades, agremiações culturais, times de futebol, socorro mútuo..); homens e mulheres negras no movimento operário (partidos políticos, sindicatos, associações de classe); trajetórias individuais e coletivas (famílias de configurações diversas, grupos políticos, grupos intelectuais...); debates políticos e dinâmicas institucionais referentes à educação, saúde, segurança pública, imigração, moradia, trabalho, entre outros; inserção de populações negras nos mundos do trabalho; construção de memórias do cativeiro e da liberdade; lutas por acesso à terra; ocupação do espaço urbano; religiosidades.

Sessão 1
26/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 08

Atuações negras na educação: aulas públicas e as associações negras no pós-Abolição em Santa Maria/RS

Alícia Quinhones Medeiros (UFRGS)

Este artigo pretende dialogar com as possíveis atuações negras no campo educacional, no pós-Abolição, na cidade de Santa Maria/RS. As primeiras décadas após o período escravista apresentou diversas demandas da população negra em

prol do exercício da cidadania no período republicano, abarcando também a educação. Nesse sentido, a partir da análise de diferentes fontes primárias, como os registros de matrículas de aulas públicas, jornais locais, informações sobre as organizações negras, podemos visualizar diferentes atuações de mulheres e homens negros na educação da cidade, em seu sentido amplo. Os diálogos entre o campo de estudos sobre o pós-Abolição, História Social e História da Educação, junto à historiografia pertinente à temática da escravidão e liberdade para Santa Maria/RS, foram fundamentais na elaboração desta pesquisa.

Sociedade Emancipadora Passo-Fundense: entre a liberdade e o cativeiro (1871-1875)

Áxsel Batistella de Oliveira (Universidade de Passo Fundo)

Logo após a independência do Brasil e início do seu período imperial (1822-1889), houve também, o começo de um movimento que foi ganhando corpo na segunda metade do século XIX por parte de alguns intelectuais que viria a contribuir para o fim da escravidão no Brasil em 1888. Estes grupos abolicionistas começaram a buscar a libertação gradual dos negros que estavam sujeitos ao cativeiro escravocrata. Ainda em 1825, na pessoa de José Bonifácio que residia na França, estes ideais ligados a abolição começaram a serem publicados e divulgados, chegando ao Brasil. Estas primeiras ideias abolicionistas influenciaram no surgimento de outros emancipacionistas, sendo os mais conhecidos Joaquim Nabuco que publicou sua obra "O Abolicionismo", no qual defende que a escravidão é um atraso para o país, sendo um mal degradante e deplorável.
Neste contexto, no município de Passo Fundo, em 13 de agosto de 1871 ocorreu a criação da "Sociedade Emancipadora Passo-Fundense", sendo uma entidade que visava libertar através da compra das alforrias de crianças do sexo feminino e mulheres. Esta sociedade contava com seu presidente Candido Lopes de Oliveira, secretário Antônio Ferreira Prestes Guimaraes, tesoureiro Joaquim Gonçalves Gomide e como procurador Manoel Ferreiras Carpes.
É desse cenário que recortamos o tema desta comunicação. O trabalho proposto analisa a criação, as ações e os membros da Sociedade Emancipadora Passo-Fundense. Para o referido estudo utilizamos como fontes de pesquisa o livro de fundação da referida sociedade, o qual contém as informações financeiras, a relação de membros e as atividades desenvolvidas, disponível no Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo, cotejada com a historiografia relacionada ao tema. Através da leitura analítica deste documento, procurou-se evidenciar os perfis dos membros, assim como, problematizar os interesses destes, e o perfil dos cativos libertados, relacionando-os com a conjuntura política e socioeconômica nacional do final do império brasileiro.

Projeto Imprensa Negra Educadora (PINE): ensino de história, história pública e educação das relações étnico-raciais

Melina Kleinert Perussatto (UFRGS)

Na presente comunicação, compartilharemos reflexões e resultados do Projeto Imprensa Negra Educadora (PINE), que articula ensino, pesquisa e extensão, abriga-se no LHISTE/FACED/UFRGS, é coordenado por mim e tem na equipe: Jonas Silveira da Silva, Andressa Barbosa, Maria Júlia de Lima, Matheus Marçal, Jonathan de Moura, Stella Ferreira e João Otávio Rodrigues. O projeto visa subsidiar um ensino de história antirracista, fundamentado na educação das relações étnico-raciais, por meio da criação de materiais didáticos e da divulgação do conhecimento histórico sobre a imprensa negra educadora do pós-abolição, com foco no jornal "O Exemplo" de Porto Alegre (1892-1930). Para tanto, tem como metas: realizar encontros semanais com a equipe; pesquisar e estudar os jornais e as pesquisas correspondentes; construir uma fundamentação teórico-metodológica dentro campo do pós-abolição, articulando ensino de história, história pública e educação das relações étnico-raciais; criar materiais e conteúdos para a divulgação do conhecimento histórico; alimentar a página no Instagram (instagram.com/jornaloexemplo); concluir o livro paradidático; criar um podcast; construir um portal (ufrgs.br/pine); elaborar um mapa virtual com as sedes do jornal em diálogo com os territórios negros; atualizar o verbete "O Exemplo" na Wikipedia; desenvolver ações educativas em escolas e outros espaços educativos. A justificativa reside em sua importância para a luta antirracista no campo educacional, articulando conhecimentos produzidos na academia, na escola, na comunidade e no movimento negro para a ainda necessária implementação do artigo 26-A da LDB. Inspira-se no conceito Movimento Negro Educador elaborado por Nilma Lino Gomes (2017) e dialoga, especialmente, com pesquisas sobre a imprensa negra desenvolvidas no campo do pós-abolição. Há mais de dez teses ou dissertações sobre o jornal "O Exemplo", com abordagens e questões que explicitam potencialidades à pesquisa e ao ensino. O projeto tem metodologias variadas, com uma etapa formativa, produção de materiais didáticos e de formas de divulgação. Como fontes, edições de "O Exemplo" disponibilizadas em repositórios digitais. Um ano depois de seu início, temos dentre os resultados: o uso do jornal e das pesquisas correlatas na construção de materiais didáticos nos estágios de docência de bolsistas, incluindo a criação da rede social, bem como na atuação na educação social e popular; a criação de séries temáticas para o Instagram; a apresentação de comunicações no evento do GT Ensino de História e Educação; e a proposição de pôster e minicurso no presente evento. Em construção, temos: paradidático, artigos, portal, identidade visual, novas séries para o Instagram, mapa virtual e parcerias com o Memorial do RS e outros espaços educativos.

Desigualdade social e a perspectiva do ensino da cultura indígena e afro-brasileira nas escolas

Antônio Carlos Coqueiro Pereira (SECRET)

A demanda por direitos é constante, sobretudo no cotidiano de pessoas negras e pobres, enquanto as políticas públicas brasileiras não conseguem alcançar a justiça social. Nesse sentido, questiona-se: qual é o papel da escola nessa conjuntura de injustiças? Este artigo tem o objetivo de discutir o problema da desigualdade social e a perspectiva do ensino da cultura indígena e afro-brasileira nas escolas, na tentativa de um ensino com base nas lutas históricas para promover a justiça social de comunidades afrodescendentes e indígenas. Essas pessoas foram, cultural e historicamente subjugadas como pessoas inferiores e, até mesmo, tidas como mercadoria de exploração. Nesse diálogo, constata-se que as escolas encontram dificuldades em incluir em suas práticas cotidianas as ações previstas na Lei, referente ao ensino da cultura dos povos, frente à ranços culturais perversos. Utiliza-se como metodologia, a abordagem da pesquisa qualitativa, com o uso de fontes bibliográficas

---

Imprensa negra em tempos de ditadura militar: um levantamento em diálogo com a pesquisa e(no) ensino do pós-abolição nas Américas.

Fernanda Oliveira da Silva (UFRGS)

A presente proposta de pesquisa tem por objeto principal a análise de um dos principais formatos que congregaram iniciativas coletivas negras ao longo do pós-abolição nas Américas: a imprensa. Não se trata, porém, de analisar tão somente os formatos de tais iniciativas, uma vez que pesquisas anteriores já realizaram a empreitada, contribuindo para uma compreensão dos formatos culturais em questão. O que se almeja é ampliar as pesquisas sobre uma área bastante efervescente nos últimos anos, a saber o campo de estudos do pós-abolição nas Américas, com ênfase às questões da diáspora africana – sem deixar de lado gênero, classe, sexualidade e outras intersecções – durante os períodos ditatoriais por meio de enfoque transnacional, num primeiro momento, para posteriormente alargar o recorte cronológico e o foco temático. Não obstante, estende a análise tendo em vista a educação para as relações étnico-raciais, compreendendo que tais estudos têm alto potencial para contribuir com o indicado no parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/CP nº 03/04 que estimula a formação de grupos de trabalho tendo em vista a formação de professores quanto à Educação das Relações Étnico-Raciais, com ênfase ao

recontar a história desde um ponto de vista que seja emancipatório. Nesse sentido, o problema de pesquisa questiona as iniciativas coletivas em interesecção com o lugar das mesmas no ensino de história da diáspora africana nas Américas, mais especificamente no que tange ao período ditatorial. Para tal realiza-se um levantamento dos veículos da imprensa negra nacional, a partir de um esforço de pesquisa interinstitucional composto pela UFRGS e UnB e ativistas negros e negras que engajaram-se na criação e manutenção do referidos jornais e revistas.

Sessão 2
27/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 08

Experiências de trabalhadoras e trabalhadores negros no pós-abolição (Alegrete/RS): notas de pesquisa

Guilherme Vargas Pedroso (UFRGS)

Os estudos sobre o pós-abolição tem avançado muito nos últimos anos, descentrando as análises dos grandes centros urbanos e trazendo novas fontes e problemas de pesquisa. Ainda assim, pesquisas sobre o interior do Estado ainda carecem de analises sobre a população negra após a abolição da escravidão. Como se sabe, por muito tempo pairou no censo comum e em setores da academia, que o sul do Brasil não era lugar de negros. Amparados em analises da imigração que foi impulsiona entre o final do século XIX e início do XX, negras e negros não estiveram presentes no imaginário e na escrita da história sul-rio-grandense. Alinhado a estudos contrários a estas tradicionais e ultrapassadas visões, esta pesquisa já parte do principio de um estado com forte presença negra, seja nas zonas das charqueadas, ou nos extensos campos da fronteira, ou nos campos acima da serra. Nosso foco, é analisar as experiências de trabalhadoras e trabalhadores negros no imediato pós-abolição, tomando este não enquanto um marco cronológico, mas enquanto um problema de pesquisa, tendo como local de estudo o município de Alegrete, na fronteira oeste do estado. Local de economia pouco diversificada, durante o século XIX concentrou trabalhadores escravizados nos campos das estâncias, desenvolvendo diversas ocupações no manejo daquelas propriedades. Após maio de 1888, carecemos de pesquisas que concentrem esforços para compreender estes trabalhadores e seus descendentes, sendo este o nosso principal objetivo. Para isso, utilizamos fontes como registros hospitalares, registros da cadeia municipal e processos criminais recortados entre os anos de 1889 e 1910. Através da busca nominal entre as diferentes tipologias de fontes, pretendemos, além de observar quais eram as ocupações daqueles sujeitos, perceber questões do cotidiano, da vida privada, das solidariedades e dos conflitos entre aqueles indivíduos. Nesse sentido, pensar o que estas experiências nos informam sobre o pós-abolição naquela região.

O legado matrimonial na trama das tutelas: as lutas das famílias negras no pós-Abolição.

Franciele Rocha de Oliveira (Universidade Federal de Santa Maria)

Este trabalho aborda as lutas das famílias negras para manterem-se unidas. Assim, detalhamos as vivências de menores tutelados, que seguiram trabalhando para as famílias senhoriais responsáveis pela escravização de suas mães, entretanto, demonstramos, como as tutelas foram, estrategicamente, operadas pelas famílias negras e como, dentro destas lutas, relações consensuais estáveis e, especialmente, o casamento legitimado foi algo importante.
A pesquisa tem como principais fontes, processos de remoção de tutela dos Juízos de Órfãos de Santa Maria da Boca do Monte e de São Martinho e registros de casamentos religiosos e civis de Santa Maria, que nos permitiram discorrer sobre as experiências de nascidos de Ventre Livre que foram tutelados, conforme a Lei 2.040 de 1871, mesmo possuindo suas famílias e parentescos biológicos, vivendo em relações consensuais e/ou legitimadas.
O foco está na família de Catharina e Prudencio que, depois de tornarem-se livres, legitimaram seus laços perante a Igreja Católica e buscaram reaver seus filhos junto de ex-senhores no pós-Abolição, interferindo nas tutelas de sua descendência, com o sonho de trazer seus filhos para perto.
A experiência desta família permitiu-nos ir além das tutelas e da pressuposta desagregação das famílias negras, desvelando, sentidos próprios do casamento no interior dessas famílias e a possibilidade de um legado familiar entre pais e filhos. Em um contexto conturbado, de redefinição das relações e hierarquias sociais, tais famílias mostram que a legitimação social e formal dos casamentos negros era possível, bem como o reconhecimento da paternidade negra e que a luta pela reconstrução familiar valia a pena, assim como a possibilidade de estarem juntos sob o mesmo teto. Argumentamos que este legado matrimonial faz parte de uma das experiências familiares dos nascidos de Ventre Livre, não sendo a única. Da mesma forma, defendemos que este legado, cultivado pela geração de seus pais, não implicou, necessariamente, em uma relação unilateral de adesão imediata ou obrigatória do casamento pela geração posterior de seus filhos nascidos de Ventre Livre. Igualmente, é evidente que a cultura familiar gestada no interior destas famílias de experiências tão próprias, impactou nas famílias constituídas pelas gerações posteriores, não a toa demonstramos os casamentos de Messias com João e de Martinha com Felippe, sem esquecermos de Jesuina, que manteve-se solteira até o final de sua vida.

Vagões, chalés e malocas: o alto do Mont'Serrat como Colônia Tardia

Deivison Moacir Cezar de Campos (Ulbra)

A presente comunicação tem origem num estudo de doutoramento em desenvolvimento sobre as sociabilidades negras tradicionais existentes no Mont'Serrat nos anos 50 e 60 e como o processo de urbanização atravessou esse território negro, levando a sua desconstituição, mas sua manutenção como lugar de memória dos negros em Porto Alegre (NORA, 1993). Nesta pesquisa, considera-se como os altos do Mont'Serrat a região situada entre as ruas Anita Garibaldi, ao norte, e Antônio Parreiras, ao sul, e, ainda, Lucas de Oliveira, a Oeste, e Silva Jardim, a Leste. A entrada da comunicação reconstrói um pensamento de rastro (GLISSAN, 2005; GINZBURG, 1997), apresentando dados mais empíricos, produzidos a partir de inferências e dados obtidos junto a depoimentos orais (ALBERTI, 2004), fotografias e documentos (CAMPOS, 2017). Entende-se que demanda ainda um aprofundamento e uma maior precisão na datação. A ocupação da região iniciou na década de 20 com a venda de lotes pela família Mostardeiro para algumas famílias, incluindo famílias negras nesta década. A família do carteiro, na rua Freire Alemão, e da fruteira, na Pedro Ivo, são apontadas como as primeiras famílias negras a irem morar na área. Depois disso, um conjunto de vagões de aluguel foi construído na região, principalmente por "Paulo Bing" – que possuía muitos terrenos já na região da Bacia e no passo das Pedras. Outras famílias construíam pequenos chalés, ou peças para aluguel a fim de garantir o sustento da família e pagar os imóveis adquiridos. Pelo menos até os anos 50, a região não tinha calçamento, rede de esgotos, luz e nas áreas altas, as residências não contavam com água encanada, utilizando-se de um sistema de poços e distribuição comunitária de água – em alguns casos sendo vendida. O início do processo de urbanização coincide com a elaboração do Plano diretor da Cidade, aprovado em 1959. Nesta época, passam a mediar o processo de urbanização as empresas Territorial Agrícola e a Lubisco Sociedade Anônima Territorial, Indústria e Comércio. Neste movimento de expansão da modernidade da cidade, muitas famílias vão subir a colina e construir um novo território negro. Pela localização, o alto do Mont'Serrat existiu como área de mediação e relação entre dois territórios negros tradicionais. Como inferência, pressupõe-se que muitas das sociabilidades do pós-escravidão configuradas nos territórios da Colônia e da Bacia foram ali reterritorializadas e outras reconfiguradas – sendo esse o objeto da pesquisa maior. Constitui-se desta forma um último lugar de existência de sociabilidades mais disseminadas e de presença de famílias negras naquela região.

Violência e posse em Santa Maria no pós-abolição: o caso da menor Eva

Henrique Mareth Trombetta (UFSM)

Esta comunicação tem como objetivo debater alguns aspectos do pós-abolição, tendo como fio condutor um processo-crime da Comarca de Santa Maria, ocorrido no ano de 1922 e disponível para consulta no website do Arquivo Histórico de Santa Maria. Por meio do processo, podemos acompanhar a história de Eva Baptista, uma criança de 10 anos descrita como "preta", que há dois anos morava com seu padrinho Ignacio na Colônia Philipson, 6º distrito de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul. A abertura do processo se deu quando Anna Maria, mãe de Eva, veio visitá-la após passar dois anos em outro município. Ao encontrar sua filha, Anna ficou horrorizada com o estado físico da criança, que, conforme o exame de corpo de delito, apresentava mais de 90 ferimentos pelo corpo, alguns recentes e outros antigos, o que indicava que Eva estava sendo vítima de agressões físicas. Segundo o relatório policial, Anna narrou que tentou buscar sua filha, porém Ignacio "não entregara por ser sua a negrinha". Chama a atenção a frequente racialização presente no processo, sendo Eva diversas vezes identificada por sua cor em designações como "preta", "pretinha" ou "negrinha". Outro fato incomum é que essa identificação não advém somente os depoimentos das testemunhas, como é mais comum, mas também no relatório policial, nas cartas precatórias do juiz e na denúncia do Ministério Público. Portanto, diferente do que aponta uma historiografia, neste processo não se percebe um silenciamento quanto às cores; pelo contrário, neles as cores gritam. Trata-se de um processo profícuo para análises acerca do problema histórico do pós-abolição, pois entrelaça questões acerca de relações étnico-raciais, de gênero e de trabalho. A violência de que Eva foi vítima, bem como o fato de ter sido tratada como propriedade, são fatores muito emblemáticos deste pós-abolição ainda marcado pela negação de cidadania aos egressos do cativeiro. A metodologia utilizada para trabalhar com o processo aproxima-se da proposta por Sidney Chalhoub. Os processos-crime, apesar da formatação imposta pelos órgãos judiciais, são uma janela privilegiada para acessar a fala dos subalternos. Como afirma o autor, não nos interessa saber exatamente o que de fato se passou nas ocasiões registradas, mas sim explorar o emaranhado de visões conflitantes, divergências, contradições e incoerências presentes nos registros. Mesmo não podendo ser possível reconstruir com exatidão o que se passou, também há certezas. Ao pesquisador interessa analisar como se produzem as diferentes versões apresentadas pelas pessoas envolvidas, e o que elas nos revelam sobre as experiências delas.

Processos de racialização: O desaparecimento e morte do Preto Velho Jeronymo, Palmas/PR.

Carlos Eduardo Cardoso (Universidade Federal da Fronteira Sul)

A presente pesquisa tem como objetivo compreender as estruturas de racialização e exclusão social conferido a população negra. Através de um inquérito e de um processo crime do início do século XX na Comarca de Palmas Paraná, e com suporte de outras fontes, algumas disponíveis online no Arquivo Público do Paraná, outras disponíveis no arquivo do IFPR/Palmas e na Cúria Diocesana de Palmas como os livros de batismo, casamento e óbito, desvelamos como um individuo desaparece, ossadas são encontradas, mas ninguém é responsabilizado pelo suposto crime. As fontes judiciais envolvem diretamente o preto Jeronymo e Carlos Romback. Romback na noite do dia 21 de Janeiro de 1903, na cidade de Palmas/ PR. Açoitou Jeronymo quando o mesmo procurava por ajuda, e, no dia seguinte o "infeliz preto velho" havia desaparecido da cidade. Sete meses após o desaparecimento de Jeronimo, uma ossada é encontrada, com a exumação cadavérica as testemunhas apontam que a referida ossada pertencia ao preto velho. Jeronymo era um possível liberto, com pouca visão e estava retornando de uma visita ao final da tarde, enquanto Carlos é um homem branco, batizado na Paróquia de Palmeira/PR, casado, pai de família, lavrador e que se autodenominava e foi nominado pelas testemunhas como de nacionalidade russa, quiçá seus pais eram imigrantes russos e ele manteve, enquanto status e privilégio, o termo. A análise do inquérito e de processo crime, por meio da História Social nos proporciona uma amostra de como a racialização os corpos ocorria nos Campos de Palmas-PR no período de 1870 a 1910, e com isso compreender a forma como o racismo fora se constituindo no pós-abolição e impediu que milhares de homens e mulheres negros/as acessam direitos básicos, como o registro civil e a liberdade de ir e vir.

No encalço de uma origem: utilizando o método onomástico para viabilizar fontes de pesquisa

Maurício Lopes Lima (UPF)

Esta comunicação versa sobre as estratégias usadas para encontrar pistas ou indícios, conforme a acepção de Carlo Ginzburg, sobre a origem de uma comunidade quilombola chamada Capão dos Lopes, localizada no interior de Fortaleza dos Valos - RS, mas com origem histórica no antigo município de Cruz Alta - RS, na virada do século XIX para o XX. A pesquisa em questão trata-se do projeto para escrita de uma tese cujo ponto de partida para a compreensão do processo de formação da propriedade da terra, é a origem e o percurso da

referida comunidade quilombola. Conforme é comum nesse tipo de objeto de análise, a documentação é escassa, visto que se trabalha com um extrato social marginal e, portanto, com poucos registros das ações de seus personagens. Uma alternativa metodológica que potencializou muitos estudos que desafiam essa dificuldade documental é a microanálise proposta pela micro-história italiana, investindo em investigação qualitativa e em escala reduzida. Dentro dessa maneira de produzir conhecimento historiográfico, o método onomástico revela-se uma eficiente ferramenta. Nesta comunicação, portanto, mostramos como, partindo do conhecimento prévio do pesquisador sobre as "histórias do lugar", devido seu vínculo pessoal com a comunidade[1], utilizou-se o método onomástico para, munido de nomes como do suposto patriarca do quilombo, de proprietários das fazendas e os nomes dessas antigas propriedades, consultou-se obras de caráter genealógico e, a partir daí, descobriu-se a localização de documentos como inventários, testamentos, cartas de alforrias junto ao Arquivo Público do Rio Grande do Sul que serão utilizados como o primeiro passo para materializar um corpus documental necessário à pesquisa.

ST 09: Ensino de História e Cultura Digital: paradigmas e desafios na educação de base do século XXI

Coordenadores: **Ubiratã Ferreira Freitas (Estado do Rio Grande do Sul), Luciano Braga Ramos (Magistério Público do Estado do RS)**

Sessão 1
28/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 09

Sessão 2
29/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 09

Ementa: Pensando no desenvolvimento da educação e a construção do conhecimento científico, para a evolução dos atores sociais e visando ampliar uma gama de discussões a respeito da relação professor-aluno dentro da realidade da sala de aula no Ensino de Base no contexto de pandemia e pós-pandemia, este Simpósio Temático centra-se na discussão entre a disciplina de História e suas especificidades aplicadas no decurso do Ensino Fundamental e Ensino Médio e a utilização de tecnologias digitais no ensino aprendizagem. Uma das questões relevantes sobre o desenvolvimento da disciplina de História na Educação Básica é perceber que, os elementos que constituem a sociedade brasileira em sua base se modificaram. Essa percepção centra-se na perda da referência social familiar, cujos elementos culturais da História e memória, que deveriam ser repassados pelos membros da família, estão interferindo e

refletindo na perda do conhecimento empírico, histórico e oral dos educandos. Com isso, pensar uma saída emergente seria, talvez, a formação de um novo currículo de História para a Educação Básica para os alunos do século XXI. Nesse sentido, ensinar História é um desafio, pois não preenche as necessidades dos alunos, no entanto, enquanto não houver uma postura mais efetiva, um reconhecimento que nosso currículo está defasado e sem importância para nossos alunos, as dificuldades do ensino de História vão permear ainda por longos períodos. Fazer-se entender a partir de representações do passado é vislumbrar uma educação de qualidade com bases efetivas no conhecimento científico. Assim, este ST busca uma discussão para fomentar novas abordagens e métodos para ensinar História com a participação das tecnologias digitais que fazem parte da realidade do mundo atual, pensando no desenvolvimento educacional e valorização da escolas pública no Brasil, bem como pela necessidade de contemplar um ensino de qualidade na área das Ciências Humanas em geral através de um lócus comum que trate a História e as diferentes temporalidades das sociedades em sua complexa diversidade em compreensão do passado com intuito de prever um futuro e desenvolvimento intelectual dos alunos. Para além disto, este Simpósio Temático compagina-se com o mote do XVI Encontro Estadual de História da ANPUH/RS no sentido de aprofundar as experiências de pesquisa, de ensino e de defesa dos valores democráticos no âmbito dos estudos e abordagens da disciplina de História. Este Encontro Estadual de História será o momento de fundação de um GT específico que contemplará os Estudos e Desenvolvimento da Aplicação da História na Educação Básica.

Sessão 1
28/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 09

O ensino de história no facebook: produção e circulação de conteúdo histórico

Lisiane Sias Manke (UFPel), Rayanne Matias Villarinho (PUCRS)

Nas últimas décadas a globalização e o avanço das novas tecnologias transformaram significativamente as relações sociais, principalmente no que se trata das formas de comunicação. A velocidade das informações tomou proporções e alcances antes inimagináveis e rompeu barreiras geográficas, culturais, sociais e econômicas. Sendo a internet um lugar de ampla circulação de informações, cada dia mais presente nas práticas educacionais, as investigações que se ocupam em compreender os processos de produção e apropriação do conhecimento histórico voltam-se para esse espaço. Assim, frente as possibilidades de comunicação digitais, a presente pesquisa, que se encontra em andamento, busca identificar e analisar a produção e circulação de conteúdo e

materiais didáticos de história, disponibilizados por professores/as em redes sociais. De modo mais específico, objetiva-se caracterizar as publicações realizadas em um grupo de rede social, no que tange ao conteúdo (recorte temático), ao tipo de recurso divulgado (texto, jogo, charge, vídeo, entre outros), e a interação dos internautas com as publicações (comentários, curtidas, compartilhamentos, marcações, entre outros) averiguando, assim, possíveis indícios da apropriação do conteúdo de história. Em termo metodológicos trata-se de um estudo de caso, uma vez que a pesquisa analisa uma rede social, o Facebook, e dentro desta rede um grupo específico, chamado "Ensino Dinâmico de História", que possui 28,5 mil membros (dados de outubro de 2021). A coleta de dados, na primeira fase da pesquisa, ocorreu no período de nove de outubro de 2021 a nove de dezembro de 2021, quando foram registradas 227 publicações, realizadas por 134 membros do grupo. O critério de escolha deste grupo se dá pelo alto número de membros e por ser bastante movimentado, em relação as postagens, curtidas e comentários, o que indica para a abrangencia dos dados. As publicações coletadas e analisadas foram realizadas em um período singular, durante a pandêmia de Covid-19, em que as atividades escolares ocorriam no modo de Ensino Remoto Emergêncial, momento no qual professores/as estavam completamente imersos no universos digital. Percebeu-se necessário observar a formação dos autores das publicações, para ser possível considerar a predominância de profissionais da área de história no grupo, o que foi confirmado. Assim, a análise dos dados tem possibilitado identificar qual tipo de conteúdo circula no grupo, quais os recursos didáticos mais divulgados pelos professores, quais são as publicações com maior número de interações, entre outros. Sendo possível compreender e caracterizar a cultura histórica (RÜSEN, 2015) predominante neste ciberespaço, estabelecendo relações entre a educação escolar e extraescolar na construção do conhecimento histórico.

Ensino de história, cinema e ditadura civil-militar na educação básica: registros iniciais de uma pesquisa

Luiz Paulo da Silva Soares (UFPEL)

Este trabalho tem por objetivo apresentar considerações iniciais sobre a investigação que está em curso no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), à nível de doutorado, que teve início no primeiro semestre de 2021, em pleno contexto pandêmico. Sob o título provisório "O Brasil em estilhaços: a ditadura civil-militar brasileira retratada no cinema e a perspectiva de estudantes do Ensino Médio", têm como problemática de pesquisa identificar como os estudantes do Ensino Médio compreendem o período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), a partir das mídias cinematográficas no âmbito da sala de aula. Parte-se do pressuposto de que o

esquecimento ou abrandamento sobre a ditadura, presente em muitos discursos que circulam socialmente, tem como foco uma tentativa de apaziguamento, isto é, "trata-se de um problema de percepção, de experiência social: a censura ocultou da sociedade, em grande medida, a repressão à luta armada buscando ocultar a violência em uma atitude que marca toda a história do Brasil (...)" (FICO, 2013, p. 245). Desta forma, consideramos que trabalhar a ditadura civil-militar através da utilização da análise das mídias cinematográficas está para além do plano conceitual e cognitivo. O cinema, enquanto "produto cultural" (FERRO, 2010; FONSECA, 2012) estimula o conhecimento, amplia a imaginação e o compartilhamento de informações e saberes distintos. Metodologicamente a pesquisa está pautada em um estudo de métodos mistos (GIL, 2019). Para isso, serão utilizados instrumentos de produção de dados fundamentada em narrativas de estudantes secundaristas do terceiro ano do Ensino Médio (debates), questionários semi-estruturados e diário de campo do professor pesquisador. Em relação aos sujeitos desta investigação, estes fazem parte de quatro turmas do terceiro ano do Ensino Médio de duas escolas estaduais da cidade do Rio Grande/RS, em turnos distintos (matutino e noturno), das quais o pesquisador é regente. Pretende-se empregar como metodologia de análise do material empírico a ser produzido, a análise de conteúdo, que segundo Laurence Bardin (2012) é uma abordagem de análise que se utiliza da descrição, inferência e interpretação dos materiais coletados e catalogados. A pesquisa está em fase inicial, centrada na qualificação do referencial teórico e metodológico. E este trabalho investigativo, que está em curso no doutorado em História, se propõe a compreender de que maneira ocorrem as aprendizagens dos estudantes secundaristas sobre a ditadura civil-militar brasileira mediados pela mídia cinematográfica em sala de aula.

A Divulgação Científica e o Ensino de História

Gabriella Lazzarotto (UFRGS)

O ensino de história no século XXI ultrapassou as barreiras da sala de aula, alcançando as redes sociais e os canais do Youtube. Entretanto, se faz necessário compreender quais os impactos da popularização da História nesses espaços. Sua potencialidade, tanto como veículo de divulgação científica e dos conhecimentos históricos no âmbito da História Pública, quanto sua apropriação por diferentes grupos por disputas na proliferação de discursos.

O ensino de história entre o hibrido e o remoto: o que aprendemos e o que perdemos

Luciano Braga Ramos (Magistério Público do Estado do RS)

O objetivo desse trabalho esta em analisar como se deu o trabalho do ensino de história levando em consideração o período de pandemia, e as práticas desenvolvidas para levar até os alunos materiais de conhecimento da disciplina. O trabalho pretende trazer para o debate trocas de experiência sobre as práticas de alcance dos alunos na rede pública estadual e municipal a partir da experiência vivida pelo professor para tentar garantir mínimo de conhecimento na época de pandemia. Apresentar as mídias que foram colocadas à disposição em ambas as instituições de ensino. Assim, analisar o quanto foi possível, entre o ensino hibrido e remoto atender aos alunos. Buscar refletir se houve de fato um trabalho satisfatório que pudesse garantir o aprendizado dos alunos. Por outro lado, é importante se refletir o quanto os professores se utilizaram dos recursos digitais disponíveis para tentar alcançar esse aluno. O debate é pertinente, pois atenta para relações de trabalho possíveis para se repensar o uso das mídias para o ensino, e sobre tudo o de história, em um momento em que a educação e a área das humanas sofrem ataques políticos que visam apenas o seu descrédito por parte da sociedade.

Ensino de História e descolonização do currículo

Renata Belz Kruger (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

A educação pública e o currículo tem sido alvo de recorrentes debates no Brasil. O ensino de História nas escolas é tema de debates e reflexões imprescindíveis para a garantia de uma educação que promova a emancipação e a autonomia dos estudantes diante das contrariedades que emergem na sociedade. A ideia de um currículo oficial tem sido questionada, assim como a eleição de determinados conteúdos como legítimos e válidos para reprodução no ambiente escolar em detrimentos de conhecimentos outros, que frequentemente se referem a história do negro e dos povos indígenas. A descolonização dos currículos é um processo fundamental no sentido de amparar a emergência de uma educação reconheça a heterogeneidade da sociedade e as variadas formas de ser e saber no mundo. O presente trabalho pretende delinear questões que se referem ao ensino de História e ao processo de descolonização do currículo. O ensino de História integra parte fundamental da formação de estudantes, uma vez que está ligada a política e a cultura e lida com as diferentes formas de ser e saber no mundo. Dessa forma, o currículo é um território em constante disputa. O currículo por vezes acomoda práticas e pensamentos coloniais que precisam ser questionados.

Portanto, é fundamental tratar de questões raciais no ambiente escolar diante das assimetrias de representações e tentativas de homogeneização de práticas, culturas e saberes. A descolonização dos currículos diz respeito fundamentalmente ao reconhecimento da diversidade do mundo, ao combate ao racismo e a ideias e pensamentos que não contemplem a heterogeneidade da sociedade. O ensino de História é fundamental no contexto de uma educação pública que busque valorizar as diferenças, compreender as heterogeneidades e reconhecer as variadas formas de conhecimento. A perspectiva descolonial permite que os subalternos emerjam à condição de protagonistas de suas próprias histórias, detentores de seus próprios saberes e torna quem era espectador em ator ativo na História, como anunciara Frantz Fanon.

Sessão 2
29/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 09

Humanidades digitais e o ensino de História

Jênifer de Brum Palmeiras (Universidade de Passo Fundo)

Vivemos um daqueles raros momentos de oportunidade para as humanidades, não ao contrário de outras grandes eras de transformação histórico-cultural, como a mudança do pergaminho para o códice, a invenção do tipo móvel, o encontro com o Novo Mundo e a Revolução Industrial. A nossa é uma época em que as humanidades têm o potencial de desempenhar um papel criativo amplamente expandido em vida. Essa pesquisa propõe-se a apoiar as Humanidades Digitais, que pergunta o que significa ser um ser humano na era da informação em rede e participar de comunidades fluidas de prática, fazendo e respondendo perguntas de pesquisa que não podem ser reduzidas a um único gênero, meio, disciplina ou instituição. As Humanidades Digitais representam uma grande expansão do alcance das humanidades, justamente porque traz os valores, as práticas representacionais e interpretativas, estratégias de construção de significado, complexidades e ambiguidades do ser humano em todos os domínios da experiência e conhecimento do mundo. É um fenômeno global, transhistórico, e abordagem transmídia do conhecimento e da construção de significado. O objetivo dessa discussão é difundir as Humanidades Digitais dentro do ensino de História nas escolas, contribuindo para a formação do aluno com a perspectiva de que a tecnologia melhore o aprendizado, sendo utilizada como estratégia pelo professor em sala de aula.

Ensino de história e mídias digitais: reflexões, experiências e possibilidades

Josias José Freire Júnior (Universidade Federal de Goiás)

Este trabalho tem por objetivo refletir sobre o papel das mídias digitais no ensino de história. Objetiva-se propor uma discussão teórica, de reconhecimento do efervescente contexto de discussões em torno da história, seu ensino e as mídias digitais. Inicialmente, apresenta-se uma definição do campo e das perspectivas a partir das quais a discussão se desenvolve, a saber, o campo da teoria e da didática da história, particularmente de suas discussões sobre o tema do sentido histórico e das relações entre história e vida. Em seguida, se buscará apresentar alguns conceitos e definições acerca das relações entre educação e mídias, ensino de história e mídias digitais, história digital, e práticas de ensino de história no contexto da cultura digital. Assim, envida-se esforços no sentido de sistematizar e associar os debates em torno das relações entre o ensino de história, as mídias digitais e o campo da didática da história, construindo um debate que possa contribuir com a compreensão de diversas práticas, experiências e experimentações que estão transformando a história e seu ensino.

Ensino de História e Cultura Digital: algumas contribuições

Marizete Gasparin Zenaro (UPF)

O trabalho analisa o ensino de História e sua relação com a cultura digital na Educação Básica da rede estadual de ensino de Santa Catarina durante a pandemia, focando nos desafios e perspectivas encontradas nos anos de 2020 e 2021 para atender os alunos do Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio da EEB Marechal Bormann localizada no município de Chapecó-SC. Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa elaborada a partir da análise de vários documentos, como, portarias emitidas pela SED, relatório de notas e faltas dos alunos que participaram do projeto Apoio Pedagógico online, Autoavaliação online realizada ao final dos estudos, Lista de Busca Ativa realizada pela escola e Ata dos Conselhos de Classe. A pesquisa mostra que a utilização de tecnologias digitais no processo ensino aprendizagem torna-se cada vez mais necessária, tanto para subsidiar o trabalho do professor quanto para instigar a aprendizagem do aluno.

Reflexões sobre a inclusão das mídias digitais no ensino de História e o processo formativo do professor

Italúzia Pereira de Castro Santos (Universidade de Pernambuco)

Essa discussão faz parte da pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPPI). Pensar em educação para as novas gerações implica discutir como as mídias digitais podem ser incluídas de forma crítica nesse processo. Ao passo em que torna-se necessário discutir sobre o processo formativo dos docentes, posto que, as discussões sobre a inclusão das mídias digitais, especialmente no ensino de História, não pode limitar-se apenas à ampliação de ferramentas e técnicas. A internet possibilitou novas formas de lidar com o conhecimento e a ampla difusão das informações nas redes gerou um contexto de descentralização e desterritorialização do conhecimento. Assim qualquer internauta que possua conhecimentos de como utilizar as mídias digitais podem criar e divulgar informações de qualquer lugar que tenha conexão com a rede. Como destaca Pierre Lèvy (2010, p. 113) "Quanto mais o ciberespaço se amplia, mais ele se torna 'universal', e menos o mundo informacional se torna totalizável". Essas características presentes nas interações com as mídias digitais, nos colocam diante da necessidade de aprender a lidar com fake news, negacionismos e informações infundadas. As mídias digitais geram espaços de disputas de narrativas e de exposição de vozes antes marginalizadas pelas mídias tradicionais. Assim como a escola, a internet tem sido um espaço que reúne a multiculturalidade e a heterogeneidade que compõem a sociedade, o que tem nos incitado a construir espaços mais dinâmicos e reflexivos. Entretanto, como traz Lucchesi (2014, p. 49) vivenciamos uma transição tecnológica "sem termos desenvolvido as competências necessárias para navegar criticamente". Assim, ao tratarmos de educação para as novas gerações necessitamos considerar a relevância do letramento digital dos alunos para o desenvolvimento da criticidade para interpretar os conteúdos presentes na Web e interagir com eles de forma crítica. Ao passo que compreendemos a necessidade de mudanças em relação ao contexto escolar, é preciso considerar o lugar do professor e seu processo formativo. A descentralização do conhecimento nos impõe repensar uma nova identidade do professor, como pontua Ana e Ricardo Vieira (2018, p. 286), este deve ocupar um lugar de mediador dos saberes para além dos aspectos técnicos, trazendo a realidade dos alunos, seus anseios e a pluralidade que conforma a escola. Desse modo, a inclusão das mídias digitais deve ocorrer de forma consciente e crítica, superando o caráter utilitarista. Para tal, é preciso que as formações gerem suportes pedagógicos e reflexivos para os professores compreenderem seu lugar nesse processo e tendo consciência de que não precisam dominar todas as tecnologias existentes, mas atuar como mediador.

O Ensino de Base, Ensino de História e o analfabetismo Digital.

Ubiratã Ferreira Freitas (Estado do Rio Grande do Sul)

O presente trabalho foi desenvolvido para questionar em debate, a relação entre as aulas de História, as novas tecnologias digitais e os alunos do Ensino Médio do século XXI. Tal esboço reflete algumas possíveis causas e dificuldade do desinteresse pela disciplina de História, tornando-a secundária para o desenvolvimento dos educandos. O trabalho foi redigido em três momentos: em primeiro foi pensado encontrar as origens do desinteresse com base no sentido e conceito de escola que os pais transmitem para seus filhos; em segundo, visa ampliar a discussão, voltado para um currículo escolar com o incremento da tecnologia digital e atualizações mais evidentes para a realidade dos alunos, visando a valorização da História como disciplina importante para o desenvolvimento do conhecimento; e em terceiro, questionar as ações de valorização dos alunos afrodescendentes, partindo da implementação das leis que referem que todas as escolas devem ampliar seu currículo de conteúdos e valorizar a cultura africana no Brasil.

Sei lá, TikTok, Naruto, Trap e Funk: Conhecer a cultura juvenil para construção do conhecimento histórico em duas escolas públicas de Pelotas/RS

Natiele Goncalves Mesquita (SMED/Pelotas e SEDUC/RS)

Este trabalho é um exercício de síntese das respostas de questionários realizados entre fevereiro e março de 2022, aplicados a estudantes de 6º e 7º anos de duas escolas de Ensino Fundamental da cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul. Os objetivos dos questionários giram em torno de construir um conhecimento a respeito dos estudantes destas turmas, que atualmente estão em processo de ensino-aprendizagem em História com esta professora que desenvolve estas reflexões. Além disso, também busca compreender a cultura histórica da juventude na atualidade, numa perspectiva de análise do tempo presente, estreitando relações, provocando discussões a respeito dos questionamentos e respostas e mapear as limitações na alfabetização, interpretação e argumentação. Ambas escolas são públicas e urbanas, porém se localizam em bairros diferentes, sendo uma municipal e outra estadual, a saber: Escola Municipal de Ensino Fundamental Luiz Augusto de Assumpção e Escola Estadual de Ensino Médio Areal. A pandemia de covid-19 causou um hiato entre a escola e a comunidade, embora algumas iniciativas de ensino emergencial tenha suscitado diversos esforços de equipes diretivas e educadoras e de forma paliativa, atendeu parte das comunidades, as que possuíam condições de acesso às atividades remotas,

mas excluiu grande parte dos estudantes que não tinham acesso à internet. Desta forma, o retorno presencial obrigatório desde o início do ano de 2022 trouxe diversas demandas e questionamentos a nós, educadoras e educadores. Algumas destas indagações são: quem são e como interagiram e interagem com as demandas da contemporaneidade, Como a juventude que sofreu com o distanciamento social e fechamento das escolas lidou com o retorno, entre outras questões sociais. De fato, o fechamento fora essencial para enfrentarmos o covid-19 até à vacinação compulsória, mas por outro lado, as desigualdades sociais evidentes ainda anteriores à pandemia, agravadas por ela, fazem da escola um local de mapeamento e construção de alternativas possíveis. Para estes fins, as questões direcionadas a estes estudantes, em síntese, abordam: filmes, séries, redes sociais, interesse e desinteresse na escola, religião, dificuldades durante a pandemia, acesso à internet, interpretação sobre a História da cidade e relação com as suas realidades. A quantificação e análise destes resultados serão objeto deste texto e a partir disso, alguns perfis serão mapeados e alternativas de construção de aprendizagem histórica serão desenvolvidas.

ST 11: Ensino De História, Práticas e Aprendizagens Nos Lugares De Memória

Coordenadores: **Gianne Zanella Atallah (Prefeitura de Rio Grande), Júlia Silveira Matos (FURG)**

Sessão 1
29/07/2022 das 08:30 às 12:30 - Sala ST 11

Ementa: Os Lugares de memória podem ser entendidos como qualquer espaço com o qual as pessoas se identifiquem, praças, monumentos, prédios antigos, ruas, um café, mas, também devemos pensar nos lugares institucionais como arquivos, museus e bibliotecas. Ao refletirmos sobre o ensino e aprendizagem nesses espaços logo nos deparamos com ideias de senso comum que levar educandos a esses locais é um passeio e não uma aula de História. Exatamente devido a esse tipo de percepção compartilhada por muitos, que propomos um GT que visa contemplar propostas que promovam uma discussão sobre o papel do ensino de história e suas apropriações aos lugares de memória. Entendendo que essas apropriações parte da relação que estabelecem com os processos de construção dos lugares de memória, sendo assim, o ensino de história tem o desafio de mostrar ao discente a complexidade conceitual dos lugares de memória, suas transformações e de fato o seu papel diante da sociedade. Os lugares de memória devem ser compreendidos como espaços que promovem reflexões quanto ao seu papel social e as suas práticas discursivas diante de suas

representações simbólicas. Problematizar o ensino história dentro dos lugares de memória, para que os discentes tenham a compreensão de que as representações simbólicas dos mesmos não agem de forma independente ou isoladamente dentro do contexto formal ou não formal de ensino. Os lugares de memória, a exemplo são os museus, arquivos, coleções, festas, aniversários, monumentos, santuários, associações, documentos entre outros, e trazem em sua representação simbólica de que não há memória espontânea, segundo Pierre Nora. É preciso acumular a informação caracterizando-a como o próprio testemunho de existência. E isso se fortalece a medida que a memória tradicional se dissipa, e confunde a apropriação dos processos de criação e preservação de uma coletividade.

Sessão 1
29/07/2022 das 08:30 às 12:30 - Sala ST 11

O ensino das línguas de herança: Integrando o Museu no Ensino do Talian e do Polonês em Casca

Aline Nizzola Berton (UPF)

Um projeto iniciado em 2018, inseriu a língua Talian na grade curricular dos alunos do 1º ao 5º ano da rede municipal de ensino de Casca. No ano de 2022, a recente promulgação da lei de cooficialização dos idiomas Talian e Polonês oficializam a continuidade do projeto, bem como insere-se o ensino da língua Polonesa. Casca possui um Museu Municipal que abriga cerca de mil peças em seu acervo. Grande parte provém das etnias polonesa e italiana, fazendo com que o espaço seja um ambiente propício para o ensino das línguas de herança por permitir a materialização e aproximação com o passado, tornando o ensino pluricultural e mais dinâmico. Em 2021, organizou-se um das salas do Museu Municipal Albino Busato para servir de ambiente para a realização das aulas, permitindo também que o espaço tenha variados usos e interação da comunidade.

A perspectiva do trauma: dialogando com Dominick Lacapra

Michelle da Silva Caetano (UFRJ)

Neste artigo busca-se ponderar sobre as dimensões que viabilizam a política de memória, a partir da historiografia de Dominick LaCapra, destacando a sua principal natureza: a recuperação ou a reivindicação do passado são sempre permeadas por interesses e demandas sociais. Por essa razão, há várias formas

de lidar com o passado, que integralmente são atravessadas por ideologias, luta pelo poder e determinados interesses. Como também, estratégias de esquecimento ou apagamento público, tempo da memória, entre outros. Assim, a História dialógica de LaCapra defende o esforço de trabalhar a memória de modo crítico e ético, historicizando-a para combater não só as injustiças, mas sobretudo, para que a memória sirva como um instrumento pedagógico de reparação.

Os acervos pessoais como lugar de memória, pertencimento e espaço para construção da história

Laura Cardozo Perozzo (Professora)

O trabalho a ser apresentado nesse ST é resultado da minha pesquisa de mestrado, finalizado em 2021. A pesquisa entrecruzou as narrativas do médico são-marquense Nyldo Sander Stich com o acervo de um hospital da referida cidade, hoje desativado e espaço de consultórios médicos, pertencente à família do entrevistado, na tentativa de preservar e conservar a história da cidade por meio do patrimônio hospitalar da genealogia dos Stich. Ao longo desta pesquisa, as memórias e vivências de Nyldo, sobre seu passado e de sua família ganharam sentido, a partir da análise da documentação e dos itens disponíveis no sótão do antigo hospital. O recorte temático é entre os anos de 1930 até meados dos anos 1980. Com isso, busco compreender as relações existentes entre o coletivo e o individual, buscando a salvaguarda do patrimônio familiar, na tentativa de preservar a história e o patrimônio do município, por meio da transversalidade apresentada pela temática da saúde. Esta pesquisa foi uma maneira de pensar o patrimônio cultural da cidade e das pessoas, bem como as possibilidades de intervenção nesse campo. Por meio das entrevistas e das leituras feitas no acervo ao longo deste percurso, há também a percepção de representação de um momento da história, como uma versão para os fatos a partir das memórias que, muitas vezes, podem ser somente do indivíduo ou podem também pertencer ao coletivo. Essas ideias de pertencimento, identidade e tradição podem ser facilmente encontradas nos objetos e bens que preservamos, e os acervos são perfeitos para encontrar essas relações. Os arquivos e acervos pessoais, nos dias atuais, acabam por traduzir o jeito de viver de um determinado grupo ou de uma sociedade, sendo possível compreender a realidade de uma determinada região, estado ou país. No acervo do Hospital Dr. Stich, foi possível analisar como determinado item contava não só a história da cidade, mas a história de diversas áreas do conhecimento, incluindo a educação, a saúde e os padrões sociais. Foi possível também identificar as representações do passado, as evidências trazidas pelas fontes orais e também, não apenas as provas da existência da Família Stich,

como também as provas de existência da própria cidade e dos indivíduos que fizeram e fazem parte dela.

Ensino de História e Patrimônio: uma proposta de educação patrimonial decolonial

Silene Ferreira Claro (UFABC)

O Ensino de História é um tema de constante debate e revisitação. Discute-se currículos, metodologias, seus significados e suas funções. Para além dessas questões, é necessário discutir o que e como se aprende História. Diante disso, a proposta aqui é a de avaliar as aproximações entre as concepções de consciência histórica e cultura histórica, especialmente a partir da colaboração de Jörn Rüsen, com educação patrimonial numa perspectiva decolonial, a partir dos debates de Átila Tolentino. Dessa forma, procura-se fazer uma reflexão dos conceitos apresentados, avaliando como metodologias que utilizem o patrimônio – material e ou/imaterial – do entorno das unidades escolares, juntamente com investigação de documentação histórica e história oral, pode-se promover aprendizagem significativa entre crianças, adolescentes e jovens, dentro de processos educativos em espaços formais.

Educação museal: a aprendizagem histórica entre a materialidade e a imaginação

Priscila Lopes d'Avila Borges (UERJ)

O presente trabalho pretende debater a aprendizagem histórica e seus desafios, diante de bens culturais patrimoniais em museus. O referencial teórico privilegia os estudos de Jörn Rüsen e Paulo Freire, em conjunto com os trabalhos de Ulpiano Meneses e Francisco Régis Ramos. Propomos uma análise do museu, enquanto espaço formativo, dedicado a preservação e comunicação de determinadas memórias, intencionalmente selecionadas, abrangendo sua potência educativa e os obstáculos para formação de um público espontâneo, que tenha condições de compreender os saberes museais em sua complexidade linguística. As discussões sugeridas referem-se à identificação dos alunos e professores que visitam museus, como neosujeitos, envolvidos com demandas socioeconômicas, que não privilegiam o aspecto cultural como relevante para a vida na sociedade neoliberal. Além disso, problematiza a utilização pedagógica de museus por professores de História, a partir de estudos de caso realizados no Museu Imperial (Petrópolis-RJ), Museu Histórico Nacional (Rio de Janeiro-RJ) e

Museu da República (Rio de Janeiro-RJ), através de pesquisas de campo no ano de 2018. As análises que compõem o estudo revelam que a linguagem expositiva costuma ser apropriada segundo paradigmas curriculares, que dificultam o desenvolvimento de atividades efetivas perante a singularidade dos saberes museais. Ademais, indicam a busca de professores por um lugar de ilustração para os conteúdos debatidos em sala de aula, sugerindo aos alunos noções equivocadas diante das representações históricas expostas no museu. O exame comportamental de professores e alunos no ambiente museal demonstra o desafio da aprendizagem a partir de objetos musealizados, sinalizando a necessidade de discutirmos o papel do patrimônio na educação brasileira, bem como no Ensino de História.

Lugares de Memória e História em São Gabriel – RS

Carlos Alberto Xavier Garcia (SBEH), Tatiane Dumerqui Kuczkowski (IFRS)

O local desse estudo é a partir da sala de aula da Escola Estadual de Ensino Médio Dr. José Sampaio Marques Luz, com turma de Educação de Jovens e Adultos – EJA – na Terminalidade 7 (primeiro ano do ensino médio) e público em geral interessado, para realização da atividade pedagógica de verificação sobre História, Memória e Patrimônio e, possível percepção de espaços públicos da cidade de São Gabriel, como lugares de memória para uma história pública da cidade. É um projeto que se justifica pela importância de realizarmos com os estudantes do ensino médio um trabalho acerca do local e para a valorização do patrimônio histórico cultural do município, pela oportunidade de realizarmos com os alunos, um trabalho de identificação de espaços públicos de memória que estão relacionados às situações vivenciadas que se perpetuaram com o passar do tempo e muitas já não se verificam mais na memória coletiva. Pensamos uma visão histórica e sensível sobre espaços de memória em que é possível perceber que nesses locais ocorrem práticas sociais, como numa igreja, numa praça ou monumento, esteja em um museu, em um prédio ou local aberto. Numa visita a esses locais públicos é possível obter uma orientação de memória e conhecimento com forte abordagem histórica, o que contribui para o desenvolvimento da cultura. Na av, Presidente Vargas, esta como um lugar de memória pelo que evoca, por exemplo temos o busto e a carta testamento do ex Presidente Getúlio Vargas, bem como a Praça do Arcanjo com o obelisco e a imagem do padroeiro São Gabriel. Na Praça Dr. Fernando Abbott, outro líder político na primeira República, encontramos a Igreja Matriz, o Sobrado que abriga a Biblioteca Pública que é uma das mais antigas construções da cidade, local onde hospedou-se D. Pedro II em viagem a Uruguaiana na rendição das tropas Paraguaias, no final da Guerra do Paraguai. Também na praça fica o solar da família Menna Barreto e ali próximo, distante meia quadra está a primeira Igreja

matriz, de Nsa Sra do Rosário do Bom Fim, hoje Museu, que abriga acervo histórico do Município. Outro local de Memória é a Sanga da Bica, também no centro da cidade de São Gabriel, próximo à rodoviária, na Rua Juca Tigre (caudilho maragato) com Gen. Câmara (elite da primeira República). A sanga da Bica é um local reconhecido como de memória indígena, pois foi ali que se deu o confronto entre militares dos Exércitos Luso e espanhol contra os indígenas Guaranis na Guerra Guaranítica e, que vitimou o líder Sepé Tiaraju, em 07 de fevereiro de 1756. Com o estudo sobre os locais de memória em São Gabriel esperamos ter uma amostra de trabalhos com a identificação desses locais, contribuir com a Educação patrimonial, com o estudo da história local, com subsídio para a história pública.

"Uma aula de História diferente"

Lieli Coelho Kolling (Universidade de Passo Fundo)

O presente trabalho visa apresentar um relato de experiência de uma viagem de estudos, ou como denominamos uma "aula de História diferente" realizada por alunos da turma do 6º Ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Zeferino Brasil, localizada no interior do Município de Novo Barreiro. O destino foi o Museu Olívio Otto, localizado no Município de Carazinho/RS, o Laboratório de Cultura Material e Arqueologia- LACUMA, localizado na Universidade de Passo Fundo/UPF e o Arquivo Histórico Regional, também localizado nas dependências da UPF no Município de Passo Fundo. A viagem/aula pensada e organizada pela professora de História da escola, tinha por objetivo oportunizar os educandos conhecer espaços de memória, bem como compreender sua importância e papel social. Durante as vivências os educandos puderam observar e reviver no presente, elementos de identificação do passado da sua própria região, assim possibilitando a construção de conhecimento histórico, um olhar crítico e uma nova leitura de sua história.

Quando se quer cuidar; quando cuidar é contar: um projeto de memória escolar no coração da Restinga

Luciana Fernandes Boeira (SMED - PMPA)

Os tempos pandêmicos trouxeram às escolas graves problemas. O principal deles foi a ausência da comunidade escolar no espaço físico e no cotidiano da escola. Essa falta, muito sentida e que, infelizmente, por conta da precarização de nossa educação, perdurou por muito tempo em algumas instituições de ensino,

acarretou defasagens de toda ordem. Dentre elas, se percebe a carência de reconhecimento, por parte significativa dos alunos, da escola como um ambiente que precisa ser cuidado e preservado, tanto em sua estrutura física quanto memorial. Justo ela, a escola, que é (ou foi), para muitos, patrimônio vivo e o único lugar com que se reconhecem, agora está, contraditoriamente, sendo tomada como um local distante e com o qual já não têm a mesma identificação. Assim, a fim de discutir e compreender essas carências e tentar resgatar para o seio de sua comunidade uma tradicional e antiga escola do bairro Restinga, em Porto Alegre, como uma de suas referências centrais e que, portanto, merece ser cuidada, reapropriada e preservada, é que nasceu a ideia desse projeto. Ele é, pois, uma aposta, cuja missão principal é refletir sobre o passado, o presente e, por que não, o futuro dessa comunidade escolar e sua ligação com o espaço da escola, que há mais de meio século ocupa um lugar simbólico na memória do bairro Restinga, tendo atravessado e formado gerações de estudantes. Palavras-chave: lugar de memória; espaço escolar; projeto patrimonial.

Narrativas Lúdicas no Ensino de História

Rafael Vicente Kunst (UFRGS)

Essa comunicação apresenta os resultados de uma análise crucial na minha pesquisa de doutorado – as relações entre o uso de jogos e a aprendizagem da competência narrativa no Ensino de História. Minha tese parte da importância da habilidade de elaboração de significações históricas através da narrativa para analisar os impactos da linguagem lúdica nesse processo de aprendizagem. Para a compreensão desse aspecto do Ensino de História, utilizo o conceito de competência narrativa, desenvolvido principalmente por Jörn Rüsen. Portanto, para compreender essas relações de aprendizagem, também é necessário analisar as especificidades da criação narrativa através de jogos. Essa modalidade peculiar de significação da realidade possibilita diferentes meios para os estudantes conhecerem o conhecimento histórico e expressarem a compreensão sobre eles. Além das contribuições de Rüsen, essa análise parte de reflexões de Roger Caillois, Ian Bogost e Hayden White.

Percursos do Patrimônio em São Leopoldo: educação patrimonial através da integração entre a universidade e a comunidade

Jéssica Neves Marçaneiro (UFRGS)

São Leopoldo localiza-se às margens do Rio dos Sinos, em local orginalmente habitado pelos povos Kaingang e Carijós. A região viria a ser ocupada por imigrantes alemães no século XIX, de forma a tornar-se conhecida como Berço da Colonização Alemã no Brasil. Considera-se, no entanto, a diversidade cultural que atravessa o desenvolvimento do território, ocupado ao longo do tempo também por outros povos. Deste modo, São Leopoldo é uma cidade com riqueza multicultural e multiétnica, que apresenta alguns dos registros da sua história no patrimônio edificado. Acredita-se que, para uma sociedade valorizar sua história e seu patrimônio, é importante educar a população e integrá-la ao processo de resgate da memória. Com esse objetivo surgiu, em 2018, a Interventura Walk, uma prática de Educação Patrimonial que integrou academia e sociedade em meio a vivências in loco. Esta proposta partiu do coletivo Interventura Urbanismo Colaborativo, que trabalhava com ações educativas e lúdicas para discutir as necessidades urbanas da cidade de São Leopoldo. Com a intenção de integrar os estudantes da universidade local com a cidade, além de contribuir para a comunidade de alguma forma, para a realização da atividade optou-se pela disciplina de Arquitetura Brasileira I do curso de arquitetura e urbanismo da Unisinos Essa disciplina aborda a história da arquitetura no Brasil, partindo das edificações coloniais até o fim do século XIX, com a arquitetura protomoderna. Construiu-se, então, uma proposta que contemplou roteiros históricos pela cidade de São Leopoldo baseados nos trabalhos desenvolvidos pelos alunos ao longo do semestre. A primeira etapa da atividade, foi desenvolvida e estudada pelos alunos em sala de aula. Posteriormente, na data agendada, encontraram-se alunos, professora, idealizadoras da proposta (Interventura) e a população em geral, convidada através da ampla divulgação realizada previamente. Seguindo o roteiro estipulado, em cada local de memória os alunos apresentaram seus trabalhos aos colegas e à comunidade. Distribuíram, ainda, panfletos sobre a edificação e convidaram a comunidade a contribuir com suas histórias, contos e causos, deixando ali seus registros orais, constituindo um processo de aprendizado, de resgate e de preservação da memória. A atividade tornou-se recorrente e, ao longo das edições realizadas entre 2018 e 2019 notou-se um aumento no público participante e mais pessoas com o intuito de preservar e cuidar da cidade, além de proporcionar novas práticas de ensino e despertar novos interesses nos estudantes de Arquitetura e Urbanismo. A prova de que, de maneira lúdica e educativa, é possível resgatar a identificação de uma cidade com sua história e incentivar a preservação de suas memórias.

Circulação de conhecimentos históricos em trilhas de patrimônio cultural: um estudo de caso para educação acessível na Linha Paulina – Bento Gonçalves- RS

Eliana Rela (Universidade de Caxias do Sul)

O artigo tem por finalidade apresentar um recorte do projeto piloto que colocará em movimento a Educação Acessível com conteúdo histórico. O projeto em andamento intitulado "Caminhos da história pública e patrimônios acessíveis: integração, inovação e cidadania", tem como objetivo geral promover a inclusão social/acessibilidade de todo/a cidadão/ã por meio da história pública e recursos de tecnologia assistiva na esfera do patrimônio cultural, com a interação da comunidade Linha Paulina, Distrito de Faria Lemos-pertencente à cidade de Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul-Brasil. O município é um destino turístico em expansão por apresentar atrativos naturais gastronômicos, históricos e vinícolas. No ano de 2019, recebeu 1.694.462 visitantes, sendo o dado a soma das visitas nos atrativos urbanos e nas rotas turísticas. O projeto terá como produto principal a produção de painéis com "Qr Code" contendo informações históricas e arquitetônicas junto a três edificações, fomentando a educação patrimonial. As informações contarão com recursos de acessibilidade como placa em braile; vídeos com linguagem em Libras; podcast; audiodescrição quando tratar de imagens e maquete das edificações. Isso, no intuito de facilitar o acesso aos conteúdos para cidadãs e cidadãos deficientes visuais e auditivos. A metodologia utilizada para o levantamento de dados terá registro com fotos e croquis arquitetônicos, pesquisas em bibliografia específica, análise cartográfica, leitura de fotos antigas, entrevistas orais com os proprietários e moradores complementarão as fontes. O conteúdo gerado será base do material para compor o "Qr Code". O aporte teórico tem como bases os conceitos de Patrimônio Cultural, História pública e Educação Acessível oportunizando observação em visita local. Também é uma das estratégias de ensino que aguça a curiosidade dos alunos, que poderão se apropriar da história local, além de serem incentivados a valorizar o patrimônio material construído e que é permeado pelo patrimônio imaterial. A ação, em sua construção, desenvolverá uma metodologia que poderá estimular procedimentos, por meio de políticas públicas, em outros sítios históricos além do município de Bento Gonçalves (RS) possibilitando que as comunidades e os visitantes se apropriam e, ao mesmo tempo contribuam com o conteúdo da história local. O propósito da proposta (em andamento) é olhar através das lentes da história pública, da acessibilidade e o avistar dos patrimônios (locais) como algo a ser preservado, constituidor de memórias com valor público e social.

Uma história feita na rua: história pública da EMEF Porto Alegre (EPA)

Dante Guimaraens Guazzelli (Prefeitura Municipal de Porto Alegre)

Esta comunicação busca apresentar os resultados parciais do projeto História feita na rua: 25 anos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre (EPA). A EMEF Porto Alegre atua desde sua fundação com população em situação

de rua: inicialmente com crianças e, a partir de 2009, estritamente na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). O projeto pretende, de forma dialógica e colaborativa, construir e publicizar a história da população em situação de rua de Porto Alegre. Para isto estão sendo realizadas diversas atividades na escola que proporcionem um espaço de escuta, problematização e análise sobre a experiência desta parcela da população.

ST 12: Esporte e corpo no tempo presente: construções e narrativas históricas

Coordenadores: **Ester Liberato Pereira (Universidade Estadual de Montes Claros), Janice Mazo (Escola de Educação Física - UFRGS)**

Sessão 1
28/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 12

Sessão 2
29/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 12

Ementa: Propomos este simpósio temático visando promover o debate acerca da história do esporte no campo da ANPUH-RS. Para além desta, este simpósio objetiva agrupar pesquisas focadas em narrativas de histórias de práticas esportivas e em construções históricas do corpo, em suas variadas expressões e diálogo com as dimensões do tempo, da memória e do esquecimento, propiciando discussões entre pesquisadores(as). Os eixos norteadores desse simpósio são temáticas como sensibilidades, sociabilidades, imagens, linguagens, representações, paisagens e/ou as escritas de histórias do esporte e história do corpo. Propomos esquadrinhar, de maneira aprofundada, essa temática de amplo empenho de historiadores(as), considerando a relevância de tais objetos para apreendermos uma história do desenvolvimento dos esportes e das concepções de corpo como lócus privilegiados para refletirmos a respeito de múltiplos e diferentes acontecimentos através do tempo, por meio de suas tensões e vínculos com diversas conjunturas políticas, econômicas, culturais e sociais. Em especial, entendemos que as práticas esportivas e o corpo, enquanto perspectivas simbólicas,podem lançar luz atópicos de grande importância, no tempo presente, tais como significados de identidades, realidades transmutadas pela lógica de mercado e manifestações de resistências e preconceitos. Assim, ressaltamos a importância de um simpósio que integre pesquisadores(as) que apresentem as práticas esportivas e o corpo, no tempo presente, como noções essenciais de estudo na investigação histórica.

Sessão 1
28/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 12

Mulheres e karatê: reflexões sobre trajetórias de atletas e suas lutas pela prática e permanência

Andréia Luciana Ribeiro de Freitas (Universidade Estadual de Montes Claros), Ester Liberato Pereira (Universidade Estadual de Montes Claros)

As mulheres, como sujeitos em uma história do esporte, e em outras áreas da vida, apontam para um protagonismo secundarizado em virtude do projeto político de um esporte dominado pelos homens. Isto, em especial, nas artes marciais, cuja prática, pelas mulheres, no Brasil, foi controlada, desde a década de 1940, pelo Decreto-Lei n° 3199/41. Este proibia a participação oficial de mulheres em determinadas práticas consideradas inapropriadas e prejudiciais à natureza de seu sexo, e que incluía as lutas de qualquer natureza. Estas proibições fundamentavam-se no discurso médico-higienista da época, para o qual as atividades físico-desportivas funcionavam enquanto dispositivos pedagógicos que regulavam as práticas corporais, respeitando os limites e as características naturais de cada sexo. Tal fato impôs as inserções tardias das mulheres na prática do Karatê. Assim, a presente pesquisa busca, por meio da recolha de depoimentos de ex-atletas e atletas de karatê da cidade de Montes Claros-MG, conhecer a trajetória de vida de mulheres envolvidas no esporte para compreender os fatos a partir da perspectiva dessas mulheres, dando outros olhares à análise do âmbito esportivo. Utilizamos, como método, a história oral temática. Foram realizadas entrevistas com quatro karatecas; dentre elas: Eliane Oliveira Silva Martins (que chegou à faixa preta, mas destacou-se como atleta na faixa marrom, na década de 1990). As demais três entrevistadas são irmãs que começaram em competições de alto rendimento na década de 2010: Amanda Sttefany Soares Santos (faixa preta 4º DAN); Bruna Lívia Santos Dias (faixa preta 1º DAN); Larissa Carolayne Santos Dias (faixa preta 1º DAN). Propomos uma reflexão sobre a prática esportiva do Karatê, maternidade e matrimônio, a partir da interseccionalidade entre gênero, classe e raça, e também acerca do contexto social, baseado no patriarcado e sexismo, o qual ainda imputa, às mulheres, normatizações, proibições e funções a serem desempenhadas. Desviamos o foco dado à perspectiva das diferenças biológicas, deslocando o olhar e análise para as conotações sociais de gênero que são construídas pela estrutura social e cultural em determinado espaço e tempo. A presente pesquisa encontra-se em andamento, mas, como considerações parciais, identificamos que, mesmo que a narrativa da ex-atleta Eliane localiza-se separada por quase três décadas das narrativas das demais atletas, encontramos algumas modificações na inserção e desenvolvimento da carreira das atletas femininas de karatê. Porém, há muitas permanências nos discursos referentes ao papeis sociais das mulheres ligados a

um ideal social de ser feminina, ser casada e ser mãe. Palavras-chave: Esporte; Gênero; História Oral.

O NASCIMENTO DO KARATEDO: repensando o paradigma da adoção do nome moderno da arte marcial de Okinawa

Tiago Oviedo Frosi (UNICAMP)

Este estudo trata da recomposição identitária pela qual passou a arte marcial de Okinawa durante a primeira metade do Século XX. O Karatedo é uma arte marcial amplamente praticada em todo o mundo, mas seu processo de difusão mundial só ocorre após a mudança para o nome usado atualmente. Anteriormente, porém, outras denominações eram utilizadas para designar essa luta e havia uma forte ligação desse nome com o momento histórico. Porém, quando a luta de Okinawa é introduzida no Japão continental passa pela necessidade de uma série de adaptações a este novo contexto, renegociando sua identidade ao assumir representações identitárias nipônicas. Como ocorreu o processo de adoção do nome moderno do Karatedo na primeira metade do Século XX? Para responder a esta questão, foram coletados indícios sobre o uso do nome do Karate em fontes impressas, como jornais, revistas, cadernos de anotação de mestres da época, dentre outras, e confrontadas com a literatura de mais fácil acesso. O estudo inédito em fontes primárias vindas diretamente das escolas de Karatedo, Departamento de Promoção do Karate de Okinawa e Acervo público de Okinawa revelam uma drástica quebra no paradigma atual. Os atores responsáveis pela mudança do nome se mostram outros em relação ao senso comum, além desse processo ter ocorrido em meio a muitas resistências e disputas de poder.

A prática do Rádio Taissô nas Associações Nipo-brasileiras do Rio Grande do Sul

Josiana Ayala Ledur (UFRGS), Raquel Valente de Oliveira (UFRGS)

O Rádio Taissô consiste de uma ginástica rítmica radiofônica, a qual foi constituída no Japão em novembro de 1928 como um ato em memória a entronização do Imperador Hirohito (*1901+1989). Anos depois, em 1931, a prática já era realizada em diversas instituições japonesas, a saber: escolas, fábricas, empresas, corporações e organizações locais. Nessa época, os clubes de Rádio Taissô se tornaram uma tendência no Japão e se expandiram rapidamente. Com o passar dos anos, essa prática passou a ser realizada com orientações gravadas em fita cassete, cuja série de exercícios era acompanhada normalmente

por música de piano. Esta prática no Brasil teve seu inicio no dia 18 de junho de 1978, em comemoração aos 70 anos de imigração japonesa, sob a coordenação da Federação de "Rádio Taissô" do Brasil. O Rádio Taissô chegou ao estado do Rio Grande do Sul por meio da imigração japonesa e, ao longo dos anos, passou a ser desenvolvido, principalmente, como forma de aquecimento em eventos, como o Undokai (Encontro Esportivo), e em associações, como Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira de Ivoti (ACENB), e Associação de Assistência Nipo Brasileira do Sul (ENKYOSUL). Essas associações utilizam gravações em que são pronunciadas palavras em língua japonesa, orientando os movimentos e número de repetições a serem executados durante uma sessão de Radio Taissô que, normalmente, compreendem séries de flexão e extensão de joelhos, rotação e flexão de tronco para ambos os lados, para frente e para trás, etc. O Rádio Taissô no Rio Grande do Sul também é realizado com o nome de "Ginástica Matinal" em associações da Seicho-no-ie (Filosofia espiritual japonesa), situadas em diferentes localidades do estado. Assim sendo, este estudo buscou compreender como o Rádio Taissô foi reinventado nas associações de nipo-brasileiros do Rio Grande do Sul entre as décadas de 1950 e 2010. Para tanto, utilizamos os pressupostos teóricos oriundos de autores reconhecidos no ramo da Nova História Cultural (BURKE, 2008; CHARTIER, 2000; PESAVENTO, 2008). Os procedimentos metodológicos foram construídos a partir da coleta de informações em fontes documentais e imagéticas, posteriormente, tais fontes foram analisadas conforme técnicas específicas: as fontes documentais foram submetidas à análise documental (BACELLAR, 2010), e as fontes imagéticas foram analisadas e interpretadas seguindo as etapas de análise iconográfica e iconológica (KOSSOY, 2007). Em suma, a prática do Rádio Taissô nas associações, além de promover momentos de integração, reforça os significados em torno da identidade cultural nipo-brasileira que são canalizados por aqueles que participam, produzindo uma atmosfera simbólica de demarcação de fronteiras para outros grupos étnico-culturais.

Surdolimpíadas 2021 e o protagonismo dos judocas brasileiros

Viviane Dulius de Lima Fernandes (UFRGS), Ana Maria Kich (Governo do Estado do Rio Grande do Sul)

O presente estudo tem como objetivo apresentar como sucedeu a participação de atletas surdos nas competições de judô durante as 24ª edição das Surdolímpidas de Verão de 2021/Caxias do Sul-RS, Brasil. Esta foi a primeira vez que um país da América Latina sediou Surdolímpidas, prevista para ocorrer no ano de 2021, em razão da pandemia de COVID-19 foi realizada no período de primeiro a 15 de maio de 2022. O estudo foi desenvolvido através das lentes de pesquisadoras que atuaram no comitê organizador e voluntariado durante as

competições de judô. O judô é uma das primeiras práticas esportivas a serem disputadas nas Surdolimpíadas. Este evento é organizado pelo Comitê Internacional de Esportes para Surdos (ICSD). Nesta edição, após o congresso técnico com as comissões técnicas e a pesagem dos(as) atletas, foram realizadas as competições de judô, entre os dias dois e cinco de maio de 2022, nas categorias individual e por equipe, nos naipes masculino e feminino, estas disputadas por 153 atletas de judô representando os seguintes países: Algéria, Argentina, Brasil, Camarões, Cazaquistão, Coréia do Sul, Colômbia, Croácia, Chile, Cuba, Estados Unidos, França, Gana, Hungria, Índia, Irã, Japão, Mongólia, Polônia, Portugal, Turquia, Quirguistão, Venezuela, Ucrânia. O Brasil marcou presença com sete atletas, oriundos de quatro estados diferentes, conquistamos duas medalhas de bronze, com Rômulo Crispim e Alexandre Fernandes, ele foi o primeiro atleta brasileiro a conquistar medalha nesta edição do evento, o jovem judoca teve sua estreia na competição contra o japonês, que abateu o brasileiro, este voltou na repescagem e venceu mais dois combates para então disputar a medalha. Alexandre Fernandes, confirmou a esperança de medalhas, o atleta já havia conquistado medalhas no circuito mundial de judô e na edição anterior das Surdolìmpiadas, segundo a delegação brasileira (Raquel Silva, 2022). Sobre às diferenças entre o judô convencional e o judô praticado por atletas surdos estão os comandos de arbitragem de iniciar e parar o combate (verbais), para o público das Surdolímpiadas foram adicionados sinais (para começar “hajime”) e toque nos atletas (para parar “matte”). As regras não sofreram alterações, nem as categorias de disputas. Uma peculiaridade deste evento foram as disputas por equipe. A organização optou por realizar os confrontos de maneira separada por naipe, visto que em alguns países participantes as mulheres não tem permissão para praticar judô. O intuito do comitê organizador foi proporcionar espaço justo para todos. Verificou-se que a magnitude do evento mencionado traz visibilidade ao judô e acreditamos que futuramente será possível ter mais atletas surdos na modalidade no Brasil.

História, mulheres e esporte paraolímpico brasileiro

Vitória Crivellaro Sanchotene (UFRGS)

Os estudos acadêmicos no âmbito da História do Esporte no Brasil, em geral, enfocaram o esporte olímpico em relação ao esporte paraolímpico. Todavia, nota-se um aumento quantitativo, gradual, de pesquisas relativas ao esporte paraolímpico no século XXI. Nesta direção, também encontramos significativamente quantidades maiores de publicações sobre homens no esporte em relação a mulheres neste contexto. A partir dessas lacunas científicas encontradas, esse trabalho de viés histórico-sociocultural procura criar mais espaço de debate e de visibilidade a mulheres no esporte paraolímpico brasileiro.

Posiciono-me politicamente na direção de criação de um espaço atento a uma realidade brasileira. Cabe ressaltar a relevância de preservar e divulgar as memórias e histórias esportivas dessas personagens que também engendram o movimento paraolímpico. Os esportes paraolímpicos são esportes adaptados ou criados para pessoas com deficiência física, intelectual e visual, que tiveram seu início na década de 1940, na Inglaterra. O cirurgião Ludwig Guttmann do hospital de Stoke Mandeville, introduziu a prática esportiva à reabilitação de soldados feridos na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Portanto, nota-se que o princípio da prática esportiva paraolímpica está direcionado para os homens. Em seguida, em 1960 na Itália, sucedeu a primeira edição dos Jogos Paralímpicos e, da mesma forma que os Jogos Olímpicos, prosseguiram ocorrendo de quatro em quatro anos. Entretanto, com relação aos Jogos Paralímpicos, somente na edição do ano de 1976 em Toronto, ocorreu a primeira participação de uma mulher brasileira competindo no evento. Recordemos que nos Jogos Olímpicos, 40 anos antes já tinha participado a primeira mulher brasileira na edição de 1932 em Los Angeles (Estados unidos). De acordo com o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB, 2022), na competição dos Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro em 2016, isto é, 40 anos após a primeira atleta paraolímpica estrear em Jogos Paralímpicos foi registrada a presença de 102 atletas mulheres na delegação brasileira. Para além de atletas, o esporte paralímpico conta com mulheres nas comissões técnicas, na gestão e administração de equipes. Então, verifica-se que com o passar dos anos encontra-se maior representatividade feminina nesse contexto, apesar de ainda existir algumas necessidades de avanços como: diminuição do preconceito, igualdade de condições e de salários, dentre outras. Deste modo, por meio da presente investigação anseio contribuir para o campo de pesquisa e incentivar novos estudos nessa perspectiva.

Sessão 2
29/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 12

O câncer de mama como possibilidade de experiência e memória

Vanessa Bellani Lyra (Universidade do Estado de Santa Catarina)

O câncer de mama e seu tratamento, muitas vezes mutilador, podem conduzir na mulher alterações em aspectos psicológicos, físicos, emocionais e sociais (NETO et al., 2012; SOARES et al., 2013) que abalam consistentemente sua qualidade de vida e a sua capacidade de enfrentamento da doença (ALFANO et al., 2007; SOARES, 2011; GONÇALVES et al., 2012). Apesar da mulher ser mais estimulada a compartilhar, integrar e socializar suas experiências, o câncer é visto como um segredo difícil de ser compartilhado e colocado em evidências nas conversas pessoais (SILVA, 2008). Esta investigação caracteriza-se pela abordagem do tipo quantitativo e qualitativo (BOGDAN & BIKLEN, 2013), integrando métodos mistos na recolha e na análise dos dados. Cabe ressaltar que todos esses esforços

compõe a pesquisa de Pós-doutoramento da autora deste resumo, realizado na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), finalizado no início de 2022. A dimensão quantitativa do presente estudo referiu-se a um ensaio clínico randomizado de quatro braços, pois caracterizou-se como um tipo de estudo experimental que visou o conhecimento do efeito de intervenções em saúde em seres humanos (STAN et al., 2009). A dimensão qualitativa deste estudo, por sua vez, é referente à intervenção a partir de entrevista estruturada: instrumento que procurou investigar a percepção subjetiva, de 35 mulheres diagnosticados com câncer de mama, em período de tratamento clínico adjuvante de hormonioterapia, acerca dos conceitos de corpo e corporeidade, após o diagnóstico de câncer de mama. Cabe destacar a aprovação desta pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UDESC, sob o protocolo número 3.985.052. O instrumento apresentou 13 questões abertas que puderam ser complementadas com relativa liberdade pelo pesquisador e/ou pela participante e foi organizado a partir da técnica de história de vida tópica (MINAYO, 1978). Nesta direção, a investigação científica aqui correspondeu a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, privilegiando a compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (MINAYO, 2001). Foi possível compreender, a partir das falas analisadas, o quanto o câncer de mama constitui-se em uma experiência sensível e impactante na história de vida destas mulheres, ocupando espaços de construção e reconstrução da propria experiência do viver. De maneira evidente, as “perdas” vivenciadas ao longo da vida foram identificadas na quase totalidade das falas, demarcando um ponto de atenção comum aos discursos. Os resultados aqui encontrados parecem sugerir uma relação importante (mas não determinante) entre as experiências relatadas e o aparecimento do diagnóstico clínico da doença.

A “esportivização” e lazer equestre no tempo presente na cidade de Montes Claros/MG

Guilherme Carvalho Vieira (Unimontes)

O presente trabalho discorre sobre as práticas e espetacularização dos esportes equestres na cidade de Montes Claros/MG. Apresenta, assim, como objetivo, compreender representações e ressignificações de práticas de equitação em Montes Claros, cidade situada na região norte do estado de Minas Gerais. De tal modo, busca identificar as configurações de suas relações com um passado e seu significado no processo de esportivização no contexto da modernidade. A pesquisa usa, como fonte, a pesquisa documental . No cenário das práticas equestres de lazer e de um hipismo rural, os eventos reproduzem ou criam objetos e práticas típicas do meio rural, que têm, por finalidade, representar o

passado. Nesta direção, a representatividade reconstruída a partir do cavalgar tenta remeter a outro tempo, à vida no campo, utilizando, também, novos códigos do mudo contemporâneo. A (re)significação do hipismo rural e da equitação de lazer entrelaça-se com os modos de vida atuais na configuração da prática. Nesse processo de 'esportivização', a equitação deixa de ser algo ligado diretamente à vida e ao cotidiano da cidade sertaneja, e/ou das práticas vinculadas ao mundo rural, e incorpora-se com algo desportivo, ao serem criadas normas e regras e deixar-se de ser rotina de trabalho, passando a ocupar as horas vagas, os finais de semana.

Resgate histórico da Educação Física escolar no Brasil

Cláudia Elizandra Lemke (UNIJUI)

O presente artigo tem por objetivo apresentar a linha do tempo da implantação da Educação Física no sistema de ensino do Brasil. No contexto histórico dessa linha do tempo são considerados os diferentes acontecimentos que levaram a educação física às concepções curriculares que estão presentes nos documentos oficiais da educação brasileira. A pesquisa realizou-se por meio de um estudo bibliográfico, no qual foram pesquisadas fontes históricas de livros, revistas, artigos científicos, Dissertações e Teses, e outros documentos disponíveis no Portal de periódicos da CAPES, SciElo e Google Scholar que tratam da história da Educação, da Educação Física escolar. Os resultados demonstram um processo extenso, com diferentes linhas históricas, compreensões do papel da atividade física e exercício físico para a população brasileira, apresentando a um crescimento gradativo da área escolar a partir da implantação da Academia Real Militar no Brasil até a extensão da Frente Parlamentar Mista da Atividade Física na atualidade.

Circularidade de práticas recreativas e de sociabilidade na formação do professorado primário do Rio Grande do Sul, em fins da década 1920

Tuany Defaveri Begossi (UFRGS), Janice Zarpellon Mazo (Escola de Educação Física - UFRGS)

A promulgação do Decreto n.º 1.479, de 26 de maio de 1909 estabeleceu medidas de cunho normativo à educação pública do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 1909). Dentre as orientações, demarcou a centralização da formação do professorado primário, a qual passou a ocorrer apenas na então denominada "Escola Complementar" da capital Porto Alegre. Esta condição permaneceu por

19 anos (1909-1928), visto que, a partir de 1929, a referida instituição voltou a ser denominada "Escola Normal" e, junto de tal alteração, novos direcionamentos foram prescritos à formação de professoras(es). No final da década de 1920, sinalizamos o estabelecimento da Educação Physica enquanto disciplina, no curso voltado à formação de professoras(es) do estado (BEGOSSI, 2022). O programa da "cadeira" de Educação Physica, da Escola Normal de Porto Alegre foi estruturado pelo professor Frederico Guilherme Gaelzer, no ano de 1929 (GAELZER, 1929). O referido documento indicava a realização de "classes diarias" de Educação Physica para todos os níveis escolares, e subdividia-se em "parte formal" e "parte recreativa". Ante ao exposto, a investigação teve por objetivo compreender a composição da "parte recreativa" do programa de Educação Physica voltado à formação do professorado primário do Rio Grande do Sul, em fins da década de 1920. Como delimitação temporal alocamos os anos finais da década de 1920, período circunscrito por mudanças significativas no que concernia a composição da Educação Physica enquanto disciplina, na formação do professorado público do estado. Por conseguinte, tais mudanças ecoavam nos conteúdos de ensino contemplados pela disciplina. No estudo os conteúdos de ensino foram compreendidos enquanto práticas culturais e, como tais, circulavam através de sujeitos mediadores em um espaço particular. Deste modo, trouxemos ao diálogo interpretativo duas noções teóricas forjadas no âmbito da História Cultural. A primeira liga-se ao conceito de "circularidade cultural", de Carlo Ginzburg (2006) e a segunda ao de "mediadores culturais", de Serge Gruzinski (2001). A narrativa apresentada ancorou-se no conteúdo apresentado em documentos oficiais, tais como ofícios emitidos por órgãos do governo do estado, decretos, mensagens e relatórios. Estes, foram cotejados com informações registradas no programa de Educação Physica formulado para a Escola Normal de Porto Alegre. Os documentos históricos foram interpretados enquanto práticas sociais e culturais e, portanto, representaram artifícios que nos permitiram acessar um passado escoado, compondo uma possível leitura de uma realidade particular. A coleta e interpretação aos materiais de pesquisa foi conduzida pela técnica de Análise Documental, descrita por Cellard (2012).

Bola rolando: A História do Esporte no Ensino Básico

Harian Pires Braga (Prefeitura Municipal de Campinas)

Com a Pandemia de Covid-19 e a consequente emergência sanitária, os trabalhos pedagógicos foram drasticamente afetados ao longo de 2020 e 2021. O afastamento social, com aulas remotas e interações digitais, nem sempre efetivas, marcou os caminhos da Educação em diversos segmentos, afetando a forma como o Ensino de História pode ser desenvolvido nos Anos Finais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos. Sem a possibilidade da

intermediação docente e os graves problemas de inclusão digital, novas formas de lida com os saberes escolarizados foram necessárias, trazendo dimensões interdisciplinares, práticas e de metodologias mais ativas, além, evidente, do uso de recursos tecnológicos que, se já estavam à disposição, não estavam ainda consolidados em sala de aula. O uso de recursos digitais, como projetores, lousas interativas e computadores individuais pode potencializar o uso de fontes nas aulas de História, sobretudo, elementos imagéticos, sonoros e audiovisuais. Tendo em vista essa situação, somada a condições de ofertas de formação continuada virtual e temáticas interdisciplinares, há uma possibilidade de ampliação dos temas trabalhados em sala de aula dentro do Ensino de História. Nesse sentido, trazer a História do Esporte para o Ensino Básico é uma estratégia profícua tanto de divulgação científica, trazendo para sala de aula parte das pesquisas históricas que focam o esporte – especialmente o futebol no Brasil – como maneira de potencializar discussões em questões já consagradas pela historiografia da área como: identidades, racismos, questões de gênero, profissionalização e espetacularização. Este trabalho é um relato de experiência docente, no qual a História do Esporte, pela articulação com pesquisas e fontes primárias, é apresentada como mote para debates de história do tempo presente nos Anos Finais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos. Para isso, serão apresentadas propostas envolvendo: Nazismo e o ideal de corpo; a construção da identidade nacional no Brasil e o Futebol; a Guerra Fria e as Olímpiadas e o movimentos de contestação ao racismo e o esportes.

ST 13: Estudos Africanos e ensino de História da África e Afro-brasileira: problemas de pesquisa e perspectivas de análise

Coordenador: **Priscila Maria Weber (Universidade de São Paulo)**

Sessão 1
28/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 13

Sessão 2
29/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 13

Ementa: O simpósio objetiva reunir pesquisadores que trabalhem com história da África nas mais diversas temporalidades, e que observem o continente considerando as suas complexidades sociais, culturais e econômicas. São igualmente acolhidos trabalhos sobre o campo de estudo de ensino de história africana e afro-brasileira, que avancem discussões sobre as contribuições da Lei 10.639/03. Portanto, análises que observam diferentes narrativas, representações sobre o continente africano; a história das antigas sociedades da África; as

relações entre europeus e africanos na época moderna; a África e suas múltiplas relações com o Oriente; as sociedades afro-americanas e os retornados à África; os processos de colonização e descolonização; as diversas religiosidades em África e na diáspora; o tráfico de escravizados e as radicais mudanças em ambas as margens Atlânticas por ele proporcionado; as resistências e lutas em África e na diáspora; estados africanos independentes; historiografia sobre a África e estudo de intelectuais africanos; experiências de ensino, na sala de aula da educação básica e superior, com a produção de materiais didáticos, ou análises sobre a lei 10.639/03 são algumas das temáticas que compõem os interesses de pesquisa deste simpósio, que justifica-se com a necessidade de debater, analisar e sobretudo compartilhar, divulgar ao público acadêmico, mas não só, os importantes avanços que o campo de estudos de história e ensino de história da África no Brasil tem experimentado nessas primeiras décadas do século XXI.

Sessão 1
28/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 13

O combate ao jaga Casanze na Angola portuguesa de João Correia de Sousa (1621-1623)

Alec Ichiro Ito (Universidade de São Paulo)

Na presente comunicação versaremos sobre o combate ao líder Casanze e seus aliados (1620-1622), ocorrido durante o governo da Angola portuguesa de João Correia de Sousa (1621-1623). Primeiramente, inspecionaremos um manuscrito atualmente conservado na Biblioteca da Ajuda (BAL) e que foi transcrito por Beatrix Heintze, pormenorizando como transcorreu a batalha entre as forças militares de Luanda contra a chamada "ensaca do Casanze". Após a derrota, parte dos chefes insurgentes foi degolada e a outra parte acabou exportada para o Estado do Brasil. Deduziremos que a fonte escrita rememora a punição exemplar para os desafetos da Angola portuguesa – ou seja, a morte com requintes de crueldade e a travessia atlântica à revelia do escravizado – e, em seguida, assinalaremos que a guerra contra o Casanze foi silenciada nas fontes manuscritas compostas por João Correia de Sousa e que hoje estão conservadas no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Notaremos que a escrita do governador português foi marcada por um poder esquecer, em oposição ao dever lembrar inerente à lógica de arquivamento e preservação da documentação de época.

As mulheres degredadas para Angola, 1714-1757.

Juliana Diogo Abrahão (PUC-RIO)

O presente trabalho pretende compreender o degredo das mulheres para o Reino de Angola, durante a primeira metade do século XVIII, especificamente entre os anos de 1714 e 1757, com base nos registros de carta de guias dos degredados, documentação da Biblioteca Municipal de Luanda (BML). A falta de mulheres, principalmente brancas e europeias, foi bastante mencionada nas correspondências dos governadores ou dependendo do período, a questão do povoamento aparece nos mapas populacionais. Ao analisarmos tal documentação percebemos que chegaram a Angola cerca de 148 mulheres, do total de 1.331 degredados. A proporção de mulheres era bem menor do que os homens, além disso, segundo as Ordenações Filipinas o degredo feminino era proibido para Angola. Dessa forma, podemos imaginar a gravidade dos crimes dessas mulheres para serem enviadas para África. Mas, além de analisar o motivo pelo qual foram degredadas, pretendo ressaltar outros dados importantes, como o estado matrimonial, a idade, características físicas, o tempo de degredo, as penas corporais e a procedência. Essas informações nos ajudarão a entender quem eram essas mulheres, seus crimes e como funcionava o degredo feminino para Angola, durante a primeira metade do século XVIII. Mesmo um grupo pequeno, essas mulheres não eram um grupo homogêneo.

O fortalecimento do Ndongo e a troca de embaixadas com a Coroa portuguesa, 1504-1565.

Luciana Lucia da Silva (PPGHIS/IH - UFRJ)

O objetivo desta comunicação é discutir a relação mantida entre as chefias do Ndongo e os representantes portugueses anteriormente ao estabelecimento de bases portuguesas, ocorrido em 1575, no território que passou a ser conhecido como Angola. O Ndongo era habitado por um subgrupo entre os mbundu – os falantes do kimbundu – e ocupava uma larga faixa na savana da África Central Ocidental, ao longo do baixo Kuanza e do médio Kuango. No início do século XVI, o Ndongo vivia um período de desenvolvimento político e comercial, em grande parte decorrente de seu envolvimento no comércio atlântico de escravizados. Esse contexto levou à aproximação entre chefes mbundu e representantes portugueses e a busca pelo estabelecimento de contatos oficiais com a Coroa portuguesa. Os contatos iniciais, motivados pela existência de interesses mútuos, foram efetivados por meio das ações empreendidas pelas duas partes, inicialmente através da troca de embaixadas. Os relatos que registram esses acontecimentos, apontam para a iniciativa por parte dos

dignitários mbundu na busca por manter contatos diretos com o soberano português, que é comprovada através do envio de presentes e emissários ao longo da primeira metade do século XVI. A dinâmica dessas trocas que envolvia interesses comerciais, religiosos e diplomáticos, e refletia a competição por poder e o domínio de recursos nessa região, será analisada com base em relatos das negociações empreendidas, trazendo foco aos acontecimentos que revelam a capacidade de agência e o protagonismo dos chefes mbundu. Buscaremos, ainda, questionar a relação entre este envolvimento do Ndongo nas dinâmicas atlânticas e o seu fortalecimento na região; fator apontado por diversos autores, mas ainda não discutido suficientemente. De modo a reconhecer a centralidade das iniciativas mbundu na condução de todos os processos transcorridos nesse período.

Travessias Transnacionais: perspectivas de aproximação e distanciamento em Gilberto Freyre e Baltazar Lopes

Gustavo de Andrade Durao (Universidade Estadual do Piauí)

A historiografia sobre a História da África visa sempre trazer novos questionamentos, sobretudo, no que diz respeito às trajetórias de intelectuais não tão conhecidos no campo acadêmico brasileiro. Aproximando o público acadêmico debate sobre o literário promovido pelo pensador cabo-verdiano Baltazar Lopes (1907-1989) é possível construir algumas aproximações com a ideologia da mestiçagem brasileira do começo do século XX, com o projeto a perspectiva identitária do projeto de nação. A riqueza da história dos conceitos, aliada à História Intelectual pode nos mostrar em que sentido houve uma grande movimentação na Revista da Claridade: revista de artes e letras (1930-1960) na busca por reverter os valores racistas e coloniais lusitanos, tão presentes na empreitada imperial daquele período. Dito de outro modo, vamos perceber a crítica literária, a análise dos discursos e a utilização dos conceitos de mestiçagem e assimilação como anteprojeto para a descolonização para a parte insular do continente africano: a dizer as Ilhas de Cabo Verde. A perspectiva de análise de Baltazar Lopes vai então demonstrar uma primeira aceitação de um ideal assimilacionista que resolvia os conflitos étnicos, mas também idealizava um passado africano de pertencimento ainda muito refutado pela intelectualidade lusitana, fortemente influenciada pelo projeto estado novista de colonização. Transversalmente as expressões intelectuais desse pensador vão trabalhar para acomodar uma tensão colonial lusitana, e por outro lado buscar um debate sobre o sentido na identidade nacional (ANDERSON, 2008) dessa comunidade segundo a qual iniciava-se uma agenda política para se pensar os rumos desse espaço imaginado do que seria no futuro o arquipélago de Cabo Verde. Por meio das análises historiográficas de Claudia Castelo (2011) e Sérgio Neto

(2009), Leila Hernandez (2002) e Gabriel Fernandes (2006) iremos analisar, interpretar e debater acerca da constituição do nacionalismo cabo-verdiano e na busca realizada por Baltazar Lopes, Pedro Cardoso, entre outros proeminentes intelectuais preocupados com os futuros da então colônia lusitana. Desse modo, através da análise pós-colonial é possível compreender a (des)construção de noções de africanidade, assimilação e emancipação tão caras aos pensadores da Revista Claridade.

O Quilombo Imbangala em sala de aula

Guilherme Oliveira da Silva (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP)

Na África Central no século XVII, as sociedades centro-africanas disputavam militarmente o domínio sobre pessoas e territórios entre si e com os colonizadores portugueses, em processo de expansão do "Reino e conquista de Angola". A despeito da ótica eurocêntrica das fontes que descreveram os confrontos militares do período através de uma expressiva superioridade bélica europeia, os portugueses eram minoria e totalmente dependentes das táticas de guerras das sociedades locais. Além dos soldados ambundos, que compunham o maior contingente militar de Angola, boa parte das conquistas militares realizadas pelos portugueses foram protagonizadas por grupos de guerreiros chamados imbangalas. Os imbangalas não possuíam uma identidade coesa, os grupos eram autônomos e viviam essencialmente da guerra. Os exércitos imbangalas, muitas vezes nômades, residiam em acampamentos chamados quilombos. Mais do que locais de moradia, os quilombos imbangalas eram espaços de organização política e militar, com forte hierarquia de comando e treinamentos de táticas que guerra. Através da ilustração da planta de um quilombo imbangala presente no livro "Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola" do missionário capuchinho João António Cavazzi de Montecuccolo e de algumas outras fontes produzidas no XVII, essa pesquisa discorre sobre os quilombos imbangalas e as relações de poder na África Central no século XVII, e suas possibilidades de ensino de história africana em sala de aula.

Sessão 2
29/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 13

Áfricas em imagens e a pandemia: um relato de caso a partir da experiência do ensino de História da África em "salas de aula"

Renata Dariva Costa (UFSC)

A presente apresentação tem como objetivo relatar a experiência de caso da inserção de temáticas africanas no ensino de História através das suas relações imagéticas, sobretudo de imagens em movimento. A experiência ocorreu nas turmas do primeiro aos terceiros anos de ensino médio da Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Oscar Tollens nas disciplinas de história e de filosofia nos períodos noturno e matutino em períodos de ensino pandêmicos no formato virtual e híbrido. Com a intensão de explorar novas temáticas sobre o continente africano através das imagens, foi realizado aulas que anexasse obras como Nzinga a Rainha de Angola (2013) de Sergio Graciano; A Mostra de Cinemas Africanos (2021), em especial a sessão de curtas árabes com a obra franco-argelina a Senhorita (2019) de Amira Khalfallah. Fragmentos da obra fílmica não africana Vênus Negra (2010-2011) de Abdellatif Kechiche para debates de questões relacionadas à eugenia. Além da exibição das obras brasileiras O Atlântico Negro na rota dos Orixás (1998) de Renato Barbieri e fragmentos da série História da Alimentação no Brasil, série presente no catálogo da Amazon Brasil que se baseou na obra de Luís Câmera Cascudo. Nas turmas de filosofia, foi realizado um pequeno ciclo de "cinemas africanos", além da apresentação de intelectuais africanos como Achille Mbembe. Além das imagens em movimento, diversos recursos imagéticos e verbetes foram utilizados para estimular os jovens a pesquisa. Entre eles: como o acervo Memórias d' África e d'Oriente (Portugal); Verbetes dobre a questão da escravidão no Brasil no Arquivo Nacional (Brasil); Biblioteca Nacional Digital (Brasil) e o Atlas Histórico da Fundação Getúlio Vargas (Brasil). Além disso, foram utilizadas as obras paradidáticas de Marina de Mello e Souza, África no Brasil e Brasil Africano e a obra História da África e dos afrodescendentes no Brasil- Nzinga Mbandi em perspectiva de Priscila Maria Weber além do recurso de diversas fotografias de cidades do continente africano, com uma maior ênfase nas cidades angolanas.

O racismo e o antirracismo no ensino de História.

Priscila Lourenço Soares Santos (SEDUC)

A presente trabalho tem como foco educação Antirracista: tensões, avanços e desafios para o ensino nas escolas paulista. Como ponto de partida será realizada a análise de duas legislações que alteraram a LDBEN – a Lei nº. 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e culturas afro-brasileira e africana na educação básica, e a Lei nº. 11.684/08, que estabelece a

obrigatoriedade na educação básica e sua contribuição para a educação formal. Recorreremos à pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo e comparativo dos documentos, e de abordagem exploratória e analítica, para investigar através da bibliográfica as principais políticas educacionais sobre a temática, assim investigar se com as implementações nas escolas paulistas, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) promulgada em 2017 e o Currículo Paulista homologada em 2019, houve avanços e ou retrogresso nos documentos curriculares em relação a construção de uma Educação Antirracista nas escolas paulistas, com o objetivo de identificarmos permanências e rupturas com o currículo tradicional escolar para o ensino fundamental anos finais. Debatendo e analisando como estes documentos oficiais.

As elites africanas e o tráfico transatlântico: o caso da família Franque

Roger Machado Marques (PUCRS)

Os Franques foram umas das famílias de maior proeminência no tráfico transatlântico de escravizados desde os finais do século XVIII a ao longo do XIX. O personagem de maior destaque na história da família Franque foi Francisco Manfuka Franque. Quando ainda muito jovem – dentro da casa dos 8-9 anos – fora enviando para o Brasil a fim de receber educação em escolas jesuítas. Depois de 15 anos estudando no Rio de Janeiro ele retorna para Ngoio, onde utilizando conhecimentos de náutica que adquiriu no Brasil construiu sua própria rede transatlântica de comércio, com a finalidade inserir o reino de Ngoio no tráfico atlântico de forma autônoma, uma vez que naquele momento, primeiro quarto do século XIX, as fiscalizações britânicas tornavam-se cada vez mais ferrenhas. Os Franques foram uma família muito influente no comércio Atlântico, tinham íntimas relações com franceses, ingleses, holandeses e com as elites brasileiras do Rio de Janeiro Bahia e tiveram relevante atuação no trânsito de objetos, pessoas e ideias no Atlântico Sul. As relações político/comerciais dos portos do Enclave são um rico objeto de estudo no que tange a escrita de uma história interconectada e de circulação de influências em escala global.
A trajetória de Francisco Franque é um exemplo das redes de relacionamentos tecidas no Atlântico, objeto de estudo abordado em historiografia corrente . Seus descendentes ainda hoje são ovacionados como aqueles que representam a manifestação da identidade cabinda, em virtude de terem participado da assinatura do Tratado de Simulambuco, o mais importante dos tratados de protetorado assinados entre Portugal e as lideranças autóctones do enclave no final do XIX no contexto do Congresso de Berlim. É preciso recuar no tempo se a intenção for compreender a gênese das identidades das elites africanas e, da mesma forma, distinguir as maneiras como a história é mobilizada dentro dos discursos políticos. À vista disso, creio que também se faz necessário entender os

motivos por trás de alguns fatos não serem destacados sobre a história da formação das elites políticas. Na contemporaneidade a fim de se enaltecer as identidades aos moldes do nacionalismo ocidental, muitos elementos do escravismo atlântico são omitidos, correndo-se o risco de apagar aspectos históricos importantes no que se refere a escrita de uma historiografia comprometida com os fatos.

Recontando a História e Identidade Afro-Leopoldense ao Comemorar o Bicentenário da Imigração Alemã: Reflexões, Avanços e Desafios.

Indiara Tainan Passos dos Santos (UFRGS)

A Motivação para a Pesquisa surge a partir da análise de bibliografia, de depoimentos de professores e outros interlocutores da cidade de São Leopoldo, ao perceber a ausência da narrativa da história Afro-Leopoldense, assim como Afro-Riograndense nas escolas (como determinado em Lei Municipal 6116/06), e espaços públicos da Cidade onde nos documentos oficiais lê-se, também por lei, "Berço da Colonização Alemã" em todos os documentos oficiais, e que em 2024 se prepara para comemorar o Bicentenário da Imigração Alemã (1824-2024). Mas como utilizar tal narrativa, já existia, constituída de seus Povos Originários, Africanos Escravizados nestas terras e até mesmo outros imigrantes? E como possibilitar que sejam contadas as histórias suprimidas e apagadas ao longo do tempo, principalmente de homens e mulheres negras que ajudaram a construir esta cidade?

O desafio do ensino de História da África para os educadores

Rogéria Cristina Alves (Universidade do Estado de Minas Gerais), Ingrid Silva de Oliveira Leite (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI)

Nesta apresentação trataremos do projeto de extensão "Grupo de Trabalho História da África: aproximando o continente dos educadores", em andamento na Universidade do Estado de Minas Gerais, desde 2021. O projeto nasceu das atividades do Grupo de Trabalho referente à História da África, pertencente à Associação Nacional de História (ANPUH), seção de Minas Gerais. Entre os principais objetivos deste GT, destacam-se: a necessidade de mapear os estudos produzidos em Minas Gerais, referentes à História da África; a criação de uma rede de contatos, de modo a conectar pesquisadores; divulgar ações e eventos ligados à temática em MG; a criação de estratégias para produção de conteúdo e materiais que aproximem as discussões do grupo dos profissionais da Educação

Básica; entre outros. Para realização de nossos objetivos, propomos o fomento de informações contextualizadas e atuais sobres os povos e culturas africanas, numa linguagem acessível e também amparada por estudos educacionais, a serem divulgadas em redes sociais de amplo alcance público. Em paralelo, propõe-se a formação de grupo de estudos online, que discutirá textos, vídeos e notícias sobre as histórias e culturas africanas e sua relação com a Educação. Almejamos alcançar tanto o público acadêmico quanto o amplo público, que apresenta questões e curiosidades sobre o continente africano, em seus aspectos históricos e culturais. A partir desta proposta, desejamos contribuir para criação de um espaço, ainda que online, de formação continuada e de pedagogia antirracista, na medida em que reconhecemos e afirmamos que o conhecimento científico e pautado no diálogo com a comunidade em geral, é a melhor estratégia para combater o racismo e a xenofobia contra africanos, tão presentes na sociedade brasileira.

Trocas transnacionais e os usos do cinema na luta anticolonial: o caso de Amílcar Cabral e a luta de independência em Guiné Bissau

Ricardo Borrmann (Universidade de Bremen), Washington Dener dos Santos Cunha (UERJ)

Amílcar Cabral (1924-1973) foi a liderança do Partido Africano para a Independência de Guiné Bissau e Cabo Verde (PAIGC), pivô da guerra anticolonial em ambos os países contra Portugal. O que poucos sabem é que em 1967 Cabral enviou quatro jovens promissores de Guiné Bissau ao Instituto Cubano de Arte e Indústria Cinematográfica (ICAIC) para aprenderem sobre a arte do cinema, e lá foram recebidos por Santiago Álvarez (1919-1998). Em 1972 José Cobumba Bolamba, Josefina Crato, Flora Gomes e Sana na N'Hada regressaram à Guiné Bissau e fizeram filmagens durante a luta de libertação deste país. Inspirados no filme CONAKRY (2012), da cineasta Filipa César, exibido em Exposição na Haus der Kulturen der Welt em Berlim, esse trabalho busca, a partir da reconstrução feita por César, desvendar a história dos usos do cinema na luta anticolonial em Guiné Bissau a partir de uma mirada transnacional. Nesse sentido, nos propomos as seguintes perguntas: qual o papel tomado pelo cinema na luta anticolonial em Guiné Bissau e como Amílcar Cabral percebeu as possibilidades abertas pelas imagens em movimento? Trabalhamos com a hipótese de que as trocas transnacionais a partir de redes intelectuais estabelecidas através do movimento anticolonial foram fundamentais para esta percepção por parte de Cabral e que tais trocas não se resumiram a Cuba, mas se estendem a outras países latino-americanos – também profundamente atentos aos processos de independência em África -, bem como a outros países africanos que também lutavam por sua libertação das antigas potenciais coloniais europeias. Partiremos dos trabalhos da

cineasta Filipa César, Flora Gomes e Sana na N'Hada, para buscar e analisar imagens e documentos digitalizadas de arquivos de países de África e da América Latina que testemunhem sobre estas trocas.

ST 14: Fronteiras Espaciais, Textuais e Morais: História, Literatura e Outras Coisas

Coordenadores: **CESAR GUAZZELLI (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), ARLENE FOLETTO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - COLÉGIO DE APLICAÇÃO)**

Sessão 1
28/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 14

Ementa: Os coordenadores deste Simpósio Temático membros do GT "Fronteiras e Territorialidades" da ANPUH Nacional, um deles Coordenador do referido GT na ANPUH-RS. O tema da fronteira é intrínseco à construção histórica de praticamente todos os países americanos e de fora da América, ocupando um lugar relevante na produção historiográfica com algumas obras referenciais que continuam sendo produzidas até o presente. Tanto nos enfoques tradicionais econômicos e políticos, quanto nos mais contemporâneos, com ênfase nos aspectos culturais e no trânsito e circulação de pessoas entre diferentes territorialidades, os estudos históricos sobre fronteira na contemporaneidade têm desenvolvido abordagens sobre questões relativas a reocupação dos espaços, interações culturais entre diferentes populações, transformações demográficas Este Simpósio Temático visa reunir resultados finais ou parciais de pesquisa que abordem historicamente diferentes áreas de fronteira do e dentro do Brasil, assim como das fronteiras do Brasil com a América Latina e o Caribe, e também fronteiras e territorialidades que transcendam o espaço americano em direção aos mares e aos outros continentes, em diferentes temporalidades, enfatizando questões como ocupação, povoamento, migração e circulação de bens e de experiências políticas, culturais, assim como os universos simbólicos de relações sociais, imaginários e representações espaciais. Os recortes cronológico e temático adotados, bastante amplos, visam contemplar desde os estudos sobre a construção das fronteiras no final do período colonial, passando pelos litígios em áreas fronteiriças durante os processos de independência e formação dos Estados nacionais americanos e as disputas de limites no mundo mais contemporâneo da passagem do século XIX ao XX, as alterações geográficas e políticas impostas durante a vigência das ditaduras, além de questões atuais relativas aos problemas de circulação de pessoas enfocadas pela ótica da história do tempo presente.

Sessão 1
28/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 14

EL SER DOBLE CHAPA Y MI LENGUA BIFURCADA: contrabandeando subjetividades fronteiriça

Hariagi Borba Nunes (UFRGS)

Vislumbra-se a elaboração conceitual de contrabandeio de subjetividades fronteiriças através das teorias feministas decoloniais da fronteira, estudos sobre contrabando na linha divisória BR-UY e minhas vivências doble chapa na(s) cidade(s) de Aceguá-a. Assim, pretendo auxiliar na produção de um pensamento fronteiriço em primeira pessoa, evidenciando contradições, complexidades e negociações de habitar a materialidade de um limite. Assumo meu lugar duplo de mulher fronteiriça que estuda fronteiras e por meio desta escrita corporificada tento positivar o contrabando, não como ato ilícito ligado a lógicas estatais e mercantis, mas como condição primária da fronteira: cruzar a linha divisória; estar e viver em dois países simultaneamente; atravessar sonhos, línguas, desejos, sensações, paladares, ou seja, subjetividades.
Como é viver em uma fronteira? Que códigos subjetivos afloram sob a condição fronteiriça? Qual a relação entre fronteira e contrabando? Quais táticas de negociações (omissão, desvio, simulação, ocultamento) cotidianas são aplicadas pela ótica do sujeito em fronteirização? Trabalho, saúde, educação, linguagens, mercadorias, nacionalidades, identidades... quais estratégias são desenvolvidas enquanto driblagem epistemológica para a permanência na fronteira?
O texto será estruturado em três movimentos: 1) breve contextualização geográfica e histórica de Aceguá/a em composição com às discussões sobre fronteira e contrabando; 2) relatos em primeira pessoa onde emerge a maleabilidade da fronteira resultando: nas binacionalidades (ser doble chapa), nas famílias binacionais e na linguagem bifurcada (ANZALDÚA, 1987), elaborando, a partir desse processo, a concepção de contrabandeio de subjetividades fronteiriças; 3) retomada conceitual de aspectos importantes sobre concepção desenvolvida.
Finalizo com a urgência de que esta discussão seja mais aprofundada, elevando este debate para o cotidiano de quem vive a fronteira, em específico Aceguá-a, assim, tornando o contrabandeio de subjetividades fronteiriças uma concepção rebuscada, acessível e palpável para quem necesita mirarse al espejo.

Bonifácio encontra Martín Fierro: Negros e Gaúchos no Espaço Platino, Século XIX

Cesar Augusto Barcellos Guazzelli (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

O negro Bonifácio andava pelos bolichos e pulperias da campanha rio-grandense, possivelmente no último quartel do século XIX, em espaços sociais onde circulavam homens e mulheres brancos, ou que ao menos se tinham por tais. Martín Fierro, nos tempos de Rosas, circulava pela campanha como gaucho malo provocando brigas e entreveros. João Simões Lopes Neto escreveu O Negro Bonifácio, uma história narrada pelo seu alter ego Blau Nunes, onde a personagem desafia os brancos em seu próprio mundo. José Hernández verseja pela voz de Martín Fierro numa payada com um negro que traz a memória do irmão assassinado pelo branco. Estudando desde há alguns anos as complexas fronteiras entre a História e a Literatura, vejo nesta uma "janela" ímpar para pesquisar as interpretações que no Rio Grande do Sul se difundiram sobre suas terras e gentes. Neste sentido – e aqui busco os trabalhos mais recentes sobre as relações sociais e de trabalho no espaço platino – trazer da Literatura escritos sobre a presença dos negros no mundo rural do XIX é duplamente inspirador: por um lado, a relativa escassez de uma produção ficcional em que personagens negras detêm o protagonismo das histórias contadas; de outro, uma discussão sobre a presença de negros, escravos ou libertos, nas atividades atribuídas aos peões, outrora gaúchos sem lei e sem rei! E também brigas de adaga e facão!

Festival da Barranca e/ou um "Comício de Espíritos"

Natali Braga Spohr (Universidade Federal de Santa Maria - UFSM)

Este texto faz parte das reflexões para a tese do curso de doutorado em andamento junto ao PPGH/UFSM, cujo objeto de análise é o Festival da Barranca, um evento de música regional que ocorre desde 1972, no município de São Borja-RS. Neste recorte, o interesse incide nas fronteiras entre o "Assim na Terra" e sua outra metade, ou seja, acerca das idiossincrasias do que é físico e sobretudo para além disso, do "comício de espíritos", como o autor da obra acima referida, Luiz Sérgio Metz, o Jacaré (1952-1996), apelidou (ou profetizou sobre) o festival. Os idealizadores e organizadores iniciais da Barranca estão todos na condição metafísica – ainda por ocasião da última reunião da Anpuh-RS (2020), tive a oportunidade de compartilhar sobre a trajetória de José Humberto Battanoli de Lima, o Farelo (1947-2021) –, sendo assim, para melhor compreender o objeto da pesquisa em desenvolvimento, a morte delineia-se como significativo lugar de análise, de modo que inspirada por célebres pensadores que se dedicaram a discorrer sobre o tema (MORIN, 1970; ARIÈS, 1977; REIS, 1991; ADICHIE, 2021),

lanço-me a tal atrevimento para tentar responder a alguns questionamentos em torno de tão místico evento. Assim como nas sociedades tradicionais, onde não havia separação entre vida e morte, pode-se falar que no festival ocorre a coparticipação de vivos e mortos? A vida e a obra dos mortos influenciam o processo criativo dos vivos? Seria a contemporaneidade do Festival da Barranca capaz de manifestar o fim (morte) de certas tradições, a manutenção (eternização) de algumas e o surgimento (nascimento) de outras?

Administração e conhecimento na fronteira: uma análise da produção cartográfica do governador da capitania do Rio Grande de São Pedro (segunda metade do século XVIII)

Mariana Pereira Gama (UFRGS)

Este trabalho propõe-se a observar a produção cartográfica de José Custódio de Sá e Faria enquanto governador do Rio Grande de São Pedro, a fim de analisar, ainda de modo parcial, as intersecções entre atuação administrativa e técnica em um território de fronteira. Levando em conta o papel mediador que os governadores poderiam assumir na apropriação de diferentes concepções territoriais, objetiva-se tratar da experiência prévia de Sá e Faria como cartógrafo, das instruções presentes no regimento acerca das demandas técnicas enquanto parte do exercício administrativo e da comunicação estabelecida pelo governador sobre essa matéria, buscando compreender como a habilidade cartográfica e o engajamento com o conhecimento geográfico durante a ocupação do cargo contribuíram para a elaboração de uma "cultura visual institucional" (MOURA, 2021) – política mobilizada pelas instituições metropolitanas durante o século XVIII visando o reconhecimento e apropriação dos sertões e territórios fronteiriços.

O Clube Internacional de Folclore: intercâmbios intelectuais, pensamento social e concepções de brasilidade na América Latina (1951-1964)

Ewerton Wirlley Silva Barros (Universidade Federal de Pernambuco)

Pesquisar sobre o folclore era uma das formas de se interpretar o Brasil desde o final do século XIX. Aliás, o Movimento Folclórico Brasileiro (MFB) foi um desses movimentos intelectuais – ao lado de historiadores, antropólogos e sociólogos – que fabricou termos identitários de povo, nação e brasilidade. Uma das instituições folclóricas que produziu tais concepções foi o Clube Internacional de Folclore (CIF), fundada por Veríssimo de Melo (1921-1996), intelectual do Natal,

no ano de 1951. Indo na contramão da tradição intelectual de se pesquisar e escrever folclore sob vertentes de pensamento eurocêntrico, e, de não mais querer reduzir as experiências desse saber ao movimento intelectual nacional, Veríssimo de Melo internacionalizou esse campo de conhecimento e entrecruzou diálogos com sujeitos de outras nacionalidades, especialmente os oriundos de países latino-americanos – como, por exemplo, Lauro Ayestarán (1913-1966), do Uruguai; Oreste Plath (1907- 1996), do Chile; Paulo de Carvalho Neto (1923-2003), representando o Paraguai; Tobias Rosenberg (1911-1960), da Argentina; e Vicente T. Mendoza (1894-1964), do México. Nesse sentido, neste trabalho, que emerge de uma série de inquietações desencadeadas durante a minha pesquisa do mestrado acadêmico, ambiciono problematizar o processo de fundação e organização do Clube Internacional de Folclore, mapear as trajetórias de seus membros, explorando as suas experiências nos segmentos sociais, políticos e culturais de seus respectivos países e, investigando ainda, as suas interações dentro desse campo intelectual. Em termos teórico-metodológicos, fundamento-me nas reflexões de redes de sociabilidades e campo, propostas, respectivamente, por Jean-François Sirinelli e Pierre Bourdieu.

Análise da correspondência do comandante militar das Missões Francisco das Chagas Santos no contexto da construção do espaço fronteiriço platino e dos processos de emancipação política (1809-1820)

Manuel Detoni Flores (UFRGS)

Este trabalho pretende realizar uma análise quantitativa e qualitativa da correspondência do comandante militar da Fronteira das Missões Francisco das Chagas Santos com os governadores da capitania do Rio Grande de São Pedro. A Conquista dos Sete Povos das Missões em 1801 foi um ponto de inflexão na constituição do território fronteiriço do Prata, com a expansão dos domínios luso-brasileiros em prejuízo dos hispano-americanos e povos indígenas e a necessidade da coroa portuguesa de incorporar e defender as populações e territórios guarani-missioneiros. Para efetuar este objetivo foi criado o cargo de comandante militar da Fronteira das Missões, cargo que assumiu funções tanto militares quanto civis até 1827. O comando de fronteira foi exercido de forma mais longeva pelo engenheiro-militar Francisco das Chagas Santos entre 1809 e 1820, desempenhando importante papel nas guerras contra Artigas e na incorporação dos Sete Povos das Missões à sociedade colonial luso-brasileira. Nossa análise da correspondência de Chagas Santos tem como focos principais a sua relação com a construção de um espaço fronteiriço dinâmico e plural, sobretudo em um momento histórico marcado por processos de emancipação política e mobilizações populares que transcenderam as fronteiras entre impérios, buscamos então também contextualizar a história dos Sete Povos das Missões

neste período de guerras e revoluções platinas. Como fonte primária adotamos a correspondência de Francisco das Chagas Santos armazenada no fundo de autoridades militares do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Entre a história e a literatura: para a análise do teatro português em Angola durante o salazarismo

Andrelise Gauterio Santorum (PUCRS)

Este trabalho integra uma pesquisa de tese em andamento que investiga a presença do teatro português em Angola entre os anos 1933 e 1960 no objetivo de compreender, a partir de uma perspectiva transnacional, a relação estabelecida neste contexto entre o teatro português e o Estado Novo, regime ditatorial implantado em 1933 em Portugal por António Salazar. Através do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), órgão responsável por arquitetar a imagem do regime sob o comando do intelectual António Ferro, ocorreu um processo de institucionalização das mais variadas instâncias da sociedade. Este contexto foi caracterizado por um amplo interesse em utilizar as belas artes portuguesas à serviço da Política do Espírito e da Propaganda Colonial, as duas principais campanhas de propaganda política do SPN. Sendo ora censurado e ora instrumentalizado, obteve destaque a institucionalização do teatro português na tentativa de construir um novo teatro nacional que deveria ser, na lógica do regime, nacionalista, folclórico e, principalmente, imperialista. Tem-se enquanto hipótese central que este longo processo de construção de um teatro que ou seria salazarista ou não poderia acontecer ocorreu através de três vias, respectivamente: a Censura, o Teatro do Povo, e o Patrocínio, total ou parcial, das turnês de Cias Teatrais independentes para as colônias portuguesas localizadas em África, especialmente Angola. Entre os anos 1930 e 1960 cerca de vinte companhias teatrais portuguesas partiram da metrópole com destino a Angola, realizando turnês que contemplavam uma série de cidades da colônia e que apresentavam um repertório amplo e variado de espetáculos teatrais. Por meio da análise de uma extensa gama de fontes como periódicos, documentos oficiais, programas de espetáculos, fotografias, e principalmente textos teatrais, esta investigação pretende compreender questões como a relação construída entre a classe teatral do período e os ideais do Estado Novo; as estratégias adotadas pelo regime no objetivo de determinar o que seria um teatro útil para o estado-nação; ou ainda a retórica e os signos teatrais presentes no teatro português, a fim de compreender quais temáticas eram mais evocadas nestes espetáculos e de que forma isso efetivamente contribuía para a propaganda salazarista. Utilizamos enquanto referencial teórico-metodológico a História Intelectual e a História Global do Teatro, dialogando com autores da teoria da literatura e dos estudos teatrais como Sonia Pascolati e Anne Ubersfeld.

Neste trabalho, optamos por apresentar os objetivos centrais da pesquisa, as fontes que serão analisadas e os referenciais metodológicos elencados para a análise dos textos teatrais que integram o acervo de fontes da investigação.

ST 15: GT de História Política

Coordenadores: **Alessandro Batistella (Universidade de Passo Fundo), Charles Sidarta M Domingos (UFRGS)**

Sessão 1
26/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 15

Sessão 2
27/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 15

Sessão 3
28/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 15

Ementa: O Simpósio Temático visa a apresentação e discussão de trabalhos que versam sobre as múltiplas abordagens e objetos de estudo no âmbito da História Política, assim como reflexões teórico-metodológicas acerca das fontes.

Sessão 1
26/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 15

Intelectuais e Estado Novo em análise: o caso do Instituto Nacional de Ciência Política (1940-1945)

Veronica Vieira Martinelli (PUCRS)

Este trabalho apresenta um recorte da pesquisa desenvolvidas na dissertação de mestrado da autora, defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em março de 2021. Nosso objetivo é compreender a relação estabelecida entre a intelectualidade brasileira e o Estado Novo de Getúlio Vargas, a partir do estudo da trajetória do Instituto Nacional de Ciência Política (INCP). O Instituto foi agremiação civil idealizada pelo intelectual gaúcho Pedro Vergara, fundada em 27 de março de 1940 no Rio de Janeiro, e tendo desenvolvido suas atividades até 24 de novembro de 1945. No campo intelectual brasileiro, o Instituto se configurou como um espaço de sociabilidade que reuniu diversos intelectuais com o objetivo de apoiar as diretrizes do regime estado-novista e promover a sua propaganda. Assim, o INCP

atuou dentro de um projeto intelectual coletivo organizado por Pedro Vergara e pelos demais fundadores da instituição. Compreendemos que esse projeto se definia por um conjunto de ideias e de ações que se caracterizava pelos aspectos cultural, pedagógico e político-ideológico. No que tange as ideias desse projeto, elas estavam definidas em fontes como os estatutos do Instituto, nos artigos "Escola de Patriotismo" e "Diretrizes Nacionais", escritos pelo professor Humberto Grande para a revista Ciência Política. Já as ações desse projeto se refletem nas diversas atividades desenvolvidas pelo INCP, como as sessões semanais de conferências realizadas na Associação Brasileira de Imprensa. Também a publicação de livros, de panfletos e da Ciência Política, revista que se caracterizava como boletim mensal de divulgação das atividades da instituição. Outra importante ação do INCP foi a fundação das seções regionais, especializadas e de representação, subdivisões que mantinham os mesmos objetivos da sede no Rio. Por fim, o INCP também promoveu a organização de atos, como manifestações e desfiles cívicos no Rio de Janeiro e em São Paulo. Portanto, esta pesquisa pretende demonstrar que o Instituto foi uma agremiação civil bastante ativa no campo intelectual brasileiro da primeira metade da década de 1940, que atuava como um órgão interpretativo da doutrina do novo regime, isto é, como um agente de sua difusão e propaganda.

Os informantes de Getúlio Vargas durante a Segunda Guerra Mundial

Filipe Queiroz de Campos (universidade federal de juiz de fora)

Durante a Segunda Guerra Mundial, o presidente Getúlio Vargas conduziu, como indica o historiador Gerson Moura, a chamada equidistância pragmática, buscando mostrar-se tanto ao lado dos estadunidenses quanto do Eixo. Essa fórmula de entendimento é muito importante para a historiografia e permite-nos algumas perguntas: como foi a condução desta equidistância? Como Vargas efetivamente construiu uma posição equidistante? Fez isso sozinho? Informava-se como? As respostas a essas perguntas acabam mostrando-se reveladoras de uma série de novos atores: os informantes internacionais do presidente Vargas. Este trabalho irá explocar as comunicações que Vargas desenvolveu junto à Itália, com seu embaixador Luís Sparano, junto à Alemanha, com seu embaixador Freitas Vale e junto aos EUA, com seu embaixador Carlos Martins, entre 1939 a 1940, com o objetivo de demonstrar como, para executar o que, hoje, chamamos de equidistância pragmática, estratégia tanto militar quanto diplomática, Vargas valeu-se de uma verdadeira diplomacia paralela, indo muito além das comunicações oficiais mediadas pelo Exército ou pelo Itamaraty. O recorte deve-se à intenção de demonstrar como nos primeiros anos da Segunda Guerra Mundial, a diplomacia paralela de Vargas ganhou relevânica e robustez. A pesquisa é resultado de nossas investigações referentes ao doutorado, que está

sendo desenvolvido junto à Universidade Federal de Juiz de Fora, pesquisa orientada pelo historiador Jorge Ferreira.

Os espiões de Hermann Bohny: As prisões de alemães por espionagem nazista no Brasil (1942-1945)

Lidiane Lima Schoenardie (Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT)

A espionagem sempre fez parte do contexto das guerras humanas em diversos tempos e civilizações. Durante a Segunda Guerra Mundial, espiões e espiãs agiram em nome de seus países para descobrir informações de seus opositores. Nessa conjuntura, o Brasil foi um cenário para a atuação das redes de espionagem nazista. Assim sendo, este projeto de pesquisa tem por intuito analisar indivíduos específicos das redes de espionagem nazista durante o Estado Novo no Brasil, bem como a prisão ou não desses agentes, tendo como embasamento o relatório de Hermann Bohny (adido naval da Embaixada Alemã no Brasil) sobre a espionagem. Partindo da análise das fontes, e do comparativo das informações das documentações alemã e brasileira, pretende-se apurar as discordâncias e concordâncias entre os diversos documentos. No decorrer da pesquisa serão analisadas fontes primárias como relatórios documentais alemães fotografados no Arquivo Nacional Alemão e no Arquivo do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha; registros da documentação brasileira armazenados no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) e no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), assim como registros compilados por Stanley Hilton (1983), Priscila Perazzo (1999), e Maria Luíza Tucci Carneiro (1997); reportagens das décadas de 1930 a 1960 de alguns dos principais jornais em circulação nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo; assim como bibliografias sobre o assunto.

Entre o verde e o vermelho: a atuação da AIB e da ANL em Petrópolis

Alice Lazzarini Bento (Universidade Federal de Juiz de Fora)

A Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL) foram, durante a década de 1930, protagonistas de diversos embates que ocorreram ao longo de todo o país. Os conflitos se tornaram significativos uma vez que a década pode ser considerada um dos grandes marcos da política nacional, em que houve um processo de efervescência e insurgência de diversos movimentos e organizações políticas, deixando o cenário político brasileiro tensionado. Tendo em vista o contexto nacional, objetiva-se fazer um estudo histórico de caso, sobre

um desses confrontos entre AIB-ANL, ocorrido na cidade de Petrópolis (RJ) em 1935. Assim, partindo da compreensão que o evento se deu frente a uma disputa violenta por espaço político, que levou a morte do operário aliancista Leonardo Candú e baseando-se na imprensa, considera-se, aqui, que o conflito se estabeleceu de maneira distinta na Cidade Imperial, principalmente devido à greve geral que o sucedeu, responsável por impactar o cenário econômico e político do estado do Rio de Janeiro.

O Ocidente nos discursos de Alberto Franco Nogueira, diplomata do Estado Novo português

Gustavo Souza de Deus da Silva (UFRJ)

A presente proposta de artigo é inspirada em análises da história cultural e em estudos das representações, tendo como objeto principal discursos que definiram a política externa portuguesa na década de 1960 e 1970. A ideia central do texto é analisar a construção de significados, a princípio, culturais, mas cujos impactos na política do Estado Novo português são palpáveis numa conjuntura internacional marcada por noções de autonomia e descolonização. A hipótese central do artigo é que existe uma relação entre a identidade nacional portuguesa, inferida a partir de discursos oficiais, e o modo como o regime salazarista definia o papel de suas relações bilaterais com as principais potências do dito Ocidente – países banhados pelo Atlântico Norte. No contexto de crise final dos impérios coloniais, o papel de Alberto Franco Nogueira, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal entre 1961 e 1968, é um dos mais notáveis registros da diplomacia lusitana para com seus aliados. Os discursos de Franco Nogueira são marcados pelo pessimismo e pela noção de decadência, nomeadamente em suas representações da Europa e dos Estados Unidos. A apresentação do Estado Novo como um governo salvacionista, que resgataria Portugal a seu curso histórico original e protegeria sua relevância entre as grandes potências tem relação direta com a percepção ameaçadora de declínio político e cultural dos ocidentais. Como antítese ao paternalismo do Estado Novo, a diplomacia portuguesa representava o messianismo de John Fitzgerald Kennedy como uma prova da ingenuidade norte-americana. No caso dos ingleses, o problema recorrente era a falta de solidariedade que parecia os afetar mais do que a outros vizinhos europeus. Em todo caso, havia o diagnóstico de um mal que, depois de feito a Portugal, também afetaria o país perpetrador e arruinaria todo o hemisfério. Espera-se analisar a contribuição de Franco Nogueira a um discurso promotor do populismo do Estado Novo português, enquanto personagem de importância crucial para o país na década de 1960. Para isso, tem-se como chave a noção reiterada do risco de decadência cultural num Portugal/Ocidente "letárgico".

A ditadura militar e o bipartidarismo: casuísmos e um simulacro de democracia

Alessandro Batistella (Universidade de Passo Fundo (UPF))

A ditadura militar de Segurança Nacional implantada no Brasil em 1964 procurou legitimar-se por meio de um contraditório arcabouço jurídico-institucional que, apesar da aparência de legalidade, impôs um sistema de censura, vigilância e repressão baseado no Terrorismo de Estado. Ao hipertrofiar os poderes dos generais-presidentes e restringir a autonomia do Legislativo e do Judiciário, o regime procurou camuflar a ditadura, inclusive criando um simulacro de democracia, caracterizado por um sistema político bipartidário artificial, por inúmeros casuísmos, pelas eleições indiretas e o jogo de cartas marcadas, pelas cassações de políticos dissidentes e oposicionistas e pelo fechamento temporário do Congresso em três oportunidades. Dessa forma, o objetivo desse trabalho é analisar as contradições do simulacro de democracia criado pela ditadura militar.

A transição política brasileira e o controle dos militares: o projeto de "distensão social" do governo Geisel

Geovanni Rocha Junior (Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC))

A partir do ano de 1974, ganhou força nos veículos de imprensa a ideia articulada pela cúpula da ditadura militar em torno da chamada "distensão social". Além de tentar promover a institucionalização do regime em bases democráticas, os militares estavam atentos aos fatores que poderiam gerar algum tipo de mobilização junto às camadas populares, colocando em risco o lento e gradual processo de transição política. Tornava-se fundamental, portanto, enfrentar os dilemas de uma sociedade marcada pela desigualdade social e pela concentração de renda decorrente do "milagre econômico". Assim, durante o governo Geisel foram esboçadas algumas projeções autoritárias acerca de temas voltados ao campo social, sobretudo por meio da atuação do Ministério da Previdência e Assistência Social. O objetivo desta comunicação consiste em analisar a ideia de "distensão social" e verificar em que medida as pretensões autoritárias acabaram encontrando seus limites em meio aos problemas que afetavam a parcela vulnerável da população brasileira no período, ou seja, a inflação, o desemprego, a fome e a violência urbana. Na segunda metade da década de 1970, esses temas foram constantemente mobilizados pela oposição ao regime militar, principalmente por componentes ligados ao MDB e pelo chamado clero progressista, grupo que organizava trabalhos de base em várias regiões do país

e cujo ideário constituía a "opção preferencial pelos pobres" proveniente da Teologia da Libertação. Para esta breve análise foram utilizadas matérias coletadas nos jornais O Globo, Jornal do Brasil e Folha de São Paulo.

Sessão 2
27/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 15

Ruínas físicas e colossais oradores: o conflito político entre Bernardo Pereira de Vasconcelos e Diogo Antônio Feijó (1834-1843)

Victor Augusto Mendonça Guasti (Universidade Federal do Espírito Santo)

A presente comunicação é fruto das reflexões e discussões realizadas na disciplina de Opinião Pública e Pensamento Político na História da Europa e do Brasil, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. A proposta desta pesquisa é apresentar o conflito político-ideológico ocorrido entre Bernardo Pereira de Vasconcelos e Diogo Antônio Feijó. No cerne da discussão, estava o Progresso e o Regresso, contendo como pano de fundo a promulgação do Ato Adicional (1834) e a continuidade do tráfico negreiro.
Diferente da biografia tradicional, o trabalho com trajetórias busca traçar a identidade social do sujeito, tendo em vista que a trajetória não busca fazer somente um resgate dos feitos do indivíduo pesquisado, mas sim, ligar suas ações pessoais com o momento histórico e o ambiente em que ele vivia. Logo, o estudo de trajetória foca em partes do percurso do sujeito, avaliando como este ser se posicionou ao longo do tempo. Mesmo utilizando textos biográficos de estilo clássico sobre os dois parlamentares, a proposta é compreender suas ações durante os anos de 1831 a 1843, abordando fatos e atividades específicas. Logo, os objetivos a serem atingidos com esta comunicação são: apresentar o processo de divisão que ocorreu no grupo moderado e atingiu o seu ápice na organização da oposição ao governo de Feijó por Bernardo Pereira de Vasconcelos; e compreender como esses, outrora aliados políticos, passaram a defender projetos políticos diferentes para o Brasil, o que culminou em uma emblemática disputa que deixou como legado ideias políticas discutidas no Brasil por todo o século XX.

Um político na caserna: a gestação das forças armadas através de Manoel Luís Osório

Guilherme de Mattos Gründling (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ))

A presente comunicação tem como objetivo refletir sobre o Exército brasileiro no século XIX, enquanto instituição social e política, a partir da trajetória de Manoel Luís Osório. Nascido em 1808, em Conceição do Arroio, na Capitania do Rio Grande de São Pedro, os anos de formação desse indivíduo ocorreram em um território cujas fronteiras ainda não estavam definidas. Um contexto de conflitos entre as possessões do Império português e espanhol, assim como entre os povos indígenas que habitavam essas terras. Nessa região, conformou-se um modelo de sociedade marcado pela autodefesa, integrada grande parte por paisanos, sem formação militar. Manoel Luís foi um dos representantes desse modelo, teve seu "batismo de fogo" nos conflitos gerados pelo processo de independência do Brasil. Essas lutas foram travadas na Cisplatina, entre 1821-1823, quando o jovem "militar" ainda não havia completado 15 anos de idade. Esse fato, a sua participação nesses conflitos, foi amplamente instrumentalizado por seus biógrafos, atribuindo a Osório uma condição de "herói da pátria". Contudo, esses textos não mencionaram que sua incorporação ocorreu em uma conjuntura na qual os conceitos de "Estado Nacional" e, de "pátria", ainda não estavam concretizados. A instituição Exército era regido por padrões muito distintos às regras e normas que atualmente são identificadas nas forças armadas. A progressão na carreira "militar", com certa frequência, seguia critérios comuns à sociedade civil. A família era um fator decisivo para um bem sucedida carreira. Ao menos até 1850, tornou-se comum casos de oficiais em postos de comando do Exército brasileiro sem nenhum tipo de formação para o serviço às armas. Assim sendo, procurou-se relacionar essas questões que eram próprias a uma sociedade ainda em fase de gestação, com o perfil de um de seus principais agentes: Manoel Luís Osório (Patrono de Cavalaria). Para tanto, buscou-se refletir sobre os elementos que o fizeram se aproximar das discussões políticas na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, ainda na primeira metade do século XIX. Esse foi um critério fundamental para a consolidação de um certo perfil de "militar", que embora tivesse padrões diferentes, legou um imaginário de intervenções das forças armadas na política brasileira.

Dos desejos de mudar: discussões sobre a transferência da capital do Piauí na primeira metade do século XIX

Andreia Rodrigues de Andrade (UFSM)

Pautada em elementos políticos e econômicos foi pensada a possibilidade de transferir-se a sede da administração do Piauí durante a primeira metade do século XIX. Este trabalho discute os debates inerentes à transferência da capital do Piauí, os quais foram pontos recorrentes no Piauí desde os tempos coloniais. As discussões em torno da mudança da cidade-sede geraram intensas e calorosas discussões acerca espaço que a receberia, como a Vila de São João do Parnaíba, a Vila de São Gonçalo ou para a Vila Nova do Poti. E resultaram com a mudança de Oeiras para a Vila Nova do Poti, em 16 de agosto de 1852, que passou a denominar-se Theresina. Mantém-se a interlocução teórica com autores como: QUEIROZ (2006), NUNES (2007), CHAVES (2013), ANDRADE (2016). No tocante à documentação, pesquisou-se relatórios de presidentes, Anais do Senado e o periódico O Echo Liberal. A metodologia de pesquisa pautou-se na análise das fontes supramencionadas, atrelada à leitura da bibliografia acerca da temática.

O papel da Igreja Católica na consolidação do Estado colombiano no final do século XIX

Giovana Eloá Mantovani Mulza (UEM)

O presente trabalho compreende os resultados finais alcançados através de nossa pesquisa de Mestrado direcionado ao estudo da História política da Colômbia. O estudo desenvolveu-se em torno do objetivo de averiguar a função institucional desempenhada pela Igreja Católica na consolidação do Estado colombiano no final do século XIX com base em demandas internas e externas ali enfrentadas A pesquisa contou com fontes impressas e institucionais produzidas por clérigos católicos e por políticos oitocentistas. Como resultado, observou-se que o papel da Igreja Católica na organização do Estado colombiano esteve em preencher as lacunas institucionais remanescentes da colonização, sobretudo no que se referiu à incorporação dos indígenas no mundo civilizado e à criação de uma sociedade culturalmente orientada para a técnica e para o catolicismo.

As lentes da Cultura Política e suas possíveis renovações nas fontes jurídicas e institucionais no estudo da História Política: O caso argentino pós independente.

João Pedro Leal Moço (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ))

As novas abordagens da História Política abriram espaços para novos objetos e novos campos na historiografia política. A volta do político na produção historiográfica ficou marcado pelas interações da temática do poder com aspectos culturais, econômicos e sociais, demonstrando que o fenômeno político se encontra presente no âmbito individual e coletivo de uma sociedade, sendo desenvolvido e sofrendo desenvolvimento dessas estruturas. Uma dessas novas abordagens é o conceito de Cultura Política. Na historiografia, a matriz de Cultura Política ganha contornos próprios. O conceito serviu de suporte na compreensão dos comportamentos e das motivações políticas dos agentes históricos, assim como para a análise da formação de suas identidades. Para além do nível representacional, este ajuda a compreender a sociabilidade política ativa das relações entre práticas e representações. Como aponta Berstein, um entendimento da Cultura Política é vital para a compreensão da chave que orienta não só a sua visão de sociedade ideal, mas também os seus atos políticos práticos de várias agrupações políticas. O termo ganha elasticidade visto o que pode lançar luz na socialização política de várias articulações políticas. Dessa forma tem como objetivo explicitar os valores, normas e modelos de racionalidade na forma de fazer política. Essa matriz merece ser testada e evidenciada em um conjunto de documentos, somados a temas históricos,considerados por muito tempo como engessados na História Política. Entre esses, documentos explicitados como jurídicos e institucionais merecem ser revisitados por essa ótica , na busca de uma compreensão das ideias em debate no campo político, pois elas passam por um entendimento dos valores, das representações e das visões de mundo dos agentes que construíram tal materialidade política. Nesse sentido, tenho como proposta, expor meu histórico de pesquisa na temática do Caudilhismo e o Federalismo na Argentina pós independente. Demonstrando como que fontes, como é o caso das Constituições provinciais; Constituintes, e tratados intraprovincial, dadas como já esgotadas, ao serem analisadas sobre as lentes da Cultura Política demonstraram vários níveis do Campo Político argentino. E esses níveis vão para além do campo jurídico e institucional, e tornam claro que as ações e intervenções na produção das práticas políticas perpassam por um conjunto de referências muito maior do que a simples absorção ou rejeição de pautas políticas. Elas são moldadas por valores e modelos que orientavam as visões políticas dos indivíduos e uma compreensão afinada dessa Cultura Política ajuda a perceber de maneira mais produtiva os sistemas implícitos que orientavam as ações dos agentes nessas disputas do campo estatal e institucional.

Uma roda gigante do poder: disputas políticas entre os jornais O Estado do Pará e Folha do Norte no contexto do movimento de 1930 em Belém do Pará.

Marcos Bezerra Lima (Universidade do Estado do Pará (UEPA))

Esta pesquisa versa sobre diversas relações políticas envolvendo dois dos principais jornais paraenses, O Estado do Pará e Folha do Norte no contexto do movimento de 1930. O Estado do Pará aliado desde a década de 1920 com o movimento tenentista, sofreu várias sanções dos governos vigentes, principalmente durante os meses de maior conflito político no fim de 1930, quando Eurico Vale, ex-governador do Pará, tentava conter os ímpetos do grupo contestatório. Por outro lado, a Folha do Norte, jornal cujo proprietário era o jornalista e professor Paulo Maranhão, alinhou-se a ala governista, inclusive fazendo parte do mesmo partido de Eurico Vale, o Partido Republicano Federal (PRF). Com posicionamentos distintos, estes dois jornais desempenharam uma espécie batalha por uma narrativa dominante dos inúmeros acontecimentos políticos que agitaram o país de Norte a Sul. Se em um primeiro momento, pela ordem política consolidada, a Folha do Norte obtinha maiores garantias por suas alianças políticas, O Estado do Pará sofria com suspensões, prisões de seus funcionários ligados aos grupos tenentistas, perseguições, dentre outros pontos. Entretanto, com a dissolução do governo Eurico Vale em outubro de 1930, até finalmente a posse como interventor de Magalhães Barata, o jogo político ligada a imprensa se alterou profundamente. O então perseguido O Estado do Pará passou a ser o principal veículo de informação do chamado "governo revolucionário", noticiando seus principais atos, programa político e atacando opositores. Dentre os ataques, alguns direcionados a Folha do Norte, que naquele momento estava totalmente desfavorecida ao encarar o grupo político que tanto combateu anos antes. A utilização da imprensa como legitimadora ou opositora a determinadas correntes/grupos políticos esteve presente em vários momentos da história brasileira, sendo uma peça importante para a historiografia, inclusive vinculada as análises da Nova História Política. Tornar a imprensa protagonista dessas disputas em torno de influência e legitimidade em contraste a variados grupos de interesses introduz novas possibilidades de pesquisas que permeiam o campo da política e da historiografia. A partir do exposto, algumas pesquisas são fundamentais para o direcionamento do presente estudo, como as obras de Ana Martins e Tania de Luca (2021), Jeal-Noel Jeanneney (1996), René Remond (1996), Marialva Barbosa (2008), Carlos Rocque (1999), Heloísa Cruz e Maria Peixoto (2007), dentre outros estudos. Em relação aos indícios históricos, tanto o jornal Folha do Norte, como o jornal O Estado do Pará se encontram microfilmados na Biblioteca Pública Arthur Vianna. A consulta de outros indícios presentes em jornais digitalizadas na Hemeroteca Digital, mostraram-se de suma importância.

Além da diversão: entre prestígios, poderes e a troca de capitais das elites de Manaus no Ideal Clube.

Kívia Mirrana de Souza Pereira (SEDUC - AM)

A presente comunicação propõe-se apresentar o uso dos clubes recreativos como parte da organização política e social das elites de Manaus entre o final do século XIX e início do século XX. Para isso, utilizaremos da análise do Ideal Clube, grêmio fundado em 06 de junho de 1903, que atuou como um importante meio de vinculação e articulação dos grupos políticos, jurídicos e comerciais da cidade. Entendemos que uma agremiação ou clube são marcos legais e estatutários da vida em comunidade, portanto, são representativos dos grupos que decidem por diferentes motivos e atribuições se organizar em coletivo e na defesa de interesses em comum. Para que sua importância seja efetivada no cotidiano da vida associativa, a formação e a atuação dos associados do clube são utilizadas estrategicamente e acabaram por revelar que a atuação do coletivo, na verdade, eram reflexos diretos de uma ideologia, de uma percepção de mundo daqueles que deles participavam ou se associavam. Para compreendermos as dimensões desse valor, apresentaremos quem eram os atores que os partilhavam. Dos diretores que compunham a administração do Ideal Clube, 37% faziam parte da elite jurídica, 36% do comércio e 15% do militarismo. Analisando esses dados, verificamos que todos eles possuíam relativa riqueza material, certo poder em suas esferas de influência e algum prestígio em virtude das posições que ocupavam. No entanto, podemos compreender que o pertencimento ao Ideal Clube poderia significar uma estratégia de manutenção e reprodução do capital social com o intuito de obter maior reconhecimento e vantagens materiais e/ou imateriais. Dessa forma, abordaremos como os desembargadores e os comerciantes utilizavam de suas estratégias para manter seus estilos de vida, cargos públicos, graus financeiros e suas respectivas influências ao formarem redes e conexões dentro de arenas, vinculações pessoais e espaços sociais.

Sessão 3
28/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 15

As campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini e a experiência democrática de 1945 a 1954

Douglas Souza Angeli (Universidade do Estado de Minas Gerais - Unidade Divinópolis)

Esta comunicação tem como objetivo apresentar considerações sobre o período da experiência democrática no Brasil, mais especificamente sua fase inicial entre

1945 e 1954, a partir de pesquisa de doutorado concluída em 2020 sobre as campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini no Rio Grande do Sul. A pesquisa teve como foco compreender a construção do eleitor no momento inicial de um regime democrático, buscando entender como as campanhas eleitorais de Pasqualini constituíram práticas de mobilização e de construção de um interesse pelo voto e pela competição política em um eleitorado que, em grande medida, estava vivenciando suas primeiras experiências eleitorais. As fontes principais foram os periódicos que circularam no Rio Grande do Sul, em especial na capital, Porto Alegre, no período, além de correspondências, dados eleitorais, fotografias, panfletos e documentos de partidos políticos. Foi possível perceber esforço das campanhas de Pasqualini em difundir o programa por meio da propaganda eleitoral na imprensa, onde o aspecto programático era constantemente tensionado pela necessidade de responder aos adversários, de construir uma imagem de popularidade, de apresentar imagens e frases de mobilização em detrimento de um aprofundamento do programa. Vê-se na propaganda do PTB em diálogo com a propaganda dos partidos adversários, uma intencionalidade na construção do eleitor, uma ênfase em ensinar o eleitor a votar, além de um aprendizado indireto fornecido pela própria disputa eleitoral ao apresentarem suas propostas e ao produzirem imagens e concepções sobre suas candidaturas e sobre os adversários, onde os candidatos evidenciam ao eleitor as próprias atribuições dos cargos em disputa. A oferta de um aprendizado sobre o que (a data do pleito, quem está apto a votar, quais cargos estão em disputa), o como (as etapas do ato de votar, os procedimentos), o por que (a legitimidade da eleição, o gesto cívico, o dever) e o para que do voto (os cargos em disputa, suas atribuições, a relação do voto com a vida cotidiana). Assim, foi possível observar que a realização periódica de eleições e a ampliação do eleitorado propiciaram um duplo aprendizado: aos eleitores foi possível aprender a votar (onde, quando, como, em quem, por que, para que) e aos partidos e aos candidatos foi necessário aprender a mobilizar esses eleitores em uma competição eleitoral que passava a se dar em novos marcos.

PTB e PL: aliança política a favor do parlamentarismo na Constituinte do Rio Grande do Sul (1947)

Diego dos Santos (UNISINOS)

A presente comunicação é parte da pesquisa de mestrado que analisa o processo de elaboração da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 1947. O primeiro texto aprovado pela Assembleia apresentava em seus artigos características do sistema parlamentarista de governo. Desse modo, pretende-se analisar a construção da aliança política entre dois partidos políticos de oposição ao governo estadual da época, o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e o PL

(Partido Liberal), que junto ao PCB (Partido Comunista Brasileiro) garantiram a maioria dos votos necessários para a aprovação do projeto parlamentarista. Por meio de fontes da imprensa, busca-se entender o processo de organização da aliança, partindo da compreensão de Pierre Bourdieu acerca do fenômeno no campo político.

O ingresso de Pedro Simon na política partidária: Utilização do background nas eleições de 1959

Gustavo Henrique Kunsler Guimarães (UNISINOS)

A presente comunicação tem por objetivo problematizar a inserção de Pedro Jorge Simon no espaço político-partidário na década de 1950, analisando os elementos utilizados pelo candidato no primeiro pleito que concorreu. Pedro Simon, natural de Caxias do Sul, iniciou sua trajetória político-partidária ainda no período conhecido como experiência democrática (1945-1964), tendo se filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Durante o período de PTB, disputou duas eleições: para vereador no município de Caxias do Sul e para deputado estadual do Rio Grande do Sul. Este trabalho procura analisar o primeiro pleito em que Simon concorreu, ocorrido em 1959, quando foi eleito vereador no município de Caxias do Sul. Para isso, as fontes utilizadas são o periódico O Pioneiro, de Caxias do Sul, além de um levantamento de produções bibliográficas que lançam luzes a trajetória do político. A partir de uma análise qualitativa, se procura investigar como foi construída a imagem política de Pedro Simon para o pleito, visando entender quais elementos foram utilizados no background do político para aproximar o candidato do eleitorado caxiense, atentando para a dinâmica de reconversão e manejos de capitais. Nesta perspectiva, se exploram, por exemplo, o período de militância estudantil, bem como sua atuação profissional. Assim, se pretende contribuir com os estudos em história política no estado, abordando o ingresso de Pedro Simon, um dos políticos com maior tempo de atuação em cargos eletivos da história do Rio Grande do Sul.

Sessenta anos da Crise dos Mísseis: a participação do governo brasileiro no momento mais tenso da Guerra Fria

Charles Sidarta Machado Domingos (UFRGS)

Há quase sessenta anos atrás, em outubro de 1962, o mundo chegava ao ponto mais próximo de uma guerra nuclear. No dia 22 daquele mês, às 19h, John Fitzgerald Kennedy, presidente dos Estados Unidos da América (EUA), anunciava

publicamente que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) tinha instalado bases nucleares em Cuba, há pouco mais de 100 quilômetros de distância de seus país. Naqueles tempos da Guerra Fria, onde EUA e URSS disputavam a hegemonia na política internacional, o Brasil, a partir de janeiro de 1961, no breve governo Jânio Quadros, trazia novas diretrizes à sua política internacional, que passaram a ser conhecidas como Política Externa Independente (PEI). Com a renúncia do presidente Quadros, em 25 de agosto de 1961, e após um importante movimento político chamado Campanha da Legalidade, o vice-presidente João Goulart tomou posse na presidência da República em 7 de setembro de 1961 e deu continuidade a Política Externa Independente. Entre suas ações de política externa, o governo Goulart restabeleceu relações diplomáticas com a URSS em novembro de 1961 – que haviam sido rompidas em 1947 – e o presidente realizou uma visita diplomática aos Estados Unidos em abril de 1962. Procurava, desse modo, inserir o Brasil numa posição de maior independência nas relações internacionais do período da Guerra Fria. Foi nessa conjuntura que o governo brasileiro procurou participar da busca por saídas diplomáticas para a Crise dos Mísseis; contudo, as posições da Política Externa Independente estavam centradas nos princípios de defesa da paz, da não-intervenção e da autodeterminação dos povos, o que acabou gerando desgastes na relação política com o governo estadunidense.

Pensando o município na política contemporânea

Marluza Marques Harres (UNISINOS)

Refletir sobre o papel dos municípios na política contemporânea a partir do retrato de uma cidade da região metropolitana: São Leopoldo. Essa cidade carrega a marca histórica de matriz da imigração alemã para o sul do Brasil e se prepara para comemorar os 200 anos da imigração. A proposta dessa comunicação tem por foco pensar os últimos anos 50 anos desse município em sua trajetória de espaço de acolhimento, não só dos antigos imigrantes, mas também na atualidade. A expansão populacional ainda é uma realidade, bem como o cosmopolitismo, contudo em termos econômicos não está claro os rumos possíveis de transição no âmbito das transformações em curso, em especial o avanço da economia digital.

Mulheres na Política: Myrthes Bevilácqua Corradi e Luzia Alves Toledo no Poder Legislativo – 1980 a 2018

Leandro da Silva Lunz (UFES)

Nesta pesquisa analisamos a participação política de Myrthes Bevilácqua Corradi no Congresso Nacional e de Luzia Alves Toledo, no Senado e na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, no período de 1980 a 2018. Procuramos reconstruir a trajetória política dessas mulheres e suas contribuições em um campo de atuação predominantemente caracterizado pelo poder masculino. Ao mesmo tempo, pretendemos investigar a ideia, durante o período estudado, de que caberia à mulher o papel social reservado ao campo privado, compreendendo, assim, as identidades sociais construídas sob a ótica patriarcal. Assim sendo, resgatamos a história da participação feminina na política e investigamos, as circunstâncias que dificultaram a inserção e o desempenho de mulheres na política institucionalizada no Brasil, tendo como foco principal o caso do Estado do Espírito Santo. E assim foi possível evidenciar a existência de um hiato significativo entre mulheres e homens no que se refere a representatividade política brasileira e descrever as grandes dificuldades vivenciadas pelas mulheres investigadas no exercício da vida pública somente pelo fato de serem mulheres.
Palavras-chave: Participação Feminina; Trajetória Política; Espírito Santo

---

J.R.R. Tolkien - O intelectual como representante da cultura política conservadora inglesa

Mara Lúcia Ribeiro de Sousa (UNESP)

J.R.R. Tolkien, autor de obras literárias que venderam milhões de exemplares, como "O Senhor dos Anéis" e "O Hobbit" pode ser visto como um intelectual representante da cultura política conservadora da Inglaterra do final do século XIX e início do século XX? A presente apresentação busca desenvolver um estudo sobre cultura política e o papel de intelectual e de suas redes de socialização para a compreensão do conservadorismo inglês. O objetivo do texto é compreender como se desenvolveram em Tolkien traços da cultura política conservadora, utilizando a conceitualização de intelectual em Thomas William Heyck e a ideia de cultura política de Serge Bernstein, analisando as redes de socialização que pautaram a vida do intelectual e que revelam uma visão de mundo partilhada por outros intelectuais do seu segmento cultural. Partindo dessa problemática, serão analisadas as correspondências de Tolkien, mapeadas pelo seu filho e biógrafo oficial, tendo em mente que muito do material ainda encontra-se sob controle da família de Tolkien, sua biografia oficial, escrita por Humphrey Carpenter para

mapear o posicionamento do escritor como um homem conservador inserido em uma cultura política parte de um contexto cultural e político.

ST 16: GT Mundos do Trabalho: lutas, memória e diversidade

Coordenadores: **Micaele Irene Scheer (Prefeitura de Lajeado), Clarice Speranza (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)**

Sessão 1
26/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 16

Sessão 2
27/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 16

Sessão 3
28/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 16

Ementa: Estudos e debates atuais na história social do trabalho têm ampliado cada vez mais a compreensão da experiência de trabalhadores e trabalhadoras. Mais que uma mera narrativa derivada das associações e partidos operários, este campo de estudos percebe aqueles e aquelas que vivem do trabalho como sujeitos e agentes, sem no entanto negar ou menosprezar questões estruturais, como classe, gênero, raça ou etnia. Relações de trabalho são vistas como espaços de exploração e conflitos mas também de negociação constante. Debates recentes incorporaram ainda perspectivas interseccionais e consubstanciais à análise das experiências do trabalho. Esse simpósio temático busca discutir os diferentes enfoques e temporalidades relacionadas às vivências e experiências nos mundos do trabalho. Pretende abarcar os espaços rurais e urbanos, o período escravista e o pós- abolição, feminismos e masculinidades no mundo operário, trabalho e política, memória e patrimônio industrial, sindicalismo, formalidade e informalidade, lutas e enfrentamentos. Serão bem-vindas comunicações que tratem, entre outras questões, das interfaces entre trabalho e circulação de ideias e militantes, trabalho e educação, bem como perspectivas de análise envolvendo etnia, raça, gênero, nacionalidades, movimentos sociais, relações de poder, negociação, resistência e conflito, manifestações culturais, lazer e relações familiares.

Sessão 1
26/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 16

A luta pela autonomia sexual feminina no Brasil a partir do caso da parteira Guilhermina Pereira da Silva (Rio Grande, RS, dec. 1950)

Caroline Duarte Matoso (UFRGS)

O município de Rio Grande (RS) foi um dos principais polos industriais do Brasil e nele emergiram diferentes entidades associativistas, que tinham como finalidade a luta por melhores condições de vida. A agência feminina foi de suma importância na vida pública da cidade e um dos marcos dessa atuação é a criação da União das Mulheres Rio-grandinas no ano de 1946, sendo a entidade uma frente ampla do PCB. A presente pesquisa tem como objetivo analisar a autonomia sexual feminina no Brasil durante a década de 1950 a partir do caso da parteira Guilhermina Pereira da Silva. Presidente da União das Mulheres Rio-grandinas, Guilhermina Pereira da Silva foi uma figura atuante no movimento operário de Rio Grande (RS) e entre os anos de 1950 a 1953 foram abertos três processos criminais em que a parteira foi acusada pelo crime de aborto qualificado. Na argumentação da Promotoria Pública foi apontado que a acusada praticava indústria de aborto, ajudando as suas clientes a interromperem a gravidez. Nestes processos criminais podemos averiguar como a luta pela autonomia sexual feminina esteve presente nas experiências de trabalhadoras comuns e como o Estado brasileiro buscou controlar e intervir nos corpos das mulheres. Em uma década marcada pela escassez de métodos contraceptivos, busco compreender como as trabalhadoras forjaram formas de autonomia sexual e como a sexualidade feminina foi debatida por diferentes setores da sociedade.

“Se não tirava o salário mínimo era porque não queria”: relações precárias de trabalho das tarefeiras em domicílio (Porto Alegre/1940)

Tatiane Bartmann (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

O acelerado processo de precarização do trabalho que nos angustia diariamente – o qual ocorre especialmente com a Reforma Trabalhista do Governo Temer (2017), mas que se estende através da terceirização de atividade fim, da Reforma Previdenciária, dos frequentes cortes de investimentos na educação e pesquisa – mobilizou reflexões e questionamentos sobre o trabalho precário ser uma característica particular do contexto contemporâneo, em desenvolvimento a partir de práticas neoliberais internacionais desde a década de 1970 (e nacionais especialmente a partir de 1990), ou um atributo constante das relações de trabalho ao longo da história. A historiografia recente da história social do trabalho tem levantado essa questão e verificado a importante atuação da Justiça do Trabalho (JT) sobre as questões relativas às formas de contratação e assalariamento, bem como, à natureza do vínculo empregatício, pontos

fundamentais no momento de definição do que é trabalho e quem é trabalhador/a. Tratando, então, sobre as diferentes formas como o trabalho assalariado se coloca, pretende-se analisar os processos trabalhistas envolvendo conflitos em torno do salário-tarefa associado ao trabalho a domicílio a fim de compreender as principais reivindicações das trabalhadoras, problematizando o fato de se ter encontrado apenas mulheres nessa condição de vulnerabilidade. Além disso, serão considerados os argumentos dos empregadores em audiência, e o próprio julgamento dos processos na 1ª Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ), primeira instância da JT de Porto Alegre (RS). Considerando que o trabalho precário sempre existiu e inclusive foi objeto de debate no momento em que as instituições trabalhistas no Brasil estavam direcionadas para a implementação do chamado trabalho formal, a presente proposta dialoga com a ideia de continuidade visando romper com a visão de que o trabalho precário é um problema exclusivamente atual. Diante da crescente precarização das relações de trabalho, torna-se oportuno olhar para o passado e percorrer alguns dos caminhos que o ligam ao presente.

Desidioso e Indisciplinada: Apolonio e Deolinda, do Curtume Adures, na Justiça do Trabalho. Pelotas, 1943 e 1949

Aristeu Elisandro Machado Lopes (UFPel)

A proposta desta comunicação se desenvolve a partir da análise de dois processos da Justiça do Trabalho da Comarca de Pelotas, ambos contra o Curtume Adures, localizado também na cidade de Pelotas. O primeiro de Apolonio Veiga, de 1943, e o segundo de Deolinda de Oliveira, de 1949. O trabalhador possuiu vínculo com o curtume entre 02 de maio de 1941 e 23 de dezembro de 1943, como operário. Em seu processo declarava que sua demissão ocorreu sem motivo e, por isso, pleiteava as indenizações referentes à demissão sem justa causa e à falta de pagamento do aviso prévio. Já a trabalhadora permaneceu vinculada ao curtume de 21 de agosto de 1948 até 08 de março de 1949 trabalhando no setor de peles. Seu processo foi movido solicitando o pagamento de aviso prévio. O advogado do curtume declarou que o trabalhador foi despedido por ser "desidioso", uma vez que seu trabalho já não produzia da mesma forma que antes e porque ele se tornou um "elemento pernicioso" e "mau exemplo". As razões para a demissão de Apolonio apontavam para um problema maior e que se referia a instituição do salário mínimo, estabelecido em 1943, que passou a ser pago pelo curtume e que não incluía mais horas extras no serviço diário. Anos depois, a situação de Deolinda não era tão diferente. Para sua demissão foi apontado que ela era "indisciplinada", já que ela se recusou a executar as tarefas designadas pelo empregador. A partir da análise dos documentos que compõem as ações, são averiguados os motivos que levaram os

trabalhadores a acionarem seus empregadores na justiça. Nas entrelinhas dos processos é possível acessar as condições diárias das tarefas do chão de fábrica, permeadas por questões como: exaustão, salário mínimo, carga horária, horas extras, condições de saúde, entre outras. A comunicação pretende averiguar os dois processos problematizando essas questões tanto a partir dos discursos dos defensores do reclamado e dos reclamantes, como também nas declarações dos próprios trabalhadores.

Antonio Bernardino de Souza: a trajetória de um operário calçadista na Ditadura (Novo Hamburgo, 1968-1970)

Micaele Irene Scheer (Prefeitura de Lajeado)

Antonio Bernardino de Souza foi um sapateiro de Novo Hamburgo conhecido pelo apelido de Rancherinho. No ano de 1968, ele articulou uma chapa e concorreu à presidência do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçados daquela cidade. Naquela época, Rancherinho recebeu a visita de César Behs e Antonio Losada (ou Louzada ou Lousada); o primeiro ele não conhecia, já o segundo era dirigente do Sindicato dos Alfaiates de Porto Alegre na época em que ele trabalhou para a Renner, no setor de calçados. Depois dessa primeira visita, passaram a se encontrar semanalmente, o objetivo era apoiar a chapa, com orientações e dinheiro. Rancherinho e seus companheiros parecem configurar-se como novas lideranças da esquerda "de volta à luta" em 1968, pois não foi possível estabelecer relações com militantes e/ou sindicalistas que eram críticos ao MSD e que se articulavam na cidade antes do golpe. Se essas conexões não foram identificadas ou se realmente não existiram, não significa que essas lideranças não tinham referências que remontam aos períodos anteriores. Também não estavam isolados das articulações políticas naquela fase do sindicalismo brasileiro, como indicam as evidências de que esses trabalhadores tinham contatos com os militantes e as organizações de esquerda de Porto Alegre, como a VAR-Palmares e a Ação Popular. A proposta dessa comunicação, portanto, busca refletir sobre a luta de trabalhadores em organizações de esquerda no setor calçadista de Novo Hamburgo no final da década de 1960, a partir da trajetória de Rancherinho.

Ocupar e resistir: as mulheres na luta pelos espaços de poder no Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas

Vanessa Cristina da Silva Sampaio (Universidade Federal do Amazonas - UFAM)

Este trabalho busca analisar a participação das mulheres operárias do Distrito Industrial de Manaus na década de 1980 no Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas, abordando a persistência de assimetrias de gênero na base metalúrgica que se refletem no espaço sindical, salientando que apesar da intensa atuação das mulheres nos movimentos sociais, nas greves e nas transformações advindas do Mundo do Trabalho, os sindicatos ainda era um espaço de práticas discriminatórias no qual a mulher raramente tinha voz. Destacar os processos de lutas e resistências destas operárias, introduzindo o debate de gênero no sindicalismo é o objetivo desta pesquisa.

Sessão 2
27/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 16

"O esporte proletário de massas": uma análise dos estudos sobre o futebol operário

Felipe Treviso Bresolin (UFRGS)

O futebol é considerado contemporaneamente para muito além do próprio jogo. Poucos fenômenos são capazes de mobilizar as energias populares e reconfigurar o imaginário de um país como ele. Por isso, torna-se ainda mais indispensável analisá-lo enquanto um produto social e um fenômeno de massas, transformando-o em um tema relevante para a pesquisa histórica. Neste sentido, o presente ensaio se encaixa entre os trabalhos que abordam a dinâmica histórica e social do futebol no Brasil, tratando-se de um recorte da pesquisa de mestrado em desenvolvimento chamada Jogo, logo existo: futebol, conflito social e sociabilidade na formação da classe trabalhadora em Rio Grande. Esta seção tem o objetivo de apresentar as principais bases teóricas e historiográficas sobre as quais são desenvolvidos os estudos que trabalham com a presença do futebol nos espaços laborais e no contexto da classe trabalhadora. No Brasil, pode-se notar a presença de várias equipes operárias já na primeira década do século XX, principalmente clubes vinculados às fabricas, bem como Votorantin e Crespi, em São Paulo; Bangu Atletic Club, do Rio de Janeiro; Grêmio Esportivo Renner, em Porto Alegre e Sport Club União Fabril, em Rio Grande. Apesar disso, é a equipe carioca que se estabelece como modelo preponderante de explicação sobre a inserção dos operários no meio futebolístico, responsável não só por democratizar o acesso ao futebol às classes populares, mas também de instituir a figura do "operário-jogador" e servir como instrumento de enquadramento moral e simbólico dos trabalhadores – a partir da tutela patronal.

Entretanto, o "paradigma Bangu" (STÉDILE, 2015) vem sendo questionado nos últimos anos, reconhecendo os clubes de futebol operário não somente pelo viés da dominação, mas também de dimensões da luta de classes, da resistência organizada e da criação de redes de solidariedade entre os trabalhadores. Com efeito, isto não significa que a estrutura patronal não impusesse limites, porém, entende-se que havia espaço para a ação dos trabalhadores orientada pelos interesses da classe, com impacto na configuração de como os clubes eram geridos e na própria forma como eles se identificavam com as agremiações. Dessa forma, fundamentado em um apanhado de pesquisas realizadas nos últimos anos, pretende-se aferir as potencialidades e limites da apropriação do futebol por parte da classe trabalhadora.

O NÃO-TRABALHO E A CULTURA DO TRABALHO FABRIL NA CIDADE-FÁBRICA: cotidiano e lazer em paulista (1904 - 1958)

Reginaldo Ferreira da Silva Neto (Universidade Federal da Paraíba)

Esta comunicação dialoga com o processo de formação da cidade fabril de Paulista-PE, a partir das relações entre o trabalho, cotidiano e tempo livre (não-trabalho), entre os anos 1904 a 1958. A cidade-fábrica de Paulista, em Pernambuco, no dado recorte temporal, pertenceu ao munícipio de Olinda, enquanto distrito, somente elevado a município no ano de 1935. Durante o recorte temporal citado, o controle da cidade fabril, ficaria ao encargo da família escandinava, os Lundgren, acionistas em primeiro plano, da fábrica de tecidos Paulista, e posteriormente, proprietários da Companhia de Tecidos Paulista. Construída no ano de 1891, a Companhia de Tecidos Paulista, se tornou o principal elemento regulador e dirigente na vida dos que ali trabalhavam e habitavam. A partir da direção da família Lundgren à frente da fábrica de tecidos, toda a ideia, planejamento e experiência de cidade fabril tomaria forma e se tornaria mais concreta. Para além dos sentidos econômicos e políticos e os elos em torno da indústria do ramo de fiação e tecelagem, se evidenciam, nas construções e vivências cotidianas, relações sociais e espaços de cultura. Dessa forma, a temática central dessa dissertação é a construção do espaço da cidade-fábrica de Paulista, analisando as relações entre a Companhia de Tecidos Paulista e suas vilas operárias, enfatizando as vivências e experiências dos trabalhadores/operários, a sua dependência com a fábrica, os diversos espaços de usos da cidade-fábrica, e a relação da fábrica, vida privada e tempo livre dos trabalhadores/operários. Para tais abordagens, foram utilizadas variadas fontes históricas, como periódicos, teses e dissertações, obras memorialistas e documentários. As investigações e observações da documentação permitiu expandir uma série de questionamentos e perspectivas dispostas nessa dissertação em três partes: a formação da cidade-fábrica, a partir dos

delineamentos feitos pela Companhia de Tecidos Paulista, evidente a partir da década de 1920; o cotidiano, incluindo os espaços de uso, os espaços em disputas e a hierarquização dos espaços de usos e moradia, entre as décadas de 1920 e 1950; e, finalmente, o não-trabalho em sua essência, ou seja, o lazer, educação, os festejos e o futebol, entre o final da década de 1920 a 1950.

Um libertário em Bagé: notas sobre a trajetória de Dorval Lamotte (1919-1935)

André Vinicius Mossate Jobim (UFSM)

O presente trabalho procura reconstituir brevemente, aspectos da trajetória do militante bajeense Dorval Lamotte. Ele foi figura conhecida no meio operário do Rio Grande do Sul, sobretudo por suas posições declaradamente libertárias. Entretanto, a chegada do grupo de Getúlio Vargas ao poder em nível nacional, faz com que Lamotte assumisse posições políticas distintas a partir de então, evidenciando as diferentes possibilidades que se apresentaram aos trabalhadores e trabalhadoras naquele contexto. Para essa reconstituição foram utilizadas fontes jornalísticas levantadas entre 1919 e 1935, aproximadamente, além de referências bibliográficas.

"A deusa da Greve": A construção de Angelina Gonçalves pelo Partido Comunista do Brasil (1950-1963)

Ignacio Fornos Angues (Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul)

Os eventos do 1º de Maio de 1950 na cidade de Rio Grande/RS que ficaram conhecidos como Massacre da Linha do Parque, em que forças policiais e militares atiraram contra uma marcha de manifestantes se encontram ligados pelas perspectivas políticas do Partido Comunista do Brasil durante a 4ª República (1946-1964). O impacto do Massacre foi imediato, paralisou a cidade de Rio Grande, e os acontecimentos foram transmitidos para diferentes regiões do Brasil através da imprensa tradicional ou pela imprensa operária ligado ao Partido Comunista. As disputas de narrativa ocorreram imediatamente após o Massacre, pelos depoimentos policiais, as falas na Câmara de Vereadores de Rio Grande e, sobretudo, na imprensa local e nacional. Essas narrativas a respeito do Massacre da Linha do Parque têm como um dos elementos centrais a construção de uma imagem a respeito de uma das vítimas fatais do Massacre, a tecelã e militante comunista Angelina Gonçalves. O jornal Voz Operária, ligado ao Partido Comunista, vai dedicar ao tema cerca de seis outras reportagens, entre maio e

junho de 1950. E, Ao longo dos próximos sete anos, o Partido, por diferentes meios, vai fazer seguidas rememorações a respeito do Massacre, destacando boa parte das vezes a morte de Angelina Gonçalves. A construção do "mito" Angelina Gonçalves pode ser observada através de diversas ferramentas de linguagem e um considerável destaque de seu nome nas publicações do partido em comparação com as outras vítimas do Massacre da Linha do Parque. A morte de Angelina, de forma heroica e inocente, que é consolidada em duas obras artísticas lançadas ainda na década de 1950. A primeira vai ser o poema "Primeiro de Maio" de autoria da poetisa e militante comunista Lila Ripoll. A segunda vai ser o romance "Linha do Parque", escrito por Dalcídio Jurandir, também militante comunista, e publicado no ano de 1959. Ambas centralizadas em criar uma Angelina revolucionária, porém pacífica, que tem como principal bandeira de luta a paz. Trata-se de uma tentativa de equilibrar o projeto revolucionário defendido pelo Partido Comunista com a denúncia da violência perpetrada pelo estado. A "paz" de Angelina é uma paz revolucionária e tem uma relação com as campanhas contra a Guerra da Coreia e contra o desenvolvimento de armas nucleares. A construção de uma imagem de Angelina Gonçalves pelo Partido Comunista é central para compreendermos as disputas de narrativa e memorialísticas a respeito do Massacre da Linha do Parque. Principalmente, pois ao estudar o transporte temporal da narrativa de sua morte em diferentes contextos da história do movimento comunista brasileiro podemos compreender as diferentes perspectivas políticas de uma parcela da esquerda brasileira durante a 4ª República.

Sessão 3
28/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 16

"A GRANDE FAMÍLIA VARIG" a construção e transformação da identidade do sujeito variguiano nos anos 1980 e 1990 em Porto Alegre.

Gabriel Vanin Ethur (UFRGS)

Como resultado preliminar da dissertação de mestrado, esse trabalho apresentará alguns apontamentos sobre a construção da identidade dos trabalhadores da VARIG (os variguianos) durante os anos 1980 e 1990 em Porto Alegre. A identidade destes trabalhadores historicamente marcadas pelas relações paternalistas da empresa construíram a imagem do "variguiano ideal", como trabalhador branco (geralmente descendente de alemão ou italiano), obediente (não sindicalizado) e orgulhoso membro da família VARIG (ideia de que todos funcionários eram donos da empresa através da Fundação Ruben Berta). Porém, a partir dos anos 1980 a empresa sofrerá grandes mudanças ligadas a fatores como a expansão internacional da empresa, aumento exponencial do quadro de funcionários, processo de reabertura política no Brasil, avanço de políticas

neoliberais, tudo isso somado a nova onda sindical levaram ao processo de rupturas na identidade do variguiano. Críticas à forma de gestão autoritária da empresa e sinais de esgotamento da relação paternalista, marcada pela concessão de benefícios exclusivos aos trabalhadores da empresa, proporcionaram um ambiente de organização de espaços de resistência no cotidiano do trabalho. Através da análise de entrevistas de ex-mecânicos da VARIG, procuraremos entender a construção da memória e identidade desses sujeitos durante o processo de transformação das relações de trabalho, no final do século XX. E também pela análise de jornais da época, mas principalmente do jornal sindical AEROFOLHA, buscaremos explorar os conflitos estabelecidos entre trabalhadores e empresa.

Legislação portuária: modernização e a ralação com trabalhador portuário

Gracineide Maria de Souza (PPGHIS - UFES)

Com a modernização dos portos ocorrida a partir da Lei nº 8.630/93, vários setores portuários passaram por alguma mudança. Um dos que mais sofreu com as transições oriunda dessa lei foi a categoria dos trabalhadores portuários avulsos (TPA's). até a promulgação da lei, essa categoria tinha seus trabalhos administrados pelos sindicatos, com a lei veio a institucionalização do Ogmo (Órgão gestor de mão-de-obra), com ele as transformações laborais. Esse trabalho é resultado de uma pesquisa realizada com TPA's dos portos capixabas em 2016, com a finalidade de entender como ocorreu as mudanças e a visão desses trabalhadores em relação a nova administração. Como fontes, foram utilizadas a análise dos questionários e estudos relacionados a modernização dos portos.

Instalação e atuação da Junta de Conciliação e Julgamento de Guarabira - PB (1987) em diálogo com o trabalho rural canavieiro

Lidineide Vieira da Costa (Universidade Federal da Bahia)

O presente artigo tem como objetivo discutir o processo de instalação da Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) de Guarabira, efetivada no ano de 1987 no estado da Paraíba. A partir de tal exposição, busca-se elencar alguns traços da atuação do órgão de primeira instância da Justiça do Trabalho em pleitos trabalhistas movidos pelos assalariados da cana-de-açúcar, categoria que encadeou inúmeras manifestações em torno dos direitos trabalhistas ao longo da década de 1980 na região. Além de atentar para a importância da Junta diante da

exploração laboral cotidiana nos canaviais, espera-se demonstrar a relação entre o órgão de primeira instância do judiciário e o território no qual se instaura, visualizando como a dinâmica social se estabelece junto ao aparato institucional legal. Para aproximar-se da temática, utiliza-se produções bibliográficas, autos findos oriundos da Justiça do Trabalho, documentos do Serviço de Educação Popular (SEDUP), entre outros.

Lutas sociais, legislação e direito à saúde: a pandemia de Covid-19 e a regulação do trabalho nos frigoríficos

Clarice Gontarski Speranza (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Esta comunicação se propõe a analisar a mobilização por direitos à saúde no setor de frigoríficos do Brasil, em especial no estado do Rio Grande do Sul, durante o ano de 2020, diante da pandemia de Covid-19. O setor de frigoríficos, pelas características de sua linha de produção, foi especialmente vulnerável à contaminação pelo vírus SARS-CoV-2, tanto no Brasil como no resto do mundo. No Brasil, a eclosão da pandemia coincidiu com um processo de intensa desregulação do trabalho, intensificada por uma reforma trabalhista em 2017 que modificou profundamente as relações de trabalho e que pode ser entendida como uma ruptura, no sentido de ter atingido alguns pilares centrais do modelo de regulação do trabalho brasileiro, cujos alicerces datam dos anos 1930 e 1940. O setor de frigoríficos sofreu intensa pressão por aumento da produtividade durante a pandemia. Em meio a este momento de colapso sanitário, desregulação e intensificação do trabalho, sindicatos e Ministério Público do Trabalho (MPT) tentaram colocar limites ao risco crescente vivido por trabalhadores e trabalhadoras na linha de produção, buscando estabelecer e regular rotinas como uso de máscaras, testagens, distanciamento entre os/as operários/as. Em alguns casos, plantas chegaram a ser interditadas temporariamente devido a surtos de Covid-19.Tal esforço sofreu intensa resistência dos empregadores e mesmo de setores do governo federal, que defendiam regulações mais brandas. A comunicação mapeia este movimento e também analisa os significados atribuídos por estes sujeitos ao momento de intensa pressão do qual foram protagonistas. Compreende-se que esta mobilização dos sindicatos pode ser compreendida como um movimento de resistência ao processo de desregulação do trabalho e de liberalização da economia. Tal resistência é analisada aqui a partir de um viés histórico, como parte de um processo de longa duração, que imbricou pro-fundamente os sindicatos e também o MPT na defesa de uma cultura de direitos sociais construída ao longo do século 20 no Brasil. A investigação utilizou-se de entrevistas de história oral realizadas em 2020 com representantes do MPT e líderes sindicais, bem como relatórios sobre o setor.

ST 17: História da Educação: práticas de educabilidade e instituições educativas

Coordenadores: **José Edimar (UCS- Universidade de Caxias do Sul), Fernando Ripe (Universidade Federal de Pelotas)**

Sessão 1
27/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 17

Sessão 2
28/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 17

Ementa: Desde sua constituição, enquanto campo acadêmico-científico e historiográfico, a História da Educação tem se ocupado em analisar os processos de transformação nos costumes de grupos sociais por meio das práticas de educabilidade e dos usos sociais das instituições educativas. Tais processos educativos foram impostos aos sujeitos, em um projeto de modernidade, com a intenção de (con)formar almas fiéis, piedosas e civilizadas para atuarem nos cenários públicos e privados, por meio das instruções de conhecimentos, hábitos, normas, valores e costumes que determinados grupos compartilhavam em diferentes espaços e tempos. O simpósio temático que estamos propondo – uma iniciativa de pesquisadores membros do GT História da Educação da ANPUH, em âmbito nacional e regional – tem por objetivo discutir: 1) as múltiplas possibilidades de pesquisa histórica sobre, por exemplo, as variadas formas de educação, de práticas de leitura, escrita e numeramento, da circulação de impressos pedagógicos (ou de outro caráter também educativo), das diferentes práticas de ensino/aprendizados envolvendo indivíduos e as suas múltiplas formas de atuação social; 2) os modos pelas quais as perspectivas historiográficas da educação, a partir de diferentes ferramentas analíticas e quadros teóricos, constroem narrativas históricas para a educação brasileira e a interpretam com atribuições de sentidos segundo o lugar político que ocupam; 3) as discussões relativas aos discursos e às práticas que intelectuais, políticos, instituições leigas ou religiosas mobilizaram no meio educacional brasileiro em determinados contextos, bem como suas possibilidades, limites, tensões, continuidades e rupturas ao longo do tempo; 4) os discursos, os sujeitos, as práticas, as representações, as memórias, as imagens e as instituições como objeto de análise, ou como tema tangencial, no campo da História da Educação. Por fim, esperamos dialogar com pesquisas que apresentem diferentes abordagens teórico-metodológicas, para objetos delimitados nos mais variados espaços e temporalidades, de modo a realçar as distintas perspectivas sobre o campo da

História da Educação e ampliar o seu debate em torno das dimensões pedagógicas, históricas, sociais e culturais.

Sessão 1
27/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 17

A revista "O Jovem Luterano" na formação nas relações sociais e afetivas da juventude luterana (1929-1971)

Elias Kruger Albrecht (UFPEL)

Este artigo tem como objetivo promover uma discussão sobre a influência da revista "O Jovem Luterano" nas relações sociais e afetivas da juventude luterana, tendo sido usada como dispositivo para a facilitação e propagação de agenciamento de casamentos entre jovens luteranos e, por consequência, buscar expandir o luteranismo no Brasil, estimulando relações exógenas religiosas na formação familiar. O periódico, em questão, foi um veículo de comunicação juvenil, circulada entre 1929 a 1971, dirigido a orientar a vida social e religiosa de jovens luteranos, (WARTH, 1979), segundo as recomendações do Sínodo de Missouri (Igreja Evangélica Luterana do Brasil). Além da circulação da revista, o Sínodo incentivava a formação de grupos juvenis em suas comunidades a fim de instruir os jovens com base em fundamentação teológica e proporcionar atividades recreativas e divertimentos que não infringissem os valores e normas de comportamentos propagados pela doutrina luterana. A organização juvenil, por sua vez, investia em promoção de eventos espirituais, culturais e esportivos, no sentido de propiciar encontros entre jovens luteranos e, principalmente, afastá-los das diversões mundanas (CRUZ, 2003). Para responder a tais questionamentos, buscar-se-á analisar as recomendações da revista "O Jovem Luterano" em relação a sociabilidade de moças e rapazes, no intuito de modular os relacionamentos, como firmar namoro e contratar casamento. Conta-se ainda com o subsidio da História oral (AMADO; FERREIRA, 2006), para observar, por meio de narrativas, como essas orientações eram ressignificadas no cotidiano dos jovens leitores da revista. O suporte teórico-metodológico está apoiado em Chartier (1990) e Bastos (2002) que observam a importância da imprensa em estudos histórico-educacionais. Entende-se que esse periódico, enquanto meio de comunicação e difusão doutrinária, somado aos encontros de jovens promovidos pela instituição religiosa em questão, serviram como importante estratégia pedagógica, destinada a influenciar a união matrimonial de jovens da mesma comunidade de fé, fazendo com que esses permanecessem ligados a instituição religiosa por professarem a mesma fé luterana.

O uso de jornais como agentes educacionais: os impressos produzidos por professores e estudantes em prol da educação na cidade de Porto Alegre

Jaqueline de Gaspari Piotrowski (Universidade Federal de Pelotas), Chéli Nunes Meira (Bolsista CAPES)

Este trabalho insere-se na linha de pesquisa em História da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas/RS. Pretendemos, com o texto, apresentar e discutir as possibilidades de uso que os jornais proporcionavam para o campo da educação, como agentes educacionais, com intuitos para o ensino e a formação. Para tanto, trazemos dois periódicos produzidos em distintos períodos temporais e por distintos editores: um diário o jornal A Imprensa e o outro um jornal estudantil O Estudante Gaúcho. Para a construção teórica-metodológica desta pesquisa recorreu-se aos trabalhos Cellard (2010) no que se refere a análise documental e de Zicman (1985), Chartier (2002), Luca (2006), e Martins e Luca (2006, 2018) para análise e discussão dos periódicos. O jornal A Imprensa, de propriedade de Apelles Porto Alegre e por ele dirigido, circulou na cidade de Porto Alegre de junho de 1880 a maio de 1882. Temos assim, Apelles, um professor, onde seu periódico teve um papel educativo, trazendo textos referentes à conduta familiar para a formação do bom cidadão. No jornal foram publicadas orientações às famílias, a escrita alerta para uma harmonia entre o casal e esta harmonia é transmitida para o filho e entre os irmãos. A figura da mãe é muito importante na sociedade, pois fortalece a educação dos filhos, formando, com isso, um bom cidadão. O impresso O Estudante Gaúcho consistiu em um jornal de periodicidade quinzenal organizado e elaborado pelos estudantes da União Gaúcha dos Estudantes Secundários (UGES) com sede na cidade de Porto Alegre. A UGES foi fundada em 1943 como o órgão máximo de representação dos estudantes secundários no Rio Grande do Sul, com o objetivo de representar toda a classe estudantil secundária gaúcha, não possuindo caráter político, racial ou religioso. A organização do jornal consistia em textos de caráter informativo, trazendo pautas, reivindicações, ações e resultados da União de Estudantes, mas também, textos de caráter literário, criativo, entrevistas e uma parte humorística e de correspondências. Fica evidenciado o papel do jornal O Estudante Gaúcho e A Imprensa de possuir uma função ligada ao movimento estudantil, no sentido de defender e lutar em prol dos secundaristas e de oferecer orientações voltadas para a formação e melhoria dos leitores, existindo uma clara tendência de usar táticas atrativas ao público para o incentivo à leitura/escrita, de publicar textos literários diversos, assim como, de ser um meio de exposição a fim colocar a opinião do leitor através de textos.

O destino dos menores desvalidos: uma análise historiográfica sobre os encaminhamentos de meninos à Escola de Aprendizes do Arsenal de Guerra de Porto Alegre nos Relatórios Provinciais do Rio Grande do Sul (1840-1860)

Laryssa Celestino Serralheiro (UFPEL)

Este artigo analisa uma série de mecanismos de proteção, instituídos na Província do Rio Grande do Sul entre as décadas de 1840 e 1860, que visavam à assistência e cuidado aos sujeitos infantis desvalidos. Tomando como principal fonte investigativa os Relatórios Provinciais, percebe-se a existência de um conjunto de dispositivos legais para a proteção dos menores expostos. A captação de recursos financeiros, a prática da Roda dos Expostos como instrumento de recolha e guarda dos enjeitados e a constante preocupação com o destino dos órfãos, foram algumas medidas instauradas pela Província a fim proteger a vida das crianças. Do mesmo modo, identifica-se certa distinção entre o destino dos enjeitados, uma vez que, aos meninos o encaminhamento seria para algum Arsenal de Guerra ou Casa de Ofício.

Educai Vossos filhos: a história do negro no Ensino Profissional Tecnológico em Pelotas/RS

Natália Garcia Pinto (IFSul), Adriana Duarte leon (IFSUL)

A presente pesquisa, em nível de Pós-Doutorado, realizada no Programa de Pós-Graduação de Educação no IFSUL, tem o objetivo de investigar quem eram os estudantes da comunidade do Ensino Profissional Tecnológico nos primórdios da instituição na cidade de Pelotas com o fito de analisar se esse educandário possuía alunos negros, durante o período de 1930-1950, visto que as denúncias do jornal A Alvorada alertavam que a comunidade afro-pelotense não estava tendo acesso equânime aos bancos escolares da cidade. Diante disso, a pesquisa torna-se relevante para analisar esse ambiente educacional e profissional como um espaço racializado na República de outrora. Através de um perfil social e racial dos alunos que estudavam na instituição, é possível observar quem estava usufruindo ou não acesso a uma educação profissional trazendo à tona o debate sobre racialização e branquitude no âmbito dessa instituição tão cara a sociedade pelotense, da qual nasce para atender a população jovem e carente do município. Essa parcela citada estava realmente tendo o direito de acesso à educação profissional e tecnológica ou estava reproduzindo e reiterando o racismo estrutural no campo da educação, alijando a população negra desse direito social de cidadania? A investigação ora proposta está imbricada no projeto da Professora Dra. Adriana Duarte Leon, intitulado, O Acervo Institucional Como um Espaço de Preservação da Memória da Educação Profissional e Tecnológica, em

que tem objetivo de analisar e resguardar a memória institucional, apresentando um catálogo identificando os documentos integrantes do acervo institucional, bem como socializar a análise desenvolvida na pesquisa em eventos acadêmicos da área da Educação. Este acervo é de suma importância para a construção da pesquisa proposta, visto que poderei analisar e mapear o perfil social e racial dos estudantes do ensino profissional e tecnológico da instituição. Desde o momento em que se pretende fazer uma história que tenha significado, utilização ou comprometimento político, só se pode fazê-la corretamente sob a condição de que se esteja ligado, de uma maneira ou de outra, aos combates desenrolados no domínio proposto. Mais do que desenvolver um projeto de pós-doutorado sobre a identidade racial dos alunos no ensino profissional e tecnológico e seu processo educacional, o engajamento dessa investigação permitirá pautar a construção de uma educação antirracista e democrática preceitos tão ímpares para a instituição analisada.

Ensino Técnico Profissional: avanços e retrocessos

Rosemeri Barreto Argenta (Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) - Campus Farroupilha)

O artigo tem como objetivo refletir sobre o desenvolvimento e a promoção do ensino técnico profissional no Brasil e explorar os avanços e retrocessos dos Instituto Federais no País, sobretudo no Rio Grande do Sul. A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa foi a análise documental histórica, valendo-se da perspectiva teórica da História Cultural. Identifica-se que a educação profissional, enquanto medida interventiva do Estado, está inerentemente ligada aos diferentes períodos de desenvolvimento social, econômico, político, ideológico e tecnológico da sociedade brasileira que, em grande medida, vinculam-se ao modo de produção na sociedade capitalista do século XX e implicam na formação de um determinado perfil profissional. O tema, educação profissional no Brasil, foi verificado por meio do ornamento jurídico, iniciado com o estabelecimento das Escolas de Aprendizes Artífices em 1909, consideradas precursoras dos Institutos Federais, até os dias atuais, apontando que a educação profissional avançou quanti e qualitativamente. Isto, por proporem uma educação voltada para o desenvolvimento humano e, de forma intrínseca, à qualificação para o trabalho, indicando a efetivação de uma educação voltada para a formação integral, a qual posiciona os sujeitos escolares como artífices da educação e do conhecimento escolar. Atualmente, são 38 Institutos Federais distribuídos em todo o território nacional, três no Rio Grande do Sul. As dimensões social, geográfica e econômica foram privilegiadas, prevendo seu estabelecimento em localidades cujos índices de pobreza e vulnerabilidade sejam identificados em consonância à necessidade do

desenvolvimento dos arranjos produtivos. Com isso, comprometem-se, duplamente, com o desenvolvimento social e local e com a interiorização da educação que atendam os arranjos produtivos locais, o que possibilita a geração e/ou ampliação de emprego e renda, logo melhorando os índices de pobreza e, em muitos casos o êxodo e as migrações sazonais ou permanentes. Por outro lado, muitos municípios não foram contemplados com a expansão, e tampouco terão oportunidade, dado que é manifesto o desmonte da educação como política pública. Esses dados, exclusivamente econômicos, demonstram não apenas os retrocessos no financiamento da política, mas o interesse na aceleração da precarização da educação pública federal, justificando a narrativa da ineficiência dessas instituições. Diante dessas considerações, torna-se fundamental a análise socioeconômica por unidade, pois cada município e região apresentam características sociais, econômicas e produtivas singulares, além do que, esses aspectos são parte da formação da identidade de cada coletivo e da cultura que ali permeia.

A História da Escola, Escola Brasileira e a Inclusão

Amalia Noemia Cardoso (Universidade de Caxias do Sul -UCS)

O objetivo da pesquisa que resultou neste texto foi identificar e refletir a cerca do processo do surgimento da escola no mundo e no Brasil e os movimentos através da postura de alguns autores para um novo paradigma de educação apresentando a inclusão e a valorização da presença da criança, da mulher e do afrodescendente no novo modelo de ensino para todos. O que se pretendeu estudar, ancorado numa matriz epistemológica analítica, hermenêutica e reflexiva, foi como são construídas as imagens sobre a educação e a pedagogia ao longo do tempo em diferentes séculos, desde o período medieval em diante, que elementos discursivos e imagéticos foram empregados para elaborar ao longo do tempo a educação e o colégio, a pedagogia e sua aplicabilidade. Concluindo, identificaram-se a busca por uma pedagogia emancipatória com novos paradigmas para a educação apoiando-se na inclusão da liberdade.

A Escola Especial Concórdia: luteranismo e cultura surda

Weliton Barbosa Kuster (Universidade Federal de Pelotas)

A Escola Especial Concórdia foi uma instituição educativa criada no ano de 1966, na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da iniciativa de pessoas ligadas à Igreja Evangélica Luterana do Brasil que, à época,

visualizaram a necessidade de uma escola que atendesse as demandas de crianças com surdez. Por configurar-se como uma instituição religiosa luterana, esse texto busca, por intermédio da teoria que envolve a História das Instituições Educativas (MAGALHÃES, 2004) e a Cultura Escolar (NÓVOA, 1995; FRAGO, 2000), problematizar como a vertente religiosa luterana caracterizou essa instituição e projetou em seus alunos uma vivência voltada para a fé. Nesse sentido, ao buscar, por meio de seu projeto educativo, manter seu alunado ligado à cultura luterana, a escola destacada definia, por um lado, uma estratégia evangelizadora da instituição igreja e, por outro, projetava um sentido de cultura surda como decorrência de sua ação instituinte.

O Grupo Escolar Targa de Flores da Cunha/ RS (1961-1971)

Rafael de Souza Pinheiro (UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL)

A República transformou em vários aspectos a história do Brasil desde sua Proclamação em 1889. Na área educacional, sua ação deu-se com a criação dos Grupos Escolares e pelas inúmeras festividades contempladas no calendário escolar. Segundo Souza (1998), aos Grupos Escolares tornam-se a instituição escolar guardiã dos valores, da ação moral e pedagógica da República. Flores da Cunha, antiga Nova Trento, as marcas da República são evidenciadas a partir de 1925, pela construção desses novos espaços escolares ou agrupamento de outras escolas em um único prédio, pelos desfiles patrióticos e ritualizações diversas. O Grupo Escolar do Subúrbio surge em 1961, atendendo estudantes das regiões mais distantes do núcleo de Flores da Cunha, que segundo Boscatto (1994), o grupo levou essa denominação em virtude de sua localização, nos subúrbios da localidade. Dessa forma, o objetivo dessa escrita, é analisar a formação do Grupo Escolar do Subúrbio, e como são retratadas e evidenciadas os primeiros anos dessa instituição escolar, que já completou 60 anos de atuação. A metodologia aplicada, deu-se pela análise documental, tendo como base documentos resguardados nos arquivos da escola e periódicos de jornais, tendo os estudos de Pimentel (2001), como norteadores para a organização das fontes. Em relação a justificativa do recorte temporal, tem-se por base o ano da criação do grupo em 1961, sendo ele disposto em um espaço improvisado nas dependências do antigo Armazém Curra, que por meio do Decreto Estadual nº 12.658, se instituiu o Grupo Escolar do Subúrbio. Além da localização, de acordo com Pinheiro (2021), a instituição tinha por objetivo atender alunos e famílias de menos recursos financeiros. Já o ano de 1971, é caracterizado pela inauguração de um novo espaço escolar, por meio do projeto de Lei Municipal nº 546 de abril de 1970. Além do novo espaço, um ano depois ocorre também a alteração de nomenclatura, passando a denominar-se Grupo Escolar Professor Targa. Jacintho Targa, segundo os estudos de Pinheiro (2021), é um italiano que chega ao Brasil

no final do século XIX e se instala na Colônia Dona Isabel, atual Bento Gonçalves. Boscatto (1994), destaca que a chegada do professor em Nova Trento deu-se em virtude de sua nomeação para exercer o magistério no Distrito. Outra característica que marca sua presença é que suas aulas eram ministradas exclusivamente para o sexo masculino e que seus alunos se destacaram na localidade em virtude dos seus ensinamentos, sinaliza o autor. Em Flores da Cunha, a homenagem ao professor se apresenta em virtude de seus trabalhos e por ser o primeiro docente concursado da localidade. Vale ressaltar que a ausência de escritas e pesquisas relacionadas ao grupo, foram as principais motivações para a elaboração dessa escrita.

Culturas escolares: materialidades para as aulas públicas de Caxias do Sul, RS, Brasil (1890 – 1930)

José Edimar de Souza (UCS- Universidade de Caxias do Sul), Elisangela Cândido da Silva Dewes (Universidade de Caxias do Sul), Samanta Vanz (Bolsista)

A escola é um espaço sócio histórico complexo que constrói modalidades de cultura. Isto, pela sua característica de inscrição em contextos, também, dotados de história e de cultura. (Escolano Benito, 2017). Nesse sentido, nosso objetivo é analisar os objetos escolares e a sua relação com o espaço escolar que possibilitam identificar ideias e práticas acerca do processo de escolarização do município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, entre 1890 e 1930. A perspectiva teórica sustenta-se na história cultural e vale-se da análise documental para desenvolvimento deste trabalho. Para a pesquisa, foram realizadas investigações em jornais e em documentos consultados em diferentes arquivos. Para tanto, metodologicamente, utilizamos como fontes: decretos, relatórios da Intendência, correspondências de professores contendo solicitação de materiais do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adamai (AHMJSA), assim como a análise dos objetos preservados no Museu Municipal de Caxias do Sul. Pesquisar o espaço escolar e os objetos que compuseram este cenário permite investigar fontes que colaboram para identificar determinadas culturas escolares, se considerarmos o espaço e os objetos na perspectiva das relações que se estabelecem nas práticas (VINÃO FRAGO, 1995). O legado das escolas reflete a "cultura empírica", (Escolano Benito, 2017), dessa região, assim como a tradição corporativa e os discursos normativos projetados pela relação entre poder público (Intendência, Inspetores escolares), professores e professoras, alunos e comunidade. O fornecimento dos objetos se configurou em elemento importante para a compreensão da dinâmica escolar. A maior parte dos materiais escolares era proveniente da capital, de fornecedores específicos que se responsabilizavam pela entrega dos objetos solicitados diretamente às escolas. Há indícios nas correspondências do início do século da entrega dos "caixotes",

que carregavam uma sorte de materiais pedagógicos que eram utilizados nas aulas públicas. Cabe ressaltar que esses caixotes são um indício de uma tentativa de padronização de fornecimento de materiais e objetos, visto que há pouca menção ao seu conteúdo, e eles eram entregues em diferentes aulas públicas sem a distinção do tipo (se era mista, feminina ou masculina). As fontes documentais também permitiram penar que os objetos escolares instituíam ordem, organização e disciplina no ambiente escolar. Pensar na importância dos objetos escolares como mediadores das práticas e das rotinas das aulas públicas foi também pensar os usos a partir das configurações materiais dos objetos e sua relação com o contexto do município.

Sessão 2
28/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 17

Os Mestres da Boa Educação: análise dos agentes recomendados para a instrução das crianças em impressos pedagógicos portugueses (Séculos XVII e XVIII)

Fernando Ripe (Universidade Federal de Pelotas)

A publicação de obras pedagógicas, desde os finais do século XVII e ao longo de todo o século XVIII, contendo a divulgação de prescrições e ideais para criação dos infantis ganhou centralidade na cultura impressa portuguesa neste período. Esses impressos, sobretudo, orientavam não somente a aprendizagem da leitura, da escrita e da contagem, como, também, instruíam hábitos físicos saudáveis e o compartilhamento de práticas civilizadas muito próximas do pensamento moral e religioso da época. Uma recorrência nessa discursividade era a incitação aos pais buscarem mestres habilidosos para conduzir as crianças no caminho da aprendizagem, da urbanidade e da ética-cristã. Assim, a recomendação por mestres se configurou como um imperativo cuja boa seleção foi minuciosamente descrita por alguns autores. Esse cuidado, pode revelar o quanto o regime de educabilidade, disposto na sociedade europeia moderna, colocou a figura do mestre como "lugar de honra" no processo educativo e de transformação moral e social. Diante disso, a presente proposta de comunicação tem como principal intenção discutir o significado lexicográfico da palavra Mestre, percebendo como – em um conjunto de impressos pedagógicos, publicados em Portugal durante o final do século XVII e ao longo de todo o XVIII – foi configurada a enunciabilidade que incitava à família moderna portuguesa a estar atenta aos princípios, normas e conselhos relativos à educação que deveriam admitir para a instrução dos seus filhos. Discursivamente, as obras pedagógicas ressaltavam a relevância dos sábios mestres na educação das crianças, defendendo com vivacidade a importância desses para a garantia do exercício da "boa educação" dos pequenos, que estava vinculada ao cultivo das virtudes, dos bons costumes e da vivência cristã. Do mesmo modo, identifica-se, também, enunciados que, sustentados por um

discurso de racionalidade e de cientificidade, indicavam como os mestres deveriam se valer de estratégias de coerção subjetiva para atingir um corpo infantil civilizado (dócil, obediente, piedoso) e de novos/diferentes métodos para instruir uma população, que naquele momento, era predominantemente não alfabetizada.

Aspectos gerais do Instituto Pão dos Pobres/Escola Nossa Senhora da Luz na cidade de Pelotas/RS

Giovani de Souza Barbosa (Universidade Federal de Pelotas)

Este trabalho enuncia uma perspectiva geral acerca do Instituto Pão dos Pobres/Escola Nossa Senhora da Luz, na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul. Através de uma análise histórico documental, busca-se explorar e examinar os contextos da instituição "Instituto Pão dos Pobres" e, subsequentemente, "Escola Nossa Senhora da Luz" na cidade de Pelotas/RS, que vieram a ocupar o mesmo espaço físico, mas em momentos históricos e com propósitos diferenciados. O objetivo é o de lançar olhares tanto sobre os documentos e arquivos convencionais, considerando uma atmosfera mais tradicional e positivista, quanto o que preconiza a "Nova História", suas possibilidades e processos, observando a produção da cultura (escolar) material da(s) mencionada(s) instituição(ões). Assim, pretende-se contribuir com a construção da memória escolar, trazendo as lembranças das referidas entidades à tona, compondo a historiografia e o campo de estudos da História da Educação na cidade e região. Dessa maneira, se busca desvelar materialidades e imaterialidades que as compuseram, em espaços atravessados por individualidades e coletividades, com a proposta de abrir caminhos, aguçando a discussão acerca das instituições escolares, compondo o território de pesquisa de historiadores e educadores sobre o tema e deixando em aberto insumo para futuras reflexões e pesquisas sobre a temática.

O papel da primeira escola de farmácia de Minas Gerais na criação da Universidade Federal de Ouro Preto.

Leandro Silva de Paula (UFOP)

Discorrer acerca da criação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e analisar o papel da Escola de Farmácia nesse processo é o intuito deste trabalho. Através de pesquisa bibliográfica e de ampla investigação documental realizada no Arquivo Histórico da instituição corrobora-se que o curso farmacêutico de Ouro Preto além de ser pioneiro e de se manter perene na cidade de Ouro Preto

desde o século XIX, também exerceu papel primordial na criação da Universidade Federal de Ouro Preto, sendo um centro de referência e expansão educacional na região antes mesmo do seu processo de federalização e mesmo após a sua incorporação à UFOP.

Educação na pandemia de COVID-19: narrativas de uma professora da Educação Infantil numa escola do campo no norte do Rio Grande do Sul

Darciel Pasinato (Universidade do Vale do Rio dos Sinos)

O trabalho tem como objetivo analisar as narrativas de uma professora de Educação Infantil, que atua na Escola Aníbal Magni, na comunidade de Arroio Grande, interior do município de Selbach, no norte do Rio Grande do Sul, Brasil, no contexto da pandemia de COVID-19. Nesta produção, optamos pela entrevista valendo-se da metodologia da História Oral. A História Oral incide sobre o passado dos sujeitos, principalmente o da esfera do cotidiano, que, via de regra, não está em documentos escritos. A trama da memória pelos relatos conecta no social e o inverso também. A localização de quem fala influencia na construção das lembranças, nas tramas feitas e determinadas a partir do presente. A pandemia mostrou como a sociedade é individualista e capitalista. O ensino remoto não funcionou para a Educação Infantil, porque as crianças precisam do contato diário com os colegas e os professores. É o momento da adaptação, da integração e da socialização, como ficou claro nas narrativas da professora Aparecida (2020).

A memória de Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro: Arena de consensos e disputas

Alessandro Sathler Leal da Silva (UERJ)

O presente trabalho tem como objetivo historicizar as transformações institucionais do Conselho de Estadual do Rio de Janeiro, especialmente a partir da segunda metade da década de 1990, acompanhando sua transição de Órgão de Governo para Órgão de Estado Autônomo. Partindo dos conceitos discutidos por Marques (1997) em Notas Críticas à Literatura sobre Estado, Políticas Estatais e Atores Políticos, busca-se analisar como historicamente tem se constituído esta arena de poder, suas lutas, conflitos internos e, sobretudo, como este espaço têm legitimado interesses das classes hegemônicas frente ao Sistema de Ensino do Estado do Rio de Janeiro. Partindo da identificação e análise dos marcos legais, bem como dos atos administrativos e regulamentares produzidos que estruturam

tal transformação, pretende-se mapear como se deu a construção deste processo, os principais atores, a correlação de forças e os impactos diretos no contexto educacional fluminense. A pesquisa, de caráter qualitativo, será desenvolvida utilizando a metodologia de análise documental que, baseada no diálogo entre fontes primárias (leis, decretos, deliberações, pareceres, atas de reuniões de Câmaras, Comissões e Plenárias, processos administrativos e documentos internos produzidos pelo CEE-RJ) com a literatura que trata da temática, buscando circunscrever sua realidade concreta e as relações institucionais de poder em que se inserem.

Os empresários no setor público educacional brasileiro

Vanderlise Ines Prigol Reginato (UPF)

Este artigo tem como objetivo reconstruir a trajetória de escalada do setor empresarial na educação pública brasileira. Para isso utilizou-se a análise bibliográfica na contextualização do processo que culminou com a entrada dos empresários na educação. Partiu- se da ideia de que esse processo teve origem no avanço do neoliberalismo pelo país, a partir da década de 1980, não apenas como um modelo econômico, mas como um modo de vida, que trouxe consigo mudanças importantes no papel do Estado como provedor de demandas sociais, o que, no campo da educação abriria as portas para setores da sociedade civil, como os empresários agirem no cumprimento das lacunas deixadas pelo Estado. Para realizar este objetivo, coube ao Estado regulamentar o acesso dos empresários a educação, o que se concretizou através da criação de políticas públicas, que viriam a atender não só os interesses desse setor como também das organizações internacionais, cujo objetivo principal seria espalhar pelos países periféricos a lógica neoliberal. Dessa maneira, a escola pública tornou- se o mais novo espaço de atuação das empresas privadas e a educação a mais nova fonte de lucro dos empresários.

ST 18: História das Ciências, da Saúde e das Doenças

Coordenadores: **Daiane Silveira Rossi (Casa de Oswaldo Cruz), Ana Paula Korndörfer (Universidade do Vale do Rio dos Sinos)**

Sessão 1
27/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 18

Sessão 2
28/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 18

Ementa: O presente simpósio tem como objetivo principal promover diálogos com/entre pesquisas que privilegiem temas, objetos de estudo e metodologias de trabalho ligadas à História das Ciências, da Saúde e das Doenças em diferentes espaços e temporalidades. Esse campo de estudos apresenta um universo amplo de análises, abordando questões de diferentes tipos que impactam a vida social, cultural, econômica e política das sociedades: as relações entre ciência/saúde/doença, as políticas sociais e suas implicações econômicas e demográficas; a emergência de novas doenças e o ressurgimento de outras; a produção de saberes (científicos e leigos) sobre ciência/saúde/doença; trajetórias de instituições e personagens; práticas de assistência à saúde e à pobreza; ações de saúde pública, entre outras. O objetivo é perceber as formas pelas quais a história das ciências, da saúde e da doença têm sido abordadas pelos pesquisadores(as), as temáticas e metodologias exploradas. O simpósio pretende contemplar, dessa forma, a diversidade desse campo temático e permitir diálogos e aproximações com a historiografia das ciências e outros domínios.

Sessão 1
27/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 18

Os animais como marcadores biogeográficos nas Américas (1500-1750)

Rebeca Capozzi (Fiocruz)

Nesta comunicação pretendo expor o estágio atual da minha tese de doutorado, que tem como tema a história do conhecimento biogeográfico. Este, por sua vez, é entendido como um campo do conhecimento que, mesmo antes de ser organizado e institucionalizado enquanto disciplina, no século XIX, que estuda a origem e dispersão dos seres vivos pela Terra, constituía-se por outras formas de conhecer a natureza, compartilhadas por atores, tais como cronistas, cartógrafos, marinheiros e pilotos, missionários e tantos mais que já acumulavam ideias, que hoje reconhecemos como ecológicas e biogeográficas, sobre as paisagens naturais, animais e plantas com os quais tiveram contato (Drouin, 1993; Browne, 2001).
O objetivo principal dessa pesquisa é compreender os usos instrumentais e conceituais do conhecimento sobre a fauna aquática e terrestre na formação de teorias biogeográficas e concepções identitárias sobre as Américas entre 1500 e 1750. Desse modo, as Américas se configuram como o recorte espacial a ser analisado e as balizas temporais estabelecidas na tese tem relação com a atividade colonial e mercantil em tais terras, e com a importância das Américas na produção de conhecimentos sobre a geografia e a origem de seus habitantes, bem como suas modificações com o tempo, ao longo desse período recortado.

Aimé Bonpland (1773-1858) um sábio naturalista na Região Platina

Alessandra da Silva (UPF)

Aimé Bonpland (1773-1858), viveu várias facetas que vão desde cientista renomado em Paris a prisioneiro no Paraguai, de médico de formação a sábio naturalista no interior do Rio Grande do Sul. Em sua trajetória, esteve envolvido com os principais círculos intelectuais da época, deixando inegáveis contribuições a ciência, envolveu-se com as principais lideranças políticas o que lhe trouxe problemas e desavenças, trabalhou como comerciante e como médico levando saúde e conforto nas enfermidades através de sua atuação médica. Tal pesquisa tem como objetivo analisar possíveis atuação do médico e botânico Aimé Bonpland, buscando detalhes desse trabalho através de publicação bibliográficas, literatura de viagem, diários de campo, descrições botânicas, ilustrações, comparando com aspectos intelectuais, estéticos e culturais, associados ao pensamento científico da época. O pesquisador Miguel de Asúa (2010) relata a trajetória médica de Bonpland destacando sua faceta de médico em diálogo com os altos e baixos da vida política, mostrando como Bonpland foi recebido e considerado um homem de ciência, e como seu papel de botânico por ter sido decisivo para a posteridade. Durante sua estadia na Região Platina ele foi considerado mais que um botânico, era um "sábio naturalista", como era chamado nessa época. O autor destaca ainda que Bonpland manteve em São Borja um boticário com cerca de 500 artigos e incluía cerca de 280 drogas. Bonpland realizou práticas rotineiras de um médico do campo em meados do século XIX, além de vacinar, era chamado para administrar purgativos, abrir abscessos, nessas visitas ele costumava receitar purgas de maná e sabugueiro, cataplasmas de linhaça e também inocular contra a varíola. No arquivo de Bonpland, no Museu de Farmacobotânica Juan A. Domínguez na Faculdad de Farmacia y Bioquímica UBA na Ciudad Autonoma de Buenos Aires (Argentina) encontram cerca de 2050 documentos. Muitos extratos de revistas, livros médicos e anotações, indicando que o botânico estava acompanhando os avanços na profissão, ao mesmo tempo valorizava o conhecimento e o uso de plantas medicinais, sendo bastante marcante o seu contato com a cultura indígena.

A trajetória do luso-brasileiro Manuel Joaquim Henriques de Paiva: um médico autor, tradutor e leitor (Portugal e Brasil, séculos XVIII e XIX)

Manoela Paim de Oliveira (UNISINOS)

A presente comunicação contempla resultados ainda iniciais do projeto de mestrado que desenvolvo junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS, que prevê a análise da produção intelectual do filósofo, químico e médico Manuel Joaquim Henriques de Paiva (1752-1829), na qual se pode observar a influência das ideias iluministas vigentes em Portugal a partir da segunda metade do século XVIII. Para esta análise, deve-se levar em consideração, primeiramente, o período de formação de Manuel de Paiva na Universidade de Coimbra, marcado pela Reforma dos Estatutos, bem como sua vinculação a instituições científicas nacionais e internacionais e sua atuação como professor de Farmácia na Universidade de Coimbra e como deputado da Real Junta do Protomedicato. E, também, o período que se seguiu à sua instalação no Brasil, a partir de 1809, quando continuou atuando como médico clínico e intelectual em Salvador e professor junto à Escola de Medicina da Bahia. A análise de sua produção possibilitará avaliar não apenas a apropriação que Paiva fez das teorias médicas vigentes em Portugal no início do século XIX, mas também a influência que sua atuação como médico e clínico e, sobretudo, suas obras exerceram para a profissionalização da medicina brasileira. A proposta é, portanto, a de ampliar as abordagens dos estudos já realizados sobre a trajetória deste médico, na medida em que mais do que reconstituir e discutir a atuação de Manuel de Paiva enquanto médico e professor, nos interessa também compreendê-lo como autor, leitor e tradutor.

"Tratado de Educação Física para os Meninos para uso da Nação Portuguesa" (1790): instruções à serviço da conservação da saúde infantil em Portugal na 2ª metade do século XVIII

Eduarda Troian (Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos/RS)

Esta comunicação apresenta e discute a obra "Tratado de Educação Física para os Meninos para uso da Nação Portuguesa", escrita pelo médico luso-brasileiro Francisco de Mello Franco, em 1790, levando em consideração tanto a concepção de saúde infantil do autor, quanto as orientações dadas aos pais e às cuidadoras das crianças. Publicada no final do século XVIII, a obra foi fortemente influenciada pelos princípios iluministas difundidos na sociedade portuguesa na segunda metade do século XVIII, podendo-se, através de sua análise, avaliar o impacto que elas tiveram sobre as concepções de saúde e de educação infantil vigentes à época. Foi, também, uma das primeiras a ser assinada oficialmente por Mello

Franco, que chegou a ser denunciado por heresia pelas autoridades portuguesas do Tribunal do Santo Ofício. Ao longo de doze capítulos, o médico recomenda uma série de cuidados que deveriam ser adotados ainda no período gestacional e, posteriormente, durante a infância, aos quais se somam orientações voltadas ao comportamento e à educação adequados para a conservação da saúde dos meninos portugueses.

O Rio recebe a Morte: o cenário da cidade e o desenvolvimento das epidemias de febre amarela e cólera na década de 1850, na Corte

Marcus Vinicius Rubim Gomes (Fiocruz)

Nesta comunicação pretendo apresentar a situação da cidade do Rio de Janeiro na metade do século XIX, quando foram deflagradas as epidemias de febre amarela e cólera, em 1849 e 1855, respectivamente. Investigar os processos históricos e as práticas culturais pertinentes ao período, permite abrirmos um leque de possibilidades de estudos sobre os impactos das epidemias naquela sociedade imperial. Para tal, neste momento, utilizarei como fonte os relatórios produzidos por José Pereira Rego e Francisco de Paula Cândido, apresentando suas impressões e informações sobre o desenvolvimento destas doenças no território brasileiro, em especial no Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo que esse entendimento nos possibilita discorrer sobre as dinâmicas impostas pela presença desses flagelos no meio urbano da cidade do Rio de Janeiro. Neste sentido, devemos nos preocupar com o desenvolvimento desta cidade, principalmente os impactos sofridos após a chegada da corte portuguesa e, posteriormente, a elevação à capital do império brasileiro. As mudanças ocorridas no início do século XIX se fizeram presentes em diversos setores, como na estrutura física da cidade e na inserção de novas ideologias, acompanhadas de novas instituições que serão fundamentais para compreendermos este contexto. Veremos também que na Corte existiram outras epidemias, principalmente de febres, que grassavam em suas quadras. Ou seja, uma cidade, cujas enfermidades faziam parte da vida da população, foi acometida por uma epidemia, ainda não registrada, com números assustadores. A epidemia de febre amarela representou um novo padrão de temor quanto as epidemias devido a sua proporção, até então não vivenciada na Corte. Se até 1849 não havia ocorrido uma epidemia de tal magnitude, em 1855, quando finalmente a temida epidemia de cólera atinge a cidade, é possível notar o impacto da experiência. Após essas ditas "lanças da Morte" atingirem a região fluminense é possível perceber que desenvolvimento das epidemias aconteceu de formas distintas, não só por se tratar de doenças diferentes, mas também pelas formas como foram deflagradas. Além disso, é notável através das fontes, os debates sobre a presença, ou não, destas moléstias no território brasileiro anteriormente a essas datas e principalmente quanto à

percepção sobre a proporção tomada por cada uma delas, possibilitando questionarmos os seus impactos nas práticas culturais desta população e nos seus comportamentos diante o medo da morte.

A Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande (1835-1909): Trajetória e possibilidades de pesquisa

Josué Eicholz (UFPel)

Esta pesquisa propõe-se a apresentar e investigar a importância da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande – RS, entre os anos de 1835 a 1909, como modelo representacional da obra quinhentista e como projeto expansionista português instituído durante o reinado de D. Manuel, no que se refere a aspectos significativos no contínuo processo de recriação e de adaptação do compromisso de Lisboa. Pretende-se analisar o papel desempenhado pelos cargos diretivos e benfeitores da Misericórdia e suas relações com a economia e com a política local. O recorte temporal da pesquisa tem início no ano de 1835, quando é criada a Irmandade do Espírito Santo e Caridade, denominação anterior a Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande — importante instituição assistencial e hospitalar da cidade, em funcionamento até os dias atuais —, perpassa pelas décadas seguintes, coincidindo com o momento de grande pujança econômica e política vivida por Rio Grande em meados da segunda metade do século XIX, que tinha nas atividades comerciais de importação e exportação e na incipiente industrialização suas principais atividades econômicas, e termina no ano de 1909, quando a instituição passa por uma reformulação administrativa e deixa de ser denominada de Misericórdia. Uma das possibilidades de pesquisa consiste no estudo do salão de honra da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, local que abriga os retratos dos grandes benfeitores da instituição. Pretende-se analisar a importância desse local para a sociedade benfeitora e para os irmãos da Misericórdia. Esse espaço não estava acessível a todos os sujeitos, para ter um retrato alocado em suas paredes era necessário ser considerado benfeitor e ter a aprovação da mesa diretiva, deste modo, faremos uma seleção de quadros que serão apresentados e analisados no trabalho. O grupo dos indivíduos que terão seus quadros e seus perfis apresentados e comentados será composto por alguns benfeitores, definidos aqui como integrantes da elite benfeitora da Misericórdia de Rio Grande.

Acolher e curar: assistência aos italianos na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1875-1900)

Carolina Wendling Rodrigues (Universidade do Vale do Rio dos Sinos)

A presente comunicação tem como objetivo apresentar um dos capítulos da minha dissertação de mestrado intitulada: "Imigrantes e suas doenças: os italianos na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1875-1900)". A pesquisa tem como objetivo principal identificar quais os usos que os imigrantes italianos faziam da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, e como se dava esse acesso à instituição entre os anos de 1875 a 1890. Para essa comunicação, pretende-se apresentar os resultados parciais da pesquisa feita nos Livros de Matrícula Geral dos Enfermos da Santa Casa de Porto Alegre. A metodologia utilizada consistiu em analisar de forma quantitativa e qualitativa as doenças que os italianos tinham ao adentrar a Santa Casa, bem como o perfil desse imigrante: estado civil, profissão e classe social declarada. A partir da classificação das doenças, é possível identificar quais as doenças que eram adquiridas durante a travessia, quais eram contagiosas, e qual era a preocupação das autoridades governamentais frente à essas doenças que poderiam desfalcar as colônias criadas no interior do estado. Os dados analisados permitiram a identificação do papel assistencialista da Santa Casa no cuidado dos imigrantes italianos recém chegados na capital da Província do Rio Grande do Sul.

Saartjie Baartman Entre Animais e Bestas: o corpo-coisa de mulheres negras na História da Ciência (1810-1870)

Marjorie Nogueira Chaves (Universidade de Brasília)

É a partir do século XIX que o racismo ganha contornos científicos. A hierarquização de grupos humanos em relação aos europeus necessita de justificativa racional pela ciência moderna com a emergência de um conceito de raça. Para ilustrar parte desse processo, recorremos à história da sul-africana do povo khoikhoi, Saartjie Baartman, que teve sua existência e seu corpo marcados pela violência. Em 1810, Baartman foi levada para Londres para ser exibida em espetáculos circenses e recebe o nome de Vênus Hotentote, alcunha pela qual ficaria conhecida no mundo todo. Nas exibições em freak shows, em que seres humanos eram expostos como animais e bestas – a antítese do europeu civilizado – seu corpo era visto e manipulado por homens e mulheres. Obrigada a realizar performances como um animal selvagem e utilizando vestimentas que destacavam os contornos do seu corpo, suas apresentações ganharam caráter sexualizado. Entre a erotização e a coisificação, Baartman é descrita em estudos de Zoologia por cientistas prestigiados da época como o naturalista Auguste de

Saint-Hilaire e o zoologista Georges Cuvier. Em 1814, é levada para Paris e exibida para públicos maiores, assim como examinada em sessões científicas de anatomia, mesmo se recusando a participar de alguns dos experimentos. Saartjie falece um ano depois de chegar na França e, após ter seu corpo dissecado, seu cérebro e genitália são preservados e seu esqueleto exposto no Musée de l'Homme até 1974. Seu corpo, assim como os de outras africanas são manipulados, estudados, classificados e comparados aos de grandes primatas entre os anos de 1814 e 1870, constituindo discursos racistas e sexistas que, mesmo refutados pela ciência recente, permeia o imaginário social de nossa sociedade. O objetivo do estudo é apresentar uma análise da Vênus Hotentote como fundamento para o conceito moderno de raça e a construção do corpo-coisa de mulheres negras pela ciência. Como recurso metodológico, investigamos uma de suas principais biografias, produções publicadas em revistas científicas brasileiras, com destaque para os trabalhos de Citeli (2001) e Hamlin e Ferreira (2010) e realizamos a análise fílmica em perspectiva histórica do longa-metragem Vénus Noire (2011) com direção de Abdellatif Kechiche. Como considerações, compreendemos que a coisificação do corpo de Saartjie Baartman e seus usos pela ciência moderna corroboraram teses racistas sobre africanas/os e suas/seus descendentes nas Américas, constituindo imagens de controle (COLLINS, 2019) de mulheres negras e a forma como são vistas e tratadas na sociedade contemporânea.

Os Centros de Saúde no Rio Grande do Sul: da implantação à consolidação (1929-1943)

Ana Paula Korndorfer (Universidade do Vale do Rio dos Sinos), Cristiano Enrique de Brum (UFRN)

O objetivo desta comunicação é discutir a introdução e a consolidação do modelo de saúde pública conhecido como health center no Rio Grande do Sul. O modelo norte-americano de centros de saúde foi introduzido no estado no final da década de 1920 e consolidado nos anos 1930. Neste sentido, serão discutidas a gênese dos health centers nos Estados Unidos e duas reformas sanitárias, ocorridas em 1929 e 1938, propostas, respectivamente, por Fernando de Freitas e Castro e José Bonifácio Paranhos da Costa. Para o desenvolvimento da investigação, nos valemos, além de bibliografia pertinente, de fontes diversas, como legislação, relatórios estaduais de saúde e documentação produzida pela Fundação Rockefeller, instituição filantrópica norte-americana.

Consenso ou coerção: práticas de esterilização feminina no Brasil na segunda metade do século XX

Pietra Stefania Diwan (adjunct)

Esta apresentação tem por objetivo apresentar as problematizações de pesquisa de pós-doutoramento sobre a história do planejamento familiar no Brasil e suas supostas alianças com premissas eugênicas. Esta pesquisa abarca o período desde as origens deste debate no final do século XIX perpassando pelas primeiras décadas século XX. Através do estudo dos avanços destes debates em outros países, serão analisadas as conexões do debate sobre planejamento familiar e a prática de controle populacional instituições internacionais, após o final da Segunda Guerra até desdobrarem-se em politicas públicas implementadas e transformadas que estão presentes até os dias atuais. Tendo como ponto de partida a criação do Instituto de Higiene em São Paulo, em 1918, sob o financiamento da fundação Rockefeller, será delineado o processo de criação "departamentos ou postos de eugenia" durante as décadas de 1950 e 1960, destinadas a consulta de famílias para a realização de exames pré-nupciais, estes inspirados pelos princípios eugênicos defendidos em década anteriores, mais tarde transformados em "postos de saúde" de atendimento a mulher a à criança. Esta pesquisa tem como objetivo geral resgatar a história das práticas de controle de natalidade e planejamento familiar no Brasil, principalmente do investimento à esterilização feminina voluntária e, dessa forma compreender como se estabeleceu a ampla aceitação desta proposta pela sociedade brasileira resultando em cerca de seis milhões de mulheres esterilizadas, ou cerca de 16% da população em idade reprodutiva, de acordo com o relatório "Anticoncepção 1986, vol.1/IBGE". Nesse sentido, um dos nossos objetivos específicos é identificar se há a presença de um viés eugênico nesse processo, influenciado pelos discursos presentes em instituições como o FUNUAP (Fundo de População das Nações Unidas) e o IPPF (International Planned Parenthood Federation) , entre outras. Observa-se, portanto, como instituições brasileiras de promoção ao controle de natalidade BEMFAM, CPAIMC, ABEPF e CESESX foram influenciadas por interesses internacionais e incorporaram seus princípios e práticas, entre os anos de 1960 e 1986. Além de contribuir com o aprofundamento para os estudos sobre a história da eugenia no Brasil e de seu caráter interdisciplinar em especial, esta pesquisa atende uma demanda por mais pesquisas que trabalhem interlocuções da eugenia com outras áreas da pesquisa histórica e que possam demonstrar sob quais princípios políticas públicas, no nosso caso relacionadas à saúde da mulher, foram definidas no Brasil, quais são suas influências e sua historicidade.

Sessão 2
28/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 18

Circulação, apropriação e produção de saberes farmacológicos e médico-cirúrgicos na América platina do Setecentos

Eliane Cristina Deckmann Fleck (Universidade do Vale do Rio dos Sinos)

Em uma rápida busca em catálogos de arquivos europeus e latino-americanos, localizamos inúmeros manuscritos de etnobotânica e medicina, que comprovam tanto a circulação, quanto a produção e ressignificação de informações e saberes sobre o mundo natural ao longo dos séculos XVI ao XVIII. Muitos deles não foram, no entanto, ainda publicados ou mais detidamente analisados por pesquisadores que se debruçam sobre a história da América colonial, empenhados em desvendar as trocas interétnicas e culturais entre os nativos e os colonizadores e religiosos encarregados de sua evangelização. Nesta comunicação, nos detemos em dois desses manuscritos ainda inéditos, o Libro de Cirugía (1725) – atribuído ao irmão jesuíta Pedro Montenegro –, e o Paraguay Natural Ilustrado (1771-1776), escrito pelo padre jesuíta José Sánchez Labrador, discutindo as evidências de circulação e apropriação de saberes e procedimentos terapêuticos acionados no tratamento de determinadas enfermidades na América platina do Setecentos. Procuramos, também, demonstrar que estas obras resultaram tanto de observações e experiências feitas pelos autores dos manuscritos analisados ou de informações que obtiveram junto a informantes indígenas, quanto da consulta a obras escritas por outros jesuítas ou cientistas leigos, com os quais estabeleceram um produtivo diálogo, refutando ou confirmando as orientações e os pressupostos por eles defendidos.

Os primeiros anos do Hospital Militar de Área de Porto Alegre em fins do século XIX

Thaís Bender Cardoso (UNISINOS)

Junto à Santa Casa de Porto Alegre desde sua criação, o Hospital Militar de Área de Porto Alegre, primeiramente chamado Hospital Militar, teve uma longa trajetória ligado a Instituição entre os anos 1890 e 1906 até sua independência na casa da colina onde até hoje está. Propõe-se aqui refletir sobre esse período de fins do século XIX, onde esse serviço que garante as condições sanitárias dos integrantes das forças armadas, polícias militares e bombeiros militares, tanto em tempo de paz como em combate, através de uma Instituição médica específica, o Hospital Militar de área de Porto Alegre e tendo seus atendimentos iniciados pela enfermaria do 30º Batalhão de Infantaria, localizada na praça Dom Feliciano, junto à Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre em 1890. Este projeto se filia aos estudos realizados no campo da História da Saúde, da Medicina e das Ciências, estabelecendo, também, um importante diálogo com a Cultura e Poder,

bem como História Cultural e História Militar, em especial, com os recentes estudos sobre novas perspectivas e abordagens em relação a História Militar. As questões em torno da Nova História Militar, busca não só uma contextualização dessa historiografia militar, mas, também, novas compreensões sobre esta contextualização, um diálogo entre a visão civil e militar, como já apontado por Castro (2017). Em um primeiro momento para situar o cenário da saúde pública do Brasil no século XIX, período em que a sociedade brasileira era quase inteiramente organizada em estruturas ruralistas, a maior parte da população vivia em zonas urbanas e este território era pouco organizado, pois ainda estava em seus primórdios, nos traz um contexto histórico de inúmeras batalhas e disputas pelo poder até a Proclamação da República em 1889. Durante o período do Brasil colônia, os enfermos só dispunham do atendimento das Santas Casas de Misericórdia, que prestavam acolhimento, nesse período a taxa de mortalidade era alta e agressiva. Seguindo o modelo do centro do país, as demais capitais também investiram em melhorar os atendimentos médicos, começando pela estrutura. As Santas Casas de Misericórdia começam a desafogar-se da superlotação à medida que hospitais vão surgindo e posteriormente estes também acabam com quadros de superlotação. Nesse sentido, se faz necessário refletir sobre o porquê da criação de um espaço específico para o atendimento aos militares nesse momento de eclosão social da saúde.

A pandemia de 1918 nas páginas dos jornais brasileiros: a orientação do povo e a propagação dos conhecimentos científicos

André Condes Ferreira (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

No mês de agosto do segundo semestre de 1918, o mundo se deparou com o surgimento, e a consequente proliferação avassaladora, de uma doença que surgiu nas trincheiras dos combates finais da I Guerra Mundial. Popularmente conhecida como “gripe espanhola”, a moléstia recebeu vários outros nomes, os quais foram publicados nos jornais e periódicos impressos do país que noticiavam a chegada, pelos portos, de um mal até então desconhecido. Extremamente fatal, o avanço do contágio pela nova moléstia passou a ser noticiado cada vez mais e ocupou as páginas e manchetes dos jornais brasileiros. Partindo-se do conceito de vulgarização científica proposto por Vergara (2003), esta comunicação se propõe analisar como a imprensa da época cumpriu um papel de estabelecer a transmissão de conhecimentos científicos perante uma sociedade que se encontrava desestruturada e que necessitava da divulgação de informações científicas para o estabelecimento de medidas profiláticas para conter a doença. Frente ao fato histórico de uma crise sanitária grave que abalou a forma de organizar as cidades do país, esta comunicação objetiva discutir e analisar como os jornais, de acordo com as regiões brasileiras, noticiavam a

"espanhola" e qual papel exerceram na formação do povo para se proteger de um malefício assustador. No momento em que a saúde pública não comportou a demanda de pacientes e mortos e os conhecimentos científicos disponíveis foram testados, os resultados preliminares de nossa pesquisa mostram como os jornais da época cumpriram um papel de divulgação e formação do povo perante o malefício que grassava. Para tanto, foi organizado um banco de dados composto por 56 jornais de todo território nacional. Dele foram registradas 652 matérias jornalísticas as quais foram devidamente analisadas e categorizadas de acordo com as palavras-chaves que foram criadas para sintetizar o conteúdo de cada uma dessas notícias. Os estudos sobre a imprensa são amparados por Darton (1990) e a compreensão sobre a história da saúde pública por Rosen (1994).

A influência da psicanálise na mudança de entendimento sobre a infância e a juventude na psiquiatria sul-rio-grandense (1932-1937)

Lisiane Ribas Cruz (Universidade do Vale do Rio dos Sinos)

Este estudo tem por finalidade apresentar as influências da psicanálise na mudança de entendimento sobre a infância e a juventude na psiquiatria sul-rio-grandense ao longo da década de 1930. O recorte temporal da presente pesquisa, 1932 a 1937, fez parte da primeira fase do desenvolvimento da psicanálise no Brasil, sendo marcada pelo interesse de profissionais da área da saúde e educação, médicos em sua maioria, em aprender sobre a psicanálise. Essa primeira fase foi integralmente teórica, pois não havia profissionais brasileiros com autorização das organizações internacionais para pôr em prática a psicanálise em pacientes (ABRÃO, 2001). Nesse período, um dos temas mais debatidos entre psiquiatras brasileiras foi a educação da criança no âmbito familiar e escolar. Assim, apoiados na teoria psicanalítica, esses autores buscavam intervenções profiláticas para evitar que desequilíbrios emocionais prejudicasse a formação da personalidade: "esta forma de utilização da psicanálise no cuidado da criança, circunscrevendo sua intervenção em um período anterior ao surgimento de uma possível patologia, encontra-se em perfeita consonância com o pensamento vigente na psiquiatria brasileira neste período" (ABRÃO, 2001, p. 123), ou seja, esses teóricos da área da saúde e educação incorporaram a psicanálise aos valores vigentes na psiquiatria da época, principalmente no entendimento e na previsão de doenças mentais em crianças. Segundo Vera Lúcia Rodegheri (2011) entre 1939 e início de 1940, houve uma profusão de publicações sobre a psicanálise da criança, que pode ter ocorrido devido ao aumento de médicos e analistas brasileiros que tiveram formação com Melanie Klein na Inglaterra. Contudo, percebemos as mudanças nos prontuários médicos de hospitais psiquiátricos que se tornaram mais descritivos na década de 1930,

incluído observações e descrições sobre as falas, gestos, olhares e demais comportamentos dos pacientes, muito diferente dos prontuários médicos datadas do final do século XIX até meados da década de 1920, que eram muito menos descritivos.

A saúde musealizada: acervos e exposições na construção das histórias e memórias da saúde no Rio Grande do Sul – um estudo de caso

Everton Reis Quevedo (Casa da Memória Unimed Federação/RS)

A comunicação visa apresentar um recorte da pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A pesquisa tem como objetivo discutir como as exposições de longa duração de duas instituições culturais de Porto Alegre, cujo foco é a história, memória e patrimônio cultural da saúde, apresentam suas narrativas sobre o tema. Neste trabalho serão enfatizadas as discussões teórico-metodológicas no âmbito da história dos objetos selecionados para compor determinados discursos nas exposições. Cabe salientar que as exposições serão analisadas a partir de conceitos como expografia e expologia, além da futura realização de entrevistas com profissionais responsáveis pelas curadorias. Em fase de desenvolvimento, não apresentamos resultados finais, mas possibilidades que abordam diferentes estratégias comunicacionais como, por exemplo, a concepção de exposições laudatórias que apresentam uma abordagem linear da história da saúde até conteúdos que buscam uma inserção mais social e plural com relação aos patrimônios da saúde.

A experiência das exposições virtuais no Museu de História da Medicina do RS

Angela Beatriz Pomatti (Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul)

Esse trabalho busca apresentar as experiências de concepção e construção das exposições virtuais do Museu de História da Medicina do RS, durante o período da pandemia de Covid 19, bem como o alcance dessas atividades no que concerne ao público espontâneo e ao escolar. No contexto da pandemia, houve a necessidade de reorganização de todas as atividades do Museu, que se viu com as portas fechadas repentinamente. Assim, buscando possibilitar o acesso aos acervos, iniciou-se o processo de construção de exposições virtuais e das atividades lúdico-pedagógicas em formato online. Esta organização rápida foi possível graças ao trabalho de catalogação completa dos acervos, da

possibilidade de acesso remoto dos acervos digitalizados ou fotografados e das pesquisas históricas e museológicas realizadas pela equipe desde a criação do Museu. Ao longo desse período que compreende os anos de 2020 a 2022, foram pensadas sete exposições virtuais sobre temáticas relevantes para a história da saúde pública e da medicina do RS, como tuberculose, hanseníase, gripe espanhola, entre outros. Criadas através de plataformas de construção gratuitas, as exposições possibilitaram o acesso aos acervos do MUHM e as informações sobre eles. As atividades educativas virtuais alcançaram um grande número de escolas públicas e privadas, servindo como uma ferramenta de auxílio pedagógico aos professores. Outro fator a ser apontado e trabalhado será a abrangência das exposições, visto que as mesmas alcançaram um grande número de visualizações, possibilitando ao Museu uma projeção para outros estados e países. Desta forma, apresentaremos neste artigo as exposições criadas suas concepções expográficas, as dificuldades e desafios apresentados em sua organização, bem como os resultados alcançados através desta diferente e nova modalidade de exposição.

Mito ou Verdade sobre Tuberculose: o jogo como recurso de aprendizado no espaço do Museu de História da Medicina do RS

Gláucia Giovana Lixinski de Lima Külzer (Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul)

Em 2020, o Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul (MUHM), inaugurou a exposição "Assistir, Educar e Vigiar: a tuberculose em Porto Alegre". Um tema muito relevante para ser dialogado junto à comunidade, por se tratar de uma doença que ainda faz muitas vítimas no Brasil e no mundo. Através dos objetos que compõem a mostra e do conteúdo pesquisado é possível perceber que ao longo da história humana essa moléstia já recebeu vários nomes, entre eles, tísica, mal do século, peste branca e doença do peito. Podemos inferir ainda que muitas pessoas foram estigmatizadas por contrair essa doença e, que até meados do século XX, a Tuberculose, poderia ser uma sentença de morte. Compreender esse processo histórico e científico que possibilitou a descoberta da vacina BCG, a introdução de métodos diagnósticos e a cura desta doença é um dos objetivos centrais da exposição. Uma das funções do museu é educar para a prevenção da saúde e, um dos desafios do trabalho no MUHM é transformar conteúdos densos e por vezes pesados, ligados à história da saúde e suas práticas, num formato acessível e instigante. Para que ocorra o aprendizado em um momento lúdico no espaço do museu, não é preciso apenas criatividade, mas também conceber instrumentos que atendam as necessidades pedagógicas dos estudantes e que atraiam o seu interesse. Para isso os Jogos são recursos perfeitos. A proposta deste trabalho é apresentar a atividade pedagógica "Mito

ou Verdade sobre Tuberculose" que foi construída a partir do conteúdo da exposição e, assim, engajar estudantes e professores a refletir sobre o tema aprendendo mais sobre essa doença. Cada carta, do jogo, traz informações confiáveis para ampliar o conhecimento sobre a Tuberculose de forma leve e acessível, fazendo com que o jogador busque as informações que foram obtidas durante a mediação da exposição. Para tanto, esses processos pedagógicos (mediação x atividade pedagógica) se complementam a fim de fornecer uma nova experiência para o aluno e para o professor.

A presença de mulheres no primeiro survey da comunidade científica brasileira (CAPES, 1957)

Daiane Silveira Rossi (Casa de Oswaldo Cruz)

Objetiva-se nesse trabalho analisar a presenaça de mulheres no primeiro mapeamento da comunidade científica no Brasil, realizado pela Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) na década de 1950, especificamente analisando os resultados do inquérito publicado por ela em 1957, fonte que traz elementos importantíssimos e inéditos para analisar a formação da comunidade científica brasileira e, em especial, a presença das mulheres em instituições científicas. Trata-se de um survey, cuja coleta de dados se deu entre 1954 e 1955. O objetivo do inquérito era organizar um cadastro das instituições que efetuavam pesquisa científica, básica e aplicada no Brasil. Nesse sentido, a comunicação será dividida principalmente em duas partes: a primeira priorizando a criação da CAPES, seus primeiros anos de funcionamento, objetivos e ações implantadas e a repercussão que suas atividades alcançaram nos jornais; a segunda parte consiste em analisar especificamente o inquérito "Instituições de Pesquisa: básica e aplicada", publicado em 1957, considerando como foi elaborado e identificando suas principais instituições, localizando onde estava a maior concentração de pesquisadores e analisando suas áreas de pesquisa e especialização. Partindo da divisão entre homens e mulheres expressas no inquérito, investigaremos a presença de mulheres nas instituições de pesquisas brasileiras, em especial, no Distrito Federal. Como fontes de pesquisa, além do Inquérito de 1957, também serão explorados outros documentos produzidos pela CAPES no mesmo período, como os boletins informativos mensais, produzidos a partir de dezembro de 1952, os quais possuem dados a respeito das principais realizações da instituição, concessão de bolsas, projetos apoiados, cursos de graduação e especialização, descrição de atividades realizadas nas universidades e institutos, entre outros. Também outras publicações, como "Estabelecimentos do Ensino Superior" (1960), que traz a lista nominal de todos os professores e suas respectivas cadeiras e instituição de atuação e, por fim, o livro "A formação de pessoal de nível superior e o

desenvolvimento econômico" (1960) que se refere a um levantamento sistemático realizado em vários estados brasileiros sobre os problemas e necessidades na formação profissional no Brasil e das instituições de ensino e pesquisa.

Diálogos entre ciência e política: eugenia e autoritarismo no Brasil na primeira metade do séc. XX

Geandra Denardi Munareto (Pontifícia Universidade Católica)

Esse trabalho tem como objetivo investigar a interconexão entre o projeto autoritário concebido por Azevedo Amaral e Oliveira Vianna e o ideário eugênico no Brasil. A ideia é demonstrar como esses projetos estiveram entrelaçados na obra de ambos os autores, de forma que não podem ser dissociados. Além disso, buscamos explorar quais ideários políticos a eugenia se associou no Brasil, de forma a expandir o escopo das análises, que se concentram, em sua maioria, dentro da história da ciência.

ST 19: História do Esporte e do Lazer

Coordenadores: **Gerson Wasen Fraga (Universidade Federal da Fronteira Sul), João Malaia Santos (Universidade Federal de Santa Maria)**

Sessão 1
28/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 19

Sessão 2
29/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 19

Ementa: No Rio Grande do Sul, o Encontro Estadual da ANPUH-RS de 2018 contou pela primeira vez com um simpósio temático dedicado ao tema. Dando sequência à formação de espaços de discussão sobre a história do esporte no âmbito da ANPUH-RS, o objetivo do simpósio é reunir trabalhos focados na historicidade das práticas esportivas em suas múltiplas manifestações, permitindo o intercâmbio entre pesquisadores. Compartilhando das percepções de Norbert Elias e Eric Dunning acerca da importância de tais práticas no desenvolvimento de um modelo civilizatório, entendemos a história do desenvolvimento dos esportes como um lócus privilegiado para refletirmos diversos outros fenômenos ao longo do tempo através de suas articulações com diversos contextos políticos, econômicos, culturais ou sociais. Ao mesmo tempo, vislumbramos as práticas

esportivas como importantes referenciais simbólicos para temas hoje candentes, tais como a definição de identidades, as manifestações de preconceito (e resistências), a colonização do cotidiano pelo mercado ou a construção midiática de narrativas. Desta forma, destacamos a relevância de um simpósio que agregue pessoas que tenham as práticas esportivas e lúdicas como um elemento central de análise na pesquisa histórica.

Sessão 1
28/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 19

Não é o futebol, são os tanques: Militarização da seleção brasileira de futebol nas Copas do Mundo (1974-1982)

Miguel Enrique Almeida Stédile (Instituto de Educação Josué de Castro)

A aplicação pela Ditadura civil-militar dos princípios e diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional na gestão, organização e prática do futebol nas Copas do Mundo disputadas entre 1974 e 1982 são objeto deste trabalho.Através da análise da cobertura dos diários Folha de São Paulo e Jornal do Brasil e dos semanários Veja e Placar, procura-se demonstrar como a aplicação desses princípios resultou em uma militarização deste esporte em sua gestão institucional, financeira; na composição das comissões técnicas e na negação do status de cidadania ao jogador de futebol. A operacionalização desses princípios tanto poderia ser executada pela sociedade política, o Estado, quanto pela sociedade civil, através dos aparelhos privados de Hegemonia, como a Confederação Brasileira de Desportos (CBD). Movidos por um elã autoritário, quanto piores os resultados nas competições, maiores eram os espaços ocupados pelos militares dentro dessa estratégia, alcançando seu ápice na Copa do Mundo de 1978, quando todos os espaços institucionais de gestão são ocupados por militares, incluindo a presidência do Almirante Heleno Nunes na CBD, assim como todos os aspectos da seleção brasileira comanda pelo Capitão Cláudio Coutinho. A identidade nacional encontra-se igualmente em disputa, tanto como mecanismo de dominação, cuja instrumentalização é desejada pela Ditadura civil-militar, quanto como espaço de resistência, diante da incapacidade da Ditadura em realizar sua autorreforma e perpetuação institucionalizada no poder. Sem condições materiais para exercer o poder pela força, a Seleção Brasileira e a identidade nacional são ressignificadas como sinônimo de democracia, um valor que não poderia ser apreendido pela Ditadura. Jogadores e torcedores são agentes dessa transformação que resulta em Abertura Política e desmilitarização do futebol, antes do final da própria Ditadura civil-militar, durante a Copa do Mundo de 1982, quando a "desmilitarização" da Seleção expressa-se não apenas pela direção civil das instituições e do selecionado, como pela participação dos jogadores nas decisões do selecionado, acompanhada pela recuperação do

futebol-arte, considerada pelos torcedores como a forma brasileira de jogar futebol.

Alianças e rivalidades nas torcidas organizadas cariocas como prática e representação (1980 – 2000)

Juliana Nascimento da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Com o objetivo de identificar nos momentos de sociabilidade a construção de representações e práticas das principais torcidas organizadas do Rio de Janeiro entre os anos 1980 e 2000, a direção da pesquisa propõe a reconstrução da constante formação de alianças e rivalidades entre tais torcidas, inclusive vinculadas a um mesmo clube, como elemento fundamental para a existência de cada uma. Isto é, embora se constituam baseadas em elementos diacríticos e na afirmação constante da oposição, as torcidas organizadas se configuram a partir da presença e permanência ativa das agremiações rivais. Nesse sentido, fenômenos como as caravanas para destinos considerados distantes, bem como os conflitos, que ganham a entonação da premeditação, são preponderantes para a análise dos símbolos e representações construídos por cada torcida organizada, fundamentação teórica da pesquisa proposta.

O futebol de domingo: a prática do esporte em União do Oeste e Irati – Santa Catarina, entre as décadas de 1960 a 198

Claudia Valmorbida Risso (PROFESSORA NA REDE ESTADUAL DE ENSINO - SED/SC)

A colonização iniciada no Oeste de Santa Catarina no século XX contribuiu para a organização da sociedade e, posteriormente, para sua permanência em determinadas regiões. Cada grupo social que ali se alocou passou a formar comunidades que abrigavam redes de relações, as quais iam desde a divisão de tarefas cotidianas até organizações mais complexas que envolviam vários atores. Dessas atribuições cotidianas, surgiram também as práticas de atividades de lazer, em especial o futebol - que se tornou facilitador frente às dificuldades e desafios cotidianos encontrados. O objetivo deste artigo é analisar as práticas do futebol nos atuais municípios de União do Oeste e Irati – no oeste de Santa Catarina, entre as décadas de 1960 a 1980. Para atingir esse objetivo, foram analisadas, através do viés da História social, as seguintes fontes: entrevistas, iconografia, periódicos regionais, entre outros. Pode-se perceber que nessas comunidades formadas por migrantes e imigrantes de origem europeia, o futebol

era considerado a prática de lazer coletiva e narrada pelos moradores como atividade que vinha para contribuir nas organizações e na manutenção das práticas cotidianas dos grupos que habitam o Oeste de Santa Catarina.

Fórmula Super-Vê: a construção da imagem da Volkswagen através do automobilismo (1967-1981)

Eduardo Santos Costa (UFSM)

Com o crescimento da indústria automotiva no Brasil durante a ditadura civil-militar, observa-se o crescimento do automobilismo como categoria esportiva. Através da criação de categorias monomarcas oficiais das montadoras, essas competições, como a Fórmula Super-Vê, lançaram alguns dos pilotos que fizeram carreira no automobilismo internacional, entre eles, o bi-campeão de Fórmula 1 Emerson Fittipaldi. Tendo essa compreensão, o objetivo dessa pesquisa se dá no estudo de como a Fórmula Super-Vê, competição que contava com apoio direto da Volkswagen, se relacionava com os ideais políticos e econômicos da montadora alemã no país durante o período da ditadura civil-militar. Através da sabida contribuição da Volkswagen, com o aparato ideológico e repressivo do regime autoritário instaurado no Brasil em 1964, será analisado como a imprensa retratou essa competição e suas provas, além de estudar de que forma elas contribuíram na publicização da montadora e como elas construíram o discurso político da ditadura. As ideias apresentadas pelo presente trabalho fazem parte de conclusões iniciais de um projeto de mestrado em andamento, que busca analisar o automobilismo no recorte entre 1964 e 1985. Dessa forma, o estudo da Fórmula Super-Vê, dimensiona a importância de como o setor empresarial envolvido diretamente na repressão da ditadura focou em outros meios, entre eles o automobilismo, para atingir seus objetivos ideológicos e mercadológicos. Enquanto construíam suas imagens nesse esporte, nos porões das fábricas da montadora alemã no Brasil, haviam pessoas sendo torturadas. Portanto, outro aspecto a ser explicado é a conciliação do apelo popular que a marca obteve no Brasil, representada em altas vendas no período, com o seu aparato repressivo.

A Copa de 2014 como acontecimento histórico através da Imprensa

Pedro Aurélio dos Santos Luiz (Universidade Estadual de Maringá)

A Copa do Mundo de 2014 apresentou aos entusiastas do futebol o quão inesperado pode ser o esporte e mostrou aos brasileiros o quão decisivo pode ser o resultado de uma “simples” partida. Apresenta-se no artigo aspectos iniciais

da pesquisa referente a análise da Copa de 2014 sob o olhar da história, da imprensa e da política. Adianto que o acontecimento histórico citado evidenciou o uso político do futebol no Brasil e marcou uma transformação no imaginário popular acerca da sequente eleição presidencial e os desarranjos políticos dos anos posteriores. Para tanto, utilizou-se como fontes as capas publicadas no jornal Folha de São Paulo no período de 2013 e 2014 e a bibliografia especializada já produzida (FRANCO JR, 2017). Projeta-se, dessa forma, problematizar o uso da imprensa como fonte de pesquisa em História (ZICMAN, 1981) e explicitar o uso da História do Tempo Presente como referencial teórico (NORA, 1989). Através da História por meio da imprensa podemos ter uma compreensão de noções históricas pertinentes no contexto estudado e promover a reflexão sobre o acontecimento. Por ser um evento muito recente (2014), viu-se a necessidade de esclarecer as premissas da pesquisa em uma área que ainda causa borbulhas críticas na academia, que é a História do Tempo Presente, que busca legitimar a capacidade do historiador na investigação de processos históricos ainda em curso. Conferindo as publicações do período através do método que a História através da Imprensa nos fornece e checando a bibliografia já produzida, crê-se que obter-se-ão resultados que demonstrem a significância da Copa de 14 na sociedade brasileira e o marco que fora construído.

Sessão 2
29/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 19

O Apogeu do Turfe em Pernambuco: uma análise dos clubes de prática equestre em Recife (1888)

Thiago Lindemaier da Rosa (UFSM)

No final da década de 1880 o turfe, em Pernambuco, atingiu seu apogeu na sociedade recifense, através da instalação de três clubes: o Prado Pernambucano, o Derby Club e o Hipódromo do Campo Grande. A instalação dos prados não visava somente proporcionar lazer para parte da sociedade, mas também instalar em Recife um novo elemento ligado ao mundo moderno e "civilizado". Sendo este um movimento encabeçado pelas elites. Desde os primórdios da prática esportiva os periódicos tiveram um papel central para instalação do turfe em Recife, além influenciar na difusão da ideia que o turfe traria a modernidade e "civilidade". Deste modo, para compreender o fenômeno turfístico utilizaremos parte da imprensa recifense. Sendo os jornais: Diário de Pernambuco; Jornal do Recife; e O Libertador: jornal social e político.

Futebol e transgressão nas ruas e praças de São Luís (anos 1910-1920)

Claunísio Amorim Carvalho (Universidade de Passo Fundo - RS)

A presente comunicação trata de pesquisa histórica sobre a prática do futebol nas ruas do Centro de São Luís do Maranhão nas décadas de 1910 e 1920, por meninos de periferia, quando do processo de popularização do esporte na cidade, conforme registros deixados na imprensa local. Implantado na cidade no ano de 1906, o futebol nos seus primórdios teve um caráter sobremodo elitista, principalmente no seio de clubes sociais e esportivos, com sedes próprias, códigos sociais e estatutos, mas experimentou profundas transformações na direção das periferias da capital maranhense.

Muito Além do Leão da Montanha: o Esporte Clube Cruzeiro e o crescimento urbano portoalegrense.

Gerson Wasen Fraga (Universidade Federal da Fronteira Sul)

O Esporte Clube Cruzeiro é um clube de futebol, fundado em Porto Alegre no ano de 1913 e atualmente sediado na cidade de Cachoeirinha. Ao longo de sua história, o Cruzeiro teve seu campo de jogo localizado em ao menos quatro lugares diferentes da capital gaúcha, antes de migrar, já no século XXI, para a região metropolitana. Esta série de mudanças pode ser entendida não somente como uma consequência das diversas fases vividas pelo clube (estruturação, pujança, crise, etc...), mas também como resultado da relação entre o próprio crescimento urbano e a incidência dos interesses públicos e privados sobre o espaço, conferindo-lhe sentidos diversos ao longo do tempo. Desta forma, este trabalho, derivado de um recorte de uma pesquisa de estágio pós-doutoral, pretende refletir sobre a história dos espaços do futebol em Porto Alegre e sua relação com o desenvolvimento da cidade tomando a trajetória do Cruzeiro como estudo de caso. Como suporte teórico, nos valemos sobretudo de Henry Lefebvre e sua obra "O Direito à Cidade", que nos leva a pensar os estádios como espaços de encontro, local do lúdico dentro da cidade, sem com isso se descolar de um valor de uso que perpassa as relações de classe e os sentidos atribuídos a estes locais de encontro, ludicidade e lazer. Assim, este breve "passeio" pelos diversos estádios do Esporte Clube Cruzeiro é também uma forma de compreendermos a relação da cidade com o futebol, partindo de um momento de elitismo (mas também de explosão na quantidade de clubes), passando pela sua popularização, até chegarmos no momento em que a valorização dos espaços centrais e a especulação imobiliária desloca estes locais de sociabilidade para as periferias dos grandes centros urbanos. Como conclusão, pretendemos demonstrar através de nosso estudo que os espaços destinados à sociabilidade de modo geral e ao

futebol, são (res)significados não somente pelo que é atribuído pela população, mas também pelas próprias relações de vida e produção que se desenvolvem dentro do espaço urbano, sendo portanto elementos passivos diante das dinâmicas que compõem a urbe.

Novo Quarahy F.C.: xarqueadas, futebol e fronteira (1903-1917)

João Manuel Casquinha Malaia Santos (Universidade Federal de Santa Maria)

Este trabalho tem como objetivo investigar as diversas expressões do futebol na fronteira, em especial o caso das cidades de Quaraí (Brasil) e Artigas (Uruguay). A ideia é desenvolver a hipótese de Gilmar Mascarenhas (2000) da "via platina de introdução do futebol no Rio Grande do Sul". O desenvolvimento das ferrovias uruguaias de Montevidéu em direção às cidades fronteiriças com o Brasil se deu muito antes da integração dessas cidades brasileiras com o sistema ferroviário nacional. Por exemplo, enquanto a ferrovia uruguaia chegou a Artigas em 1891, a interligação de Quaraí à linha de Porto Alegre só foi concluída em 1907. Esta situação dificultava a comunicação com as principais cidades brasileiras, mas tornou possível a formação de novos arranjos, inclusive no futebol. Na fronteira, as partidas internacionais eram parte do cotidiano social e esportivo dessas cidades. Em 1903, na cidade de Quaraí, o jornal A Fronteira noticiava que empresários ingleses, brasileiros e uruguaios que administravam a xarqueada (ou saladeiro) Novo Quarahy ou que frequentavam círculos comerciais e profissionais mais elevados da cidade organizaram um clube de futebol para partida amistosa em Artigas, contra o San Eugenio. Já em 1913, a equipe do Novo Quarahy F.C., formada por funcionários e administradores da xarqueada, foi uma das fundadoras de uma liga de futebol na cidade uruguaia de Artigas junto de outras três equipes uruguaias: San Eugenio, Ferrocarril e Uruguay F.C. Além de fundadora da Liga de Football de Artigas, a equipe brasileira venceu os cinco primeiros campeonatos organizados (1913, 1914, 1915, 1916 e 1917). Para esta investigação realiza-se pesquisa em acervos de periódicos no RS (Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, Arquivo Histórico Moysés Vellinho, Instituto Histórico e Geográfico do RS e em acervos públicos do poder executivo e legislativo de Quaraí) e no Uruguai (Biblioteca Nacional do Uruguay). Além disso, também são consultados processos judiciais ligados a empresários da xarqueada Novo Quarahy (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul).
Os resultados iniciais das investigações nos apontam que a equipe formada por empregados da xarqueada se revelou importante campo de investigação para a compreensão das relações entre trabalho e lazer neste tipo de estabelecimento e espaço geográfico. Apontam também para uma dinâmica própria na organização do futebol fronteiriço que rompe com as barreiras nacionais exigidas por órgãos de administração do futebol internacional, como a FIFA. Mostram

também caminhos para construções alternativas de disseminação da prática do futebol no Brasil. Este trabalho faz parte do projeto "Futebol na fronteira: memória e história pública no Rio Grande do Sul" que conta com apoio da FAPERGS.

O jogo Pokémon GO e sua faceta cultural, imaginária e simbólica.

Rachel Berrutti Pereira da Cunha (UFRGS)

O jogo é elemento base para o desenvolvimento humano e está presente na cultura "como um elemento dado existente antes da própria cultura, acompanhando-a e marcando-a desde as mais distantes origens até a fase de civilização em que agora nos encontramos" (HUIZINGA, 2014, p. 6). Os jogos criam hábitos e geram reflexos na cultura e no dia a dia de determinada população, influenciando a cultura, e também sendo influenciado por ela. (CAILLOIS, 2007). A cidade e seu espaço público são, por sua natureza, berço de muitas trocas e contatos, assim como é espaço para jogos e brincadeiras populares de rua. As modificações urbanas propiciaram novos lazeres na capital francesa, "a proliferação dos espaços públicos de prazer/lazer e interesse criou um tipo de figura pública com disposição para vagar, observar e entrar em lojas só para olhar: o flâneur, figura-chave na literatura crítica da modernidade e da urbanização" (WILSON, 2013). O flâneur é um detetive amador, um "botânico do asfalto" (BENJAMIN, 1989), é aquele que ludicamente observa e apreende a cidade e as mudanças que nela vem acontecendo. Os jogos populares de rua, muitos deles de tradição secular, têm sido deixados cada vez mais de lado por diferentes motivos. Para Gaspar & Barbosa (2009), "atualmente, devido ao progresso e às mudanças dele decorrentes, as brincadeiras e jogos infantis populares estão sendo substituídos pela televisão, pelos jogos eletrônicos e pelo computador". O avanço das tecnologias, como computadores e videogames, e das tecnologias móveis, como tabletes e celulares, aumentou a profusão dos jogos eletrônicos. E os jogos tradicionais de rua, que antes tendiam a ser ensinados de geração para geração, perdem cada vez mais espaço com a disseminação dos jogos eletrônicos. Neste trabalho, far-se-á uma breve análise dos jogos e sua relação com a cidade, em especial a adesão cada vez maior das tecnologias de informação e comunicação (TIC), que possibilita a vivência do Flâneur Híbrido na cidade contemporânea, sendo ele, aquele que mescla elementos do plano digital à cidade 'real'.

ST 20: História e Migrações urbanas na América Latina

Coordenadores: **Patricia Bosenbecker (UFRGS), Alessandra Rufino Santos (Universidade Federal de Roraima)**

Sessão 1
27/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 20

Ementa: Os estudos sobre migrações históricas na América Latina possuem amplo desenvolvimento na disciplina histórica, perpassando perspectivas sociais, culturais, econômicas e políticas. Colonização, imigração, legislação migratória, o papel dos imigrantes na formação do Estado Nacional foram temas correntes nas pesquisas de viés histórico e, recentemente, os temas ganharam ainda mais centralidade tendo em vista as novas pesquisas que envolvem a perspectiva das novas migrações internacionais, das migrações forçadas, dos estudos sobre refugio e sobre as novas perspectivas no mundo do trabalho, que alteram profundamente os fluxos migratórios globais. No âmbito dos estudos migratórios é corrente a multidisciplinariedade na construção das pesquisas e trabalhos, revelando, assim, um oportuno espaço para discussão da relação da História com outras disciplinas, até porque tem se observado as migrações como meio e condição da reprodução social, impactando a configuração das fronteiras e da urbanização. Esta realidade ressalta que a América Latina ao longo de toda sua história experimentou vários processos de urbanização, marcados por numerosos contingentes populacionais, ressaltando-se os diversos grupos migratórios que se entrecruzam em diferentes momentos. Apesar da centralidade dessas discussões e do crescimento das pesquisas sobre o tema no Brasil nos últimos anos, a história das migrações urbanas ainda é periférica na disciplina se comparada ao evidente privilégio dos estudos de migrações rurais, quase sempre fixados nos processos de colonização, que monopolizaram os imigrantes no país, entre o século XIX e o meados do XX. Neste contexto, a proposta deste Simpósio Temático é agregar trabalhos que contemplem discussões voltadas para as migrações urbanas na América Latina tanto no passado quanto no presente, permitindo várias abordagens dos estudos migratórios. Além disso, o Simpósio Temático propõe partir de um diálogo transdisciplinar da História com outras áreas do conhecimento para evidenciar importantes discussões teóricas, metodológicas e epistemológicas. E, por fim, garantir um espaço de trocas e conhecimentos oriundos das experiências de pesquisa de historiadores e historiadoras.

Sessão 1
27/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 20

Espaço urbano, etnicidade e racialização no interior do Império do Brasil: apontamentos sobre a produção da diferença socioespacial (Santa Maria/RS, segunda metade do século XIX)

Octávio Becker Neto (Universidade do Vale do Rio dos Sinos)

O presente trabalho tem como objetivo discutir a produção da diferença socioespacial no espaço urbano de Santa Maria, na região central do Rio Grande do Sul, na segunda metade do Oitocentos, a partir da perspectiva étnica. Para tanto, volta o olhar ao processo de inserção social de imigrantes alemães e sua descendência, especialmente ao contexto de distribuição de terrenos urbanos pela Câmara Municipal e os consequentes requerimentos e aquisição de lotes pelo grupo teuto-brasileiro. São utilizados, para averiguar o processo de distribuição e ocupação do solo santa-mariense, documentos institucionais, como atas camarárias e pedidos de terra encaminhados à Província do Rio Grande do Sul; fontes judiciais, como testamentos e inventários; e bibliografia voltada à questão fundiária urbana, à história da imigração e à história da pobreza. Constata-se, ao fim, que, em um contexto de racialização do imaginário político-administrativo brasileiro, beneficiou-se propositalmente o coletivo teuto-brasileiro em detrimento do restante da população, ao mesmo tempo que o último traçou estratégias étnica e parentalmente orientadas para a apropriação do espaço urbano. Vê-se, assim, indícios de uma segregação socioespacial consentida pelas autoridades locais.

As elites imigrantes no RS: comerciantes alemães e ingleses na cidade do Rio Grande (1840-1890)

Patricia Bosenbecker (UFRGS)

Este trabalho aborda especialmente grupos alemães e ingleses, estabelecidos na cidade portuária de Rio Grande, no extremo sul do Brasil. Comerciantes e empresários de origem alemã e inglesa construíram uma sólida rede migratória interconectando coétnicos por toda a região, inclusive em países vizinhos, como Argentina e Uruguai. De caráter urbano, essa migração se diferencia da imigração dirigida para a colonização do sul do país, que assentou milhares de imigrantes em pequenos lotes de terra, criando a agricultura familiar no sul do país. A migração de elites imigrantes possui aspectos distintos, pois os membros desses grupos em geral foram proprietários de um grande ou médio comércio de importação e exportação de produtos, adotam práticas comuns entre os

grandes comerciantes, como a reconversão católica ou o batismo dos filhos na religião oficial brasileira; compram escravos para trabalharem no referido comércio; mantem um bom relacionamento com outros comerciantes, grandes ou não, estrangeiros ou locais; e interagem em uma rede de relações formada tanto por locais quanto por estrangeiros e que possibilitaria o acesso a outros grupos, como integrantes da elite local e políticos, por exemplo, que, por sua vez, poderiam garantir boas oportunidades aos contatos no interior da rede. Nossas evidencias de pesquisa sugerem que tais grupos apresentam maior disponibilidade para casamentos com membros da elite local e certa influência política, que embora seja evidente nas pesquisas para cidades como Buenos Aires, por exemplo, ainda não é largamente observada no Brasil do Segundo Reinado.
Nosso objetivo, é avaliar as condições sócio-históricos desses grupos, de caráter urbano, na cidade do Rio Grande, avaliando suas composições e relações, bem como sua dinâmica na sociedade local, com empreendimentos e comércios construídos, além da formação de redes e constituições familiares.

Extranjeros, Anarquistas y Peligrosos: A questão social argentina no início do século XX

Luís Felipe Bonacina (PUCRS)

O presente artigo apresenta uma discussão a respeito da questão social na Argentina, durante os primeiros anos do século XX. O imigrante europeu, sinônimo de trabalho e civilização para intelectuais argentinos nas primeiras décadas pós-Independência do país, passa a ser visto tanto como obstáculo para a plena formação de uma identidade nacional, quanto como ameaça à segurança do Estado, principalmente por conta de sua associação ao anarquismo e às manifestações de trabalhadores nos primeiros anos do século XX. Assim, buscando abordar a relação conflituosa entre os projetos de modernidade almejados pelo Governo Argentino, e as práticas políticas sustentadas pelos trabalhadores urbanos anarquistas, majoritariamente imigrantes; o trabalho pretende expor as expectativas, reinvindicações e memórias levantadas em torno das medidas governamentais de controle e repressão ao estrangeiro e ao crescente movimento anarquista argentino, através, respectivamente, da obra de Miguel Cané, senador argentino responsável pelo projeto de lei de expulsão dos estrangeiros do território argentino; dos textos doutrinários presentes no periódico libertário La Protesta; e do livro memorialístico de Juana Rouco Buela, imigrante espanhola deportada aos 18 anos de idade por conta de sua participação na militância anarquista da Argentina. Acredita-se que com o adequado cruzamento da produção escrita de grupos tão antagônicos, isto é, os anarquistas e o Governo, é possível visualizar as disputas acerca da representação

pública do estrangeiro e do conceito de nação, assim como os enfrentamentos sociais que surgiam como consequência das mudanças estruturais na sociedade argentina.

A Venezuela e a emigração de venezuelanos(as) para o Brasil

Alessandra Rufino Santos (Universidade Federal de Roraima)

Este estudo aborda os aspectos social, político e econômico da Venezuela nas últimas décadas com a finalidade de expor os motivos da imigração venezuelana para o Brasil. Para isso, tomou como foco a perspectiva teórica das migrações de crise com a finalidade de expor os motivos e fatores que contribuíram para os processos migratórios de mulheres e homens de nacionalidade venezuelana no Brasil, especificamente nos estados de Roraima e do Rio Grande do Sul. Diante dessa proposta, a metodologia do estudo fundamentou-se, em especial, na revisão bibliográfica de pesquisas recentes sobre a Venezuela e a imigração venezuelana no Brasil, como foco no debate em torno das migrações de crise. Inicialmente, é certo que a República Bolivariana da Venezuela passa por uma crise humanitária instaurada pelo regime político de Nicolás Maduro. Consequentemente, a presença venezuelana no Brasil, além de caracterizar a complexidade do campo social da migração de crise, exige que o estado brasileiro direcione políticas públicas aos refugiados e imigrantes venezuelanos.

Precariedade e vulnerabilidade das vidas venezuelanas no Brasil

Suzyanne Valeska Maciel de Sousa (Universidade Federal de Pernambuco)

A Venezuela há alguns anos passa por uma crise política de grandes proporções que teve como principal consequência uma crise humanitária, levando milhões de pessoas a abandonarem suas moradias para buscar refúgio em outros países, fugindo da miséria, fome, perseguição e violência. Este movimento de pessoas foi intensificado a partir de 2017 e o Brasil tornou-se o principal destino, devido a sua proximidade geográfica. Em território brasileiro, as pessoas em situação de refúgio sofrem uma diferenciada exposição às diversas formas de violência, pois representam um grupo cuja condição de precariedade é maximizada. Isso decorre da elaboração de um "reconhecimento" desigual, por parte do Estado neoliberal, segundo o qual algumas vidas têm importância e devem ser protegidas enquanto outras não. Desse modo, pretendo analisar como ocorre o processo de reconhecimento dos refugiados venezuelanos que estabeleceram refúgio no Brasil, considerando a sua vulnerabilidade social, econômica e política. A

investigação se dará no campo teórico utilizando as reflexões de Judith Butler e Athena Athanasiou, e Thomas Lemke, bem como a análise de documentos oficiais elaborados pelo Estado brasileiro.

Elas Merecem ser Lembradas Migrantes venezuelanas na capital: Uma análise a partir da interface de gênero-migração

Giselle Hirtz Perna (PUCRS)

Entre os desafios enfrentados pelos estudos migratórios do século XXI, cabe-se compreender o avanço dos processos de mobilidade, caracterizados pela presença massiva de mulheres. Até o final dos anos 70, as principais correntes de pesquisas ligadas as teorias migratórias, focavam no homem e na sua busca por trabalho, como um dos determinantes para a ocorrência dos fluxos, negligenciando assim, as especificidades da presença feminina nas dinâmicas migratórias. (PEIXOTO, 2005). No entanto, nos últimos anos, em decorrência dos aportes dos movimentos, e da "feminização da migração" (MARINUCCI, 2007) resultado pelo aumento quantitativo da "feminização da pobreza", a migração feminina, foi introduzida nas pesquisas acadêmicas. (GRIECO & BOYD, 2003). Para essas mulheres, a ideia de "mudar de vida", vem acompanhada de diferentes condicionantes que as subjuga e oprime, não só pelo status de migrante mas também, por ser mulher. Essa dupla recusa, aliada às dificuldades no acesso aos determinantes de saúde (moradia, alimentação, saneamento), reforçam as desigualdades sociais, pobreza, a discriminação de gênero e a violência. A presente comunicação, delimita-se nos estudos da Feminização da Migração, fazendo parte de um estudo mais amplo que foca na fragilidade que estas mulheres sofrem pelas questões de gênero, bem como a precariedade em que se submetem nessa busca por uma vida melhor. O objetivo deste estudo é apresentar os resultados a partir das entrevistas realizadas com migrantes venezuelanas, entre 18 e 50 anos, que cruzaram as fronteiras assoladas pela fome em seu país de origem, através da migração forçada, entre os anos de 2016 a 2020, e compreender suas experiências dentro das esferas específicas como família, domicílio, mercado de trabalho. A análise desta pesquisa, conta com um olhar multidisciplinar entre as teorias de gênero, pautadas nas epistemologias feministas sulidificadas com a presença de teóricas como Glória Anzaldúa, Maria Lugones, Ochye Curriel, entre outras, lincando com a metodologia da História Oral, com o objetivo de compreender o processo de migração, desde o motivo que as impulsiona, percurso e chegada ao local de acolhida.

Para além da baía de Guajará: Migração e Economia nas fronteiras de Belém na primeira década do século XX (1905-1950)

Enos Botelho Sarmento (UFPA)

A pesquisa propõe uma possível investigação sobre o processo migratório e econômico nas regiões fronteiriças da cidade de Belém na primeira metade do século XX (1908-1950). Sabe-se que nas fronteiras de Belém estão situadas diversas ilhas com imensas regiões de várzeas que foram sendo lentamente povoadas. Em um primeiro momento entendemos que o ciclo da borracha foi um fator fundamental para o povoamento dessas regiões, já que as mesmas eram ricas da espécie Hevea brasiliensi, a popular seringueira. A pujança da economia da borracha foi aos poucos reconfigurando esses locais atraindo a elite estrangeira para comercialização do látex, e mesmo com a iminência de queda no valor da borracha, as migrações para a Amazônia continuaram acentuadas. A possibilidade de trabalho nesses locais foi atraindo migrantes de regiões próximas, além de nordestinos que também chegaram em busca de labor. Entre uma travessia e outra, um expressivo complexo migratório foi estabelecido nessas regiões durante a primeira metade do século XX, que foram povoando e estabelecendo ali novas famílias. A produção feita nas olarias fez surgir uma economia local de proporções significativas.

A raça germânica na obra do intelectual alemão Karl von Koseritz (1870): refletindo sobre raça nas experiências e lugares sociais de pessoas de tez branca na segunda metade do XIX no Rio Grande do Sul

Marina Albugeri da Silva (UFRGS)

A partir do arcabouço teórico do Pós-Abolição e dos Estudos Críticos da Branquitude, propomos a questão racial como um problema de pesquisa pertinente para o campo dos Estudos Migratórios. Tanto o Pós-Abolição quanto os Estudos Críticos da Branquitude privilegiam a categoria raça nas suas investigações. O primeiro se centra no processo de desestruturação do escravismo para refletir como categorias e ideias de raça são acionadas nas disputas pela redefinição dos lugares sociais num momento de mudança das relações de trabalho e produção. Enquanto, o segundo procura evidenciar a crucialidade da categoria raça como organizadora de diferentes experiências da vida social, orientando a construção histórica e social de identidades coletivas, inclusive de pessoas percebidas como brancas. Nos parece esse o grande diferencial desses estudos, apontar que a categoria raça também foi manejada para classificar pessoas de tez clara e atribuir significados a sua identidade. Isto posto, entendemos que voltarmo-nos para a política de imigração e

colonização do século XIX e os sujeitos abarcados por ela é um caminho profícuo para refletirmos sobre como categorias raciais interpelam indivíduos de tez branca, construindo sua identidade e lugares sociais e, por conseguinte, refletirmos sobre a constituição da racialidade branca. Para fins de pesquisa nos centramos nos imigrantes alemães e seus descendentes que viveram no Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX. Assim, nos interessa questionar o que os imigrantes fizeram com as categorias raciais que já circulavam por aqui reforçadas e elaboradas pela política, que sentido as deram, como as manejaram, em que situações e para que fins. E como o modo como experimentaram e significaram ideias de raça pode ter orientado a reconstituição de suas identidades. Nesta apresentação nos centraremos no livro Resumo de economia nacional de Karl von Koseritz, publicado em 1870. Koseritz foi um intelectual de origem alemã que imigrou para o Brasil em 1850, tendo atuado na imprensa de língua alemã e língua portuguesa no Rio Grande do Sul. Nos aproximaremos desse intelectual afim de compreender suas concepções sobre raça, como maneja esta categoria para se referir ao seu grupo – os imigrantes alemães e descendentes – e para traçarmos um panorama dos repertórios disponíveis de classificações, nomeações e valores possíveis de serem apropriados pelos imigrantes alemães e seus descendentes nas suas relações sociais e percepções de si. Naquela obra, o autor refletiu sobre as leis da economia política e suas implicações sobre o trabalho e a produção, relacionado a isso, ponderou sobre o papel e o lugar dos imigrantes alemães na província gaúcha, para isso manejou a categoria de raça.

ST 21: História Local, espaços de pesquisa, discussão e difusão. Suas escritas e suas práticas.

Coordenadores: **Sandra Cristina Donner (FACCAT e IFRS-Canoas), Felipe Nobrega (Governo do Estado do Rio Grande do Sul)**

Sessão 1
26/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 21

Sessão 2
28/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 21

Ementa: A escrita da História Local se dá em múltiplos espaços e formatos. Os seus historiadores podem ser acadêmicos, diletantes, jornalistas, museólogos. Portanto, este tema encontra-se permeado de conflitos e significados. Se olharmos através de uma lupa poderemos perceber que, praticamente, todos os municípios possuem o "seu" historiador. A pessoa que conquistou esse posto

costuma ser chamada para contar sobre o passado nas efemérides, nas rádios, nas escolas, nas festas, ela incorpora o papel de um "guardião" ou "guardiã" da memória daquela comunidade. Se a História Local possui múltiplas escritas, ela também abrange múltiplos aspectos. A memória local, as discussões sobre patrimônio material ou imaterial passam, muitas vezes, por essa narratividade local. O que cada comunidade considera a "sua" memória e o "seu" patrimônio. Como essas memórias e patrimônios comunicam ao público, à comunidade local? Os museus, as salas de aula, os projetos das secretarias de cultura e de educação tornam-se espaços de difusão, de prática, de reflexão deste recorte de passado. O espaço da História Local dentro das comunidades tem se tornado cada vez mais significativo, à medida em que as políticas de memória e patrimônio avançam nos pequenos municípios, assim como é pensada dentro da vida de centros urbanos em suas experiências periféricas. Além disso, o tema é parte do currículo da educação básica. A História e a Memória se encontram. Cientes da importância dos estudos sobre História Local, pretendemos debate-la nas perspectivas teóricas e historiográficas, permitindo um intercâmbio de experiências e saberes entre os pesquisadores desta temática a fim de estabelecermos redes de diálogos entre os historiadores, mas não apenas estes, sobre o espaço do passado com recorte regional dentro do campo das ciências humanas. Neste simpósio temático queremos acolher as muitas formas de pesquisar e de pensar a História Local. Esse "gênero" a um passo tão difundido e tão distante da academia precisa ser estudado, uma vez que ele está muito próximo das comunidades, das escolas, da vida cotidiana.

Sessão 1
26/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 21

Memória e Patrimônio em Tupã: O Solar Luiz de Souza Leão em Perspectiva (1901-1980)

Luis Felipe Sanches (SEDUC)

O presente trabalho analisa as práticas arquivísticas de Luiz de Souza Leão (1901-1980) – descendente de famílias ilustres de Pernambuco (séc. XVII) –, que, ao longo do século XX, vinculou imagens de si à colonização e à exploração dos sertões do Estado de São Paulo por meio da escrita de uma história em que é narrador e protagonista. Tal prática autorreferente, associada à empresa Melhoramentos da Alta Paulista e, consequentemente, à fundação das cidades de Tupã (1929) e Parapuã (1934), está presente na organização do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre (1966) e do Solar Luiz de Souza Leão. A reflexão sobre esses espaços museais nos levaram a problematizar as subjetividades dos modos de ser de Luiz de Souza Leão, por meio de questionamentos ligados a como essa construção de si nutriu uma escrita

autorreferente e sua ampliação para espaços de memórias. Partindo desse princípio, e com base em uma intervenção museológica, foi possível elaborarmos produtos e serviços a partir da exposição no Solar Luiz de Souza Leão. Tendo como aportes teóricos e metodológicos os estudos (auto)biográficos, o objetivo central do trabalho foi problematizar a exposição por meio de uma cartilha pedagógica com atividades lúdicas para serem aplicadas no Solar Luiz de Souza Leão. Algumas dimensões desses arquivos do eu (escritos, arquivos e monumentos) foram colocadas na presente proposta e foram repensadas e problematizadas, a saber: as influências sociais, tais como a função e o valor social; as práticas ou maneiras encontradas por Luiz de Souza Leão para arquivar a própria vida, além da intimidade arquivística, isto é, suas intenções autobiográfico-monumentais; bem como a organização das exposições nesse museu-casa.
As fontes de pesquisa, que se circunscrevem ao espaço museológico Solar Luiz de Souza Leão e às suas coleções e/ou exposições (panfletos), fotografias, recortes de jornal, mobiliário, cartas, certidões, documentos oficiais e tombamentos, além de seu texto (autobiográfico, intitulado Fundação de Tupã, de 1968), fornecerem material indispensável a inúmeros produtos destinados aos seus visitantes. No âmbito deste estudo, esta pesquisa procurou ampliar o conhecimento acerca da História local e regional, além de refletir sobre os conceitos de patrimônio histórico, exposições de acervos em museus, autobiografia e protagonismo juvenil.

“Colecionar a si” ou “domesticar o passado”? Aproximações com a coleção de Armindo Lauffer e o Museu Histórico de Três Coroas.

Sandra Cristina Donner (FACCAT e IFRS-Canoas)

O presente trabalho pretende tecer reflexões sobre a coleção construída por Armindo Lauffer para o seu museu- Museu Histórico de Três Coroas, posteriormente encampado pela prefeitura municipal daquela cidade e transformado no Museu Armindo Lauffer. Ao longo de sua vida, este intelectual local, tido como historiador pela comunidade de Três Coroas, comprou peças e amealhou doações dos moradores da cidade com vista a construir um museu que representasse a região. Neste breve ensaio pretendemos olhar sobre estes objetos tentando compreender se eles são fruto de um desejo de escrita de si ou se partem de um princípio memorialista, em que esse passado é filtrado e domesticado com vista a expressar uma Três Coroas ideal.

O mundo estranho da biossociologia: tensões do saber científico de Estácio de Lima na escrita da história do sertão

Vagner Silva Ramos Filho (Universidade Estadual de Campinas)

Os discursos científicos pautados em protocolos da área da biossociologia são cercados de controvérsias no debate público, com destaque para contendas relacionadas aos seus recursos de explicação da sociedade a partir da questão racial. A proposta deste trabalho consiste em analisar uma forma de saber científico considerada referencial sobre o povo do sertão do Nordeste brasileiro em suas dimensões relacionadas à violência que se apropriou largamente dessa área na produção de conhecimento sobre o fenômeno de banditismo do cangaço. O objetivo central é analisar a experiência de um intelectual que no decorrer dos anos 1940, 1950 e 1960 se tornou uma das principais autoridades disciplinares sobre o assunto no espaço público: Estácio de Lima (1897-1984). Trata-se de professor catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia que foi presidente do Conselho Penitenciário da Bahia e diretor do Museu onde os restos mortais de cangaceiros/as foram mumificados sob interesse científico racial. São essas algumas das condições de escrita do seu livro publicado em 1965 com o título de "O mundo estranho dos cangaceiros: ensaio bio-sociológico". Diante desse cenário, interessa-nos problematizar a escritura de história sobre o cangaço que promove, atentando ao modo como enreda uma interpretação do passado que explica o fenômeno, propõe um diagnóstico do presente para os seus remanescentes que estavam presos e articula uma projeção do futuro tendo em vista suas ressocializações. Com base nas perspectivas da história da historiografia, analisamos suas narrativas no citado livro percebendo como este intelectual temporalizou o tempo, quer dizer, como produziu um tempo histórico, o que significa investigar suas condições de produção, os protocolos de escrita que mobiliza e as funções que atribuía ao seu saber na sociedade. Os caminhos da pesquisa têm indicado inúmeras tensões em torno dessa forma de explicação de faces do povo do sertão nordestino marcadas pela violência, resultando em indícios significativos para se pensar o controverso legado do saber científico racialista na arena pública dos anos em cena.

Sessão 2
28/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 21

A alimentação em Goiás no século XIX a partir dos relatos dos viajantes estrangeiros: possibilidades pedagógicas para o Ensino Fundamental

Kelson Carlos de Carvalho Cardoso (UFG)

A alimentação pode ser um campo privilegiado de observação de vários aspectos da vida humana, como a sociedade, a cultura e a economia de determinada

localidade. Neste sentido, este trabalho tem como objetivo utilizar os relatos dos viajantes estrangeiros do Oitocentos, especialmente Johann Emmanuel Pohl e Augustin de Saint-Hilaire, para pensar o tema da alimentação em Goiás no século XIX, e a partir desta reflexão elaborar um e-book a ser utilizado como material didático para os alunos do ensino fundamental. As obras destes viajantes descreveram a província de Goiás como um lugar de escassez, fome, indolência, subsistência e estagnação econômica, contribuindo para a consolidação da ideia de decadência, conceito que se transformou em linha de interpretação de Goiás após a crise do ciclo do ouro. Estas narrativas podem ser problematizadas em sala de aula para aumentar a compreensão dos estudantes sobre a História de Goiás, pensando a alimentação e a história material como eixos norteadores.

Desafiar o silêncio do espaço; história, urbanidade e patrimônio: algumas questões sobre o estudo da região portuária de Vitória (ES/Séc. XIX)

Paulo Roberto da Silva Santos (UFF)

Completando 471 anos em 2022, Vitória, capital do Espirito Santo, é uma das mais antigas cidades portuárias Brasileiras. Uma cidade portuária não é um cidade que têm um porto, mas sim uma cidade cuja formação e desenvolvimento estão intimamente ligadas as questões do mar, sua identidade se espalha pelo atlântico, passando por múltiplos espaços e temporalidades. Vitória conviveu com o porto enquanto vila, capitania, província, e estado. Seu formato socioeconômico e suas formas físicas e espaciais se alteraram ao longo do tempo, mas todas essas alterações e funções reservam pistas, pistas de diversas histórias e de diversas gentes; da elite dirigente ao escravo de ganho; do comerciante internacional ao pequeno lavrador. Ocorre em Vitória no século XX um processo de revolução espacial e funcional da mesma região histórica que atuou como região portuária durante o século anterior, são intervenções que vão da construção de um complexo portuário industrial a outras intervenções urbanas de modernização da cidade. Nesse processo, muito da espacialidade da agora Antiga Vitória, ficou pra trás, com o crescente esquecimento dos seus modos de ser, agir, e operar. Conhecer a realidade do porto do século XIX é nossa agenda de pesquisa, mas aqui focamos em pensar as questões que atravessam essa preocupação. Isto é, os problemas que pensamos e o contexto nos quais eles se inserem. Na medida em que nos atravessam, procuramos pensar e contextualizar algumas questões comuns ao estudo da história urbana, tentando trabalhar com os conceitos de região, patrimônio, historiografia, memoria, rugosidade, e paisagem.

A VFRGS e o Vale do Paranhana: os inventários dos Patrimônios Históricos, Arquitetônicos e Culturais de Três Coroas e Parobé como instrumentos de resgate histórico e de memória

Élen Waschburger (FEEVALE)

No transcorrer de 2021, através de projeto enviado pelo Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Paranhana (COREDE) e aprovado pela Secretaria de Cultura do Rio Grande do Sul, o curso de História das Faculdades Integradas de Taquara iniciou o processo de inventariação dos patrimônios materiais e imateriais dos municípios de Três Coroas e Parobé, ambos pertencentes à área de atividade do referido COREDE. Dentre os itens inventariados de ambos os municípios, identificamos a importância da extinta Viação Férrea do Rio Grande do Sul, responsável pelo crescimento urbano e econômico. O trecho até Parobé foi contemplado quando a linha férrea estendeu-se à Taquara, ano de 1924. Já, Três Coroas, faz parte do momento posterior, quando foi construído o trecho Taquara-Canela. Para Vanda Ueda (2007) a ampliação das redes de transportes (rodovias e ferrovias) foi fundamental ao desenvolvimento econômico do estado, graças aos investimentos realizados na construção e ampliação de ferrovias. As áreas que até então eram despovoadas e/ou longe dos centros produtores e dos de consumo, passaram, agora, a integrar-se através de um sistema de transporte que modificou o ritmo de vida das pessoas, influenciou os locais por onde seus trilhos passavam, e modificou a paisagem da época, atestado através das inúmeras pinturas, relatos e fotografias. Sendo assim este trabalho tem como ponto de partida analisar o contexto em que o sistema ferroviário foi inserido, ou melhor, expandido, para a região mencionada, identificando os itens inventariados como lugares de memória (NORA, 1993) e sociabilidade, utilizando como aporte teórico autores como Reinheimer (2007), Lemos (2006), Müller (2011), Paiva (2006), Burke (2017) entre outros, importantes para a área da pesquisa. Além do mais, busca-se ressaltar a importância do Inventário do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Cultural como meio para a preservação dos espaços e memórias neles implicados.

Clima e História Local: Aportes para um debate a partir do fenômeno da lama na praia do Cassino (Rio Grande/RS)

Felipe Nóbrega Ferreira (Governo do Estado do Rio Grande do Sul), Ticiano Duarte Pedroso (FURG)

As discussões sobre as mudanças do clima no campo da História ainda se mostram tímidas, visto que o tema possui baixa aderência até mesmo nas humanidades de um modo geral, circunscrevendo às ciências naturais uma

responsabilidade científica que precisa ser compartilhada e complexificada a luz de novos paradigmas e epistemologias. É pensando nisso que o presente trabalho discute uma via de acesso teórico-metodológico para a abordagem das mudanças climáticas a partir de um estudo de caso na localidade do Balneário Cassino, que faz parte do litoral da cidade do Rio Grande (RS). É por entender que o Clima deve ser teoricamente apreendido como elemento da Cultura, e que essa ocorre dentro da experiência dos sujeitos no lugar, que se opta por interseccionar a interpretação de um conjunto de fenômenos ambientais extremos à constituição de uma História Local. Através dos resultados de uma investigação baseada em metodologias qualitativas junto aos periódicos locais, foi possível catalogar e categorizar sessenta e nove notícias que correspondiam a ocorrência de um fenômeno ambiental extremo que impacta diretamente o uso da faixa de praia dessa localidade desde 1901, quando foi registrado pela primeira vez. Esse fenômeno se apresenta na forma de uma espessa camada de barro, que chega até a beira-mar por conta do alto alcance energético das ondas durante a passagem de ciclones extratropicais no Atlântico Sul, sendo esse material lamítico capaz de recobrir a faixa de banhos da praia do Cassino, impedindo os mais diversos usos desse espaço pelos moradores. Isso imprime uma memória de impactos socioambientais que permanecem inscritos no imaginário e suas narratividades locais. Fundado oficialmente, em 1889, mas inventado alguns anos antes, esse balneário construiu uma identidade alicerçada na singularidade marítima. Portanto, compreender a interação de uma localidade com a construção das interpretações de seus eventos climáticos, é iniciar um processo de apreensão histórica que parte dos sujeitos em seus impactos cotidianos, suas relações com o território e a paisagem, mas que se conecta com uma trama global, cujo fio condutor passa a ser o Clima.

Por Outras Brasílias: ensino de história e formação docente em contexto de pandemia

Artur Nogueira Santos e Costa (UNB)

Nesta comunicação, proponho discutir alguns dos pressupostos que orientaram o desenvolvimento do projeto de extensão “Outras Brasílias: ensino de história do Distrito Federal por meio de fontes documentais”, realizado entre 2020 e 2021, no âmbito da Universidade de Brasília. O projeto oferecia formação continuada a docentes da rede pública de ensino do Distrito Federal, como forma de contribuir para a produção e a circulação de “outras” histórias sobre a capital federal. Partia-se da constatação de que a história ensinada sobre o Distrito Federal privilegiava grandes personagens políticos, em geral homens brancos e ricos, de modo que invisibilizava os muitos e diferentes sujeitos que também faziam parte dessa história. Assim, como forma de investir em uma outra perspectiva, a proposta foi

a de pensar o ensino de história como prática de pesquisa, por meio da utilização crítica de fontes documentais que conferissem destaque à complexidade característica do Distrito Federal. O curso foi pensado para ser oferecido presencialmente, mas, por conta da situação pandêmica enfrentada globalmente, precisou ser adaptado para a forma remota. Nesse sentido, almejo discutir os fundamentos, as escolhas e as metodologias mobilizados para o desenvolvimento do projeto, no contexto do isolamento e do trabalho remoto provocados pela pandemia da COVID-19.

ST 22: História Militar e História das Relações Internacionais: Guerra, Política Externa e Instituições

Coordenadores: **Ianko Bett (PUCRS), Rodrigo Perla Martins (Universidade Feevale)**

Sessão 1
29/07/2022 das 10:00 às 12:00 - Sala ST 22

Sessão 2
29/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 22

Ementa: Este Simpósio Temático está sendo proposto por pesquisadores ligados aos GTs de História Militar e História das Relações Internacionais e tem como finalidade reunir estudos que analisam empírica, teórica e metodologicamente os fenômenos da Guerra, da Política Externa e as Instituições referência desses fenômenos. Com essa formatação e priorizando o intercâmbio de experiências e ideias entre pesquisadores de distintas formações, o Simpósio Temático busca discutir sobre os conflitos, a atuação das instituições, dos grupos não-estatais, a posição dos governos, com ênfase nos aspectos econômico, político, cultural, dos estudos estratégicos e de defesa dos Estados, inserção internacional e politica externa. Além disso, pretende-se lançar outras perspectivas em relação à compreensão dos efeitos, transformações e consequências dos conflitos internacionais, em especial atenção às questões que dizem respeito às reestruturações das Forças Armadas e do pensamento militar, em nível nacional e internacional, problematizando a historicidade do papel das instituições militares e suas relações com a sociedade no que se refere aos aspectos do recrutamento e da desmobilização dos combatentes (pensões militares, espaços e locais de memória, políticas públicas de preservação do patrimônio material e imaterial), e da atuação do aparato militar (doutrina, estratégia e logística), no âmbito dos conflitos internos e em missões, conflitos internacionais e de política externa.

Sessão 1
29/07/2022 das 10:00 às 12:00 - Sala ST 22

O mundo segundo o anticomunismo católico do Padre Julio Meinvielle

Leonardo da Rocha Botega (UFSM)

Ao longo do século XX e nas primeiras décadas do século XXI, o termo comunismo foi muito utilizado no exercício das disputas no campo político-ideológico. Nesse campo, o termo comunista serve tanto para reafirmar a posição daqueles grupos que o defendem como projeto para as sociedades, como também para caracterizar tudo aquilo que é considera oposto ao ideário definido por aqueles que se entendem como anticomunistas. Muito mais do que um projeto, o anticomunismo consiste em uma atitude de recusa militante ao projeto comunista ou aquilo que se identifica como tal. Dessa forma, o anticomunismo congrega diferentes e diversos grupos em um amplo leque que pode congregar fascistas, socialistas democráticos, liberais e grupos religiosos, entre esses grupos católicos (MOTTA, 2002). No caso argentino, um dos principais grupos anticomunistas que atuou no país desde a década de 1930, e que teve forte atuação no contexto do governo Arturo Frondizi foi o nacionalismo anticomunista católico. Entre os seus intelectuais, um dos mais destacados foi o Padre Julio Meinville, um dos principais expoentes do pensamento conservador argentino entre as décadas de 1930 e 1970. Padre Meinvelle proferiu, ao longo do governo de Arturo Frondizi (1958-1962) e após a deposição deste, um conjunto de palestras onde analisava o projeto desenvolvimentista-frondicista afirmando-o como parte de uma estratégia do comunismo internacional para a dominação da Argentina. Para Meinvielle, o governo Frondizi era dirigido por uma célula comunista a serviço de um plano de dominação mundial que aliava comunistas e agentes do "supercapitalismo financeiro judeu". A partir dessa tese principal, construiu uma leitura do contexto mundial recheada de teorias conspiratórias, onde o antissemitismo, o anticomunismo, o antifrondicismo e o antiperonismo se mesclavam dando forma a um conjunto de ideias que tiveram uma significativa penetração nos setores conservadores da sociedade argentina.

Jânio entre Tito e Nasser? A aproximação cautelosa entre o Brasil e os países Não-Alinhados a partir da Tribuna da Imprensa (fev.1961-jun.1961)

Mateus José da Silva Santos (UFPEL)

Na historiografia da Política Externa Brasileira (PEB), diversos autores destacaram a existência de alguns sentidos de aproximação entre a Política Externa Independente durante o governo Jânio Quadros e o chamado neutralismo. Entre um neutralismo de tipo ocidental segundo Luiz Fernando Ligiéro ou uma espécie de neutralismo tático a partir de Paulo Fagundes Vizentini, as marcas de tais aproximações estariam inscritas desde o reconhecimento da admiração do presidente brasileiro aos principais expoentes desse tipo de inserção internacional até a identificação de determinados movimentos efetivos de interação com seus principais representantes, como a participação brasileira na Reunião de Preparação para a I Conferência dos Não-Alinhados, em junho de 1961 no Cairo. Num processo que envolvia um conflito entre expectativas e incertezas quanto à natureza das próprias mudanças na PEB e a possibilidade de aprofundar a ampliação de seu espaço de ação, tal aproximação foi objeto de acompanhamento e análise de diferentes atores contemporâneos. No heterogêneo campo dos adversários da PEI, conforme pontua José Honório Rodrigues, a imprensa também teve papel de destaque, incidindo criticamente na disputa da opinião pública a partir da produção de diferentes olhares sobre os rumos da Política Externa. Considerando tal cenário, esta comunicação analisará as visões expressas em A Tribuna da Imprensa sobre o processo de aproximação cautelosa entre o Brasil e dois dos principais arquitetos do Movimento dos Não-Alinhados: Egito e Iugoslávia. Entre notas, reportagens, artigos e editoriais, as relações entre Brasília, Belgrado e Cairo foram destacadas pelo periódico, num complexo processo de construção de sentidos sobre as tendências de aprofundamento nesses contatos e seu lugar dentro de um processo de reformulação da PEB. Considerando o recorte temporal entre o início do governo Jânio Quadros e o envio de João Augusto de Araújo Castro como observador brasileiro para a Reunião do Cairo, a hipótese a ser testada é a existência de uma evolução nas posições do jornal sobre a aproximação entre brasileiros, egípcios e iugoslavos, partindo de uma relativa tolerância inicial aos movimentos de Jânio e da diplomacia brasileira em direção aos Não-Alinhados até a apresentação de críticas abertas quanto as principais ações que fizeram parte desses esforços por uma maior interação com os países de Nasser e Tito.

As relações entre o Brasil e a Argentina durante o governo Geisel (1974-1979): o caso da construção da Hidrelétrica de Itaipu

Luiz Eduardo Pinto Barros (SEDU-ES)

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa acadêmica que estudou as relações entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina nas décadas de 1960 e 1970 a respeito da construção da usina binacional de Itaipu. O período entre 1966 e 1979 foi marcado por polêmicas envolvendo os três países, pois o Estado argentino

acreditava que seria prejudicado com a construção da hidrelétrica brasileiro-paraguaia. Mas foi durante o governo Geisel (1974-1979) que as relações entre o Brasil e Argentina pioraram pelos diversos interesses envolvidos, pois o governo brasileiro não aceitava qualquer interferência externa nas suas decisões. A pesquisa foi realizada com documentos diplomáticos e periódicos dos três países. Conclui-se que este período atrasou o processe de integração regional desejado pelos países da América do Sul e, após o desfecho em 1979, possibilitou a aproximação entre o Brasil e a Argentina e resultaria na formação do MERCOSUL em 1991.

Política externa brasileira: Relações internacionais e comércio exterior no Brasil de Médici e Geisel

Rodrigo Perla Martins (Universidade Feevale)

O presente resumo tem por objetivo apresentar a discussão sobre 3 eixos de atuação do Brasil entre os anos 1969-1979. Isto é, discutir como aconteceu essa intersecção da política externa, relações internacionais e de comércio exterior nos governos Médici e Geisel Em um quadro externo de Guerra Fria, o Brasil optou pela exportação de manufaturados como agenda comercial externa brasileira. Com isso, reforçou laços econômicos e comerciais com parceiros políticos tradicionais, ou mesmo competindo e até rivalizando em outros espaços do sistema internacional. O incentivo à produção de manufaturados e sua exportação foi uma política industrial no período da ditadura civil-militar dentro de uma continuidade econômica ainda dos anos 30. Assim, pólos econômicos foram promovidos a exportadores de manufaturas e colocando o Brasil como uma potência industrial média.

Leonel Brizola e os Estados Unidos da América: do governo João Goulart à abertura política da ditadura civil-militar (1964-1979)

Marcelo Marcon (Universidade de Passo Fundo)

O objetivo desta comunicação é analisar e entender as relações entre Leonel Brizola e os Estados Unidos durante o governo João Goulart (1961-1964) e durante a maior parte da ditadura civil-militar, desde o golpe de 1964 até a anistia política em 1979, que permitiu o retorno de Brizola ao Brasil. As fontes de pesquisa utilizadas são, como fontes primárias, documentos oficiais do Departamento de Estado dos Estados Unidos, comunicações entre o Departamento e as Embaixadas brasileiras, documentação da Casa Branca e da

CIA (Agência Central de Inteligência); Documentos oficiais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Discursos de Leonel Brizola entre o período compreendido; Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e da Câmara de Deputados de Brasília. A metodologia aplicada está de acordo com a interpretação dos documentos históricos, baseado na perspectiva hermenêutica. Essa metodologia estará inserida no contexto das relações internacionais, de acordo com as obras da história das relações internacionais, da política externa brasileira, da política externa dos Estados Unidos, e das relações entre Brasil e Estados Unidos. Como a pesquisa ainda se encontra em fase de desenvolvimento, não obtemos resultados definitivos, mas considerações que exploraremos ao longo da apresentação e do texto completo serão apresentadas a partir da análise das fontes.

O Estado Capitalista: Conflitos e contradições na construção da BR-174 e a falácia do desenvolvimento de Roraima

Glacidalva Cesar Araujo de Andrade (UFRR)

O presente trabalho consiste em pesquisa documental a fim de compreender o nível jurídico-político do modo de produção capitalista, através da atuação do Estado capitalista. O recorte temporal compreende as ações do Estado na consecução das políticas para o desenvolvimento e integração da região amazônica na década de 1970. A pesquisa tem por objetivo geral identificar os conflitos, interesses e contradições que influenciaram a construção da BR-174 e sua relação com a política externa no mesmo período. O objeto de estudo foi delimitado a investigação do processo de construção da BR-174. A análise proposta adota como referencial a teoria política do filósofo e sociólogo Nicos Poulantzas organizada em sua obra Poder Político e Classes Sociais. Considerando como hipótese uma relação de dependência do capital estrangeiro, a pesquisa será estratificada em cinco seções; uma teoria geral do nível político no modo de produção capitalista; a política externa dos governos militares; as assimetrias do paradigma desenvolvimentista na Amazônia; transformações econômicas e sociais no estado de Roraima e análise crítica sobre a consolidação da BR-174 A pesquisa possui natureza metodológica qualitativa utilizando pesquisa bibliográfica, coleta e análise de dados econômicos, sociais e documentos legais produzidos na década de 1970.

A trajetória de Eduardo de Martino e a Real Marinha Italiana

Bárbara Tikami de Lima (Universidade do Vale dos Sinos)

A presente comunicação objetiva apresentar parte dos resultados obtidos em nossa pesquisa de doutoramento que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). A qual, em seu escopo mais amplo, analisa a relação entre Eduardo de Martino (1838-1912) – um tenente da Real Marinha Italiana que chegou à América do Sul no contexto da Guerra do Paraguai (1864-1870) e renunciou à carreira militar para se dedicar à prolífica carreira pictórica – as imagens que ele produziu no final do século XIX e as Forças Armadas do Brasil que aturam nesta contenda. À vista disso nos detemos em estudar a trajetória deste indivíduo no que concerne ao seu aspecto militar. Para tanto nos pautamos na ideia de que o ser humano singular e a pluralidade de pessoas concebida como sociedade, não são duas entidades ontologicamente separadas. O que nos levou a evitar a tendência de desconectar o contexto mais abrangente dos eventos particulares que se sucederam na vida do pintor. Assim, nossa apresentação traz informações biográficas a respeito de Eduardo de Martino, obtidas por meio da literatura de referência brasileira e italiana. Analisa as imagens que ele produziu, julgadas pertinentes a esta problemática. E simultaneamente estuda a conjuntura na qual ele viveu desde seu nascimento (1838) até o ano de sua promoção para tenente de navio (1864) destacando: a formação naval do século XIX, a criação da Real Marinha Italiana e a atuação desta Força Armada na América do Sul por meio de uma Estação Naval Permanente. Destarte, como o período analisado insere-se no processo de unificação política da atual Itália (1915-1870) ele também será abordado, pois trouxe consequências diretas na vida do pintor e refletiu em sua produção imagética evidenciando a atenção do artista às diferentes questões de seu tempo.

Escola militarizada ou militarizando a escola?

Tatiana Teixeira dos Santos (Universidade de Passo Fundo)

O texto a seguir trará um pequeno esboço histórico sobre as escolas militares e escolas cívicos militares, este último, sendo apresentado como um grande projeto, que envolve a educação, assistencialismo e sentimento de pertencimento, a somatória disso seria o fortalecimento da soberania do País. O Sistema Educacional Brasileiro tem vivenciado diferentes mudanças desde a época do Império. A educação sempre foi uma das grandes preocupações dos governantes, a partir dela que se molda a identidade de uma Nação. Os primeiros registros sobre o ensino militar são do ano de 1699, onde as aulas eram ministradas por militares dentro da Cadeia da cidade do Rio de Janeiro, eram instruções sobre fortificação. O ensino militar era precário e descentralizado, objetivava atender o mínimo para a defesa da Costa Brasileira. Com o passar dos anos a estrutura educacional passou por inúmeras

transformações, porém pouco abalaram o sistema educacional dos colégios militares, que são administrados pelo Exercito Brasileiro, são regidos por legislação própria e são reconhecidamente parte integrante do sistema público de ensino, embora o ingresso seja por meio de processo seletivo rígido e disputado. Uma das últimas atualizações do sistema educacional brasileiro, por sugestão do Governo Federal foi a implantação de escolas cívico militares em todos os estados da nação, seguindo o modelo das colégios militares do Estado de Goiás e também os colégios Tiradentes no Rio Grande do Sul. A ideia do aumento do número de escolas cívicos militares, se fortaleceu a partir de 2020, percebemos por meio da trajetória histórica que não é algo inovador. A proposta está atrelada a questões de produtividade, de segurança (tanto para o corpo discente quanto para o corpo docente).

Sessão 2
29/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 22

A formação do Aspirante – Machinista – da Marinha: da propulsão à vela ao vapor (1857-1924)

Hercules Guimarães Honorato (INPG)

O objetivo deste estudo é apresentar um período histórico vivido na Academia de Marinha, atual Escola Naval (EN), instituição de ensino superior militar, na formação dos oficiais para a nossa Marinha de Guerra, de 1857 a 1924, quando tivemos, além de Aspirantes da Armada, os Aspirantes – Machinistas –, futuros responsáveis pelo bom funcionamento das máquinas propulsoras de bordo, marco tecnológico sem precedentes com a transição da vela para o vapor. A metodologia é a revisão bibliográfica-documental de fontes e textos, onde foram levantados diversos documentos históricos constantes dos decretos imperiais e republicanos da época e, em especial, da Revista Marítima Brasileira, periódico publicado desde 1º de março de 1851. A janela temporal pesquisada foi motivada entre a criação do Corpo de Maquinistas Navais, em 1857, e a sua fusão com a Armada, em 1924. Não tínhamos à época uma indústria de construção de máquinas, tanto os motores quanto as caldeiras eram importadas da Inglaterra. Com as novas conquistas tecnológicas iniciais, deixava claro também a necessidade de uma formação de profissionais com conhecimentos especializados para manter e conduzir as novas máquinas que começavam a se desenvolver nas navegações mercantes e no ambiente naval. A EN, no início do século XX, era constituída por um Corpo de Aspirantes que iria se dedicar à arte de navegar e às atribuições militares correspondentes, e pelo Curso de Máquinas, composto por alunos que se destinavam às máquinas de bordo. A evolução tecnológica na propulsão naval, no sentido da mudança da vela para o vapor, proporcionou ao mesmo tempo uma mudança do paradigma do velho marinheiro, que conhecia o seu trabalho pela experiência e ao sabor dos ventos,

para um profissional técnico e conhecedor de um complexo navio de guerra, onde o seu conhecimento passou a ser técnico especializado, uma consequência quase imediata das Revoluções Industriais e também da mudança de uma Armada Imperial para uma Esquadra verdadeiramente nacional. Somos e seremos sempre um povo marítimo, cuja segurança na nossa fronteira "molhada" se faz necessária desde há muito tempo. A escola do mar deve ser aquela que bem prepara os seus homens para qualquer mal tempo possível e para qualquer inimigo que ouse contra nossa soberania. O ensino na Escola Naval acompanhou o desenvolvimento tanto tecnológico, com a passagem para a propulsão a vapor, quanto da própria fusão dos corpos de Armada e Maquinista, com um currículo que atendeu a uma formação única do oficial de Marinha, preparando-o, a partir de 1924, para qualquer função a bordo dos navios de guerra, desde o convés até o calor das máquinas, com camaradagem e trabalho em equipe.

Germanófilos no Rio de Janeiro: ideias e ações em prol da Alemanha durante a Primeira Guerra Mundial.

Livia Claro Pires (UFRJ)

O presente trabalho tem por objetivo expor e analisar de maneira breve os intelectuais brasileiros localizados na então capital federal da república, o Rio de Janeiro, que se posicionaram de maneira favorável à campanha da Alemanha ao longo da Primeira Guerra Mundial. Quem eram esses indivíduos, quais eram suas filiações intelectuais e políticas, suas formas organizativas, seus meios de exposição serão objeto de estudo. Sobretudo, as ideias que professavam a respeito da beligerância, e sobre as quais construíam seus argumentos em defesa do Reich estarão sob análise. Num primeiro momento, percebe-se que aqueles que ficaram conhecidos como germanófilos em geral viam o conflito como um atentado contra o crescente protagonismo assumido pelo Império Alemão na cena política e econômica internacional, arquitetado pelos seus dois principais rivais, a Inglaterra e a França. O teor conspiratório das suas afirmativas mesclava-se a demonstrações de admiração pela produção cultural daquele país, uma influência considerada benéfica por eles à forja da identidade nacional brasileira nas décadas iniciais da Primeira República. Assumiram, portanto, uma posição singular, quando contrastada com o aliadofilismo demonstrado pela maioria da intelectualidade brasileira, mas que ia ao encontro do debate forjado entre apoiadores da Tríplice Entente e dos Impérios Centrais presente em diferentes sociedades dos países neutros. A edificação de uma história cultural da guerra nas últimas décadas tem permitido resgatar essas reações acerca do primeiro conflito mundial, e perceber a complexa rede de representações formadas a partir daquele quadriênio. Por serem os germanófilos do Rio de Janeiro pouco investigados pela historiografia, esta comunicação visa contribuir para a

compreensão tanto da Primeira Guerra Mundial, quanto dos seus desdobramentos sobre o Brasil.

Recrutamento Militar: conjecturas para uma história do Maranhão

Polliana Borba (UFRGS)

Durante o período colonial e quase todo o Império Brasileiro o recrutamento foi a principal forma de engajamento nas tropas de primeira linha. Estudiosos abordam o recrutamento ora como controle social das camadas mais pobres, ora como ferramenta punitiva para desafetos. O artigo, tendo o Maranhão como campo de estudo, pretende com base na correspondência enviada pelos delegados ao chefe de polícia no período de 1842 a 1850, dá um vislumbre de alguns aspectos do que foi esta instituição e dos indivíduos afetados, observando os significados do recrutamento no pós Balaiada posto que uma das versões atribui ao recrutamento um dos motivos da revolta. Para tal abordagem utilizamos tanto a documentação primária como os autores Regina Faria (2012), Matthias Assunção (2008), Walter Filho (1996), Lúcio Kowarick (1994) entre aqueles que têm a temática como estudo Hendrik Kraay, Kalina Silva, Nelson Sodré, Fábio Mendes, dentre outros.

A Força Expedicionária Brasileira e suas representações em Belo Horizonte: lembranças, monumentos e narrativas.

Edilan Martins de Oliveira (Universidade Federal de Viçosa)

Este trabalho procurará analisar as concepções elaboradas pelos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (FEB) nas associações de ex-combatentes em Belo Horizonte. Após a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), ocorreu a desmobilização do contingente expedicionário, com a consequente necessidade de promover a reintegração social dos indivíduos que foram mobilizados para o esforço de guerra pelo Estado Novo (1937-1945). Diante da omissão dos poderes constituídos no cumprimento da legislação de amparo aos outrora cidadãos-soldados, os veteranos da FEB reuniram-se em associações de ex-combatentes na capital mineira. Promovendo uma análise das memórias dos veteranos brasileiros e da atuação pública das associações de ex-combatentes discutiremos como se deu o processo de construção de uma memória coletiva sobre a participação da FEB no front italiano durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), bem como as características da construção desse discurso difundido por esses lugares de memória, afim de perceber como essa construção social está

associada a formação da identidade e a difusão de um ou mais relatos acerca da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Tomando como base os estudos da memória e a reintegração social acerca da participação do Brasil no conflito, fazendo uso de variadas fontes (publicações da agremiação, entrevistas, periódicos), se buscará apontar o cenário no qual os ex-expedicionários formularam suas respectivas narrativas. Ressalta-se que, nos discursos oficiais, em produções audiovisuais e nas obras literárias, prevaleceram as lembranças acerca da FEB e um esquecimento relativo à participação dos de outras categorias de ex-combatentes no que tange à memória e história do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial.

Três Coroas e o Tiro de Guerra nº 649

Andrea Helena Petry Rahmeier (FACCAT)

Ao realizar o projeto Inventário Patrimonial de Três Coroas constatamos que o prédio onde hoje está instalada a Secretaria Municipal de Educação e Desporto do município foi construído da década de 1920 para ser instalado o Tiro de Guerra nº 649. A presente comunicação aborda a história deste Tiro de Guerra e alguns documentos guardados sobre o mesmo no estabelecimento da Secretaria de Educação de Três Coroas. Por existir poucos documentos sobre os Tiros de Guerra no interior do Estado, a referida documentação encontrada, torna-se um marco importante. Esta documentação possibilita compreender alguns encaminhamentos que ocorreram neste período. Bem como, entender como as regiões coloniais conseguiram realizar o serviço militar nas décadas de 1920 e 1930 permanecendo próximo as suas propriedades.

Guerra Irregular e Forças Armadas Brasileiras: da Guerra Fria aos nossos dias.

Rafael de Borba Araujo (UFRGS)

O trabalho propõe uma análise da atuação das forças armadas brasileiras em atividades de Guerra Irregular, centrada na evolução legal, técnica e teórica sobre o tema em nossas forças repressivas desde o período da Ditadura de Segurança Nacional. O estudo baseia-se na análise da produção teórica sobre o tema realizada por oficiais de nossas forças armadas e auxiliares, particularmente os manuais militares voltados a esse tipo de atuação, assim como monografias de conclusão produzidas pelos alunos oficiais em seus cursos de formação e aperfeiçoamento, e ainda em artigos publicados por militares em revistas especializadas. Propõe uma análise comparativa entre o embasamento teórico e

técnico para a atuação nesse tipo de conflito desenvolvidos no período ditatorial pós 1964, no quadro da Segurança Nacional e da Guerra Revolucionária, e os dias de hoje, em atividades enquadradas na Segurança Pública e Garantia da Lei e da Ordem. Tem por hipótese principal que as prerrogativas então outorgadas, o marco teórico, e a prática de atuação nesse tipo de conflito, passaram com poucas mudanças pelo período de Abertura Democrática, representando hoje, uma das mais significativas permanências do período ditatorial na estrutura repressiva do país. Trata-se de pesquisa de doutorado em andamento pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com previsão de conclusão para o ano de 2023.

Guerra Colombo-Peruana: A atuação da Liga das Nações na América do Sul (1933-1934)

Helio Irany Wanderley Junior (FGV CPDOC)

No dia 1 de setembro de 1932 a cidade de Letícia na fronteira com o Brasil foi invadida por tropas peruanas inconformadas com o Tratado Salomón-Lozano, pelo qual a região tinha sido entregue a Colômbia em 1930, deflagrando uma guerra entre os dois países. Após nove meses de intensas disputas nos fóruns internacionais e de combates na região, chegou-se a um cessar-fogo provisório, celebrado em 25 de maio de 1933: nomear uma comissão da Liga das Nações para administrar a região por um ano para que Peru e Colômbia, com a intermediação do Brasil, discutissem os termos de um acordo bilateral que colocasse fim ao conflito. O presente trabalho tem por objetivo analisar como se deu a atuação da comissão da Liga das Nações na América do Sul através dos documentos obtidos nos arquivos da League of Nations, buscando identificar como se deu a participação dos diversos agentes estatais em confronto envolvidos no conflito, Peru e Colômbia, e também daqueles que efetivamente participaram das negociações: caso dos Estados Unidos da América, Espanha e Brasil. Dessa forma, pretende-se estudar as disputas diplomáticas e a atuação da Liga das Nações no conflito, classificado atualmente como um caso de sucesso por ter culminado na Conferência do Rio de Janeiro e na assinatura do Protocolo de Amizade e Cooperação entre o Peru e a Colômbia em 24 de maio de 1934.

Entre foguetes e satélites: alianças institucionais do Laboratório Associado de Combustão e Propulsão do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (1968-1979)

Cassiane Souza dos Santos (USP)

Este trabalho versa sobre parte da trajetória institucional do Laboratório de Combustão e Propulsão (LABCP), uma instituição associada ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), entre os anos de 1968 e 1979. Interessa-nos discutir, sob um viés sociopolítico, acerca dos atores envolvidos no processo de transferência do LABCP, antes localizado em São José dos Campos-SP, para Cachoeira Paulista-SP, local de sua implantação definitiva. Tendo em vista que tal mudança foi ditada pela necessidade de manuseio de propelentes explosivos, parte-se das questões: Por que era importante fazer testes com propelentes explosivos? A quem serviam os testes? Quais experimentos eram realizados? E, sobremodo, quais atores (nacionais e internacionais) participaram de tal processo? Como adeptos do conceito de "alianças sociotécnicas", sistematizado por Bruno Latour em diversas obras (1994; 2000; 2005), procuramos mobilizar algumas das "redes" que sustentaram a constituição do LABCP, levando em consideração os possíveis interesses de cientistas, do Estado e de particulares. Para tanto, utilizamos dentre outras fontes, os "Relatórios de Acompanhamento dos Convênios" da FINEP, sendo estes nossos documentos primários. Ao término, concluímos que o LABCP alterou a sua localidade para atender às demandas do Governo e das Forças Militares, devido à Missão Espacial Completa Brasileira (MECB). Os testes contribuiriam para o desenvolvimento científico e econômico da Agronomia e da Indústria, bem como para viés de defesa. No laboratório, eram realizados estudos para a propulsão de satélites e foguetes, além de se resolverem problemas cotidianos, como os gerados pela Crise do Petróleo (1973). A força deste estudo opera na Nova História Social das Instituições.

Militares e política no governo JK (1956-1961): tensões internas e disputas de protagonismo

Vinícius Marcondes Araújo (UEM)

Este trabalho tem como objetivo analisar as relações entre os militares e a política brasileira no período do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). Parte de uma pesquisa mais ampla, voltada à compreensão das visões da diplomacia estadunidense sobre a atuação política das Forças Armadas brasileiras neste período, este recorte se inicia por uma breve abordagem dos debates teóricos que se desenvolveram em torno das concepções "organizacional" e "instrumental" sobre os militares na política, que ganharam voz através de cientistas sociais e historiadores como José Murilo de Carvalho (2019) e Edmundo Campos Coelho (2000). Em seguida, traçamos um histórico das intervenções militares na política brasileira e dos movimentos políticos no interior das Forças Armadas desde o início da República, visando identificar os elementos de continuidade e as rupturas que se produziram nesta relação até o período de interesse para esta pesquisa. Finalmente, apontaremos os aspectos que

marcaram as relações entre militares e política durante o governo JK, considerando as repercussões das movimentações militares que tumultuaram as eleições de 1955, no episódio conhecido como "Contragolpe de 11 de novembro" as rebeliões de Jacareacanga (1956) e Aragarças (1959), e outros episódios pontuais que demonstram o tensionamento entre as forças militares e políticas neste período. Além disso, as divisões políticas no interior das próprias Forças Armadas também são elementos de interesse para a compreensão do aparato conceitual e ideológico em torno dos quais os atores militares se mobilizavam, seja para defendê-los, seja para rejeitá-los. Em suma, buscaremos demonstrar que este período da história republicana, tradicionalmente considerado como de singular estabilidade política, estava permeado por tensões entre diversos atores que disputavam o protagonismo de seu projeto político e de nação, cujas disputas anteciparam a situação de crise deflagrada dos anos seguintes.

A Revista "O Verde Oliva": objeto e fonte de pesquisa para a história militar brasileira

Ianko Bett (PUCRS)

Essa comunicação tem o objetivo principal de apresentar as primeiras reflexões teórico-metodológicas sobre aquela que pode ser considerada uma das principais revistas do Exército Brasileiro, atualmente denominada de "Verde Oliva". A revista foi criada em 1973 com o nome de "O Verde-Oliva" e, com exceção de poucos intervalos de tempo e em função de algumas transformações de ordem administrativa, vem sendo publicada de forma ininterrupta até a contemporaneidade. Trata-se, portanto, de uma publicação com características de um potencial instrumento para pesquisa histórica, tanto na forma de objeto de estudo quanto na forma de fonte. Dado o ineditismo do uso dessa Revista no âmbito da produção do conhecimento histórico, o seu estudo pode apresentar diversas possibilidades para a compreensão em relação a construção de imaginários, representações e discursos da força terrestre brasileira, sob as mais diversas temáticas, as quais, em última instância, tinham como intenção atingir não só aos militares, mas o público em geral, tendo em vista sua ampla circularidade.

ST 23: História social do crime e das práticas de justiça

Coordenadores: **Cláudia Mauch (UFRGS), Maíra Ines Vendrame (Universidade do Vale do Rio dos Sinos)**

Sessão 1
26/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 23

Sessão 2
27/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 23

Ementa: Esse simpósio tem o objetivo de congregar historiadores e historiadoras que trabalham com temáticas e fontes ligadas à violência, ao crime, à polícia, às práticas de justiça e às instituições e práticas de castigo e controle social em diferentes espaços e épocas. O delito, o desvio e a desordem, assim como as formas de repressão e controle social criadas para circunscrevê-los são perspectivas privilegiadas para a investigação das relações de poder, das resistências e relações entre Estado e sociedade. Assim, e sem esgotar as muitas possibilidades e recortes de pesquisa que o estudo do crime ou a partir do crime oferece, o simpósio visa tratar temáticas como as que se seguem: - história sócio-cultural do crime: representações do/a delinquente e do delito; discursos legais, científicos e morais em torno da criminalidade e da violência; relação entre o crime e as categorias de raça, classe e gênero; honra; - direitos e práticas de justiça; - criminalização de grupos e/ou comportamentos, bem como as agências dos/das criminalizados/as; - polícia, vigilância, segurança e ordem; - instituições de castigo e de controle social; - possibilidades e debates metodológicos suscitados pelas fontes produzidas pelo sistema de justiça criminal (registros policiais e de instituições de encarceramento, processos criminais e outras) e seu uso na história social, cultural, microhistória, história transnacional e conectada entre outras abordagens.

Sessão 1
26/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 23

Polícia Jurídica no Piauí: autoridades policiais e as reformas judiciárias do século XIX

Camila Melo Silveira da Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

O presente estudo tem como discussão central a prática policial de delegados, chefes e subchefes de polícia da província do Piauí, no contexto da Reformas Judiciárias de 1841 e 1871 no Brasil. Sobretudo no processo de formação da Polícia Judiciária, nos interessa entender em que medida as regras do inquérito policial no sistema jurídico penal constitui e (re) configura a atuação de

autoridades policiais e "as dinâmicas que regem as relações do poder público com a população" (ROSEMBERG, 2008, p. 77). Além disso, nos chama a atenção que a passagem de um sistema monárquico com traços centralizadores, para um regime republicano que pressupõe uma concepção igualitária de sociedade, tenha mantido vários pressupostos das Reformas de 1841 e 1871, tanto nos códigos de processo criminal estaduais, quanto no Código de Processo Penal vigente, de 1941. Para tanto, selecionamos como suporte empírico as Leis de 03 de dezembro de 1841 e nº. 2.033 de 20 de setembro de 1871, regulamentada pelo Decreto nº 4.824, do dia 28 de novembro do mesmo ano. Do ponto de vista teórico-metodológico, buscamos dialogar com Bretas (1991; 1997; 2013), Holloway (1997); Rosemberg (2008); Sant`Anna (2010; 2017); Slemian (2010).

Extradição e criminalidade transnacional no mundo ibero-americano na década de 1870.

Gonçalo Rocha Gonçalves (UNIRIO)

Nos primeiros dias de setembro de 1871, a polícia de Lisboa prendeu o brasileiro António José Peixoto, que acabara de chegar à cidade vindo do Rio de Janeiro, aparentemente a caminho de Londres. A prisão foi feita a pedido das autoridades policiais brasileiras que pediram sua extradição para o Brasil. Peixoto, um renomado comerciante no Rio de Janeiro, era acusado de desviar uma quantia significativa de dinheiro de alguns membros da elite carioca. Poucos dias depois, um banco português também apresentou queixa contra Peixoto, que ficou detido a pedido do Brasil e das autoridades judiciais portuguesas. Em Lisboa, Peixoto permaneceu em prisão preventiva até março de 1876, quando foi julgado e absolvido. O pedido de extradição brasileiro, no entanto, era mais complexo. O acordo de moeda falsa de 1855, o único entre Portugal e Brasil que permitia a extradição, não incluía crimes de fraude, mas o caso chamou a atenção de ambos os estados para o crescente número de criminosos fugindo entre a Europa e a América do Sul e para o desenvolvimento de novas formas de crime que se utilizavam das crescentes facilidades de circulação atlântica. Quando se deu o caso Peixoto, Portugal e Brasil discutiam já há alguns anos um novo acordo de extradição entre si, mas também acordos com outros países da Europa e da América do Sul. Em 1872, com Peixoto ainda na prisão portuguesa, Brasil e Portugal finalmente assinaram um acordo de extradição ao mesmo tempo em que o Brasil assinava acordos semelhantes com França, Itália, Argentina e Paraguai e Portugal assinava com Espanha, Itália e negociava com a Argentina. Em 1876 Peixoto foi extraditado para o Brasil, não segundo o novo acordo de 1872, que não previa a retroatividade, mas como uma espécie de gesto de boa vontade portuguesa para ajudar a combater crimes que afetavam, segundo o governo português, "toda a humanidade". A partir do caso Peixoto, este trabalho

tem como objetivo analisar o desenvolvimento dos acordos de extradição como instrumento de cooperação entre os Estados em matéria de justiça criminal, explorando a relação entre a crescente facilidade de circulação no Atlântico e a conscientização dos Estados para os riscos que essa facilidade representava em termos criminais. Com base em fontes diplomáticas e policiais, este trabalho analisará as negociações que levaram à assinatura dos acordos diplomáticos em 1872, mas dará especial atenção a casos específicos de extradição, especialmente o de António José Peixoto, e o seu papel no desenvolvimento das relações de cooperação entre os Estados na luta contra o crime transnacional.

Plínio Brasil Milano, "o activo delegado do quarto districto": uma história sobre trajetórias e memórias da Polícia Civil do Rio Grande do Sul

Erico Teixeira de Loyola (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

A exposição, a partir dos conceitos de "projeto e campos de possibilidades" (VELHO, 2013), e de "memória social" (POLLAK, 1992), procura apresentar e debater a trajetória profissional do Delegado Plínio Brasil Milano nos anos de 1936 e 1937, quando chefe da unidade policial do 4º Distrito de Porto Alegre, e as narrativas e memórias constituídas em torno de si após a sua morte. Nomeado "Patrono da Polícia Civil do Rio Grande do Sul" em 1983, seus feitos foram, desde o início da carreira, celebrados pelas páginas de periódicos que circulavam em Porto Alegre. Teria contribuído, para isso, a sua proximidade com setores da imprensa, e sua atuação em circunscrição de importância estratégica em virtude da presença de trabalhadores do setor fabril. Nesse sentido, o exame da atuação deste agente, nos anos 1930, e da memória posteriormente constituída a seu respeito, abre a possibilidade de compreender os meandros da atuação policial em um período e em uma região politicamente sensíveis, e auxilia no entendimento acerca da institucionalização da Polícia Civil no Rio Grande do Sul, em meio ao processo de redemocratização da década de 1980.

O caráter transnacional da ciência criminológica em fins do século XIX a partir dos trabalhos do médico Francisco Ferraz de Macedo

Fernando Fontes Cepulli (UNIRIO)

O desenvolvimento da criminologia no ocidente enquanto campo do saber autônomo é uma área da historiografia que ainda apresenta diversas lacunas. Enquanto grandes nomes do campo criminológico já se tornaram amplamente conhecidos pelos estudiosos mais especializados, a exemplo de Lombroso,

Bertillon e Lacassagne, outros tantos ainda se encontram preteridos pelas narrativas historiográficas mais atuais. Como consequência desse fenômeno, acabamos também priorizando a produção científica de grandes centros de pesquisa mais tradicionais nesta área, como a França e a Itália, por exemplo, e relegando o papel de cientistas que atuam em países mais periféricos a um segundo plano. A proposta desta comunicação, portanto, é apresentar como podemos perceber o desenvolvimento da ciência criminológica em fins do século XIX a partir de uma perspectiva transnacional, que funciona a partir de redes de colaboração, divulgação e debate muito mais fluidas e dinâmicas do que os estudos focados nos grandes centros científicos tradicionais nos dão a impressão em uma primeira instância. Neste caso, analisamos os trabalhos de Francisco Ferraz de Macedo, médico português formado no Brasil, cujo percurso profissional o levou a atuar e colaborar com diversos pesquisadores e laboratórios de renome na Europa. Suas pesquisas e publicações focadas nas discussões acerca das teorias de criminogênese, antropologia biológica e das novas técnicas de identificação criminal que surgiam no período, evidenciam uma grande circularidade de informações e de ideias que não se limitam às fronteiras políticas e culturais de cada Estado-Nação, mas indicam a existência de um campo do saber muitos mais interconectado por esforços individuais e institucionais presentes no Mundo Atlântico. A partir disso, buscamos mostrar como países comumente considerados à margem em relação às produções científicas criminológicas dos Oitocentos, a exemplo do Brasil e de Portugal, podem ser vistos enquanto agentes de considerável protagonismo e relevância em meio a este complexo e efervescente cenário.

Sistema Prisional de Sergipe: considerações sobre sua estrutura e organização no contexto da Reforma Prisional do Império (1867-1875)

Flávio Santos do Nascimento (Universidade Federal Fluminense)

A efervescência das ideias que refletiam sobre as políticas punitivas, a natureza e a finalidade das prisões foi consolidada a partir das bases intelectuais do Iluminismo, principalmente em fins do século XVIII. A questão das prisões ganhou uma relevância inédita no Brasil a partir da segunda metade do século XIX. Embora já houvesse previsões normativas e de organização do sistema prisional na Constituição outorgada de 1824, foi no avançar dos anos após 1850 que as elites políticas, bem como as ações administrativas do Império, colocaram em curso o que a historiografia convencionou chamar de Reforma Prisional. As discussões sobre as prisões e as ações delas decorrentes no Brasil estavam conectadas com o ambiente intelectual mais amplo, conectava-se com os debates e modelos de prisão implementados na Europa e nos Estados Unidos. Este artigo busca refletir sobre a chegada dessas novas concepções sobre as

penas e as prisões no Brasil Império - com a chamada Reforma Prisional - e, mais especificamente, tendo em vista os ecos dessas concepções na organização e administração da malha prisional de Sergipe. Através da consulta a fontes como os relatórios dos Presidentes de Província e os relatórios dos Chefes de Polícia, este trabalho descreve a organização e a estrutura do sistema prisional de Sergipe entre os anos de 1867 e 1875, buscando relacioná-lo com as condições socioeconômicas da Província.

Manicômio Judiciário da Paraíba no contexto dos anos 1940: a influência da biotipologia de Ernest Kretschmer na medição dos corpos dos loucos[as] delinquentes

Helmara Giccelli Formiga Wanderley (UFCG)

Inaugurado em 1943, o Manicômio Judiciário da Paraíba, passou a ser lugar de disputas entre juristas e psiquiatras, recebendo, a partir de 1944, alienados que estava em conflito com as leis. Dirigido pelo psiquiatra Odírio Duarte, a instituição veio suprir a falta, no Estado da Paraíba, de um lugar para sujeitos duplamente estigmatizados, loucos[as]-criminosos[as], conforme estabelecia o Decreto 1.132/1903 e o Art. 33. do Código Penal do Brasil, de 1940. Feitas estas considerações, observamos que o trabalho tem como objetivo principal conhecer a influência das teorias biotipológicas europeias, notadamente a aproximação dos psiquiatras com a classificação de Ernest Kretschmer. Nesse sentido, analisaremos as fichas de entradas e prontuários médicos dos primeiros pacientes recambiados por ordem da justiça, do Hospital Colônia Juliano Moreira, para o recém-criado Manicômio Judiciário. Destarte, considerando os caracteres morfológicos e antropométricos dos primeiros pacientes daquele hospital-prisão fica em evidência a influência das teorias/classificação do psiquiatra alemão, que foi recepcionada, apropriada e, possivelmente, adaptada pelos psiquiatras paraibanos que atuavam naquela "instituição total". Também faremos um estudo bibliográfico acerca dos temas que atravessam esse estudo, quais sejam: Antropologia Criminal, Psiquiatria Forense, Biodeterminismo, Biotipologia, entre outros. Seguindo-se a esta feita, analisaremos as normas legais brasileiras que enquadravam os loucos[as]-criminosos[as] no contexto dos anos 1940. Para alcançarmos nossos objetivos, nos aproximaremos do método indiciário de Carlo Ginzburg, em busca de qualquer vestígio que permita conhecer como psiquiatras e juristas paraibanos construíram "verdades" sobre os corpos de homens e mulheres que por motivo de loucura e crime estiveram naquela instituição. Quanto ao aporte teórico-metodológico nos aproximamos da Nova História Cultural, dialogando especialmente com os conceitos de práticas, representações e apropriações do historiador francês Roger Chartier.

Sessão 2
27/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 23

Trilhos de Honra e Violência em Santa Maria da Bocca do Monte (1910-1939): notas sobre a dissertação

Bárbara Gonçalves Textor (UFSM)

A presente comunicação busca destacar aspectos da pesquisa de mestrado desenvolvida, na qual buscamos abordar as relações de gênero, através de processos criminais, localizados no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM), referentes a defloramentos, estupros e raptos, crimes pertencentes ao Título VIII, "Dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor", do Código Penal brasileiro de 1890. Os três tipos penais foram escolhidos pela maior incidência dentre os crimes do referido título encontrados no AHMSM, como também pelas possibilidades que suscitam. Foram utilizados 46 processos crime selecionados por critérios espaciais, cronológicos e de tipificação criminal. O recorte espacial abrangido pela análise foi o perímetro urbano da cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. Já a demarcação cronológica consiste nas décadas de dez, vinte e trinta do século XX. O objetivo do trabalho foi analisar as práticas sociais e culturais, e os valores morais, considerando as ações e narrativas que permeiam as práticas e "estratégias" de vítimas e réus no tocante aos crimes em questão. Da mesma forma, nos interessou investigar de que maneira se constituíam as principais diferenças entre os três tipos penais trabalhados no estudo propondo analisá-los em separado. O que se justificou na apreensão de possíveis inflexões, mas também proveniente da crítica embasada na constatação de que muitas análises do tema não primam pelo viés da tipificação do delito e suas implicações, suprimindo particularidades, sobretudo no que diz respeito às linhas tênues existentes entre os crimes sexuais de defloramento e estupro, ao que o último perde em projeção. O estudo se voltou para os impactos da presunção da violência nos crimes de estupro, também para casos destoantes e de maior teor violento entendidos como reveladores para apreensão de outras dimensões da racionalidade de época e usos das leis usualmente sem visibilidade em pesquisas, como também explorou possíveis margens de ação dentro do sistema de valores. Tal abordagem se mostrou profícua revelando clivagens em dados qualitativos e quantitativos coletados. Como também possibilidade de contribuições em discussões historiográficas que tangem noções de honra e violência do período e seus embates por meio da lei. Visto que a supressão do caráter violento de tais ocorrências atingia a produção das fontes, o que influenciou, por aspectos diversos, investigações acadêmicas. As análises foram construídas a partir da elaboração de um banco de dados que permitiu traçar perfis de envolvidos, de vítimas e réus, através da tabulação de variáveis (sociais, etárias, empregatícias, cor e redes relacionais etc.).

A Cesta Mórbida de Maria de Macedo: Exposição do Corpo da Mulher Negra Esquartejada na Mídia Carioca no Século XIX

Savio Queiroz Lima (UFRGS)

O trabalho debruça atenção na representação ilustrada de crime violento em periódicos no século XIX. O corpo esquartejado e desnudo de Maria de Macedo, mulher negra, é representado em gravura no periódico carioca A Revista Ilustrada em 1892. Fruto de fotografia técnica seguindo os rigores cientificistas do período, a imagem é o ponto de partida da investigação que mapeia as exposições do crime e seus envolvidos, atentando para questões interseccionais que envolvem a vítima: mulher negra (registrada parda) exposta da intimidade afetiva à nudez de seu corpo. A narrativa do crime no jornal A Gazeta de Notícias ilustra o jogo de motivações do crime, a cena do crime devidamente ilustrada em planta baixa, detalhamentos do esquartejamento e sua técnica e, por fim, o intento de ocultamento do cadáver. A investigação pormenoriza as construções discursivas midiatizadas sobre crime, sua tipologia e seus envolvidos, a modernização do aparato técnico policial e o labor médico legista, as transformações ocorridas nos tratos discursivos da mídia jornalística no final do século XIX. Como na imagem exposta do corpo violado de Maria de Macedo, a crítica pertinente sobre as correlações interseccionais entre gênero, raça e classe acentuam as disparidades de usos e representações das categorias sociais e seus marcadores, sua desumanização no trato cientificista médico-legal e sua instrumentalização enquanto objeto de deleite do leitor médio normativo.

A criminalidade feminina nos arquivos da justiça: o caso dos "Crimes do Agradinho" (Uberaba - MG, década de 1960)

Maíra Cristina Tomé Fonseca (UFRJ)

O presente trabalho tem como intuito analisar uma série de crimes ocorridos na cidade de Uberaba, Minas Gerais, entre os anos de 1957 e 1962, mas que só vieram a ser descobertos em 1964. Como autoras dos crimes foram acusadas quatro mulheres, vizinhas, moradoras da Rua Campos Sales, no Bairro Abadia, que teriam se utilizado do envenenamento como forma de matar. Essas mulheres cozinhavam algo que agradasse o paladar de suas vítimas, ofereciam a comida como forma de um "agrado" e matavam a pessoa lentamente, com "pó de matar rato", o arsênico. Devido a esse movimento, o caso ganhou popularmente o nome de "Crimes do Agradinho". Juntas, acredita-se que essas mulheres teriam matado mais de doze pessoas. Os estudos que se dedicam à criminalidade feminina nos

mostram que, em se tratando do homicídio – um crime mais associado ao universo masculino –, a mulher ultrapassa os limites de uma feminilidade que lhe é exigida socialmente, pois não se espera que uma mulher cometa crimes, sobretudo crimes de morte, o que implicará na produção de discursos e representações que irão recair sobre ela. Em nosso caso, esses discursos partem de muitos lugares: dos agentes jurídicos, dos oficiais da polícia, do campo médico-psiquiátrico, das vítimas, testemunhas e da imprensa, geralmente ligados a questões moralizantes relacionadas ao gênero. Assim, buscaremos analisar quais foram as percepções de gênero acionadas pela Justiça e pelos demais agentes sociais identificados no processo, bem como as representações criadas pela imprensa, e como elas recaíram sobre aquelas mulheres. As fontes que amparam nossa análise são jornais e revistas da época, tanto de circulação local quanto nacional, bem como o processo-crime que atualmente se encontra no Fórum da Comarca de Uberaba.

Quem matou Maria? Os indícios do crime do Pocinho – Vassouras, 1874 a 1982.

Maria Fernanda Caravana de Castro Moraes Ricci (Universidade de Vassouras)

No ano de 1874, aos 20 dias de novembro, por volta das 18 horas, o corpo de uma menina de 13 anos, denominada Maria, foi encontrado pelo pai, Francisco Antônio de Paula Muniz, nos fundos da casa familiar, próxima a uma touceira de bananeiras, de bruços, com as mãos abaixo da face e a cabeça contundida, percebendo-se o espalhamento de massa encefálica no entorno, com sinais de defloramento sem violência e recente, segundo revelado nos autos, evidenciado a posteriori pelos peritos designados ao exame. Quem seria capaz de tamanha violência? Quais seriam as razões de um ódio tão profundo contra uma menina, quase uma criança? Essas eram as perguntas feitas pelos moradores de Vassouras, na província do Rio de Janeiro, que clamavam das autoridades a resolução do nefasto caso. A investigação traz seus suspeitos. O primeiro, um quilombola, que furtivamente se aproveitara da jovem. Ricardo Salles (2008) informa que o fim do tráfico transatlântico causou um aumento da tensão entre senhores e escravos, com a diminuição das alforrias e o aumento de fugas. Essa hipótese foi descartada e em seu lugar se assumiu a suspeição de Francisco Ferreira da Silva, o Chico Mandú, homem de cor, morador de Vassouras, casado, tarefeiro, que havia sido contratado para executar pequenos e breves trabalhos no sítio dos Muniz. Qual seria a natureza desses serviços? A família Muniz, segundo informa o processo, era dona de um pequeno pedaço de terra, com pomar, horta, uma centena de pés de café, galinheiro, pocilga e uma venda, que atendia ao entorno. O processo desafiou os investigadores, tendo interrupções, duas reaberturas, em 1877 e 1882, quando, em 20 de setembro, o promotor

público oferece denúncia contra Ordelina Paula de Jezus, mãe da jovem falecida, sendo indiciada pela infração do art. 193 do Código Penal do Império, sem agravantes e atenuantes. Foi necessária a oitiva de 55 testemunhas, número muito maior que usualmente se apresentava em processos penais da comarca, a morte do pai da jovem e, quase uma década sem que do caso houvesse uma conclusão definitiva. As testemunhas perfilam um coletivo, formado no cotidiano dos fazeres rurais às sombras das grandes fazendas de café do Vale do Paraíba fluminense, pequenos sitiantes, tarefeiros, artesãos, caseiros, homens, mulheres, escravizados, livres, jovens, idosos, todos construindo narrativas sobre o fato. Amparados por Agostini (2015), Elias (2000), Ginzburg (2007), Mattos (1998), entre outros, podemos, pelas narrativas dispostas no processo, construir fragmentos de histórias e de paisagens sociais, assim como perceber as margens e negociações e efetivas atuações no contexto das interações entre os sujeitos e fronteiras enredadas nesse território.

Processo de criminalização da Guerra no Contestado a partir de fontes criminais e oficiais.

Milliann Carla Strona (Colégio Luterano da Paz)

Pretende-se por meio dessa comunicação problematizar o processo de criminalização da Guerra no Contestado que ocorreu durante os anos de 1912 a 1916 em uma região de fronteira entre os estados de Paraná e Santa Catarina. O movimento do Contestado era formado em sua maioria por caboclos pobres, que trabalhavam no campo e foram expropriados de suas terras para construção da linha férrea, que tinha por objetivo ligar os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. As terras exploradas em torno da ferrovia foram loteadas e vendidas preferencialmente a imigrantes. É importante ressaltar que os caboclos já sofriam com os abusos de poder de fazendeiros e coronéis locais. Esse sofrimento intensifica com o processo de incentivo a políticas imigratórias e de colonização dentro dos ideais de modernização do Estado durante o século XX. Deste modo, um conjunto de fatores econômicos, políticos, sociais e culturais contribuíram para o estopim dessa violenta guerra no sul do país, que culminou na morte de milhares de pessoas. A partir desse processo tem-se como finalidade analisar as narrativas oficiais que discutem a imposição da ordem e controle social por meio do uso da violência, física e simbólica, por parte das autoridades, locais e estatais, da época durante o combate ao movimento. Esses pontos serão analisados a partir de telegramas, e relatórios anexados a Mensagens de Estados ao Congresso Legislativo. Será explorado também o papel da justiça que atuou ao lado das forças militares responsabilizando criminalmente líderes e integrantes do movimento. Sendo assim, é relevante observar o caráter institucional da justiça como um órgão de controle através de processos-crimes. O controle do

movimento foi realizado de forma conjunta pelo exército, forças policiais e civis. Essa documentação oficial é pertinente, pois possibilita, mesmo que de forma controlada e com espaços limitados de fala, observar a participação de integrantes do movimento, que dificilmente estariam presentes nas documentações do Estado se não estivessem envolvidos em conflitos. Logo, os processos-crime apresentam-se como ricas fontes históricas, que dizem sobre os comportamentos sociais de uma determinada época. Quanto as fontes oficiais de estado como alerta Carlos Bacellar (2008, p. 63) "documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu". Essa documentação possibilita analisar as relações de poder existentes nesse território em disputa. Sendo assim, é possível perceber nessas fontes uma série de detalhes que revelam as complexidades existentes no conflito, bem como investigar as relações de poder, resistências entre Estado e sociedade, bem como da criminalização dos homens e mulheres que lutaram na guerra.

"Que faz parte dessas mulheres para quem o pudor e o decoro não são nem por palavras conhecidas de seus sentimentos deturpados": mulheres pobres, saúde e Justiça no pós-abolição em Santa Maria-RS

Gabriela Rotilli dos Santos (Nenhuma)

Através de processos-crime da Comarca de Santa Maria e registros de pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria, o presente trabalho intui apresentar uma parte dos resultados da dissertação de mestrado em História defendida em 2021 onde, cruzando essas duas fontes, pudemos reduzir o olhar analítico ao micro-cosmo santa-mariense, aliando metodologia serial e interseccional. Desta maneira, perfis e sociabilidades de mulheres pobres do início do século XX no espaço urbano de Santa Maria foram se delineando. O locus de pesquisa situado na região central do Rio Grande do Sul testemunhou, a seu modo, entre o fim do século XIX e início dos anos novecentos, transformações que foram visualizadas pela historiografia em grandes centros do país. Ou seja, a vida urbana em transformação através de um vertiginoso crescimento populacional motivado pela instalação dos primeiros traços da ferrovia, pelo estabelecimento do Núcleo Colonial de Imigração Italiana de Silveira Martins em seus arredores e, também, pelo fim da abolição, de maneira que homens e mulheres que vivenciaram o cativeiro em outras regiões do estado foram atraídos à cidade neste momento. A pobreza e as articulações para assisti-la ocupam um importante lugar nas preocupações da municipalidade e das elites médicas e políticas locais, preocupação essa expressa nas tentativas de regulamentação dos espaços, dos trabalhos, e das maneiras de ocupação do território da cidade, criando soluções que, não raras vezes, obstaculizavam as possibilidades de homens e mulheres pobres ali se estabelecerem. Através da Justiça e da saúde, portanto, visualizamos

a complexidade advinda da atenção aos recortes de cor, gênero, classe, idade e demais marcadores sociais que possibilitaram uma visualização mais aproximada das diferentes condições à que mulheres pobres estavam expostas, que dizem respeito não somente ao acesso à cidade, ao afeto, a cidadania, mas também aos trabalhos, à igualdade e à Justiça no pós-abolição.

As práticas de justiça local na produção do território imigrante (Brasil Meridional, séculos XIX e XX)

Maíra Ines Vendrame (Universidade do Vale do Rio dos Sinos)

O presente trabalho analisa conflitos violentos entre negros e imigrantes ocorridos em regiões de colonização europeia fundadas na província mais meridional do Brasil nos últimos anos do século XIX e início do XX. Através de processos-crime de homicídios, busca-se compreender os sentidos conferidos as disputas em espaços marcados pela imigração. Por meio de situações de conflito, problematiza-se o uso da violência como um recurso de controle racial, reforço das diferenças e hierarquias étnicas, bem como de defesa de direitos e práticas socioculturais em espaços marcados pela presença da comunidade rurais de origem europeia. A existência de procedimentos autônomos de justiça, vingança e pacificação aparecem como decisões que refletem lógicas, percepções e o funcionamento das estruturas de domínio local quando da ocorrência de determinados eventos.

ST 24: História social no Brasil escravista

Coordenadores: **Rachel Marques (Instituto Federal Farroupilha - Campus Alegrete), Luciano Gomes (SMED-POA)**

Sessão 1
26/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 24

Sessão 2
27/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 24

Ementa: O presente simpósio temático será um espaço destinado à divulgação de trabalhos recentes pertinentes à história social do Brasil escravista (América Portuguesa e Império Brasileiro) e ao diálogo em torno de suas questões prementes. Embora, ao se concordar com Lucien Febvre, possa-se lembrar que toda história é social, optamos por reforçar esse aspecto que integra temas que

buscamos debater. Buscamos promover o debate em torno de temas centrais, como estratégias sociais, hierarquias, parentesco (consanguíneo, por afinidade e espiritual), formação de redes sociais, clientelismo, variados tipos de relações de trabalho (incluindo a escravidão) e relações em torno da terra (agregação, arrendamento, etc.) durante o período em que parte da América encontrava-se sob o domínio português. Acreditamos na importância de congregar os resultados das diferentes pesquisas sobre os temas mencionados pois, a partir do olhar focado para esses e outros aspectos específicos das vidas dos atores sociais, pode-se, recorrendo-se à variação de escala, traçar um panorama mais amplo da história do Rio Grande de São Pedro. Um elemento desejado para o simpósio é o testemunho referente às experiências de análise de documentos e de emprego de métodos na pesquisa, especialmente quando se estudam segmentos sociais que eram predominantemente agrafos. Entendemos que a troca entre os pesquisadores pode ajudar a promover novas agendas de investigação, ampliando o conhecimento a respeito do fazer historiográfico..

Sessão 1
26/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 24

Lavradores no Continente: comparando a estrutura agrária e apropriação de terra em Estreito e Santo Antônio da Patrulha (c. 1784-85)

Franklin Fernandes Pinto (UFJF), Vanessa Ames Schommer (UFRGS)

O presente trabalho tem como objetivo comparar duas freguesias do século XVIII – Estreito (1761) e Santo Antônio da Patrulha (1763) – que possuem como características: terem recebido casais açorianos, serem majoritariamente lavradoras e a antiguidade da sua ocupação. Essa proposta de trabalho surgiu de inquietações a partir do diálogo entre dois pesquisadores que utilizam como fonte para seus estudos a Relação de moradores que possuem Campos e animais no Continente do Rio Grande de 1784. Assim, buscamos apontar as particularidades da fonte utilizada, as diferenças e semelhanças na conformação destas duas freguesias quanto às possibilidades de acesso à terra e delinear suas respectivas estruturas agrárias. Num primeiro momento o que salta aos olhos nessas duas freguesias, além do já citado, é a grande quantidade de acesso à terra por compra (29,55% em Santo Antônio da Patrulha e 34% em Estreito), número de agregados (24% em Santo Antônio da Patrulha e 16% em Estreito) e o diminuto tamanho das unidades produtivas. O que fomenta a pergunta: porque, num momento de incorporação de novos territórios ao Continente, esses sujeitos preferiram continuar em terrenos diminutos e comprar terras ao invés de partir para locais de maiores possibilidades de apropriação? Logo, buscamos nesse trabalho fomentar o debate entre essas localidades, explorando a

potencialidade da fonte já amplamente utilizada para complexificar o entendimento sobre a sociedade sulina do Setecentos.

"Declaro que os bens que formam a massa de nossa fortuna constam de terras, escravos, casas e suas benfeitorias": as fazendas da Serra de Taquari (século XIX)

Júlia Leite Gregory (Unisinos)

No final do século XVIII, indivíduos que residiam em Porto Alegre se apropriaram de uma grande área nas margens do Rio Taquari. A relação estabelecida, a partir daquele momento, entre Porto Alegre e Taquari, perduraria durante todo o século XIX, pois naquelas terras seriam constituídas fazendas que abasteceriam o mercado consumidor da província, enviando os produtos para a capital através do Rio Jacuí. Alguns proprietários nunca residiram em Taquari, comandando a produção de Porto Alegre. Inicialmente, as fazendas abrigaram engenhos de farinha e cana, mas, com o passar dos anos, um novo tipo de maquinário ganharia espaço e destaque naquelas paragens que abundavam em madeira: o engenho de serra. As tábuas de pinheiro se tornaram o principal produto de exportação do município, que também se destacava pela farinha de mandioca. Os principais mercados consumidores da produção de Taquari eram Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, cujo transporte era realizado através do Rio Jacuí. A farinha de mandioca e uma parte das tábuas eram escoadas pela estrada de Rio Pardo até a campanha, enquanto as pedras preciosas extraídas dos leitos dos rios eram exportadas para a Europa. Analisando a documentação, percebemos que a maioria das fazendas foi planejada a partir de Porto Alegre, sobretudo por negociantes vindos de fora que aproveitaram os recursos naturais que a região ao norte do Jacuí proporcionava. Estabeleceram unidades produtivas que funcionavam principalmente com mão de obra escrava ao mesmo tempo em que se encarregavam do comércio dos produtos através de suas embarcações. Apesar de a força pujante das fazendas de Taquari ter sido os engenhos de serra, identificamos que atafonas, engenhos de cana e alambiques permaneciam sendo utilizados nos mesmos estabelecimentos. Além disso, os fazendeiros tiraram vantagem da valorização fundiária e chegada de imigrantes para vender lotes coloniais e, em alguns casos, criar colônias particulares, sem interromper a fabricação. Com base em nossos indícios, acreditamos que esse contexto se repita para os vales do Caí e Sinos. Vimos que houve fazendas que continuaram nas famílias durante algumas gerações, enquanto outras foram vendidas. A administração da produção era transmitida normalmente ao filho mais velho e, no momento da partilha, prezava-se pela indivisibilidade dos engenhos. Entendemos que essa prática não prejudicava os herdeiros, pelo contrário, garantia o status do grupo familiar. Quando os proprietários fundadores faleciam

e a fazenda não era vendida por algum motivo, o filho responsável por dar continuidade à produção se deslocava até o estabelecimento e permanecia lá.

O enquadramento da escravidão do século XIX no desenvolvimento capitalista

Marcus Alex da Silva (Universidade Estadual de Londrina)

Os debates sobre a escravidão no século XIX necessitam ser analisados à luz das novas estruturas surgidas naquele século, notadamente o enquadramento desta instituição nas dinâmicas do capitalismo industrial que florescia naquele período. O conceito de Segunda Escravidão (TOMICH, 2011) busca a articulação do desenvolvimento capitalista no século XIX com a escravidão, mostrando que o trabalho servil pôde coexistir com as novas formas de trabalho suscitadas pelas relações capitalistas. A instituição da escravidão perdurou nas Américas no século XIX em três espaços definidos: Brasil, Cuba e sul dos EUA. Estas sociedades escravistas produziram discursos em defesa da escravidão articulando-os com a ideia do progresso típica do período. O interesse dos escravistas do sul dos Estados Unidos na manutenção da escravidão no Brasil e em Cuba se dava pela percepção de que esses espaços estavam interconectados e de que a manutenção da escravidão em um deles garantiria a dos demais; o fim da escravidão em um desses locais geraria um efeito dominó que afetaria os demais. Essa conexão mais profunda era sistêmica, tanto no que concerne ao capitalismo histórico, bem como, na divisão internacional do trabalho. O crescimento econômico nos espaços escravistas nas Américas proporcionado pela expansão da economia mundial deu força política e moral aos proprietários de escravos dentro dos EUA que buscavam ocupar o governo de seu país e, a partir dessa posição, garantir a permanência da escravidão internamente, enfrentando a oposição do norte, e externamente, enfrentando a forte campanha abolicionista da Grã-Bretanha. O fortalecimento econômico do sul dos EUA com a exportação do algodão também possibilitou um olhar para o exterior e a busca por um apoio político mútuo com Cuba e com o Brasil. Dessa forma, podemos perceber um alinhamento ideológico com grupos de mesma base social nestes três espaços políticos. Tal base ideológica dava sustentação política interna às elites escravistas, que construíram arranjos políticos distintos e que permitiam resistir às pressões abolicionistas externas - políticas, diplomáticas e militares - da grande potência do século XIX, a Grã-Bretanha. Para uma análise destes processos precisamos compreender como as condições estruturais, moldadas pelo sistema-

mundo capitalista, agiram para a conformação política dos três espaços da segunda escravidão, como essa influenciou e interagiu dentro dos espaços nacionais dessas sociedades e como essas sociedades interagiam em níveis distintos, tanto em âmbito nacional, quanto internacional.

Batismos de escravos na Campanha sul-rio-grandense (primeira metade do século XIX)

Marcelo Santos Matheus (IFRS)

Ao sul do Brasil, desde fins do século XVIII, mas principalmente na primeira metade do século XIX, procedeu-se uma intensa migração de luso-brasileiros, os quais invadiram, ocuparam e se apropriaram das terras dos índios missioneiros. Nessa região, os guaranis criavam milhares de cabeças de gado, riqueza que, junto com a terra, foi apropriada pelos invasores. Naquele contexto, os luso-brasileiros formaram uma sociedade católica e escravista, mesmo em uma região fronteiriça, onde as nações limítrofes foram, gradativamente, abolindo a escravidão. Em um espaço específico, chamado de Campanha, além de católica e rural, a estrutura socioeconômica formada, na esteira das atividades dos indígenas, tinha na pecuária e, não obstante o espaço fronteiriço, na exploração da mão de obra escrava sua espinha dorsal. Nesse sentido, esta comunicação tem por objetivo o estudo da formação daquela sociedade, dimensionando a importância demográfica dos escravos, explorando os registros de batismos de cativos de todas as capelas (5 no total) erguidas na Campanha na primeira metade do oitocentos. De maneira mais detalhada, buscamos responder: quantas escravos foram batizados naquele contexto migratório? Qual era a procedência dos escravos batizados – africanos ou nascidos no Brasil? E quais eram as "nações" dos africanos batizados?

Sessão 2
27/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 24

Laços, nós e descontinuidades: pensando redes e sociabilidades no período colonial

Israel Aquino Cabreira (UFRGS)

Este trabalho se insere em uma pesquisa doutoral em andamento no PPG em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e propõe como mote refletir sobre a (ir)regularidade das relações de sociabilidade no contexto colonial

lusoamericano. Partimos de um estudo de caso que se debruça sobre um grupo que detinha elevada relevância socioeconômica e política do Rio Grande de São Pedro durante a segunda metade do século XVIII para lançar os questionamentos: quais as possibilidades e limites colocados ao historiador ao reconstituir redes sociais daquele período a partir das fontes coevas? E como diferenciar relações regulares de contatos eventuais na reconstrução destas redes? Buscando identificar pistas que nos permitam ensaiar uma resposta a estas perguntas mobilizamos distintas séries documentais, tais como registros paroquiais e documentação judiciária e notarial, além de bibliografia de apoio. Como procedimento metodológico, aplicamos as ferramentas da Social Network Analysis no processo de reconstituição das tramas relacionais do grupo estudado, combinando o uso de ferramentas de redes estruturais e temporais a fim de identificar o alcance e a frequência dos contatos realizados. Nossos resultados iniciais demonstram o quão desafiador pode ser a tarefa de resgatar tais estruturas relacionais, especialmente quando consideramos o extenso conjunto documental necessário para tal empreitada. Torna-se, assim, necessário recorrer à variações da escala de análise, na tentativa de evidenciar as configurações assumidas pelas redes investigadas.

Práticas e padrões de compadrio de trabalhadores escravizados nos confins meridionais (Capela de Alegrete, 1821-1850)

Luís Augusto Ebling Farinatti (Universidade Federal de Santa Maria)

Na primeira metade do século XIX, a região que hoje forma o sudoeste do estado do Rio Grande do Sul constituía-se em uma área de disputada entre impérios coloniais, Estados emergentes e populações indígenas. Estas mesmas, com destaque para os egressos dos povoados missioneiros, conviviam com populações hispano-platinas e com grandes ondas migratórias vindas das possessões luso-brasileiras, a leste. Esse processo culminou na instalação de uma economia de forte base pecuária, com a presença de estabelecimentos rurais de diferentes envergaduras. A escravidão de africanos e seus descentes ocupou papel de grande relevância nesse mundo. A proposta desta comunicação é analisar as práticas de compadrio construídas por mães e pais escravizados naquela fronteira. Como tem demonstrado uma já sólida produção historiográfica, o compadrio foi um fenômeno complexo, que não pode ser reduzido a um único vetor de análise. Porém, a maioria desses trabalhos aponta que ele pode ser tomado como um indício das relações de reciprocidade horizontais e verticais fortemente vinculantes naquele mundo. Auxílio mútuo, proteção, acesso à meios de produção, ampliação da autonomia possível dentro da escravidão, construção de comunidades e a luta pela liberdade eram alguns dos fatores que passavam pelo estabelecimento dessas relações. Em um primeiro

momento, investigamos os padrões gerais de compadrio entre as mães e pais escravizados, tomando como pautas de análise a cor atribuída a eles e a seus filhos, a condição social de seus senhores, bem como de padrinhos e madrinhas. Depois, passamos ao estudo micro-analítico dos batismos envolvendo algumas das maiores escravarias presentes na capela. Investigamos as escolhas internas e externas à escravaria, a presença de padrinhos e madrinhas libertas, livres, indígenas ou de elite, as configurações das redes de compadrio que se construíam. Alguns casos são analisados em específico. As principais fontes utilizadas são os registros de batismo da Capela de Alegrete, entre 1821 e 1850. Também empregamos, de modo acessório, registros de casamento, inventários post mortem, processos criminais, alforrias e testamentos.

Diálogos sobre o parentesco espiritual: bases teóricas e tradições de pesquisa

Rachel dos Santos Marques (Instituto Federal Farroupilha - Campus Alegrete)

A comunicação buscará discutir as principais trajetórias de pesquisa e concepções teóricas relacionadas ao tema do parentesco espiritual cristão (relações de compadrio, comadrio, apadrinhamento e amadrinhamento). O enfoque se dará nos elementos mais relevantes a pesquisadores que estudam essas relações nos contextos da América Portuguesa e do Império Brasileiro. É objetivo da comunicação, portanto, estabelecer um diálogo entre a produção historiográfica que tem por objeto o Brasil escravista, e a produção historiográfica e antropológica que tem por foco outros contextos. São observadas essencialmente as concepções teóricas presentes na produção exterior, de modo a permitir que sejam elaboradas novas perguntas e hipóteses de trabalho para o contexto local. Entre as contribuições percebidas estão a importância de se pensar sobre o significado dessas relações para aqueles que as engendravam nos diferentes períodos e locais, a possibilidade de múltiplas formas possíveis do parentesco espiritual e a possibilidade de mudança como elemento fundamental e as mútuas influências entre concepções teológicas e usos sociais dessas relações. Espera-se que a partir das discussões sobre essa temática possam ser elaboradas novas perguntas sobre o parentesco espiritual, renovando, assim esse campo de estudos.

Os lavradores e as elites diante da pia batismal: formação de relações de dependência entre famílias livres em Porto Alegre e Viamão durante a década de 1780

Luciano Costa Gomes (SMED-POA)

A temática do presente trabalho é a relação patrão-cliente, considerando-a desde o ponto de vista do último. Estudamos as relações dos lavradores de Porto Alegre e Viamão, durante a década de 1780, junto a dois segmentos da elite local: comerciantes e grandes produtores rurais. A documentação utilizada são registros de batismos e duas listas nominativas, uma com arrolamento de domicílios e, a outra, de unidades produtivas. A metodologia empregada é a do levantamento de informações a partir dos nomes, organizando-as conforme as unidades familiares. Os vínculos entre as famílias serão analisados a partir das relações de compadrio/comadrio e apadrinhamento/amadrinhamento. Nossa hipótese é a de que as famílias de lavradores reforçavam relações junto aos segmentos da elite que oferecessem os recursos que lhes eram necessários. Ao segmentar economicamente as famílias, verificamos que havia um degradê entre as famílias mais ricas de lavradores, possuidoras de maiores extensões de terras, rebanhos e pessoas escravizadas, enquanto havia famílias pobres com poucos recursos agrários para além de algumas cabeças de gado ou limitada extensão de terras. Em linhas gerais, as famílias de lavradores mais ricos e seus filhos tendiam a escolher comerciantes e suas esposas para batizar suas crianças, enquanto as mais pobres escolhiam grandes produtores rurais. A produção dos sistemas de dependência resultava, em alguma medida, das necessidades vividas pelas famílias. Para além da riqueza ou poder das famílias de elite, precisamos considerar a avaliação e a ação de indivíduos e famílias pertencentes aos segmentos pobres ou médios da sociedade colonial.

ST 25: História, imagem e cultura visual

Coordenadores: **Ivo dos Santos Canabarro (UNIJUI), Charles Monteiro (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)**

Sessão 1
26/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 25

Sessão 2
27/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 25

Sessão 3
29/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 25

Ementa: Os estudos sobre imagem e cultura visual no âmbito da disciplina histórica têm despertado cada vez mais o interesse dos pesquisadores, uma vez que o campo de estudo do historiador está cada vez mais expandido. Além disso,

os registros imagéticos abrem espaço para uma interação interdisciplinar salutar, fazendo com que os objetos de estudo, construídos em diferentes temporalidades e espacialidades, recebam um tratamento metodológico mais profundo. Pensamos através de imagens e as imagens nos pensam, bem como ao mundo, a partir dos modos de ver de cada época, relacionados às estruturas sociais, políticas, assim como através do diálogo entre as imagens, as linguagens e as épocas. Perceber a imagem bem como o seu entorno de produção possibilita, dentre muitas análises, a percepção de tempos e memórias que, muitas vezes, direcionaram olhares ou os modificaram. Que os indagaram e, igualmente, os tiveram como elemento de inquietação. As relações entre imagem, cultura visual e regimes de verdade são o foco de nosso debate a partir de diversas abordagens. De partida, elas abrangem: os sujeitos sociais e questões de visibilidade; questões de gênero e cultura visual; os significados das formas expositivas na elaboração e compreensão de regimes de verdade; o fotográfico, enquanto elemento fundamental do olhar nos séculos XIX e XX; as questões teórico-metodológicas, versadas em imagens e cultura visual, que miram regimes de verdade; as operações de memória e esquecimento forjadas em culturas midiáticas; as poéticas visuais e seus sentidos de intervenção; uma história dos sentidos públicos das imagens. Nesse sentido, pretende-se, nesse simpósio temático, reunir trabalhos que apresentem reflexões teóricas e metodológicas sobre a pesquisa com imagens (fotografias, pinturas, desenhos, charges, vídeos, televisão, quadrinhos etc.) relacionadas às diferentes perspectivas de abordagem da cultura visual, dos estudos da imagem e da história da arte.

Sessão 1
26/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 25

A ficção cinematográfica e o travelling da memória: Conexões da tortura em La Noche de Lápices (1986)

Alexandre Maccari Ferreira (Universidade Federal de Santa Maria)

Este estudo tem como objetivo analisar as potencialidades do cinema de ficção como memória transnacional e suas preocupações como narrativa que lembra, esquece e que possibilita conexões temáticas e estéticas da tortura. A ficção cinematográfica é um campo fértil para a imaginação e, quando em contato com a história, oportuniza uma reflexão sobre determinados temas que englobam as sociedades. Dentre as abordagens, estão as representações da violência promovida pelos Estados e os usos da tortura como um mecanismo de opressão e horror. Para este trabalho, embasamos nossa argumentação a partir de um filme sobre a ditadura civil-militar argentina (1976-1983) que apresenta imagens de tortura física e psicológica: La noche de los lápices (1986), de Héctor Olivera. Compreendemos os potenciais cinematográficos para reflexão da história e da

memória como atributos do impacto da audiovisualidade e da cultura do entretenimento que contribuem para uma reflexão sobre a História pública em narrativas que agem na experiência fílmica, da sensibilidade da arte e do envolvimento temático que nos une e que nos afasta enquanto espectadores e cidadãos. Propomos algumas reflexões conceituais sobre cinema e memória transnacional e sobre as formas de tratamento da memória cultural e da história pelo cinema. São autores relevantes nessa discussão Marc Ferro, Michèle Lagny, Robert Rosenstone, Aleida Assmann, Régine Robin, Astrid Erll, Michael Rothberg e Andreas Huyssen. Em seguida, examinamos imagens da tortura representadas em duas sequencias do filme La noche de los lápices. Observa-se que há uma exposição da violência psicológica e física, que remete a documentação da história oral e do relatório Nunca Más. A representação cinematográfica também aciona a conexão à memória do Holocausto, que revela uma memória transnacional. Constata-se que nessa ficção, a representação da tortura se dá pela identificação de uma memória cultural transnacional que enseja e institui-se a partir de conexões da violência e das histórias traumáticas e que ferem os direitos humanos representadas em uma relação entre a realidade e o imaginário.

Tratados de arquitetura militar e plantas de fortificação de cidades portuguesas: os desenhos do francês Nicolas de Fer (1700-1730)

Luiza Nascimento de Oliveira da Silva (PPGH/UFF)

O objeto da presente comunicação é analisar a imagem na ciência de defesa desenvolvida em cidades portuguesas da época moderna, em seus contornos políticos e culturais. A ideia de trabalhar com distintas tipologias de fontes é profícua na medida em que possibilita uma abordagem transdisciplinar. O diálogo com a história das ciências, em termos de um estudo das estratégias de governo e do quadro político e cultural, é uma importante perspectiva da investigação. Assim, importa compreender os contornos políticos do Império português, através da produção e da circulação de conhecimento para e pela prática da defesa. As diferentes fontes de pesquisa são tratados da ciência de defesa – de arquitetura militar; de artilharia – desenhos de plantas de fortificação e a comunicação política empreendida por engenheiros e governadores, por exemplo. Desse modo, a ideia é examinar a ação política e militar do Império português através da confecção de desenhos de plantas de fortificação de cidades portuguesas, bem como a sua relação com as estratégias de defesa e os meandros políticos a partir das plantas de fortificação confeccionados pelo francês Nicolas de Fer, no século XVIII. As circulações de saberes por meio da visualidade dos desenhos de plantas de fortificação, relacionadas ao desenvolvimento da ciência de defesa, à prática de defesa e à manutenção do domínio territorial, precisam ser pontuadas a fim de compreendermos a

dimensão política inserida no movimento de incorporação de ideias "modernas" em propostas de defesas para cidades lusas.

Qual é "A Piada da Semana"? : José de Carvalho Déda e suas xilogravuras no periódico sergipano "A Semana" (1959 – 1968)

Amanda de Oliveira Santos (Universidade Federal da Bahia)

Sorrir faz bem para a alma. Agora imagine sorrir e se informar ao mesmo tempo? Era essa a proposta do jornalista José de Carvalho Déda, quando começou a editar a seção "A Piada da Semana", no periódico sergipano "A Semana", entre os anos de 1959 à 1968, e publicava suas charges e caricaturas. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo abordar a contribuição das xilogravuras do jornalista Carvalho Déda na imprensa sergipana. Diferente das outras seções existentes no semanário, "A Piada da Semana" além das informações trazia para o público leitor a crítica, a sátira e o humor através das charges e caricaturas, todas confeccionadas através da técnica da xilogravura. Nessa seção, Déda pode publicar mais de 400 imagens, todas elas trazendo contextos e informações diferentes, nas quais traziam assuntos de cunho local, regional, nacional e internacional. Para o desenvolvimento da pesquisa, além das charges e caricaturas, foi utilizado um corpus documental diversificado, como jornais, cartas, discursos, mapas, entrevistas, documentários, fotografias e livros. No âmbito metodológico, a pesquisa contou com a análise exploratória e qualitativa do acervo de fontes. Todo esse suporte serviu para situar o trabalho de Carvalho Déda nos embates políticos da época, destacando-se em temas como a reforma agrária e os direitos sociais em um momento de radicalização política em Sergipe e no Brasil.

Doutor Gama: A representação de Luiz Gama na HQ Província Negra

Luiz Carlos Coelho Feijó (Escola Particular de Ensino Fundamental Monteiro Lobato)

As histórias em quadrinhos, que por muito tempo foram vistas com receio no meio acadêmico, tem se tornado cada vez mais utilizadas como objeto e fontes de estudos. Sejam quadrinhos nacionais ou não, é fato que as HQ's tem permitido aos historiadores e historiadoras a possibilidade de analisar como determinados acontecimentos, sociedades, grupos sociais e/ou personagens são repassados aos leitores através de narrativas e representações que podem registrar a visão de seu autor. Levando isto em consideração, este trabalho tem como objetivo

analisar como os autores da obra Província Negra (Kris Zullo e Kaled Kanbour), representam a figura de Luiz Gama, um dos mais importantes advogados abolicionistas do Brasil imperial.

A pintura de paisagem de Iberê Camargo em Porto Alegre nos anos 1940

Charles Monteiro (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

A presente comunicação é fruto da experiência de redigir um conjunto de verbetes sobre a história da formação urbana de Porto Alegre que dialogasse com a pintura de paisagem de Iberê Camargo (1914-1994) para a exposição "Iberê e Porto Alegre no Andar do Tempo", que fez parte da programação das comemorações dos 250 anos de Porto Alegre, celebrados no dia 26 de março de 2022. A exposição ocorreu entre 12 de março e 31 de julho na Fundação Iberê Camargo e teve a curadoria de Eduardo Haesbaert e Gustavo Possamai, tomando de empréstimo o título do livro de contos de Iberê "No andar do tempo: 9 contos e um esboço autobiográfico" (IBERÊ, 1988). A exposição apresentou um recorte do acervo da Fundação Iberê Camargo composto de 38 trabalhos, entre desenhos, estudos e pinturas a óleo, que propunham um passeio pelo olhar do artista expresso em suas obras sobre alguns dos espaços mais icônicos de Porto Alegre, desde o centro da cidade às margens do Guaíba, passando pela Cidade Baixa.
As obras foram produzidas em dois períodos da vida do artista 1936-1942, quando passa a morar em Porto Alegre, e 1982-1994, quando no final da volta a morar na capital do Rio Grande do Sul. Embora, nunca tenha se afastado completamente da cidade, pois manteve ateliê, dava cursos e participava de exposições, sua obra voltou-se a outras paisagens, temáticas e experimentações formais durante o período que viveu no Rio de Janeiro (1942-1982). Neste ensaio serão abordadas algumas obras deste primeiro período do artista do início dos 1940, que dialogam com a nova cultura visual do período e apresentam um certo olhar fotográfico.

Sessão 2
27/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 25

Oscar Wilde e as roupas e as fotografias: a produção de si como artefato estético e a cultura gay no século XX.

Maria Claudia Bonadio (UFJF)

Em 1882, o escritor Oscar Wilde realizou uma turnê pelos Estados Unidos e foi fotografado por Napoleon Sarony – então fotógrafo das estrelas do teatro -, que

realizou uma série de 27 fotografias do escritor utilizando diversas combinações de roupas que compunham o que poderíamos chamar de vestuário esteticista, o qual se compunha de uma mistura de peças de vestuário combinadas de forma pouco usual quando comparada com o vestuário masculino em voga no período. A difusão de tais imagens através de cartes-de-visite, acabou por cristalizar uma imagem de Wilde como "fora do padrão" de masculinidade, mesmo antes de ser processado por pederastia em 1895. As imagens da série fotográfica realizada nos estúdios de Sarony, ainda não sejam os únicos retratos fotográficos do dramaturgo, são suas imagens mais conhecidas, circulando contemporaneamente em capas de livros com suas obras ou biografias e especialmente nos livros de história da moda que as utilizam como exemplo de dandismo e dissidência no vestuário masculino no século XIX. Nesta comunicação, pretendo observar: Como a parceria Wilde e Sarony na produção da série fotográfica foi fundamental a ideia de esteticismo propagada por Wilde, uma vez que evidencia os usos das roupas, poses, cenários para a produção de si mesmo como uma forma de com artefato estético, que destoava do padrão seriado produzido pelo capitalismo, buscando na raridade e na negação daquilo que era considerado moda, uma forma de distinção. Entretanto, apesar da rejeição à produção em massa, foi exatamente a massificação de seus retratos na era da reprodutibilidade que fizeram de Wilde uma "celebridade" cuja existência visual se prolonga para além de sua morte. Observarei ainda, como o visual e a doutrina esteticista, bem como seu pertencimento à classe ociosa evidenciados em tais fotografias foram fundamentais para a formação de uma determinada "imagem imaterial" (WJT Mitchell, 2009) dos homens gays no século XX. Para tanto, o corpus documental a ser analisado (as 27 fotografias já mencionadas) serão analisadas a partir das ideias de Maud (1996), Sontag (2004), Rouillé (2009) e Kossoy (2001). Para a análise do esteticismo e Oscar Wilde serão utilizados os estudos de Mendelssohn (2018), Felski (2015) e a biografia escrita por Elmann (1987). Para a compreensão acerca da ideia de classe ociosa será utilizado o clássico estudo de Veblen (1980) e para a importância de Wilde como referencia para a cultura gay no século XX, o estudo de Cole (2002). No que diz respeito à moda masculina do século XIX, a comunicação se apoia em Flügel (1966) e Breward (2016).

O irresistível corpo de Helena: imagens do feminino na Arte Barroca

Letícia Schneider Ferreira (IFRS)

Helena de Tróia é uma personagem complexa e de grande relevância para os debates de gênero, uma vez que é apresentada como o ideal de beleza feminina. O corpo de Helena, desejado pelos principais herois das epopeias homéricas, instiga a violência e a guerra, enfeitiça a causa impacto em que a vê: a rainha

espartana sobrevive na mobilização astuciosa de sua aparência divina. Helena é a essência do feminino em suas contradições: descrita por alguns autores como voluntariosa, fútil e interesseira, enquanto por outros como um ser frágil, o qual se submete aos desejos de quem lhe é superior em força e poder, sejam homens, sejam divindades, a personagem foi representada de diferentes maneiras ao longo da História da Arte. O presente artigo analisa a imagem e as formas de representação de seu corpo em três obras do período Barroco: O rapto de Helena (1580) de Jacopo Tintoretto, O rapto de Helena (1680-1683) de Luca Giordano e o rapto de Helena (1631) de Guido Reni. A análise das obras permite observar que os pintores acessaram diferentes narrativas sobre o fatídico evento que teria levado ao conflito entre gregos e troianos: enquanto alguns autores enaftizam que Helena foi levada sob coação, não tendo culpa da guerra que se desencadeará, outros criticam a rainha espartana, que teria de bom grado partido ao lado de Páris. As duas primeiras obras citadas apresentam a perspectiva de um rapto violento de Helena, que é agarrada por soldados, sem conseguir oferecer resistência. Em ambas obras pictóricas, a personagem recebe destaque, a luz incidindo sobre seu corpo parcialmente desnudado. Os pintores demonstram o cuidado em apresentar a pele branca de Helena em contraste com uma vestimenta primorosa, composta por tecidos de cores cintilantes, demonstrando o caráter nobre da personagem. Tintoretto e Giordano também ressaltam a beleza do rosto da esposa de Menelau e seus longos cachos dourados, desfeitos pela brutalidade dos guerreiros que a carregam contra a sua vontade. Assim, a beleza de Helena é um dos principais elementos evidenciados nas obras dos dois artistas, ressaltando a delicadeza e a fragilidade feminina, que não consegue se impor frente ao desejo masculino concretizado na apropriação de seu corpo. A pintura de Guido Reni apresenta outros elementos que possibilitam a interpretação que Helena segue Páris de forma voluntária: a rainha espartana está sendo conduzida para o porto e tem uma expressão resignada e segura parte de seu longo vestido para poder se deslocar. É possível observar um cupido na imagem, indicando o sentimento amoroso entre os personagens. Assim, é possível verificar que a arte é uma ferramenta importante para compreender um olhar sobre gênero em um determinado período histórico e observar como tais ideais se mantem nos dias de hoje.

Representações de gênero nos murais de Valetta Swann e Regina Raull no Museu Nacional de Antropologia e História do México

Michele Teresinha Philomena Bohnenberger (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Nos anos 60 o secretário de Educação Jaime Torres Bodet, do governo do presidente Adolfo López Mateos, no México, organizou a inauguração de vários

museus, que exaltavam a importância da continuidade do projeto educativo do país iniciado anos antes. Os murais e seu caráter ilustrativo e histórico faziam parte dessa sequência de murais. Embora a grande maioria desses tenha sido pintado pelos artistas consagrados do gênero masculino, alguns espaços foram abertos aos pretendentes, entre os quais estavam algumas muralistas. No Museu Nacional de Antropologia e História, desenhado pelo arquiteto Pedro Ramírez Vázquez, de estilo vanguardista, há uma série de murais, realizados sob seu convite, retratando a chegada do México à modernidade que contribuiram para transmitir a visão da identidade nacional. Entre artistas consagrados como Juan O'Gorman, Jorge Camarena e David Alfaro Siqueiros, figuravamm obras das artistas Valetta Swann, Lenora Carrington, Fanny Rabel, Rina Lazo, Regina Raull e Nadine Prado. Essas artistas, embora não fossem nascidas no México, desenvolveram carreira artística radicadas no país, provenientes de famílias refugiadas de épocas distintas.
Analisarei na apresentação a obra das artistas Valetta Swann e Regina Raull em que aparecem atividades desenvolvidas por gênero na formação do México, sob a ótica da artista protagonista que insere no imaginário dos espectadores, por imagens, a participação feminina na construção do país, num cenário em que a imensa produção da cultura visual se deu através da perspectiva do artista masculino, que em inúmeros exemplos omitiu a importância da mulher no desdobramento histórico.

A Pathosformel nas fotografias de mães imigrantes polonesas

Isabella Czamanski Rota (Universidade de Passo Fundo)

Os indivíduos que emigraram da Polônia ao Brasil na primeira metade do século XX trouxeram consigo uma bagagem cultural que foi refletida nas fotografias feitas de si em seus novos espaços ocupados. Há elementos visualmente semelhantes nas fotografias feitas dos indivíduos imigrantes, como nas posições espaciais que ocupam, indicando hierarquias, na forma como posaram para a câmera e, até mesmo, nas escolhas – conscientes ou não – de serem registradas mais próximos de alguns dos presentes do que de outros, bem como nos objetos escolhidos para aparecerem nas composições e naqueles que são propositalmente escondidos. O presente artigo é composto por uma proposta de análise de fotografias de mulheres imigrantes polonesas – em especial as que ocupam posições maternais – levando em consideração o conceito de Pathosformel cunhado por Aby Warbug no século XIX , comparando elementos

visuais em comum nas fotografias reunidas no decorrer da pesquisa realizada (sendo elas de imigrantes poloneses estabelecidos na região norte do Rio Grande do Sul, com maior concentração nas cidades de Erechim e Áurea) com outras fotografias de grupos imigrantes em contextos migratórios e religiosos semelhantes, como italianos e alemães, além de buscar referências em figuras católicas (levando em consideração que o catolicismo era a religião predominante entre os poloneses que migraram no determinado contexto), em especial nas imagens que representam Maria como a mãe do menino Jesus, para identificar as fórmulas de Pathos presentes entre as figuras maternais fotografadas. A proposta de aplicação da Pathosformel aqui definida leva em consideração a obra Medo, reverência, terror, de Carlo Ginzburg, onde o historiador enfatiza os aspectos culturais necessários para compreender os contextos das fórmulas de Pathos observadas nas três imagens que Ginzburg analisa em sua obra, indo em sentido oposto à proposta de Warburg acerca da universalidade da Pathosformel.

Discursos sobre mulheres e loucura no cinema de terror: contra-ataque à segunda onda feminista nos EUA

Muriel Rodrigues de Freitas (PUCRS)

O objetivo principal desta comunicação é apresentar parte da análise fílmica que tenho produzido em minha pesquisa de doutorado trazendo a possibilidade do estudo do cinema de terror enquanto tecnologia de gênero e instrumento para análise de hierarquias de gênero a partir das práticas discursivas e não-discursivas sobre a loucura das mulheres. Irei apresentar uma sequência do filme "O que terá acontecido à Baby Jane?", dirigido por Robert Aldrich, em 1962. Busco verificar como este cinema deu seguimento a uma tradição muito antiga de ligar as mulheres, discursiva e imageticamente, ao mal. As décadas de 1950 à 1970 foram de intensas movimentações pelos direitos femininos e a obtenção de alguns deles gerou forte onda conservadora, que a escritora norte americana Susan Faludi mais tarde chamou de "Backlash". É também durante os anos 60 que o terror surge como gênero cinematográfico e aparece, para autores como Nöell Carrol (1999), como importante termômetro da sociedade. Da mesma forma, a teórica Bárbara Creed (1993) entende o horror e o feminino monstruoso como representações construídas pela ideologia patriarcal através de uma falsa ideia de naturalidade que constrói a abjeção como fonte de terror. Mas o que nas mulheres é abjeto? A sexualidade? A idade? A maternidade? O que foge do padrão?
A loucura, oficialmente ligada ao sexo feminino desde o século XIX pelo discurso médico-psiquiátrico, foi um dos dispositivos utilizados como instrumento de sujeição das mulheres e esta pesquisa busca relacionar e problematizar o Cinema

de Terror aos Estudos de Gênero e à História da Loucura, sobretudo, para compreender de que forma ele se torna uma tecnologia produtora de imagens e estereótipos, mantenedora de hierarquias.

Uma análise das relações entre história e cinema de ficção científica (1979-1987)

Cristiano Gastal Sória (UFPEL)

Este trabalho analisa as representações de futuro de quatro filmes de ficção científica, buscando perceber a especificidade deste gênero cinematográfico capaz de remeter seus espectadores a uma ou mais possibilidades de um porvir tendo a realidade como parâmetro argumentativo. Para esta tarefa, foram selecionados quatro filmes que, de alguma forma, se mantiveram como referências icônicas no gênero: Mad Max, de 1979, dirigido por George Miller, apresenta um mundo pré-apocalíptico onde as regras sociais e a busca por combustível levam a violentas perseguições nas estradas; Blade Runner, de 1982, dirigido por Ridley Scott, é um filme baseado no livro Do Androids Dream of Electric Sheep?, de 1968, escrito por Philip K. Dick, em que a trama se passa no ano de 2019; 1984, de 1984, dirigido por Michael Radford, coloca em diálogo, na década de 1980, o livro de George Orwell, lançado em 1949, cujas referências são utilizadas até os dias atuais; RoboCop, de 1987, dirigido por Paul Verhoeven, apresenta a história de um policial que, após ser gravemente ferido, é reconstruído a partir de tecnologia robótica. A escolha destas obras se deu por se tratarem de produções que se tornaram amplamente conhecidas pelo público e os temas abordados se apresentarem ainda atuais. Tal constatação se confirma pelo interesse da indústria cinematográfica em continuar lançando novas sequências, de pelo menos três delas, na última década. Estes longas-metragens ambientam seus espectadores em diferentes cenários de um futuro hipotético tendo como ponto de partida aspectos da realidade presente na época e lugar em que foram produzidos. Neles, estão contidas realidades sociais que servem como contextos para o desenrolar das histórias e que nos oferecem possibilidades de discussões e análises. A descrição do futuro e da sociedade nele representada, nos leva, assim, a assistir uma projeção do presente, porém, sem a pretensão de ser uma previsão do que, de fato, irá acontecer. Assim, para entender as construções das perspectivas de futuro presentes nestes filmes, faz-se necessário perceber um conjunto de fatores que se interseccionam e que vão do contexto histórico aos artifícios imagéticos das obras, atentando para os elementos que os configuram como distópicos. Considera-se, também, a possibilidade de relação entre as representações de futuro manifestado nessas obras com o pensamento de Reinhart Koselleck (2006), sobre os espaços de

experiências e os horizontes de expectativas, e de François Hartog (2013), a respeito do presentismo e dos regimes de historicidade.

Sessão 3
29/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 25

Fontes para o estudo da história fotografia em Minas Gerais no século XIX

Rogério Pereira de Arruda (UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mu)

A comunicação apresenta o projeto de pesquisa "Guia de fontes para o estudo da história da fotografia em Minas Gerais no século XIX (1839-1900)", financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). O projeto tem como objetivo motivar os estudos sobre a implementação e expansão da fotografia em Minas Gerais e se juntar às iniciativas historiográficas sobre a sociedade brasileira no século XIX. O projeto dialoga com pesquisa anterior que realizou um levantamento sobre a atividade de fotógrafos na província/estado de Minas Gerais e que resultou na identificação de 139 profissionais. Na presente pesquisa realizou-se uma atualização, com o objetivo de agregar novos dados e informações ao material já coletado. As buscas foram realizadas nos sites da Hemeroteca Digital Brasileira (Biblioteca Nacional) e do Arquivo Público Mineiro (APM) e agrega material coletado anteriormente em arquivos das cidades de Juiz de Fora, Campanha, Ouro Preto, Diamantina, Belo Horizonte, entre outras. O conjunto de fontes permitiu conhecer os daguerreotipistas, retratistas e fotógrafos que atuaram em Minas Gerais no século XIX, nos desvelando o modo como expressaram nas cidades mineiras as características da cultura fotográfica do período, e, ainda, como a fotografia se insere na cultura visual da modernidade. Na etapa atual da pesquisa está sendo feita a organização do material coletado visando a elaboração de um banco de dados, de modo a viabilizar a confecção de um Guia de fontes, inicialmente pensado para ser apresentado em dois volumes. Um primeiro contendo uma lista com as referências das matérias publicadas na imprensa, de modo a proporcionar o acesso às mesmas. Haverá a transcrição e/ou reprodução de alguns anúncios de fotógrafos, uma vez que é o principal conteúdo sobre fotografia divulgado no período. Já o segundo volume será voltado para a identificação dos acervos fotográficos que contenham fotografias realizadas em Minas Gerais, com a caracterização deles e formas de acesso aos mesmos. A ênfase na identificação dos fotógrafos atuantes em Minas Gerais no século XIX é uma forma de colaborar para a história social da fotografia, uma vez que por meio da atuação deles é possível falar dos sistemas fotográficos empregados, da linguagem e dos circuitos sociais da imagem fotográfica no período. Ao final de vigência do trabalho de pesquisa, em meados de 2023, o projeto terá como resultado a

publicação de um Guia de fontes que irá facilitar e, quiçá, incentivar futuras pesquisas envolvendo a cultura fotográfica em Minas Gerais no século XIX.

ENTRE O CÔMICO E O TRÁGICO: A Revolta de Fausto Cardoso através das caricaturas e fotografias da Revista O Malho. (Aracaju, 1906)

Jeferson Augusto da Cruz (UFSC)

No início do século passado, enquanto a república buscava se firmar através do federalismo, no menor estado brasileiro ocorria uma revolta que ganhou notoriedade na imprensa da época. A revista O Malho divulgou uma série de caricaturas e fotografias sobre "A tragédia de Sergipe", como esse evento ficou conhecido em todo Brasil. Por isso, o objetivo desse trabalho é compreender as representações da Revolta de Fausto Cardoso através das reproduções imagéticas encontradas no folhetim carioca. Um número pequeno, mas significativo, de caricaturas e fotografias foi analisado, apresentando o desenrolar desse conflito pelo poder político estadual travado pelo deputado Fausto Cardoso (líder da oposição) e Monsenhor Olímpio Campos (líder situacionista). Para além desse material imagético usaremos com interlocutores autores que se debruçaram sobre a temática que até a atualidade gera debates na historiografia sergipana.

A função das capas e contra-capas na revista “A Bomba” (Curitiba, 1913)

Luana Camargo Genaro (Universidade Federal do Paraná)

Este trabalho tem como objetivo compreender a função das capas e contra-capas em “A Bomba”, revista que se autodenominava ilustrada, humorística e literária, publicada em Curitiba em 1913, no total de 20 edições. Nas revistas semanais contemporâneas, a capa possui a função de vitrine, um meio de atrair o olhar do leitor e fazê-lo reconhecer as diferentes edições como sendo da mesma revista; deve transmitir a identidade, o posicionamento e as intenções da publicação; serve como suporte de cobertura para o conteúdo interno da revista, ou seja, a capa desempenha o papel de chamada para o que o leitor vai encontrar no seu miolo. Será que essa mesma função se aplica a uma revista publicada no início do século XX? Os temas das capas e contra-capas em “A Bomba” indicam o que foi publicado em suas páginas? Com base na metodologia de análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (1995) procuramos identificar os temas nas capas e contra-capas das 10 primeiras edições da revista, publicadas entre junho e setembro de 1913, e compará-los com o conteúdo de cada edição

correspondente para saber se há relação temática direta entre si. Em "A Bomba", todas as capas e contra-capas apresentavam o nome da revista, número, data etc., e uma imagem (charge, caricatura ou ilustração). A análise comparou o tema central das imagens nas capas e contra-capas com o conteúdo interno textual e imagético do periódico. Os resultados indicaram que não há conexão significativa que permita interpretar a capa, em "A Bomba", como um suporte que cumpre a função de cobertura para o conteúdo impresso em seu interior. Nem a capa, nem a contra-capa informavam ao leitor os temas que ele encontraria ao ler a revista. A frequência na relação temática entre a capa e o conteúdo das edições é baixo. Ao todo três capas e quatro contra-capas apresentaram vínculo temático com o conteúdo das respectivas edições da revista e, isso, somente com a parte textual. Em nenhum caso identificou-se semelhança temática com as imagens (charges, caricaturas, ilustrações e fotografias) reproduzidas no seu interior. Evidenciando que a escolha temática das charges e caricaturas nas capas e contra-capas não tinham como pressuposto apontar para o conteúdo impresso no interior da revista. Por outro lado, as capas e contra-capas mantiveram um padrão visual e informativo entre as edições, assim como, o caráter humorístico típico da revista.

Cartografia e Fotografia: aproximações metodológicas

Daniela Marzola Fialho (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), César Bastos de Mattos Vieira (UFRGS)

J.B Harley trabalhou sobre a história da cartografia tendo como base uma nova revisão conceitual entre 1980 e 1991 (ano de sua morte). Os principais textos dessa fase foram compilados no livro: The New Nature of Maps, editado em 2001. Harley, nesses textos, trouxe um novo paradigma cultural para o estudo da cartografia proporcionando um método de análise que pode ser feito por meio do que ele intitula três contextos: o contexto do cartógrafo, o contexto de outros mapas e o contexto da sociedade. Boris Kossoy, na sua trilogia teórica de – composta pelos seus livros Fotografia & História, Realidades e Ficção na Trama Fotográfica e Os Tempos da Fotografia: o Efêmero e o Perpétuo – apresenta um modo de pensar o mundo das fotografias. Nestes três livros teóricos Kossoy propõe uma metodologia para a análise de imagens fotográficas, onde pode-se fazer uma "leitura" em dois níveis, a saber: uma "Primeira realidade - Iconográfica" - que seria a realidade do assunto representado - e uma "Segunda realidade - Iconológica" - que se trata da realidade fotográfica do documento. Em campos aparentemente "distintos" - cartografia e fotografia - ambos autores pensaram

no universo das imagens propondo metodologias de análise para suas imagens de estudo. Este trabalho problematiza essas metodologias propostas por estes dois teóricos, suas aproximações e possíveis fundamentações teóricas. Percebe-se a possibilidade de estabelecer uma relação entre as propostas metodológicas desses dois autores, com um consequente enriquecimento teórico.

"Uma indústria que honra o Brasil": dois filmes inéditos da fábrica Eberle em dois tempos (1932-1960's)

Anthony Beux Tessari (Universidade de Caxias do Sul)

Esta proposta de comunicação tem por objetivo apresentar dois filmes produzidos para a fábrica Metalúrgica Abramo Eberle, de Caxias do Sul (RS). O filme mais antigo data de 1932, e foi produzido em película de 35mm pelo "estabelecimento cinematográfico" de A. Botelho, do Rio de Janeiro. Constitui-se no filme mais antigo da cidade já encontrado, e foi recentemente projetado e digitalizado, após ter ficado desconhecido por várias décadas no acervo da empresa. O filme mostra a visita do embaixador italiano Vittorio Cerutti e comitiva a Caxias do Sul, quando acontecia a Festa da Uva (evento local patrocinado pela prefeitura e Associação dos Comerciantes), com destaque para a passagem da autoridade estrangeira no interior da fábrica Eberle. Autoridades municipais e estaduais também aparecem no filme, como o Interventor Federal no RS General José Antônio Flores da Cunha. O filme integra atualmente o acervo do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, de Caxias do Sul.
O segundo filme apresentado é datado do início da década de 1960, e mostra diferentes aspectos do interior da fábrica metalúrgica, com os operários trabalhando em seções de produção: dos artigos sacros, da fundição, dos motores elétricos, dos talheres, entre outras. Também há cenas de serviços internos de assistência aos trabalhadores, como consultas no ambulatório, farmácia e dentista. O filme, em bitola de 16mm, foi produzido pela produtora Michelin Filmes, do caxiense Nazareno José Michelin, cujo acervo foi doado e incorporado ao Programa Investigação e Resgate da Imagem e Som (Iris) do Instituto Memória Histórica e Cultural (IMHC) da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Para a pesquisa histórica, os filmes constituem-se em fontes de investigação que permitem estudar a dinâmica de produção, circulação e consumo de imagens visuais cinematográficas. São duas fontes inéditas para a pesquisa, pois, até então, seu acesso estava dificultado pelo suporte matriz ser em película, e não estarem digitalizadas. Ambos os filmes colocam novas perspectivas de análise para a pesquisa em andamento no doutorado em História, que se concentrava apenas nos registros fotográficos encomendados pela empresa ao longo de seis décadas. Diante das inéditas imagens em

movimento, procura-se iniciar uma discussão a respeito do uso dessas fontes no estudo em curso sobre a visualidade da industrialização.

A produção imagética de João Carriço: fotos e cinejornais que revelam a história de um tempo. Uma biografia do "amigo do povo".

Renata Venise Vargas Pereira (Universidade Federal de Juiz de Fora)

João Gonçalves Carriço era um artista múltiplo: cineasta, cenógrafo, pintor e fotógrafo, nascido em Juiz de Fora (1886). Era proprietário do Cine Theatro Popular e da produtora Carriço Film - responsável nas décadas de 1930 a 1950, pelos cinejornais projetados no país. Os filmes tinham aprovação do Departamento de Imprensa e Propaganda e circulação pela Distribuidora de Filmes Brasileiros. O juiz-forano foi um dos pioneiros do cinema em Minas Gerais e seu trabalho descentralizou a produção do Rio de Janeiro e São Paulo. O mineiro tinha uma espécie de "unidade móvel" e circulava filmando e fotografando cenas do cotidiano urbano. Até o fim da vida (1959) atuou na produtora, cujo slogan impacta pela subjetividade: "Carriço Film, tudo vê, tudo sabe, tudo informa". Parte de sua produção está na Cinemateca de São Paulo. São cerca de duas centenas de cinejornais, um apanhado considerável visto que muitos materiais foram destruídos em incêndios – o acervo audiovisual da época é altamente inflamável. Já as fotografias, em torno de três mil, estão no arquivo do Museu Mariano Procópio, de Juiz de Fora. O trabalho é parte da pesquisa de doutorado que vai resultar na biografia de João Carriço. Em 23 anos de trabalhos ininterruptos, a produtora registrou temas políticos, sociais, artísticos, práticas esportivas, festas religiosas, militares e populares. O "cenário" era Juiz de Fora, uma cidade de médio porte, que recebia na época modificações urbanas significativas, e estava inserida no projeto nacionalista de Getúlio Vargas – que incentivava, ainda, a prática esportiva na rua, o carnaval, os desfiles cívicos entre outros elementos simbólicos. Todo material está sendo decupado, um cruzamento de dados que nos leva a pensar nas estruturas sociais, políticas e econômicas do Brasil nas primeiras décadas do século XX, representada pela Juiz de Fora em crescimento. São de Carriço as principais imagens do município transformando sua produção na memória de um tempo. O cinejornalista e fotógrafo se intitulava o "amigo do povo" e era mesmo grande sua conexão com os populares: montava presépios com visitação gratuita; produzia carros alegóricos no carnaval e decorava a cidade para a festa; projetava filmes com entradas democráticas ou de graça e distribuía bombons nas sessões. O trabalho o analisa como um intelectual mediador (GOMES; HANSEN, 2016) que produzia conhecimento e comunicava ideias vinculadas a um cenário temporal. Carriço foi um ator estratégico, representando um ponto de vista e o articulando junto ao público. A análise da obra revela a preocupação da pesquisa com nossa memória

imagética e o que ela reflete. O acervo, de fato, é importante fonte para compreensão dos comportamentos, visão de mundo, valores, identidades e ideologias de um momento histórico.

ST 26: História: pesquisar, ensinar e protagonizar sob as perspectivas da História Rural

Coordenadores: **Ironita P. Machado (Universidade de Passo Fundo), Francivaldo Nunes (Universidade Federal do Pará)**

Sessão 1
26/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 26

Sessão 2
27/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 26

Sessão 3
28/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 26

Ementa: Tanto o passado quanto o presente brasileiro e latino-americano estão marcados pelas lutas de grupos sociais vinculados ao campo e ao urbano. Da mesma forma, o ensino, e o protagonismo dos sujeitos destas lutas estão marcados pela sua ausência nos currículos e no ensino história. No processo histórico latino-americano em geral e brasileiro em particular, saltam aos olhos a exploração, opressão e exclusão; ao mesmo tempo, sujeitos como indígenas, camponeses/as, libertos/as, quilombolas, agricultores/as, ribeirinhos/as, têm protagonizado resistências, conformadas sob diferentes formas (silenciosas, coletivas, negociadas), produzindo modos alternativos de relação com a terra, organização do trabalho, interação com o meio-ambiente e a seguridade alimentar, que apontam para horizontes societários menos desiguais. A História Rural tem muito a contribuir com essas perspectivas, ao produzir investigações e debates a respeito de questões históricas tais como formas de acesso à terra e aos bens naturais, a soberania alimentar, a relações produtivas agroalimentares e socioculturais, estruturas e processos produtivos no campo, relações de trabalho no campo (permeando as fronteiras entre escravidão e liberdade), legislação agrária e ambiental, conflitos agrários e disputas por legitimação de direitos, processos de ocupação humana do espaço e de construção de paisagens agrárias e relações socioambientais ao longo do tempo. Neste sentido, a realização deste simpósio visa a dar espaço reflexivo a essas experiências, e ausentes nos currículos, nas políticas públicas educacionais e no ensino de história através do debate a respeito dos temas pesquisados, de fontes utilizadas, metodologias,

dispositivos teóricos e conceituais, impacto da produção intelectual do campo e sobre o campo, nas questões contemporâneas.

Sessão 1
26/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 26

Colonização de terras na Área Indígena de Serrinha (1950-2003): um estudo de caso

Mateus Manfrin Bonavigo (UPF)

A região norte do rio grande do sul nos séculos xix e xx foi alvo de disputas pela legitimação de posse das terras e em 1876 foi criada a inspetoria de terras e colonização, responsável no rs pelo processo de colonização por imigrantes, conforme zarth e tedesco (2009). A reserva indígena de serrinha fica no norte do estado do rio grande do sul e possui uma expansão de 11.950 hectares que abrange territorialmente os municípios de ronda alta, três palmeiras, engenho velho e constantina. segundo aresi (2008) a demarcação é proveniente das políticas de aldeamento dos grupos indígenas no século xix, para abrir caminho aos colonizadores, porém o toldo de serrinha foi demarcado em 1908 pelo governador do estado do rio grande do sul, sr. carlos barbosa, para os indígenas. a partir de 1941 o governador do rs, cordeiro de farias, autorizou a expropriação para assentamento de colonos e repassou a área para responsabilidade do serviço de proteção ao índio (spi), antes de repassa-la, o governador dividiu uma parte da área e designou para a criação de um parque florestal (6.624 hectares), essa área foi concedida a posse de colonos. outra parte de serrinha, no governo de ildo meneghetti (1955-1959), foi autorizado a venda das terras para os colonos e na década de 1960, foi legalizada a venda de todas as terras em serrinha pelo governador leonel brizola (1959-1963). Para compreender o processo de legalização da colonização de terras, principalmente na 1ª e 2ª secção do alto recreio em ronda alta, dentro da área indígena de serrinha nos anos 1950 até a desapropriação em 2003, é preciso compreender a formação da propriedade dos colonos através da documentação local, como os títulos de propriedade da terra. esse estudo de caso é uma parcela para compreensão da legalização das terras em serrinha para todos os colonos. machado (2020) analisa as colonizadoras e o estado como responsáveis pela expulsão dos primeiros habitantes para fins de colonização para ocupar o território "vazio", inserindo-se a comercialização da terra, gerando beneficio apenas a quem lucrou com a venda desta. por fim, o estado foi o responsável pela intrusão nas reservas indígenas com finalidade de colonização, as velhas colônias de imigrantes europeus estavam cheias e a entrada destes na reserva de serrinha foi consequência disso, o estado permitiu a expulsão dos índios, vendeu e legalizou as terras, mais tarde a

retomada indígena e expulsão dos colonos ao invés de encontrar boas alternativas a todos.

Titulação e (re) apropriação privada da terra: panorama atual das famílias assentadas nos assentamentos da fazenda Annoni.

Simone Lopes Dickel (UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO)

A história da reforma agrária no Brasil é relativamente recente, o que justifica o fato de despertar e alimentar infindáveis discussões que se desenrolam principalmente no âmbito político, jurídico e acadêmico. Mais recente ainda, a apropriação privada da terra por parte das famílias contempladas com lotes nos assentamentos de reforma agrária, é assunto ainda muito pouco explorado pelos cientistas sociais e demais pesquisadores. Embora pouco investigados, os aspectos jurídicos e as implicações práticas do processo de titulação, que é parte constituinte do projeto de reforma agrária do Estado brasileiro, precisam ser levados em consideração quando se pretende compreender a reforma agrária no tempo presente, já que se trata de um processo que não se encerra com a destinação da terra às famílias beneficiárias mediante assinatura do contrato pactuado com o INCRA. Na região Norte-sul-rio-grandense, a fazenda Annoni configura um caso emblemático quando ao assunto é reforma agrária. Situado no coração de uma região marcada pelos conflitos fundiários e pela luta pela terra, o imóvel rural havia sido desapropriado ainda na década de 1970, mas sua destinação para reforma agrária se deu a partir da ocupação em 1985 por mais de 1500 famílias. Transcorridos mais de 30 anos desde o início da implantação dos assentamentos, o processo de (re)apropriação privada da terra configura um elemento essencial para compreender o processo histórico de reforma agraria na Annoni na sua atualidade, dinamicidade e complexidade. Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho é trazer um panorama sobre os múltiplos sujeitos que constituem o espaços dos assentamentos implantados na Annoni, a partir da relação jurídica com a terra, tendo em vista o processo de titulação. A partir de análise de alguns processos de titulação, buscaremos evidenciar de que forma os múltiplos sujeitos pertencentes a diferentes gerações que integram o espaço do assentamento se relacionam juridicamente com a terra, e quais as implicações práticas deste processo à política de reforma agrária.

“ENTREGUE PARA A REFORMA AGRÁRIA”: A desapropriação de terra por interesse social do imóvel Fazenda Caturrita – Arambaré/RS na década de 1990

Caroline da Silva (UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO)

Este trabalho objetiva fazer uma breve discussão sobre a desapropriação de terra por interesse social do imóvel Fazenda Caturrita, localizado no município de Arambaré no Rio Grande do Sul na década de 1990. O imóvel desapropriado era de pertencimento do Banco Banrisul (Banco do Estado do Rio Grande do Sul), e foi recebido, segundo o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), como pagamento de uma dívida. Na década em questão (1990), existiram outros imóveis na mesma situação, que por razões que iremos discutir na pesquisa da tese do doutorado, eram de pertencimento a bancos e foram desapropriadas para a reforma agrária.

Floresta com Araucária em perspectiva: o Nordeste de Misiones e o Oeste de Santa Catarina

Débora Nunes de Sá (Universidade Federal de Santa Catarina), Eunice Sueli Nodari (Universidade Federal de Santa Catarina)

A História Ambiental Global permite que historiadores e historiadoras possam tecer diálogos interdisciplinares com diversas áreas do conhecimento, tais como a Ecologia, Geografia, Paleontologia, Dendrologia, entre outras. O principal objetivo é compreender as dinâmicas e interrelações socioambientais, que se constituem entre a sociedade e a natureza ao longo do tempo. Por meio dela, é possível ultrapassar fronteiras e compreender conexões em níveis (social, econômico e ambiental) que afetam diversas formas de vida. Por meio dessa perspectiva, a comunicação apresenta e analisa a distribuição da Floresta com Araucária em território argentino, que na década de 1960 possuía 210.000 hectares, e que se insere na ecorregião da Selva Paranaense (atualmente com 1.128.343 hectares), na Província de Misiones, Departamento de San Pedro, Argentina. O Departamento de San Pedro faz fronteira político-administrativa com o extremo-oeste do estado de Santa Catarina, Brasil, onde também há a ocorrência de parte da Floresta com Araucária que se distribui pelo Sul do Brasil. Esse recorte espacial, permite analisar as interações e intervenções realizadas por cada Estado-nação para uma floresta, que embora contínua, se encontra sob jurisdição de distintos países, interferindo diretamente nas paisagens que ali se constituem, e na maneira como os diversos grupos sociais se relacionam com a natureza ao longo do tempo, desde a apropriação dos bens naturais, o avanço da fronteira agrícola, e a implementação de áreas de conservação. Os remanescentes de Floresta com Araucária Misionera, assim como aqueles que se localizam no lado brasileiro, receberam/recebem diversas e distintas intervenções antrópicas, resultando em marcas únicas na paisagem fronteiriça.

Violência no campo maranhense: memória histórica da luta pela terra (1964-1989).

Marcia Milena Galdez Ferreira (UEMA)

A partir de Dossiês, relatórios e inventários produzidos por movimentos sociais do campo, por levantamentos feitos por intelectuais e religiosos ligados à instituições empenhadas na salvaguarda e na denúncia (CPT e ACR) da violência no meio rural esboçamos um mapeamento das vítimas da grilagem, da pistolagem e de outras formas de usurpação da terra comumente empregadas no Brasil durante a Ditatura Militar e os primeiros anos da Nova República. A conturbada transição democrática e a acalorada discussão do Plano Nacional de Reforma Agrária "natimorto" (OLIVEIRA,2018) são tecidas numa crescente marcha de conflitos, saques, violações e assassinatos. No Maranhão a grilagem avança a passos largos com a Lei Sarney de Terras e a inoperância ou conivência do Estado e do Poder Judiciário. Buscamos dar visibilidade às ações de resistência- à vida de muitas lutas- dos combatentes que tombam no faroeste maranhense. A partir dos anos 70, mas especialmente nos anos 80, no auge das discussões sobre Reforma Agrária no Brasil, o campo brasileiro fervilha em conflitos e ações de resistência pela permanência na terra. Trataremos mais detalhadamente, do caso do povoado Aldeia, município de Bacabal-MA que conta com farta documentação, salvaguardada pela ACR (Ação Católica em Meio Rural) de Bacabal, bem como é rememorado nas narrativas de homens e mulheres que atuaram na luta pela terra e permaneceram na região. Podemos conceber, boa parte do território maranhense (a Amazônia maranhense, a região central e o Sudoeste do estado) a partir do conceito de fronteira conforme José de Souza de Martins (2009).A situação de fronteira é percebida na sua face trágica e possibilita compreender o conflito constitutivo da história agrária brasileira Possibilita também vislumbrar a possibilidade da escrita da história a partir da perspectiva da vítima, dos homens e mulheres que experienciam a desumanização e o reverso da civilidade nas novas formas de reprodução do capital nos espaços de fronteira. Palavras-chave; violência; campo; Maranhão, Ditadura Militar, Nova República.

Dos usos da terra no Oeste paranaense: o aprofundamento da exploração ambiental após a Lei de Terras de 1850.

Fabio Pontarolo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS) - CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL/PR)

Nessa pesquisa investigamos a produção de dados ambientais sobre a fauna e a flora nativas do Oeste paranaense entre 1850 e 1889, a partir da aplicação da Lei de Terras de 1850. A produção de tais dados a mando dos governos provincial e imperial se deu no contexto do acirramento da exploração agrária do meio ambiente realizado no território paranaense a partir das determinações de ocupação das terras da região Oeste da província, mantidas como fundo territorial de reserva para a expansão de grandes fazendas na segunda metade do século XIX. A investigação indica que o aumento dos conhecimentos sobre o meio ambiente local estava ligado prioritariamente à criação de novos projetos de exploração e ocupação das áreas de matas e florestas paranaenses.

Sessão 2
27/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 26

O longo século XIX: da lei da Boa Razão à promulgação do código civil de 1916

Carmen Margarida Oliveira Alveal (UFRN)

Esta comunicação pretende abordar o que temos chamado de o 'longo século XIX' no tocante à legislação agrária brasileira e suas práticas, recortando o largo período entre a promulgação da Lei da Boa Razão (1769) até a publicação do Código Civil de 1916. Este período de mais de um século evidencia múltiplas conjunturas nas quais não apenas a multinormatividade estava presente, mas também o comportamento dos proprietários de terras variava e seguia distintos raciocínios. Mesmo a promulgação da Lei de Terras, de 1850, na qual a premissa básica foi a de que as terras, daquele momento em diante, seriam adquiridas somente por meio de compra, mostrou-se complexa e atos possessórios continuaram a existir, mesmo após o período quando o Código Civil passou a regular melhor o registro de imóveis. Estes atos possessórios não apenas prosseguiram, mas muitas vezes eram reconhecidos juridicamente a despeito das tentativas de modificação dos direitos fundiários. Esta comunicação, baseada na legislação e em bibliografia especializada, pretende apresentar um esforço de análise da realidade jurídica agrária brasileira, evidenciando um longo século XIX de transformações socioeconômicas.

Família e propriedade no século XIX na região dos Campos de Cima da Serra

Andréa Pagno Pegoraro (UPF - Universidade de Passo Fundo)

Este trabalho tem como objetivo analisar a estrutura familiar e social nos Campos de Cima da Serra durante o século XIX, considerando suas relações com a

propriedade, utilização da terra e recursos naturais disponíveis. As fontes de pesquisa utilizadas nesse estudo são os inventários post-mortem de alguns dos maiores fazendeiros do antigo território de Vacaria, sendo estes referentes a José Joaquim de Ferreira, a quem pertenceu a fazenda Nossa Senhora do Perpétuo Socorro até o ano de seu falecimento em 1872 e Antônio Manoel Velho (1848), que foi proprietário da fazenda denominada Ausentes, atualmente localizada no município de São José dos Ausentes-RS. Busca-se também evidenciar de que modo a presença de rebanhos contribuiu para o desenvolvimento econômico da região e debater as questões relacionadas a presença do trabalho escravo nas fazendas.

A propriedade da terra e a dicotomia do discurso legal e da prática jurídica no RS (1890-1940)

Ironita Adenir Policarpo Machado (Universidade de Passo Fundo), Diego José Baccin (Universidade de Passo Fundo)

A comunicação se propõe a discutir o direito de acesso e permanência a terra sob duas perspectivas entrelaçadas. Por um aspecto jurídico revisitamos a legislação agrária do período através da análise da conjuntura histórica e das experiências judiciais materializadas em ações cíveis (ações possessórias), de modo, a demonstrar as particularidades dos processos históricos de ocupação e territorialização dos espaços sul-rio-grandenses, em especial, a região norte, com o objetivo principal de identificar como estes processos trataram e retrataram os sujeitos aqui nomeados como os "preteridos das terras", entendidos como camada populares expropriadas de suas posses no processo de racionalidade jurídica que legitimou e regulamentou formas diversas de usos do solo em propriedade privada entre os anos de 1890 e 1940, abrangendo o contexto da Primeira República aproximadamente. Relacionado a estes aspectos jurídicos problematizaremos os discursos legal e doutrinário dos processos cíveis (tramitaram na Comarca de Passo Fundo e Soledade) como forma de perceber nas "entrelinhas" destas documentais as produções de sentidos narrativos, ou seja, os discursos produzidos pelos agentes e operadores do direito contidos nos processos que descreveram estas populações e justificaram as respectivas sentenças. O problema que se coloca, frente ao exposto, refere-se à História e ao Direito, na perspectiva de entendimento da questão agrária brasileira, como expressão de um campo interdisciplinar de estudo fundiário atravessado por estruturas de poder e de relações socioculturais diversas que são traduzidas e traduzem correlações de forças desiguais que são e estão na base (origem) de muitos conflitos fundiários. O desafio proposto reside na ampliação deste debate e destas reflexões tomando a propriedade em suas relações histórico-jurídicas referentes ao processo de ocupação do espaço sul-rio-grandense entre 1890 e

1940 através dos processos de Ação Cível Possessórias. Para a análise histórica, tomamos o conjunto de desses atos processuais do Judiciário, classificando-os em três núcleos: possessórias, de medição e demarcação, finalizando com as de inventário, a fim de compreender os contextos histórico-jurídicos que estiveram associados a conjuntura apropriativa (expropriativa) da terra na conjuntura do Norte do Rio Grande do Sul.

A memória do Contestado fermentando a luta pela Terra

João Carlos Corso (Unicentro - Irati)

Trata-se de uma pesquisa sobre a relação entre a Guerra do Contestado com a problemática da luta pela conquista da terra. A Guerra do Contestado pode ser compreendida como um conflito armado, que envolveu moradores de Santa Catarina e do Paraná, entre os quais posseiros, fazendeiros, trabalhadores da ferrovia, políticos e militares. O conflito ocorreu entre 1912 e 1916. A pesquisa objetivou compreender como a problemática da posse da terra se inseria no conflito do Contestado, partindo da analise da historiografia. Também problematizou os usos do passado, ou seja, as apropriações do Contestado, principalmente pelos Movimentos sociais, como o MST e a CPT, os quais buscam fundamentar os discursos e práticas que visam a reforma agrária no Século XXI, com base na memória do Contestado. Além de focar também na religiosidade, principalmente na crença relacionadas aos Monges. Como um dos resultados foi possível visualizar a nominação de vários Assentamentos da reforma agrária relacionados com o Contestado como também a referência aos Monges. Também foi possível perceber a busca por manter uma memória social sobre a temática.

ENSINANDO E APRENDENDO: o multisseriado nas séries iniciais na Amazônia – trajetória de um professor do magistério na década de 1990.

Elias Diniz Sacramento (Universidade Federal do Pará)

Espero com este artigo socializar minha memória das experiências vividas no campo do ensino antes de me tornar professor da Universidade Federal do Pará do campus Universitário do Tocantins/Cametá. Na metade da década de 1990, sem muitas opções de cursos profissionalizantes, havia duas opções na escola estadual de Moju/PA. Uma era a preparação para ingressar no curso superior e outra era seguir a carreira do Magistério. Influenciado por um irmão optei pela segunda opção visando a questão econômica e social. 'Formado' em 1995, no

ano seguinte ingressei na carreira trabalhando na zona rural mojuense em uma região ribeirinha. No segundo semestre desse ano, fui então para Santana/AP, onde fiquei até o início de 1998. Mais uma vez vivi a experiência das comunidades dos rios. De volta em Moju em 1998, fui trabalhar na zona rural em um assentamento, onde precisava andar por seis quilômetros a pé. Em 1999 passei em um concurso para o município de Tailândia no Pará, onde fui para uma comunidade nas margens da rodovia PA-150. Situação melhor, morava na área urbana e todos os dias pela manhã bem cedo seguia para o local de trabalho. O ciclo de trabalho na zona rural se encerrava ali. A partir do ano 2000, depois de ter ingressado no curso de História da UFPa, passei a trabalhar nas escolas da cidade. O que tem em comum todas as escolas por onde viva e experiência da docência é que em todas o trabalho era multisseriado. Series diversificadas para um único professor em sala de aula. De toda essa vivencia ficaram memórias de alegria com as famílias, sofrimento em ver a situação local, como a malária no Amapá, fome em tempos de verão em várias localidades. É esta a proposta deste trabalho, socializar as lembranças, mostrando a resistência do autor e de vários alunos e alunas que também saíram em busca de uma vida melhor.

Gramsci como possiblidade metodológica para o estudo do Ruralismo gaúcho durante a Transição democrática

Felipe Vargas da Fonseca (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Esta comunicação faz parte de uma pesquisa em andamento que tem como tema a ação política do patronato rural sul-rio-grandense organizado na Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul) no período que compreende os anos da década de 1980. Dito isso, apresentamos a possiblidade metodológica do uso dos fundamentos do autor italiano, Antonio Gramsci, para o estudo do ruralismo gaúcho e suas ações ramificadas para manutenção de sua hegemonia. Entre sua principal meio de atuação está a ideologia, aqui compreendida como "uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no Direito, nas atividades econômicas e em todas as manifestações da vida intelectual e coletiva." (GRAMSCI,1981). No trabalho aqui apresentado, busca-se mostrar como a criação de uma ideologia do 'gauchismo", aqui denominada, como fator unificador entre o patronato rural e os trabalhadores rurais.

As mídias impressas e o seu discurso sobre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo/RS (1962-1964)

Milena Moretto (Universidade de Passo Fundo)

História e Imprensa sempre foram tópicos estudados para uma melhor compreensão de entidades e de como estas estavam ligadas à comunidade. Nesse sentido, foi por meio da impressa que entidades puderam divulgar as suas ações e prestar contas de suas atividades diárias, sendo utilizado, em sua maioria, os jornais impressos para essa finalidade, principalmente por serem os mais expressivos em números, chegando na maior parte das comunidades. Desse modo, o presente trabalho tem por objetivo analisar as matérias relacionados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo/ RS, nos dois jornais diários do município de Passo Fundo O Nacional e o Diário da Manhã, durante o período de junho de 1962 a março de 1964, compreendendo quais ações e atividades desenvolvidas pelo sindicato eram publicados nos jornais e qual era o discurso empregado ao entregar à comunidade.

Sessão 3
28/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 26

Impressões de viagem ao Vale do Rio-Mar (1883): Engenheiros, caboclos e indígenas nos sertões amazônicos

Francivaldo Alves Nunes (Universidade Federal do Pará)

O presente estudo tem o objetivo de analisar as narrativas sobre as experiências e estranhamentos dos engenheiros viajantes da Comissão Morsing nos sertões amazônicos em 1883. Chefiada pelo engenheiro Carlos Alberto Morsing, a expedição, a serviço do Império brasileiro, foi responsável por verificar a viabilidade de execução da obra de construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré. Os resultados dessa viagem deram origem, entre outros trabalhos, a uma publicação intitulada "Do Rio de Janeiro ao Amazonas e Alto Madeira. Itinerário e Trabalhos da Comissão de Estudos da Estrada de Ferro do Madeira e Mamoré: Impressões de Viagem por um dos membros da mesma comissão" (1883). Neste relatório, o secretário Ernesto Mattoso Maia Fortes não só apresenta uma minuciosa descrição geográfica e hidrográfica da região que chama "vale do rio-mar", em uma referência as províncias do Pará e Amazonas, como também aspectos sobre a ocupação humana, destacando as formas de acesso a terra, os costumes e os usos dos recursos florestais por indígenas e caboclos. Utilizando este registro como principal fonte consultada, procuraremos compreender a relação entre o discurso construído sobre as populações que ocupava os sertões amazônicos e as estratégias apresentadas como necessárias para promover o desenvolvimento econômico da região, mediada pela elaboração de um conhecimento científico, construído dentro contexto político do Brasil do século XIX. As percepções dos engenheiros serão analisadas em diálogo com o pensamento da época, em que se pauta pelo controle do espaço amazônico, o que exigiria das autoridades públicas um desempenho não apenas de manutenção da ordem, mas como instituição promotora de políticas que

exercessem o maior controle em um espaço nitidamente regulado pelos modo de vida das populações locais.

A Lei de Terras, a Colonização e o ambiente: o caso da Colônia de Santo Ângelo, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1857-1870)

Paôla Quoos Pfeifer (UNICAMP)

O trabalho aqui proposto visa discorrer acerca da presença de posseiros nacionais na região de abrangência da Colônia de Santo Ângelo, atualmente desmembrada nos municípios de Agudo, Paraíso do Sul, Dona Francisca, Nova Palma, tendo influência significativa também em municípios circunvizinhos, como Restinga Seca, Cerro Branco e Novo Cabrais. A historiografia tradicional da região preza por uma narrativa de pioneirismo, negligenciando a presença de outros sujeitos na construção do território local. No ano de 1854 foi promulgado um novo Regulamento Provincial que instituía a venda da terra a colonos alemães, vindos por intermédio de companhias de imigração, a três réis a braça quadrada, com base em condições facilitadas e pagamento parcelado (condições essas delimitadas apenas aos estrangeiros). Além disso, o Regulamento previa a distribuição de subsídios e suprimentos aos mesmos colonos durante os primeiros meses, até o estabelecimento nos devidos lotes e o desenvolvimento produtivo dos mesmos, os quais deveriam ser trabalhados isentos de mão de obra escravizada. Abrangemos, para análise documental, o período de 1857 – fundação efetiva da colônia – e 1870, às vésperas do Censo do Império, a fim de mapear e contabilizar o número de nacionais presentes no local. Com base em Relatórios de Presidentes de Província, pudemos identificar um número significativo de posseiros nacionais, os quais, em alguns casos, foram "removidos" [sic] para a Linha Brasileira (WERLANG, 1998). Trazemos, no presente trabalho, uma análise dos dados seriais levantados, ao levar em conta aspectos geográficos, ambientais e a Lei de Terras de 1850, os quais intensificaram uma dinâmica de disputa territorial.

Agricultura, Ciência e Ensino Rural no Brasil do século XIX: Sebastião Ferreira Soares e André Pinto Rebouças

Marcio Antonio Both da Silva (UNIOESTE)

Ao longo do século XIX a elaboração de escritos sobre a agricultura brasileira e acerca da incorporação da ciência como meio para seu melhoramento foram recorrentes. Também se insere nesse âmbito a produção de periódicos que

tinham como foco, direito ou indireto, a agricultura. Por exemplo, o "Auxiliador da Industria Nacional", editado pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e a "Revista Agrícola", publicada pelo Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. No geral, estas publicações guardavam muitos pontos em comum quando o assunto era as possíveis relações entre agricultura e ciência, especialmente quando o tema era discutido a partir do problema da escravidão e do ensino rural. Com pequenas nuances, mais diretamente os manuais de agricultura, propunham críticas ao trabalho escravo, mas consideravam que seu fim seria prejudicial ao país como um todo. No que diz respeito ao ensino agrícola, a perspectiva era a de que ele seria uma das alternativas mais apropriadas para melhorar a agricultura do Brasil e garantir sua riqueza. No contexto dessa produção, destaca-se as obras de Sebastião Ferreira Soares e André Pinto Rebouças. Respectivamente o "Notas Estatísticas sobre a produção agrícola e carestia de gêneros alimentícios no Brasil", publicado em 1860 e o "Agricultura Nacional. Estudos Econômicos. Propaganda Abolicionista e Democrática", datado de 1881. Nestes dois livros, seus autores desenvolvem análises sobre a situação nacional, sobre a agricultura brasileira, sobre o ensino rural e sobre a escravidão. No caso de Soares destaca-se a crítica as leituras raciais, ao escravismo e a aplicação que faz da estatística como instrumento científico para sustentar suas análises. Em relação a Rebouças, tais críticas também estão presentes, mas acrescentadas do conhecimento que tinha sobre experiências de melhoramento da agricultura realizadas em diferentes contextos nacionais (Estados Unidos, Inglaterra, França, Egito, dentre outros) e a proposição de sua aplicação no Brasil. Tanto Rebouças como Soares, entendiam que enquanto a escravidão perdurasse a agricultura brasileira dificilmente alcançaria níveis maiores de produção e, mais diretamente, conseguiria conhecer os melhoramentos científicos capazes de colocá-la no mesmo patamar que havia alcançado nos Estados Unidos e em algumas nações europeias (França e Inglaterra, por exemplo). Neste âmbito, os dois autores também concordavam que o ensino agrícola seria uma das ferramentas mais apropriadas para o desenvolvimento da agricultura nacional. Assim e diante dessas considerações, o objetivo dessa apresentação é destacar a importância histórica e social dessas duas vozes, bem como sua relevância para o desenvolvimento da ciência no Brasil e os possíveis impactos que elas produziram.

Os desafios da soberania alimentar: as experiências dos horticultores de Choromoro - Trancas - Tucumán (2002 - 2020)

Andrea Cecilia Haro Sly (UFC)

As experiências de construção coletiva da soberania alimentar são geradas em um território atravessado por particularidades e realidades diversas, que as

moldam dando-lhe formas e circunstâncias no tempo e no espaço. Com base em entrevistas e pesquisas anteriores, pretende-se analisar em profundidade o significado deste horizonte em um território específico, nas cidades de La Higuera e Chuscha, localizadas na Comuna Rural de Choromoro, no departamento de Trancas, na província de Tucumán - Argentina. Cebe destacar que, no referido território, além das bases da Unión de Trabajadores de la Tierra (UTT), existe a Unión de los Pueblos de la Nación Diaguita (UPND). A luta é atravessada por processos de disputas territoriais onde são criadas diversas estratégias para garantir sua sobrevivência material básica, alcançar melhorias nas condições de vida e relações de trabalho, bem como a sustentabilidade da natureza. Apresentaram-se algumas reflexões sobre as experiências de vida que fundamentam a identificação com a soberania alimentar, bem como quais as condições que contam para o arranque de um regime produtivo alternativo no seu território.

Efeitos da pulverização aérea em propriedades vizinhas a monoculturas em Pelotas - RS: perspectivas desde a história oral

Lais Schillim da Silva (UFPEL)

O presente trabalho visa discutir brevemente como são impactadas pelo sobrevoo de aviões de aplicação de herbicida, pequenas propriedades que se encontram próximas a monoculturas de arroz e soja na região de Pelotas, Rio Grande do Sul. A falta de respaldo jurídico diante dos relatos de perda de lavouras devido a estas contaminações é motivo de insatisfação entre os agricultores. Mesmo estando entre suas reivindicações a anos, nenhuma medida foi adotada, o que criou um sentimento de ceticismo entre os entrevistados. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é retomar os relatos dos atingidos, enfocando a falta de amparo a que são submetidas suas denúncias.

ST 27: Histórias Indígenas na América: fontes, conceitos e métodos para o estudo das sociedades originárias (Séculos XVI-XXI)

Coordenadores: **Eduardo Neumann (UFRGS), Leandro Goya Fontella (IFFarroupilha)**

Sessão 1
26/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 27

Sessão 2
27/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 27

Sessão 3
28/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 27

Ementa: As pesquisas dedicadas à História Indígena, entendida a grosso modo como área que se preocupa sobretudo com a interpretação dos processos e experiências históricas a partir da perspectiva das populações originárias, tem cada vez mais se consolidado como campo de estudos da disciplina histórica. Sem dúvida, o profícuo diálogo que os historiadores passaram a entabular com os aportes teórico-metodológicos oriundos da Antropologia e da Etnohistória vem contribuindo muito para o amadurecimento da História Indígena. A diversidade de grupos sociais, de fontes, de metodologias, de enfoques teóricos e de recortes espaciais e temporais aplicados nas investigações a respeito das populações indígenas tem transformado significativamente a compreensão sobre a atuação das sociedades indígenas nos processos históricos. De vítimas inertes do processo histórico colonial, elas passaram a ser percebidas como atuantes e mesmo protagonistas em complexas relações socais entre distintos grupos e colonizadores. O resultado dessas interações é a produção de análises mais ricas e cientificamente mais robustas sobre os contatos coloniais em suas múltiplas interfaces como, por exemplo, as disputas territoriais, a exploração do trabalho nativo, as transformações no universo simbólico indígenas, etc. Com base no exposto, este simpósio temático pretende discutir as fontes, as abordagens teórico-metodológicas e as problemáticas de pesquisa que estão orientando as pesquisas mais recentes a respeito das sociedades indígenas na América desde os primórdios dos primeiros contatos entre europeus e as populações originárias até o presente.

Sessão 1
26/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 27

Em defesa da comunidade: notas sobre um litígio entre os "pueblos" de San Miguel e San Luis na virada do século XVII

André Soares Anzolin (UFRGS)

A ocorrência de litígios de terras envolvendo diferentes reduções jesuítico-guaranis constituí um tema ainda pouco explorado na vasta historiografia que abordou o passado dos chamados 30 pueblos. De fato, seja porque tais contendas colocam em cheque uma imagem cristalizada pelas leituras tradicionais, que conceberam as relações entre aquelas comunidades tendo como base uma espécie de solidarismo irrestrito, ou, ainda, pelo caráter fragmentado e disperso dos documentos relacionados a tais processos, o certo é

que apenas muito recentemente estas disputas se tornaram alvo de maior atenção por historiadores e historiadoras que se dedicam a este campo de estudos. E se a emergência de conflitos de ordem territorial entre aqueles povoados configura uma lacuna que carece de investigações, ainda mais raros são os estudos, que, ao tratarem sobre esta temática, consideraram a participação indígena em tais querelas. Com efeito, nas poucas pesquisas que abordaram a questão, os litígios foram, em geral, concebidos sob uma ótica que os resume a esfera jesuítica, isto é, que considera os padres da Companhia como seus únicos protagonistas efetivos. Nesta perspectiva, com o intuito de contribuir para um avanço qualitativo no conhecimento sobre este tema, a presente comunicação pretende, a partir de um caso específico – um pleito surgido em fins do século XVII opondo as reduções de San Miguel e San Luis – sublinhar as linhas gerais, que, naquele contexto, orientavam a condução dos litígios, e, ao mesmo tempo, destacar os diferentes atores que neles tomaram parte. Deste modo, objetiva-se, por um lado, fazer ver a fórmula sui generis pela qual os conflitos por terras eram resolvidos naquele contexto, e, por outro, demonstrar que as próprias comunidades indígenas, sobretudo por meio de suas lideranças, também atuaram de forma efetiva e decisiva no desenrolar de tais contendas.

Os cabildantes indígenas na historiografia missioneira

Tiara Cristiana Pimentel dos Santos (UPF)

O presente artigo tem como proposta apresentar as figuras dos cabildantes indígenas na história da historiografia jesuítica missioneira, bem como a representação de poder junto as reduções jesuíticas dos trinta povos, cujo territórios abrangiam parte do Rio Grande do Sul/ Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia. As reduções jesuíticas pertenciam à coroa espanhola, e estavam sob os cuidados da Companhia de Jesus, sendo assim para um melhor funcionamento estrutural, foi implementado nas reduções, o sistema político espanhol, chamado cabildo, estes cabildos eram regidos principalmente pelos líderes indígenas como os caciques que já possuíam uma liderança atribuída de forma ancestral a eles. Tendo isso em vista, este tema consolidou-se através das pesquisas bibliográficas, analisando de forma sistemática cada abra, que apresenta em seu desenvolvimento historiográfico tanto a estrutura política, como a ação dos integrantes dos cabildos, perante as reduções, desta maneira, as obras contribuem para a compreensão histórica de como foram instaurados os cabildos e sua funcionalidade no decorrer dos anos nas missões jesuíticas e como que ocorreram as modificações para que este sistema político funcionasse com êxito neste espaço, ancestralmente indígena. A pesquisa obteve como base o método histórico embasado na revisão bibliográfica obtendo através da metodologia qualitativa proporcionando uma interpretação aprofundada da

pesquisa realizada. Entendendo que os caciques possuíram um papel fundamental no funcionamento das estruturas políticas espanholas implementadas nas reduções, formando um sistema hibrido que proporcionou as reduções jesuíticas, uma nova forma de governança local.

Newen mapuche: análise da tensão entre cultura escrita e oralidade na sociedade mapuche do período colonial a conquista do wallmapu.

Lucas de Lucas Samuel (UFRGS)

O presente trabalho é fruto da pesquisa de mestrado que vem sendo desenvolvida com a proposta que consiste em entender a razão gráfica que ocasiona a "dominação" do pensamento da sociedade mapuche, através da transliteração da língua falada à sua redução gramatical, a partir do contato, primeiramente da colonização espanhola na região do wallmapu, e em um segundo momento no processo de formação e consolidação dos estados nacionais chileno e argentino. Por conseguinte, a problematização que se instaura é: a partir da tensão entre a oralidade/vocalidade presente na cultura ancestral mapuche e o domínio da cultura escrita, observar os impactos que o cruzo desses saberes tiveram sobre essa população originária. Para realização da pesquisa, proponho a análise de três fontes que exponham a tensão entre oralidade e escrita da sociedade mapuche. Para atingir os objetivos do primeiro período analisado, buscamos utilizar como fonte as atas dos parlamentos hispanos-mapuche realizadas entre o período de 1593-1803. Os documentos se encontram em uma coletânea realizada por José Manuel Zavala Cepeda (2015). Em um segundo momento, a partir do início da construção dos estados nações argentinos e chilenos e o avanço dos mesmo sobre a região do wallmapu, a população mapuche se utiliza da escrita epistolar para reinvindicação do seu território ancestral, nossa principal fonte nesse período será uma recopilação exaustiva de documentação epistolar do período, realizada por Jorge Pavez Ojeda e intitulado Cartas Mapuche. Por fim, propomos analisar a compilação de 26 textos escritos e oralizados por mapuche – tanto em castelhano, como em mapudungun – realizado pelo antropólogo alemão Roberto Lehmann-Nitsche, no início do século XX. A proposta do trabalho apresentado consiste em uma amostra parcial da pesquisa que está sendo desenvolvida no mestrado. Por conseguinte, podemos observar algumas hipóteses sobre o resultado dessa tensão. Primeiramente, observamos que os parlamentos hispano-mapuches estavam inseridos em um contexto onde a hierarquia política entre os hispano-criollos e mapuches, estavam em certo equilíbrio de poder e consequentemente autonomia dessas populações originárias, mantendo as suas tradições orais e ritualísticas dentro do contexto de negociação. Portanto, ao perder essa posição de equilíbrio hierárquico, durante a construção dos estados nacionais chilenos e

argentinos, procuram se utilizar do mecanismo da escrita em castelhano para reinvindicação do direito da terra na região do wallmapu. Até o momento, o que se observa na necessidade de escrever a língua mapudungun - a língua mapuche - é a progressiva perda dos lonkos, detentores da potência de "hablar bien" e consequentemente guardião dos saberes e memórias coletivas do povo.

A política indigenista no Rio Grande do Sul oitocentista: aldeamento e invisibilização.

Isadora Talita Lunardi Diehl (UFRGS)

Este trabalho aborda a estruturação da política indigenista na província do Rio Grande de São Pedro após a promulgação do Regulamento das Missões de 1845 e a invisibilização da população indígena decorrente deste processo. Findada a guerra civil na província do Rio Grande de São Pedro, com o objetivo de retomar o comércio e consolidar as fronteiras territoriais, iniciou-se uma política de aldeamento das populações kaingang. Até aquele momento, a relação com os indígenas chamados de "bugres" pautava-se pela lógica do extermínio. A nova política vinha introduzir a noção de que o aldeamento era uma forma mais efetiva de "pacificação" e absorção dos indígenas na sociedade. A formação dos aldeamentos só foi possível devido a consolidação de alianças com as lideranças indígenas, que se pautaram pelas lógicas de ocupação territorial já existente entre os diferentes grupos kaingang. Em relação aos guaranis a promulgação do Regulamento das Missões trouxe uma breve tentativa de reconhecimento de pequenos aldeamentos próximos as vilas provinciais, formado por emigrados das antigas missões jesuíticas desde o século XVIII. No entanto, pouco tempo depois acelerou-se o movimento de desestruturação de todos os aldeamentos da província. A usurpação das terras foi um dos principais mecanismos para promover a assimilação dos indígenas. No restante do Brasil ocorreu um movimento de expropriação semelhante, porém no caso do extremo sul parece ter sido mais precoce. Apesar da resistência de guaranis e kaingangs a este processo, acabou por consolidar-se um discurso de inexistência destas populações, resultando em sua invisibilização. A despeito destas alegações os descendentes destes indígenas permanecem ocupando seus territórios ancestrais até os dias de hoje.

Conflitos e Resistência Indígena à frente de colonização na Serra Gaúcha: O Cacique João Grande

Guilherme Maffei Brandalise (Memorial do Rio Grande do Sul)

No extremo sul do território tradicional do povo Kaingang, os contrafortes da Serra Geral no Rio Grande do Sul, em meados do século XIX, uma liderança resiste aos avanços da frente colonizadora. O Cacique João Grande, Nicué, Nicuó ou Nivö foi uma liderança que, ao contrário de outros de seus pares, se recusou a negociar com o governo. Pelo contrário, manteve uma postura de ataques constantes contra colônias, se tornando célebre como "facínora" entre as autoridades da Província. Por ter tido nenhum contato diplomático com as autoridades, documentos sobre seu grupo são escassos, se resumindo à relatos de conflitos. Ao ler de forma mais ampla a documentação entre 1847 e 1854, percebe-se que João Grande era um empecilho ao projeto de colonização que avançava Serra acima, em um período de expansão das colônias alemãs que precede o estabelecimento das colônias italianas, apenas em 1875. Os relatos da violência praticada por essa liderança Kaingang se misturam com apologias à colonização e propostas de políticas para lidar com os indígenas que ainda ocupavam um extenso território que ia do Alto Uruguai até a bacia do Guaíba. João Grande toma importância historiográfica enquanto que é rememorado por aldeias Kaingang que se estabelecem na Serra Gaúcha no século XXI. Essa pesquisa busca aprofundar a leitura de fontes documentais de forma crítica, ao mesmo tempo que atenta para a importância da Memória Social na construção de narrativas históricas anticoloniais, que respeitem os processos das próprias comunidades indígenas envolvidas.

Guaranis, Compadrio e Acesso à Terra: comunidades missioneiras no sul do Brasil (1810-1834)

Max Roberto Pereira Ribeiro (Pesquisador)

Nos últimos anos, tem despontado na historiografia estudos que enfatizam a mudança cultural ocorrida entre os guaranis que vivenciaram a experiência missioneira. Estes estudos tem apontado os diversos destinos das populações indígenas das Missões, especialmente a partir da segunda metade do século XVIII, bem como suas estratégias de sobrevivência na relação com as sociedades envolventes que, paulatinamente, avançavam sobre os antigos territórios que compunham o espaço missioneiro. Fosse na forma de capelas ou freguesias – cidades embrionárias – pequenas, médias e grandes propriedades privadas, a fragmentação e conversão do território missioneiro foi dificultando o acesso às terras utilizadas pelos guaranis. Sendo assim, o objetivo desta apresentação é evidenciar como aqueles indígenas buscaram acessar os espaços missioneiros que iam se convertendo em povoados ou propriedades. A partir de registros batismais da Igreja Católica, será mostrado como os guaranis se organizaram socialmente frente a perda gradual de territórios e quais estratégias utilizaram para garantir acesso à terra. Focando nas relações de compadrio construídas

pelos guaranis, constrói a hipótese de que houve a formação de pequenas comunidades indígenas, permanentes ou sazonais, no interior dos campos que iam sendo ocupados por luso-brasileiros, entre 1810-1834. Sustenta ainda que as relações de compadrio, tecidas pelos guaranis com proprietários não indígenas, ajudavam na permanência ou no trânsito por algum território visto por eles como um espaço tradicional.

Sessão 2
27/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 27

Das Afeções Desordenadas à História Indígena. Narrativas em tensão no corpo documental jesuítico do século XVIII.

Carlos Daniel Paz (PPGH-UNISINOS)

Pensar a História Indígena com o objetivo de compor uma explicação sobre o passado de múltiplos grupos ameríndios na sua relação com os dispositivos de poder coloniais, como por exemplo e neste caso em particular com a Companhia de Jesus, requer, em primeiro lugar, multiplicar o nosso conhecimento sobre aquelas práticas culturais próprias dos indígenas e que brindavam um sentido de coesão ao grupo. Descrições que conhecemos por meio de uma 'escrita para mostrar' gerada pelos irmãos de Santo Inácio atendendo a algumas 'normas acerca del escribir'. Indicações que tinham como finalidade indicar o que se devia de mostrar na escrita que conhecemos, e identificamos, como edificante. As diversas informações que os jesuítas forneceram sobre diversas práticas –v. g. bebedeiras, canibalismo ritual assim como aquelas outras identificadas como xamanismo- foram identificadas como afeções desordenadas. Forma retórica de uma potencialidade notória para conhecer a forma em que os sacerdotes interagiam com aquelas populações com as quais compartilhavam o seu cotidiano assim como e a partir delas nós conhecer o passado das populações ameríndias. Além disso as afeções desordenas fazem possível questionar-nos acerca de como aquelas informações consideradas proto-etnográficas servem para descrever, explicar e analisar a lógica de aquelas práticas ameríndias que conhecemos por meio de aquela escrita produzida pelos jesuítas no século XVIII. Exercício de reconstrução do passado ameríndio, para assim tentar compor uma História Indígena, que requer considerar algumas das proposições da virada ontológica identificada com o perspectivismo ameríndio junto com a prática do discurso inaciano sobre aqueles chamados de bárbaros.

"Primero que en los ojos ha de haver lagrimas en las cabezas". A Cultura da Compulsão e das lágrimas na retórica missionária dos jesuítas nas Missões Guaranis

Luiz Fernando Medeiros Rodrigues (UNISINOS)

O estudo da História das Sensibilidades nos abre caminho para a nossa compreensão histórica das lágrimas, especialmente em seus contextos sociais e culturais. Este trabalho tem por objeto estudar as lágrimas dos indígenas guaranis na esfera religiosa, no contexto das missões penitenciais jesuíticas. A evocação da emoção, levando à penitência e à conversão, era um fator importante nas missões populares, e os relatos sobre elas frequentemente mencionam participantes que derramaram muitas lágrimas. Tais missões eram, basicamente, de dois tipos: catequéticas e penitenciárias. Em ambos os casos, foi aplicado uma variedade de métodos que variavam de missão para missão. Embora as missões tivessem como meta comum ensinar e difundir a fé, contudo, as penitenciais foram as mais influentes. As catequéticas ocuparam um espaço mais restrito do que a liturgia sacramental, com afluência de um público maior. O escopo das missões penitenciais foi amplificado através de várias cerimônias, com a presença de dignitários seculares e eclesiásticos, colonos e indígenas que recepcionavam os missionários já nos arredores das cidades; o toque dos sinos da igreja acompanhava as procissões, e os atos de arrependimento público que se seguiram. Mas foi a procissão penitencial noturna o evento mais importante, na qual os fiéis usavam roupas penitenciais e coroas de espinhos; carregavam cruzes, enquanto cantavam o Miserere. O foco deste trabalho são as missões penitenciais que os jesuítas organizaram no Paraguai do século XVIII. Um objetivo particular é analisar os significados, emoções, gestos e ritos ligados às lágrimas nas missões populares, baseados na Carta Ânua de 1735-1743 e em fontes impressas, conforme as características da espiritualidade jesuíta. Ele se concentra especialmente nas representações textuais das manifestações de choro e lágrimas dos indígenas. Parte-se do conceito de “comunidade emocional” (Barbara H. Rosenwein), definido como grupos em que as pessoas aderem às mesmas normas de expressão e valor emocional, ou desvalorizam as mesmas emoções relacionadas. Salienta-se ainda que de uma comunidade emocional é também possivelmente uma "comunidade textual” (Brian Stock). Para este fim, partiremos do pressuposto de que os pregadores populares jesuítas constituíram uma comunidade, incluindo uma textual, cujas emoções, as preferências e as normas relativas à sua expressão, podem ser analisadas sob a perspectiva do choro, das lágrimas. Investiga-se quais emoções e experiências espirituais estavam relacionadas ao derramamento de lágrimas no contexto das missões populares jesuíticas, e quais expectativas — diretas e indiretas — os pregadores tinham. Busca-se compreender como os jesuítas interpretaram as lágrimas e o choro nessas missões.

As fontes arqueológicas e a escrita da história indígena no Sul do Brasil

Fabricio José Nazzari Vicroski (Universidade de Passo Fundo)

A escrita da história indígena no Brasil comumente é marcada por lacunas e generalizações. São igualmente recorrentes as narrativas que atribuem aos indígenas um papel secundário ou mesmo passivo ao longo dos processos históricos de colonização. Tais posturas são por vezes resultantes da escassez de fontes de pesquisa. O século XXI, por sua vez, tem se mostrado extremamente profícuo no que tange a ampliação do conhecimento da história das populações nativas. Tal contexto tem sido propiciado, em larga medida, pelo grande volume de pesquisas arqueológicas desenvolvidas nas mais distintas regiões do país. Essas pesquisas inserem-se na esfera dos estudos de avaliação de impacto ao patrimônio cultural em processos de licenciamento ambiental. Esse cenário tem propiciado uma impressionante multiplicação de acervos e fontes arqueológicas. O acelerado ritmo da produção técnica, aliado à densidade do conhecimento e sua limitada divulgação, resultam em uma certa morosidade na incorporação desse dados pela produção historiográfica acadêmica. Atualmente o conhecimento arqueológico acerca da história pré-colonial no Sul do Brasil nos permite avançar com segurança para uma escrita da história indígena de longa duração. No caso dos grupos associados aos troncos linguísticos jê-meridional e tupi-guarani, vislumbra-se um horizonte cronológico de aproximadamente dois milênios. Percebe-se, no entanto, uma dificuldade recorrente da comunidade arqueológica em comunicar as descobertas em uma linguagem acessível e desprovida de termos técnicos. Por outro lado, igualmente constata-se uma insegurança ou mesmo dificuldade dos historiadores em interpretarem esses dados de forma a incorporá-los à escrita da história pré-colonial ou mesmo colonial. Nesse sentido, a presente comunicação tem por objetivo discutir as possibilidades de utilização das fontes arqueológicas para o aprimoramento da história indígena, à luz de perspectivas decoloniais pautadas por fenômenos de longa duração.

A importância da Nova História Indígena e dos Estudos sobre Decolonialidade para compreender as relações de contato

Ramon Queiroz Souza (UFSM)

Os estudos sobre a história das populações originárias do Brasil sejam eles referentes ao que a historiografia tradicionalmente denominou de Períodos: Colonial, Imperial e Republicano, sempre foram objetos de pouco interesse por parte dos historiadores, dessa maneira, a miscelânea de possibilidades de arranjos social: cultural, político, econômico e religioso, que foram gestadas a

partir, sobretudo, do contato entre as culturas: europeias, africana e dos povos originários, genericamente chamados de índios, ocuparam lugar periférico na historiografia brasileira. Os poucos estudos, sempre percorreram a tríade; trabalho, atividade missionária e hostilidades, RUSSELL- WOODO (2014), elementos que durante muito tempo serviram como os principais pilares de compreensão da sociedade Colonial, mas que, de maneira geral, ao partirem de visões e construções eurocêntricas deixaram escapar as complexidades das relações forjadas, bem como, os diferentes lugares que os sujeitos coloniais (em nosso caso em específico, os indígenas), ocuparam nessa infinita teia social, tecida por durante muito tempo por meio de categorias dicotômicas, como: colônia X metrópole, índios mansos X bravos, senhor X escravo, o que veio a contribuir para generalizações históricas e visões estereotipadas da realidade (QUIJANO 2009; GRUZINSKI 2002; ALMEIDA; 2013). Busca-se aqui problematizar esses binômios, bem como, os conceitos de aculturação e cultura, para discutir e estabelecer um diálogo entre a Nova História Indígena e os estudos sobre Decolonialidade em uma tentativa de compreender as relações de contato durante o Período Colonial. Para tanto, é necessário evidenciar as diferentes dinâmicas e complexidades dos processos históricos nos quais esses grupos estavam envolvidos, a partir das quais é possível se debruçar sob uma gama de possibilidades de novas temáticas de pesquisa, como apontaram Joaze Bernardino-Costa e Ramón Grosfoguel (2016). É válido ressaltar que a revisitação de fontes já trabalhadas pela historiografia, somada a um diálogo com outras áreas do conhecimento, em especial com a antropologia, permite refinar o olhar a respeito das populações indígenas do Brasil, a fim de compreendê-los como sujeitos ativos frente as ações do homem europeu, e também como construtores e colaboradores para a manutenção da sociedade Colonial, como abordou, DIAS (2014). Assim, para além de vítimas passivas, ou de sujeitos capazes de produzir feitos heróicos, como durante muito tempo evidenciou a historiografia, pretende-se valorizar, os processos de resistência, negociações e readaptações, não que a violência não se fizesse presente de suas variadas maneiras, mas nem sempre, essa foi o ritmo que orquestrou as relações sociais entre os diferentes grupos em contato no Brasil Colonial.

Mulheres indígenas e o manuseio de fermentados (século XVIII)

Laura Oeste (UFRGS)

O objetivo da comunicação é apresentar a participação de mulheres indígenas nos processos envolvidos no consumo e elaboração de fermentados, em alguns povos da Bacia do Prata, onde encontramos na documentação uma atuação proeminente das indígenas, em especial das anciãs. Nossa análise se dedica mais especificamente no preparo e utilização de uma bebida fermentada geralmente

chamada de chicha, consumida por vários povos indígenas residentes na região. Encontramos referências de seu uso em variadas descrições de jesuítas que viveram em reduções desse local durante o século XVIII, além de relatos mais pontuais em fontes de outros meios. A bebida é mencionada com frequência em materiais escritos por jesuítas no exílio, produzidos na década de 1770, após a expulsão do território espanhol, como os relatos de Sánchez Labrador e Florian Paucke. É na escrita deste último que encontramos informações mais detalhadas sobre os diferentes tipos de preparos e a atuação das mulheres nestes processos. No geral, o inaciano dedicou muitos comentários sobre a relação dos mocovies com as borracheras ao longo das suas memórias e também elaborou aquarelas que retratavam essas festas. Entre este mesmo povo, as anciãs também se destacam em outras cerimônias, como, por exemplo, na morte de um dos cônjuges, entre outros momentos. No geral, a leitura da documentação sugere uma prominência das mulheres anciãs, especialmente a ideia de um grupo que vai elaborar algo específico ou mediar uma situação. Os casos que causavam um maior incômodo ou estranhamento, ou ainda faziam parte do projeto evangelizador, foram os que receberam maior atenção nos relatos e, consequentemente, nos oferece um material mais rico de análise, tendo destaque na escrita. Como no caso das bebedeiras e da chicha, que são as mais detalhadas e com o acréscimo de pinturas que ilustraram as cenas presenciadas pelo inaciano.

O discurso moderno/colonial sobre as mulheres indígenas: apontamentos e possibilidades a partir da abordagem decolonial

Fabrício Ferreira de Lema (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), Bruno Campos Roddrigues (PUCRS)

Neste artigo buscamos, em consonância com as discussões oriundas dos movimentos feministas subalternos e decolonial, encontrar possíveis eixos analíticos que permitam problematizar as narrativas coloniais sobre as mulheres indígenas. Metodologicamente, trata-se de ler esses relatos demarcando as diversas intersecções relacionadas à colonialidade do poder, do saber e do ser que silenciosamente guiaram o olhar dos narradores. Assumimos, portanto, que a produção e circulação dessas narrativas sobre a alteridade americana possuí condições de possibilidade, verificação e assimilação inseridas nos moldes da epistemologia moderna/colonial. Defendemos que, a despeito das estruturas que orientaram a elaboração desses relatos, as perturbações decorrentes do encontro colonial – em especial aquelas provocadas pelas condutas femininas – representaram uma ruptura e uma desestabilização do discurso, obrigando-o a constantemente recriar a separação que demarca o narrador dos seus outros. Utilizamo-nos, principalmente, dos escritos de dois padres jesuítas, Martín

Dobrizhoffer e Florián Paucke, que desempenharam as suas funções eclesiásticas na região do Chaco no século XVIII. Também foram consultadas as obras de Félix de Azara, funcionário que excedeu as suas atribuições como demarcador do Tratado de San Ildefonso produzindo extensas descrições sobre essa mesma região e seus habitantes. A despeito das particularidades individuais de cada um desses autores, eles foram aqui reunidos no que aportam à compreensão do funcionamento do discurso moderno/colonial.

Sessão 3
28/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 27

Kaingang, capuchinhos e coronéis: a demarcação do Toldo do Fachinal (Rio Grande do Sul, 1910-1918)

Alex Antônio Vanin (Universidade de Passo Fundo)

O presente trabalho tem por objetivo analisar o protagonismo indígena Kaingang em meio ao contexto de reconhecimento e demarcação de seus territórios, reservados pelo Governo Federal, na segunda década do século XX, em específico no Toldo do Fachinal, no então município de Lagoa Vermelha, no Norte do Rio Grande do Sul. Fazendo uso de relatos de agentes e autoridades públicas envolvidas no processo demarcatório e de missionários da Igreja Católica, visa-se repensar e complexificar o papel atribuído pelos indígenas Kaingang e suas lideranças no estabelecimento de alianças e relações com sujeitos outros, pretendendo refletir acerca dos sentidos do protagonismo nativo nesse contexto. No presente trabalho, optou-se por tratar do processo demarcatório do Toldo do Fachinal, localizado no Norte-Nordeste do estado do Rio Grande do Sul, ocupado por indígenas Kaingang, pois entende-se que a partir dessa experiência é possível compreender acerca da política indigenista nacional que estava sendo instalada no período e, principalmente, captar o protagonismo indígena em torno desse processo desencadeado pelas autoridades vinculadas aos órgãos federais e estaduais. Fazendo uso de um corpus documental variado, pretende-se analisar as fontes buscando problematizar o papel atribuído aos indígenas nas narrativas compostas por elementos da sociedade nacional, complexificando as relações estabelecidas pelas lideranças Kaingang e compreendendo como essas alianças são operadas pelos nativos em prol de seus interesses no que concerne a demarcação das terras sob as quais passariam a ter direito à ocupação de um determinado espaço oficializado e reconhecido pelo Estado.

José Carlos Mariátegui (1895-1930): uma fonte para a história indígena na América Latina.

Tanise Baptista de Medeiros (UFRGS)

O presente trabalho é parte de pesquisa iniciada a nível de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que tem como objetivo compreender as contribuições do pensamento de José Carlos Mariátegui no que diz respeito às lutas indígenas por terra e território na América Latina, buscando estabelecer relações para uma análise do atual contexto brasileiro, evidenciando as contradições entre as formas que o capitalismo assume no Brasil e as resistências indígenas enquanto movimentos políticos e pedagógicos. José Carlos Mariátegui nasceu em Moquega (Peru) em 1984 e, diferente de grande parte da intelectualidade latinoamericana que se projetava e se espelhava na europa para a produção de seu pensamento, produz um pensamento particular com um horizonte descolonizador, considerando sua condição de peruano e as problemáticas mais sentidas de seu povo. Uma das questões mais originais para seu tempo é sua interpretação acerca da realidade indígena no continente, que será explorada neste trabalho. Ainda, buscamos dialogar com dois autores leitores de Mariátegui e suas correntes de pensamentos na América Latina, quais sejam Florestan Fernandes e a teoria marxista da dependência, e Aníbal Quijano e seu arcabouço da colonialidade do poder. A questão indígena não surge neste trabalho apenas como um enfoque a ser evidenciado, ou como um elemento apontado a partir do pensamento de Mariátegui, mas como uma realidade urgente e necessária de ser evidenciada, principalmente no que diz respeito, por um lado, ao processo de extermínio e epistemicídios que essas populações vêm sofrendo desde o processo colonial, mas principalmente na atualidade no Brasil com os ataques da mineração, do agronegócio, do garimpo, da grilagem, enfim, do latifúndio e do capitalismo que transforma toda e qualquer vida humana e natural em bens e mercadorias a serem vendidos e consumidos. Por outro lado, há uma urgente e necessária evidência a ser feita a partir das resistências indígenas a esses processos no Brasil contemporâneo, como as lutas pela demarcação de suas terras, contra o Marco Temporal, por educação, contra a violação de seus direitos e pela defesa de suas lideranças, mulheres e crianças que estão sendo dizimadas nas suas próprias terras. Consideramos, portanto, Mariátegui como fonte para uma mirada anticolonial e descolonizadora da história indígena na América Latina, onde a história, como afirma Sinclair Thomson (2010), deixa de ser jaula que enclausura e passa a ser instrumento de imaginação e luta ativa que projeta um futuro, sendo necessário "transformar la historia, de una tumba en um semillero del porvenir".

O Conselho Indigenista Missionário CIMI-NE e o protagonismo indígena na Região Nordeste do Brasil e os direitos na Constituição de 1988

Flavio Joselino Benites (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul)

A comunicação é fruto de pesquisa inicial de doutorado, tem como objeto o Conselho Indigenista Missionário regional Nordeste na aliança com os povos indígenas na Região Nordeste. O estudo tem como objetivo compreender como o CIMI proporcionou os suportes para realização das Assembleias Indígenas entre 1974 a 1984, embrião do movimento indígena solidificado nos dias de hoje. Entretanto, o CIMI auxiliou nos mais diversos níveis de organização: hospedagens, auxílios financeiros, capacitação e formação de lideranças. Bem como articulações dos segmentos da sociedade civil solidárias as causas indígenas a partir década de 1970. Assim, a pesquisa, por meio da documentação produzida pelo Conselho Indigenista Missionário Regional Nordeste, juntamente com os relatos dos indígenas e fontes como jornais, documentos oficiais entre outros, tem por interesse analisar os modos de apoio e importância do CIMI desde sua criação em 1972, na construção, ampliação e consolidação de uma articulação entre os povos indígenas do Brasil e na Região Nordeste. Culminando nas mobilizações para Assembleia Nacional Constituinte 1987/88. Essas mobilizações resultaram em pressões do movimento indígena com a participação de vários indígenas de todo Brasil para consagração direitos na Constituição Federal de 1988.

"Como se legítimos fossem": negociações entre indígenas e invasores a partir da trajetória de um militar luso-brasileiro (Planalto sul-rio-grandense, meados do século XIX).

Ernesto Pereira Bastos Neto (PUC-RS)

O planalto foi um dos últimos espaços onde a ocupação luso-brasileira do atual território do Rio Grande do Sul se consolidou. Densas florestas e interações violentas com as populações indígenas são aspectos constantemente destacados pela historiografia como fatores que explicam esta ocupação tardia. O papel de militares luso-brasileiros no processo de conquista destes territórios é outro elemento muito sublinhado na história do planalto e do Rio Grande do Sul em geral. Na presente comunicação, buscamos refletir sobre a relação entre um destes militares, o tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo, e a "china" Maria Conceição. A partir das contribuições da nova história indígena, é amplamente conhecido que o designativo "china" era difundido na América Meridional como referência a mulheres de ascendência indígena. Neste estudo, além de consubstanciar tal hipótese com base em dados referentes ao planalto sul-rio-grandense, analisamos indícios de estratégias de negociação estabelecidas por

esta mulher indígena com o dito tenente-coronel. A partir do cruzamento de fontes diversas, como registros paroquiais e escrituras públicas, evidencia-se uma série de relações de reciprocidade – não necessariamente simétricas – que complexificam a compreensão do processo de formação da sociedade luso-brasileira no referido espaço, bem como dos lugares das populações indígenas em tal processo.

Demografia e doenças em um povo missioneiro (São Francisco de Borja, 1817 – 1821)

Leandro Goya Fontella (IFFarroupilha)

Esta comunicação integra-se a uma pesquisa mais ampla que procura perceber através de uma análise relacional o processo de incorporação da região das Missões Orientas do Rio Uruguai aos domínios luso-brasileiros na região platina. Através de métodos quantitativos oferecidos pela demografia histórica, proponho-me a examinar alguns traços demográficos do Povo de São Francisco de Borja entre 1817 e 1821. Neste período, os párocos registraram constantemente assentos de batismos e de óbitos na Matriz de São Francisco de Borja. A partir de tais dados, elaboro um perfil demográfico deste povo e examino informações a respeito da frequência mensal dos óbitos, da configuração sexual do conjunto dos falecidos, as faixas etárias e causas das mortes. Destaca-se que: expressiva parte dos óbitos era de crianças, demostrando que tal fase era um ponto crítico de sobrevivência; em todas as faixas etárias as mulheres morriam em maior número e mais cedo, e; a febre aparece como importante causa de morte nos três estratos e bexiga entre as crianças e adultos. Ressalta-se que a investigação está em fase inicial e doravante refinaremos as análises e dialogaremos com outras trabalhos para esboçar um quadro demográfico mais consistente.

ST 28: Imagens, História e Educação: fontes, métodos e problemas

Coordenadores: **Luciana de Oliveira (SEDUC/RS), Carolina Etcheverry (Colégio La Salle Niterói)**

Sessão 1
28/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 28

Ementa: O mundo se constrói e se deixa construir através de imagens. Nos comunicamos, expressamos e, sobretudo, pensamos por imagens. Seja por meio

das redes sociais, fenômeno mais emergente, ou através das mais diferentes mídias e tecnologias, ela se tornou elemento necessário para a compreensão das sociedades. Porém, ao mesmo tempo em que as imagens se revelam imprescindíveis nesse processo, suas especificidades como objeto de estudo, especialmente no campo da História, são obliteradas. Assim, pensar nos usos, mas principalmente nos seus abusos, permite a reflexão acerca de suas potencialidades. Nesse sentido, percebendo a importância da imagem não apenas na pesquisa acadêmica, mas igualmente no trabalho de professores em sala de aula, é que se propõe o presente Simpósio Temático. Pensar a fonte visual a partir das inquietações que causam, dos problemas que levantam e dos elementos que silenciam é pensar nas suas particularidades como objeto de estudo e trabalho. É observar, fundamentalmente, sua relevância na construção de novos conhecimentos e na forma de apreensão da história através das inquietações que causam. Assim, considerando as fontes visuais a partir de tais perspectivas, o presente simpósio quer congregar pesquisas e experiências de trabalho docente a partir das múltiplas possibilidades que as imagens oferecem.

Sessão 1
28/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 28

O uso de imagens do passado na sala de aula: o "espetáculo da pobreza" de Londres no século XIX em London - a pilgrimage (1873), de Gustav Dorè e Blanchard Jerrold

João Victor Caetano Alves (IFSP)

Esta comunicação visa apresentar uma análise de uma experiência docente no Ensino Médio no Instituto Federal de São Paulo com o estudo de um livro de gravuras sobre a Londres do século XIX, "London: a pilgrimage", ilustrado pelo gravurista francês Gustave Dorè, publicado no ano de 1873. O livro é composto por mais de uma centena de imagens que mostram a efervescente capital inglesa na segunda metade do século XIX a partir de vários pontos geográficos: a movimentada área portuária, os jogos e o lazer praticados pela burguesia, os meios de transporte e a circulação das pessoas nas ruas da cidade. Mas, as imagens mais interessantes e as que ensejam uma reflexão mais profícua se concentram nas seções destinadas a representar a pobreza de Londres. De fato, "London: a pilgrimage" foi objeto de dois estudos no século XXI, em instituições acadêmicas da Inglaterra (Quinlan, 2008) e dos Estados Unidos (Rowlenson, 2014), que apresentam metodologias inovadoras para lidar com o fenômeno tão bem apreendido na expressão "espetáculo da pobreza", de Maria Stella Martins Bresciani (Bresciani, 1982). Aqui, pretende-se relatar um estudo dessa fonte feito com alunos do Ensino Médio utilizando essas novas metodologias no tratamento de imagens, fugindo da mera ilustração que existe muitas vezes nos materiais

didáticos. Para tanto, foram selecionadas algumas imagens que fazem representações das moradias dos bairros operários, da sujeira das ruas dos "bairros de má-fama", dos personagens sombrios retratados em becos e vielas para entender que imagens são essas e por que elas chocam e causam tamanha apreensão mesmo quando analisadas num espaço escolar da região metropolitana de São Paulo, tão urbanizada e caótica quanto a escrutinada. Utilizou-se muito da abordagem que Eduardo França Paiva empreende no seu "História e Imagens" (Paiva, 2006), no qual o autor nos lembra que todo tratamento de imagem, dentro ou fora da sala de aula, precisa sempre conter elementos básicos sobre as intencionalidades de sua produção, a influência do contexto, o estudo do objeto que se pretendeu representar etc. A hipótese a que se chegou com os alunos, após algumas semanas de trabalho com a fonte, foi a de que certa ideia da pobreza e do modus vivendi et operandi das áreas degradas londrinas haviam se tornado, de fato, um "espetáculo" no século XIX, e que havia um público sedento de contato com uma parte desse mundo da urbanização desenfreada, tão original e inédito em meados do século XIX.

Fontes Históricas e Livros Didáticos: a metodologia científica a serviço da educação básica

Tatiane de Jesus Chates (Universidade do Estado da Bahia - UNEB)

Esta comunicação pretende discutir preliminarmente um Projeto de Investigação que será colocado em prática no biênio 2022/2023, com recursos do Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb). Projeto de Investigação ainda submetido para análise. A partir de uma pesquisa inicialmente qualitativa, de caráter descritivo, são discutidos os principais conceitos relacionados com as Fontes Históricas, e as suas respectivas incidências nos livros didáticos da educação básica. Dada a importância dos estudos metodológicos em História na educação básica, que precisam privilegiar as relações estabelecidas entre fontes históricas e livros didáticos, este Projeto de Investigação apresenta uma relevância incontornável. Como formar bons/as professores/as de História sem analisar a dialética existente entre fontes históricas e livros didáticos? Para uma discussão bem sucedida do tema, os estudos metodológicos devem retomar aspectos inerentes à constituição da Ciência Histórica, especialmente ao longo do século XIX, notadamente a partir dos pressupostos teóricos oferecidos pela historiografia francesa e alemã. Assim, Ciência e Educação fraternalmente se aliam no propósito da formação didática do/a futuro/a professor/a de História. O Projeto de Investigação Fontes Históricas e Livros Didáticos: uma análise metodológica visa catalogar e analisar fontes históricas encontradas nos livros didáticos da disciplina de História, na educação básica. Através do contato estabelecido com Instituições de Ensino de municípios parceiros ao Campus XIII/

Itaberaba da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), será feito o levantamento dos principais livros didáticos de História utilizados na região da Chapada Diamantina/ Piemonte do Rio Paraguaçu. A partir desta lista, serão dispostas em quadros e tabelas as fontes históricas encontradas nestes materiais didáticos. Após discussão das categorias de análise mais pertinentes, finalmente será feito o estudo metodológico e científico das fontes históricas encontradas. Assim, a segunda etapa deste Projeto de Investigação pode abrir uma outra senda de pesquisa, a partir do levantamento quantitativo das fontes históricas encontradas, em suas respectivas categorias de análise.

A cidade anunciada: imagens, artefatos e espacialidades na cidade do Recife nas primeiras décadas do século XX

José Eudes Alves Belo (USP)

A pesquisa que ora desenvolvo no curso de doutorado no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade São Paulo elege, como uma de suas fontes, as imagens de objetos presentes nas casas abastadas da cidade do Recife vinculadas na imprensa periódica como anúncios publicitários. Esta uso de fonte auxilia a compreender como artefatos podem ser usadas em leituras de mundos e distinções sociais e culturais. Com a premissa de que lemos o mundo também por imagens, as propagandas estão sendo analisadas sob perspectivas teóricas da cultura material e da cultura visual, as quais consideram, os objetos em sua materialidade em interação com os corpos dos sujeitos numa relação performática em que corpos, objetos e espaços estão em sintonia e permitem construir imagens significativas do passado vivido. Deste modo, performances criam imagens da cidade do Recife nas primeiras décadas do século XX em que o espaço urbano é praticado por sujeitos em movimentos constantes pelas ruas e casas, em espaços públicos e privados fazendo circular objetos, práticas, costumes, nos limites tênues entre materialidades, sensibilidades e significações. Eis pois uma possibilidade de estudos de imagens e relações sócio-cultuais e espaciais na história.

Malévola, Cruella e as tramas da vilania: cenas e roteiros para pensar o ensino de história e as representações de feminilidades produzidas nas telas

Olívia Pereira Tavares (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul)

No entrelaçamento de estudos de culturais e de gênero pós-estruturalistas, esta pesquisa se propõe a apresentar a análise de cenas de releituras fílmicas de contos de fadas e a possibilidade de seus desdobramentos em temas de ensino de história e do estudo das representações postas em funcionamento nas telas. Por meio da seleção de cenas de duas produções dos estúdios Disney, Malévola (2014) e de Cruella (2021), pretendo olhar para como estes filmes parecem apresentar mais do que a releitura de obras/clássicos da literatura, mas uma outra versão para tramas e roteiros anteriormente contados. E em como estas "novas" histórias parecem ir além das tramas (re)construídas, mas constituir cenários e roteiros outros, potentes para pensar relações com o ensino de história e de gênero. O recorte da pesquisa pretende focar na produção dos contextos construídos pelas narrativas fílmicas supracitadas e de como a vilania parece ser associada a certas representações de feminilidades. Neste sentido, importa problematizar: qual as relações podem ser estabelecidas entre a vilania das protagonistas nestes filmes, os estudos de gênero e o ensino de história? Quais as pistas deixadas pelas representações das protagonistas, roteiros e cenários produzidos por estas tramas fílmicas? Para tentar dar conta destas perguntas, busco embasar a pesquisa em referenciais do ensino de história tais como Marcos Napolitano (2010), Jaime Pinsky e Carla Pinski (2007, 2010) e construir processos metodológicos inspirados da etnografia de tela construídos pelas autoras do campo da educação tais como Carmem Rial (2004), Patrícia Abel Balestrin e Rosângela Soares (2014). Assim, torna-se possível desmontar algumas cenas, descrevendo-as minuciosamente, buscar apresentar o que, na relação estabelecida com a tela, foi possível suscitar. Por meio desta "desmontagem" e operando com os conceitos de representação e de gênero, parece possível produzir análises das representações de contextos históricos específicos e das corporeidades da vilania, que parecem possibilitar a tessitura de relações com temas do ensino de história e a abordagem das relações de gênero.

Imagens e mulheres na narrativa da História do Brasil: os livros didáticos de História do PNLD 2020-2022

Carina Martiny (IFFarroupilha)

Nesta comunicação apresentamos alguns dos resultados do projeto de pesquisa desenvolvido entre os anos de 2020 e 2021, que objetivou analisar a representatividade das mulheres na narrativa sobre a história do Brasil presente em coleções de livros didáticos de História dos anos finais do Ensino Fundamental do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2020-2022. Trataremos, aqui, especificamente, da análise das imagens presentes nestes livros didáticos. Foram

analisadas quatro coleções: História: Sociedade e Cidadania, da Editora FTD; Araribá Mais História, da Editora Moderna; Vontade de Saber História, da Editora Quinteto Editorial; e Estudar História: das origens do homem à era digital, da Editora Moderna. Destas coleções, analisamos os capítulos que tratam especificamente da história do Brasil, de modo que trabalhamos apenas com os livros de 7º, 8º e 9º anos. A coleta de dados ocorreu a partir da identificação e análise das imagens presentes nos capítulos e os dados foram inseridos em uma planilha Excel for Windows construída a partir de categorias como: identificação do livro; dados do capítulo (título, páginas, temática e período da história do Brasil a qual se refere); presença ou ausência de imagens exclusivamente de mulheres, apontando quantidade e página em que aparecem; presença ou ausência de imagens exclusivamente de homens, apontando quantidade; presença ou ausência de imagens mistas, ou seja, em que aparecem homens e mulheres em conjunto, apontando quantidade; e se há quadros complementares tratando de mulheres. O trabalho com as quatro coleções resultou na análise de um total de 67 capítulos, de modo que podemos concluir que ainda persiste uma grande desigualdade de espaço concedido a homens e mulheres nas narrativas que tratam da história do Brasil nos livros didáticos, o que já havia sido percebido por autores que analisaram coleções do PNLD de anos anteriores. Além disso, ainda que seja possível apontar que em algumas obras há um esforço em ampliar a presença feminina, especialmente através de uma maior presença de imagens de mulheres, este ainda está muito aquém do que deveria ser. As narrativas imagéticas sobre a História brasileira são, predominantemente, masculinas, gerando um importante problema no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem: a/o estudante entrará em contato, durante sua formação, com uma narrativa sobre a história do seu país na qual os personagens centrais são figuras masculinas gerando, assim, um grande problema de representatividade.

A história contada através da filatelia: Os selos postais comemorativos

Dênio Dolival Varejão Castro de Almeida (UNICAP)

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a prática da Filatelia voltada para o estudo do passado como fonte de pesquisa histórica. A Filatelia é o ramo do conhecimento que tem por objeto o estudo de selos postais e dos materiais relacionados a eles, além de estudar suas particularidades, desde a sua temática até a imagem nele contida. Neste estudo, procura-se identificar a relação dos selos postais comemorativos com os acontecimentos históricos neles celebrados. Para tanto serão analisados o caráter informacional e documental dos selos comemorativos, considerando que retratam parte da história, constituindo um acervo documental que podem reproduzir memórias importantes. Estudos sobre Memória e Imagem apoiaram este trabalho, que tomaram como referência as

obras de Assunção Barros (2005), Peter Burker (2017), Paulo Knauss (2006) e Márcia Motta (2007).

Um rosto para Anita Garibaldi

Luciana da Costa de Oliveira (SEDUC/RS)

No ano de 2021, uma agenda de eventos foi elaborada pra celebrar o bicentenário de nascimento de Anita Garibaldi, chamada "Heroína dos dois Mundos". Em meio a eventos de diferentes formatos e propostas, um elemento pareceu perpassar a ambos: o uso de seus retratos. Utilizados na maior parte das vezes para dar forma a Anita Garibaldi, os elementos que orbitaram à sua volta quando elaborado não foram considerados. Além disso, atividades desenvolvidas no ambiente escolar reproduziam essas mesmas imagens imprimindo e perenizando o seu rosto, isto é, um rosto oficial. Nesse sentido, o presente trabalho se propõe discutir diferentes formas de trabalhar não apenas a imagem em sala de aula, mas, sobretudo, os retratos. Tendo por base os de Anita Garibaldi, se pretende questionar os (des)usos das imagens bem como os usos exclusivamente ilustrativos que se fazem delas.

ST 29: Imprensa, Gênero e História das Mulheres

Coordenadores: **Mônica Karawejczyk (PUCRS), Natalia Pietra Méndez (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)**

Sessão 1
28/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 29

Sessão 2
29/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 29

Ementa: Consolidado o uso da imprensa como fonte e objeto de pesquisa na historiografia, os estudos vem alargando seu horizonte teórico-metodológico, bem como as temáticas pesquisadas, produzindo novas reflexões, especialmente aquelas referentes as relações da imprensa com as diferentes formas de relações de poder. Os estudos tem abordado a imprensa não mais como enunciadora de verdades, mas como construtora de narrativas portadoras de visões de mundo, atuando portanto como atores políticos ativos na formação da opinião pública, bem como na constituição da memória e identidade dos sujeitos. Partindo da premissa de que relações de gênero são uma das formas primordiais de exercício

do poder, esse ST pretende reunir estudos que contemplem as relações de gênero e história das mulheres nos periódicos, com ênfase nas construções culturais e os efeitos decorrentes desse processo. Serão bem-vindas pesquisas que tenham como fonte de pesquisa a mídia impressa de grande circulação no Brasil e nas Américas, tendo como objeto de pesquisa as temáticas de gênero e história das mulheres. Os principais enfoques são as representações e construções culturais de gênero nos periódicos e a relação dessas com a ordem social e patriarcal dominante. Tendo em vista a fonte imprensa, a relação entre esfera pública e privada e sua relação com uma "política de gênero" também farão parte das discussões propostas. Esta é uma proposta de ST conjunta entre os GT's História e Mídias & Estudos de Gênero.

Sessão 1
28/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 29

Brasis, Homens e Cortiços: Relações entre Masculinidades e Nacionalidades nas Páginas de um Romance Naturalista

Giovana Meireles da Rosa Carlos (UFSM)

Pretende-se refletir sobre os perfis de masculinidades hegemônicas e não-hegemônicas por meio da obra literária "O Cortiço" (1890) de Aluísio de Azevedo. O recorte temporal situa-se entre as décadas de 1880 e 1890, contexto de desagregação do sistema escravista e de avanço do republicanismo no país. Além disso, período em que a capital do império – Rio de Janeiro – passa por um boom populacional em decorrência da imigração e da migração. Neste sentido, o romance apresenta-nos elaborações ficcionais de masculinidades diversas, como as de portugueses, comerciantes, barões, brasileiros livres, trabalhadores fabris, militares, entre outros, todos eles convivendo no ambiente do cortiço carioca. Alvos de polêmicas durante o século XIX e também atualmente os cortiços ocupam importantes espaços na malha urbana das metrópoles brasileiras. Palcos de duelos, paixões, separações, crimes, alegrias, aromas e liberdades os cortiços e suas descrições permitem-nos acessar um imaginário social mais amplo sobre o cotidiano dos populares, bem como as relações entre homens e mulheres, trabalhadores e burgueses, lavadeiras e trabalhadores manuais. Nessa perspectiva, interpreta-se a literatura naturalista – com ênfase no romance azevediano - como um segmento essencial para a elaboração de uma história social e das ideias com centralidade nas relações entre gênero, poder e cultura.

"Que coisa foi essa leitora minha?"- Representações da leitura feminina de pornografia nas páginas d'O Rio Nu

Isadora Luiza Francisca Alves Flores (UNIOESTE)

Nas últimas duas décadas do século XIX, ligada a expansão da atividade editorial no Rio de Janeiro, verifica-se uma difusão de livros populares de caráter licencioso. De sucesso mercadológico ímpar, mesmo sob os olhos atentos de intelectuais e autoridades preocupados com os bons costumes e o potencial pernicioso dessas leituras, tais romances picantes brotaram "como cogumelos" (Revista Ilustrada, 20/10/1883). De acordo com El Far (2004), embora a proibição do acesso feminino a tais obras não fosse institucional ou legalizada, nesse período era sob a nomenclatura de "Livros (ou Leitura) para Homens" ou "Romances para Homens" que eram anunciadas esses populares livros para ler com uma mão só. Considerando tal designação, o presente texto visa analisar justamente algumas das representações das consumidoras de impressos licenciosos dispostas nas páginas do jornal humorístico e ilustrado O Rio Nu. Tendo circulado por quase duas décadas, de 1898 a 1916, o periódico carioca foi o mais longevo e bem-sucedido expoente da "Imprensa de Gênero Alegre ou Livre". Também tendo surgindo em finais do século XIX, tal segmento da imprensa humorística distinguiu-se tanto pela cobertura de assuntos relacionados às "diversões alegres" (o teatro, a prostituição, a vida noturna, etc.), como pela linguagem conotativa pela qual explorava esses e outros temas do cotidiano. Em relação aos consumidores do bissemanário, ainda que a verve criativa d'O Rio Nu privilegiasse a interlocução com o público masculino, constantemente referindo-se aos seus leitores em tais termos, nota-se como o seu corpo editorial não almejava necessariamente excluir potenciais leitoras. De forma que, a partir do conceito de representação de Roger Chartier (1990), o presente trabalho ambiciona refletir em que medida a produção de imagens e ficções sobre mulheres leitoras pode ter implicado numa tática de viabilização mercadológica do humor pornográfico do bissemanário, em um contexto onde a visibilidade de obras da sua natureza eram condenadas como possíveis deflagradores de corrupção moral.

A representação das mulheres nos periódicos voltados ao violão no brasil entre as décadas de 1920 e 1960: uma análise etnomusicológica a partir de reflexões sobre gênero, classe e interseccionalidade

Maria Fetzer Luca (UFRGS)

A partir de reflexões presentes em minha dissertação de mestrado em etnomusicologia, sobre as práticas musicais de mulheres intérpretes violonistas brasileiras, o presente texto objetiva destacar como os periódicos especializados em violão no Brasil entre as décadas de 1920 a 1960, respectivamente O violão(1928-1929), A voz do violão (1931) e Violão e Mestres (1964-1968), foram

precursores na inclusão e divulgação do protagonismo feminino no cenário violonístico. Revistas que foram escritas por editores homens e dando destaque a instrumentistas mulheres, majoritariamente brancas de classes média e alta. Entretanto, estes periódicos constituem um local que reflete uma escassa representatividade de mulheres negras e de classes populares. Desta forma, busca-se revelar como as revistas voltadas ao violão da época abordam questões de gênero, questões sociais e étnico-raciais, apoiando-se em um ponto de vista teórico metodológico que visa refletir sobre relações de poder e interseccionalidade presentes no cenário violonístico representado através da imprensa nos magazines do período. Resultados obtidos através da pesquisa revelam que ao mesmo tempo que estes periódicos ao longo dos anos abriram espaço para o protagonismo feminino, permitindo as mulheres exercer funções como colaboradoras ou redatoras nesses meios de imprensa, como exemplo, a importante participação da violonista Maria Lívia São Marcos (1942-) como primeira mulher escritora na revista Violão e Mestres (1964-1968), por outro lado, estas revistas revelam uma representação parcial das violonistas presentes no cenário musical do período, tornando-se evidente após a análise dos documentos, o destaque de apenas uma violonista negra no meio midiático do violão do início do século XX e anos 1960, Ivonne Rebello (1915- ?), que aparece presente na primeira edição da revista O violão (1928-1929).

Difusão do feminismo? A presença dos ideais feministas nos periódicos belenenses (PA, 1931-1937)

Barbara Leal Rodrigues (UFPA)

A presenta pesquisa visa analisar as publicações nos periódicos belenenses com conteúdos relacionados à emancipação feminina e que rompem com os papéis sociais normalizadores às mulheres, ao demonstrarem uma internalização da perspectiva feminista. Na década de 1930, mais especificamente até 1937, foi um período de intensificação das movimentações feministas em todo Brasil, seja por grupos organizados ou manifestações individuais publicadas nos periódicos. Com a reorganização política brasileira, o momento sócio-político foi marcado por uma intensa mobilização das mulheres, resultando em diversas reivindicações feministas implementadas. Em Belém, este panorama fora também caracterizado pela presença do primeiro grupo feminista da cidade, o Departamento Paraense pelo Progresso Feminino, instalado em 1931. O grupo tinha como objetivo propagar os ideais feministas, condizentes com as perspectivas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, devido ser uma de suas associações autônomas filiadas. Assim, apesar da presença dos ideais feministas nos impressos paraenses desde o século XIX, percebe-se uma intensificação nas primeiras décadas do XX. Não somente, os periódicos passaram a apresentar mais

matérias favoráveis às perspectivas feministas do que contrários a elas, notado principalmente na década de 1930, correspondendo tanto aos acontecimentos locais quanto nacionais. Desta forma, houve uma certa difusão dos princípios do feminismo, pois tais matérias e seus respectivos articulistas não aparentaram nenhum tipo de vínculo com o movimento e, por vezes, nem o mencionam em seus escritos, contudo, demonstram uma aceitabilidade aos seus ideais. Além disso, nota-se, qualquer atividade desenvolvida por mulheres que de alguma forma rompem com a feminilidade e suas atribuições, era noticiado e relacionado como uma prática feminista. Deste modo, fundamento a ideia de que o feminismo não ficou restringido aos seus grupos ou sua rede de apoio, mas, devido suas intensas campanhas e propagandas, seus princípios difundiram-se a outros atores e grupos sociais. Assim, na compreensão e análise da imprensa como um espaço de disputa, em que pese a posição política dos seus redatores e proprietários, além do fator financeiro regente para seu funcionamento, as obras de Tânia de Luca (2012), Heloísa Cruz e Maria Peixoto (2007) tornam-se fundamentais; não somente, a pesquisa de Maria Luzia Álvares (2020) é essencial na compreensão das relações de gênero e imprensa em Belém neste período. Ademais, as fontes analisadas encontram-se microfilmadas na Biblioteca Pública Arthur Vianna, como os jornais Folha do Norte e O Estado do Pará, ou digitalizadas no Acervo Digital da referida Biblioteca, como as revistas A Semana e Guajarina.

A história da Aliança Nacional de Mulheres por meio da imprensa (dec.1930)

Mônica Karawejczyk (PUCRS)

Esta apresentação pretende discorrer sobre um dos primeiros espaços de efetiva participação feminina no mundo público e político – as associações femininas. O foco será a atuação de uma das associações femininas do início do século XX, cuja atuação principal se deu na Capital Federal, a Aliança Nacional das Mulheres (ANM). Quer-se assim destacar a participação desta associação feminina na cena pública brasileira nas primeiras décadas do século XX e sua efetiva luta em prol do direito de voto para as mulheres no Brasil. Este é um recorte de um projeto maior denominado "Mulheres na cena pública e política: a atuação das associações femininas na cena pública brasileira (dec. 1920 - 1930)", cujo objetivo é o de resgatar um espaço de efetiva participação política das brasileiras, nas décadas de 1920 e 1930. A escolha por essa associação foi motivada por ela ser reconhecida pela imprensa da época como uma das representantes de "um feminismo construtor", e que teria lutado de forma efetiva pela implantação do voto feminino no Brasil. A Aliança Nacional de Mulheres surgiu em 1931, fundada pela advogada gaúcha Natercia da Cunha Silveira e associação agregava em torno de si mulheres instruídas da classe média ou alta que procuraram se (re)unir

para reivindicar os seus direitos bem como apregoavam, nas suas aparições públicas, o desejo de lutar por melhores condições de vida para as trabalhadoras. A ANM chegou a ter mais de três mil associadas e grande repercussão entre a sociedade brasileira do período mantendo-se ativa, pelo menos até 1937. As fontes principais de consulta estão sendo jornais e revistas cujas edições acabaram conservando os traços da atuação ANM nas suas páginas, de modo que estamos buscando reconstruir a história dessa associação e delimitar a sua inserção no espaço público nos principais periódicos do período.

A Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino e a eleição da primeira prefeita no Brasil: Alzira Soriano

Isabel Engler (Universidade Federal da Fronteira Sul)

Alzira Soriano, a primeira mulher prefeita do Brasil, elegeu-se em 1928 na cidade de Lajes no Rio Grande do Norte, período em que o voto era possível no estado do Rio Grande do Norte, por meio de uma lei estadual Norte (Lei n ° 660, de 25 de outubro de 1927), mas ainda não se estendia as mulheres dos demais estados do Brasil. Alzira Soriano de nasceu em 1897 em Jardim de Angicos, sede do município na época, era filha primogênita do coronel Miguel Teixeira. Alzira Soriano candidata-se em 1928 na primeira eleição municipal, vencendo as eleições, Alzira permaneceu prefeita de 1929 outubro de 1930, onde retirou-se do poder, pois era aposição ao governo provisório de Getúlio Vargas. Pesquisa de dissertação em andamento, tem como objetivo compreender a eleição de Alzira Soriano ao poder executivo tem ligada a estrutura coronelística da Primeira República e liderança da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino Bertha Lutz. Utilizamos como fontes a biografia 'Luiza Alzira Teixeira de Vasconcelos primeira mulher eleita prefeita na América do Sul' (1993) escrito pela jornalista e museóloga Heloisa Maria Galvão Pinheiro de Souza e a seção Feminismo do jornal O Paiz do Rio de Janeiro, escrito pela Federação Brasileira pelo Progresso feminino, que entre suas líderes e escritora estava Bertha Lutz, o jornal noticiou amplamente a eleição de Alzira como a vitória do feminismo no Brasil, e retrata na pessoa da prefeita o papel de mulher como mãe e viúva e o equilíbrio entre a política e a vida doméstica, não contestando de forma explicita o poder patriarcal e as vicissitudes da política na Primeira República. E as cartas trocadas entre Bertha Lutz e Alzira Soriano, evidenciando a preparação da futura prefeita a candidatura e a influência da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

“A infeliz líder divorcista Anitta Carrijo”: militância política e feminismo (1945-1957)

Marluce Dias Fagundes (Unisinos)

A participação de mulheres na militância política, em diferentes contextos é vista como uma ameaça iminente aos órgãos do Estado e, até mesmo, aos seus companheiros militantes. Outro fator que caracterizaria esse perigo está relacionado à associação, por parte dessas mulheres militantes, sobretudo, às de esquerda com o feminismo, o que causaria uma espécie de ruptura dentro dos movimentos políticos e sociais. Anitta Carrijo (1900-1957), cirurgiã-dentista, desquitada, militante comunista e feminista da cidade de São Paulo/SP é uma personagem interessante para examinar a participação de mulheres no mundo público. A dentista teve uma participação importante, embora esquecida, na luta pela aprovação do divórcio, em meados da década de 1940. Anitta Carrijo concedeu entrevistas, realizou palestras e conferências, em território nacional e internacional, com o intuito que o debate sobre o divórcio fosse retomado e incluído no texto da Constituinte de 1946. Nesses anos liderou uma “Campanha Pró-Divórcio” que pode ser analisada a partir das páginas dos jornais paulistanos e cariocas, como “Correio Paulistano”, “Jornal de Notícias”, “Diário da Noite” e “A Noite”. A sua participação na luta pelo divórcio, dentre outros direitos das mulheres foi encerrada na década seguinte quando foi encontrada morta em seu consultório. O assassinato da líder divorcista não foi solucionado, pois segundo a polícia Anitta estava envolvida com atividades ilícitas. No entanto, de acordo com o dossiê salvaguardado pelo Arquivo Público de São Paulo (APESP), Anitta Carrijo era fichada pelo Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS) desde o ano de 1949, por atividades suspeitas comunistas. Portanto, o objetivo desta comunicação é investigar a participação de Anitta Carrijo em movimentos feministas e ligados à militância política de esquerda, nas décadas de 1940 e 1950, para compreender a persistente ausência de mulheres públicas na historiografia.

Sessão 2
29/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 29

Cuidado e maternidade na imprensa paraense na década de 1940.

Flaviana Moraes Pantoja (UFRRJ)

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma discussão em torno dos discursos presentes na imprensa paraense sobre os papéis femininos durante a década de 1940. Com base nas discussões de gênero em torno da divisão sexual do trabalho, precisamente a respeito da economia do cuidado, são analisados artigos, propagandas e anúncios que contribuíram à construção de ideais de comportamento da mulher direcionados às atividades no ambiente do lar, com

destaque aqui para o cuidado com a criação dos filhos. Neste sentido, destacaremos que apesar das mudanças sociais, econômicas e culturais produzidas pelo advento da modernidade na metade do século XX, em grande medida os articulistas e propagandas dos jornais propagavam a ideia de que para serem felizes de verdade as mulheres precisavam ser necessariamente casadas, donas de casa e, principalmente, mães. As qualidades femininas eram julgadas a partir das habilidades de cuidar da casa, do marido e dos filhos e desde cedo as meninas eram educadas para serem as chamadas "Rainha do Lar". Deste modo, este trabalho contribui para a análise da imprensa enquanto fonte histórica que possibilita a compreensão das diferenças hierárquicas entre os papéis de gênero construídas ao longo dos séculos.

"Desacralizar a maternidade": debates sobre maternidade e aborto nas crônicas de Carmen da Silva na Revista Claudia (1970-1980)

Natalia Pietra Méndez (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

O trabalho analisa um conjunto de artigos, publicadas originalmente na Revista Claudia, pela escritora, jornalista e psicóloga Carmen da Silva (1919-1986). Os textos selecionados tratam da maternidade e do direito ao aborto. Os documentos em questão estão acessíveis em uma coletânea intitulada O melhor de Carmen da Silva (1994), que foi publicada pela editora Rosa dos Tempos. O objetivo com a análise é tomar os textos como um fio condutor para compreender como essas pautas entraram na agenda dos debates feministas brasileiros nos anos 1970/1980, a partir das palavras de uma das mais reconhecidas vozes do período. Em seus escritos, Carmen provocava as leitoras a "desacralizar a maternidade", colocando-a como uma escolha e não uma obrigação. Suas reflexões sobre o tema iam muito além de conselhos. Ela refletia sobre a omissão do Estado em prestar assistência concreta à maternidade e à infância, ao mesmo tempo em que não permitia às mulheres que elas fossem livres em relação aos seus corpos. Nos artigos que tratam de maternidade, havia, ainda que de forma implícita – um compromisso com a pauta da legalização do aborto como um direito das mulheres. Já no início dos anos 1980, é possível encontrar textos da autora nos quais a defesa da pauta do aborto aparece de forma mais evidente. Assim, o trabalho procura problematizar o entrelaçamento dos dois temas na escrita de Carmen, compreendendo sua atuação como uma jornalista e intelectual feminista que tensionou os debates em torno das relações de gênero na imprensa brasileira.

Desvendando a imprensa feminina da década de 1960: Passarela e a construção da mulher moderna

Juliana de Assis Bernardo (UFJF)

Nos anos de 1960, uma onda de inovação invadiu as mentes dos brasileiros e na imprensa feminina não foi diferente. O Jornal do Brasil, de repercussão nacional, transformou todo o corpo editorial, inovou os equipamentos e foi pioneiro na composição de um segundo caderno com foco no entretenimento, o Caderno B. Nele era possível encontrar uma coluna de moda voltada para o público feminino, Passarela, dirigida por Gilda Chataignier que tinha como foco a "mulher moderna" da época. O aparato da imprensa feminina, além de cumprir sua função social de reportar, mantinha suas leitoras informadas sobre comportamento, alimentação, cuidados com a casa e os filhos e sobre a moda. A historiadora Patrícia Lima lança luz sobre a construção do Caderno B do Jornal do Brasil e observa as mudanças gráficas e editoriais que impactaram toda a imprensa nacional. Por mais que o Caderno B tivesse seu foco no público da Zona Sul do Rio de Janeiro, ele circulava em território nacional levando toda a modernidade carioca da época. Passarela tinha a incumbencia de levar às leitoras tudo o que era novidade em termos de moda, uma vez que o Rio passou a ter mais desfiles do que antigamente. Lima ressalta que pelo alto fluxo de eventos no Rio de Janeiro, a moda era prioridade, o que acabou sendo inspiração para o nome da coluna de Chataignier. No entanto, a coluna também falava sobre as pessoas famosas, os eventos, culinária, cuidados com o corpo e quais eram as novidades do momento. Assim, a historiadora Tania De Luca, ao fazer um apanhado sobre as revistas femininas que estiveram presentes no Brasil desde o século XIX até metade do século XX, apresenta a imprensa como um suporte de cultura, de circulação de ideias e da moda. Este trabalho objetiva analisar a construção discursiva de uma mulher moderna empregada pelo Caderno B do Jornal do Brasil, na década de 1960. Com a análise da fonte jornalística se observou que o conceito de modernidade era abordado pelo Caderno B geralmente atrelado ao consumo e fazia parte da construção de ideias de gênero que determinavam que a mulher moderna deveria seguir as últimas tendências das capitais da moda e, ao mesmo tempo, manter a tradição da moral e dos bons costumes. Essa perspectiva vai ao encontro com a proposta da historiadora da moda Mara Rúbia Sant'Anna em que, ao trabalhar com o período em questão, perpassa o assunto da modernidade inserida na esfera cultural e, que, ao mesmo tempo, tinha-se o ímpeto de manter uma tradição pautada na elegância, no "bom gosto" e no belo, que era marcado por uma moda de classe e de um gosto burguês. Dessa forma, este estudo visa analisar a tentativa de construção da mulher moderna dos anos 60 com a mobilização/manipulação do desejo de modernidade pelas publicações da época.

Mulher Hoje: mulheres e feminismo nas páginas da revista Encontros com a Civilização Brasileira (1980).

Larissa Raele Cestari (Universidade Federal de Juiz de Fora)

Em 1980, a revista Encontros com a Civilização Brasileira, da Editora Civilização Brasileira, publicou o número especial Mulher Hoje. Organizado pela então militante comunista Zuleika Alambert, Mulher Hoje foi dedicado à discussão das temáticas feministas. Integrou o volume 26 da revista, criada em 1978, pelo editor Ênio Silveira e pelo poeta Moacyr Félix, ambos próximos ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), para ampliar o espaço de debate da intelectualidade de esquerda e sua inserção nas lutas pela redemocratização. Há uma vasta literatura que aponta as difíceis relações estabelecidas entre o movimento feminista e os diversos grupos de esquerda, entre eles o PCB, no período da chamada "abertura política" brasileira (1974-1985). As feministas trouxeram questões nem sempre aceitas por esses grupos, de onde vinham a maior parte de suas integrantes. A luta feminista foi, muitas vezes, acusada de dividir e enfraquecer a luta principal que deveria se dar contra a ditadura ou pelo socialismo. De outro lado, as feministas acusavam os grupos de esquerda de instrumentalizarem as suas lutas, subordinando a emancipação feminina ao fim da sociedade de classes. Esses conflitos perpassaram o próprio movimento feminista que era heterogêneo e fragmentado. O especial Mulher Hoje inseriu-se nesses debates. O objetivo desta comunicação é identificar o projeto político-cultural de Mulher Hoje quanto ao tema do feminismo e do papel das mulheres nas lutas pela redemocratização. Procuro investigar como a revista, organizada por editores vinculados ao comunismo, se posicionou nesses debates. A hipótese que norteia a análise é a de que Mulher Hoje disputou em duas frentes os temas colocados pelos movimentos feministas: de um lado, contra uma esquerda que, em nome das "lutas gerais", deslegitimava as lutas específicas das mulheres e seus movimentos; de outro lado, contra tendências do movimento feminista que desvinculavam a sua luta da luta de classes. Procuro mostrar que o projeto editorial da revista trabalhou pela hegemonia marxista no campo feminista. Tratou-se da defesa de um marxismo e de um movimento comunista renovado, que interseccionava gênero e classe, reconhecia a especificidade e a amplitude da agenda feminista, sem subordiná-la ao fim da sociedade de classes. Ao mesmo tempo, a revista reconheceu as mulheres como atores centrais da redemocratização brasileira.

Controle social e Violência no Cotidiano das Trabalhadoras do Sexo Durante a Ditadura Civil-Militar, Juiz de Fora/MG, 1964 a 1985

Célia Márcia Afonso Larcher (UFJF)

A presente pesquisa tem como objetivo analisar os impactos do controle social exercido pela ditadura civil-militar brasileira sobre a vida das prostitutas que exerciam o baixo meretrício na Rua Henrique Vaz na cidade de Juiz de Fora, MG, local esse que demarca não apenas o espaço de trabalho das mesmas, mas também o lugar de moradia e convivência cotidiana. O recorte temporal está situado entre os anos de 1964 à 1985. A política autoritária do governo militar incluía a defesa da moral, dos bons costumes, da família mononuclear e heteronormativa, assim como o uso de mecanismos de censura e cerceamento das liberdades individuais em todos os níveis: político, ideológico e moral. Nesse sentido, questionamos quais e como os mecanismos de controle social do regime civil-militar atingiram o cotidiano das prostitutas. Nossa hipótese é a de que, em função do discurso e diretrizes moralizantes e conservadoras, bem como das diversas ações censórias implementadas pelo regime militar no período em estudo, somado à condição marginal em que as prostitutas sempre foram historicamente colocadas, elas sofreram maior perseguição, controle e violência a partir da instalação do governo autoritário. A análise da imprensa como fonte será a metodologia utilizada nessa pesquisa. Como subsídio utilizaremos dois jornais em circulação no período: O Diário da Tarde e o Diário Mercantil. A análise se dará a partir dos autores e conceitos que versam sobre prostituição feminina, cotidiano, gênero, violência, controle social, marginalidade social e memória. Ressaltamos que esse é um estudo em andamento, pois o mesmo faz parte de um recorte retirado da pesquisa de mestrado em curso. Os resultados dessa investigação ainda são incipientes e inconclusos. Destacamos que as medidas adotadas durante a pandemia de Covid-19 impediram o acesso aos arquivos físicos, onde estão mantidas nossas fontes. Por isso, a retomada está sendo realizada nesse ano corrente.

Diálogos iniciais: a economia sexual de Caxiais do Sul – RS na década de 1990 através do jornal "O Pioneiro"

André Luiz Paz (UFSM)

O presente trabalho aborda as questões inicias que orientam meu projeto de mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. O referido projeto propõe o desenvolvimento de uma pesquisa relativa aos registros publicitários e informativos do jornal Pioneiro da cidade de Caxias do Sul (RS), sendo estes um conjunto de anúncios de classificados, reportagens e notas disponíveis na ferramenta da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital, que indicam representações do comércio sexual na região na última década do século XX. Nesse sentido, a proposta de pesquisa intenta abordar as relações estabelecidas entre o sexo, o trabalho, a imprensa e a cidade através das fontes escolhidas, refletindo sobre as transformações ocorridas no espaço urbano

e nos padrões culturais da cidade no recorte temporal: entre o início da década de 1990, quando a zona de prostituição da cidade se dissipava enquanto o trabalho sexual no centro da cidade era vigiado e controlado, e o início dos anos 2000 quando a indústria do sexo (com uma variedade de produtos e serviços) ocupava páginas inteiras da seção classificados do jornal. A proposta de pesquisa foi construída a partir da vasta quantidade de anúncios de comércio do sexo na seção dos classificados do jornal Pioneiro (1948-atualmente) publicado diariamente na cidade de Caxias do Sul e região da Serra Gaúcha no estado do Rio Grande do Sul, entre os anos 1992 e 2003. Através do periódico é possível esboçar uma imagem, mesmo que fragmentada, da economia do sexo na cidade, que se desenha ainda mais quando os anúncios são relacionados com as notas e reportagens sobre o comércio do sexo, uma vez que foi uma questão noticiada e discutida durante a década de 1990. Nesse sentido, as problemáticas estabelecidas através dos arquivos são: de que maneira a cidade se organizava em relação ao comércio do sexo e como essa economia se distribuía pela cidade? Tais questionamentos apontam para a construção de uma narrativa sobre a disposição político-arquitetônica dos espaços, dos corpos e dos meios de comunicação em relação ao sexo e o desejo mercantilizados na sociedade contemporânea. O intuito de pensar a indústria do sexo em vez de priorizar a prostituição no recorte espaço-temporal proposto, não tem o interesse de desconsiderar a centralidade do controle e vigilância da prática, bem como, não busca isola-la em relação a outros serviços, produtos e aspectos da rede de comercialização dos corpos, espaços, objetos, imagens, sons e fluidos, no sentido de que a partir de uma leitura mais abrangente dessa indústria, são elucidados os desdobramentos e efeitos de técnicas farmaco-necro-bio-políticas que geriam e construíam as ficções somáticas dos corpos na cidade.

(IN)Formação, cooperativismo e gênero no Cotrijornal

Josei Fernandes Pereira (UPF)

Seja como fonte, seja como objeto, são muitas as características que fazem dos jornais ótimas referências para a pesquisa historiográfica, pois representam uma interpretação da realidade, dada num determinado contexto, por sujeitos situados dentro da sua complexidade. Partindo da compreensão de que a relação entre o discurso jornalístico e o imaginário social para o qual ele se dirige não se trata de uma relação passiva (ESPIG, 1998), este artigo buscou analisar os conteúdos e os discursos de um veículo midiático em particular, realizando um estudo das relações de gênero na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, entre os anos 1970-1990, analisados da perspectiva de um movimento social que foi fundamental para o desenvolvimento destas comunidades: o cooperativismo. Propondo uma abordagem a partir da dimensão da História

Social, com ênfase no domínio das relações de gênero, temos como objetivo analisar os discursos de/sobre o gênero produzidos pela imprensa empresarial cooperativista. Criado pela Cotrijui em 1973, o Cotrijornal foi um veículo midiático empresarial de difusão de informações e fatos aos associados daquela cooperativa que, ao longo do período de estudo (1973-1993), tornou-se uma grande empresa do setor agropecuário e industrial, exercendo influência a nível nacional. Embora ainda não concluído, pudemos perceber neste estudo que ambos os movimentos (cooperativismo e feminismo) surgiram no ambiente de contradições marcado pela Revolução Industrial. Uma primeira leitura das matérias em que as mulheres aparecem no jornal estudado, em geral ainda expressam um lugar secundário na hierarquia social, mesmo que as mulheres tivessem certa força nas suas respectivas famílias, continuavam invisíveis aos olhos da sociedade. A crescente urbanização, a ampliação dos espaços educativos (que é um dos princípios ideológicos do cooperativismo) e a difusão das ideias do feminismo, pelos novos mecanismos de comunicação, são elementos fundamentais de análise para a compreensão do papel assumido pelas mulheres na sociedade brasileira, principalmente a partir dos anos 1970.

ST 30: Infância(s) e Juventude(s) no contexto latino-americano

Coordenadores: **Jonathan Fachini da Silva (SESI-RS), José Carlos da Silva Cardozo (FURG)**

Sessão 1
28/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 30

Ementa: Nas últimas décadas o estudo relativo às infâncias e juventudes na América Latina como um todo tem atraído à atenção de especialistas de diferentes áreas. No campo das ciências humanas os diferentes enfoques sobre elas têm crescido de maneira significativa, contribuindo para a ampliação de reflexões passadas e atuais. Nessa esteira, historiadores(ras) tem fomentado o debate em relação a temática ampliando seu aparato conceitual, fontes e metodologias de pesquisa. Além da análise das infâncias e juventudes em relação a diferentes eixos, como o trabalho, educação, política, assistência, escravidão, justiça. Pesquisadores(as) têm tratado a criança e adolescente como agentes protagonistas de suas histórias e sujeitos de direitos. Neste sentido, o crescente debate tem como foco (re)pensar o lugar de ação da criança e do adolescente em diferentes contextos e sua relação com os adultos, sem cair na redução de uma visão adultocêntrica. Visto essa agenda de pesquisa, este Simpósio Temático vinculado ao GT de História da Infância e Juventude da ANPUH-RS pretende congregar investigações que discutam e promovam a reflexão a partir das

recentes abordagens a respeito da História da(s) Infância(s) e Juventude(s) em diferentes contextos históricos, bem como como o mais variado leque de fontes.

Sessão 1
28/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 30

Assistência aos expostos na formação da Província do Rio Grande de São Pedro (séculos XVIII-XIX)

Jonathan Fachini da Silva (SESI-RS)

A presente pesquisa trata da administração da exposição de crianças por parte da(s) Câmara(s) ultramarina do Continente do Rio Grande de São Pedro no extremo sul da América Portuguesa, entre 1770 e 1830. A legislação lusitana tornou essas instituições, em última instância, responsável por angariar fundos para a contratação de amas de leite e amas de criação para com os cuidados e bons tratos dos enjeitados. O objetivo principal é perceber como essa administração se deu após a divisão da Capitania em quatro municípios, tendo como foco as demais Câmaras criadas após essa divisão. O aporte teórico-metodológico consiste no cruzamento nominativo de fontes, dados provindos tanto da documentação eclesiástica quanto da documentação camararia. Nossos resultados apontam que apesar das Câmaras prestarem a assistência aos expostos havia resistências e procurou-se exercer certo controle sobre as mulheres e famílias que cuidavam essas crianças.

Algumas problematizações sobre a classificação da (i)legimidade nos registros de batismos de duas paróquias no extremo sul da América portuguesa (1750-1822)

Denize Terezinha Leal Freitas (SEDUC-RS)

Desde o Concílio de Trento (1545-1563) os registros paroquiais passaram a serem legislado com maior vigor pela Igreja Católica, no caso luso-brasileiro, a partir das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia de 1707. Porém, a maneira como cada pároco irá redigir as informações e dispô-las no papel extrapolam os ditames dos padrões e normas estabelecidas pela Igreja tridentina. Cada realidade e as peculiaridades do processo de colonização de cada recanto da América Portuguesa exigirá dos párocos adaptações, escolhas e estratégias distintas para comportar as idiossincrasias existentes entre a teoria e a prática no âmbito social da comunidade. Desta forma, nos propomos a realizar um estudo analítico das distintas formas de denominação da (i)legitimidade dos filhos

nascidos nas paróquias de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre e Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo situadas nos extremos meridionais da América Portuguesa durante a passagem do século XVIII para o século XIX. O objetivo deste trabalho mais especificamente é investigar o porquê do uso da denominação "filho de...", ou seja, registros de batismos onde não houveram informação alguma sobre a (i)legitimidade do batizando. Esse tipo de registro foi recorrente e concomitante àqueles referidos a filhos legítimos (frutos de uma união sacramentada conforme os preceitos católicos) e filhos naturais (frutos de relações consensuais não sacramentadas). Para tanto, nos valeremos do estudo comparativo de duas paróquias com o cruzamento nominativo dos bancos de dados elaborados sob os auspícios da História Social, Demográfica Histórica e História da Família. Entender quem foram esses párocos também pode nos ajudar a explicar esses registros.

Infâncias e cultura material: os objetos associados às crianças identificados no sítio arqueológico Praça Brigadeiro Sampaio, Porto Alegre/RS.

Daniela Maria Alves (MAE/USP)

Este texto é parte da pesquisa de doutorado em andamento intitulada: Por uma arqueologia da infância: descobrindo o universo infantil por meio da cultura material. A investigação aqui apresentada aborda os artefatos associados às crianças coletados no sítio arqueológico Praça Brigadeiro Sampaio. Este sítio está situado na região central do município de Porto Alegre, delimitado pela rua dos Andradas, rua General Portinho e avenida Presidente João Goulart. As pesquisas arqueológicas na área iniciaram-se no ano de 1996. Novas pesquisas foram conduzidas entre 2010 e 2011 e novamente entre os anos de 2013 e 2014. Os trabalhos resultaram na identificação de grande quantidade de material arqueológico, como fragmentos de louças, vidros, metais, restos construtivos e ósseos, além de várias estruturas construtivas. Diversos pesquisadores atestaram que a região passou por profundas transformações, particularmente no início do século XX. O Plano de Melhoramentos, de 1914 previu a reestruturação da orla do lago Guaíba, bem como melhoramentos urbanos de antigos arraiais que eram loteados à medida que a cidade se expandia. Em 1941 foi construído um muro de concreto como medida protetiva para evitar as constantes inundações do Guaíba, também identificado pelos estudiosos quando da realização das primeiras pesquisas arqueológicas. Quanto aos objetos relacionados às crianças são provenientes de uma lixeira coletiva atinentes às primeiras décadas do século XX. Tratam-se de inúmeros brinquedos, como: partes de bonecas, pequenas escovas de dente fragmentadas, soldadinhos de chumbo, bolinhas de gude de vidro e vários fragmentos de louças pintadas com motivos infantis. Esses artefatos indicam inúmeras atividades nas quais as crianças estiveram

envolvidas, referentes à alimentação, à higiene e ao brincar. Refletem a heterogeneidade da sociedade porto-alegrense e sinalizam ainda que as crianças desse tempo vivenciaram infâncias diferentes.

As "várias" faces da lei: os Juízes de Órfãos de Porto Alegre (final do século XIX).

José Carlos da Silva Cardozo (FURG)

O Juízo dos Órfãos foi uma importante instituição que, desde o período colonial até o início do período do Brasil república, zelou pelos menores de idade. Na cidade de Porto Alegre esta instituição administrou muitas ações relacionadas aos menores de idade, dentre elas, os processos de tutela. Nesta comunicação, procuraremos apresentar a análise da carreira de 21 Juízes de Órfãos que atuaram em ações vinculadas aos órfãos na cidade, nos anos finais do século XIX, verificando a importância que a atuação no cargo teve para a trajetória profissional desses juristas.

O Conselho Tutelar de Novo Hamburgo: infâncias e juventudes em foco

Bárbara Birk de Mello (UFRGS)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi promulgado no Brasil em 1990 e, desde então, é a principal lei quando falamos em direitos infantojuvenis no país. O Estatuto apostou na municipalização do atendimento às crianças e jovens a partir da criação de conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente e de conselhos tutelares. Os últimos são o foco deste estudo por serem instituições delegadas a proteger os direitos infantojuvenis estabelecidos no ECA como direito à vida, à saúde, à moradia, à educação, entre outros. Aqui, temos como foco o processo de criação do Conselho Tutelar de Novo Hamburgo (Rio Grande do Sul) e a atuação de sua primeira gestão (1992-1995). Novo Hamburgo é uma cidade localizada na Região do Vale do Rio dos Sinos e é o centro deste estudo, pois, na década de 1990, as infâncias e juventudes novo-hamburguenses passavam por processos que também ocorriam a nível nacional como trabalho infantil, meninos e meninas em situação de rua, infrequência escolar e drogadição. Além disso, este é o primeiro Conselho Tutelar da região metropolitana de Porto Alegre a iniciar suas atividades. A lei de criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e do Conselho Tutelar de Novo Hamburgo é de dezembro de 1990, mas foi em outubro de 1991 que o CMDCA iniciou suas atividades e foi em abril de 1992 que

ocorreu a primeira eleição para conselheiros e conselheiras tutelares da cidade. Neste texto, visa-se abordar, brevemente, a escrita do Estatuto, analisar o processo de implementação do Conselho Tutelar de Novo Hamburgo e sua atuação nos três primeiros anos de funcionamento. Para tanto, partiu-se de uma revisão narrativa da bibliografia sobre direitos infantojuvenis, ECA, infâncias e juventudes, da análise de entrevistas não-diretivas com duas conselheiras tutelares do período em questão e do olhar para ofícios e livros de atas do Conselho Tutelar de Novo Hamburgo e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente na primeira metade da década de 1990. Ao final do estudo, aponta-se para a importância da criação do Conselho Tutelar, apesar de todos os percalços enfrentados nos seus primeiros anos de atividade e que ainda hoje se fazem sentir, como relação conflituosas com o poder público e com parte da sociedade novo-hamburguense, como ver-se-á no texto.

ST 31: Marxismo e Mundos em Crise

Coordenadores: **Guilherme Machado Nunes (UFRGS), Carlos Fernando de Quadros (USP)**

Sessão 1
28/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 31

Sessão 2
29/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 31

Ementa: O presente simpósio temático, proposto pelo GT de História das Religiões e das Religiosidades (GTHRR/ANPUH-RS), tem por objetivo a discussão sobre a temática das religiões e religiosidades em seu aspecto teórico-metodológico e/ou empírico na pesquisa história. Nesse sentido, destaca-se a complexidade com que a esfera religiosa tem sido problematizada nas diferentes disciplinas das Ciências Humanas (História, Antropologia, Sociologia, Filosofia, Ciências da Religião) e em suas múltiplas formas de expressão. O ST, ao privilegiar o diálogo transdisciplinar, busca agregar pesquisas que contemplem diferentes perspectivas religiosas em diferentes temporalidades históricas e recortes geográficos, abrangendo temas vinculados a instituições religiosas, as sociabilidades religiosas, as manifestações de fé, como peregrinações e devoções, festas, ritos e cultos; religiões, religiosidades como formas de preservação de identidades étnico-culturais; trânsitos religiosos decorrentes de contatos interculturais; o neopaganismo; e os movimentos religiosos da contemporaneidade, de forma a elucidar as dinâmicas que delinearam as liberdades, as tolerâncias, as tensões e resistências religiosas. Frente a tal

problemática, em que se evidencia a presença do religioso no espaço público, o Simpósio também avalia o impacto da abordagem do fenômeno religioso sobre o entendimento do contexto histórico brasileiro e, em especial, o sul-rio-grandense, trazendo os impactos do religioso nos diferentes campos da sociedade bem como a reflexão a respeito do atual cenário historiográfico brasileiro.

Sessão 1
28/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 31

Título do Projeto: "Menos Mises e Mais Losurdo: as disputas político-ideológicas e os projetos em disputa das Jornadas de Junho de 2013 ao Golpe de 2016."

Marcelo Noriega Pires (Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul)

De acordo com Silva (2021, p. 53) tivemos, a partir de 2013, um colapso da hegemonia lulista motivada por uma ofensiva conservadora antidemocrática que, articulada como apoio da mídia, do parlamento e de setores do judiciário, acabou por desencadear em ataque social, disfarçado de medidas de austeridade. Certamente a elaboração em questão nos remete a uma constatação bem importante sobre a importância e consequências das Jornadas de Junho de 2013 para o Brasil principalmente não apenas ao golpe sofrido por Dilma Rousseff, mas também ao colapso de uma aliança política que envolvida uma gama de partidos políticos. A partir do estudo do lema ou chamado: "Menos Marx e mais Mises", se pretende estudar o discurso presente nesses movimentos para se compreender seu projeto político, e também os demais projetos políticos e as disputas inerentes às diferentes concepções de sociedade. Um importante ponto de partida é a análise das obras do próprio Ludwig Von Mises, disponíveis principalmente no site do Instituto Mises Brasil, muitas delas disponíveis para download gratuito, o que demonstra uma considerável política de divulgação destas ideias. (Não são fontes primárias, não há necessidade de dizer onde estão) Uma análise mais detalhada nas referidas obras nos mostra uma intenção bem clara de se tentar de toda a maneira desconstruir o marxismo, de acordo com Mises (2019) o marxismo teria se tornado a principal filosofia de nossa época através do auxílio prestimoso de Augusto Comte, segundo o autor um socialista semelhante a Marx. Além disso, figuras como Otto Von Bismarck também seriam socialistas. Talvez aqui tenhamos o embrião do discurso de que o "marxismo cultural" domina o mundo e que figuras como Donald Trump e Jair Bolsonaro seriam "guerreiros mais avançados" na luta contrária a esta articulação internacional. Vale destacar que mesmo este projeto de pesquisa se detendo à série de acontecimentos que levou à retirada definitiva de Dilma Rousseff da Presidência da República. Já Domenico Losurdo é "chamado" para o debate por

representar uma série de contribuições ao marxismo que acreditamos estarem de acordo com a realidade brasileira. Para comprovar esta afirmação é importante analisar, mesmo que brevemente, a sua obra. Enquanto Mises defende uma visão acrítica do liberalismo como sendo a salvação para todas as mazelas da sociedade e o remédio contra o marxismo, Losurdo desenvolve importantes críticas ao liberalismo citando o fato de nações tidas enquanto arautos da liberdade se utilizaram do colonialismo e da escravidão para desenvolver o seu liberalismo.

Reflexões sobre Karl Marx e Paulo Freire

Alan Nunes Bica (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

O presente artigo compreende um conjunto de reflexões sobre os intelectuais Karl Marx e Paulo Freire, enumerando-se possíveis convergências e divergências entre os mesmos no que tange especialmente à ontologia do ser social, pressupostos e condições necessárias para a transformação da sociedade, o papel da educação no desenvolvimento da classe trabalhadora, dentre outros. Busca-se com ele, ao fim e ao cabo, delimitar novas possibilidades conceituais, abrindo-se, assim, caminhos que permitam a estruturação de novos entendimentos sobre a sociedade.

A forma romance e o anticomunismo: o caso de Dr. Jivago, de Boris Pasternak

Josiane Mozer (UFRGS)

Nos anos iniciais da década de 1950, o Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSC) elaborou um programa de ataque às teorias revolucionárias, especialmente ao marxismo, que tinha por tática principal a produção e divulgação de uma literatura capaz de se opor aos ideais libertários. As agências de informação e inteligência estadunidenses (especificamente a Central Intelligence Agency - CIA e a United States Information Agency - USIA, criadas respectivamente em 1948 e 1953), operadoras principais do programa, envolveram-se numa infinidade de ações sigilosas para publicação e divulgação de livros que se encaixassem nos objetivos contrarrevolucionários. O romance de Boris Pasternak, Dr. Jivago, pareceu perfeito a esse propósito.
A primeira edição do romance saiu pela Editora Feltrinelli, Milão, em 1957. O manuscrito foi enviado ao editor pelo autor, numa operação sigilosa para driblar a censura do regime. Ainda que sob pressão do governo soviético, a editora italiana não recusou a obra e sua primeira edição vendeu milhares de exemplares.

Meses depois da edição italiana, numa operação que envolveu diversos agentes sob coordenação sigilosa da CIA e a da USIA, o livro foi traduzido para o inglês, lançado simultaneamente em Nova York e Londres e, em 1958, o autor foi indicado e agraciado com o Prêmio Nobel da Literatura. Dali por diante, o livro tornou-se um best seller da Guerra Fria, sendo traduzido para diversas línguas (a edição brasileira saiu pela Itatiaia em 1958), disponível em livrarias de países capitalistas, e massivamente contrabandeado para os países da "cortina de ferro", onde a sua publicação era proibida. Boris Pasternak, por sua vez, foi alçado pela crítica ocidental ao panteão dos grandes romancistas do século XX, comparado a Leon (Liev) Tolstói e tratado como mártir literário por viver sob o "totalitarismo soviético". Por meio da análise de Dr. Jivago à luz da teoria literária marxista, do contexto de sua criação e edição, dos documentos produzidos pela USIA e dos artigos publicados na imprensa brasileira por ocasião do lançamento da obra, esta comunicação tem por objetivo refletir sobre a utilização da forma romance como instrumento anticomunista e o porquê desse romance em específico servir a esse propósito. O argumento central é que, tendo a forma romance as características que operam ideologicamente para a reprodução da sociabilidade burguesa, no contexto da Guerra Fria tais características estruturais foram amplamente aproveitadas pela política editorial elaborada pelo Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos como arma contrarrevolucionária.

Abstracionismo versus Realismo - o debate nas artes visuais após a Segunda Guerra Mundial no Brasil

Andréia Carolina Duarte Duprat (UFRGS)

Após 1945, havia um debate no campo das artes visuais sobre o realismo em contraposição à abstração. O realismo seria a arte a serviço do povo e da causa nacional; o abstracionismo seria uma tentativa de imposição imperialista e uma degeneração marcada pelo individualismo. Essa posição estava alinhada às orientações estéticas advindas do Partido Comunista do Brasil (PCB), que, por sua vez, seguia as diretrizes do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) que havia determinado o realismo socialista zhdanovista como estética oficial na década de 1930. É preciso apontar que nem todos os artistas e intelectuais marxistas e de esquerda eram detratores da arte abstrata ou pertenciam aos quadros do PCB. Entretanto, o argumento dos comunistas de que a abstração era uma forma de imposição imperialista estadunidense no meio cultural de vários países, de fato, não era descabida, já que a divulgação do expressionismo abstrato e similares se mostrava uma política de estado do país da América do Norte que pretendia ampliar sua hegemonia política, econômica e cultural. Nesse artigo, pretendo apresentar como esse embate estético e político ocupava páginas de publicações culturais ligadas ao PCB - a exemplo das revistas

Fundamentos (SP) e Horizonte (RS) - e de como isso pode ser visto em obras da época. Todo esse conflito evidencia a crise da concepção da "arte pela arte" e das ideias do papel social da arte.

Sessão 2
29/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 31

Mulheres comunistas e os usos políticos da maternidade no Brasil (1945-1955)

Guilherme Machado Nunes (UFRGS)

O presente trabalho pretende mapear as conexões internacionais das mulheres comunistas brasileiras, especialmente através da Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM) e dos eventos que ela organizou entre os anos 1945 e 1955. Através de relatos, cartazes e notícias, o objetivo é identificar como as comunistas brasileiras conseguiram conquistar o espaço público e criar uma série de organizações suprapartidárias capazes de agregar pautas e bandeiras de diversas mulheres do país, com especial destaque para a questão da maternidade. Se por algum tempo uma historiografia analisou os congressos e movimentos de mães como reificadores de uma maternidade idealizada e "natural", partimos da premissa de que essa bandeira fez parte de uma estratégia mundial em um contexto de Guerra Fria, no qual o bloco socialista era caracterizado como "o inferno na terra", e suas mulheres, verdadeiras devassas e destruidoras de famílias. Como forma de amealhar um número cada vez maior de mulheres para suas organizações e, ao mesmo tempo, combater o anticomunismo – especialmente seus aspectos religiosos –, as mulheres comunistas formularam uma série de questões e bandeiras que ecoaram pelo mundo, e o Brasil não ficou de fora. Assim, pretende-se identificar como pessoas e informações circulavam e que impactos esses congressos desempenharam no movimento de mulheres do Brasil.

A dinâmica das crises no movimento operário porto-alegrense e as mudanças em suas correntes políticas (1889-1911)

Frederico Duarte Bartz (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Essa apresentação busca compreender as diversas mudanças nas correntes políticas do movimento operário em Porto Alegre a partir dos momentos de crise interna às suas organizações. A apresentação parte da Proclamação da República, quando a Liga Agrícola e Industrial e a Sociedade Beneficente União Operária se aproximaram do Partido Republicano, o que acabou fazendo com que o

movimento operário refletisse as disputas internas que ocorriam no PRR entre grupos que defendiam uma perspectiva liberal e outros que se vinculavam ao positivismo. Essa primeira crise foi superada pelo crescimento da corrente social-democrata a partir de 1892, com o impulso da atividade sindical a partir da formação da Liga Operária Internacional e de atividades de mobilização. Esse crescimento engendrou uma nova crise a partir de 1898, com um grupo que se articulava a partir da Liga Operária e outro que criou a Confederação Obreira; o interessante é que algumas solidariedades observadas nessa nova configuração se vinculava com a crise anterior, como se antigos posicionamentos (entre liberais e positivistas) ainda determinassem alguns vínculos entre a militância. A partir de 1904, um novo ciclo de mobilizações operárias vai desaguar na Greve Geral de 1906, momento em que uma nova crise também se desenha, mas dessa vez entre militantes anarquistas, nucleados na União Operária Internacional e os socialistas, organizados na recém-fundada Federação Operária do Rio Grande do Sul. Assim como na conjuntura anterior, essa nova configuração também podia ser associada às solidariedades anteriores, como se linhas de divisão demarcassem ao longo do tempo a solidariedade entre os sujeitos. Em 1910 uma nova crise vai levar à perda de hegemonia dos socialistas, em detrimento dos anarquistas, fechando um ciclo na história do movimento operário da capital gaúcha. Um dos objetivos desse estudo é compreender a história das correntes políticas do movimento operário de Porto Alegre, cujo desenvolvimento não pode ser atribuído apenas à influência externa, mas que tem nas suas dinâmicas internas importantes elementos de mudança e ressignificação.

A classe trabalhadora no mundo oligárquico em crise: duas questões (Brasil, República Velha)

Carlos Fernando de Quadros (USP)

A presente comunicação parte da articulação de duas questões relativas ao período da República Velha no Brasil, mais especificamente sobre a crise da hegemonia oligárquica, tão característica daquela conjuntura histórica. A primeira questão, mais genérica e, portanto, mais ampla, diz respeito ao papel cumprido pela movimentação sócio-política de diferentes setores da classe trabalhadora urbana na determinação dos fatores que assolaram o edifício oligárquico. A questão não é inédita, mas deve ser permanentemente revisitada. A segunda questão, plenamente relacionada com a anterior (e mais circunscrita tanto em seu recorte temporal, quanto em termos empíricos), é a emergência, no Brasil, da assim chamada "questão social", termo notório nos discursos sócio-políticos e intelectuais de cenários em industrialização desde o século XIX. Há uma mudança relevante na atenção e atuação de diferentes setores das classes dominantes e do Estado com os diferentes impactos na sociedade brasileira de alterações infra-

estruturais que se intensifica a partir da segunda metade dos anos 1910. Na articulação entre fatores globais e regionais, a luta de classes ganha novos parâmetros e canais de expressão no Brasil, configurando um rico momento para o estudo de uma série de contradições, desenvolvidas no bojo de transformações lentas e profundas, que então se agudizam, bem como do próprio processo de amadurecimento das referidas contradições, ao ponto de desenvolverem novas formas e, quiçá mesmo, novos sentidos. É proposto aqui, nesse sentido, a discussão das duas questões anteriormente enunciadas enquanto via ao conhecimento deste momento decisivo na constituição do Brasil burguês.

O Diário na Bolívia de Ernesto Guevara de la Serna: Usos e Disputas

Felipe Castilho de Lacerda (Universidade de São Paulo (USP))

Na introdução de El Diario del Che en Bolivia, Fidel Castro Ruz aponta que os métodos pelos quais o diário chegou a Cuba não poderiam ser esclarecidos naquele momento, mas assegurava que nenhuma quantia em dinheiro teria sido paga por ele, já que sua obtenção teria sido o resultado de uma ação militante. A história do Diario foi esclarecida quase duas décadas mais tarde, sobretudo pela publicação do relato de 1988 do jornalista chileno Hernán Uribe, Operación Tía Victoria: Cómo Entregamos el Diario del Che a Cuba. A obra, que passou por ao menos quatro reedições, tendo seu título alterado em várias delas, constitui-se em um texto do gênero do jornalismo investigativo; contudo, é simultaneamente o relato de um dos principais membros da equipe que realizou a empreitada de levar as cópias microfilmadas de La Paz a Havana, esquivando-se das perseguições de governos e agências de inteligência. Destarte, para o que tange à pesquisa histórica, malgrado o traço rigoroso do gênero no qual se insere, prescinde de uma série de características próprias à investigação científica, bem como carrega os traços de uma obra escrita por um agente da própria história. Por isso mesmo, deve-se considerá-la, nesta discussão, como relato memorialístico com suas virtudes e seus vícios. É seguindo os passos do jornalista militante, Hernán Uribe, que poderemos esclarecer a gestação e a vinda ao mundo do diário boliviano de guerrilha. Contudo, ainda no ano de 1968, a editora estadunidense Stein & Press publicava uma versão do mesmo título. Sua edição, entrementes, não vinha com a introdução de Fidel Castro, mas com uma outra, do estudioso Daniel James, e tinha como característica principal ser a edição "completa" do diário guevariano. Tratava-se de uma das disputas da Guerra Fria travadas no campo de batalha editorial (nacional e global), onde as duas versões do título El Diario del Che en Bolivia – cujos originais traziam o sangue do "Guerrilheiro Heroico" – eram as armas da disputa. A exposição buscará apresentar alguns fatos fundamentais sobre a publicação do livro, bem como identificar as questões principais que caracterizam a disputa ao seu redor.

ST 32: Mídias, Tecnologias e História: Pesquisa, Memória e Contemporaneidade

Coordenadores: **George Leonardo Seabra Coelho (Universidade federal do Tocantins)**

Sessão 1
26/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 32

Sessão 2
27/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 32

Ementa: Com a crescente popularização da internet, mídias digitais e tecnologias digitais nos últimos dez anos, torna-se importante problematizar o quanto esses produtos provocam transformações na comunicação e no acesso à informação. Essas mudanças têm criado novas necessidades de consumo, despersonalizaram as relações e, ao mesmo tempo, reformularam as relações entre os sujeitos e o tempo. Para além das preocupações referentes às variedades de equipamentos comercializados, das formas como foram inseridos nos imaginários sociais e das formas como vêm modificando as relações sociais, torna-se fundamental que os historiadores incorporem esses debates em suas práticas de pesquisa e ensino de história. Frente a essas questões, o presente Simpósio Temático têm o objetivo de aceitar trabalhos que possam: ampliar o debate referente as pesquisas dedicadas as diferentes mídias - digitais e analógicas - e suas interfaces históricas; provocar o debate sobre a história social da tecnologia, seus métodos, suas abordagens e suas fontes; problematizar os usos das tecnologias digitais e mídias digitais no processo ensino aprendizagem de História; levantar questões sobre publicização dos conhecimentos históricos e das Fake News nas redes sociais e mídias digitais; e discutir os impactos destas inovações tecnológicas entre as comunidades tradicionais, indígenas e/ou quilombolas. Ao propor este Simpósio Temático, pretendemos abrir a possibilidade de dialogar no âmbito da pesquisa em história e no ensino de história, onde os pesquisadores possam expor suas pesquisas concluídas ou em andamento.

Sessão 1
26/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 32

História e Videogames: a pesquisa da narrativa transmídia – o caso Assassin's Creed (2007-2022)

Max Alexandre de Paula Gonçalves (Instituto Federal do Paraná)

A proposta deste trabalho visa analisar as fontes históricas oriundas do cruzamento entre mídias digitais e linguagem audiovisual e refletir sobre os desafios colocados ao historiador na contemporaneidade ao se deparar com elas. Neste momento, o nosso foco estará centrado no videogame, especificamente nos jogos da franquia intitulada "Assassin's Creed". No entanto, a nossa perspectiva compreende que esse objeto é parte essencial da narrativa transmídia, conforme a definição cunhada por Henry Jenkins (2009). Nesse sentido, os jogos de videogame de "Assassin's Creed" possuem um lugar fundamental dentro de um circuito mercadológico e industrial de um universo ficcional desenvolvido e disseminado pela Ubisoft, a empresa responsável pela sua criação. Com isso, o historiador deve se preparar para ampliar o corpus de sua pesquisa e estar atento às demais fontes que se entrecruzam com o seu objeto. Isso significa abranger outras mídias e suportes que veiculam a história de um jogo, tais como as Graphic Novels, os livros nos formatos de romances e as animações em curta-metragem, por exemplo. Na mesma medida, não podemos ignorar os conteúdos lançados exclusivamente em plataformas de compartilhamento de vídeos, a exemplo do YouTube. Desse modo, o nosso trabalho abordará a franquia de jogos de videogame "Assassin's Creed" (2007-2022) e sua relação com outros artefatos culturais vinculados à série, de modo que possamos atingir as estratégias empregadas pela Ubisoft, desenvolvedora e distribuidora franco-canadense de entretenimento interativo, para que o universo narrativo de "Assassin's Creed" seja consumido em suportes distintos do videogame, mas que busquem intersecções com os conteúdos veiculados por ele.

Breves apontamentos acerca da História Pública e "Games Studies"

Marcos Antonio Manoel Junior (UFPR)

Com o advento da comunicação de massas, potencializada pelas tecnologias de informação, por meio da internet e das mídias digitais, a forma de difusão da História se alterou, possibilitando a participação de novos agentes, especialistas ou não, por novos meios de divulgação. Uma das mídias que se utilizam de pressupostos da História é o videogame. A construção das narrativas lúdicas e interativas presentes nos jogos eletrônicos inscrevem-se como uma forma de entendimento das representações e do imaginário social, repercutindo no alcance e nas recepções de narrativas históricas por um público considerado leigo. No entanto, surge uma questão: quais são as audiências possíveis da História e como podemos analisá-las? Esse é um tópico que problematizo a partir da discussão de autores que se debruçam em estudar as diversas formas de difusão e recepção da História por meio do campo da História Pública. Nesta comunicação busco a pertinência de uma reflexão sobre a "receptividade dos

jogos", problematizando meios e formas de apropriação por parte dos historiadores. Em um primeiro momento, apresento apontamentos iniciais acerca dos públicos e sobre como podemos discutir a produção da História em espaços acadêmicos, além de algumas críticas que a historiografia sofre por não se atentar aos seus públicos e às novas mídias de transmissão da História. apresento ainda o conceito de "História Pública Digital", aplicado aos "games studies", além de uma abordagem metodológica inicial de análise baseada em Espen Aarseth (2011), Diogo Carvalho (2017) e Helyom Viana-Telles (2019).

A Transmidiatização dos Super-Heróis: das HQ ao Cinema

Paulo Henrique Castanheira Vasconcelos (IFG)

A ideia de Super-Heróis surgiu na década de 30 do século XX em um contexto de mobilizações políticas que acabariam desembocando na II Guerra Mundial. Ao longo de décadas de desenvolvimento do gênero nas Histórias em Quadrinhos, os personagens foram ganhando novas camadas narrativas e conquistando um público cada vez maior e mais entusiasmado. Ao perceber as diversas possibilidades comerciais que esses personagens poderiam render iniciou-se um processo de transmidiatização, que significa a comunicação entre diferentes plataformas midiáticas (JENKINS, 2009), para o cinema, a tv ou os games. Esta comunicação tem o objetivo de perceber a construção e a reconstrução de alguns personagens ao longo de décadas desde suas criações até os dias atuais e como eles foram sendo atualizados para as novas gerações.

Tecnologias Digitais na Aprendizagem de História na Educação a Distância

Maurício Nunes Lobo (Universidade Metropolitana de Santos)

A internet tal como preconizada por Castells (1999) transformou-se atualmente em um grande espaço de comunicação, integrando diferentes mídias que atuavam em lócus separados, na assim chamada "grande rede". A educação que já experimentava e almejava novos caminhos no processo de ensino aprendizagem (MORAN, 2008) se engajou neste novo meio através de recursos e tecnologias digitais da informação cada vez mais difundidas e acessíveis (KENSKI, 2007). Este processo alavancou a conhecida quarta geração da educação a distância, através do uso de computadores e da internet de banda larga permitindo a interação síncrona e assíncrona entre professores e alunos a distância (SILVA, 2012; OLIVEIRA, 2003). A criação e difusão de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs) contribuiu significativamente na aprendizagem online

a distância (BARBOSA, 2005), mas as limitações de recursos percebidos nestes espaços de ensino e aprendizagem voltou a preocupação de educadores e especialistas em tecnologia para o desenho instrucional destes ambientes (FILATRO, 2008; SANTOS e SILVA, 2009). Há mais ou menos uma década atrás o desenho instrucional e os recursos eram criados especificamente para cada AVA: MOODLE, BLACKBOARD, etc. o que se de um lado dirigia a resolução de problemas, por outro limitava ainda mais os usuários ao exclusivismo da plataforma. Nos dias atuais de internet na "palma da mão" há uma multiplicidade de recursos digitais disponíveis para aprendizagem em qualquer área ou nível. Com experiência em curso de História à distância online, nosso objetivo é evidenciar os caminhos e os recursos digitais no processo de ensino aprendizagem de História em um curso de educação a distância.

Do cocheiro invisível ao protagonista negro: a representação dos trabalhadores nos filmes de horror

Gilson Moura Henrique Junior (Programa de Pós Graduação em História - UFPEL)

A representação dos trabalhadores nas obras cinematográficas de horror obedeceu uma trajetória que partiu de uma invisibilidade ou uso acessório de trabalhadores como personagens quase ocultos até uma perspectiva onde o trabalhador passa a atuar como protagonista de sua história; Dos ciclos de horror da Universal ao ciclo da Hammer, as transformações foram residuais na presença dos trabalhadores. Esse processo foi acelerado e transformado a partir dos anos 1960 e especificamente depois do lançamento de "A Noite dos mortos vivos" (1968) quando não apenas a classe trabalhadora passa a ser representada com representatividade como a própria questão racial e de gênero ganham as telas, sendo construídas a partir de uma perspectiva crítica e que se enxerga como parte do processo de ganho de protagonismo. O cinema produz documentos que revelam estruturas sociais e códigos sociais do contexto de sua produção e é entendemos ser possível identificar aqui indícios de quando e como se deram transformações na própria forma de representação de classe nas telas.

Sessão 2
27/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 32

Latência: o cinema brasileiro e o trauma da escravidão entre a estética e a narrativa

Mario Marcello Neto (Universidade Federal de Pelotas)

Este trabalho pretende discutir como a latência da escravidão se apresenta em três obras cinematográficas brasileiras: Bacurau (2019 – Direção de Juliano Mendonça e Kleber Mendonça Filho) Marighela (2022 – Direção de Wagner Moura) e Medida Provisória (2022 – Direção de Lázaro Ramos). A proposta de análise parte da premissa que a latência é uma manifestação estética e/ou narrativa de traumas recalcados no inconsciente coletivo que enfrentam resistências em serem desveladas de maneira explícita, seja pela incapacidade de elaborar uma narrativa que dê conta da complexidade existente, seja pelo grau traumático ao qual o tema envolve. A noção de latência foi formulada a partir das leituras de Aleida Assmann, Umberto Eco e Paul Ricoer. Nesta perspectiva a análise aqui proposta irá desvelar e problematizar as formas como a escravidão do Brasil colonial e todo seu arcabouço vão impactar as narrativas fílmicas das obras supracitadas. Cada uma das obras supracitadas traz consigo uma carga narrativa e estética que tem na escravidão um referencial, porém não explícito. A latência se configura como uma narrativa que ficou adormecida por muito tempo e que determinadas ações contextuais as permitem emergir. Como conclusão apontamos que os fatores contextuais como a ascensão dos discursos fascistas e autoritários no Brasil desde 2016, aliado com a necessidade de representação negra e de negros na cinematografia brasileira, fruto de uma demanda social, criou-se a possibilidade de romper esta latência e tornar possível a existência dessas narrativas e concepções estéticas.

O caso Dreyfus nas páginas do jornal O Estado de S. Paulo 1894-1906

Rafael de Almeida Serra Dias (FESB/Escola Viverde)

Esta comunicação se propõe estudar por meio da análise do jornal O Estado de S. Paulo um dos eventos mais significativos do antisemitismo europeu, o Caso Dreyfus, quando Alfred Dreyfus, Capitão da artilharia do exército francês de origem alsaciana, foi condenado em dezembro de 1894 injustamente por traição à pátria, por ter entregue ao exército alemão documentos secretos. Sua sentença foi a de prisão perpétua na Ilha do Diabo, localizada na Guiana Francesa. O seu processo foi repleto de ódio e parcialidade, ocultando provas e encobrindo o verdadeiro culpado por parte das autoridades, depois de grande mobilização na sociedade francesa, apenas em 1906 ele foi inocentado e reintegrado como Major do Exército. Esta comunicação pretende analisar as notícias sobre o caso, retratadas nas páginas do Estado de S. Paulo, desde o início do processo até o seu fim, para buscar entender como o matutino paulista noticiou este caso. Utilizando a historiografia da imprensa, que questiona a imparcialidade dos meios de comunicação, buscaremos por meio da leitura de suas páginas, entender o posicionamento do jornal ao longo dos anos envolvendo como a questão do antisemitismo, envolvendo o julgamento, a condenação e os recursos

em relação ao caso Dreyfus foi explorado nas matérias, editoriais e colunas do Estado de S. Paulo neste recorte temporal de período 1894-1906. No Brasil existem muitos estudos sobre o antisemitismo a partir da década de 1930, mas não existem trabalhos com uma temporalidade anterior. Existem vários autores que apontam para como o caso Dreyfus foi um evento que possibilitou uma parcela da sociedade expressar seu antisemitismo e como reação a isso o próprio movimento sionista proposto por Theodor Herzl. À época um correspondente do jornal austríaco Neue freie Presse em Paris, foi tão impactado com o tratamento recebido por Dreyfus pela sociedade francesa, que se motiva a escrever e defender a criação de um país apenas para os judeus, que deveria se chamar Israel. Este trabalho busca saber o quanto essas ideias e questões chegaram aqui no nosso país, Rui Barbosa ex-ministro da fazendo que estava em Londres em 1894 vai escrever um texto duro defendendo Dreyfus apontando falhas no processo legal. O que demonstra que a sociedade brasileira não era alheia ao caso. Portanto, assim justifica-se a escolha do objeto de pesquisa e sua temporalidade enquanto pesquisa histórica.

Produção de vídeo estudantil e a História Pública: um relato de caso

Amanda da Silva Menger (UCS)

O presente artigo "Produção de vídeo estudantil e a história pública: um relato de caso" apresenta como a série documental Gramado: 100 anos de turismo, produzida pelo Programa Municipal Escola de Cinema – Educavídeo, da Secretaria Municipal da Educação de Gramado em parceria com a Gramadotur, é um exemplo de como a história pública pode ser desenvolvida dentro do ensino básico. A produção conta com três episódios prontos, sendo dois divulgados e outros oito em planejamento. O objetivo da série é contar a história do desenvolvimento do setor turístico em Gramado, tendo como marco a abertura do Hotel Bertolucci, em 1918 e com a ampliação da ferrovia ligando a região metropolitana de Porto Alegre à região das hortênsias. O artigo faz uma retomada da trajetória da história pública e do seu conceito a partir dos trabalhos de Santhiago (2015 e 2018) e de Rovai (2020), também apresenta o Educavídeo (Menger, 2017) e explana como se organizou a produção da série documental e como ela relaciona o ensino de História no ensino básico com as práticas de história pública.

#Históriaemcombate: ocupação das redes sociais por associações de historiadores

Raquel Silveira Martins (UFOP)

Em entrevista em 2004, Andreas Huyssen defende que a ascensão de uma "cultura de memória" na década de 1980 está atrelada a uma multiplicidade de fatores. A narrativa midiática esmaece a distinção entre passado e futuro, reforçando a ideia de presente, fortalecendo uma certa nostalgia de um passado idealizado. Assim, "a função social do historiador exige que nos voltemos para uma variedade de espaços públicos nos quais a memória histórica tem desempenhado papel importante." Junto aos círculos de formação acadêmica, espaços tradicionalmente ocupados pelos historiadores, estão as associações científicas e as revistas. Essas alavancadas nas últimas décadas pelo uso do suporte online e do arquivo em PDF, mas também pela divulgação em outros meios digitais, como as redes sociais. As associações de historiadores na esteira dessas mudanças, propõem, constroem e permeiam diversos formatos/espaços para a divulgação do conhecimento histórico. Compartilhando não apenas pesquisas acadêmicas, mas (re)dimensionando narrativas, questões e fatos históricos em novas roupagens que são traduzidas aos novíssimos ambientes digitais. Nesse contexto, a proposta texto é apresentar as análises feitas sobre as redes sociais de algumas associações latino-americanas de História. Objetiva-se compreender de forma preliminar quais redes sociais são utilizadas e como, dimensionando assim possíveis hipóteses e relações dessas nos diversos países latino-americanos com os usos da História nesses ambientes e a construção de uma imagem do investigador em História nas redes sociais.

Cidade Invisível, mitos aparentes: representações da cidade e do folclore brasileiro na mídia global

Everson Antunes Costa (UFSC)

Cidade Invisível é uma série de fantasia que traz uma representação atualizada dos mitos populares brasileiros inseridos no meio urbano. Por isso, foi possível notar que o produto audiovisual produziu um debate entre tradição e modernidade e a defesa da natureza da exploração capitalista. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é analisar os aspectos da adaptação dos mitos tradicionais para a cultura moderna urbana brasileira, e pensar como o formato de série para consumo global afetou essa adaptação. A série foi produzida pela empresa de streaming de filmes Netflix e foi criada por Carlos Saldanha, cineasta brasileiro com carreira internacional na animação digital. Cidade Invisível está inserida em um contexto globalizado, onde a indústria audiovisual tenta absorver

culturas regionais e formatá-las para ser palatáveis para o consumo mundial. A série sofreu críticas pela falta de representação dos povos indígenas, cuja cultura originou a maioria dos mitos encenados na série. Para fundo teórico da análise utilizo os autores da História Cultural Peter Burke e Pierre Bourdieu juntamente aos conceitos de sistema-mundo de Immanuel Wallerstein, sociedade do espetáculo de Guy Debord e as relações das megacidades com o meio ambiente analisadas por Mike Davis. A proposta é expandida ao investigar também a influencia e interesses comerciais da empresa produtora estrangeira Netflix no mercado audiovisual brasileiro e comparar as descrições canônicas dos mitos do folclore nacional e suas versões atualizadas para a série e formatadas para o público estrangeiro.

ST 33: Migrações, colonização e redes sociais

Coordenadores: **Rosane M Neumann (FURG), Rodrigo Luis dos Santos (Instituto Federal Farroupilha)**

Sessão 1
27/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 33

Sessão 2
28/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 33

Ementa: O objetivo deste Simpósio Temático, proposto no âmbito do GT Estudos Étnicos e Migrações - ANPUH-RS, é congregar pesquisas que discutam o imigrante, situado no tempo e no espaço, como protagonista dos processos migratórios, sob diferentes perspectivas teórico-conceituais, metodologias e fontes de pesquisa. Contempla trabalhos que abordam as migrações históricas e contemporâneas nos seus múltiplos aspectos; as políticas de colonização públicas e privadas, as colônias, os colonos e as empresas de colonização; as redes sociais relacionadas aos processos migratórios, sejam por arranjos familiares, confessionais, educacionais, culturais etc.; a inserção política, econômica, social e cultural dos imigrantes nos espaços rurais e urbanos. Portanto, o ST visa contribuir e ampliar o horizonte dos estudos sobre as migrações e seus protagonistas, no espaço local, regional e transnacional.

Sessão 1
27/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 33

"Surpreenda-me": a representação do imigrante no cinema

Rosane Marcia Neumann (FURG)

O presente estudo aborda a representação do imigrante na produção cinematográfica, partindo da premissa do "surpreenda-me" - termo usado nas plataformas de streaming -, com o propósito de situar e analisar a presença e representação do imigrante em filmes que não se definem como "produções históricas". Parte-se do pressuposto de que na prática de ensino em sala de aula, buscam-se "filmes históricos", direcionando o olhar do educando para uma produção de texto/imagem em movimento sobre um tema previamente definido, que tem o imigrante/a migração como objeto central. Propõe-se, todavia, surpreender o espectador com filmes que não se definem como "filmes históricos", mas que abordam as problemáticas do universo da migração, conectando trajetórias, redes sociais, relações de alteridade, fluxos migratórios, propiciando uma análise densa e complexa, conectando as migrações históricas e do tempo presente. No presente recorte, apresenta-se um exercício de análise dos filmes A chegada (2016), Brooklyn (2015) e A 100 passos de um sonho (2014), construído a partir da discussão em sala de aula com acadêmicos da graduação e pós-graduação, nas disciplinas sobre o tema imigração. Portanto, o exercício de análise contribui para aproximar e discutir a temática das migrações e das relações multiculturais, multiétnicas e multirraciais, extrapolando o espaço da sala de aula e de "filmes históricos", construindo um leitor e cidadão crítico do mundo e suas representações.

Migrações e Ensino de História: reflexões sobre as possibilidades das Histórias em Quadrinhos em sala de aula.

Fabian Filatow (Prefeitura Municipal de Esteio e Rede Estadual de Ensino do RS)

Nos últimos meses convivemos com cenas de pessoas fugindo da zona de guerra na Ucrânia. Esta realidade tem influência nas aulas de História da Educação Básica. A todo momento surgem questionamentos e opiniões sobre o assunto entre os estudantes. Este será o lugar de onde falarei, da sala de aula do Ensino Fundamental e Médio. A presente comunicação tem por objetivo refletir sobre refugiados (um recorte inserido no contexto mais amplo das migrações) e o Ensino de História através do uso das histórias em quadrinhos (HQ). Abordar temas do cotidiano pode ser uma oportunidade para fomentar reflexões, debates e conhecimentos sobre temáticas históricas, como é o caso das migrações. As histórias em quadrinhos vem ganhando espaço no meio editorial, no espaço acadêmico e também na educação. Numa rápida pesquisa identificamos várias publicações de HQ com temáticas históricas. Também identificamos um aumento

das pesquisas acadêmicas que se debruçaram sobre o universo dos quadrinhos. E, na educação, temos trabalhos que versam sobre os usos dos quadrinhos no ensino e na aprendizagem. Um dos eixos das HQ contemporâneas que se destaca é o da reportagem, do texto informativo. Ou seja, reportagens apresentadas no formato de quadrinhos (graphic novels). Joe Sacco é um dos precursores deste gênero literário que busca informar valendo-se do recurso da arte sequencial (Will Eisner). Atualmente outros autores e autoras estão dando continuidade a este modo de informar. Buscando construir um diálogo entre migrações, refugiados e Ensino de História optei por fazer uso das histórias em quadrinhos que abordam a temática migração e refugiados especificamente. Neste sentido, as utilizo como fontes para pensar, refletir e fazer conhecer o universo da migração. A opção por esta mídia se deu pela possibilidade de aproximação com os estudantes, muitos destes têm ou tiveram algum contato com este tipo de material em suas vidas. Além disso, algumas destas histórias em quadrinhos foram publicadas para dar visibilidade e mesmo denunciar a situação da enorme massa de pessoas denominadas genericamente como refugiados e as situações as quais são obrigadas a sobreviverem. Algumas das HQ selecionadas oportunizam um olhar mais individualizado sobre trajetórias pessoais, demonstrando os impactos da migração em suas vidas. Fazendo uso das reflexões do sociólogo Zygmunt Bauman e do historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior almejamos apresentar as possibilidades oriundas do uso das histórias em quadrinhos para promover o estudo das migrações e seus desdobramentos no ambiente sala de aula da Educação Básica.

Trajetória de uma imigrante: Anna Maria Pauletti Rech e a atuação feminina nas colônias italianas do Rio Grande do Sul

Karina Bortolanza (UNISINOS)

Uma camponesa italiana viúva, de 47 anos, mãe de sete filhos e sem futuro na Itália, emigra para um destino incerto no Brasil. Em solo brasileiro, ela cria seus filhos, abre o próprio negócio (pousada para tropeiros em Caxias do Sul) e também coloca em prática seus conhecimentos ligados à saúde, tornando-se parteira. A pesquisa almeja compreender a atuação feminina nas colônias de imigração italiana no Rio Grande do Sul a partir da figura de Anna Maria Pauletti Rech, que aqui chegou em 1877. Por meio dela, busca-se entender os lugares de atuação das mulheres, principalmente as viúvas, desquitadas e/ou solteiras, aquelas que não tinham ao seu lado uma figura masculina como chefe de família. Será utilizada a metodologia de estudos de trajetórias, com ênfase no protagonismo feminino e suas relações com o contexto social. Através do cruzamento de fontes como, por exemplo, periódicos, livros de batismo, documentos da Câmara Municipal de Caxias do Sul e entrevistas, tentaremos

compreender melhor as relações da personagem com o contexto da época. Acompanhar o caso da imigrante Anna Rech permitirá que entendamos, também, as diferentes representações criadas para positivar o papel da mulher imigrante. Anna Rech teve uma estátua construída por ocasião dos festejos do Centenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, na década de 1970, visando enaltecer a figura da mulher imigrante como mãe e batalhadora, que abandonou o local de origem para vencer em terras brasileiras. Por fim, ressaltamos a importância deste estudo para auxiliar na compreensão do universo feminino na sociedade formada por imigrantes no Rio Grande do Sul.

Atuação feminina nas organizações coletivas da Colônia Porto Novo (1926-1965)

Carlise Schneiders (UPF)

Os processos de colonização no sul do Brasil se caracterizam, dentre outros aspectos, pelo domínio masculino das instâncias de poder públicas e privadas, pelas lideranças masculinas de associativismo e pela atuação desses mesmos agentes em trabalhos de construção das comunidades coloniais. Dessa forma, o objetivo do presente trabalho é compreender de que forma a mulher se inseria no cotidiano da coletividade e da organização comunitária de colônias alemãs, a partir da Colônia Porto Novo. A Colônia Porto Novo, fundada em 1926 e localizada no sudoeste de Santa Catarina, era caracterizada pela colonização homogênea, étnica e confessional, de alemães (ou descendentes) católicos. Seu projeto de colonização objetivava a formação de uma colônia inscrita nos preceitos de germanidade e organização coletiva, políticas muito difundidas por grupos de associações germânicas e de padres jesuítas no sul do país. Nesse sentido, utiliza-se da micro-história e da Nova História Cultural para analisar as nuances da organização coletiva, muito influenciada pela igreja católica, na colônia Porto Novo. Dá-se, nessa problemática, prioridade à atuação da mulher nas obras da comunidade, como agentes ativas nas tomadas de decisão ou como participantes ordinárias nos processos, tanto laborais quanto ideológicos.

A chegada dos imigrantes italianos em Alfredo Chaves – ES

Gabriel Pietralonga Marion (UFES)

Este trabalho tem por objetivo apresentar o processo de imigração de italianos na cidade de Alfredo Chaves – Espírito Santo, assim como sua relevância histórica. Fugindo de guerras, fome e pobreza, os italianos passaram por uma longa

jornada até chegarem às terras prometidas pelos agentes de viagem, tendo que se submeter a péssimas condições nos navios e nas hospedagens, além da necessidade de adaptação a uma região totalmente desconhecida, na qual passariam o resto de suas vidas. Alfredo Chaves era então um lugar de densa vegetação e relevo acidentado, repleto de animais selvagens e mata virgem. Os italianos tiveram que vencer todos esses obstáculos para recomeçar uma vida nova na América, construindo suas casas, suas plantações, suas instituições culturais e fundando uma sociedade na região. Para alcançar esses fins, foram feitas pesquisas bibliográficas em fontes fidedignas sobre o tema.

Laços Transnacionais: A Cruz Vermelha Brasileira, filial Rio Grande do Sul, e o auxílio às vítimas da guerra no pós Segunda Guerra Mundial

João Vítor Sand Theisen (PUCRS)

Este estudo tem como objetivo estudar a atuação da Cruz Vermelha Brasileira, filial do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre (CVB/RS), no amparo às vítimas da Segunda Guerra Mundial, via assistencialismo e localização de pessoas, a partir das cartas vindas da Europa recebidas pela filial, no período de meados de 1946, com o início das atividades da Cruz Vermelha Brasileira no auxílio às vítimas da guerra, até 1960, quando as demandas do pós-II Guerra Mundial desapareceram da pauta de prioridades da filial. Para este estudo, dialoga-se metodologicamente com a micro-história, sob a perspectiva da história transnacional. Utilizam-se como fontes as cartas e demais documentos (ofícios e telegramas) localizados no arquivo da Cruz Vermelha Brasileira, filial Rio Grande do Sul. A Cruz Vermelha serviu como mediadora entre famílias, indivíduos, instituições religiosas e empresas que queriam enviar para a Europa mantimentos para seus familiares e amigos, ou até mesmo para desconhecidos, e também na busca do paradeiro de sujeitos com familiares no Rio Grande do Sul. Nesse sentido ela foi mediadora entre esses dois mundos, precisando se articular entre suas redes para que esse envio de mantimentos e busca de desaparecidos.

Folhetins em língua alemã no jornal Deutsches Volksblatt: autores e produção literária

Isabel Cristina Arendt (Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Instituto Superior de Educação Ivoti)

Jornais em língua estrangeira, produzidos e impressos no sul do Brasil, tem sido fonte significativa para a pesquisa histórica. Tenho estudado especialmente dois

dos periódicos mais significativos na configuração e participação de imigrantes alemães e descendentes no sul do Brasil: o Deutsches Volksblatt e o Deutsche Post. Juntamente com a historiadora Profa. Dra. Marluza M. Harres, o faço no âmbito do Projeto Transfopress Brasil. Em recente projeto de pós-doutoramento, porém, tenho me ocupado especificamente de uma seção do Jornal Deutsches Volksblatt. Além de notícias nacionais e internacionais, este jornal publica a seção intitulada "Feuilleton". Nesta seção, geralmente apresentada no rodapé da primeira página do jornal, prática comum na época para folhetins, são publicados contos, novelas, romances históricos, dentre outros, em partes que se sucedem em diferentes edições. Com base no questionamento norteador sobre qual o espaço destinado por este jornal ao texto literário e qual o significado deste como mediador cultural, o objetivo é estudar os folhetins publicado no Deutsches Volksblatt, e a proposta de comunicação é apresentar um levantamento de autores e títulos, o que corresponde a uma das etapas do projeto em execução.

A Diáspora dos Homens sem Dono: Anticiganismo e Eugenia na Modernidade

Daniela Simiqueli Durante (UFES-Universidade Federal do Espírito Santo)

O presente trabalho tem como objeto de análise os ciganos na Modernidade. Por meio de uma perspectiva de caráter historiográfico, esse artigo realiza uma breve investigação sobre a trajetória dos ciganos no Ocidente a partir do século XV, como também a construção moderna do cigano sedimentada por estereótipos que o caracterizam como sujeito avesso ao trabalho e propenso à criminalidade, ou sensual e wild free. Baseia-se no pensamento da pesquisadora alemã Roswitha Scholz que discute o anticiganismo enquanto variante esquecida do racismo moderno, os pressupostos eugênicos que foram responsáveis pelo Holocausto Cigano, também conhecido por Porajmos, durante o regime nacional-socialista da Alemanha, e a luta das populações ciganas pelos direitos civis.

Sessão 2
28/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 33

A imigração assíria e a campanha anti-imigrante da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres (1932-1934)

Rodrigo Luis dos Santos (Instituto Federal Farroupilha)

O objetivo deste trabalho é analisar a campanha promovida pela entidade nacionalista Sociedade dos Amigos de Alberto Torres (conhecida também pela sigla SAAT) contra a imigração de refugiados assírios para o Brasil, entre os anos de 1932 e 1934. No ano de 1932, o Governo Provisório de Getúlio Vargas havia acenado positivamente para uma solicitação da Liga das Nações, para que o Brasil acolhesse refugiados assírios, que estavam sob proteção da Inglaterra. A previsão era de que em torno de 20 mil refugiados fossem assentados no Norte do Paraná. Logo teve início uma vigorosa campanha, especialmente através da imprensa, contra a vinda e instalação de imigrantes assírios. Além de grandes proprietários de terras do Paraná, defensores de ideias nacionalistas, eugenistas e de políticas xenofóbicas e restritivas, como era o caso da SAAT, passaram a inflar a opinião pública contra a ajuda humanitária por parte do governo brasileiro. Em seus discursos e narrativas, em decorrência da dificuldade em definir este grupo de refugiadps como assírios (cristãos) ou iraquianos (islamitas), optaram por uma nomeação mais panfletária, pejorativa e de repercussão imediata: "muçulmanos fanáticos". Por fim, A pressão política, a contrariedade da classe dominante e as reportagens negativas finalmente levaram o governo a repensar sua decisão de abrigar os assírios no Paraná. Em junho de 1934, Getúlio Vargas proibiu a entrada dos assírios no Brasil. Deste modo, pretendemos compreender o papel que a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres desempenhou neste processo.

A perspectiva da imigração sob o olhar feminino: a trajetória de Paula Oravecs no Rio Grande do Sul e o impacto em sua produção literária na Europa

Lidiane Fraga da Silva (prefeitura municipal de São Leopoldo)

O presente trabalho objetiva analisar a imigração a partir da perspectiva de uma mulher. Paula, imigrante húngara, vem para o Brasil na década de 1930, buscando melhores condições de vida. Após várias mudanças pelo Estado, devido ao trabalho do marido, o médico Maximiliano Csillag, a mulher acostumada, mesmo com a miséria de Budapeste, impressiona-se com a nova realidade de forma impactante, construindo sua visão sobre o papel da mulher, o que será recorrente em sua obra. A imigração comumente é relatada pela perspectiva masculina, através da qual, a ênfase econômica, religiosa e social desenham o intricado processo de reconstrução cultural num ambiente totalmente novo e desprovido dos parâmetros que até então balizavam a experiência de vida dos imigrantes. Oravecs é uma exceção à regra: acostumada à pobreza, ao trabalho braçal, seu destino muda inesperadamente, conduzindo-a novamente à Europa e, levando na bagagem as vivências de uma mulher estrangeira, numa terra inóspita, marcando-a com a dificuldade enfrentada principalmente pelas mulheres.

Sua obra dá voz às imigrantes, por vezes, relegadas a um protagonismo secundário no processo de imigração no Brasil.

O empastelamento de um jornal revisitado

René Ernaini Gertz (Universidade Livre de Berlim)

Exatos 20 anos atrás, publiquei meu livro O aviador e o carroceiro. Nele, relato e contextualizo, em termos políticos, étnicos e religiosos, o empastelamento do jornal Deutsche Post, de São Leopoldo, em 1928. Tendo em vista que a firma Rotermund, proprietária do jornal, colocou à disposição, através do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, um extenso relatório contemporâneo sobre o episódio, este material será aproveitado para algumas considerações sobre o livro, duas décadas após sua publicação.

O Serviço de Proteção aos Nacionais e sua aplicação na CTC de Santa Rosa – 1918

Kalinka de Oliveira Schmitz (Universidade do Vale do Rio dos Sinos)

Desde a última década do século XIX e primeiras décadas do século XX, a região Norte do Rio Grande do Sul passou a ser o cenário de uma nova fase da colonização no Estado. Sendo um período de avanço da capitalização e aumento do valor da terra com a sua fragmentação em lotes coloniais, havia quem não possuísse meios para a sua regularização/aquisição. A incapacidade de efetuar tal burocracia, contribuía para o abandono de terras e nova migração interna, gerando um problema grave que o governo estadual se via obrigado a resolver. Na busca por solucionar a intrusagem e ampliar a regularização da propriedade da terra, na década de 1910 é criado o Serviço de Proteção aos Nacionais, cujo objetivo principal era auxiliar os nacionais com o pagamento da terra, a partir da prestação de serviço em obras públicas e o abatimento de valores do lote a partir disso. Diante do exposto, objetivamos analisar a aplicação de tal Serviço a partir dos registros da Comissão de Terras de Santa Rosa no ano de 1918, das folhas de pagamentos dos indivíduos que trabalhavam em obras públicas e recebiam parte do pagamento pelo trabalho em dinheiro, e o restante abatiam do preço total de seus lotes. Tal documentação apresenta ainda diversas informações que possibilitam a visualização do cenário colonial de Santa Rosa, permitindo realizar conexões entre quem prestava o serviço e o lote a que era ligado (ou não), bem como a prestação de serviço em nome de terceiros, sugestionando a existência

de redes de terceirização para utilizar tal possibilidade que o governo oferecia, ou ainda, redes de suporte entre a população colonial daquele referido espaço.

Rumo às terras de pimentais: cametaenses e o processo migratório para Tomé-Açu, décadas de 1950-70

Raimundo Nonato Lisboa Clarindo (UFPA)

Buscará compreender a saga migratória dos cametaenses no processo de colonização de região do Vale do Acará, Tomé-Açu, nas décadas de 1950 e 1970. No caso, procuraremos analisar os fatores motivacionais que levaram a essa "partida" rumo a Tomé-Açú: recrutamento, translado, chegada, forma de trabalho, relação com os japoneses, posse de terra para cultivo, entre outros. Estudar este processo será importante para compreendermos, por exemplo, o porquê mais de 50% da população de Tomé-Açú, no ano de 1971, era formada por cidadãos cametaenses. Investigar, também, qual motivação criou uma dinâmica migratória, levando em consideração os fatores condicionantes de atração a este movimento. A justificativa da pesquisa no âmbito científico, disciplinar e social dar-se-á mediante o fato de que na década de 1950, antes mesmo da emancipação política de Tomé-Açu em relação a Acará, a economia da região já atraia sujeitos de vários municípios paraenses e de outros Estados, por conta das oportunidades de trabalho na agricultura da pimenta-do-reino. Neste sentido, diante da relevância do estudo, surgiram as indagações problemas dessa pesquisa: Quais fatores motivacionais fizeram com que os cametaenses migrassem ao município de Tomé-Açú? Como se deu esse processo migratório? Qual a contribuição dos japoneses para esse processo? A metodologia caracteriza-se como exploratória e descritiva por possibilitar ao pesquisador a busca de informações ou dados existentes e, ao mesmo tempo, levantar ou descrever um fato, a partir de dados primários. Como instrumento a serem adotados nesta pesquisa serão: entrevistas orais, análises em revistas e jornais da época. No procedimento será utilizado à pesquisa documental, bibliográfica e oral, dentro do recorte temporal de 1950 a 1970.

Grão-Pará (1882): o estabelecimento de imigrantes europeus no sul de Santa Catarina

Tatiane Soethe Szlachta (Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina)

Durante o século XIX, o atual estado de Santa Catarina é palco da criação de colônias públicas e privadas, a partir da imigração europeia. Tais

empreendimentos, eram visados pelo Estado brasileiro como uma forma de preencher os chamados "vazios demográficos" e, ao mesmo tempo, promover um "branqueamento da população". Neste contexto, em 1882, ocorre a inauguração da Colônia Grão-Pará, criada a partir do dote de SS.AA.II. Princesa Isabel e Conde d'Eu e localizada no sul do estado, em terras da bacia do Rio Tubarão nas proximidades da Serra Geral. A partir de fontes bibliográficas e documentais, o presente trabalho analisa alguns aspectos relacionados a imigração europeia nesta colônia. Para tanto, falaremos sobre o estabelecimento da Colônia Grão-Pará, identificando a postura adotada por seus dirigentes em relação à imigração. Em seguida, serão descritos o processo de recrutamento e a viagem dos imigrantes, de seus países de origem até a colônia. Por último, examinaremos como se deu o estabelecimento de tais imigrantes na colônia e seus primeiros anos no novo lar.

CHAPECÓ: a idealização de um sonho de modernidade

Scheila Maria Bolzan (UFFS)

Chapecó está localizada em uma região de fronteira que por muitos anos foi disputada, seu processo de ocupação teve início em 1839 com objetivo de abrir caminhos que ligasse São Paulo ao Rio Grande do Sul. Porém essa ocupação só ganhou força nas primeiras décadas de 1900 com a chegada da companhia colonizadora Bertaso, Maia e Cia, que recebeu terras devolutas do Estado de Santa Catarina, na região da Fazenda Rodeio Bonito, com o objetivo de iniciar a colonização e ocupação do local. Nos primeiros anos da década de 1920 várias famílias já haviam se instalado no novo povoado, vendo que a colonização estava ganhando corpo foi fundada a sede da companhia colonizadora, responsável por trazer mais de oito mil famílias para o município. A mesma família que ganhou do governo do Estado a incumbência de "desbravar" e "ocupar" a região, foi construindo um desejo de transformar Chapecó em uma cidade idealizada e moderna. Com o objetivo de trazer o progresso à pequena vila Passo dos Índios, nome que era chamado Chapecó no início da colonização, os agentes idealizadores da modernidade se utilizaram das páginas dos jornais para fazer com que seus discursos chegassem a uma parcela da população. Principalmente pensando em mudar práticas e costumes que já não eram mais aceitos para aquele novo modelo de cidade que se buscava. Sendo assim este trabalho que é resultado de uma pesquisa realizada em 2017, busca apresentar como foi se consolidando as práticas discursivas das famílias colonizadoras que desejavam o progresso de Chapecó, em especial a família Bertaso. Para iniciarmos o trabalho faremos um resgate do desejo de cidade moderna entre 1930 e 1940, apresentando as figuras que se destacaram na construção dos discursos da urbes e principalmente que foram relevantes para a idealização da modernidade. Em

um segundo momento do trabalho faremos uma análise de rupturas e permanência dos discursos durante a década de 1950 analisando publicações que foram feitas nos jornais "A Voz de Chapecó" e "O Imparcial" que dão destaque para mudança de hábitos e a construção de um novo urbano.

Os imigrantes russos na Colônia Erechim.

Isabel Rosa Gritti (Universidade Federal da Fronteira Sul)

A Colônia Erechim criada em 1908,caracteriza-se por sua diversidade cultural e étnica.Aqui chegaram imigrantes europeus vindos diretamente da Europa, e migrantes que estavam instalados nas chamadas colônias velhas.Além, é claro, dos indígenas e caboclos que aqui se encontravam.Entre os diversos grupos de imigrantes europeus aqui estabelecidos destacamos os russos.O estudo desse grupo étnico apresenta alguma complexidade,como a de terem sido registrados com a nacionalidade constante no passaporte correspondente ao país de origem.Neste caso,o maior número de imigrantes russos que entraram no Brasil foram registrados como poloneses, uma vez que muitos russos haviam se fixado em território polonês, e quando da emigração portavam o passaporte polonês.As próprias autoridades responsáveis pelo registro e encaminhamento dos imigrantes aos núcleos coloniais não os distinguiam dos poloneses.Isso complica a definição numérica dos dois grupos étnicos.Uma investigação minuciosa e com o auxílio da História Oral possibilita a identificação da nacionalidade destes grupos.Nosso objetivo é discutir alguns elementos que caracterizaram a instalação e a formação das comunidades com imigrantes russos e/ou seus descendentes na Colônia Erechim nos anos iniciais da instalação dos imigrantes,e particularmente dos russos.Isso corresponde aos anos iniciais do século XX.

O protagonismo feminino na construção da identidade cultural e da memória local: o estudo da trajetória do grupo Tulipa's

Elaine Smaniotto (Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS), Samanta Trivilin Comiotto (UNISINOS)

O presente artigo almeja abordar a trajetória de um grupo formado por mulheres denominado Tulipa's e suas vivências no Vale do Paranhana entre os anos de 2006 até 2021. Unidas a partir de relações interpessoais pré-existentes, estas mulheres buscam reproduzir e propagar por meio de ações coletivas, a cultura e a memória da colonização germânica. Neste contexto local e regional, historicamente povoado também por imigrantes germânicos e cerceado por

características marcantes desta cultura, o grupo Tulipa's, em alguma medida, reproduz a identidade feminina do meio em que vive, mas, ao mesmo tempo, constrói valores identitários de protagonismo de mulheres, sendo vistas e reconhecidas pela sociedade como agentes ativas de construção do seu espaço e em seu tempo. Sob o olhar de algumas discussões estabelecidas por Michel de Certeau em seu livro A Invenção do Cotidiano, Joël Candau na obra Memória e Identidade e autores vinculados a metodologia da Micro-história que priorizam os estudos a partir do local, dos indivíduos e suas trajetórias, é que traremos a fundamentação teórica para este tema. Os resultados desta análise evidenciam ações de cuidado, de empoderamento, de liderança, de resistência, de estética, de criatividade, de liberdade, de autonomia e de possibilidade entre as integrantes do grupo Tulipa's, e os espaços por elas ocupados.

ST 35: Perspectivas democráticas na História: atravessamentos e decolonialidade

Coordenadores: **Lorena Zomer (UEPG), Maristela Carneiro (UFMT-MT)**

Sessão 1
29/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 35

Ementa: A proposta desse simpósio consiste em reunir pesquisadores cujos interesses estejam voltados ao debate de práticas epistemológicas decoloniais, oriundas das Ciências Humanas e Sociais da América Latina e do Caribe e que circulam de todo o continente americano para o debate com a relação deste com o mundo. Esse espaço é necessário para o enfrentamento dos desafios de pesquisas e do ensino decolonial, com a perspectiva de reflexão sobre temas como: colonialidade (poder, ser, saber), eurocentrismo, decolonialidade, pós-colonialismo, historiografias africanas e indígenas, circularidade de produções científicas, estratégias de ensino e de aprendizagem. Além de priorizar esses debates, estabelece-se a necessidade de pensá-los em um contexto de ataques à democracia e à autonomia de professores e pesquisadores, cujas pautas devem atender às demandas do Tempo Presente e, por isso, lembramos que os sujeitos sociais marginalizados e inferiorizados, por sua etnia-raça, gênero ou classe, encontram nos temas decoloniais uma forma de ganharem lugar para sua voz e diminuírem as estruturas que justificam uma cultura histórica que os inviabiliza. Por assim dizer, atrelar discussões da formação de profissionais, bem como debater sobre perspectivas historiográficas e o ensino nas escolas permite oferecer possibilidades de enfrentamento político e social a fim de problematizar o modo como as relações de poder construíram o nosso presente. Assim, serão

aceitas propostas que priorizem o debate sobre os temas supracitados a fim de pensarmos em estratégias de ensino e formas de pesquisa que priorizem memórias subalternas, ao mesmo tempo em que temas sensíveis, aspectos da aprendizagem e da cultura histórica, formas de apropriação e de comunicação das narrativas históricas também são bem-vindas.

Sessão 1
29/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 35

A criação do patrimônio brasileiro e a invisibilidade dos povos indígenas: a educação intercultural e patrimonial na afirmação do patrimônio cultural indígena

Déborah da Costa Ribeiro Barbosa (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

A proposta do trabalho é discutir e articular as relações dos órgãos de tombamentos (IPHAN) com as diversas formas de produção cultural dos povos indígenas, enfatizando os recentes avanços da Constituição Federal de 1988 e dos decretos posteriores à esta sobre o assunto. Buscaremos também relacionar as principais ideias e publicações sobre a educação intercultural e como ela se relaciona com os meios institucionais de tombamento e sua abordagem na sociedade contemporânea, dialogando com a problemática da presença dos povos indígenas nas questões patrimoniais.

Cidadania e identidade em a diferença invisível: problematizando quadrinhos

Janaina de Paula do Espírito Santo (Universidade Estadual de Ponta Grossa), Bruna Alves Lopes (Universidade Estadual de Ponta Grossa)

Neste texto, que usa como fonte o quadrinho “A diferença invisível”, que é uma obra autobiográfica escrita em terceira pessoa a partir da experiência de vida de Julie Danchez,francesa que descobriu seu diagnóstico de autismo aos 27 anos. A obra foi produzida em parceria com a desenhista e ilustradora Mademoiselle Caroline, que foi responsável pela concepção e tratamento gráfico da história. Nesse quadrinho, o foco é o processo de autoaceitação da protagonista, frente a sua característica enquanto neuroatípica, ao mesmo tempo em que, ao abordar situações e enfrentamentos cotidianos, constrói para o leitor comum uma caracterização do autismo. Em a diferença invisível, o processo de autodescobrimento da personagem principal é caracterizado pela transição de

uma história cinza, para uma história que vai adquirindo cores, na medida em que a personagem abre espaço para sua autoaceitação que concomitantemente, garante uma melhor convivência com as pessoas que as cercam. Existe, de maneira constante um tensionamento na obra em questão, onde normalidade e "ser mulher", ser cidadã e se sentir incluída tornam-se parte do processo de disputa pelo espaço da protagonista. Ao se encarar o quadrinho como elemento de cultura histórica (RÜSEN, 20150 e empatia histórica (LEE, 2001) é possível delinear posicionamentos ideológicos, estereótipos, valores, simplificações e interesses na circulação do pensamento histórico em torno de ideias como diferença, normalidade e autismo deste quadrinho.

A invisibilidade das mulheres enquanto sujeitas da história: história das mulheres na sala de aula

Daniela de Lima Soares (PUCRS)

A partir de uma sequência didática que aborda a história das mulheres aplicadas em turmas de 9º ano do Ensino Fundamental busquei realizar uma reflexão mais teórica a respeito do porquê as mulheres estarem ausentes da maior parte das aulas de história e serem frequentemente apagadas das narrativas históricas. A pesquisa apoiada na prática docente teve como disparador das discussões em sala de aula utilizei um conto do início do século XX que traz a noção de ponto de vista e hierarquia de gênero na construção dos saberes para ser o motor dos debates nas aulas subsequentes. Em meio a debates e reflexões foram solicitadas produções textuais de análise do conto e da realidade que elas e eles testemunharam em seu cotidiano. O material elaborado em sala de aula e as discussões realizadas serviram como fonte para analisar acerca da ausência/presença das mulheres no processo histórico e nas narrativas históricas, reconhecendo os discursos e as práticas que nomearam ou silenciaram as mulheres nesses processos, bem como reconhecer o processo histórico de exclusão de sujeitas e sujeitos.

O cosmopolitismo subalterno e a desestruturação das hierarquias e dicotomias no ocidente capitalista: o Ensino de História como porta de entrada para as epistemologias decoloniais na História

Felipe Cromack de Barros Correia (PUC-RIO)

No livro de Boaventura de Sousa Santos O futuro começa agora: Da pandemia à utopia e em Histórias locais/Projetos globais: Colonialidade, saberes subalternos

e pensamento limiar de Walter Mignolo, podemos identificar que estes dois autores caminham juntos por uma desestruturação do mundo hierárquico e dicotômico em que vivemos, pensamos e nos relacionamos, mesmo que tragam propostas e ideias díspares. Dessa forma, ideias como ruínas sementes, cosmopolitismo insurgente, pensamentos limiar e epistemologias decoloniais são alguns dos conceitos que estes autores usufruem e perpassam, em virtude de pensar em mecanismos capazes de desarticular e impossibilitar as formas de dominação ocidental na colonialidade - sendo esta, as formas como o colonialismo, ocidentalismo e patriarcado ocidental, marcado por opressões de gênero, raça, classe e muitas outras, se perpetuam nos dias atuais. Por mais que existam trabalhos anteriores à década de 1990 de historiadores que ao resistirem às normas opressivas da colonialidade podem ser classificados como decoloniais, como os textos de Lélia Gonzalez, de fato, a história perpetuou uma visão de mundo ocidental capitalista, própria da colonialidade. Percebe-se, deste modo, que ainda são poucas as contribuições em circulação sobre a recepção brasileira das epistemologias decoloniais no ensino de história. Por outro lado, por sua flexibilidade permitir que suas raízes se aproximem de cada área do conhecimento, a ciência da educação se mostra possivelmente um campo mais poroso, capaz de conectar estas epistemologias decoloniais ao campo da história, justamente nos estudos sobre o ensino de história. O campo do ensino de história está localizado no que Ana Maria Monteiro e Fernando Penna conceituaram de lugar de fronteira. Esta perspectiva inovadora sobre o ensino de história busca analisar as contribuições da prática pedagógica e da especificidade da disciplina ensinada, ultrapassando os limites de cada área do conhecimento. Por isso, o ensino de história é caracterizado aqui por este campo mais poroso, capaz de conectar instrumental teórico e pesquisadores da educação e da história. Possivelmente, a conexão entre as ciências possibilite a proliferação e desenvolvimento das epistemologias decoloniais no campo da história, com uma maior facilidade, a partir do ensino de história.

Projeto de Extensão Arquitetarte: Contando a História da Arte e da Arquitetura através de uma perspectiva decolonial pelo Aplicativo Instagram

Luana Cardoso da Costa (UFMT)

Este trabalho tem como objetivo apresentar o projeto intitulado "Arquitetarte: A História da Arte e da Arquitetura contada através de recursos midiáticos e exposta em plataformas digitais", aprovado e executado através do Programa Institucional de Extensão da UNESA (ciclo 2021-2022). O projeto visou veicular para o público do segmento digital o conhecimento sobre a História da Arte e Arquitetura através de uma perspectiva decolonial e abordando três períodos

históricos: Pré-História brasileira; Antiguidade Chinesa e Idade Média na Mongólia. Justificou a realização deste projeto a compreensão de que as tecnologias digitais têm provocado um exercício de adaptação da Educação formal às novas possibilidades tecnológicas. Este trabalho assim constituiu-se como um desses exercícios de Estudo de Caso de uma prática docente que buscou explorar as redes sociais como veiculação do conhecimento científico-artístico, contribuindo com a democratização do conhecimento.

Questões decoloniais e experiência docente no Ensino de História da América Latina

Lorena Zomer (UEPG)

Esta comunicação tem por intenção problematizar materiais didáticos baseados na ideia de "Lugares de Memória" com perspectiva decolonial e produzidos por discentes de terceiro e de quarto de Licenciatura em História nas disciplinas de América I e América II, séculos XVIII/XIX e XX, respectivamente. O objetivo inicial era que se estabelecesse uma atividade que envolvesse História Digital e História Pública, a fim de pensar os diversos públicos e formas de comunicação estabelecidas nos meios digitais, os quais devem ser apropriados também pelos historiadores. Ao mesmo tempo, pensar uma perspectiva decolonial na construção do termo América Latina, de seus lugares de Memória e na diversidade que forma essa região é permitir que pautas do Tempo Presente sejam mais relacionadas ao Ensino de História. Do mesmo modo, é pertinente que futuros professores e professoras tenham um olhar diverso sobre o conceito de América Latina, a fim de que ao encontrarem materiais didáticos baseados em um modelo de quadripartite e eurocêntrico, consigam pensar em alternativas relacionadas à aprendizagem e à cultura histórica para considerarem as práticas identitárias múltiplas de uma sala de aula. Assim, a discussão presente traz uma análise sobre os trabalhos apresentados em diferentes suportes, como google/mapas, padlets, podcasts após discussões baseados em textos decoloniais como os de Walter Mignolo, Anibal Quijano, Catherine Walsh, além dos que são próprios de América Latina.

Uma Leitura Decolonial das Poéticas do Etarismo: Sexo e Erotismo na Velhice

Gisela de Oliveira Gusmão (UFMT), Caroline Zablonski D'Agostini (FEBASP)

Trata-se de trabalho em desenvolvimento a fim de refletir sobre a imagem corporal e social dos idosos, que à medida que se distanciam do padrão estético

de beleza e de juventude, por vezes têm apagada e anulada sua sexualidade. Pretende produzir um e-book informativo, que discutirá amor, sexo e erotismo na velhice, a fim de confrontar o estereótipo do idoso apático e solitário, desinteressado dos temas em questão. O e-book contará com ilustrações eróticas, utilizando-se de duas técnicas, a saber: Traço Contínuo e Desenho Gestual. A primeira é uma dinâmica que faz com que linhas orgânicas unidas exprimam formas enquanto a imagem da ilustração se completa na mente do observador. Desta forma, nossa mente buscando uma organização, analisa os espaços vazios e as formas preenchidas buscando uma imagem completa, além do simbolismo da unificação das linhas em relação à união que a sexualidade pode trazer entre as pessoas. O Desenho Gestual visa capturar o movimento e a expressão do objeto de estudo, com fluidez e dinâmica. Embora uma linha ou um desenho sobre o papel permaneçam estáticos, somos capazes de perceber movimento, mudanças, bem como a passagem do tempo. Similarmente, o idoso, não raro, ignora as mudanças corporais do próprio envelhecimento, que não implica na diminuição da libido, preservando a sexualidade, como realidade dinâmica que se apresenta nos aspectos biológicos, psicológicos, socioculturais, dialógicos, existenciais e espirituais. São processos de objetivação de verdades produzidas sobre o envelhecimento que criam sujeitos idosos, cujas subjetividades parecem tornar impossível ao novo idoso corresponder a esse velho paradigma. O corpo aceito ou em busca da manutenção da juventude, bem como a sexualidade, possibilitam a resistência à sujeição. Tomamos como base os conceitos de Norbert Elias, construídos a partir da sua experiência pessoal e os desvelou como percebidos de maneira diferente em diversas sociedades e culturas. O ponto comum seria a impossibilidade daquele que não está no processo de envelhecimento, se colocar no lugar do idoso, cuja imagem social é muito negativa, e muito cristalizada mesmo no imaginário contemporâneo. Junta-se aí o fato de o erotismo ser interdito na velhice dando margem a expressões pejorativas, dirigidas aos idosos(as), em momentos de expressão sexual e erótica normalmente aceitáveis para os jovens, tais como: assanhado(a), safado(a), tarado(a), nojento(a). Nosso trabalho propõe reflexões a respeito do erotismo como uma forma muito peculiar de prática sexual, enunciada somente quando o sexo transpõe a função reprodutiva, ponto de início a um processo de autoconhecimento e de completude no outro.

A decolonialidade do senti-pensamento: a potência das intervenções de Corpo Grosso: Povo do Mato

Maristela Carneiro (UFMT-MT), Eriton Vinícius Gonzaga de Melo (UFMT)

O presente trabalho busca descrever inter-relações humanas/ambientes, a partir de uma escrita envolvida à perspectiva Decolonial ao conceito-diagnóstico

antropoceno, a partir da pesquisa de mestrado desenvolvida junto à comunidade de Alta Floresta, no estado de Mato Grosso, Povo do Mato. Para tal duas frentes de ação se estabeleceram, a primeira parte à fundamentação teórica junto a pesquisadoras e pesquisadores de centros de pesquisa em todo continente, chamado, Americano, e aléns. A segunda nos expormos à experiência despida da intenção de chegar a conclusões, mas ao que, o sentir, gera ao campo do pensamento - vista nas experiências performáticas realizadas em Alta Floresta. Nosso objetivo é provocar diálogos com a comunidade científica mato-grossense, e além, ao que tange aos determinismos, chamado de facismo epistemológico, que seguem como bases para a pesquisa científica na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), e em outros centros do saber científico em nações ocidentais e ocidentalizadas, frente à grave crise sócioecológica, o Antropoceno. Propõe-se, pois, uma reflexão pós pandêmica.

Colonialidade e patrimônio histórico: cultura afrodiaspórica silenciada e a busca de uma decolonialidade da história de Icó-CE

Cladivan Nunes de Souza (UFRGS)

O artigo propõe uma análise do patrimônio arquitetônico tombado pelo IPHAN na cidade de Icó-CE, e tem como objetivo compreender como a valorização desses monumentos, construídos sob a égide do período colonial, foi determinante para que a herança das populações de origem africana e suas memórias fossem invisibilizadas. O resultado desse apagamento se reflete nas políticas de preservação e difusão dos conhecimentos sobre o patrimônio, tanto nos espaços restaurados e preservados da cidade como nos ambientes escolares, que repetem os discursos sustentados pela perspectiva do colonizador e seus valores culturais. A legislação determina a inserção do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas atividades escolares, ressignificando-as. Deste modo, este trabalho visa propor uma perspectiva decolonial acerca dos estudos nos ambientes educacionais e outros espaços, dedicados ao tratamento dos patrimônios, sob a ótica do reconhecimento e valorização da presença e da contribuição da diáspora africana (silenciada) na cidade.

ST 40: História e Direito: aproximações metodológicas, conceituais e a divulgação científica através de periódicos jurídicos

Coordenadores: **Wagner Silveira Feloniuk (Universidade Federal do Rio Grande), Alfredo de Jesus Dal Molin Flores (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)**

Sessão 1
27/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 40

Ementa: O simpósio temático pretende dar continuidade às discussões desenvolvidas a nível nacional e internacional em relação a História e o Direito, especialmente as desenvolvidas no âmbito do GT História e Direito da ANPUH-RS. Serão privilegiados os trabalhos que abordem pesquisas no âmbito de instituições, agentes jurídicos, além da utilização de fontes judiciais para a produção científica em história no âmbito dos acervos judiciais. Propõem-se ainda, discutir as diferentes propostas metodológicas e conceituais adotadas pelos pesquisadores desse campo do saber, além das possibilidades de publicação em periódicos acadêmicos nacionais e internacionais. Neste ano, propõe-se como enfoque de apoio a relevância da produção de artigos científicos em periódicos, que poderá contribuir para a consolidação das discussões em torno de uma perspectiva interdisciplinar envolvendo tanto pesquisadores do campo da História, quanto do Direito e das Ciências Sociais, bem como outros estudiosos do tema. Serão aceitos trabalhos com relatos de pesquisa em andamento ou já finalizados, bem como discussões teóricas ou reflexões metodológicas relativas a temas relevantes da historiografia.

Sessão 1
27/07/2022 das 14:00 às 18:00 - Sala ST 40

O positivismo jurídico ante as origens autocráticas da Escola da Exegese na França napoleônica

Leonardo Simchen Trevisan (UFRGS)

O presente trabalho busca apresentar um argumento histórico em desfavor da tese, muito difundida nos quadrantes da filosofia do direito, do enlace entre positivismo jurídico e democracia. O objetivo da exposição é demonstrar que, já na sua origem, o positivismo enquanto meio de abordagem do fenômeno jurídico revela a marca dos regimes autocráticos, posto que diretamente decorrente da influência exercida pelo despotismo de Napoleão Bonaparte sobre as escolas de direito na França no período que corresponde ao advento da assim chamada Escola da Exegese. Com efeito, o Código Civil Francês de 1804, o famoso Código de Napoleão, vedava ao juiz, em um de seus dispositivos mais conspícuos, a possibilidade de negar jurisdição com base na insuficiência da lei. Na intenção original dos redatores do Código, semelhante dispositivo teria por função autorizar ao juiz o recurso aos princípios do direito natural. Os primeiros intérpretes do Código Civil, todavia, entenderam diferentemente: para eles, a lei deveria ser o único critério para a solução de todas as controvérsias possíveis. A partir desse ponto, desenvolveu-se a Escola da Exegese, corrente de pensamento

que se limitava a uma interpretação totalmente passiva e mecânica do Código (um de seus representantes teria dito: "eu não conheço o direito civil, eu estudo o Código de Napoleão"). Essa corrente, porém, apenas floresceu em razão da pressão direta que o governo de Napoleão – o qual, após o fim do Consulado e a instituição do Império, correspondia nitidamente a um regime despótico - exerceu sobre as faculdades de direito; do ponto de vista imperial, era conveniente a limitação dos juristas a uma interpretação amesquinhada do Código, já que todas as concepções de teoria do direito e de direito natural poderiam ser perigosas ao novo regime. Semelhante limitação da atividade judicial, que hoje é por muitos reconhecida como um imperativo de democracia, revela, portanto, raízes autocráticas.

Influências da Constituição de Cádiz na Constituição do Império do Brasil

Wagner Silveira Feloniuk (Universidade Federal do Rio Grande)

Constituição Política da Monarquia Espanhola de 1812, a Constituição de Cádiz, foi um documento influente na história constitucional brasileira, especialmente nos processos que antecederam a criação da Constituição do Império de 1824. Seu conteúdo liberal é oriundo especialmente da França, do qual o Brasil e Portugal retirariam influências mais diretamente, mas o texto estava próximo dos brasileiros e serviu diretamente em diversos aspectos, além de ser uma influência pelo modo como o texto foi elaborado. A Constituição é, assim, um elemento relevante no pensamento constitucional do período. Este trabalho procura apresentar quais influências, instituições e normas jurídicas superaram as barreiras ocorridas com a dissolução da Assembleia Constituinte de 1823 e chegaram à Constituição Imperial, se tornando parte da história constitucional brasileira.

A história da fundação dos primeiros Cursos de Direito no Brasil

Ralfe Oliveira Romero (UFRGS)

O presente trabalho busca apresentar a evolução histórica da educação no Brasil e no mundo, culminando no seu reconhecimento como um direito fundamental social garantido constitucionalmente. Observa-se que, ao longo da história, em diferentes épocas e lugares, o ser humano procurou inventar e reinventar diversas maneiras de garantir sua existência, com o desenvolvimento de novos e complexos modos de produção e de uma cultura a eles vinculada, o que possibilitou, embora com avanços e recuos, o progresso da humanidade.

A educação teve papel fundamental nesse processo e, de certo modo, é a ele inerente. Variaram ao longo da história o conteúdo do saber e as formas de sua transmissão, mas a educação enquanto meio de desenvolvimento da pessoa e de conservação e reprodução do conhecimento sempre esteve presente. O trabalho oferece uma visão panorâmica da educação na história, partindo de suas origens ainda rudimentares nas sociedades antigas até chegar às formas mais complexas e diversificadas que assume no mundo atual. Ao mesmo tempo, confere destaque para o desenvolvimento da educação no Brasil, especialmente no que tange ao seu reconhecimento nos sucessivos textos constitucionais brasileiros até a atual Constituição, à qual pode ser reconduzido o projeto de uma educação humanista, com foco no cidadão, voltada à concretização de valores como a dignidade humana e a cidadania. Semelhante projeto revela-se indispensável para a construção de uma nação desenvolvida e justa, marcada pelo pluralismo, pela tolerância e pela harmonia.

História do periodismo jurídico: propagação do conhecimento e formação do direito

Nathalia Kosinski Rodrigues (UFRGS)

A história da comunicação pelos impressos, mais conhecida como história do livro, objetiva entender como as ideias eram transmitidas pelos impressos e quais foram suas repercussões no pensamento e no comportamento da humanidade. Ela emerge da convergência de diversas disciplinas dotadas de um conjunto de problemas comuns, de modo a reunir historiadores, sociólogos, bibliotecários e quaisquer outros que entendam o livro como uma força na história. Uma das formas de impressos são os periódicos jurídicos, os quais foram fundamentais para a configuração histórica dos modelos jurídicos. Eles se estabeleceram como gênero literário durante a Revolução Industrial, período caracterizado pela celeridade nos processos produtivos. Dessa forma, a necessidade de rapidez fez com que o conhecimento, em vez de ficar restrito a livros pertencentes aos poucos privilegiados da sociedade, fosse difundido por meio de periódicos a fim de oferecer, prontamente, notícias, teses e respostas às questões em voga. O desenvolvimento tecnológico desta época ensejou especificamente a expansão de impressos jurídicos, uma vez que houve redução de custos e ampliação da capacidade de realizar diversas cópias dos exemplares. A redução de custos possibilitou que a revista jurídica tivesse maior extensão, dispondo de mais espaço para desenvolver os conteúdos.
A partir desta nova forma de propagação de conhecimento, os periódicos propiciaram um espaço a experimentos: uma obra inacabada passaria pela publicação periódica antes de merecer constituir um livro autônomo. Como a passagem do estado de ideias isoladas aos livros costuma ser muito lenta, as

revistas acabaram por facilitam este processo, pois apresentam teorias que, após debates, podem provar-se dignas de publicações autônomas. Assim, consistiram em um instrumento por meio do qual os juristas puderam elaborar discursos, dotando-lhes a categoria de ciência. O intuito desta exposição, portanto, será mostrar como se deu a propagação de conhecimento pelas revistas jurídicas, além de provar que a literatura jurídica de uma nação não se forma por livros isolados, mas que é fruto da ação contínua e conjunta dos juristas por meio dos periódicos.

Panorama do debate sobre os Estudos clássicos nos periódicos científicos da Alemanha em meados do séc. XIX: Conceitos jurídicos e políticos da Antiguidade Clássica na "Zeitschrift für die Alterthumswissenschaft" (1834-1857)

Estéfano Elias Risso (UFRGS), Alfredo de Jesus Dal Molin Flores (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Desde a perspectiva de valoração dos periódicos como fontes e instrumentos para a investigação científica, no presente trabalho se pretende analisar o periódico alemão "Zeitschrift für die Alterthumswissenschaft" com a finalidade de apontar a relevância dessa revista para a construção e consolidação dos Estudos clássicos feitos nos territórios de língua alemã do começo a meados do séc. XIX. O periódico foi fundado em 1834 pelo professor Ludwig Christian Zimmermann, que permaneceu até 1838 como o seu diretor. Essa primeira série segue até 1842 por obra dos professores Karl Zimmermann (1839–1841), Friedrich Zimmermann (1840–1842) e Maximilian Fuhr (1842), responsáveis pela continuidade da primeira série. Por sua vez, no ano posterior, começa a segunda série, a partir do trabalho de Theodor Bergk (1843–1852) e Carl Julius Caesar (1843–1857), que termina em 1857. Pode-se afirmar que, nas duas series, o objetivo do periódico foi sempre publicar artigos e resenhas de obras no campo dos Estudos clássicos, com atenção especial à literatura sobre a Antiguidade Clássica. Desse modo, a investigação emprega a metodologia de levantamento de dados e análise de informações bibliográficas a partir dos exemplares do periódico mencionado que podem ser acessados por meio digital. Assim, busca-se aperfeiçoar os meios de estudo dessas fontes desde duas linhas de trabalho: (a) a apresentação de artigos vinculados aos temas conceituais das áreas de Direito e Política, mas agora segundo padrões atuais de identificação – tentando organizar os artigos sobre tais temáticas e ainda fazer propostas de resumos; (b) reconstruir as redes de autores que contribuíram para a revista. A partir desses procedimentos, busca-se explicar o movimento que se dá em territórios de língua alemã para a consolidação dos Estudos clássicos, o que terá significativa relevância nas décadas posteriores para a continuidade desses estudos.

A Revista "Gazeta dos Tribunaes" no Periodismo Jurídico do Século XIX

Eduardo Moraes Bestetti (UFRGS)

A "Gazeta dos Tribunaes" foi um importante periódico na história das publicações jurídicas brasileiras, sendo comumente considerada a primeira revista jurídica brasileira. Este trabalho busca analisar qual a forma tomou a revista em seus quase quatro anos de existência, os conteúdos predominantes e o caráter informativo ou doutrinário de seus textos. Para isso, faz uma análise documental histórica e de revisão de bibliografia de outros autores que pesquisam a história dos periódicos jurídicos brasileiros. Conclui que na revista predominavam textos informativos, resumos de decisões selecionadas e crônicas forenses, sendo que textos de juristas com conteúdo crítico ou sistemático sobre leis e decisões eram menos frequentes e com caráter opinativo e reativo. Ela se diferencia de revistas jurídicas fundadas posteriormente, que têm uma forma mais semelhante com as atuais revistas.

"Os tribunais não usam espadas. Os tribunais não dispõem do Tesouro": ecos hamiltonianos no discurso de posse de Rui Barbosa na Presidência do Instituto dos Advogados, em 19 de novembro de 1914

Henrique Montagner Fernandes (Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul)

Em 18 de maio de 1911, na ocasião de sua posse como sócio do Institudo dos Advogados, Rui Barbosa discursara contra o exercício do Poder Executivo por Hermes da Fonseca, com quem disputara - e perdera - as eleições de 1910. Quando tomou posse do cargo de Presidente do Instituto, em 19 de novembro de 1914, com Venceslau Bras há quatro dias na Presidência da República, Rui Barbosa retomou as ideias e argumentos do discurso passado, a fim de sustentar a supremacia das decisões do Poder Judiciário, notadamente do Supremo Tribunal Federal, contra "as usurpações do presidente e as invasões das maiorias legislativas". Em especial, ao tratar do projeto de reforma constitucional para atribuir a uma das Casas do Poder Legislativo competência para revisar decisões do Supremo Tribunal Constitucional acerca de atos do Congresso, Rui Barbosa utilizou a mesma estrutura discursiva empregada por Alexander Hamilton no Ensaio Federalista nº 78 para cunhar o tópico do Poder Judiciário como "o menos perigoso dos Poderes", por meio da enumeração dos poderes e faculdades dos quais o Poder Judiciário, em contraste com os demais Poderes, não dispõe. Assim, onde Hamiltou escreveu "The judiciary, on the contrary, has no influence over

either the sword or the purse (...)", Rui Barbosa discursou "Os tribunais não usam espadas. Os tribunais não dispõem do Tesouro". Para além de semelhanças e paralelismos, esperados na produção de um leitor dos clássicos da tradição constitucional norte-americana, a análise do discurso de Rui Barbosa, em cotejo com a Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891, da qual Rui fora artífice, pode firmar os limites contextuais dos argumentos invocados pelo jurista brasileiro e, assim, proporcionar meios e parâmetros para infirmar eventuais usos anacrônicos.

Acidentes de trabalho: as conquistas de direitos na cidade de Manaus (1930 - 1945)

Wanderlene de Freitas Souza Barros (UFAM)

Manaus cresceu e, com isso, muitos trabalhadores foram para a capital amazonense em busca de emprego e melhores condições de vida. O polo escoador do primeiro setor, ao passar por seguidas crises, teve que se reestruturar com novas atividades que demandavam maiores cuidados com os trabalhadores envolvidos e que muitas vezes ficavam em segundo plano. O artigo em questão tem o objetivo de analisar a forma como a lei de acidentes de trabalho foi implementada e posteriormente aplicada ou não na cidade de Manaus entre os anos de 1934 e 1944, buscando compreender tanto alguns aspectos acerca das condições de trabalho, que acarretavam esses acidentes, quanto identificar os tipos de acidentes ocorridos, as categorias de trabalhadores mais afetadas, a busca desses trabalhadores pelo amparo da lei, bem como os resultados práticos obtidos dela.

A Justiça do Trabalho na Argentina e no Brasil: algumas aproximações

Alisson Droppa (UNICAMP)

A Justiça do Trabalho, em seus mais diversos aspecto recentemente se tornou objeto de interesse de pesquisadores, entre os quais historiadores, economistas, cientistas sociais e operadores de direito. No campo da História, em especial nos últimos anos, surgiram alguns trabalhos que ajudaram a iluminar pontos antes obscuros. No entanto, restam muitos aspectos não investigados. As especificidades regionais, a história da instituição dos Tribunais do Trabalho ao longo da segunda metade do século XX e a instalação da instituição em outros países, permanecem, em grande parte, desconhecidas. Compreendendo as decisões judiciais trabalhistas como uma expressão da correlação de forças no

âmbito das distintas sociedades, o artigo busca analisar as semelhanças e diferenças em relação a Justiça do Trabalho na Argentina e no Brasil. O principal método a ser utilizado será uma revisão bibliográfica em torno da temática e a análise de um conjunto de decisões da instituição no Brasil e na Argentina. Devido as particularidades do modelo trabalhista argentino, quando comparado ao brasileiro, iremos focar a análise na província de Buenos Aires, buscando trazer elementos para o debate sobre como as sentenças judiciais repercutem no âmbito dos Mundos do Trabalho e sua importância como instituição responsável pela proteção social. Uma das primeiras conclusões do estudo aponta a importância da instituição como mais uma arena de disputas entre o Capital e o Trabalho, principalmente no aspecto protetivo ao trabalho e ao trabalhador.

O avanço da terceirização e do trabalho por plataformas digitais

Magda Barros Biavaschi (UNICAMP)

Nas décadas de 1980 e 1990, a livre circulação mundial do capital financeiro tornou-se predominante. A riqueza financeira passou a se movimentar "livremente" para países garantidores de mais rentabilidade, invadindo a gestão do setor produtivo, sobretudo nas grandes corporações, entrelaçando-se o capital produtivo ao fictício (Braga, 1997). O conhecimento tecnológico ficou cada vez mais restrito aos países avançados. Com a periferia limitando-se a produzir bens com baixo valor agregado, seus parques produtivos industriais desestruturaram-se à ação, em regra, de agressiva concorrência. No bojo desse processo, a terceirização se consolidou como uma das estratégias de redução de custos, busca de lucratividade e de competitividade (Biavaschi et al, 2022). No Brasil, com a crise que chegou em 2015 e se instalou fortemente a partir de 2016, ampliaram-se o desemprego, a informalidade, a terceirização. A partir, sobretudo, do golpe institucional de 2016, reformas liberalizantes foram encaminhadas ao Parlamento. A trabalhista de 2017, ao contrário do prometido, não dinamizou a economia, não ampliou os postos de trabalho, não incorporou os informais e os terceirizados à tela pública de proteção social. Foi nesse cenário que chegou ao país a Covid-19, escancarando as assimetrias não superadas de um mercado de trabalho constituído sob o signo da exclusão. Tem sido alarmante a deterioração dos indicadores do mercado de trabalho, com avanço dos por conta própria, dos "empresários de si próprios", dos PJs, dos trabalhadores por plataformas digitais. Este artigo traz elementos que evidenciam a importância e as dificuldades de construção de metodologias que permitam, com mais segurança, medir as formas terceirizadas de alocação da mão de obra, bem como mensurar os trabalhadores por plataformas digitais.

Minicursos

MC 02: História do Tempo presente, desafios do ensinar e pesquisar

Ministrante: **Rafael de Almeida Serra Dias (FESB/Escola Viverde)**

Sessão 1
02/07/2022 das 14:00 às 16:00 - Sala MC02

Sessão 2
16/07/2022 das 14:00 às 16:00 - Sala MC02

Ementa: Existe uma demanda social pela questões envolvendo a história e a memória, a lista dos livros "best sellers" são uma demostração disto. Vários títulos e conteúdos envolvem o passado, porém são poucos os autores que são, de fato, historiadores. Existe uma nova fatia do mercado editorial, que se propaga a "verdadeira" história ou a história que seu professor não contou. A nossa omissão permite que vários usos e abusos sobre a história sejam usados para legitimar sua ações e seus projetos políticos, sociais, ideológicos, econômicos e culturais. A visão de que o historiador não deve participar dos debates sobre o presente, pois este é o campo dos sociólogos, economistas e jornalistas, têm permitido à eles a produção e construção sobre o tempo. Nem sempre o historiador foi visto como um excluído da história recente. Por exemplo, Tucídides, participante ativo da escrita da história e outros como Alexis Tocqueville, Karl Marx e sua obra sobre, 18 do Brumário de Luís Napoleão Bonaparte e a Comuna, ou Marc Bloch em A Estranha Derrota. Esse exemplos de relatos produzidos, no chamado "calor do acontecimentos", são fontes privilegiadas de relatos, justamente por estes historiadores terem preocupações diferentes ao relatar, analisar e coletar os fatos acontecidos. A historiografia moderna tem enfrentado este desafio e produzido muitas obras sem preocupação com o recorte temporal recente e sim com a qualidade da interpretação das fontes e com isso reafirmando o lugar do historiador na sociedade como um ator importante.

MC 04: História e Imprensa: fundamentos teórico-metodológicos para uma prática de pesquisa

Ministrantes: **Pâmela Chiorotti Becker S. (PUCRS), Thiago Costa (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)**

Sessão 1

02/07/2022 das 14:00 às 16:00 - Sala MC04

Sessão 2
16/07/2022 das 14:00 às 16:00 - Sala MC04

Ementa: Este minicurso objetiva refletir sobre a adequação e a aplicação de um conjunto de procedimentos úteis ao tratamento da grande imprensa1 como fonte e/ou objeto da pesquisa histórica. Em consonância com o tema do XVI Encontro Estadual de História – História Agora: Ensinar, Pesquisar, Protagonizar – , realizado pela Anpuh-RS, propomos ensinar métodos fundamentais à análise dos jornais brasileiros de grande circulação da segunda metade do século XX, que sirvam como subsídios teórico-metodológicos às pesquisas que façam uso da grande imprensa e permitam aos pesquisadores/as um protagonismo menos arraigado a modelos interpretativos que dispensem o exame empírico dos periódicos em questão. JUSTIFICATIVAS Ainda hoje, uma parte considerável dos trabalhos historiográficos que tem a grande imprensa como fonte e/ou objeto de estudo faz poucas reflexões teórico-metodológicas sobre os procedimentos elementares à pesquisa com diários de grande circulação. Invariavelmente, as análises são feitas através de "métodos interpretativos" que partem de critérios de inteligibilidade tomados a priori, sem que haja, necessariamente, a investigação empírica das condições de produção de uma publicação. Isto posto, o presente minicurso propõe sistematizar procedimentos, conceitos e ideias que atravessam a literatura especializada no trabalho com a grande imprensa e refletir sobre os seus possíveis usos e potencialidades. Dessa forma, buscaremos estabelecer um profícuo debate sobre a temática com graduandos, pós-graduandos e professores em todos os níveis da educação. 1 Apesar das considerações feitas ao longo do minicurso serem úteis a outros objetos dentro do espectro da imprensa periódica, preconizamos as reflexões sobre a grande imprensa, em função de nossa experiência de pesquisa se fixar nos grandes jornais brasileiros da década de 1950 em diante. Então, compartilhando da definição elaborada por Tânia de Luca (2011), entendemos a grande imprensa como "um conjunto de títulos que, num dado contexto compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro" (LUCA, 2011, p. 149). Nesse sentido, os parâmetros que utilizamos para considerar um jornal como parte da grande imprensa correspondem a uma tiragem superior a 40 mil exemplares/dia, possuindo constância em termos de publicação; organizado administrativamente, com divisão hierárquica do trabalho no interior das redações; e que aplicasse técnicas industriais na produção dos jornais. Ademais, as considerações apresentadas darão continuidade às preocupações sempre presentes acerca dos métodos de pesquisa, compartilhadas pelos proponentes e pelo grupo de estudos História e Mídias da PUCRS, desde a sua fundação.

MC 06: O Espaço na História e a história do espaço: ferramentas e possibilidades de pesquisa

Ministrantes: **Octávio Becker Neto (Universidade do Vale do Rio dos Sinos), Israel Aquino Cabreira (UFRGS)**

Sessão 1
02/07/2022 das 14:00 às 16:00 - Sala MC06

Sessão 2
16/07/2022 das 14:00 às 16:00 - Sala MC06

Ementa: Este minicurso tem por objetivo tratar do espaço enquanto dimensão analítica na pesquisa em História. Dessa forma, busca-se apresentar algumas propostas metodológicas preocupadas com a dimensão espacial e as suas potencialidades, em especial a partir do método da micro-história e da utilização de ferramentas computacionais especializadas. O minicurso propõe a realização de discussão teórico-metodológica, a apreciação de estudos de caso e a apresentação de plataformas dedicadas aos sistemas de informação geográfica em perspectiva histórica. Consideramos que a problemática da ocupação e institucionalização do espaço vem ganhando relevância dentro do campo historiográfico e contribuindo para a renovação dos debates acerca da produção social e histórica dos lugares, oferecendo novas perspectivas teóricas e epistemológicas para a produção de saberes em nosso campo de estudos. Esta renovação tem se beneficiado de iniciativas que buscam estabelecer novas frentes de diálogo entre campos como a História Social, a História Agrária e a Micro-história com áreas como a Geografia e a Sociologia, bem como a incorporação de técnicas e ferramentas computacionais que permitem ao historiador lançar novos questionamentos a seus objetos de estudo, ensejando novas práticas e interpretações em seu fazer cotidiano. Todavia, entendemos que a discussão a respeito da produção dos espaços e espacialidades permanece, ainda, como uma problemática mantida à margem de muitos trabalhos, sendo tomada muitas vezes como uma relação a priori. Da mesma forma, a institucionalização recente de iniciativas relacionadas aos chamados "SIG Históricos", bem como os desafios impostos pela necessidade de infraestrutura, equipamentos e dificuldades no domínio de novas tecnologias mantêm distantes estudantes e pesquisadores, por vezes fazendo esse tipo de abordagem parecer mais difícil do que efetivamente é. Assim, buscamos provocar o debate, mas também apresentar ferramentas básicas para os interessados em incorporar em

suas pesquisas tanto um instrumental teórico que lhes permita avançar nas reflexões a respeito das relações entre a História e a produção dos espaços, como também ferramentas e plataformas que podem ser utilizadas em suas pesquisas.

MC 11: Imprensa negra educadora: pesquisa e ensino de história antirracista a partir das páginas do jornal O Exemplo de Porto Alegre e seus jornalistas (1892-1930)

Ministrantes: **Melina Perussatto (UFRGS), Vitor Costa (PEAC-UFRGS)**

Sessão 1
02/07/2022 das 14:00 às 16:00 - Sala MC11

Sessão 2
16/07/2022 das 14:00 às 16:00 - Sala MC11

Ementa: O minicurso parte da problematização sobre o caráter e o potencial educador da imprensa negra, com ênfase em O Exemplo, jornal existente em Porto Alegre entre 1892 e 1930, e seus jornalistas. A partir da articulação entre pesquisa e ensino em geral e entre campo de estudos das emancipações e do pós-abolição e o ensino de história antirracista em específico, espera-se contribuir com a ainda necessária implementação do ensino de história e cultura afro-brasileira e a educação das relações étnico-raciais nas escolas. Na uma primeira aula, síncrona expositiva-dialogada, pretende-se apresentar exemplares do periódico e seus acervos, bem como um panorama de pesquisas que o utilizaram como fonte ou objeto de análise, explorando potencialidades de pesquisa e ensino. Em seguida, propõe-se uma atividade assíncrona de leitura de textos e produção de materiais didáticos (plano de aula, jogo, card, etc.) a partir das fontes e pesquisas apresentadas, destacando-se possibilidades para a construção de um ensino de história antirracista. Por fim, planeja-se compartilhar em uma roda de conversa síncrona as reflexões e produções das pessoas participantes, bem como os projetos e experiências de pesquisa e ensino das pessoas ministrantes, enfatizando temas (biografias, associativismo, escolarização, mundos do trabalho, sociabilidades etc.), metodologias, desafios e possibilidades. A historiografia da imprensa negra brasileira tem avançado significativamente em muitos aspectos sociais e culturais relacionados à compreensão do "pós-abolição como um problema histórico" (Rios; Mattos, 2004). Este campo de estudos mostra-se cada vez mais dinâmico e plural em

torno de temáticas de pesquisa, bem como nas suas articulações com o ensino de história e construção de caminhos para uma educação antirracista. Neste sentido, a proposta deste minicurso visa contribuir para a difusão e implementação da lei 10.639/03 nos currículos escolares, através da perspectiva do jornal O Exemplo (1892-1930) enquanto material de apoio e ensino para docentes da Educação Básica, graduandas e graduandos de licenciatura em História. Em diálogo com a perspectiva do "movimento negro educador" (Gomes, 2017), compreende-se o periódico em questão com um potencial de material pedagógico por tratar-se de uma fonte histórica produzida por pessoas negras para pessoas negras (Pinto, 2010), com o intuito de refletir questões do seu tempo, pautando debates, construindo formas de sociabilidades e ressignificando estereótipos identitários e raciais do período. Estas iniciativas evidenciadas nas páginas do jornal corroboram para imprimirmos um olhar heterogêneo sobre as populações negras e suas experiências sociais, demonstrando-se, assim, uma importante ferramenta para construção de uma educação antirracista.

Mostra de Ensino e Pesquisa em Ação

Mostra de Ensino e Pesquisa em Ação

Coordenadores: **Andrea Helena Petry Rahmeier (FACCAT), Vitor da Silva Costa (PEAC-UFRGS)**

Sessão 1
26/07/2022 das 10:00 às 12:00 - Sala 1 Mostra

A educação básica em Capão da Canoa/RS: localização e identificação de fontes provenientes de sites, blogs e redes sociais

Bruna Luiz dos Santos (IFRS), Maria Augusta Martiarena de Oliveira (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul)

Tendo em vista a enorme dificuldade em localizar e acessar diferentes fontes de pesquisa acerca do Litoral Norte gaúcho, verificou-se a necessidade de localizá-las e identificá-las, diferenciando-as conforme as suas características. Destarte, visando um recorte necessário, esse trabalho visa apresentar os resultados referentes às fontes localizadas e catalogadas sobre a cidade de Capão da Canoa/RS no que se refere a subclassificação de fontes de prédios escolares da educação básica. Para isso, foi realizada uma investigação em sites, blogs e redes sociais que contivessem algum documento histórico da cidade de Capão da Canoa/RS, objetivando uma nova perspectiva de investigação nesses espaços digitais (CASTELLS, 2002, p. 108), utilizando como um novo método, a pesquisa na internet (OLIVEIRA, 2018, p. 193). Quanto à justificativa, destacam-se as poucas produções acerca da região, considerando-se, assim, fundamental o desenvolvimento da pesquisa sobre essa localidade. Destaca-se, ainda, que o estudo da região faz parte do compromisso social do IFRS. Dessa forma, durante a seleção das fontes, cada documento encontrado foi catalogado de forma organizada em uma planilha criada com a utilização da ferramenta Planilhas Google. Posteriormente, todas as fontes encontradas e catalogadas foram subdivididas em quatro grandes grupos, sendo que alguns deles têm as suas próprias subdivisões: fontes de prédios escolares (educação básica / educação profissional / educação superior), fontes de práticas escolares (educação básica / educação profissional / educação superior), fontes de trabalho/atividades profissionais (serviços ligados ao turismo / gerais), e fontes gerais. No que diz respeito aos resultados, dentre as mais de quatrocentas fontes identificadas, somente doze se enquadram dentro do recorte deste trabalho. Entre as doze fontes, que se tratam todas de fotografias, identificam-se quatro escolas

diferentes de Capão da Canoa/RS, duas delas estaduais, uma municipal e uma particular. Para finalizar, o projeto de pesquisa em questão concebe que todo o esforço de localização, identificação, e sistematização das fontes encontradas não deve beneficiar somente os participantes desta investigação, mas também para os pesquisadores das áreas e para a comunidade em geral, possibilitando assim, um meio de preservação dos documentos históricos acerca do Litoral Norte gaúcho, bem como promovendo a democratização do acesso a essas fontes antes "perdidas".

O Chaco Ilustrado: A diversidade de árvores representada na obra do missionário jesuíta Florián Paucke

Natália Sitnievski (UNISINOS)

Esta comunicação contempla os resultados da minha participação como bolsista PIBIC – CNPq junto ao projeto "A natureza americana, por seus usos e percepções: Ciência e História em obras manuscritas e impressas de Botânica Médica e História Natural (América Meridional, século XVIII)", coordenado pela Profª Drª Eliane C. D. Fleck. O subprojeto sob minha responsabilidade prevê a identificação e discussão das percepções da natureza (envolvendo fauna, flora, hidrografia, geografia, clima, entre outros), bem como os usos que dela poderiam ser feitos, na obra Hacia Allá y Para Acá. Una estada entre los índios Mocobíes, escrita pelo jesuíta Florián Paucke. Essa obra, dividida em seis grandes partes e, originalmente, escrita em alemão, conta com várias edições, sendo que, nesta investigação, utilizo a edição de 2010, publicada em espanhol pelo Governo da Província de Santa Fé, através de uma iniciativa do Ministério de Inovação e Cultura. Nela, Florián Paucke não apenas descreve a sua partida da Europa e o período de sua atuação como missionário na redução de San Javíer, como também apresenta as práticas dos indígenas Mocobíes e a natureza da região na qual se encontrava missionando. Na obra, o missionário recorre a termos indígenas para descrever o Gran Chaco e, também, ao registro pictórico para conferir credibilidade ao texto e legitimar a experiência vivida entre os índios Mocobíes. Mas é, especialmente, na sexta parte da obra, intitulada Descripcion del Gran Chaco en Paracuaria, que o jesuíta descreve, ao longo de 26 capítulos, e, por meio de mais de setenta aquarelas, a diversidade natural da região do Chaco. Nesta exposição, priorizamos a análise de algumas destas aquarelas, que representam a diversidade de plantas, especialmente de árvores, com o objetivo, primeiramente, de identificar e discutir as percepções do jesuíta sobre a natureza americana e sobre seu manejo pelos indígenas Mocobíes, e, também, de inseri-las nas narrativas produzidas sobre a América pelos membros da Companhia de Jesus expulsos dos domínios coloniais ibéricos em 1767. Para fundamentar a análise destes aspectos, nos baseamos nos estudos feitos por autores como Becker

(2013), Bringman (2005), Burke (2017), Cargnel & Paz (2012), Carvalho (2018), Conceição (2016), Del Valle (2009), Fleck (2020), Franco (2011), Gervereau (2007), Justo & Zubizarreta (2017), Oliveira (2011), Page (2019), Regueiro (2010), , Rosso (2013), Rosso & Cargnel (2012), Silva (2019) e Zanetti (2013), que, para além das informações sobre o autor, a obra e o contexto reducional, permitem a reflexão acerca da escrita do exílio e do uso da imagem como fonte documental.

"Venham ver a mulher que mudou a cor da nossa Esquadra no dia do seu casamento": Nair de Teffé e a política na Primeira República (1910-1922)

Bethânia Luisa Lessa Werner (UFPEL)

As aproximações entre História das Mulheres e História Política trazem, cada vez mais, contribuições para a elaboração de novas análises historiográficas sobre o gênero feminino em diferentes períodos da história do Brasil. Tais debates colocam as presenças das mulheres como objetos de análise, visando elucidar suas contribuições, visto que nem sempre estiveram ausentes desses espaços, mas foram ignoradas em seus contextos sociais. A atribuição de papéis sociais, categoria utilizada por Dias (1995), não prevê às mulheres funções políticas ou públicas, mas sim àquelas relacionadas aos ambientes privados. Logo, ao movimentarem-se contra essas imposições sociais, muitas mulheres foram julgadas, difamadas e, até mesmo, violentadas. Dessa maneira, objetivando analisar as relações de gênero e a participação nas esferas públicas e políticas do poder durante a Primeira República no Brasil, este trabalho visa discutir a influência exercida pela primeira dama Nair de Teffé durante o mandato presidencial de seu marido, Hermes da Fonseca (1910 a 1914) até o ano de 1922, quando ocorrem levantes tenentistas envolvendo o então ex-presidente. Para isso, partimos da análise da trajetória e do conteúdo das memórias reunidas pela primeira dama no livro, A verdade sobre a Revolução de 22, publicado em 1974. Em sua narrativa apresentam-se traços autobiográficos, características do ambiente político do período, das redes sociais que envolviam a vida das elites da época e fatos sobre sua vida pública e privada ao lado de Hermes da Fonseca. Dessa forma, ao apresentar suas memórias, podemos perceber a atuação política de Nair enquanto uma mulher pública. Além das memórias, são utilizadas como fontes as ocorrências de termos que se referem à Nair na Hemeroteca Digital Brasileira. Em relação à imprensa, portanto, foram encontradas ocorrências em 39 jornais do Rio de Janeiro entre 1910 e 1922, destacando-se O Paiz (RJ), Gazeta de Notícias (RJ), A Noite (RJ) e O Imparcial (RJ) enquanto mais recorrentes. Nair aparece, de modo geral, relacionada às colunas sociais de reuniões das elites do período – viabilizando o estudo de suas redes de sociabilidade – tanto como convidada quanto como organizadora, ficando conhecida pelo protagonismo na Noite do Corta Jaca, festividade realizada em 1914 no Palácio do Catete e levada

à Sessão do Senado como alvo de críticas da oposição. Nesse episódio, assim como em outros narrados em suas memórias e veiculados na imprensa, Nair apresenta-se como participante ativa e influente no ambiente político da época. Sendo assim, o presente trabalho, ainda em desenvolvimento, visa colaborar com os debates historiográficos relacionados aos limites e possibilidades de atuação feminina que envolvem as noções de poder, ação e representação política.

Tecnologias digitais e pesquisa em história: Possibilidades de ensino em acervos digitais brasileiro

Dalila Maria Alves Costa (UFT)

O presente projeto almeja expor as possibilidade de pesquisa e ensino proporcionadas pelos acervos digitais, considerando também o aumento da utilização de tais plataformas durante a pandemia do SARS-Cov 2. Como metodologia foi utilizada a pesquisa bibliográfica, partindo de autores como Pierre Lévy e Andrew Feenberg. Ademais, os acervos digitais foram demasiadamente utilizados como banco de dados para tal pesquisa, em destaque o CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil), da FGV (Fundação Getúlio Vargas).

Branquitude e ensino de História: onde o branco se esconde nas pesquisas sobre relações étnico-raciais?

Regina Rodeghero (UFRGS)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Caroline Pacievitch, Iniciação Científica. Nesta comunicação, apresentaremos uma pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica sobre branquitude e ensino de História. A pesquisa está vinculada ao grupo de pesquisa A Aula Inacabada e referenciada nos estudos críticos da branquitude. Em estudo piloto onde buscamos os termos “branquitude” e “branquidade” nas revistas brasileiras de ensino de História História Hoje e História e Ensino, sem recorte temporal, apenas três artigos foram encontrados. Dessa forma, o trabalho se justifica pela baixíssima presença dos estudos críticos na pesquisa sobre sala de aula de História no Brasil, apesar de seu grande potencial para educar para as relações étnico-raciais e do debate que provoca sobre a problemática de o privilégio branco não ser estudado como componente das dinâmicas racistas de toda sociedade. Sendo assim, o objetivo da pesquisa foi analisar, através da arqueologia do saber de Michel Foucault, se o indivíduo branco é de alguma

maneira colocado em questão por pesquisadores do ensino de História em artigos do campo que tratam da Educação para as Relações Étnico-Raciais. Para expandir os horizontes dessa análise, também foram lidos artigos da revista estadunidense Theory and research in social education que relacionavam raça e social studies. O levantamento de artigos brasileiros foi feito a partir da seleção de revistas avaliadas em História ou Educação com Qualis/CAPES A1, A2 e B1, e que tivessem publicado sobre ensino de História nos últimos dois anos. Depois de listar todos os artigos sobre ensino de História publicados nelas entre 2002 e 2022, aqueles que tratavam de história negra e história indígena dentro do escopo da ERER foram reunidos, resultando em um total de 32 artigos brasileiros e 9 estadunidenses. Ao lê-los, que encontramos foram raríssimas menções diretas à branquitude nas pesquisas do Brasil, e embora o privilégio branco seja posto em questão pela maioria dos autores, ele normalmente vem disfarçado em enunciados sobre eurocentrismo ou sobre os colonizadores. Assim, uma das principais conclusões, vinda a partir do cotejamento com os textos estadunidenses, é que no ensino de História brasileiro a origem do racismo é historicamente afastada do indivíduo branco aqui presente, sendo que o próprio racismo é visto como um problema de quem o sofre, e não de quem dele se beneficia. A intenção ao apresentar os resultados desta pesquisa é dialogar com o campo a fim de refletir sobre os impactos da branquitude em nossos trabalhos.

Memórias em sala de aula durante a pandemia de Covid-19: investigação do trabalho docente no Rio Grande do Sul através da história oral

Gabriel dos Santos Barboza (UFRGS)

A seguinte comunicação visa apresentar a pesquisa “Memórias em sala de aula durante a pandemia de covid-19: investigação do trabalho docente no Rio Grande do Sul através da história oral”, vinculada ao projeto “Memórias do trabalho na pandemia”, realizado no Departamento de História da FRGS, sob a coordenação da Prof. Dra. Clarice Speranza, expondo a problemática de pesquisa e o trabalho por mim efetivado enquanto bolsista de Iniciação Científica nos anos de 2021-2022. A pesquisa tem dois objetivos centrais: de um lado, uma proposta analítico-descritiva, isto é, empreender entrevistas com trabalhadores de diferentes ramos empregatícios e, posteriormente, transcrever as suas falas; de outro lado, a perspectiva metodológica-bibliográfica, possibilitando a análise das falas a partir de referências selecionadas que discutem temas como a história do tempo presente, a história oral e a situação da classe trabalhadora diante dos avanços do neoliberalismo. Também, pretende-se criar um acervo digital para que futuros pesquisadores consigam acessar os vídeos das entrevistas, as transcrições e todo o material utilizado na pesquisa. Tendo como base as conversas que tivemos com três docentes gaúchos podemos ver, então, questões

candentes na continuidade da pandemia de Covid-19 no Rio Grande do Sul – onde constatamos memórias em volta da questão salarial, da infraestrutura das escolas conforme o avanço do coronavírus, da situação do ensino e as adversidades encontradas com o ensino online –, além das dificuldades advindas da precarização do ensino público e da situação dos professores, enquanto trabalhadores, nas reformas do ensino médio, trabalhista e da previdência. Dessa forma, a história oral é uma ferramenta de valiosa interpretação para o desenvolvimento da pesquisa, pois estamos partindo de autores como Alberti (2017), Portelli (1997), Santhiago (2020), etc. Por fim, nota-se que através dos relatos fica evidente a necessidade de organização docente em tempos de pandemia, ou seja, observamos nas falas a capacidade de mobilização dos sindicatos gaúchos e o auxílio do Ministério Público em ações judiciais de casos que resultaram em demissões sem justa causa. Além disso, acaba sendo importante ressaltar a desmobilização vista nesta classe de trabalhadores em contexto pandêmico, uma vez que as formas de protesto, enfrentamento e de ocupação dos espaços públicos estão sendo desfeitas por conta de fatores como o distanciamento social, o elevado número de mortes e de infectados e a manutenção das aulas à distância como uma das poucas formas de sobrevivência encontradas pelos professores no período.

Getúlio Vargas – escritos da Cultura Política

Pâmela Cristina de Lima (UPF)

A pesquisa teve como objetivo compreender como se deu a construção discursiva de Getúlio Vargas (1882-1954), que governou o Brasil em dois períodos distintos (1930-45; 1951-54). Analisamos, especificamente, o período que vai de 1940-42, que compreendeu o discurso do então presidente aos militares brasileiros e sua publicação no periódico Cultura Política (1941-1945). Este, por sua vez, foi uma revista vinculada ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939 com o objetivo de propagandear o governo e seu líder, bem como controlar os conteúdos que seriam veiculados nos diversos meios de comunicação. Selecionamos este discurso varguista, em específico, em função de o presidente tratar tanto do espaço de experiências brasileiro, quanto do horizonte de expectativas do país, tomando como marco a Segunda Guerra Mundial (1939-45) – que se desenrolava em solo europeu – e suas possíveis ressonâncias na América.

A origem do povo americano na obra Paraguay Natural Ilustrado, de José Sánchez Labrador (1771-1776)

Joanna Schmidt Tavares (UNISINOS)

Esta comunicação contempla resultados parciais de minha atuação como bolsista UNIBIC, desde julho de 2021, junto ao projeto "A natureza americana, por seus usos e percepções: Ciência e História em obras manuscritas e impressas de Botânica Médica e História Natural (América meridional, século XVIII)", coordenado pela Profª Drª Eliane C. Deckmann Fleck na Universidade do Vale do Rios dos Sinos (UNISINOS), em São Leopoldo/RS. O subprojeto sob minha responsabilidade prevê a leitura do primeiro tomo da obra Paraguay Natural Ilustrado, escrita pelo padre jesuíta José Sánchez Labrador, quando se encontrava exilado em Ravena, na Itália. Nesta apresentação, além de apresentar o autor e a obra em análise, abordo as explicações dadas por José Sánchez Labrador para a origem humana na América, com destaque para as populações que viviam na região que abarcava a Província Jesuítica do Paraguai. Em seu esforço de teorização, o padre jesuíta recorreu a vários autores e a teses que procuraram explicar o povoamento do território americano, sobre os quais iremos também discorrer. Para fundamentar a análise do primeiro tomo, intitulado Diversidad de Tierras, y Cuerpos Terrestres, e, especialmente, para abordar a questão das origens do povo americano, utilizamos os trabalhos de Artur Barcelos, Antonello Gerbi, Jorge Cañizares-Esguerra e Luís Kalil. A partir deles, conseguimos identificar e discutir tanto a ratificação, quanto a contestação de certas teorias explicativas na obra de José Sánchez Labrador.

Exame dos registros de óbitos da Matriz de São Francisco de Borja (1817 a 1821): primeiras notas de pesquisa

Laura Coelho Escovar (IFFarroupilha)

Este trabalho examina os dados levantados nos óbitos registrados na igreja Matriz de São Francisco de Borja entre outubro de 1817 e dezembro de 1821. Com metodologia quantitativa (CARDOSO e BRIGNOLI, 1979), averiguamos a frequência mensal dos assentos, analisamos sexo, faixas etárias e causas das mortes. Em 51 meses, registrou-se 292 óbitos, 5,7 mensais, sendo que 150 (52%) eram de mulheres e 142 (48%) de homens. Com o padrão etário de Schwartz (2011), verificou-se que 154 (53%) mortos eram crianças (0 a 14 anos), 72 (25%) adultos (15 a 40 anos) e 66 (23%) idosos (a partir de 41 anos).
A respeito das crianças: morriam em média com 29 meses (2 anos e 5 meses). Das 154 mortes, 84 (55%) eram de meninas e 70 (45%) de meninos. Elas morriam em média com 26 meses (2 anos e 2 meses) contra 33 (2 anos e 9 meses) deles. As causas de mortes mais frequentes foram: 40 por febre, 32 por bexiga, 20 por esquinência (amigdalite), 15 por mal dos sete dias e 10 por sarampo.
Sobre os adultos: morriam em média com 323 meses, aproximadamente 27 anos.

Dos 72 mortos, 38 (53%) eram mulheres e 34 (47%) homens. As mulheres morriam em média com 319 meses (cerca de 26 anos e meio) enquanto os homens com 327 (27 anos e 3 meses). As causas de mortes mais comuns foram: 13 por bexiga, 8 por febre, 7 mortes de repente, 6 por violência, 5 por parto. Para os idosos, os resultados são: a idade média de morte era de 689 meses (por volta de 57 anos e meio). Dos 66 mortos, 35 (53%) eram mulheres e 31 (47%) homens. Mulheres morriam em média com 684 meses (aproximadamente 57 anos) frente a 695 (cerca de 58 anos) dos homens. As causas de mortes mais recorrentes foram: 12 de repente, 8 de febre e 8 de dores. Destaca-se que: expressiva parte dos óbitos era de crianças (53%), demostrando que tal fase era um ponto crítico de sobrevivência; em todas as faixas etárias as mulheres morriam em maior número e mais cedo, e; a febre aparece como importante causa de morte nos três estratos e bexiga entre as crianças e adultos. A investigação está em fase inicial e doravante refinaremos as análises e dialogaremos com outras trabalhos (FONTELLA, 2018) para esboçar um quadro demográfico mais consistente.

Anjo da História: plataforma digital de divulgação e debate histórico

Guilherme José Schons (UFFS)

O projeto "Anjo da História" é fruto de uma iniciativa desenvolvida na disciplina "Introdução aos estudos históricos" do curso de História da UFFS – Campus Erechim, cuja pretensão foi criar formas de expandir os debates conduzidos no interior da universidade, alcançando públicos mais amplos, não especializados e interessados no passado. Inspirados pela História Pública, criamos canal no YouTube, podcast no Spotify, site e perfis nas principais redes sociais com o fito de promover e divulgar questões em torno de temas latentes na sociedade e que convocam historiadores para um exame especializado e com linguagem mais acessível. Posteriormente, a proposta foi institucionalizada como projeto de extensão, no qual o grupo de estudantes e o professor coordenador entrevistam um convidado sobre tema específico no canal do YouTube. Essa conversa é tratada e transformada em áudio para ser disponibilizada no Spotify e em texto para o site. Além disso, as redes sociais são alimentadas com postagens correlatas. Diante do entendimento de que os historiadores profissionais não possuem mais o monopólio sobre as narrativas do passado e a internet foi transformada em uma segunda esfera coletiva, bem como conscientes da falta de mediação do conhecimento nesse espaço, a ação foi colocada em prática e teve como impactos a formação de historiadores com ênfase em História Pública, a qualificação dos diálogos em torno dos passados e a produção de amplo arquivo audiovisual sobre os assuntos abordados. Até o momento, os episódios abrangem temas como: agroecologia e feminismo, colonização, educação e

ensino, teoria da História, história da historiografia, ditadura, sentidos de ensinar e pesquisar história hoje, negacionismo, usos e abusos dos corpos femininos, nacionalismo e história social do futebol, historiografia feminista e antirracista, Argentina oitocentista, gênero e judiciário na construção dos sujeitos e as temporalidades do Antropoceno. Tais atividades encontram como referência a obra de Walter Benjamin, o qual escreveu que "nem os mortos estarão em paz se o inimigo continuar a vencer" e lançou um problema incontornável a historiadores: as sociedades estarão fadadas à repetição sistemática das opressões e violências se o passado não for tratado com o devido compromisso ético e político, ou, nas palavras do teórico alemão, se a História não for escovada a contrapelo, o futuro será passado. Em contraposição ao contexto de mentiras, manipulação e sufocamento da pesquisa científica, nos propomos a expandir os horizontes da produção e de consumo dos passados ao ampliarmos o público e não restringirmos a discussão ao interior da academia. Se depender dos estudantes e do professor que constroem o "Anjo da História", o "inimigo" cessará de vencer.

Análise dos Trabalhadores do Frigorífico Armour of Brazil Corporation, de Santana do Livramento a partir dos Dados do Acervo da DRT/RS, 1933-1944

Larissa Ceroni de Morais (UFPEL)

Universidade Federal de Pelotas(UFPel); Pelotas/RS; Orientado por Aristeu Elizandro Machado Lopes; Bolsista de Iniciação Científica pela CNPq
O acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (DRT-RS), fica no Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas (NDH-UFPel), esta pesquisa surge, pois gerará uma melhor compreensão dos operários do frigorífico, uma empresa de grande força econômica de Santana do Livramento. Assim como, acrescentará para a historiografia rio-grandense um melhor entendimento sobre este estabelecimento. Este trabalho utiliza as informações do banco de dados, a partir da definição das características, as fotografias 3x4, assim como a pesquisa na imprensa pelo termo "frigorífico" e suas variáveis. Segundo Albornoz (2000) foi através do frigorífico que o progresso de Livramento ocorreu. Registram-se 16 profissões diferentes no banco de dados em 489 fichas. A maioria das fichas se volta ao ofício de servente(393), pois ao definir um trabalhador como tal, amplia as possibilidades de serviços e facilita a inserção para o mercado de trabalho. As demais profissões com um número superior a 15 são: 37 jornaleiros, 23 domésticas e 15 escriturários. Ao verificar o campo gênero, 333 fichas foram preenchidas como masculino, e 157 como feminino, evidenciando a priorização da mão de obra masculina. Além disso, a relação entre o número de pessoas não brancas (37 pretos, 54 morenos, havendo essas divisões em respeito aos documentos originais). As fichas de qualificação

profissional, apresentam fotografias 3x4 dos trabalhadores. Selecionou-se os jornais: Il Giornale dell'Agricoltore (o jornal do agricultor, com 28 menções), A Federação (com 1.118 menções), Companhia Editora Rio Grandense (com 27 menções) e Almanak Laemmert (com 263 menções). Os dados mostram uma possibilidade de pesquisa no banco de dados digital do acervo da DRT-RS, por meio das intersecções dos tópicos, somando-se a isto, se tem como objetivo futuro acrescentar outros dados para além dos apontados acima, completando o perfil desses trabalhadores do frigorífico, assim como, analisar todas as citações aparentes nos periódicos, assim como os levantamentos da pesquisa bibliográfica referente a lista de frigoríficos.

Projeto Traças Digitais: práticas de aprendizagem de história, podcasts e cultura digital

Vitor Matheus Borges Rocha (UNIJUI)

Este trabalho irá refletir sobre as experiências de aprendizagem de História obtidas nas oficinas de gravação de podcasts feitas pelo projeto Traças Digitais da UNIJUI, com turmas de Ensino Médio no ano de 2020. Objetiva demonstrar as possibilidades de uso dos recursos digitais, possibilitando aos estudantes serem parte da produção do conhecimento, tornando-o um personagem ativo por meio da gravação de podcast, uma ferramenta relativamente antiga, mas que ganhou notoriedade nos últimos meses devido ao isolamento social causado pela pandemia de covid-19. As atividades foram desenvolvidas no decorrer do ano de 2020 com três turmas de Ensino Médio, sendo uma de cada etapa. Num primeiro momento, o professor regente escolhia e listava os conceitos chave que seriam abordados em suas aulas, os estudantes faziam a pesquisa e construíam seus dicionários que, posteriormente, eram gravados e transformados em conteúdo digital com o auxílio de ferramentas como o audacity e o youtube. Ao longo dos 10 meses de experiência, buscamos colocar os estudantes no centro da produção de conteúdo, engajando-os com as atividades e produzindo conteúdo que posteriormente era publicizado no canal do youtube do projeto Traças Digitais, totalizando mais de 2 mil visualizações em um total de 45 podcast dos mais diversos temas históricos. Concluímos que ao colocar os estudantes como agentes ativos na produção de conteúdo, e não apenas como consumidores passivos, permite que eles compreendam e participem do processo de produção de conhecimento, em uma cadeia de movimentos que farão que o conhecimento seja adquirido de forma mais dinâmica e flexível.

Mostra de Ensino e Pesquisa em Ação

Coordenadores: **Melina Kleinert Perussatto (UFRGS), Renata Dariva Costa (UFSC)**

Sessão 2
27/07/2022 das 10:00 às 12:00 - Sala 2 Mostra

O ideal católico de Justiça Social e o New Deal de Roosevelt (1933-1945)

Daniel Waisman Igor (PUCRS)

O presente estudo tem por objetivo identificar e analisar os princípios doutrinários do pensamento econômico, teológico e filosófico de John A. Ryan e suas possíveis convergências ou divergências com os princípios de reforma social do New Deal. Para atingir este objetivo geral, terei como objetivos específicos elucidar o contexto da época de John A. Ryan, analisar quem foi este padre e verificar sua influência no catolicismo progressista da primeira metade do século XX. Foi feita primeiramente uma revisão bibliográfica com referências sobre o John A. Ryan, incluindo livros e artigos científicos. Foram utilizadas também obras produzidas por ele próprio. Depois foi feito uma busca em acervos online por documentos e consequentemente uma análise documental com os documentos coletados. O governo Roosevelt está voltando ao debate atual devido às semelhanças com o atual governo de Joe Biden. O novo presidente americano é muitas vezes comparado a Roosevelt por ter entrado no governo em meio a uma grande crise econômica e por estar realizando programas econômicos semelhantes ao New Deal (GERGEN, 2021). Dentre suas referências, pode-se dizer que o New Deal foi também influenciado pelos princípios do catolicismo progressista da primeira metade do século XX, sendo John A. Ryan seu principal expoente e interprete da Doutrina Social Católica nos Estados Unidos. Estudar sua influência no New Deal pode nos ajudar a entender melhor as bases deste programa econômico, político e social e as mudanças que vieram com ele. Ao analisarmos os documentos coletados, podemos observar como o pensamento social católico promovido pela encíclica Rerum Novarum de Leão XIII foi importante para moldar a doutrina de Justiça Social do Padre Ryan nos Estados Unidos. Muitos de seus ensinamentos provem deste documento papal, e as semelhanças entre os dois são incontestáveis. Com a troca de correspondências entre Roosevelt e Ryan, podemos concluir que existia uma conexão entre os dois e que o presidente americano era influenciado pelas ideias do padre e por consequência da Rerum Novarum.

Os adolescentes em conflito com a lei nos relatórios da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (Brasil, 1995 – 2016)

Vanessa Marques (UDESC), Luiza Attolini (UDESC)

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados foi criada em 1995, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, a partir de questões levantadas na Comissão Parlamentar de Inquérito relativa ao Extermínio de Crianças ocorrida no início da década de 1990. Desta forma, analisamos as ações desenvolvidas pelo Estado brasileiro no âmbito da Justiça e das políticas públicas para os/as adolescentes em conflito com a lei na trajetória democrática brasileira (1990-2016) a partir dos relatórios produzidos pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados. Foram selecionados 21 relatórios sociais, produzidos pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, produzidos entre 1995 e 2016.

História da Educação, Educação Profissional e das relações Trabalho e Educação no Litoral Norte gaúcho (séculos XIX, XX e XXI)

Lorrana dos Santos Gouvêa (IFRS)

Este trabalho tem como objetivo apresentar o processo de identificação e sistematização de documentos disponibilizados pelo Repositório Digital Tatu a fim de agrupar dados relacionados ao litoral norte do Rio Grande do Sul, especificamente à Conceição do Arroio – cujo nome passou a ser Osório a partir de 1934. Diante do cenário pandêmico, a e-History of Education foi um importante meio para viabilizar a pesquisa durante o período de isolamento social. Ainda é novo o nicho tecnologia e história como um conjunto. Como resultado dessa união, obteve-se este trabalho, o qual foi viável a partir do esforço do professor Alessandro Carvalho Bica e participação de 16 pesquisadores no projeto de pesquisa: "As Políticas Públicas de Formação de Professores em impressos pedagógicos: O caso da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1951-1978)" os quais reuniram as 98 revistas, as digitalizaram e as organizaram no site Repositório Digital Tatu. No total, foram analisadas 98 (noventa e oito) revistas. Em média, são 70 (setenta) páginas por periódico. No total, 22 (vinte e duas) revistas foram localizadas com base no uso de um programa. O documento estava reconhecido como imagem, então, para extrair os conteúdos de interesse, foi feito uma OCR – Reconhecimento Óptico de Caracteres – ou seja, a conversão do documento digitalizado para documento pesquisável. Possibilitando, assim, a otimização da

pesquisa. Para sistematizar o material analisado, produziu-se uma tabela, dividida nos seguintes tópicos: ano, identificação (código do arquivo dado pelo próprio repositório), número de páginas, conteúdo, número(s) da(s) página(s) do conteúdo, e, por fim, o link para download. Dos conteúdos encontrados, pode-se notar a presença da abordagem sobre ensino rural, entrevista, biografias, inclusive, uma fotografia de uma atividade vinculada à cultura local na época (1979). Em 2022, foi iniciado o mesmo processo em outro acervo digital: Repositório UFSC.

Tratamento e difusão de acervos pessoais na área da saúde: o caso da Coleção dos Fundadores da Faculdade de Medicina de Bello Horizonte

Elisa Cândida Alcântara de Sales (UFMG)

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Professor José Francisco Guelfi Campos, bolsa PBEXT A Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais foi fundada em 1911 como Faculdade de Medicina de Bello Horizonte. Seus fundadores foram treze importantes nomes para a área da saúde e para a cidade na época, que foram: Alfredo Balena, Cornélio Vaz de Mello, Zoroastro Rodrigues de Alvarenga, Cícero Ribeiro Ferreira Rodrigues, Otávio Machado, Eduardo Borges Ribeiro da Costa, Hugo Furquim Werneck, Samuel Libânio, Antônio Aleixo, Ezequiel Caetano Dias, Honorato Alves, Aurélio Pires e Olyntho Deodato dos Reis Meirelles. Inaugurado em 1977, o Centro de Memória da Medicina (Cememor), é o setor responsável pela salvaguarda de documentos que evidenciam a trajetória de médicos e da medicina de forma geral, incluindo também a coleção sobre os fundadores. Perante o pouco conhecimento sobre a vida de cada fundador, esse projeto tem como objetivo geral divulgar e fortalecer a memória da Faculdade de Medicina, de seus fundadores e da cidade de Belo Horizonte, por meio de exposições compostas pelo acervo do Cememor dentro e fora do espaço universitário, de modo a sensibilizar a população para a importância dessas instituições, desses personagens e dessa memória. A partir do desenvolvimento de um projeto de extensão iniciado em 2020 e focado na divulgação desta coleção, os documentos estão sendo submetidos a um processo de higienização, digitalização, acondicionamento e descrição, com o objetivo de disponibilizá-los para consulta. Este trabalho de tratamento documental e processamento técnico, além de permitir maior longevidade ao acervo, proporciona controle na seleção de itens que irão compor futuras exposições físicas e virtuais. Durante a pandemia do Covid-19, foram desenvolvidas exposições virtuais sobre os treze fundadores, em forma de vídeos exibidos no Instagram do Cememor. Essas exposições foram elaboradas com base em fontes disponibilizadas na internet por outras instituições, uma vez que a equipe estava em trabalho remoto e impossibilitada de recorrer ao acervo físico.

Com o retorno das atividades presenciais no Cememor, o processo de tratamento, que deveria compor uma das primeiras etapas do projeto em 2020, só pode ser iniciado no final de 2021. A Coleção dos Fundadores é constituída por uma grande diversidade de tipos documentais em uma miríade de formatos. Cada tipo de documento precisa ser higienizado e acondicionado de forma individualizada, de acordo com o seu tamanho e suporte. As etapas seguintes preveem a descrição dos documentos e a elaboração de um catálogo da coleção. Com isso, projeta-se a montagem de exposições mais robustas, a serem apresentadas em escolas públicas de Belo Horizonte.

O Instituto de Psiquiatria Forense da Paraíba e a influência da antropologia criminal e da biotipologia na medição dos corpos dos doentes mentais delinquentes no início dos anos 1940

Ivo Emanuel Dias Barros (UFCG)

"Indivíduo do tipo leptosomático, rosto um tanto pentagonal, pavilhões auriculares pequenos e ligeiramente projectados para a frente. Nariz achatado, com grandes narinas. Bôca pequena e lábios finos. Maçãs do rosto proeminentes. Pescoço médio. Cintura escapular igual á pélviana. Distância xifo-umbilical maior que a umbilico pubiana. Pêlos com distribuição masculina. Órgãos genitais sem anormalidade [...] Alguns caracteres displásicos concordando com a classificação de Kretschmer". Esses eram alguns dos caracteres morfológicos e antropométricos do Sr. João Alexandre Gomes, contidos no livro de entrada do Manicômio Judiciário da Paraíba. De acordo com os dados contidos naquele documento, o Sr. João afirmou a Chefatura de Polícia ter cometido um assassinato movido por delírios de perseguição. Tal declaração resultou, depois dos exames psiquiátricos, em sua internação no Hospital Colônia Juliano Moreira, em 1942, de onde foi transferido para o recém-criado Manicômio Judiciário do Estado, em 1944, conforme previsto no Art. 33. do Código Penal do Brasil, de 1940. Assim, objetivando conhecer a influência da antropologia criminal e da biotipologia nas práticas dos psiquiatras paraibanos, no início dos anos 1940, nos aproximaremos do método indiciário de Carlo Ginzburg, para tanto, analisaremos a ficha de entrada e prontuário médico do paciente número 01 do Manicômio Judiciário da Paraíba. Também far-se-á um estudo bibliográfico acerca da antropologia criminal e da biotipologia europeia, bem como, um exame dos marcos legais brasileiros acerca dos inimputáveis e das penas privativas de liberdade para tais sujeitos. Quanto ao aporte teórico metodológico dialogaremos com os conceitos de práticas, representações e apropriações do historiador francês Roger Chartier. Feitas essas considerações, observamos que a presente pesquisa está sendo desenvolvida no âmbito do projeto de Pesquisa PIBIC/CNPq-UFCG "O Manicômio Judiciário da Paraíba como espaço de disputas

e interesses de psiquiatras e juristas: recepção e apropriação das teorias criminológicas europeias no Estado da Paraíba (Anos 1910- 1940)".

Análise de Materiais Didáticos sobre a História da Palestina no Ensino Fundamental (2019-2021)

Henrique Faiani Buongermino (UNIPAMPA)

O presente trabalho tem como objetivo analisar de qual forma o "conflito" Israel-Palestina é abordado no ensino médio brasileiro. Segundo consulta realizada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Referencial Curricular Gaúcho, consta que este tema é objeto a ser trabalhado por turmas do 9º ano do Ensino Fundamental. Entretanto, não há informações ou instruções de como o professor deve proceder com esta temática, aparecendo apenas como "A questão Palestina". Também aparece nessas bases de ensino o termo "Terrorismo", definido no referencial Gaúcho como "o principal mau dos tempos modernos". Objetivamos compreender quais debates materiais didáticos selecionados possibilitam constituir em sala de aula, sobre a História da Palestina, considerando as possíveis subjetividades dos autores e as propostas educacionais e políticas dos órgãos governamentais que monitoram sua produção. Objetivamos identificar não apenas como este tema é abordado, mas também se ocorrem silenciamentos e esquecimentos sobre este tema nos conteúdos didáticos. Para compreender como o processo de colonização da Palestina pelo Movimento Sionista e pelo Estado de Israel é trabalhado nas escolas partimos do livro didático, material que, teoricamente, deve embasar o debate em sala de aula entre professor e alunos. Optamos por fazer um recorte temporal dos livros didáticos que estiveram em uso entre os anos de 2019 e 2021, no Ensino Fundamental II, com alunos do 9º ano, período em que este conteúdo aparece nas Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais. Entretanto, neste recorte de tempo, grande parte das aulas estavam ocorrendo na modalidade de ensino a distância, devido a pandemia de Covid 19. Nesta ocasião, os professores realizavam suas aulas e atividades pela internet, fato que despertou o interesse por também analisar sites popularmente utilizados para consulta por alunos do Ensino Fundamental. Nossa atenção se voltou paro o "Wikipédia" e sites criados para auxiliar professores e alunos como, por exemplo, o "Brasil Escola". Como conclusões parciais apresentamos a importância de estudar, a partir de recursos didáticos (físicos ou virtuais), temáticas de conflitos contemporâneos que ainda estão em desenvolvimento. Estes, por receberem cobertura da grande mídia, tornam-se familiares e sensíveis aos discentes. Compreendemos que o conteúdo destes materiais didáticos e os debates que propõem podem ter enorme importância na perpetuação de estigmas orientalistas sobre árabes e

muçulmanos, além de preconceitos e silenciamentos da história da população palestina e sua resistência para manter seus direitos a terra, liberdade e respeito.

Perspectivas do jornalismo brasileiro: tensões Israel x Palestina na Guerra do Líbano

Lucas Falconi Brisola do Amaral (UNIPAMPA)

Este resumo objetiva apresentar o estudo, em desenvolvimento, de como a Guerra Civil Libanesa (1975-1990) foi retratada pela Revista Veja. A análise contempla um recorte temporal entre os anos 1981 e 1983, dando ênfase ao massacre de Sabra e Chatila, em 1982 (16 a 18 de Setembro). Propomos, através desta pesquisa, identificar quais narrativas foram constituídas pela Revista Veja sobre a participação israelense no conflito civil libanês. Qual abordagem (ou abordagens) o periódico tornou pública em suas páginas sobre os fatídicos e brutais acontecimentos nestes dois campos de refugiados palestinos? Ação direta do exército israelense? Conivência das forças de Israel com as milícias das Falanges Libanesas, cristãs, ultra nacionalistas e de extrema direita? Isenção de Israel? O Laboratório de Estudos do Mundo Árabe e Islã (LEHMAI), da Universidade Federal do Pampa, Campus Jaguarão, contém um acervo físico da Revista Veja que compreende todos seus números publicados entre as décadas de 70 e 90 do século XX. O trabalho de pesquisa e análise se dá diretamente sobre o periódico, realizando a seleção das matérias publicadas pela revista sobre a Guerra Civil do Líbano e, especificamente, sobre o massacre de Sabra e Chatila. Como apoio para melhor compreensão e exercício crítico do conteúdo consultado na revista, realiza-se a leitura da historiografia existente sobre o tema. O massacre deu-se em meio a invasão do exército israelense ao sul do Líbano. Israel, aproveitando-se do conflito civil libanês, justificou a invasão ao país vizinho pela perseguição à Organização para a Libertação Palestina (OLP) e seu líder, Yasser Arafat. O avanço no território meridional libanês objetivava a criação de um "território tampão", livre da atuação das milícias palestinas, que faziam ataques com foguetes e incursões por terra ao norte de Israel. A invasão do exército israelense está intimamente vinculada ao massacre de Sabra e Chatila, além de outros atos de violência contra a população palestina e libanesa. Conclusões Parciais A importância desta proposta se encontra em refletir sobre a perspectiva orientalista, ainda hoje, normalmente dotada pelos meios de comunicação ocidentais, que naturalizam a violência sobre as sociedades árabes e muçulmanas e deslegitimam formas de resistência de uma população que se vê em constante perseguição, confinamento, expulsão e limpeza étnica, nomeadamente a palestina. Destaca-se também o interesse em ponderar a utilização de fontes periódicas de jornais e revistas (sem propósito acadêmico) como fontes para pensar a história contemporânea, a produção e divulgação de

narrativas e a identificação da alteração que essas narrativas sofrem (ou não) com o passar das décadas

---

A estrutura escravista na Fronteira-Oeste do Rio Grande do Sul na década de 1860: primeiras notas de pesquisa

Ariane de Paula Fucilini (IFFarroupilha)

A pesquisa em andamento se dispõe examinar o caráter escravista na fronteira-oeste da Província do Rio Grande do Sul nos anos 1860, mais precisamente na Vila de São Borja. Para isso, utilizamos o método quantitativo pra analisar os dados obtidos em inventários post mortem (CARDOSO e BRIGNOLI, 1979). Estima-se que cerca de 58% (90 de 154) deles possuíam escravos. Considerando-se os inventários com escravos, verificou-se uma média de 4,4 cativos por inventário. Analisando o sexo dos cativos inventariados, identificou-se uma estrutura sexual equilibrada, pois do total 395 escravos, 201 (51%) eram homens e 194 (49%) eram mulheres. Ao examinar se os cativos eram crioulos (nascidos no Brasil) ou africanos (oriundos do tráfico transatlântico de escravos), apesar destas informações não serem encontradas em 248 (63%) escravos, verificou-se que 135 (34%) eram crioulos e apenas 12 (3%) africanos. A informação da idade foi expressa em 382 (97%) dos 395 escravos. A partir do padrão etário utilizado por Stuart Schwartz (2011), levantou-se que 171 indivíduos (43%) eram crianças (de 0 a 14 anos), 131 (33%) eram adultos (de 15 a 40 anos) e os 80 restantes (20%) eram idosos (a partir de 41 anos). Entre as crianças cativas, 94 (55%) eram homens e 77 (45%) mulheres. Entre os cativos adultos, 58 (44%) eram homens e 73 (56%) mulheres. Já entre os idosos, 42 (52%) eram homens e 38 (48%) eram mulheres. Em conjunto esses dados indicam entre outras coisas que o sistema escravista permanecia consideravelmente sólido na região no decorrer dos anos 1860 e que o seu principal fator de sustentação era a reprodução natural dos escravos. Reforça-se que esse trabalho é apenas o primeiro exame do material que se está explorando neste projeto. Na sequência, estes e outros dados serão analisados com maior rigor estabelecendo análises diacrônicas com trabalhos já existentes para as décadas de 1830, 1840 e 1850 desta mesma localidade (FONTELLA, 2013) e também realizando comparações com investigações para outras localidades do Rio Grande do Sul e do Brasil imperial.

Gênero, Representação e Simbolismo na Arte Mesopotâmica

Ana Carolina Reolão Stobbe (UFRGS), Mirella Muniz Dudzig (UFRGS), Júlia Gonçalo Braga (UFRGS) Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),

Porto Alegre, Katia Maria Paim Pozzer, BIC UFRGS, PIBIC-CNPq-UFRGS, PROBIC FAPERGS-UFRGS.

Os selos cilindros foram objetos bastante utilizados no antigo Oriente Próximo. As imagens gravadas nos selos, sagradas ou seculares, permitem que se acesse o imaginário das primeiras civilizações e como suas percepções de mundo modificaram-se de acordo com tempo e espaço. Portanto, o objetivo da pesquisa do Laboratório de Estudos da Antiguidade Oriental (LEAO) acerca dos selos cilindros mesopotâmicos, é, principalmente, investigar a iconografia e as inscrições cuneiformes presentes nos selos sob um olhar multidisciplinar, atentando-se para as representações de gênero presentes nestes selos e como esta arte veiculou padrões de normatividade de gênero. Para tanto, a pesquisa utiliza-se de selos do terceiro milênio AEC do catálogo do SESPOA, cujas cenas são compostas por figuras antropomorfas. Ao todo, estão sendo analisados 110 selos, sendo 84 exclusivamente com figuras masculinas e 26 com figuras femininas ou femininas + masculinas. A análise das imagens são feitas a partir da metodologia proposta por Erwin Panofsky em 1995, a qual divide-se em 3 etapas: descrição pré-iconográfica, análise iconográfica e interpretação iconológica. A partir da metodologia de Panofsky e a utilização de fontes literárias, estão sendo construídas fichas descritivas dos 110 selos.

Informática na Educação brasileira: análise prosopográfica de um campo em formação (1983-1989)

Jaciara Francisco (UNISINOS/IFRS – PROBIC-FAPERGS), Marcelo Vianna (IFRS – orientador)

Em uma busca por modernização e tendências tecnológicas que se tornavam cada vez mais presentes, o Governo Federal brasileiro, em parceria com universidades públicas do país, deu início em 1983, ao Projeto Educação com Computadores (EDUCOM). Concebido para iniciar pesquisas que investigassem as possibilidades entre os campos da Educação de 1º e 2º grau e da Informática, o Projeto EDUCOM também foi importante para a formação e desenvolvimento de pesquisadores que atuassem nessa nova área que chegava ao Brasil. Portanto, essa pesquisa tem como objetivo, apresentar os resultados preliminares de um estudo prosopográfico em andamento, que visa identificar os perfis dos profissionais envolvidos no Projeto EDUCOM, sendo esses, pioneiros na utilização de tecnologias computacionais na Educação de crianças e jovens. Os grupos inicialmente analisados, foram compostos por sujeitos que participaram dos momentos iniciais da implementação do Projeto EDUCOM na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, duas das universidades que se destacaram dentre as cinco escolhidas

para o Projeto. A coleta de dados se deu, principalmente, através de fontes disponíveis na web, como o Currículo Lattes, perfis acadêmicos em sites das próprias universidades e entrevistas concedidas à blogs e revistas, sendo analisadas através de bibliografias específicas sobre a prosopografia, a História da Informática, Informática Educativa e do Brasil. Nossos resultados preliminares apontaram que esses grupos eram formados por profissionais das mais diversas áreas, como Ciências Sociais, Educação, Engenharias, Psicologia e Pedagogia. Além de sua importância para a construção e consolidação do campo da Informática na Educação no Brasil, muitos dos pesquisadores que participaram do Projeto EDUCOM, seguiram pesquisando essa relação, contribuindo em grande medida para os debates das décadas seguintes.

---

30 Anos de Informação: A Organização dos Dados do Histórico de Publicação da EDIPUCRS

Carolina Linden Repenning (PUCRS) Pontifica Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, Luciano Arrone de Abreu, Bolsa de Iniciação Científica Apoio Técnico

Desde sua fundação, a editora universitária EDIPUCRS, utiliza o software de gestão VERSA para compilar informações sobre suas publicações. Porém, sem a criação de um padrão para a inclusão de novos dados, o sistema foi acumulando erros e mostrava-se confuso. O objetivo dessa pesquisa, resultado do trabalho de um ano de uma bolsa de iniciação científica de apoio técnico na editora, foi reorganizar os dados disponíveis no sistema entre os anos 1990 e 2020, para que melhor se possa acessá-los e entendê-los e realizar uma análise destas informações com o fim de melhor conhecer o passado, a evolução e o histórico da editora. Primeiramente, os dados presentes no sistema foram extraídos para uma planilha Excel. Notou-se que haviam diversas repetições de publicações neste (ou seja, livros que haviam tido seus dados inseridos mais de uma vez no sistema); sendo assim foi necessário identificá-las para que elas não interferissem na pesquisa. Foi criado uma nova tabela em que as repetições foram apontadas e separadas entre justificadas (quando esta ocorre devido a uma nova edição ou reimpressão da obra e foi intencionalmente incluída) e não justificadas (quando parece ocorrer por erro). A primeira parte desta pesquisa foi, portanto, a organização dessa fonte através da revisão e ordenação dos dados. Para um exemplo de como essa etapa foi necessária para que se pudesse iniciar a análise, os dados brutos incluíam um total de 3396 publicações, já após a retirada das repetições este número baixou para 1716. Os dados vindos do sistema VERSA (ISBN, título, autor, área, assunto, modo de publicação e ano de publicação) foram quantificados e foi, por último, realizada uma análise do histórico de publicações da editora. Alguns dos achados desta pesquisa foram:

- O ano com o menor número de publicações é 1991 (4) e o maior é 2014 (106);
- Apenas 181 livros não foram publicados de maneira impressa, entre estes apenas um deles não tem uma versão digital (disponível por Print on Demand);
- A primeira publicação digital ocorre em 2003 e em 2014 há um grande aumento no número de publicações digitais (foram 26 destas em 2014, até então haviam apenas 21);
- As áreas com o maior número de publicações são: filosofia (274), história (234), literatura (165), educação (155), teologia (88), comunicação (78), psicologia (61), serviço social (56), direito (54) e medicina (54);
- Os assuntos com o maior número de publicações são: história do Rio Grande do Sul (76), história do Brasil (57), religião (56), pesquisa (48), universidade (43), filosofia medieval (39), pedagogia (38) biografia (34), gênero (31) e poesia (30);
- Apenas 102 livros são de ficção.

A morte de Francisco Ferrer no periódico anarquista A Luta

Gabriel Henrique Solimeno (UNIPAMPA)

O presente resumo tem como objetivo apresentar como o assassinato do pedagogo Francisco Ferrer foi divulgado no jornal anarquista A Luta, que circulou na cidade de Porto Alegre entre 1906 e 1911. O periódico realizava um debate sobre a educação na ótica anarquista e era fortemente influenciado pelas concepções desse educador catalão. Após sua morte em 13 de outubro de 1909 os dois exemplares do jornal A Luta publicados no dia 17 de outubro de 1909 e 14 de dezembro de 1909 destacaram Francisco Ferrer em suas capas trazendo a sua biografia e o legado do educador, além de pontuar as motivações de sua perseguição e a repercussão de seu caso, uma vez que Ferrer foi assassinado. A leitura atenta dos exemplares publicados nas referidas datas permite visualizar a repercussão do caso nas organizações dos trabalhadores e na imprensa do Brasil. O periódico traz os diversos veículos e associações que se manifestaram em solidariedade a morte de Francisco Ferrer através da publicação de notas, imagens, artigos, poemas e telegramas. As manifestações dos operários de Porto Alegre, Rio Grande, São Paulo, Santos e Rio de Janeiro foram apresentadas com ênfase, assim como as de outros países tanto da Europa quanto das Américas. Os exemplares fizeram a denúncia das arbitrariedades existentes no processo que levou à condenação de Francisco Ferrer por, segundo o tribunal militar, ser incitador das revoltas populares em Barcelona conhecidas como "semana trágica". As revoltas aconteceram devido a insatisfação com a guerra que a Espanha fazia no Marrocos, no entanto, nos autos do processo, ficava nítido que a motivação dos inquisidores espanhóis era sufocar a revolta da Catalunha e o legado das obras de Ferrer que ameaçava o status quo daquela sociedade. Na exibição de sua biografia é possível identificar a apresentação de

um conjunto coerente e orientado de escolhas, com a finalidade de registrar o legado do educador.

Mostra de Ensino e Pesquisa em Ação

Coordenadores: **Carla de Moura, Priscila Maria Weber (Universidade de São Paulo)**

Sessão 3
28/07/2022 das 10:00 às 12:00 - Sala 3 Mostra

Crianças como "espólios de guerra" da ditadura argentina (1976-1983) e a prática ativista das Avós da Praça de Maio

Tiago Leles de Oliveira (FURG)

Havendo um Plano Sistemático de Apropriação de Menores (PSAM) e de adoção irregular, em 22 de outubro de 1977, 12 avós decidiram se reunir pela primeira vez na Praça de Maio, em Buenos Aires, acusando o Estado de terem raptado suas filhas, ainda gestantes, e posteriormente os seus netos. Esta ação foi efetuada pela Ditadura Militar Argentina (DMA) (1976-1983). Este trabalho tem como objetivo contribuir para os estudos da DMA, abordando o seu modus operandi, enfatizando o resgate das crianças promovido pela Associação Civil das Avós da Praça de Maio (ACVPM), apontando para a sua importância na justiça de transição da Argentina a partir de uma prática ativista que restitui laços afetivos. As fontes são bibliográficas e jornalísticas, provenientes de acervos on-line selecionados, como, por exemplo, o site “Abuelas de Plaza de Maio”. A revisão e a exploração destas corroboram para a conformação do objeto de pesquisa, adotando uma abordagem sociocrítica. Segundo Sanjurjo (2013), o regime militar promoveu o PSAM, marcado pelo rapto de cerca de 500 filhos das militantes políticas, que davam à luz nos Centros Clandestinos de Detenção, visando não dar continuidade às lutas políticas de seus pais. Neste sentido, os bebês foram adotados, de modo irregular, por colaboradores do regime irregularmente, por meio de uma documentação que eliminasse as suas origens genéticas, pois eram tidos como “espólios de guerra” pelos militares argentinos, sendo “resgatados” da ideologia “subversiva” dos seus pais. Porém, os filhos de dissidentes que possuíssem mais de 10 anos eram evaporados junto com seus genitores, porque estavam “contaminados” (SANJURJO, 2013). Entretanto, as “Avós” que se lançaram em busca de seus entes queridos após a instituição da junta militar, promoveram ações coletivas para encontrar seus netos e revelar à verdade histórica para a sociedade, denunciando o PSAM. De acordo com Quinalha (2013), elas tornaram-se atores relevantes na Justiça de Transição, instando o Estado argentino a

eliminar as dívidas de um passado de violações democráticas e humanitárias, visando impedir que estas voltassem a ocorrer novamente. Nesse cenário, empenharam-se em pesquisar, coletar dados, investigar, denunciar e examinar DNAs, resultando na criação do Banco Nacional de Dados Genéticos, em 1987, para restituir à identidade aos netos. Portanto, aponta-se que as "Avós" contribuíram, significativamente, por meio de ações coletivas, para revelar e combater a apropriação institucional de menores, atuando na Justiça de Transição para romper com o autoritarismo, visando estabelecer à verdade histórica e biológica na Argentina, com a restituição da identidade a 130 netos. Contudo, os trabalhos da associação ainda seguem, visto que 500 bebês foram raptados à época.

Professores de História e o uso das TDIC's (Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação): Relatos sobre o ensino de História em Manaus na emergência da pandemia de COVID-19 – 2020-2021

Beatriz Melo Gonçalves (UFAM)

Com a pandemia da COVID-19, o processo de inserção das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC S), ocorreu de forma abrupta tanto na educação como em vários espaços da sociedade, em função da necessidade de distanciamento social. A sala de aula passou a ser através dos computadores e/ou televisores de professores e alunos, para que pudessem dar continuidade ao processo de ensino e aprendizagem. Este projeto tem por objetivo analisar, através da história oral, como professores de História da rede pública de ensino de Manaus/AM sentiram os impactos causados pela pandemia no ensino de História,e como se deu o uso dos TDIC ´s durante os anos de 2020 e 2021, dando visibilidade e refletindo sobre as experiências vividas por esses professores. A situação à qual nos deparamos, nos levou a perceber a necessidade de inclusão desses recursos no meio didático e pedagógico e como inseri-los de forma eficaz. Estas ferramentas são utilizadas como casos de emergência, mas ao que tudo indica, vieram para ficar, entretanto, não substituem outros métodos de ensinar História.

Mulher e fotografia nos jornais de Minas Gerais no século XIX

Isabele Lima Vieira (UFVJM)

Esta proposta de pôster se constitui em um recorte de pesquisa dentro do projeto "Guia de fontes para o estudo da história da fotografia em Minas Gerais no século

XIX (1839-1900)", financiado pela FAPEMIG, que reuniu um conjunto documental composto por matérias publicadas na imprensa e fotografias. O levantamento foi realizado por meio de pesquisa nos sites da Hemeroteca Digital Brasileira (da Biblioteca Nacional) e do Arquivo Público Mineiro (APM), além dos acervos que foram visitados presencialmente. No material coletado prevalece a participação masculina nos negócios referentes à fotografia. No entanto, é necessária atenção à participação feminina na cultura visual do século XIX, notadamente no campo da fotografia, para que sejam registradas e problematizadas as múltiplas formas de presença das mulheres naquele contexto. Parte-se do pressuposto que construir uma história que tenha a mulher como sujeito e objeto de estudo é se opor à ideia de mundo hierarquizado e desigual. As mulheres como sujeitos de historicidade precisam existir como categoria no processo de desconstrução e reconstrução da memória, de forma a incluí-las como participantes ativas dos seus respectivos contextos históricos, considerando suas interações sociais, culturais, locais e interpessoais. Por isso, tendo em vista o conjunto de matérias reunidas pelo projeto, constituído por anúncios, notícias, e textos diversos de caráter anedótico, literário e poético, tem-se a proposta de identificar a presença das mulheres nos negócios da fotografia e as representações sobre elas. Como ponto de partida cabe destacar que o primeiro daguerreotipista anunciado na imprensa mineira, em 1845, Hypolito Lavenue, era esposo de Mme. Lavenue, a primeira mulher a exercer o ofício da fotografia no Brasil, participando da Exposição de Bellas Artes de 1842, fazendo retratos no Hotel de Itália, no Rio de Janeiro, e ensinando a fazer daguerreótipos. Diante do vínculo entre marido e esposa, não é demais supor que Mme. Lavenue tenha percorrido Minas com seu esposo. A partir dessa atuação feminina nos primeiros momentos da implantação da daguerreotipia no Brasil, questiona-se sobre o lugar da mulher na fotografia em Minas Gerais, a partir das matérias publicadas na imprensa do período. A proposição do pôster é uma oportunidade para apresentar os dados levantados pela pesquisa e assim sugerir questões em torno da atuação profissional e presença da mulher no imaginário social, no que tange à fotografia, tal como expresso nas matérias da imprensa de Minas Gerais.

Novos contornos da identidade feminina: o espaço da mulher nas igrejas neopentecostais

Taís Hélen Voltz (FACCAT)

O presente artigo tem por objetivo analisar qual o espaço da mulher dentro das igrejas neopentecostais, por meio de pesquisa bibliográfica e algumas vivências por parte da autora. Como objetivos se tem principalmente a importância que o tema traz para a mulher como maioria no meio cristão, e colocar em discussão que ela possa assumir cargos e funções mais altas do que somente líder de

grupos pequenos ou então mães e esposas dos presidentes das instituições. A primeira análise é do histórico e contexto das igrejas neopentecostais e como chegaram ao Brasil e como foi a construção dentro do cristianismo das ideias relacionadas às mulheres. Posteriormente será abordado a mulher e a igreja, onde consta qual o espaço que há e como acontece a circulação dentro deste ambiente bem como as novas formas de individualidades femininas que vem surgindo. E a última análise traz as questões que estas igrejas tem abraçado atualmente, como questionamentos de importância e que trazem o protagonismo e autonomia que lhe deveriam ser próprios desde sempre. Considera-se de grande importância que seja uma luta conhecida e abraçada por todos, pois de forma individual os avanços são poucos, mas contando com homens mais responsáveis e mulheres que se apoiam socialmente é possível que se alcance os objetivos propostos.

Gerenciamento de banco de dados na criação do guia de fontes para o estudo da história da fotografia em Minas Gerais (1839-1900)

Emerson Rodrigues Pereira Junior (UFVJM)

O presente trabalho aborda a utilização do software Access da Microsoft, no sistema de gerenciamento de banco de dados do projeto de pesquisa "Guia de fontes para o estudo da história da fotografia em Minas Gerais no século XIX (1839-1900)", financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e composto por um coordenador e dois bolsistas de iniciação científica. Tendo em vista o objetivo do projeto, que é motivar os estudos sobre a implementação e expansão da fotografia em Minas Gerais no século XIX, por meio da criação de um Guia de Fontes, a sistematização e eficácia na criação de formulários, relatórios e tabelas dinâmicas é de grande importância devido ao elevado número de documentos catalogados. Trata-se, em sua maior parte, de matérias publicadas na imprensa de Minas Gerais, compondo-se de anúncios, notícias e textos diversos de caráter literário, poético e anedótico. Para a compreensão e utilização do Access, vídeos tutoriais fornecidos pela Microsoft e por canais especializados em gerenciamento de banco de dados no Youtube foram utilizados. O software passa a ser usado pelo projeto por oferecer diversas ferramentas de personalização, contribuindo para que possamos adaptar o banco de dados aos propósitos da pesquisa e, posteriormente, com a facilidade de importar e exportar diversas fontes de dados, possibilitar a divulgação de resultados e trazer mais clareza ao acesso por pesquisadores da área. Será possível, por exemplo, registrar e quantificar a presença de fotógrafos em circulação por Minas Gerais, cadastrando dados sobre nacionalidade, cidades visitadas e títulos dos jornais. Além disso, serão cadastradas todas as matérias que trazem conteúdos referentes à fotografia. Ao final do projeto de pesquisa, como supracitado, um Guia de Fontes será criado. Uma gestão eficiente,

padronizada e eficaz, irá contribuir para uma maior produção intelectual sobre a cultura fotográfica em Minas Gerais no século XIX. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) Campus JK, Diamantina. Autor: Emerson Rodrigues Pereira Junior; Orientador: Rogério Pereira de Arruda; Projeto: Guia de fontes para o estudo da história da fotografia em Minas Gerais no século XIX (1839-1900) - FAPEMIG-APQ-02322-18.

Acervos Acessíveis: a digitalização do acervo do Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul

Felipe Vieira Chiamulera (UNISINOS/IFRS FAPERGS), Clarice Montardo Machado (PUCRS/IFRS PROBITI FAPERGS), Marcelo Vianna (IFRS – orientador), Ângela B. Pomatto (MUHM – co-orientadora)

Para garantir que o pesquisador ou o interessado em História pudesse ter acesso aos acervos, os museus e os arquivos tiveram que reinventar as formas de divulgação das fontes em meio a pandemia. Nesse contexto, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - campus Osório em conjunto com o Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul, propôs o projeto "Disseminando o conhecimento histórico da saúde: digitalização e catálogos virtuais de obras raras do Museu da História da Medicina do Rio Grande do Sul." Após a seleção de documentos importantes e obras raras para a compreensão da História da Saúde e da Medicina gaúcha, fez-se a digitalização, edição, arquivamento e listagem das fontes, a fim de disponibilizar os documentos para público amplo. Estão sendo produzidos quatro catálogos divididos em diferentes categorias documentais: o primeiro de documentos importantes da Sociedade Portuguesa de Beneficência, o segundo de obras bibliográficas raras, o terceiro de teses de medicina do início do século XX e o último do acervo tridimensional. Busca-se garantir a pesquisadores, historiadores, professores e o público leigo interessado em geral com documentos relevantes que possibilitem compreender a História da Medicina e da Saúde gaúcha, ao mesmo tempo que garanta a preservação do acervo histórico do Museu.

Um podcast de História em Diamantina (MG)

Advaldo da Assunção Cardoso Filho (UFVJM)

O podcast "Diamantina em história, versos e prosas" é um dos produtos desenvolvidos no âmbito do projeto de extensão "Vozes da história: contar, ouvir, refletir", em funcionamento desde 2019. O podcast teve sua primeira temporada

publicada entre setembro e dezembro do mesmo ano, com dez episódios. Entre 2021 e 2022, vieram à luz mais duas temporadas. A segunda com 09 episódios, a terceira com 04. Atualmente, está sendo produzida a quarta temporada. O principal objetivo do podcast é promover a divulgação da história regional de Diamantina e, de maneira mais específica, fomentar reflexões sobre a história local, valorizar a cultura oral e os saberes artísticos e populares, bem como estimular a circulação de produções historiográficas e culturais regionais. Desde sua criação, a continuidade das ações de extensão do projeto "Vozes da história ..." justifica-se na proposta de buscar formas de interação entre docentes e discentes em perspectiva interdisciplinar, tendo como fundamento a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Cabe destacar que a flexibilidade de acesso ao conteúdo, a amplitude da veiculação temporal e espacial proporcionada pelo podcast potencializa o alcance da divulgação pretendida, inclusive e especialmente, para ambientes educacionais, credenciando o produto do projeto para figurar como ferramenta pedagógica. Da mesma maneira que os demais produtos do gênero, os episódios do podcast "Diamantina em Histórias versos e prosas" são organizados em temporadas, sendo que, ao final da produção da primeira, foram indicados os temas da segunda, terceira e quarta. A produção de cada episódio requer pesquisa bibliográfica e de fontes, elaboração do roteiro, gravação dos áudios, edição, com a inclusão da trilha sonora, confecção da capa e, finalmente, a publicação. De acordo com os dados obtidos na plataforma Anchor, até o início de junho de 2022, as temporadas do podcast tiveram 2665 reproduções, incluído o "Vozes na pandemia", também produzido no âmbito do projeto. Os homens correspondem a 79% dos ouvintes e as mulheres 21%. O público brasileiro corresponde a 75%, os demais estão distribuídos entre mais sete países. Quanto à faixa etária, 43% dos ouvintes têm entre 45 e 59 anos. Um dos desafios que esses dados demonstram é a necessidade de ampliar a audiência feminina, o outro, de fazer o projeto chegar ao público mais jovem. A proposição deste pôster surge como oportunidade para apresentar mais detalhes do projeto, como as temáticas de cada temporada. Além disso, realizar reflexões em torno da necessidade de se desenvolver iniciativas consistentes no aprendizado de novas tecnologias e metodologias de estudo e pesquisa e na construção de formas de comunicação didática dos resultados das investigações acadêmicas.

"As mulheres dizem basta a violência": S. O. S Mulher e o combate à violência doméstica e de gênero no Brasil, década de 1980

Mirela Barcellos Mendes (UFRGS)

Em 1981 era fundada a organização feminista S. O. S Mulher que tinha o objetivo de prestar assistência jurídica e apoio a mulheres vítimas de violência no Brasil.

Entre suas primeiras ações, a organização publicou a cartilha intitulada "Espancamento, estupro, assassinato. As mulheres dizem basta!", a qual ensinava o que as mulheres poderiam fazer em casos de violência e também denunciava o tratamento dado pelos jornais a esses casos (MÉNDEZ, 2020, p. 212-213). A atuação do S. O. S Mulher teve repercussão pela imprensa brasileira, sobretudo, nos jornais impressos que à medida que noticiavam o surgimento da organização, faziam juízo de valor sobre ela, assim como sobre casos de violência doméstica e de gênero que eram frequentemente publicados.
A pesquisa pretende contribuir para o debate historiográfico sobre as relações de gênero e, em especial, sobre a atuação do S. O. S Mulher, na primeira metade da década de 1980. Embora tenha tido repercussão nacional, ele ainda foi insuficientemente investigado pela historiografia. Assim, busca-se refletir, através da análise de reportagens do jornal impresso Zero Hora e do material produzido pela organização, sobre as formas de atuação do movimento feminista brasileiro contra a violência de gênero, durante a década de 1980, priorizando a atuação da organização em Porto Alegre. As reportagens, presentes no acervo do Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa (MUSECOM) foram consultadas, fotografadas, catalogadas e analisadas. Além da imprensa, foi analisada também a cartilha produzida pela organização, presente em acervo pessoal.
Assim, a pesquisa procura investigar as ações, estratégias e resistências empreendidas pelo S. O. S. Mulher contra a violência de gênero e a forma como a organização e sua atuação política eram repercutidas pela imprensa. Observou-se que o S. O. S. Mulher prestava diversas formas de assistência às mulheres vítimas de violência, buscando, igualmente, dar acesso a informações que permitissem a identificação das diferentes situações de violência.

Memórias de Santa Cristina do Pinhal

Eduarda Farias da Silva (FACCAT)

Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT), Taquara/RS, professora orientadora Professora Doutora Dalva Neraci Reinheimer, bolsa SEDAC/FEEIN/FACCAT. Ao realizar o projeto Inventário Patrimonial de Parobé constatamos a necessidade de registrar a história da localidade de Santa Cristina do Pinhal através de seu templo religioso e dos lugares de memória, caracterizando-o como um Patrimônio Histórico. A importância deste registro se dá pela relevância do local no desenvolvimento da região e pelo processo que levou de primeiro município da região a distrito, integrando duas diferentes cidades ao longo de um século. Tendo como foco o antigo porto do Rio dos Sinos, que margeia a localidade, presente na memória e no templo católico, um dos mais antigos da região, que são testemunhos desta história. Para o levantamento foi utilizado registros orais, reportagens (acervo do Jornal Panorama), pesquisas realizadas sobre o local,

bibliografia e dos documentos oficiais(entre eles as leis de criação e extinção do município), bem como os trabalhos de conclusão de curso de Célia Maria Dias e Paulo Gilberto Mossmann Sobrinho. Inicialmente denominado de Pinhal, a partir de 1847 o povoado passou a se chamar Santa Cristina do Pinhal devido a construção do templo católico. Com a emancipação em 1880 as forças políticas se intensificaram chegando ao ponto de incorporar ao seu território o município vizinho de São Francisco de Paula durante alguns meses, além de se tornar sede da Comarca do Rio dos Sinos, com a proclamação da República e a mudança de poder político na região sofre uma "desmunicipalização" e passa a pertencer a Taquara. O desenvolvimento econômico de Santa Cristina do Pinhal está ligado diretamente ao Rio dos Sinos. Seu posicionamento geográfico era estratégico para o fornecimento de produtos para São Leopoldo e Porto Alegre. É possível através das pesquisas identificar que esta localidade possui grande relevância para a história local, principalmente no século XIX, quando o transporte ocorria pelo rio, tendo o registro de sua história em diversas publicações e presente na história das raízes dos municípios ao seu redor. O templo religioso, conservado até o presente, é reconhecido por Parobé como patrimônio do município sendo um importante local que representa um elo religioso, social e cultural para a sua comunidade. Presente na memória de seus moradores está o porto, que teve grande influência para o crescimento do local, sendo de grande importância o seu registro para posteridade. Se acrescenta a estes fatores a sua inserção no contexto macro histórico demonstrando os processos políticos característicos de certos períodos, como a troca de poder entre Império e República e posteriormente nos processos de emancipação no Rio Grande do Sul nos anos 90.

Os 13 de maio do jornal O Exemplo no Instagram: educação, liberdade e cidadania no pós-abolição

Andressa Barbosa Silveira (UFRGS), Maria Julia de Lima Silva (UFRGS), Jonas Silveira da Silva (UFRGS)

Nossa apresentação tem como intuito refletir sobre o 13 de maio a partir das abordagens e opiniões do jornal O Exemplo, enfatizando o entendimento que os membros do jornal e seus leitores tinham de democracia e cidadania no pós-abolição, assim como as críticas fundamentais à falsa Abolição. A construção de uma agenda antirracista para a educação brasileira é tarefa fundamental para a progresso da equidade em uma sociedade atravessada por desigualdades históricas e exclusões. Diante disso, como fazemos parte do projeto de ensino, pesquisa e extensão "Projeto Imprensa Negra Educadora (PINE)", da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), nos focamos nos jornais da imprensa negra de Porto Alegre. Especificamente, debruçamo-nos em estudar os

periódicos da primeira (1892-1897) e segunda fase (1902-1911) do jornal O Exemplo, que nasceu no final do século XIX. A imprensa negra é um campo de luta antirracista que, conforme Ana Flávia Magalhães Pinto (2010), é composta por jornais feitos por e para pessoas negras, com assuntos de interesses das pessoas negras. O jornal focou na positividade das imagens sobre a raça, contrariando o que atestavam as ideias racialistas que predominavam naquele momento. A partir da consulta do acervo do jornal O Exemplo, decidimos criar uma série de postagens no Instagram (@jornaloexemplo) sobre os 13 de maio. Para isso, buscamos as edições alusivas à data de todos os anos de atuação do jornal (1892 – 1930); dividimos as tarefas; cada integrante do projeto ficou responsável em buscar um escrito de algum colaborador do periódico; realizamos um compilado dos escritos destes colaboradores; recortamos algumas partes destas fontes; e enviamos para o integrante responsável pelas edições e posts. Em cada publicação construímos uma legenda cujo intuito era explicar o motivo da postagem e trazer algumas provocações sobre o 13 de maio. Além da hashtag "#os13demaio", também utilizamos "#paratodosverem", no final da legenda de cada postagem, de modo a proporcionar um conteúdo inclusivo. Desse modo, esperamos ter proporcionado uma reflexão do ponto de vista deste grupo de intelectuais negros sobre a abolição, ou seja, de que a busca por liberdade e cidadania continuou após a Abolição através da agência negra.

A questão do gênero feminino no campo da Saúde: um estudo de caso do Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul

Maria Virginia Souza Guimarães (IFRS), Marcelo Vianna (IFRS – orientador)

A digitalização tornou-se uma prática muito comum para a preservação de documentos e acervos, além de auxiliar seu acesso aos pesquisadores e contribuir para a divulgação de saberes para a sociedade. Devido a expansão contínua dos acervos do Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul, bem como a necessidade de acessibilizar-se em meio a pandemia de Covid-19, surgiu, no ano de 2020, o projeto "Digitalização e preservação de obras raras da Saúde - possibilidades de divulgação de acervos históricos do Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul (MUHM)", através de uma parceria entre o Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Campus Osório, o MUHM e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul. As gerações atuais de historiadores passaram a analisar os discursos dos médicos considerando diversas questões envolvendo raça, gênero, particularidades regionais, disputas entre profissões e os saberes informais no campo da Saúde e da Medicina. Ao explorar nossas digitalizações, nos interessamos pela questão de gênero ao notar a limitada presença feminina no meio intelectual e científico na Saúde e Medicina, o que corroborou na manutenção e afirmação da desigualdade de gênero e

exclusão das mulheres no meio cultural, político e social. Nosso trabalho objetiva apresentar e discutir a presença feminina no campo da Saúde e Medicina no estado durante a primeira metade do século XX, com base nos documentos digitalizados pelo projeto apresentado acima. Tendo se estruturado através da pesquisa e análise documental, onde exploramos teses médicas e os exemplares do periódico "Hygia", esse levantamento nos permitiu realizar a pesquisa bibliográfica e historiográfica, buscando referências teóricas sobre a presença feminina na Saúde para a consolidação do estudo e procurando compreender a vida das autoras levantadas. Dentre as temáticas identificadas encontram-se ginecologia, gravidez, aborto, maternidade e infecções sexualmente transmissíveis, sendo alguns desses artigos escritos por autoras como Aurora Nunes Wagner, Maria Clara Mariano da Rocha e Noemy Valle Rocha. Por fim, entendemos que a digitalização dos acervos do MUHM contribuirá à democratização desses saberes na sociedade, permitindo discutir o papel feminino em um campo que ainda tem forte protagonismo masculino.

XVI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH-RS

História Agora

ENSINAR, PESQUISAR, PROTAGONIZAR

evento ONLINE

DE 02 A 29 DE JULHO DE 2022

WWW.ANPUH-RS.ORG.BR

REALIZAÇÃO

9 786586 871043